

NATALLY VIEIRA DIAS

**A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS DEBATES POLÍTICO-INTELECTUAIS  
BRASILEIROS: projeções, leituras e apropriações (1910-1941)**

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutorado

2015

972 Dias, Natally Vieira  
D541r A revolução mexicana nos debates político-intelectuais  
2015 brasileiros [manuscrito] : projeções, leituras e apropriações  
(1910-1941) / Natally Vieira Dias. - 2015.  
302 f. : il.  
Orientadora: Kátia Gerab Baggio.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Imprensa – Teses. 3. Intelectuais -  
Teses. 4. Diplomacia - Teses. 5. México – História –  
Revolução. I. Baggio, Kátia Gerab. II. Universidade Federal  
de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

Mexico\Historia\Revolução,\y1910-1920.



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese defendida pela discente **Natally Vieira Dias**, em **31 de agosto de 2015**, e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Kátia Gerab Baggio (UFMG) - Orientadora

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Maria Helena Rolim Capelato (USP)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP-Assis)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Priscila Ribeiro Dorella (UFV)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Adriane Vidal Costa (UFMG)

NATALLY VIEIRA DIAS

**A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS DEBATES POLÍTICO-INTELECTUAIS  
BRASILEIROS: projeções, leituras e apropriações (1910-1941)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

**Área de Concentração:** História, Tradição e Modernidade.

**Linha de Pesquisa:** História e Culturas Políticas

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Gerab Baggio.

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutorado

2015



Para Zenir, *in memoriam*,  
com gratidão e amor eternos.

## AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho contei com várias contribuições, de pessoas e instituições, às quais quero manifestar meus agradecimentos. Primeiramente, à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Gerab Baggio, que me acompanhou desde a iniciação científica e cuja seriedade e paixão com que ensina a história do nosso continente ajudaram a despertar em mim questionamentos e inquietações que me levaram a adentrar por essa instigante seara intelectual.

Às Prof<sup>as</sup> Dr<sup>as</sup> Regina Crespo e Adriane Vidal Costa, que fizeram parte da banca do exame de qualificação deste trabalho. Suas leituras atentas, sugestões e indicações foram de grande importância para o desenvolvimento do mesmo.

Agradeço a CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG pela disponibilização dos recursos que viabilizaram a realização da pesquisa e a minha participação em eventos científicos realizados em instituições brasileiras e mexicanas. Às instituições onde realizei as pesquisas e seus representantes e/ou funcionários que me auxiliaram na localização e acesso à documentação e bibliografia: a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o Centro de Documentação e Memória da UNESP, a Biblioteca do Instituto de Investigaciones Históricas da UNAM.

Um agradecimento muito especial a Sr<sup>a</sup> Alicia Reyes, diretora da Capilla Alfonsina, casa-museu de Alfonso Reyes, na Cidade do México, e aos integrantes de sua equipe – especialmente Eduardo e Alejandro Mejía e José Antonio Serrano –, que me receberam com imensa generosidade, não apenas viabilizando meu acesso à documentação da Capilla, como também a fontes bibliográficas.

Expresso minha gratidão à Regina Crespo pela disponibilidade e carinho com que me recebeu no México, pelos agradáveis passeios e conversas que tivemos, apesar do curto tempo que pude passar ali.

Ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e aos colegas de trabalho pelo apoio manifestado durante o desenvolvimento desta tese. Especialmente aos professores Karla Maria da Silva, Leandro Brunello, Neilaine Ramos Rocha e Vanda Fortuna Serafim por terem recebido afetosamente essa “mineirinha” no Paraná.

Aos meus queridos alunos e ex-alunos que expressaram, desde que cheguei ao Campus de Ivaiporã, seu interesse e apoio em relação ao meu trabalho de pesquisa.

Quero manifestar minha imensa gratidão ao Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edméia Ribeiro por terem me acolhido no Grupo de Pesquisa História Visual Artistas Intelectuais. Esse tem sido para mim um rico espaço de crescimento e trocas intelectuais, além

de uma agradável oportunidade de convivência. Agradeço as oportunidades que tive de apresentar meu trabalho nas reuniões do grupo e, especialmente, aos comentários e sugestões realizados pelos Prof<sup>s</sup> Dr<sup>s</sup> Carlos Alberto e José Luis Bendicho Beired e também pelo Fábio da Silva Sousa e Igor Andreo. A estes dois últimos, queridos amigos, agradeço também pela oportunidade de compartilhar um pouco do carinho pelo México e das aventuras e desventuras de escrever uma tese de doutorado.

Sou infinitamente grata ao apoio, carinho e amizade, muito além do coleguismo acadêmico, com os quais tenho tido a honra de contar, por parte de Adriane Vidal, Anaxsuell Fernando da Silva, Edméia Ribeiro, Mateus Fávaro, Neilaine Rocha, Priscila Dorella, Vanda Fortuna Serafim e Warley Alves Gomes.

Quero, ainda, agradecer àquelas pessoas que, fora da academia, têm me apoiado e me feito sentir que tudo vale a pena. À minha mãe, Zélia, e ao meu irmão, Marcos Júnior, por conseguirem ser a manifestação mais plena do amor, da dedicação e do cuidado que eu poderia ansiar. Ao meu pai, Marcos Dias, pelas palavras de incentivo e pelo apoio, mesmo de longe.

Aos meus familiares e àqueles amigos que foram maravilhosos o suficiente para compreender as ausências necessárias e me apoiarem de diversas maneiras, com um simples sorriso, um abraço, uma palavra. Agradeço aos meus tios e primos e, de maneira muito especial, à Ana Mateus, Beth, Carmem, Daniel Mascco, Rosa Maria, Sirley, Tania e Terezinha.

E agradeço ao Wagner pelo carinho e incentivo. Por ter me reencontrado e voltado a fazer parte da minha história a tempo de compartilhar comigo desta conquista.

E continuamos. É tempo de muletas.  
Tempo de mortos faladores [...],  
mas ainda é tempo de viver e contar.  
Certas histórias não se perderam.  
(*Nosso tempo*, Calos Drummond de Andrade)

## Resumo

O presente estudo analisa como a experiência revolucionária iniciada em 1910 no México incidiu sobre os debates político-intelectuais brasileiros, realizados principalmente através de periódicos (jornais e revistas). Embora o termo Revolução Mexicana convencionalmente se refira à década de 1910, identificado ao período da guerra civil, as transformações gestadas pelo movimento revolucionário foram concretizadas efetivamente nas décadas seguintes, período em que a história mexicana gravitou em torno da Revolução, por meio de combates, disputas e debates em torno do caráter, do alcance e dos limites do processo iniciado nos anos 10. Esses debates excederam em muito as fronteiras nacionais mexicanas e as transformações experimentadas pelo país foram motivo de olhares atentos nas diversas latitudes do continente.

Mostramos que as leituras realizadas pelos brasileiros a respeito da Revolução Mexicana variaram de acordo com as diferentes conjunturas experimentadas pelo México – do início do movimento revolucionário ao fim do governo de Lázaro Cárdenas – e que essa experiência histórica foi apropriada por diferentes grupos político-intelectuais Brasileiros em meio às discussões que marcaram o país entre meados da Primeira República e os primeiros anos da ditadura varguista. Para realizar essa análise, resgatamos também as projeções internacionais que permitiram que o México revolucionário ganhasse incidência no Brasil, tanto aquelas realizadas por meio da imprensa internacional – que noticiou os principais acontecimentos mexicanos desde o início do movimento revolucionário – quanto os mecanismos que foram articulados pelos próprios mexicanos ao longo do período abordado. Entre estes, destacamos a sistemática política continental desenvolvida pelo Estado mexicano com vistas a consolidar internacionalmente o “novo México” surgido da Revolução, utilizando-se particularmente dos meios diplomáticos e sustentando uma perspectiva de solidariedade latino-americana que, desde o início, incluiu o Brasil.

**Palavras-chave:** Revolução Mexicana; imprensa; intelectuais; diplomacia; latino-americanismo.

## **Abstract**

This doctoral dissertation analyzes how the revolutionary experience that started in 1910 in Mexico influenced the Brazilian public debate headed by intellectuals which took place mainly through periodicals (on newspapers and magazines). Although the Mexican Revolution term is conventionally used to denominate the 10s – usually identifying the period of Civil War – actually the changes gestated by the revolutionary movement have been effectively implemented in the following decades when the Mexican history gravitated toward the Revolution through combats, disputes and debates regarding the character, range and limits of the process initiated in 1910. These debates has got beyond the Mexican national borders and the transformations experienced by the country were a cause for watchful eyes in different latitudes of the continent. I show that the Brazilians readings about the Mexican Revolution changed according to the different situations experienced by Mexico – since the beginning of the revolutionary movement until the end of the Lázaro Cárdenas government – and how this historical experience has been appropriated by different political-intellectual groups in the debates that marked the Brazilian scene since the middle of “Primeira República” and the early years of Vargas dictatorship. For this, I also handle the international projections that allowed the revolutionary Mexico had incidence in Brazil: the news published by the international press – which reported major Mexican events – as well the mechanisms that have been articulated by the Mexicans themselves. Among these, I highlight the systematic continental policy developed by the Mexican government in order to consolidate the international "New Mexico" emerged from the Revolution, using particularly diplomatic strategies and sustaining a Latin American solidarity perspective that since the beginning included Brazil.

**Key Words:** Mexican Revolution; Press; Intellectuals; Diplomacy; Latin Americanism.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	p. 13
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Entre a “barbárie” e o “imperialismo”: leituras brasileiras da guerra civil no México</b>	
1.1. As notícias sobre o México na conjuntura brasileira de 1910-1914 .....	p. 29
1.2. Oliveira Lima e a “lição” do México .....	p. 40
1.3. José Veríssimo: o Brasil no “espelho” do México .....	p. 46
1.4. O México e a questão continental: da imprensa à academia .....	p. 60
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Do México “bárbaro” ao México “redimido”: a propaganda mexicana no Brasil, da contraofensiva constitucionalista à “reconstrução moral” do governo Obregón</b>	
2.1. A contraofensiva constitucionalista sob a égide da Doutrina Carranza .....	p. 72
2.2. A atuação diplomática dos constitucionalistas na América do Sul e os primeiros caminhos tomados pela propaganda revolucionária mexicana no Brasil .....	p. 80
2.3. O governo Obregón e suas missões culturais no Brasil: a visita de Antonio Caso em 1921 e a marcante presença mexicana nas comemorações do centenário da Independência brasileira em 1922 .....	p. 97
2.4. Alguns apontamentos sobre a recepção brasileira da propaganda revolucionária mexicana: o México na perspectiva dos jovens universitários e na obra <i>Toda a América</i> de Ronald de Carvalho .....	p. 120
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Leituras e apropriações da Revolução Mexicana no Brasil dos anos 20: a presença diplomática do México e as discussões sobre o seu processo revolucionário em meio aos debates brasileiros sobre revolução, “questão religiosa”, latino-americanismo e anti-imperialismo</b>	
3.1. O Brasil dentro da proposta mexicana de solidariedade continental .....	p. 132
3.2. A Revolução Mexicana na crítica socialista dos socialistas brasileiros .....	p. 143
3.3. Em torno ao conflito religioso no México: os ataques dos conservadores católicos brasileiros .....	p. 157
3.4. As solidariedades para com o México revolucionário e os debates sobre anti-imperialismo e latino-americanismo no Brasil .....	p. 168

## Capítulo 4

### O México de Alfonso Reyes e os debates brasileiros sobre política, educação e religião nos anos 30

- 4.1. O intelectual-diplomata Alfonso Reyes como personificação de um “México culto”: estratégias da diplomacia mexicana na era Genaro Estrada na Secretaria de Relações Exteriores ..... p. 197
- 4.2. *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes*: uma vitrine internacional do México revolucionário e suas convergências e dissonâncias em relação às diretrizes oficiais da Secretaria de Relações Exteriores ..... p. 215
- 4.3. O escritor-embaixador mexicano Alfonso Reyes e o movimento por reformas educacionais no Brasil: um *maestro* para a nova geração ..... p. 236
- 4.4. “Ou Roma ou Moscou”? O México como um caminho possível ..... p. 252

### Epílogo

- Do “primeiro presidente realmente independente” à Revolução como “herança”: do cardenismo à nova política continental mexicana ..... p. 273
- Fontes e Referências bibliográficas ..... p. 289



## Introdução

Este trabalho vincula-se a uma historiografia que, nos últimos anos, tem se preocupado em “seguir os rastros deixados pela Revolução Mexicana na América Latina”,<sup>1</sup> para a qual buscamos contribuir com uma análise do caso brasileiro. Embora as indagações a respeito das repercussões continentais da Revolução Mexicana conheçam uma trajetória que remonta ao estudo pioneiro de Carlos M. Rama sobre as “ressonâncias” do processo revolucionário mexicano no Uruguai, publicado em 1957, chama a atenção o fato de que o tema só tenha recebido maior atenção por parte dos historiadores latino-americanos a partir da década de 80.

Em meados dos anos 50, Rama iniciava seu artigo com uma crítica contundente à tradição historiográfica latino-americana. Por um lado, acusava as “escolas nacionais de historiadores” que, “do México à Argentina”, traçavam suas histórias nacionais simplesmente a partir de uma perspectiva local. Por outro, destacava o fato de que, em geral, “os acontecimentos históricos das potências imperialistas” ou de outras nações que “têm o prestígio da riqueza ou do conhecimento [...] nos chega[va]m com mais força e nitidez” que as experiências históricas de inegável significado internacional ocorridas em países do continente.<sup>2</sup> O historiador uruguaio assumiu claramente uma perspectiva continental e denunciou a abordagem estritamente nacional como um atraso historiográfico. Em sua concepção, tendo em vista as semelhanças históricas entre os países da região, o trabalho, até então pouco visitado, de “rastrear a ressonância de certos grandes acontecimentos de um país latino-americano em outro” poderia servir para “ilumina[r] certos aspectos da vida histórico-social do país receptor”. Com esse intuito, embrenhou-se em identificar ressonâncias da Revolução Mexicana no país sul-americano, trabalho aparentemente pouco promissor, já que, conforme destacou, nas primeiras décadas do século XX o Uruguai encontrava-se em “ótimas condições políticas e sociais” para se interessar por um processo histórico das dimensões do que ocorria no México.<sup>3</sup> No entanto, o estudo de Rama revelou dimensões inesperadas.

No contexto de um país que vivia uma “grande transformação democrática” e onde, em lugar da luta bélica, não faltava a “luta cívica”, justamente o espaço de discussão e polêmica foi o meio através do qual se fizeram sentir as ressonâncias da Revolução Mexicana no Uruguai, inicialmente a partir da “solidariedade do extremismo social”, dos núcleos operários, e em

---

<sup>1</sup>A expressão é de Pablo Yankelevich. *La revolución mexicana en América Latina: intereses políticos e itinerarios intelectuales*. México: Instituto Mora, 2003. (A tradução de todos os textos em língua estrangeira é de nossa autoria).

<sup>2</sup>RAMA, Carlos M. La Revolución Mexicana en el Uruguay. *Historia Mexicana*, México, COLMEX, vol. VII, nº 2, 1957, p. 162. Disponível em <[http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18\\_1/apache\\_media/VTE31MLB6GCY88XBLLYN1NNIH1HHN\\_P.pdf](http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/VTE31MLB6GCY88XBLLYN1NNIH1HHN_P.pdf)>. (Acesso em 10/01/2012).

<sup>3</sup>Idem, p. 162.

seguida entre os círculos intelectuais uruguaios. Em seu trabalho dos anos 50, Rama argumentou que as repercussões do processo mexicano poderiam ser buscadas até o período em que escrevia e que a pesquisa histórica poderia servir à aproximação das “duas repúblicas democráticas”, ou seja, Uruguai e México. O autor uruguaio terminou seu artigo precursor com a expectativa de haver “indicado um caminho” de pesquisa para um tema que considerava “apaixonante.”<sup>4</sup>

No início da década de 80, ao apresentar seu estudo sobre a recepção andina da Revolução Mexicana, Ricardo Melgar Bao, historiador e antropólogo peruano radicado no México, retomou o artigo de Carlos Rama e sua perspectiva transnacional. Reconhecendo que, até então, pouco se tinha avançado “na construção teórico-metodológica desses peculiares objetos de investigação histórica, nos quais tendem a se fraturar os limites formais e ‘singulares’ da clássica historiografia nacional”, Melgar propôs a noção de “tradutibilidade histórica” como ferramenta teórica para analisar a recepção de um acontecimento histórico de um país em outros contextos nacionais.<sup>5</sup> Em seu trabalho, a noção de “tradutibilidade” visava dar conta da “assimilação heterogênea e contraditória” que a Revolução Mexicana alcançou entre diferentes classes sociais, grupos intelectuais e gerações na região andina. Mais do que uma assimilação passiva e mecanicista, tratava-se de mostrar um processo criativo, de “reinterpretação”, no qual a experiência histórica externa “se funde e se reconstrói” no cenário local em relação com as suas próprias questões. No caso andino, o autor identificou no agrarismo, no anti-imperialismo e na afirmação cultural os principais “traços analógicos” a partir dos quais a experiência revolucionária mexicana foi avaliada na região. Em comparação com os outros paradigmas revolucionários, representados por Rússia e China, a Revolução Mexicana tendeu a ser valorizada justamente por sua “peculiaridade latino-americana.”<sup>6</sup>

No caso dos Andes, os fatores de fundo étnico também forneceram importantes traços de aproximação em relação ao México revolucionário. Conforme aponta Melgar, no auge das “evidências pré-hispânicas trazidas à luz pela nascente Arqueologia”, “a região andina não tinha porque ser inferior em potencialidades em relação à “sua símile meso-americana”. Além disso, “os *criollos* e mestiços das classes emergentes [...] constatavam na revolução mexicana sua necessidade e aptidão para suplantam o velho poder oligárquico”. Assim, dentro do amplo processo de mobilização política que marcou os anos 20 na região, desencadeou-se uma imensa polêmica em torno da possibilidade de se instaurar, nos Andes, um processo revolucionário semelhante ao mexicano. A “visão convergente” quanto às potencialidades da região andina

---

<sup>4</sup>Idem, p. 162-3; 185.

<sup>5</sup>MELGAR BAO, Ricardo. La Revolución Mexicana en el movimiento popular-nacional de la región andina. *Boletín de Antropología Americana*. México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Nº 6, dezembro, 1982, p. 87.

<sup>6</sup>Idem, p. 87-8.

tornou-se, ela própria, um fator de polarização política, visto que, a partir desse fundamento comum, cada grupo social tendeu a elaborar seu próprio projeto de revolução.<sup>7</sup>

Na década de 90, o tema da projeção latino-americana da Revolução Mexicana ganhou novo impulso com o trabalho de Pablo Yankelevich a respeito do caso platino. O autor mostrou a existência de alguns pontos de contato capazes de aproximar, já na década de 10, o México revolucionário da Argentina, que sustentava uma “tradicional e bem definida oposição à hegemonia estadunidense.” Além das semelhanças no plano oficial da política externa antipan-americanista, havia no país platino a presença de uma forte postura latino-americanista e anti-imperialista disseminada entre parte da intelectualidade, o que possibilitou que se formasse ali um importante foco de solidariedade para com o país revolucionário, sob a liderança de Manuel Ugarte.<sup>8</sup>

Nos anos 20, no bojo da Reforma Universitária na Argentina, com seus anseios de democratização e ideais latino-americanistas e anti-imperialistas, a experiência mexicana foi valorizada como um modelo para o continente. A imagem de um México reformista, construtivo e “governado pela cultura” começou a ser projetada “à sombra de Vasconcelos”, cuja presença no cenário sul-americano muito contribuiu para consolidar essa imagem, principalmente nos meios universitários argentinos, “espaços onde alcançou seu maior expoente o imaginário de um México regenerado por obra de uma revolução.”<sup>9</sup> Além dos próprios estudantes, figuras que exerceram relevante papel político na Argentina dos anos 20, a imagem progressiva do México incidiu sobre importantes personagens ligados ao meio político e intelectual socialista, como Alfredo Palacios e José Ingenieros. No contexto do governo Calles, tanto a atuação anticlerical no cenário nacional mexicano quanto o apoio dado à luta anti-imperialista na Nicarágua contribuíram para projetar a imagem de um “radicalismo callista”, que recebeu forte apoio do Partido Socialista argentino, liderado por Juan Bautista Justo.<sup>10</sup>

Em 2010, numa edição comemorativa do centenário da Revolução Mexicana, intitulada precisamente “Recepción latinoamericana de la Revolución”, Ricardo Melgar Bao apresentou uma espécie de balanço historiográfico sobre o tema e levantou a seguinte questão:

Os estudos acerca da gravitação do processo da Revolução mexicana e seus diversos marcos de significado e simbolização no campo diplomático, intelectual e político latino-americano, não obstante sua relevância e permanência, caminham devagar. Contados são os trabalhos a respeito, realizados quase todos por intelectuais

---

<sup>7</sup>Idem, p. 87.

<sup>8</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997, p. 87; 97.

<sup>9</sup>Idem, p. 117.

<sup>10</sup>Idem, p. 311-13.

imigrantes [...]. A tradição historiográfica mexicana, devedora dessa imagem sobre a excepcionalidade do nacional, invisibilizou ou minimizou o estrangeiro [...].<sup>11</sup>

A crítica de Melgar é particularmente pertinente no que se refere ao tema da recepção continental da Revolução Mexicana, do qual ele próprio e Yankelevich, historiador argentino radicado no México, são, sem dúvida, os principais expoentes na atualidade. Mas é possível identificar, mais recentemente, uma tendência de parte da historiografia mexicana em refletir sobre a Revolução a partir da perspectiva internacional, principalmente no que diz respeito ao processo de constituição do Estado nacional pós-revolucionário. À luz de uma abordagem atenta para o seu significado dentro do contexto mais amplo de busca de legitimidade internacional, esse tema, já bastante visitado pela historiografia, tem revelado novas complexidades e dimensões. Os recentes trabalhos de Alicia Azuela e Guillermo Palacios são representativos dessa nova abordagem.<sup>12</sup>

Alicia Azuela tem se direcionado à análise do processo de “anexação da arte ao discurso revolucionário” no âmbito da construção do nacionalismo oficial, de forma a destacar a dimensão externa envolvida nesse projeto. Nessa perspectiva, “a própria participação da intelectualidade” no projeto nacionalista oficial é identificada como “um fator importante na busca por legitimidade externa”, bem como o discurso nacionalista oficial assume um papel decisivo no plano exterior. Conforme aponta a autora, a proposta de unidade nacional, articulada pelos intelectuais ligados ao Estado pós-revolucionário, encontrou na “suposta artisticidade nata do indígena” – seu “passado artístico glorioso” e “manifestações vivas de seu gênio plasmado no artesanato e em seu rico acervo pré-hispânico” – o “recurso para fortalecer a singularidade nacional a partir da cultura.” Por sua vez, os “criadores plásticos” assumiram um papel central ao atuarem na construção de um “universo visual” capaz de dar “figuração artística ao imaginário representativo e legitimador da nova etapa da história mexicana.” Todo esse amplo processo interno foi a base para o desenvolvimento da imagem de um “México artístico”, difundida no exterior na tentativa de substituir a imagem do “México bárbaro”, sendo essa transformação “atribuída à ascensão dos governos pós-revolucionários ao poder.”<sup>13</sup> Assim, a imagem de um

---

<sup>11</sup>MELGAR BAO, Ricardo. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. *Regiones, suplemento de antropología*. Publicação eletrônica independente do Colectivo Antropólogos en Fuga y Compañía, Cuernavaca/Morelos. Ano 7, nº 43, outubro-dezembro de 2010, p. 5. Disponível em <<http://www.suplementoregiones.com/pdf/Regiones43.pdf>>. (Acesso em 10/12/2012)

<sup>12</sup>Referimo-nos principalmente aos seguintes trabalhos: AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada mirada: transculturalidad e imaginarios del México revolucionario (1910-1945)*. México: COLMEX; UNAM, 2009; AZUELA, Alicia. *Arte y poder*. México: FCE; El Colegio de Michoacán, 2003; AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. Vanguardismo pictorio y vanguardia política en la construcción de Estado nacional revolucionario mexicano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 469-89.

<sup>13</sup>AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. *Vanguardismo pictorio, op. cit.*, p. 473; 469-70.

“México artístico e revolucionário” tornou-se uma das mais representativas do país e uma das que alcançou maior projeção internacional a partir da década de 20.

As relações culturais do México revolucionário com os Estados Unidos foram o cerne de uma coletânea organizada por Azuela e Palacios, na qual se procurou resgatar a importância da transculturalidade, inclusive no processo de criação de arquétipos nacionais. Uma parte substantiva do livro foi dedicada ao tema da diplomacia cultural que, no caso específico das relações México-Estados Unidos, foi uma “ferramenta” essencial para “suavizar ou mediar conflitos”. Mas, conforme apontam os autores, de uma forma mais ampla, a diplomacia cultural foi “uma característica paradigmática da política mexicana pós-revolucionária.”<sup>14</sup>

Esses trabalhos põem em destaque que a ampla estratégia empreendida pelos governos mexicanos para firmar o país internacionalmente foi um processo não apenas simultâneo, mas complementar ao movimento interno de busca da coesão nacional em torno de uma identidade comum. Além disso, apontam para a centralidade atribuída à cultura e, no plano externo, à diplomacia como ferramenta para consolidar a legitimidade do novo Estado mexicano.

No que diz respeito às relações estabelecidas com o Brasil, os trabalhos de Yankelevich apresentam uma contribuição fundamental, ao resgatarem a estratégia de “propaganda revolucionária” desenvolvida pelo México no sul do continente. Projetada inicialmente durante o governo de Carranza e levada a cabo pelos sucessivos, a estratégia visava atrair simpatias e adesões à causa mexicana, frente à ameaça intervencionista estadunidense. Nesse contexto, um ideal de unidade continental, cuja base era o suposto “vínculo espiritual da América Latina”, foi assumido como parte de um amplo projeto direcionado a construir uma “retaguarda internacional” para a Revolução.<sup>15</sup> Mas o autor observa que nem todos os espaços continentais receberam a mesma atenção por parte da propaganda mexicana. Maior destaque foi dado aos países sul-americanos – Argentina, Brasil e Chile – que compuseram um bloco diplomático e se ofereceram para mediar o conflito entre México e Estados Unidos, em 1914, após a invasão do porto de Vera Cruz por *marines* estadunidenses; a partir de então, a “entente sul-americana” passou a ser considerada pelos constitucionalistas como “um fator real de poder na arena das disputas hemisféricas.” Nesse sentido, destaca Yankelevich, “independentemente de seu significado em termos de política externa”, a mediação “teve amplas consequências”. Por um lado, possibilitou um maior interesse dos países sul-americanos pelo México, sua história e revolução; por outro, marcou o início da ação diplomática constitucionalista.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup>AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo. Introducción: Transculturalidad e imaginarios en el México revolucionario. In: AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada, op. cit.*, p. 26.

<sup>15</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes, op. cit.*, p. 87.

<sup>16</sup>YANKELEVICH, Pablo. *La revolución Mexicana en América Latina, op. cit.*, p. 87.

Foi em meio à mediação do ABC que os constitucionalistas deram início a “uma enorme campanha de propaganda a favor do México”, a qual “assumiu um caráter permanente” e logo se tornou “uma atividade regular do serviço exterior mexicano.” Assim, em 1916, Isidro Fabela foi enviado, pelo governo Carranza, como representante diplomático do México aos países do ABC e Uruguai, onde passou a empreender uma série de ações estratégicas para projetar o México e sua revolução no sul do continente. Entre os “dispositivos” utilizados pela propaganda mexicana, destacaram-se a difusão de informações sobre o México nos meios de imprensa; o estabelecimento de vínculos com os meios intelectual e acadêmico, o que incluiu a visita de destacados intelectuais mexicanos aos países sul-americanos e também o envio de estudantes mexicanos para cursarem parte de seus estudos em universidades sul-americanas, como agregados da legação mexicana nesses países; e, finalmente, a “diplomacia das letras”, ou seja, a nomeação de reconhecidos literatos como representantes diplomáticos do México nesses países, o que se iniciou com o envio de Amado Nervo à América do Sul, como ministro plenipotenciário na Argentina e no Uruguai, em 1918.<sup>17</sup>

Todos esses “dispositivos” foram utilizados no caso do Brasil e merece destaque o fato de que a diplomacia acabou se transformando no principal meio para se firmar a presença mexicana em nosso país. Enquanto na Argentina, mesmo em meio à “frieza oficial”, a diplomacia carranzista pôde encontrar importantes interlocutores nos meios intelectual e acadêmico,<sup>18</sup> o caso brasileiro foi muito diferente. Em um ambiente intelectual predominantemente hostil às ideias de união continental – que tanto animavam o mundo hispano-americano na época – e em meio à precariedade institucional do mundo acadêmico, foram os meios oficiais, particularmente a diplomacia, o principal canal encontrado pelos governos mexicanos para a projeção de uma imagem positiva do México e de sua Revolução no Brasil. Não por acaso, houve todo um empenho por parte do México em fortalecer as relações diplomáticas com o Brasil e conquistar a elevação das representações de ambos os países ao nível de Embaixada já em 1922, algo que só veio a ocorrer na Argentina, por exemplo, em 1927.

Portanto, os trabalhos voltados para as relações diplomáticas entre o México e o Brasil assumem uma importância fundamental para o desenvolvimento de nosso estudo. O trabalho de Guillermo Palacios, que reconstrói a trajetória histórica dessas relações e resgata seus meandros oficiais, fornece-nos elementos importantes, principalmente no que diz respeito aos “desencontros” entre as políticas externas dos dois países no período aqui abordado, cujo cerne encontrava-se nas distintas relações estabelecidas por cada um com a potência continental.<sup>19</sup> O

---

<sup>17</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 101-2; 135.

<sup>18</sup>Idem, p. 97.

<sup>19</sup>PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp, 2008.

trabalho de Regina Crespo, por sua vez, incide diretamente sobre nosso tema de estudo, ao analisar as visões recíprocas de Brasil e México a partir dos relatos dos diplomatas que representavam seus governos nos respectivos países.<sup>20</sup>

Alguns estudos já foram realizados a respeito da presença da Revolução Mexicana na imprensa brasileira durante a década de 10. Em trabalho anterior, analisamos a repercussão que o processo revolucionário mexicano ganhou nos grandes jornais brasileiros em seus primeiros anos e constatamos a forte presença do tema, bem como o predomínio de uma visão bastante negativa do país revolucionário durante a guerra civil.<sup>21</sup> Nesse contexto, tornou-se hegemônica uma imagem barbarizante do México, resultante da circulação massiva de notas telegráficas, veiculadas pelas agências internacionais de notícias, nas quais o país e seus habitantes apareciam geralmente atrelados às noções de anarquia e violência. Entretanto, também foi possível verificar que alguns colaboradores dos jornais brasileiros procuraram realizar análises mais apuradas sobre o drama mexicano e buscaram fontes alternativas à imprensa internacional para embasar suas análises. Ainda no contexto da guerra civil, o tema da Revolução Mexicana ganhou espaço em diversos editoriais e artigos assinados, o que configurou um importante debate sobre o tema na imprensa. Os conflitos mexicanos foram analisados a partir de diferentes perspectivas e de diversas formas a situação do México foi aproximada à realidade brasileira, servindo para embasar distintos posicionamentos políticos no cenário nacional, conforme veremos no primeiro capítulo deste trabalho.

Ainda na década de 10, a imprensa operária foi outro importante espaço de repercussão dos acontecimentos mexicanos no cenário brasileiro. Em trabalho sobre o tema, Fábio Silva Sousa mostrou que a Revolução Mexicana ocupou um lugar central nas discussões dessa imprensa, tendo sido lida pelas lideranças operárias do Brasil, por intermédio do periódico anarquista mexicano *Regeneración*, como um processo que caminhava rumo à constituição de uma sociedade libertária. Mas, na conjuntura em que se somaram a eclosão da Grande Guerra, a ascensão da revolução dos soviets e o refluxo da mobilização anarquista na Revolução Mexicana, esta perdeu espaço nas publicações operárias brasileiras frente ao paradigma russo.<sup>22</sup>

Esses trabalhos mostram que o tema da Revolução Mexicana já fazia parte das discussões brasileiras antes mesmo da mediação do ABC, que coincidiu com a eclosão da Grande Guerra,

---

<sup>20</sup>CRESPO, Regina. *Miradas diplomáticas: México en la correspondencia del Palacio Itamaraty (1919-1930)*. *Secuncia*. México, Instituto Mora, nº 86, mayo-agosto, 2013.

<sup>21</sup>Trata-se de um estudo comparativo sobre a repercussão da Revolução nos grandes diários do Brasil e da Argentina: DIAS, Natally Vieira. *O México como “lição”*: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915). Belo Horizonte: Departamento de História, PPGH/FAFICH/UFMG, 2009 (Dissertação de Mestrado), 175 p.

<sup>22</sup>SOUSA, Fábio Silva. *Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

tema que rapidamente tornou-se o principal assunto do exterior a atrair a atenção da imprensa brasileira. Esses estudos também apontam na direção de que o debate público por meio de periódicos apresenta-se como um espaço fundamental para se recuperar as repercussões da Revolução Mexicana no Brasil. Ao contrário do que ocorre em outros países do continente, no caso brasileiro não é possível apreender a projeção do México revolucionário seguindo-se a trama das biografias e itinerários intelectuais pois, em nosso país, o tema, em geral, não ganhou espaço em grandes obras de grandes pensadores nem constituiu a base para a formação de redes intelectuais de caráter transnacional.<sup>23</sup> Mas esse quadro, que à primeira vista poderia sugerir a pouca relevância do tema no cenário brasileiro, na realidade encobre uma significativa presença do México e sua Revolução nos debates políticos e culturais travados no Brasil principalmente através de periódicos.

Durante a construção de nosso objeto de pesquisa, localizamos referências e discussões sobre o México revolucionário em várias revistas e também em jornais nas três décadas que se seguiram à explosão revolucionária de 1910. Nessa primeira década, além de jornais de grande circulação, encontramos discussões sobre a Revolução Mexicana em periódicos como a *Revista Americana*, que era editada sob os auspícios do Itamaraty com a proposta de conhecimento mútuo e aproximação continental; e a revista da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, *A Época*, que era editada por professores e estudantes nos anos 10. Na década seguinte, somaram-se a essas várias outras publicações, como foi o caso da revista *Columbia*, que também buscava a aproximação intelectual entre os países do continente; os periódicos de atualidades, *Revista da Semana* e *Brasil Contemporâneo*; e a revista *Movimento Brasileiro*, que se dedicava a temas artísticos e culturais em geral.

Nos anos 20 e 30 o México tornou-se tema de discussão também em periódicos porta-vozes de grupos que defendiam projetos político-ideológicos específicos, como a revista católica *A Ordem* – ligada ao Centro Dom Vital e dirigida por Jackson de Figueiredo nos anos 20 e por Alceu Amoroso Lima na década de 30; os jornais que atuaram como plataformas dos socialistas, *Vanguarda* em meados dos anos 20 e *A Esquerda* no fim dessa década; e a revista estudantil de cunho latino-americanista e tendência esquerdista *Folha Acadêmica*, que circulou entre fins dos anos 20 e inícios dos 30.

Além dos periódicos propriamente ditos, algumas colunas e artigos assinados por intelectuais e publicados em diários de grande circulação também nos servem de fonte para recuperar a incidência da Revolução Mexicana nos debates político-intelectuais brasileiros. É o caso, principalmente, da Página de Educação, publicada no jornal *Diário de Notícias*, assinada

---

<sup>23</sup>Essas perspectivas de análise foram utilizadas pelos trabalhos citados de Pablo Yankelevich e Ricardo Melgar Bao.



por Cecília Meireles, entre 1930 e 1933. Esse foi um espaço em que a poeta militou em defesa das reformas educacionais no Brasil e, em vários momentos, se referiu às realizadas pelo México como uma referência importante. Como veremos, o contato da escritora brasileira com o México revolucionário foi, em grande medida, intermediado por Alfonso Reyes, durante o período em que o escritor mexicano esteve à frente da Embaixada de seu país no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1936.

Alguns livros que abordam o processo revolucionário mexicano também são aqui tomados como fontes, por entendermos que, assim como os periódicos, serviram como instrumento de intervenção nos debates políticos mais imediatos no contexto em que foram publicadas. Tratam-se das obras poéticas de Ronald de Carvalho, *Toda a América*, publicada em 1926, e *Imagens do México*, em 1930; *O México revolucionário (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*, escrito por Oscar Tenório, líder estudantil de alinhamento esquerdista, publicado em 1928; *Afirmações acatólicas sobre vários temas*, publicado em 1929, uma coletânea de artigos do intelectual socialista Carlos Sussekind de Mendonça, na qual o primeiro capítulo é dedicado ao tema da Revolução Mexicana; e *Contra-revolução espiritual*, também uma coletânea de artigos de Alceu Amoroso Lima, principal líder da intelectualidade católica no país no período, publicada em 1933, na qual um capítulo é dedicado ao tema do México revolucionário.

Trabalhamos principalmente com publicações realizadas na cidade do Rio de Janeiro, capital política e principal centro cultural do país na época. Um aspecto essencial para que essa cidade fosse o marco geográfico priorizado neste estudo é o fato de que ela abrigava a Embaixada do México, espaço que se mostrou imprescindível para a difusão de uma imagem positiva do país no Brasil no período abordado. A análise das projeções que a Revolução Mexicana ganhou no cenário brasileiro implica necessariamente em resgatar os esforços realizados nesse sentido pelo Estado mexicano, principalmente através dos meios diplomáticos e muito particularmente através de mecanismos ligados à diplomacia cultural.

Atualmente o conceito de diplomacia cultural tem sido usado em referência aos mais diversos tipos de relações culturais envolvendo grupos, pessoas e instituições de países diferentes, com objetivos de maior aproximação e conhecimento mútuos.<sup>24</sup> Mas optamos por utilizar uma perspectiva que diferencia esse tipo de ação – que pode ser definida em termos de “relações culturais internacionais” – da diplomacia cultural num sentido mais específico,

---

<sup>24</sup>Um bom exemplo de uma concepção mais ampliada de diplomacia cultural é a utilizada por Alicia Azuela e Guillermo Palacios, que inclui os mais diversos tipos de “participação consciente de grupos de poder [...] no impulso das relações culturais [entre países].” Ver AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo. Introducción: Transculturalidad e imaginarios en el México revolucionario. In: AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada, op. cit.*, p. 26.

indicando uma particular utilização das relações culturais “para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica”; tratando-se, neste caso, de políticas oficiais, de cunho estatal.<sup>25</sup> Nossa opção por este conceito mais restrito tem o sentido de enfatizar o fomento de relações culturais com a América Latina como uma política diplomática oficial levada a cabo pelos governos mexicanos entre meados da década de 1910 e fins dos anos 30 com o objetivo de consolidar internacionalmente a presença do novo Estado surgido da Revolução.

O ápice dessa estratégia, no caso brasileiro, ocorreu com a presença de Alfonso Reyes à frente da Embaixada mexicana no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1936. Sua designação para o cargo no Brasil esteve diretamente relacionada com o objetivo de recompor e aprofundar uma imagem positiva do México revolucionário, fortemente desgastada pelo conflito religioso que marcou a segunda metade da década de 20 no país. A missão de Reyes em no país durou seis anos, foi a mais longa de sua carreira diplomática, e representou o auge de um amplo esforço mexicano, empreendido por cerca de duas décadas, para consolidar uma imagem positiva do país no cenário brasileiro.<sup>26</sup> A missão diplomática de Reyes, como veremos, foi, de fato, essencial para firmar uma imagem construtiva do México no Brasil.

O objetivo fundamental de nosso estudo é compreender quais foram as leituras realizadas pelos brasileiros a respeito da Revolução Mexicana e como essa experiência histórica foi apropriada por diferentes grupos político-intelectuais no contexto dos debates que marcaram o Brasil entre meados da Primeira República e os primeiros anos ditadura varguista. Para tanto, é imprescindível resgatar também as projeções do México revolucionário no Brasil, tanto aquelas realizadas por meio da imprensa internacional – que noticiou os principais acontecimentos mexicanos desde o início da Revolução – quanto os mecanismos que foram articulados pelos próprios mexicanos com vistas a consolidar internacionalmente o “novo México” surgido da Revolução. Para realizar essa análise, assumimos a perspectiva da “tradutibilidade histórica”, conforme proposta por Ricardo Melgar Bao. Essa noção se afasta da ideia de influência – tendo em vista o fato de esta última pressupor exterioridade e unilateralidade – e prioriza a lógica da “recepção”, entendida como um processo múltiplo de “apropriação” e “tradução”, ou seja, de “reelaboração ideológica, política e cultural dos traços da Revolução mexicana que podiam ser

---

<sup>25</sup>RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política exterior brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 33. (Grifos no original).

<sup>26</sup>Sobre o significado para as relações políticas e culturais entre Brasil e México tanto da presença diplomática de Alfonso Reyes, nos anos 30, quanto da comitiva cultural encabeçada por José Vasconcelos, nos anos 20, consultar CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 187-208.

articulados às mudanças e urgências da agenda nacional e, por isso mesmo, aos debates e posicionamentos dos atores”<sup>27</sup>, no nosso caso os brasileiros.

Neste estudo, ao priorizarmos os periódicos como fontes para recuperar os debates brasileiros nos quais incidiu a experiência revolucionária mexicana, lidamos com um tipo específico de debate, encabeçado por atores também específicos, os “intelectuais”. Tomamos de Carlos Altamirano uma definição, mais elástica e menos normativa, para pensar essas figuras, “sejam escritores ou artistas, criadores ou difusores [culturais], eruditos, expertos ou ideólogos, no papel que os torna socialmente mais visíveis: atores do debate público, o intelectual como ser cívico.”<sup>28</sup> Esse sentido atribuído ao intelectual permite-nos abarcar tanto os brasileiros que publicaram suas visões sobre a Revolução Mexicana quanto os próprios ideólogos do Estado mexicano, cujas interpretações oficiais do processo revolucionário foram difundidas internacionalmente. Para resgatar estas últimas, que foram uma das principais formas de projeção internacional do México revolucionário, utilizamos como fontes algumas publicações oficiais mexicanas do período, que conseguimos localizar na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.<sup>29</sup>

Nosso estudo envolve, portanto, um amplo debate de caráter transnacional sobre o significado da experiência revolucionária mexicana – que envolveu, como veremos, a imprensa internacional e intelectuais de diferentes países, incluindo os próprios ideólogos do novo Estado mexicano –, mas com vistas a resgatar uma parte específica deste debate, sendo nosso foco a incidência de diferentes interpretações sobre o México revolucionário nas discussões político-ideológicas brasileiras. Dessa forma, as referências ao debate transnacional mais amplo são feitas somente na medida em que foi possível perceber relações diretas ou potenciais entre este e as intervenções dos intelectuais brasileiros no debate nacional no período abordado. Destacamos que a perspectiva transnacional está subentendida na própria noção de “tradutibilidade histórica”, que utilizamos para analisar as leituras e apropriações feitas pelos brasileiros a partir das imagens do México revolucionário que foram projetadas internacionalmente por diferentes atores sociais. Nesse sentido, a perspectiva aqui assumida para lidar com o tema da transnacionalidade apresenta-se bastante próxima da proposição de Barbara Weinstein sobre a história transnacional como “uma abordagem que complexifica – não desloca – a história nacional”.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup>MELGAR BAO, Ricardo. La Revolución Mexicana en el movimiento, *op. cit.*, p. 5.

<sup>28</sup>ALTAMIRANO, Carlos. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*, *op. cit.*, p. 9.

<sup>29</sup>Apresentamos a lista completa das publicações oficiais mexicanas que conseguimos localizar no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, datadas de 1918 a 1941, na pág. 289 deste trabalho.

<sup>30</sup>WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. *Aletheia*, revista de la maestría en Historia y Memoria de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina, vol. 3, nº 6, julho de 2013, p. 13. Disponível em <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-6/pdfs/Weinstein-ok.pdf>>. (Acesso em 01/2015).

O enfoque de nosso estudo encontra-se na discussão pública realizada pelos intelectuais, o que faz com que os periódicos utilizados neste trabalho sejam tomados fundamentalmente como fontes, não como objeto. Embora reconheçamos que são importantes espaços de sociabilidade intelectual, essa não é a perspectiva priorizada. Da mesma maneira, os elementos relativos à materialidade dos inúmeros periódicos que tomamos como fontes – sua tiragem, circulação, preço, forma de financiamento, etc. – não são, em geral, tratados de forma pormenorizada, mas apenas referidos na medida em que ajudam a entender aspectos específicos dos posicionamentos político-ideológicos por eles assumidos.<sup>31</sup> Nossa preocupação principal foi apontar a linha editorial de cada uma dessas publicações, explicitar seus posicionamentos e relacionar, conforme o caso, a intervenção pública de determinadas figuras intelectuais através das mesmas.

A ideia é enfatizar a dimensão externa, do debate, ao menos potencialmente acessível a um maior número de pessoas, para além dos próprios intelectuais. Estamos pensando, no período, principalmente nas classes médias urbanas, crescentemente letradas e, por esse mesmo estatuto, incluídas na cidadania política. Em sua maioria, os intelectuais à frente dos periódicos com os quais trabalhamos tinham clareza quanto a seu papel mobilizador e, em muitas ocasiões, buscaram inclusive ocupar espaços em jornais de grande circulação, visando conquistar uma audiência mais ampla. Nesse sentido, certamente podemos reconhecê-los como “uma espécie moderna”, cuja palavra interpela a opinião pública e cujos escritos são indissociáveis da ação, sendo a própria escrita concebida como uma ação política.<sup>32</sup>

Essa definição implica, necessariamente, na compreensão de que os textos produzidos pelos intelectuais se constituem propriamente em “atos discursivos”, carregados de intensões e objetivos políticos, que são dimensionáveis na medida em que conseguimos captar seus contextos de escrita e publicação. Portanto, nossa interpretação dos textos utilizados como fontes encontra-se vinculada à proposta contextualista de Quentin Skinner, que nos recorda – algo que parece óbvio, mas muitas vezes não é devidamente levado em conta – da “atenção que deveríamos prestar aos motivos e intenções dos escritores quando tentamos interpretar o que eles dizem” e/ou escrevem.<sup>33</sup> Como muito bem argumenta François Dosse sobre o sentido desta proposição teórico-metodológica, “seu aporte essencial provém da capacidade de colocar os

---

<sup>31</sup>Para um balanço historiográfico sobre o uso dos periódicos como fonte e/ou objeto para do conhecimento histórico no Brasil, bem como uma proposta metodológica para o trabalho com os mesmos levando-se em conta os elementos da materialidade, consultar LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 111-153.

<sup>32</sup>Baseamo-nos aqui nas proposições desenvolvidas por Carlos Altamirano em: *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005; e *Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

<sup>33</sup>SKINNER, Quentin. Motivos, intenciones e interpretación. In: *Lenguaje, política e historia*. Buenos Aires: Quilmes, 2002, p. 171.

textos à prova dos contextos [...], mas, ao mesmo tempo, levando a sério o que os textos dizem, sem [simplesmente] projetá-los sobre dados externos”. Trata-se de uma perspectiva que admite a articulação de um duplo enfoque: “partindo da exterioridade dos textos”, permite “iluminá-los de uma maneira nova”, dotando-os da densidade de seu contexto de produção e difusão; ao mesmo tempo, isso “não invalida o enfoque inverso, que caminha da interioridade dos textos à sua exterioridade.”<sup>34</sup>

Apesar da diversidade dos textos com os quais lidamos – matérias jornalísticas; artigos assinados por intelectuais e publicados em jornais, revistas ou livros; discursos escritos para serem inicialmente proferidos oralmente; ensaios de reflexão político-cultural; poemas e publicações oficiais – é possível reuni-los, em sua grande maioria, sob uma categoria comum, relacionada exatamente com o caráter eminentemente político que perpassa sua escrita e publicação em um determinado contexto. Tratam-se de textos que são assimiláveis à noção de um “discurso panfletário”, conforme definida pelo historiador e crítico literário belga-canadense Marc Angenot, a qual – excedendo em muito o caráter virulento do próprio gênero panfleto – pode ser aplicada, num sentido mais amplo, àqueles “discursos de ideias de caráter persuasivo”, que visam o convencimento e pressupõem “um contra discurso antagônico implicado em [sua] trama”, vinculando-se, portanto, a um debate/combate de ideias. Este tipo de discurso inclui não apenas textos de evidente caráter polêmico, mas todos aqueles que carregam o mencionado “sentido político”, “ainda que seus significados ideológicos [sejam] bastante fluidos e maleáveis” – como no caso dos ensaios, por exemplo –, “mas não [por isso] menos presentes.”<sup>35</sup>

Trabalhamos inicialmente com a hipótese – que se confirmou ao longo do trabalho – de que a Revolução Mexicana tornou-se um alvo de debates e, mais do que isso, de distintas apropriações nos discursos de diferentes personagens e grupos da intelectualidade brasileira a partir de uma percepção compartilhada (reconhecida explicitamente ou não) da existência de semelhanças – de paralelismos históricos e culturais, além de problemas relativamente comparáveis – entre Brasil e México, o que potencialmente transformava a experiência mexicana em um caminho possível para o nosso país. A partir dessa percepção, o México revolucionário se tornou um foco de expectativas, para grupos que defendiam reformas semelhantes no contexto brasileiro; de preocupações, para aqueles que temiam que mudanças similares às experimentadas pelo México fossem realizadas no Brasil; e também de desconfianças, para grupos que defendiam uma transformação mais profunda da ordem social do que a realizada pela Revolução Mexicana.

---

<sup>34</sup>DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: PUV, 2003, p. 213.

<sup>35</sup>ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire: typologie des discours modernes*. Paris: Payot, 1982, p. 10-11.

Antes de expor a maneira como direcionamos nosso trabalho em termos da estruturação dos capítulos, cabe fazer um esclarecimento quanto à utilização do termo “México revolucionário” ao longo deste estudo. Embora as alusões à Revolução Mexicana convencionalmente se refiram à década de 1910 – identificada ao período da guerra civil –, como sabemos, as transformações gestadas pelo movimento revolucionário foram efetivamente concretizadas nas décadas seguintes. Nesse sentido, utilizamos o termo “México revolucionário” para designar as três décadas que se seguiram à explosão revolucionária de 1910, período em que a história mexicana gravitou em torno da Revolução, por meio de combates, disputas e debates sobre o caráter, a abrangência e os limites do processo iniciado na década de 10.

Outra questão importante a mencionar, no que diz respeito à compreensão do processo mexicano tomada como base neste trabalho, é a relativa a seu caráter revolucionário. Atualmente, além da histórica crítica de parte da historiografia de inspiração marxista – de que o processo conhecido como Revolução Mexicana não seria propriamente revolucionário, na medida em que não alterou profundamente a estrutura econômica do país (leia-se: não visou a destruição do capitalismo) –, existe uma tendência em minimizar os alcances das transformações experimentadas pelo país a partir de 1910, destacando-se as relações de continuidade entre o México pós-revolucionário e o porfiriato.<sup>36</sup> Sem negar a validade relativa de cada uma dessas perspectivas, aproximamo-nos daquelas tendências historiográficas (diferentes entre si) que ressaltam o caráter revolucionário do processo em questão.<sup>37</sup> Consideramos que o conjunto das transformações políticas, sociais e culturais envolvidas no amplo movimento da Revolução Mexicana – entre as quais se destacam as novas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade e uma mudança substantiva na identidade nacional mexicana – nos autoriza a interpretá-lo como um processo revolucionário. Existe, inclusive, uma tendência atual (com a qual concordamos) em destacar a Revolução Mexicana, ao lado da Cubana, como um dos principais processos revolucionários ocorridos na história latino-americana.<sup>38</sup>

Para além dos debates historiográficos e/ou ideológicos suscitados pelo tema, queremos chamar a atenção para um aspecto que procuramos não negligenciar neste estudo: o fato de que,

---

<sup>36</sup>Citemos apenas alguns casos mais emblemáticos de cada uma dessas perspectivas: GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: El Caballito, 1972; e GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: FCE, 2003 (2 Vol.), respectivamente.

<sup>37</sup>Entre as principais obras que tomamos como referência para a compreensão do processo revolucionário mexicano, destacam-se: BRADING, David. *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985; CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana* [1972]. 26ª reimp. México: Era, 2011 e *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989; KATZ, Friedrich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. 2 vols. México: Era, 1990 e *La guerra secreta en México: Europa, Estados Unidos e la revolución mexicana*. 2 vols. México: Era, 1991; KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México: FCE, 2010.

<sup>38</sup>Essa é, por exemplo, a perspectiva adotada na coletânea dirigida por Carlos Altamirano, *Historia de los intelectuales en América Latina II*, *op. cit.*

em sua grande maioria, os atores históricos envolvidos na trama aqui analisada acreditavam estar diante de um processo de transformação social que foi por eles compreendido como uma “revolução”. Isso ocorreu tanto no caso dos mexicanos, que entenderam a si próprios como atores de um processo revolucionário, quanto no caso dos brasileiros, que analisaram as transformações ocorridas no México também nesses termos.

Nossa análise foi desenvolvida na seguinte direção: no primeiro capítulo enfocamos as interpretações sobre a guerra civil no México veiculadas pela grande imprensa brasileira, contrapondo a simples reprodução das notas telegráficas oriundas das agências internacionais de notícias com as interpretações mais complexas formuladas por intelectuais a partir de suas colaborações com os jornais estudados.

No segundo capítulo, mostramos como, em meados da década de 1910, foi forjada no México, por parte da vertente constitucionalista, uma ampla estratégia de contraofensiva propagandística com o objetivo de combater a imagem predominantemente negativa que circulava internacionalmente sobre o México e a Revolução (principalmente através da imprensa internacional) em decorrência da guerra civil. Analisamos a maneira como, no caso brasileiro, essa estratégia de propaganda evoluiu no sentido de marcar a presença internacional do México por meio de missões culturais, principalmente durante o governo Obregón, cujo foco era a difusão de uma imagem de reconstrução moral e material do país.

No terceiro capítulo, abordamos a formulação, por parte do Estado mexicano, de um projeto político-cultural de solidariedade continental, de cunho latino-americanista, no qual o Brasil foi efetivamente incluído. Em seguida, mostramos como, nos anos 20, diferentes grupos intelectuais brasileiros valorizaram a experiência revolucionária mexicana precisamente a partir de identificações de tipo latino-americanista e anti-imperialista. Abordamos, também nesse capítulo, a maneira como a experiência revolucionária mexicana incidiu nos debates em torno do tema da “revolução”, travados entre grupos de esquerda brasileiros, e como a questão religiosa mexicana ganhou espaço nas discussões desencadeadas nos anos 20 no Brasil entre a direita conservadora católica e grupos que se identificavam com o republicanismo laico a partir de diferentes matrizes político-ideológicas.

No quarto capítulo, enfocamos a significativa presença do escritor-embaixador Alfonso Reyes como uma espécie de “personificação” do México no cenário brasileiro, destacando as relações entre sua atuação como intelectual e representante oficial de seu país e as leituras do México revolucionário realizadas por intelectuais brasileiros nos anos 30, especialmente no que dizia respeito a questões educacionais e culturais, de forma mais ampla. Mostramos também como as específicas apropriações da Revolução Mexicana realizadas por intelectuais brasileiros

nesse período transformaram o tema em uma referência importante em meio às discussões político-ideológicas num cenário cada vez mais marcado pela polarização direita/esquerda.

Finalizamos nosso estudo com um breve epílogo que abarca o governo Cárdenas – com ênfase na discussão brasileira sobre a nacionalização do petróleo – e o imediato pós-cardenismo, dando destaque para o estabelecimento de uma nova orientação para a política externa mexicana, em 1941, e suas cruciais implicações para uma nova interpretação oficial da Revolução Mexicana e uma mudança substantiva em relação à posição assumida pelo país no cenário continental nas décadas anteriores. Nesta última parte do trabalho, bem como nas anteriores, enfatizamos que, através da difusão de publicações oficiais, os governos mexicanos buscaram insistentemente projetar sua própria imagem da Revolução e do novo Estado mexicano de forma a incidir nas visões que se formavam sobre o México no exterior.



## Capítulo 1

### Entre a “barbárie” e o “imperialismo”: leituras brasileiras da guerra civil no México

Miremo-nos no México.

(José Veríssimo, *O Imparcial*, 1914)

O México [...] continua a ser para nós uma “lição”, de forma, em todo caso, negativa.

(Oliveira Lima, OESP, 1914)

#### 1.1. As notícias sobre o México na conjuntura brasileira de 1910-1914

As notícias sobre os acontecimentos dos primeiros anos da Revolução Mexicana ganharam repercussão no Brasil em meio a uma conjuntura muito particular dentro da Primeira República, marcada por uma forte dissensão política entre as oligarquias e por intensos conflitos sociais, principalmente nas áreas rurais. No âmbito político, a sucessão presidencial de 1910 representou uma fissura significativa na articulação das oligarquias regionais em torno da “política dos governadores”, que há cerca de uma década garantia estabilidade política e a hegemonia dos maiores estados sobre o conjunto nacional. A cisão política foi ocasionada por discordâncias em relação à candidatura de um militar, o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do governo anterior. São Paulo e Bahia, dois dos principais estados no concerto do bloco de poder hegemônico,<sup>1</sup> não aderiram à chapa hermista e articularam uma candidatura de oposição, encabeçada por Rui Barbosa.

A oposição expressou-se nos termos de um “civilismo”, embasado no temor de que a eleição do marechal acarretasse novamente um domínio militar sobre a política nacional, como tinha ocorrido no início da República. E, assim como havia ocorrido durante o movimento de contestação ao Império, a imprensa e as classes médias urbanas foram fortemente mobilizadas pela campanha civilista, o que fez do governo do marechal Hermes “o primeiro a surgir de uma eleição efetivamente disputada na República”.<sup>2</sup> O debate público em torno da eleição

---

<sup>1</sup>Dentro do sistema político predominante, existia um “bloco” de poder hegemônico, formado pelos maiores estados da federação – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco –, os quais dominaram tanto o Executivo quanto o Legislativo federal durante toda a Primeira República. Mesmo dentro desse “bloco”, a assimetria regional se refletia em termos políticos, posto que os estados da região sudeste, que já era o centro econômico do país, possuíam incontestável predominância. Consultar a respeito VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

<sup>2</sup>VISCARDI, 2001, p. 213.

presidencial de 1910 alcançou tamanho impacto que chegou a polarizar os posicionamentos políticos dos principais jornais da capital federal entre civilistas e hermistas.<sup>3</sup> Mas a base da oposição civilista concentrava-se sobretudo em São Paulo e sua principal tribuna de campanha foi exatamente o maior diário paulista, *O Estado de São Paulo*, que já era, então, um dos maiores do país. Esse órgão sustentou o discurso civilista não apenas no contexto eleitoral, mas manteve uma posição crítica de corte antimilitarista ao longo do governo do marechal, que foi marcado por várias intervenções militares nos estados que não haviam apoiado sua eleição.

As intervenções – realizadas com apoio do Exército e sob o respaldo do recurso intervencionista disposto na Constituição – foram justificadas como uma “salvação da democracia”, em nome da “depuração do regime republicano”.<sup>4</sup> Essas “salvações”, como foram ironicamente denominadas pela oposição, acabaram desencadeando disputas locais e, em alguns casos, intensificando conflitos sociais rurais, que foram outro grande foco de tensão durante o governo do marechal Hermes. Um dos conflitos mais emblemáticos do período ocorreu no Ceará, onde a intervenção militar, em 1912, desembocou numa longa luta de facções que durou até 1914. A disputa entre as elites locais, agravada pela intervenção, ligou-se, ainda, ao conflito popular de origem religiosa que envolvia o padre Cícero, na região de Juazeiro, e acarretou uma forte mobilização de grupos de cangaceiros. Contemporaneamente aos conflitos no nordeste, desencadeou-se, na região sul, a Guerra do Contestado.

Nos conflitos de Juazeiro e Contestado, as “manifestações políticas da religiosidade popular”<sup>5</sup> encontravam suas raízes na situação de marginalização das populações camponesas, que não se distanciava muito daquela enfrentada por boa parte dos mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário. No caso do Brasil, que há pouco abolira o regime escravista e mantinha a ordem latifundista intocada, o processo de modernização, intensificado com a República, acentuava a situação de miséria do campesinato.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup>Em sua *História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré descreveu o alinhamento dos grandes diários cariocas e destacou o fato de a *Gazeta de Notícias* ter sido o único a não tomar partido na disputa. De acordo com o autor, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *O País* e *A Tribuna* apoiaram a candidatura oficial, enquanto *O Século*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Careta* e *A Notícia* apoiaram o civilismo. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 375).

<sup>4</sup>SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 204.

<sup>5</sup>HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

<sup>6</sup>Essa situação esteve claramente expressa no conflito do Contestado, diretamente relacionado à expansão da “modernidade” sobre a região. A tensão que levou ao conflito iniciou-se, em 1912, quando um acampamento de sertanejos, liderado pelo monge José Maria, instalou-se em Irani, território de litúgio entre os estados do Paraná e Santa Catarina, após ter sido expulso das terras compradas pela Companhia Brazil Railwail para a construção de uma ferrovia na região. A chegada dos fiéis foi interpretada como uma “invasão dos catarinenses”, o que desencadeou um conflito bélico. Para uma comparação entre os movimentos rurais que ocorreram durante a Primeira República, em seus aspectos sociais e religiosos e suas conexões com as disputas políticas, consultar MONTEIRO,

Assim, durante o período 1910-1914, a difícil situação política foi agravada pela emergência de conflitos sociais, principalmente no campo, conferindo um caráter crítico ao governo hermetista. Em meio a toda essa turbulência social e política, as notícias sobre a Revolução Mexicana ganharam a cena pública no Brasil através da grande imprensa e trouxeram à tona um processo revolucionário que, embora ocorresse do outro lado do continente, emergia de uma situação social de inegáveis semelhanças com a realidade brasileira.

A primeira constatação a ser considerada a respeito do tema da Revolução Mexicana nos grandes diários brasileiros é exatamente a presença significativa do assunto, tendo em vista tratar-se de um processo ocorrido em um país geograficamente distante e sem implicações diretas sobre o Brasil. Entre os anos de 1910 e 1914, os jornais brasileiros publicaram centenas de notícias sobre o México e a situação mexicana ganhou destaque em vários editoriais e artigos. Enquanto as intervenções mais elaboradas, como os artigos assinados por colaboradores dos diários, se concentraram nos eventos mais significativos do processo revolucionário, a publicação de pequenas notas telegráficas foi contínua.

A presença sistemática da Revolução Mexicana nos jornais brasileiros, até certo ponto, pode ser explicada pela repercussão que o tema alcançou na imprensa internacional, tendo sido um dos mais noticiados antes da eclosão da Grande Guerra. Essa situação reflete, em grande medida, uma das implicações mais significativas da inserção da imprensa brasileira no circuito capitalista, que foi a sua incorporação na rede mundial da informação, já então dominada pelas agências transnacionais de notícias.<sup>7</sup> Como os grandes diários brasileiros não possuíam enviados no México e, em geral, não tinham acesso direto a fontes mexicanas, a imprensa internacional foi sua principal fonte de informações sobre os acontecimentos do país revolucionário.

Em decorrência dessa situação, pode-se observar uma tendência à homogeneização do discurso dos jornais no âmbito da publicação de notícias sobre os eventos mexicanos. Essa tendência diz respeito não apenas ao conteúdo, mas inclusive à forma, que quase nunca extrapolava o formato típico da nota telegráfica. Obviamente esse formato teve implicações importantes sobre a abordagem do assunto, que tendeu a ser tratado de forma fragmentária e descontextualizada, a partir do “padrão do ‘fato’”, “normatizado e controlado pelas agências [de notícias]”. Conforme aponta o teórico da comunicação Maurice Mouillaud, em seu estudo sobre a relação entre forma e conteúdo no discurso da imprensa, esse “padrão” informacional submete os acontecimentos, independentemente de sua natureza ou origem, a um mesmo formato,

---

Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (vol. 2). p. 39-92.

<sup>7</sup>Sobre o surgimento e a história das agências internacionais de notícias, consultar REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 55-72.

baseado no princípio da agilidade, o que implica fatalmente na descontextualização dos acontecimentos, ou seja, na priorização da informação em detrimento da análise.<sup>8</sup>

Em relação ao conteúdo, as notícias reproduzidas pelos jornais brasileiros permitem observar que circulavam pela imprensa internacional informações predominantemente negativas e inclusive pejorativas em relação ao México, aos mexicanos e ao movimento revolucionário que ocorria naquele país. Incontáveis notas como a seguinte: “os zapatistas torturaram, mutilaram e queimaram os passageiros do trem por eles assaltado em Ixtapa, México”,<sup>9</sup> reproduzida em *O Estado de São Paulo*, em 1912, foram publicadas em diversos jornais brasileiros. De uma forma geral, o discurso veiculado pelas notas telegráficas esteve caracterizado pela ênfase na violência do processo revolucionário, com destaque para supostos atos de barbárie atribuídos genericamente aos “revolucionários mexicanos” ou, em grande parte dos casos, aos “zapatistas”. Nas notas reproduzidas pelos jornais brasileiros, os revolucionários de Morelos foram identificados em geral como “camponeses” e por vezes como “índios”, sempre associados a termos pejorativos, tais como “hordas”, “selvagens” e “bandidos”.<sup>10</sup>

A origem das notícias detratoras sobre os revolucionários mexicanos que circularam pela imprensa internacional durante os primeiros anos da Revolução Mexicana é um ponto importante a ser considerado, especialmente porque, poucos anos mais tarde, a vertente constitucionalista desenvolveu toda uma “ação retificadora” às informações infundadas sobre os acontecimentos mexicanos que repercutiam internacionalmente. Carranza e seus seguidores culpavam os Estados Unidos pela veiculação de uma imagem bárbara do México e de sua revolução, visando justificar uma intervenção no país vizinho, o que de fato ocorreu em 1914. Ao analisar a estratégia de projeção internacional da Revolução pelos constitucionalistas, Pablo Yankelevich chama a atenção para o fato de que esse grupo percebeu a importância de estabelecer uma empreitada propagandista em favor do México revolucionário, primeiramente nos Estados Unidos não apenas para convencer a opinião pública estadunidense, mas porque “o telégrafo estadunidense foi o responsável por difundir, nos dois lados do Atlântico, falsas notícias, muitas vezes injuriosas, a respeito do México e de sua Revolução.”<sup>11</sup>

Mas a questão da produção e veiculação de notícias detratoras e infundadas sobre o México e o movimento revolucionário durante a guerra civil parece ser ainda mais complexa. De fato, é possível atribuir principalmente aos Estados Unidos e, mais particularmente, à agência

---

<sup>8</sup>MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 32-5.

<sup>9</sup>OESP, *Telegramas do Exterior*, 14/08/1912.

<sup>10</sup>Esse mesmo discurso pode ser encontrado nos grandes diários argentinos da época. Em muitos casos, inclusive, observamos que as mesmas notas detratoras dos revolucionários mexicanos foram reproduzidas em jornais dos dois países. Ver DIAS, Natally Vieira. *O México como “lição”*, op. cit., p. 82.

<sup>11</sup>YANLELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 83-4.

Associated Press – que já estava incluída no cartel da informação ao lado da francesa Havas, da inglesa Reuther e da alemã Wolff – a responsabilidade pela maior parte das notícias sobre o México revolucionário que circulavam internacionalmente. Essa situação decorria do fato de as agências operarem por meio de um sistema de intercâmbio de notícias, pelo qual a estadunidense era a responsável pela captação das mesmas em toda a América do Norte. No caso das informações sobre o México, a situação que se configurava era a seguinte: embora, pelo sistema de acordos, a francesa Havas fosse a responsável pela distribuição de notas telegráficas para a América do Sul, as notícias referentes à parte norte do continente eram, em geral, captadas pela Associated Press.<sup>12</sup> Essa situação transparece claramente nas páginas dos jornais brasileiros. Realmente a grande maioria das notícias sobre o México apontava a agência Havas como fonte das informações, mas, em sua maior parte, essas mesmas notas indicavam os Estados Unidos como lugar de onde teriam se originado as informações. Algumas vezes as notas remetiam diretamente sua origem à agência estadunidense, mas mesmo quando se tratavam de notícias que apontavam a Havas como fonte, seu lugar de origem era normalmente atribuído aos Estados Unidos.<sup>13</sup>

Por outro lado, não se pode deixar de ressaltar que o aspecto geral das notícias detratoras dos revolucionários mexicanos, reproduzidas nos jornais brasileiros a partir das informações provenientes da imprensa internacional, revelam exatamente os mesmos traços da “visão contrainsurgente”, identificada pela historiadora mexicana Daniela Marino como tendo sido produzida por órgãos de imprensa de dentro do próprio México. Segundo a autora, o principal alvo desse discurso foi o movimento liderado por Emiliano Zapata, cuja organização foi questionada e enfatizado seu suposto estado primitivo e semi-selvagem. Os camponeses sulistas foram descritos por meio do emprego de termos barbarizantes, tais como “hordas”, “ferozes” e “bandidos”, e seu principal líder identificado como “o Átila do sul”. A ênfase desse tipo de notícias recaiu quase sempre em fuzilamentos e outros atos de barbárie supostamente praticados pelos zapatistas, além da difusão de rumores de assassinato dos principais líderes do movimento. Ainda segundo Marino, o fato do zapatismo ter sido o movimento revolucionário mais estigmatizado pelo discurso contra-insurgente pode ser explicado, em grande medida, por sua composição social majoritariamente indígena, além de camponesa e analfabeta.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup>Sobre a atuação das agências internacionais de notícias através do sistema de acordos de intercâmbio de notícias no período abordado, consultar REYES MATTA, Fernando. *Op. cit.*, e BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007, cap. 1 da parte 2.

<sup>13</sup>Vale a pena ressaltar que essa situação também ocorre nos jornais argentinos, o que exemplifica bem o circuito de produção e circulação internacional de notícias no continente nesse período. Ver DIAS, Natally Vieira. *O México como “lição”, op. cit.*

<sup>14</sup>MARINO, Daniela. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política en México, 1870-1919. In: *Historia Mexicana*, v. XLVIII, n. 2, 1998, p. 236. Disponível em <[http://historiamexicana.mx/pdf/131art\\_13\\_1872\\_16020.pdf](http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_1872_16020.pdf)> (Acesso em 20/12/2009).

O argumento de Marino encontra uma correlação direta num tipo específico de apropriação das notícias sobre os revolucionários mexicanos feita por alguns jornais brasileiros. Em diários como a *Gazeta de Notícias e Minas Gerais*,<sup>15</sup> o “protótipo” das notícias barbarizantes sobre os camponeses revolucionários mexicanos veiculadas pela imprensa internacional foi utilizado para descrever os conflitos rurais que se desenrolavam no Brasil. Um dos exemplos mais ilustrativos pode ser encontrado no jornal *Minas Gerais* em meados de 1912. Em suas páginas, os leitores eram informados de que, no México, “num ataque de zapatistas contra um comboio, os atacantes praticaram as mais revoltantes barbaridades contra os passageiros que lhes caíram nas mãos, dos quais muitos foram torturados e queimados, num saque desenfreado”. Enquanto isso, no Brasil, “continuam chegando [...] notícias dos horrores praticados pelos cangaceiros, saqueando as casas de famílias e cometendo toda espécie de depredações.”<sup>16</sup>

As notas citadas descrevem de forma bastante semelhante as supostas ações de “zapatistas” e “cangaceiros”, de maneira que permitem estabelecer uma analogia entre ambas figuras, às quais se atribui atos de barbárie descritos de forma sintética e absolutamente descontextualizada. Percebemos que essa estratégia discursiva foi sistematicamente empregada pelo jornal *Minas Gerais* e, em menor escala, também pela *Gazeta de Notícias*, principalmente nos períodos de exacerbação dos conflitos rurais no Brasil. No caso específico do jornal mineiro, além da reprodução exaustiva de notas telegráficas oriundas da imprensa internacional, observamos que uma visão fortemente pejorativa dos camponeses revolucionários mexicanos foi veiculada também através de um texto em que a imagem dos zapatistas foi apresentada ao público leitor do diário associada ao nefasto elemento da enfermidade. Trata-se de uma nota, publicada em meados de 1913, situada na seção “Diversas”, que reunia pequenos textos que, em geral, não traziam assinatura ou identificação da fonte das informações. Tal foi o caso da nota em questão, na qual se lê o seguinte:

Entre os exércitos que se dilaceram no México, um existe, certamente o mais estranho que se conhece[,] encerrando o poder supremo do terror. Trata-se de um exército composto exclusivamente de soldados leprosos. É o exército do famoso general Zapata [...]. Sabe-se que a lepra no sul do México é uma moléstia comum, encontram-se lá leprosos com rostos horrivelmente mascarados de branco ou de vermelho ou de negro. Desses homens, reunidos, resolveu fazer uma força o general revolucionário, que mantém em permanente terror e sobressalto o governo da convulsionada república.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>O diário *Minas Gerais*, órgão oficial do governo estadual, cumpria também o papel de imprensa de notícias no período, visto que ainda não havia uma “grande imprensa” consolidada em Minas.

<sup>16</sup>Minas Gerais, *Telegramas e Notas do Exterior*, 14/08 e 02/06/1912.

<sup>17</sup> *Minas Gerais*, 15/07/1913, “Diversas”, p. 3.

A associação do movimento revolucionário de origem camponesa a uma doença pode ser facilmente relacionada a uma certa “linguagem de época” caracterizada pela predominância de teorias biologicistas de interpretação da realidade social, pensada enquanto um organismo que precisa funcionar harmonicamente. Conjugadas ao posicionamento conservador assumido pelos diretores do jornal mineiro, essas teorias levavam à interpretação dos conflitos sociais como “moléstias” que precisavam ser extirpadas, justificando-se, assim, o uso de métodos autoritários e violentos para a eliminação de quaisquer “sedições”. Não por acaso, tanto a aproximação das figuras de zapatistas e cangaceiros quanto a identificação do movimento camponês mexicano a uma enfermidade foram construções discursivas utilizadas por órgãos de imprensa que assumiam uma posição fortemente conservadora no cenário nacional e defendiam uma repressão violenta aos movimentos rurais no Brasil, como os diários *Minas Gerais* e *Gazeta de Notícias*.<sup>18</sup>

O caso da nota que opera a identificação dos zapatistas a um “exército de leprosos” merece ser destacado não tanto por seu caráter exemplar, posto que, como já apontamos, tratou-se de uma ocorrência tópica e em um jornal que expressava uma “voz do poder”, já que era o periódico oficial do governo de Minas. É difícil imaginar, por exemplo, a publicação de um texto com semelhante conteúdo em órgãos da chamada “imprensa independente”.<sup>19</sup> Mesmo assim, acreditamos que essa nota torna-se representativa do conteúdo mais corrente das notícias publicadas pelos jornais brasileiros durante os primeiros anos da Revolução no México, na medida em que condensa de forma hiperbólica os principais elementos que caracterizaram esse discurso. Além da descontextualização, a atribuição de atos bárbaros aos camponeses revolucionários sem a existência de uma fonte de informação claramente identificada são o denominador comum entre o texto sobre a “moléstia zapatista” e inúmeras notas telegráficas que circulavam pela rede internacional da informação e que foram reproduzidas pelos jornais brasileiros.

---

<sup>18</sup>A postura da *Gazeta de Notícias* frente aos conflitos rurais brasileiros aparece claramente expressa em uma “Nota da Redação”, publicada em janeiro de 1914, sobre as situações de Juazeiro e Contestado. Segundo os editores do jornal carioca: “Esses bandos de perturbadores das administrações estaduais não podem continuar a sua impune assolação. [...] Quer se denominem revolucionários no Ceará, quer sejam conhecidos por fanáticos no sul, em Santa Catarina, o que não resta dúvida é que os presidentes dos estados que tal gente infesta precisam usar de processos definitivos para acabar, de vez, com semelhante e inexplicável desordem permanente. [...] Para um governo realmente digno desse nome, o caso desse coronel como do monge Cícero não é, não pode ser mais que um caso de polícia, que de ser liquidado em 24 horas, nem que seja preciso mobilizar o exército.” (*Gazeta de Notícias*, 03/01/1914, p. 5).

<sup>19</sup>O termo “imprensa independente” se aplica à imprensa de informação e opinião em geral, o que não quer dizer que esses jornais sejam independentes de fatores e interesses políticos e econômicos. As relações e contradições fundamentais entre os interesses políticos e econômicos da grande imprensa durante a Primeira República são analisadas por Maria Helena Capelato em “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 139-150; e “Imprensa, uma mercadoria política”. In: *História & Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991. p. 131-139.

E não podemos deixar de ressaltar o fato da publicação desse tipo de notícias ocorrer em grandes e prestigiados jornais, ganhando, por vezes, destaque e aparecendo, em muitas ocasiões, como as únicas informações disponíveis sobre os acontecimentos do país em revolução. Além disso, essas notas eram veiculadas enquanto “fatos”, sendo, portanto, marcadas pela pretensão de objetividade, o que tendia a fazer com que sua difusão e assimilação ocorressem não como construções ou interpretações, mas como a própria “realidade”, apesar da flagrante debilidade de sua capacidade informativa. Mais uma vez retomamos as reflexões teóricas de Maurice Mouillaud para analisar tal panorama informacional. Nesse caso, trata-se especialmente de sua proposta de que o jornal seja pensado enquanto um “dispositivo” que “comanda a postura do leitor” com base no pertencimento a um lugar institucional, que é indissociável do seu sentido.<sup>20</sup> É a vinculação do dispositivo-jornal à rede mundial da informação que o identifica àqueles que têm a capacidade de informar sobre o que se passa no mundo, conferindo legitimidade social a sua “fala”, por vezes a despeito das limitações, contradições ou incoerências de seu próprio discurso.

Apesar da precariedade das informações presentes nas notas telegráficas, essas foram repetidas *ad infinitum* pelos periódicos brasileiros. Dessa forma, a Revolução Mexicana tornou-se um tema muito presente no cenário brasileiro e a forma e o conteúdo dessas notas – predominantemente negativas, fragmentadas, descontextualizadas e carentes de fontes confiáveis – configuraram, ao menos quantitativamente, a principal abordagem sobre a situação do México nos primeiros anos da Revolução. Mas a publicação de pequenas notas não esgotou o discurso dos jornais brasileiros sobre a Revolução Mexicana, mesmo em seus primeiros anos. A partir da intensificação do movimento revolucionário, a situação do México tornou-se tema de interpretações, comentários e debates por parte dos colaboradores dos jornais. Assim, as notas telegráficas, publicadas de forma sistemática, praticamente diariamente, tornaram-se uma espécie de pano de fundo sobre o qual passaram a ganhar destaque os artigos. Estes funcionavam como uma espécie de “contextualizador”, na medida em que se detinham a analisar e explicar o contexto mais amplo do qual decorriam os eventos noticiados brevemente por meio das notas.

Como mencionamos anteriormente, em nossa dissertação de mestrado analisamos a repercussão que a Revolução Mexicana ganhou, em seus primeiros anos, em grandes diários brasileiros e argentinos. Pudemos observar que as abordagens dos jornais analisados – OESP, *Gazeta de Notícias* e *Minas Gerais*, no caso brasileiro – sobre os acontecimentos mexicanos foram diretamente influenciadas pelos posicionamentos assumidos por cada um nos principais debates políticos nacionais. Assim, o início do processo revolucionário no México – encabeçado

---

<sup>20</sup>MOUILLAUD, Maurice. *Op. cit.*, p. 32-35.



por Madero e com ênfase numa ruptura política com a ditadura porfirista – foi apoiado por OESP, que manifestava uma postura crítica em relação ao sistema político oligárquico brasileiro e, na época analisada, atuava como plataforma da oposição civilista. O jornal paulista encontrou no México porfirista os mesmos problemas políticos que identificava no Brasil e, num primeiro momento, identificou a instabilidade e a violência que marcaram o movimento revolucionário como resultado do próprio regime ditatorial contra o qual os mexicanos se levantavam. Com a intensificação da violência no México, particularmente após o assassinato de Madero, OESP passou a criticar duramente o movimento revolucionário mexicano. Sua abordagem privilegiou os aspectos políticos envolvidos no processo, desviando-se do tema da ascensão dos exércitos populares no movimento mexicano.

Embora todos os jornais analisados tenham publicado, em algum momento, notas telegráficas provenientes da imprensa internacional sobre supostos atos de vandalismo praticado pelos “rebeldes” mexicanos, no caso do jornal *Minas Gerais* esse foi o eixo central de seu discurso sobre a Revolução Mexicana. O jornal mineiro reproduziu amplamente notícias em que predominavam imagens depreciativas a respeito dos revolucionários mexicanos, muito particularmente dos zapatistas, e, como já comentamos, utilizou-se do formato típico dessas notas para descrever supostos atos similares de violência por parte dos camponeses brasileiros.

Também a *Gazeta de Notícias*, em alguns momentos, utilizou as notícias detratórias dos zapatistas para desqualificar os movimentos camponeses brasileiros. Mas o cerne do discurso do jornal carioca esteve na desqualificação da Revolução Mexicana como uma mera demonstração do caudilhismo latino-americano. O diário se referiu ao processo revolucionário mexicano a partir de uma crítica ao “militarismo caudilhesco”, que consideravam imperar no México, de Porfirio Díaz a Carranza, passando por Zapata e inclusive Madero.

O jornal carioca foi, de todos os analisados, o que menos espaço dedicou aos acontecimentos mexicanos antes que se desdobrassem num conflito internacional. No que diz respeito à situação interna do México, seus editores praticamente se limitaram a reproduzir pequenas notas telegráficas a respeito e selecionaram principalmente as que minimizavam o alcance da Revolução. Essa opção pode ser entendida como uma estratégia editorial claramente acorde com a perspectiva mais geral do periódico, que demonstrava grande preocupação com a proliferação de movimentos sociais no Brasil, tanto no campo quanto nos centros urbanos, chegando a defender explicitamente uma repressão violenta aos mesmos.

Mas a perspectiva, assumida pelos editores da *Gazeta de Notícias* ao tratar do movimento revolucionário mexicano, não foi a predominante entre os órgãos da imprensa brasileira analisados. Em geral, os jornais dedicaram um espaço expressivo ao tema da Revolução Mexicana e a lógica imperante em suas análises foi a de uma articulação explícita entre as

realidades de México e Brasil. A partir dessa percepção, as análises sobre o movimento revolucionário mexicano acabaram se transformando em oportunidades para a intervenção pública de alguns intelectuais brasileiros a respeito dos problemas nacionais.<sup>21</sup>

Algumas das análises mais sistemáticas da situação mexicana veiculadas pela grande imprensa brasileira foram produzidas por dois importantes intelectuais do período a partir de suas colaborações para os jornais: o historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima, escrevendo como correspondente de *O Estado de São Paulo* na Europa; e o educador e crítico literário José Veríssimo, como colaborador do jornal carioca *O Imparcial*. Os espaços a partir dos quais Oliveira Lima e José Veríssimo realizavam suas intervenções públicas nos jornais foram distintos e estiveram bastante identificados ao perfil de cada um dos diários.

No início do século XX, *O Estado de São Paulo* já era um dos maiores e mais respeitados diários do Brasil; apresentava uma linha editorial de tom elitista, com um formato um tanto “sisudo”, sendo composto, em geral, por artigos extensos e densos cuja leitura demandava certo nível intelectual. A colaboração de Oliveira Lima com o jornal data de 1903, ano em que retornou ao Rio de Janeiro após deixar o posto diplomático em Tóquio.<sup>22</sup> Já durante a década de 1910, em geral seus artigos foram escritos e enviados a partir da Europa, tendo sido publicados na coluna “Coisas estrangeiras”.<sup>23</sup> Esta informava os leitores de OESP sobre as principais discussões do Velho Continente, apontando claramente para o europeísmo predominante no jornal paulista, cujos únicos correspondentes internacionais encontravam-se precisamente em Londres e Paris.

Ao contrário de OESP, o carioca *O Imparcial* identificava-se mais com o continente americano e tinha como modelo a imprensa estadunidense, com um formato mais informativo e atrativo. Isso se refletia, por exemplo, num intenso uso de imagens por parte do periódico, que tinha como subtítulo exatamente “Diário ilustrado do Rio de Janeiro”. Enquanto o jornal paulista se alinhava mais ao chamado “modelo francês”, caracterizado por um jornalismo mais embasado

---

<sup>21</sup>No caso da Argentina, os jornais tomados como fonte no estudo comparativo com os brasileiros foram *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*. *La Prensa* era, nos anos 10, um jornal explicitamente comprometido com a crítica à ordem oligárquica argentina e manifestou, em relação à Revolução Mexicana, uma posição semelhante à do brasileiro OESP. Apoiou o levante maderista contra a ditadura de Porfirio Díaz e identificou a violência do movimento revolucionário como uma “herança” da própria ditadura. Tanto *La Prensa* quanto *La Nación* privilegiaram a dimensão política em suas abordagens sobre o movimento revolucionário mexicano, no entanto, este último jornal, que assumia uma posição mais conservadora no panorama nacional argentino, utilizou-se do quadro de instabilidade política no México para fundamentar seus argumentos contrários à reforma democratizante que foi instaurada na Argentina em 1912. Também *La Razón* apoiou o início do movimento revolucionário no México, mas, desde o assassinato de Madero, se opôs veementemente ao desenrolar da Revolução, principalmente no que dizia respeito à participação das massas populares no processo revolucionário. Esse diário demonstrou uma visão extremamente racista em relação ao México e, por esse viés, enfatizou e condenou a violência do processo revolucionário como uma demonstração da suposta inferioridade racial da população mexicana, identificada no discurso do jornal fundamentalmente como indígena. Cf. DIAS, Natally Vieira. *O México como “lição”, op. cit.*

<sup>22</sup>MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 171.

<sup>23</sup>Oliveira Lima residiu na Europa atuando como representante diplomático do Brasil na Bélgica entre 1908 e 1912. Retornou ao Brasil e aposentou-se da carreira diplomática, em 1913. Em 1914 já se encontrava novamente no Velho Continente, de onde voltou a escrever para a coluna do jornal paulista.

em editoriais e artigos de opinião, *O Imparcial* vinculava-se ao “modelo americano”, mais focado na pretensa “objetividade dos fatos”.

O próprio título do periódico carioca explicitava bem sua pretensão de imparcialidade, o que implicava, no plano político, numa posição de marcada independência. Ao contrário de boa parte dos grandes diários do período, que tinham surgido no contexto de transição do Império para a República ou logo no início do novo regime, *O Imparcial* foi fundado em 1911, portanto, já na conjuntura de consolidação do regime republicano. Apesar de ter surgido num contexto de crise e polarização, decorrente das divergências entre hermetistas e civilistas, o diário procurou manter-se afastado das disputas políticas.

Enquanto Oliveira Lima escrevia a partir da Europa para OESP, com textos voltados para a situação europeia, José Veríssimo residia no Rio de Janeiro e colaborava com *O Imparcial* como comentador da cultura e particularmente da literatura hispano-americana. Em ambos os casos, portanto, a análise da situação política mexicana não se enquadrava exatamente no perfil dos espaços em que publicavam nos respectivos jornais. Entretanto, a intensificação da guerra civil no México fez com que os dois intelectuais abandonassem os assuntos que costumavam abordar para se dedicarem ao tema mexicano. Ambos explicaram a mudança de sentido de suas intervenções nos jornais pela grande repercussão internacional da Revolução Mexicana: “O México tem estado na ordem do dia”, afirmou Oliveira Lima em seu primeiro artigo sobre o assunto, em meados de 1911. Dois anos mais tarde, em finais de 1913, Veríssimo reiterava a permanência do tema entre os mais importantes do momento, justificando, assim, seus comentários sobre a situação mexicana no diário carioca: “tem estado, e ainda continua, muito em foco o México.”<sup>24</sup> Entre 1911 e 1914, ambos dedicaram vários artigos ao assunto. As intervenções de Oliveira Lima sobre o México estiveram presentes ao longo de todo esse período, enquanto as de Veríssimo se concentraram nos anos de 1913 e 1914.<sup>25</sup>

Os dois intelectuais brasileiros desenvolveram seus comentários sobre o México e sua revolução com base numa articulação direta com a situação do Brasil, mas a partir de posicionamentos político-ideológicos muito distintos. Essa situação acabou configurando um intenso debate a respeito da política nacional no qual a situação do México revolucionário foi tomada como uma “lição” para o Brasil, conforme a expressão de Oliveira Lima.

---

<sup>24</sup>OESP, 27/05/1911, p. 3 e *O Imparcial*, 13/09/1913, p. 2.

<sup>25</sup>Os artigos de José Veríssimo sobre a Revolução Mexicana, publicados em *O Imparcial* entre 1913 e 1914, constam na coletânea organizada por João Alexandre Barbosa, quem localizou e reuniu diversos textos de Veríssimo, publicados em órgãos de imprensa, a respeito de temas ligados à cultura e política na América Latina: VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. (Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa). São Paulo: Brasiliense, 1986.

## 1.2. Oliveira Lima e a “lição” do México

A intervenção pública de Oliveira Lima a respeito da situação mexicana iniciou-se nas páginas de OESP em maio de 1911, quando o autor manifestou grande surpresa com o desencadeamento do movimento revolucionário. Parecia-lhe bastante plausível pensar que haveria uma mudança substancial na política mexicana após a morte de Porfirio Díaz, a quem qualificou de “autocrata”, por governar a nação com “mão férrea” e promover o desenvolvimento material através da “paz forçada”. Mas, em sua concepção, ninguém poderia imaginar que mesmo durante a vida do velho ditador a situação fosse alterada e um movimento oposicionista ganhasse tamanha proporção que chegasse a derrubar o “marechal Díaz.”<sup>26</sup>

Como se sabe, o termo “marechal” não era comum para designar o ditador mexicano. Mas o intelectual brasileiro fez questão de usá-lo como uma referência indireta à figura do presidente brasileiro, o marechal Hermes. Oliveira Lima rapidamente aproximou a realidade mexicana à brasileira e considerou que os problemas enfrentados pelo México, e também pelo Brasil, decorriam simplesmente da falta de “liberdade eleitoral”. Assim explicou a situação do México porfirista: “os governadores, que constitucionalmente se viam eleitos, eram de fato nomeados pelo onipotente presidente. Todo esse complicado aparelho de congressos estaduais [...] põe-se em movimento para mostrar que estão enferrujadas as suas molas.”<sup>27</sup>

Como se pode deduzir da citação, a análise da máquina política do porfirismo funcionava indiretamente como uma crítica à “política dos governadores” que vigorava no Brasil. Nesse sentido, sob a perspectiva de Oliveira Lima, a situação do México deveria servir como “uma lição” para o Brasil, pois provava a incapacidade dos “salvadores” em garantir a ordem por muito tempo. A referência subentendida aqui era, também, ao governo brasileiro e às intervenções militares realizadas nos estados. Na visão desse intelectual, tanto no México quanto no Brasil a anarquia e a violência eram resultados diretos do autoritarismo: “o despotismo não é suscetível de dar frutos diversos”, asseverou.<sup>28</sup>

Oliveira Lima assumiu uma postura bastante crítica aos acontecimentos mexicanos e o enfoque de sua análise foi colocado sobre a questão da violência envolvida no processo revolucionário. Num primeiro plano, mais imediatamente perceptível, suas reflexões sobre o México estiveram, na realidade, pautadas pelo objetivo de intervir criticamente na conjuntura política brasileira. Não se pode esquecer do fortíssimo papel político exercido por OESP durante

---

<sup>26</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. “A situação do México”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 27/05/1911, p. 3.

<sup>27</sup>Idem.

<sup>28</sup>Idem, “A trapalhada mexicana”, 09/06/1914, p. 5.

a Campanha Civilista, para a qual muito contribuiu a adesão de um intelectual da estatura do diplomata brasileiro em Bruxelas.<sup>29</sup>

Mas tomadas em seu conjunto, as análises de Oliveira Lima sobre a situação mexicana também expressam uma visão mais sistemática a respeito da América Latina. Ao mesmo tempo em que criticou a ditadura porfirista, o historiador-diplomata brasileiro não deixou de questionar-se sobre a possibilidade de um governo democrático no país hispânico da América do Norte. A passagem a seguir resume o fundamental de seus argumentos:

[Porfirio Díaz] foi senhor absoluto do México [...]. Dentro do país não havia oposição, porque qualquer que se erguesse era implacavelmente suprimida. Foi esse o maior segredo do êxito das sucessivas administrações de Díaz. [...] Resta saber se com outro método teria D. Porfirio imposto a paz e feito voltar a ordem no México. Quando se evoca [...] o período 1810 a 1868 [...] não sei de história mais anarquizada [sic] e mais vergonhosa. [...] Nesse general de comédia [Sant'Anna] tinham ido dar os esforços heróicos de Hidalgo, de Guerrero e de Morelos, dos que julgaram bastante soltar o grito de independência para magnificamente erguer a população inculta e semibárbara, que era e é a mexicana, até o nível das populações anglo-saxônicas educadas na prática das liberdades.<sup>30</sup>

Na visão de Oliveira Lima, portanto, o drama mexicano teria se iniciado com a própria Independência e a ditadura porfirista teria sido um esforço – no fim das contas inútil – de consolidar a ordem política sobre uma população incapaz para o autogoverno. Precisamente nesse ponto reside o substrato da interpretação que desenvolveu a respeito do México e também do Brasil. Toda sua argumentação a sobre as conjunturas políticas de ambos os países partia de uma percepção mais geral que identificava as populações latino-americanas como inferiores em comparação com as anglo-saxônicas, estando apenas estas últimas preparadas para a democracia.<sup>31</sup>

Embora não se manifestasse explicitamente – note que os adjetivos usados para se referir à população mexicana foram “inculta” e “semibárbara” –, essa visão se embasava em critérios raciais, a partir dos quais a suposta inferioridade dos latino-americanos era explicada por seu caráter “mestiço”. Dessa concepção decorria também um diagnóstico: “a instituição monárquica, colocando o soberano ‘acima das paixões partidárias, vale mais *para estes nossos meios* do que qualquer falsa democracia prestes a degenerar em caudilhismo.”<sup>32</sup> Assim, do pessimismo em relação à América Latina se passava à defesa do regime monárquico para “estes nossos meios”

---

<sup>29</sup>Teresa Malatian ressalta que a adesão de Oliveira Lima à Campanha Civilista culminou, inclusive, em publicações de artigos favoráveis à candidatura de Rui Barbosa na imprensa europeia. Cf. MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 232.

<sup>30</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A trapalhada mexicana”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 09/06/1914, p. 5

<sup>31</sup>Oliveira Lima expressou de forma sistemática todas essas concepções numa série de conferências que proferiu entre 1912 e 1913 em universidades dos Estados Unidos e do Brasil, as quais foram reunidas e publicadas pela Livraria Garnier sob o título de *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*.

<sup>32</sup>Idem. Grifo nosso.

onde, em sua visão, a inferioridade racial impossibilitaria o desenvolvimento de sistemas democráticos de governo. A partir dessa perspectiva, a monarquia seria o único regime político capaz de garantir a ordem interna nos países latino-americanos sem cair no autoritarismo e na violência em que se debatiam boa parte das repúblicas do continente. O caso brasileiro seria exemplar dessa situação, conforme sugeriu:

Compare-se mentalmente o que ocorre no México com o que ocorreu no Brasil. [...] Quando o império caiu, a paz doméstica reinava entre nós havia quarenta anos, e as liberdades públicas eram de natureza tal que todos hoje lhe deploram o ocaso. [...] Se D. Pedro II pode fazer semelhante legado à sua pátria [...] não o pode D. Porfirio que reinou durante seis lustros exercendo o mais discricionário poder pessoal, um poder [...] que os fuzilamentos deviam ter consolidado.<sup>33</sup>

Mais do que a leitura da situação continental estabelecida por Oliveira Lima, chama a atenção sua defesa explícita da monarquia e mais ainda a publicação de um texto apologético ao Império brasileiro em um jornal historicamente comprometido com a República, como OESP. Mas os intrincados fios dessa aparente contradição podem ser encontrados.

Começamos pela “redefinição” das convicções políticas de Oliveira Lima em direção ao monarquismo. Em seu trabalho sobre a questão da nacionalidade no pensamento do historiador-diplomata, Teresa Malatian observa que ele já havia abraçado essa “nova posição política” desde inícios do século, por volta de 1903 e 1904, quando ainda encontrava-se no Rio de Janeiro. Entretanto, segundo a autora, o monarquismo de Oliveira Lima passou a se expressar “mais arrojadamente” depois de um encontro que teve – possivelmente em Bruxelas – com D. Luís de Orléans e Bragança, filho da princesa Isabel, engajado na causa da rearticulação monárquica no Brasil. Após o contato estabelecido com o príncipe, Oliveira Lima publicou precisamente nas páginas de OESP, em setembro de 1910, um artigo de apologia ao Império e à figura de D. Pedro II. Em agradecida resposta ao texto, o príncipe lhe enviou uma carta que também teve alguns trechos publicados pelo destinatário no jornal paulista.<sup>34</sup>

A autora chama a atenção para o fato de que a “adesão polêmica” de Oliveira Lima ao monarquismo foi explicitada justamente no contexto da Campanha Civilista e que OESP foi o divulgador “[d]a obra histórica em que Oliveira Lima se mostrou mais declaradamente simpatizante da monarquia”. O jornal paulista publicou uma série de artigos apologéticos ao Império brasileiro, que eram frutos de conferências proferidas na Sorbonne pelo intelectual brasileiro, em 1911. Malatian observa, ainda, que a monarquia brasileira foi apresentada nesses artigos como exemplo de ordem e prosperidade a partir de uma revisão histórica que estabelecia um perfil democrático e próspero do Império. Trata-se, em resumo, de “um estudo saudosista do

---

<sup>33</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. “A trapalhada mexicana”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 09/06/1914, p. 5.

<sup>34</sup>MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 227; 230; 233.

regime derrubado pelos que eram incapazes – assim lhe parecia [a Olivera Lima] – de governar melhor o Brasil.<sup>35</sup>

A publicação de artigos com semelhante conteúdo nas páginas de OESP se esclarece quando se leva em conta que, conforme salienta Malatian, tal discurso “não sustentou apenas práticas políticas restauradoras, mas também os posicionamentos críticos à República liberal-oligárquica, que tomavam como modelo o passado para melhor explicar suas divergências em relação à [situação] republicana.”<sup>36</sup> Sem dúvida essa era a posição dos editores de OESP que, embora não partilhassem do monarquismo de Oliveira Lima, há muito expressavam suas críticas aos déficits morais da república brasileira, situação que se via intensificada pelo governo hermista.<sup>37</sup>

Além disso, a colaboração de Oliveira Lima – mesmo quando se tornou um monarquista confesso – em OESP é melhor compreendida quando se leva em conta que, nesse período, uma das principais críticas sustentadas pelo periódico paulista dizia respeito exatamente à ausência de “elites intelectuais” na nascente República, conforme apontam Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato em estudo sobre a ideologia de OESP. Na perspectiva dos produtores do jornal, as “maiores expressões culturais” naquele momento eram os intelectuais legados pelo Império, “remanescentes de uma época em que a ‘seleção das elites’ constituía preocupação básica do chefe da nação.”<sup>38</sup> Sem dúvida, o ilustre Oliveira Lima era um desses remanescentes. Tratava-se de um dos intelectuais brasileiros mais reconhecidos na época e sua colaboração certamente favorecia o prestígio do jornal, além de abonar a crítica política ali difundida através de um discurso articulado a partir de uma posição “do saber”, decorrente de estudos sistemáticos de um historiador.

Optamos por fazer uma exposição pormenorizada da posição política assumida por Oliveira Lima e de sua relação com o jornal paulista por entendermos que a situação acima exposta se relaciona intimamente com as análises sobre a Revolução Mexicana assinadas por esse intelectual e veiculadas por OESP. Durante um período de mais de três anos, entre maio de

---

<sup>35</sup>Idem, p. 227 e 232. As conferências proferidas na Sorbonne foram reunidas no mesmo ano, 1911, em um livro intitulado *Formation Historique de la nationalité brésilienne*, publicado pela editora Garnier.

<sup>36</sup>Idem, p. 235.

<sup>37</sup>Teresa Malatian destaca que a disputa entre hermistas e civilistas se configurou também em um embate entre monarquistas e republicanos, pois a reação monárquica reunida em torno do Diretório Monarquista do Rio de Janeiro apoiou o governo hermista na expectativa de fechar o ciclo republicano a partir de um governo militar. A autora destaca que, nesse contexto, Oliveira Lima apoiou deliberadamente a Campanha Civilista, talvez ignorando a aproximação entre monarquistas e hermistas, já que não residia no Brasil no período. De toda maneira, destaca que a defesa da monarquia pelo intelectual brasileiro não culminou em um engajamento mais militante, posto que não se filiou ao Diretório Monarquista nem se vinculou às “hostes mais aguerridas” do movimento. Cf. MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 231; 236. Deve-se ter em mente, nesse sentido, que o cargo de funcionário público exercido pelo então diplomata impedia um engajamento desse tipo.

<sup>38</sup>PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 21.

1911 e junho de 1914, o intelectual monarquista dedicou boa parte de suas intervenções no jornal paulista à situação mexicana, apesar de estar na maior parte desse tempo, residindo na Europa. Certamente, como ele próprio destacou, o México encontrava-se “na ordem do dia”. Entretanto, não se deve esquecer que a Europa também vivia uma situação de crescente tensão política, que veio a culminar na Grande Guerra. Ainda assim, e mesmo situado no palco dos acontecimentos europeus, Oliveira Lima insistiu em priorizar a situação mexicana nos artigos enviados para a coluna “Coisas estrangeiras” de OESP.

Quando atentamos para a estratégia discursiva empregada pelo autor para discorrer sobre a situação do México, observamos claramente a permanência de uma argumentação que opõe de forma simplista um México tirânico, governado pelo ditador Porfirio Díaz, a outro revolucionário, sanguinário e anárquico. Essa dualidade foi reiterada *ad nauseam* independentemente das diferentes conjunturas vividas pelo país em revolução, permanecendo como foco de seu discurso mesmo muito após o exílio de Don Porfírio. Nesse esquema precário de interpretação, as figuras dos revolucionários pouco aparecem e praticamente nenhuma importância é conferida a existência de diferentes grupos sociais e/ou político-ideológicos no âmbito do movimento revolucionário. Algo que chama bastante a atenção é o fato de um intelectual da importância do historiador-diplomata não expressar grande interesse em buscar fontes mais específicas sobre a situação do México. As poucas referências que cita de forma indireta provêm da imprensa inglesa, mas, na grande maioria das vezes, o embasamento subentendido que utiliza para opinar sobre a situação do país do norte são suas próprias percepções a respeito da América Latina em seu conjunto.

Nessa perspectiva, podemos perceber que apenas mencionar a situação mais geral do México revolucionário – a instabilidade política e a guerra civil decorrente da derrubada de uma longa ditadura – era suficiente para um discurso cujo foco era “provar” a velha visão a respeito das “republichetas” hispano-americanas para endossar o diagnóstico da pertinência do regime monárquico para a região. A estratégia se completava por meio da oposição da “paz imperial brasileira” ao exemplo oposto do México porfirista e, em seguida, do contraste direto com a situação do Brasil republicano, num momento em que os conflitos rurais no nordeste se agravavam ao ponto de “requerer um estado de sítio de seis meses”, situação que o autor não deixou de ressaltar.<sup>39</sup>

De uma forma geral, as análises de Oliveira Lima sobre o México apresentam dois pontos fundamentais que caracterizavam boa parte das reflexões dos intelectuais brasileiros no período: a desilusão com os rumos tomados pela República no Brasil e a recorrência a critérios

---

<sup>39</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. “A trapalhada mexicana”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 09/06/1914, p. 5.



racialistas<sup>40</sup> como fatores explicativos das dinâmicas política e social. Além disso, expressam uma percepção bastante cristalizada entre a intelectualidade brasileira a respeito da “singularidade” do Brasil na América, ancorada na visão de que, ao contrário das repúblicas hispano-americanas, o regime monárquico brasileiro havia garantido a estabilidade política e impedido a fragmentação territorial. Uma visão que tendia a identificar a América Hispânica como uma “outra América” não apenas distinta, mas inclusive inferior ao Brasil, conforme observou Kátia Gerab Baggio nas interpretações formuladas por intelectuais brasileiros durante as primeiras décadas republicanas.<sup>41</sup>

Embora o saudosismo monárquico de Oliveira Lima não desse a tônica do discurso nesse período, quando o regime republicano já estava consolidado, o núcleo interpretativo de sua visão perpassava até mesmo o discurso de republicanos históricos, como eram os editores de OESP. Essa percepção transparece, por exemplo, num dos poucos textos que os próprios editores dedicaram ao tema da Revolução Mexicana. O tema, que era abordado predominantemente por colaboradores, ganhou espaço num editorial do jornal na ocasião da *Decena Trágica*, em fevereiro de 1913. Quando do assassinato de Francisco Madero, que havia sido alçado ao posto presidencial após a derrubada da ditadura porfirista, os editores do jornal paulista manifestaram-se diretamente sobre a situação do México e não deixaram de relacioná-la ao contexto brasileiro:

**A grande lição atual do México – [...] um novo fracasso da doutrina dos “salvadores”**

“El continente enfermo” está dando mostras de que ainda o será por muito tempo. No México [...] uma situação que de tal modo se implanta, não dá esperanças de que a ordem se estabeleça. [...] Assim, servisse esta eloquente lição de atualidade aos que, no Brasil, por fingida cegueira de politiqueros “arrivistas”, por calculada amnésia de despeitados ou por inofensivo “snobismo” literário confiam ainda nos caricatos “salvadores” [...] Aqueles, tem-no provado, só conseguem nivelar-nos às tais republiquetas ingovernáveis por escravizadas aos seus caudilhos de ocasião.<sup>42</sup>

Assim, na visão dos editores de OESP, a desvirtuação dos princípios republicanos por um governo militar identificava o Brasil ao caudilhismo, visto como a grande “enfermidade” latino-americana, então encarnada na figura do ditador mexicano Huerta. A crítica, portanto, era a de que o militarismo imperante na conjuntura brasileira igualava o país às “republiquetas” hispano-americanas, que estavam longe de ser modelos de República para o Brasil.

---

<sup>40</sup> Usamos esse termo no sentido empregado por Todorov para diferenciar o racismo enquanto uma manifestação da vida ordinária daquelas teses pretensamente embasadas em argumentos científicos que marcaram o pensamento ocidental durante o século XIX. Cf. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>41</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado).

<sup>42</sup> OESP, *Ecos Americanos* (editorial), 27/02/ 1913.

### 1.3. José Veríssimo: o Brasil no “espelho” do México

As análises desenvolvidas por José Veríssimo sobre a Revolução Mexicana e publicadas no jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, constituem, em certa medida, um contraponto a esse tipo de visão depreciativa em relação à América Latina. Entre as fontes utilizadas por Veríssimo em suas argumentações sobre o México destacaram-se artigos produzidos nos Estados Unidos, tanto publicados pela grande imprensa quanto por revistas acadêmicas daquele país. No primeiro texto que publicou sobre a situação mexicana no jornal carioca, em 1913, Veríssimo explicitou que tomava como base para suas argumentações sobre o México as análises desenvolvidas pelo jornalista estadunidense John Kenneth Turner, particularmente em um artigo veiculado pelo periódico *Metropolitan Magazine*, de Nova York, naquele mesmo ano.

Nesse momento Turner já era bastante conhecido por seu *Barbarous Mexico*, coletânea de artigos e fotografias de caráter denunciante sobre a situação de miséria e exploração das classes populares mexicanas durante o *porfiriato*, produzida a partir de uma longa permanência naquele país, entre meados de 1908 e inícios de 1909. Embora os textos do jornalista estadunidense só tenham sido compilados na forma de livro nos Estados Unidos no início de 1911, o livro conheceu uma edição anterior realizada na Inglaterra em dezembro de 1910 e teve vários de seus artigos publicados na imprensa estadunidense desde 1909.<sup>43</sup> Sobre a importância desses escritos, que contribuíram para “lançar lenha na fogueira” da mobilização que daria início à Revolução Mexicana em fins de 1910, a historiadora mexicana Eugenia Meyer defende o papel desvendador do “jornalismo beligerante” de Turner, ao argumentar que, “no fim das contas”, foi ele “quem ofereceu uma visão de conjunto do que era o México no período imediatamente anterior à Revolução”, o que colocou “socialistas, liberais e conservadores frente a uma caixa de Pandora que guardava muitas surpresas [...] e que, sem dúvida, provocaria uma reação crítica ao sistema.”<sup>44</sup>

Em 1913, quando seu artigo “What is the Matter in México?” apareceu no *Metropolitan Magazine* de Nova York e foi citado por Veríssimo em “O caso do México”, publicado em *O*

---

<sup>43</sup>MEYER, Eugenia. El encuentro, los encuentros. Introdução a *John Kenneth Turner: periodista de México*. México: Era: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2005, p. 41. Essa obra traz uma compilação traduzida ao espanhol de diversos artigos do jornalista estadunidense sobre o México, publicados tanto na imprensa de seu país quanto na mexicana, entre 1910 e 1921. No texto introdutório que antecede a compilação, Meyer realiza uma pormenorizada reconstituição das peripécias que envolveram as estadas de Turner tanto no México *porfirista* quanto no revolucionário. No primeiro caso, o jornalista estadunidense – financiado por figuras ligadas ao American Socialist Party e com a intenção de denunciar a degradante situação vivenciada pelas classes populares na ditadura de Don Porfírio – entrou no país fazendo-se passar por um investidor que se interessava por negócios agrícolas nas regiões de Yucatán, Quintana Roo e Oaxaca. Já durante a revolução, Turner voltou ao México para entrevistar o presidente Madero e foi capturado e preso pela reação huertista após o assassinato do mesmo. Para mais detalhes sobre as viagens de Turner ao México, bem como sua ligação com o socialismo estadunidense, o sindicalismo da Industrial Workers of the World (IWW) e os anarquistas mexicanos do PLM exilados nos Estados Unidos, consultar a referida introdução.

<sup>44</sup>Idem, p. 46.

*Imparcial* no mesmo ano, Turner foi apresentado pelo brasileiro como “uma autoridade em questões mexicanas, por ter estudado o país de primeira mão, sendo, como nenhum escritor, qualificado para explicar as condições do México.”<sup>45</sup> Nesse período, a principal tribuna de Turner já era o semanário *Appeal to Reason*, conhecido como “guarida de revoltosos e refúgio de líderes operários e exilados políticos”,<sup>46</sup> sendo bastante conhecidas suas vinculações ao socialismo estadunidense e aos líderes anarquistas mexicanos que encontravam-se exilados nos Estados Unidos e em franca atuação a partir daquele país.<sup>47</sup> As opiniões de Turner eram, portanto, bastante divergentes e críticas em relação à visão conservadora bastante corrente em seu país a respeito do México e dos mexicanos. E foi exatamente nas análises deste jornalista estadunidense que José Veríssimo buscou apoiar-se para realizar suas primeiras reflexões públicas a respeito da Revolução Mexicana.

Inicialmente, Veríssimo procurou descartar, a reboque de Turner, as visões depreciativas do suposto “caráter mexicano”. Derivadas de teorias racialistas, essas visões encontravam-se muito presentes nas análises que circulavam sobre o México pela pena de brasileiros, como o próprio Oliveira Lima, e também de estadunidenses, que eram recorrentemente rebatidas pelo próprio Turner.<sup>48</sup> Nesse sentido, Veríssimo fez questão de afirmar de maneira explícita que “o caso do México [...] não e[ra] racional[,] [sic] mas social.”<sup>49</sup> O sentido dessa afirmação era afastar-se da concepção de que a eclosão do movimento revolucionário e o prolongamento da guerra civil no México se deviam a uma suposta incapacidade dos mexicanos para a democracia. Contra essa percepção da situação mexicana, Veríssimo argumentou, ancorado no “México bárbaro” traçado por Turner, que a grande causa da longa instabilidade política do México era a situação social que predominava no país.

O brasileiro se apoiou nas análises de Turner para explicar os problemas sociais do México a partir da noção de “feudalismo mexicano”. Conforme havia exposto o estadunidense,

---

<sup>45</sup>VERÍSSIMO, José. “O caso do México”, *O Imparcial*, 13/09/1913, p. 2.

<sup>46</sup>MEYER, Eugenia. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>47</sup>Meyer destaca a estreita relação de Turner com o magonismo desde 1908 e afirma que a descrição da situação do México feita pelos líderes do PLM aos membros do American Socialist Party naquele momento foi um dos principais incentivos à viagem do jornalista estadunidense ao México *porfirista*. A autora menciona, inclusive, que Ethel Turner, esposa do jornalista, foi quem esteve a cargo da página em inglês do periódico *Regeneración* durante o segundo semestre de 1910, quando estourou o movimento revolucionário no México. Cf. MEYER, Eugenia. *Op. cit.*, p. 24; 51-2.

<sup>48</sup>Em diversos artigos, Turner explicita a intenção de reparar más interpretações sobre o caráter dos mexicanos veiculadas pela imprensa de seu país. Um exemplo emblemático encontra-se em “Mexico’s *Bandit Armies*”, artigo publicado no *The National Weekly* em abril de 1913, quando rebate a alcunha de “bandidos” muito usada pelos periódicos estadunidenses para se referirem aos revolucionários mexicanos. Em geral, o uso da violência atribuído a estes pelos articulistas estadunidenses aparecia relacionado ao suposto “caráter peculiar de desordem dos latino-americanos”. Turner, desmente tal consideração e defende os revolucionários mexicanos, inclusive Zapata, como “patriotas”. Uma tradução ao espanhol do artigo consta da compilação organizada por Eugenia Meyer. Cf. TURNER, John Kenneth. Los ejércitos de *bandidos* en México. In: MEYER, Eugenia. *Op. cit.*, p. 205-210.

<sup>49</sup>VERÍSSIMO, José. “O caso do México”, *O Imparcial*, 13/09/1913, p. 2.

tratava-se de um sistema de concentração agrária que culminava na submissão das autoridades locais aos *hacendados* e na miséria da maior parte da população. A partir dessa perspectiva, Veríssimo qualificou a Revolução Mexicana como um movimento de “ideal de reforma mais social que política”, como “um espontâneo levante popular para acabar com certas condições intoleráveis, todas oriundas do feudalismo vigente”. Diante desse quadro, lançou sua conclusão, também apoiada na argumentação de Turner, de que “somente uma melhoria do problema agrário pode[ria] restituir a paz ao México.”<sup>50</sup>

Assim como Oliveira Lima, José Veríssimo destacou que a revolução era “fruto” da ditadura porfirista. Mas, ao contrário do que pensava o primeiro – que não deixou de reputar ao ditador o desenvolvimento material mexicano, apesar de criticar contundentemente seus métodos políticos<sup>51</sup> –, na opinião de Veríssimo o governo de Porfirio Díaz “fora de todo estéril”. Para o educador e crítico literário brasileiro, a obra do ditador mexicano não havia gerado qualquer fruto benéfico para o México porque não tinha sido direcionada “[a]o que mais importava ao progresso do país, [ou seja,] a educação cívica do povo, a sua instrução, a melhoria de suas lastimáveis condições materiais e mentais.”<sup>52</sup>

Essa interpretação, claro está, destoava da visão mais geral que circulava sobre o México *porfirista*, tido como exemplo de modernização, na medida em que derivava de uma percepção distinta de progresso. Menos ancorada em expressões materiais e tendo como cerne a educação “do povo”, tratava-se da visão de um típico representante do pensamento republicano brasileiro em sua vertente reformista, cuja principal esperança encontrava-se na capacidade regeneradora da educação, vista como instrumento capaz de sanar, ou ao menos atenuar, as desigualdades sociais.<sup>53</sup>

É interessante observar que Oliveira Lima, em um de seus artigos sobre a Revolução Mexicana, também chegou a mencionar o trabalho de Turner, nesse caso o próprio livro *Barbarous Mexico*. Tratou-se de uma ocorrência tópica e, como foram em geral suas intervenções sobre o tema, o México simplesmente serviu de mote para criticar a situação

---

<sup>50</sup>Idem.

<sup>51</sup>Em seu primeiro artigo sobre a situação mexicana publicado em OESP, Oliveira Lima afirma que, sob a ditadura de Porfirio Díaz, o México “desenvolveu consideravelmente seus recursos, alcançando notável grau de prosperidade e de crédito, e até a reputação de uma nação organizada, estável e progressiva”. (OESP, *Coisas Estrangeiras*, “A situação do México”, 27/05/1911, p. 3.

<sup>52</sup>VERÍSSIMO, José. “O caso do México”, *O Imparcial*, 13/09/1913, p. 2.

<sup>53</sup>Recordemos que José Veríssimo foi autor do pioneiro estudo *A educação nacional*, publicado originalmente no Pará, em 1890, logo após a instauração do regime republicano, com o objetivo não apenas de apontar a lastimável situação do ensino no país, mas igualmente propor mecanismos para sua estruturação. Para uma análise sucinta dessa obra, relacionada ao “imenso sentido simbólico” conferido à ideia de República como “construção de uma nova cultura cívica”, ver GOMES, Angela de Castro. *A educação nacional: república e educação patriótica*. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 99-105. Consultar também COSTA, Adriane Vidal. José Veríssimo: o sujeito e o espaço na construção da nação brasileira. *Revista literária Paralelo 20*, Belo Horizonte, v. 2, 2004, p. 35-46.

brasileira. Assim, em um de seus primeiros artigos sobre a Revolução no México, escrito quando o ditador Porfirio Díaz ainda encontrava-se no poder, o intelectual monarquista brasileiro apresentou a seguinte argumentação:

No mesmo momento em que o governo inglês resolvia chamar para si a proteção dos trabalhadores nacionais contra a doença e a falta de emprego [...] ficava o mundo sabendo, por aquele volume de um americano, que no estado de Yucatán a antiga população Maia, cuja civilização foi tão notável, se acha forçada ao trabalho sem remuneração, surrada e vendida por efeito de um sistema de dívida pessoal que já foi denunciado na nossa Amazônia e no nosso Acre [...]. No México a imprensa, sujeita a um poder ditatorial não pode fazer às revelações americanas o acolhimento que elas poderiam merecer, nem defender todos aqueles desventurados [*peones*].<sup>54</sup>

Essa afirmação de Oliveira Lima merece alguns comentários. Em primeiro lugar, salta aos olhos o fato de o autor não estabelecer qualquer vinculação entre a terrível situação social do México que descrevia e o movimento revolucionário que se desenvolvia há meses naquele país. Ao contrário disso, o que subjaz dessa argumentação é a noção de que caberia à imprensa denunciar e “defender” a população explorada, posição que se alinhava perfeitamente à noção liberal da imprensa como os “olhos da nação”, como um “quarto poder” supervisor dos outros três.<sup>55</sup> Dentro dessa lógica, a afirmação de que a exploração desumana do trabalho e o sistema de dívidas que pairavam sobre os camponeses era algo “já denunciado” no Brasil induzia a pensar que a denúncia por parte de uma “imprensa livre” e a resolução do problema seriam equivalentes.

Dessa forma, as análises de Oliveira Lima sobre o México tocaram apenas pontual e indiretamente na questão social. As aproximações com a situação brasileira e as críticas daí decorrentes foram estabelecidas por ele apenas no plano da política. Já no caso de José Veríssimo, o foco de suas análises esteve colocado justamente na questão social envolvida no processo revolucionário mexicano. Suas interpretações sobre o drama social do México também o levaram a criticar duramente a situação política sustentada pelo “regime pseudo-republicano” de Porfirio Díaz. E foi principalmente a partir desse ângulo, ou seja, da questão política, que Veríssimo estabeleceu relações explícitas entre a situação mexicana e o os dissabores da República brasileira.

O educador e crítico literário brasileiro sugeriu que a situação política do Brasil fosse analisada a partir do “espelho do México”, o qual ensinaria que “a educação dos regimes liberais

---

<sup>54</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Barbarous México*. OESP, 20/06/1911, *Coisas Estrangeiras*, p. 3-4. Nessa data, Porfirio Díaz já tinha renunciado, mas o artigo havia sido enviado da Europa em maio de 1911.

<sup>55</sup>A respeito dessa concepção liberal de imprensa, que ganhou força no Brasil a partir da instauração da República, consultar CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa na República: uma instituição pública e privada*. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 139-150.

só se faz respeitando escrupulosamente esses regimes”; afinal, como destacou, “não se ensina uma criança a andar ligando-lhe as pernas.”<sup>56</sup> As analogias entre as situações de México e Brasil não pararam por aí. Em um artigo intitulado precisamente “Miremo-nos no México”, publicado em fevereiro de 1914, Veríssimo tomou como foco a continuidade da guerra civil naquele país e, a partir da análise da situação mexicana, voltou a criticar as elites brasileiras de forma ainda mais contundente. Novamente recorrendo à metáfora do espelho, agora de forma irônica, sugeriu a seus interlocutores que, a partir do drama mexicano, fizessem a seguinte reflexão:

Não conhecem os senhores outro [país] em que Constituição, Eleitorado, Congresso, Povo são, como no México, apenas “luzidos palavrões”? Não sabem de um em que também se manda pedir aos governantes os votos precisos para arranjar um presidente [...]? Não lhes é familiar a corrupção administrativa e política de certa terra muito nossa conhecida [...]? Pois mirem-se no espelho do México e com o reflexo da própria imagem nele estampada, verão a que os males de que também padecemos levaram aquele desditoso país.<sup>57</sup>

A crítica à deplorável situação política da República brasileira é aqui evidente, bem como a intenção do texto de alertar sobre o perigo de que tal situação desembocasse numa convulsão generalizada da ordem, como ocorria no México. No entanto, o mais relevante a mencionar desta intervenção de Veríssimo é que ela marca uma significativa mudança de perspectiva em suas interpretações sobre o México. Embora as publicações norte-americanas tenham permanecido como as principais referências utilizadas por ele para tratar da situação mexicana, suas análises foram progressivamente se afastando de uma perspectiva mais crítica, como a de Turner, para tomar o caminho de algumas opiniões bastante conservadoras e preconceituosas a respeito do México e, de um modo geral, da América Latina.

Quando Veríssimo se referiu ao México como um país onde “Constituição, Eleitorado, Congresso [e] Povo” não passavam de “luzidos palavrões”, na realidade estava citando um reconhecido historiador norte-americano, Albert Bushnell Hart, ao qual se referiu, entre outros elogios, como sendo “um dos mais reputados publicistas norte-americanos” e professor de uma das mais “afamadas” universidades dos Estados Unidos, Harvard. A interpretação do estadunidense sobre a Revolução do México, citada por Veríssimo, havia sido veiculada por meio do artigo “Mexico and the Mexicans”, publicado em inícios de 1914 na revista *The World's Work* em um número dedicado ao país hispânico da América do Norte, intitulado “All about MEXICO”.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup>VERÍSSIMO, José. “O caso do México”, *O Imparcial*, 13/09/1913, p. 2.

<sup>57</sup>Idem, “Miremo-nos no México”, *O Imparcial*, 01/02/1914, p. 2.

<sup>58</sup>A palavra “México” aparece em maiúsculas na edição original: *The World's Work*. New York, Nº 3, January, 1914.

Convém fazer uma apresentação minimamente pormenorizada da referida edição, pois um panorama mais completo de sua interpretação sobre o México revolucionário permite compreender melhor a apropriação de um determinado discurso estadunidense realizada por José Veríssimo. O número de *The World's Work* dedicado ao México trazia um total de 16 artigos, incluindo o editorial, sendo 4 destes ilustrados, como era o caso do artigo de Hart. Além deste, outros dois merecem ser destacados pelo fato de apresentarem de forma explícita a posição assumida pelo periódico tanto em relação à política externa estadunidense quanto à situação interna do México. São eles o editorial “A marcha dos eventos” e um artigo não assinado – portanto, possivelmente também escrito pelos editores – intitulado “Carranza”.

O referido editorial foi dedicado basicamente a defender os “bons auspícios” do presidente Wilson em relação ao México. O chefe da Casa Branca foi descrito como um “alinhado contra o destino manifesto, as tendências anglo-saxônicas [e] o poder do dinheiro” e sua posição em relação ao país vizinho entendida como uma “política altruísta”, que desconsiderava as prescrições da Doutrina Monroe. Ainda segundo os editores da revista, o presidente dos Estados Unidos estava “fazendo o que pod[ia]” para “manter uma condição ‘tolerável’ [sic] no México[,] ao reconhecer apenas um governo legalmente eleito.” E tudo isso decorreria de “um espírito cristão, tão incomum nas relações entre nações, que e[ra] objeto de incompreensão.”<sup>59</sup>

O editorial da publicação estadunidense terminava rebatendo as críticas da imprensa, “daqui e de alhures”, que acusava os Estados Unidos de “abusarem” em relação ao México por “não o compreender.” Da perspectiva dos editores da revista, era necessário destacar também o “outro lado” na questão: “já é hora dos mexicanos se esforçarem para nos compreender, para compreender o que o governo americano está tentando fazer e cooperar com esses esforços.”<sup>60</sup> Assim terminava o texto de abertura da edição estadunidense dedicada ao México revolucionário.

Ainda no âmbito do editorial, outro aspecto chama muito a atenção: a publicação de uma foto de Carranza, que aparece localizada exatamente ao lado do início do texto, ocupando toda a primeira página da revista. Trata-se de uma foto em que o chefe da vertente constitucionalista aparece sorrindo e sua imagem acompanhada da seguinte legenda: “GENERAL VENUSTIANO CARRANZA. O comandante-em-chefe dos constitucionalistas mexicanos, o pai da revolução maderista e o líder da luta pela vingança de sua morte e continuidade de seu governo” (imagem 1)<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup>“The march of events”, editorial de *The World's Work*. New York, Nº 3, January, 1914, p. 249-50.

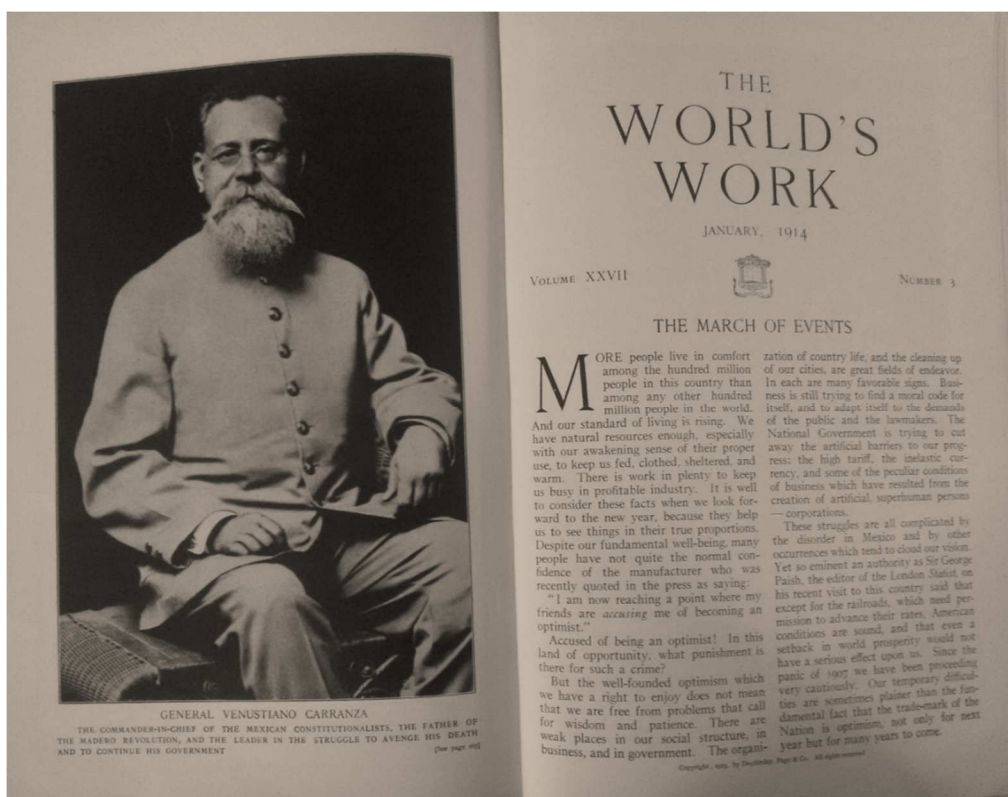
<sup>60</sup>Idem, p. 250.

<sup>61</sup>Idem, p. 242.

Além de apresentar o “General Venustiano Carranza”, a legenda da imagem remetia o leitor à página do artigo “Carranza”, no qual o líder revolucionário era apresentado como “o primeiro governador a desafiar Huerta e iniciar a revolta armada que rapidamente espalhou-se pelo norte do México contra o *régime* do General Victoriano Huerta.” No referido artigo, Carranza é descrito como pertencente a “uma das mais antigas famílias que ostentam pura ascendência espanhola” e afirma, ainda, que “Don Venustiano recebeu a educação de um *gentleman* nas escolas do norte do México.”<sup>62</sup>

A parte final do artigo reproduz “uma boa ideia desse homem e seus objetivos”, que teria sido retirada de uma entrevista concedida por ele a um correspondente do *Times* de Londres. Nessa ocasião, Carranza teria afirmado ser “o único líder reconhecido como supremo por todos os chefes da revolução” no México, enquanto o jornalista britânico teria ficado “como que sonhando” (literalmente *if I were dreaming*) ao ouvir tão “amável [e] erudito cavalheiro” apresentar seu plano de ação, no qual podia-se observar sua “profissão de fé na democracia.” Entretanto, terminava ressaltando o articulista estadunidense, ainda citando o periódico britânico, “a discrepância entre seu discurso [de Carranza] e sua política mostra[va] o quão distante est[ava] a mentalidade do México daquela existente na Europa e nos Estados Unidos.”<sup>63</sup>

### Imagem 1



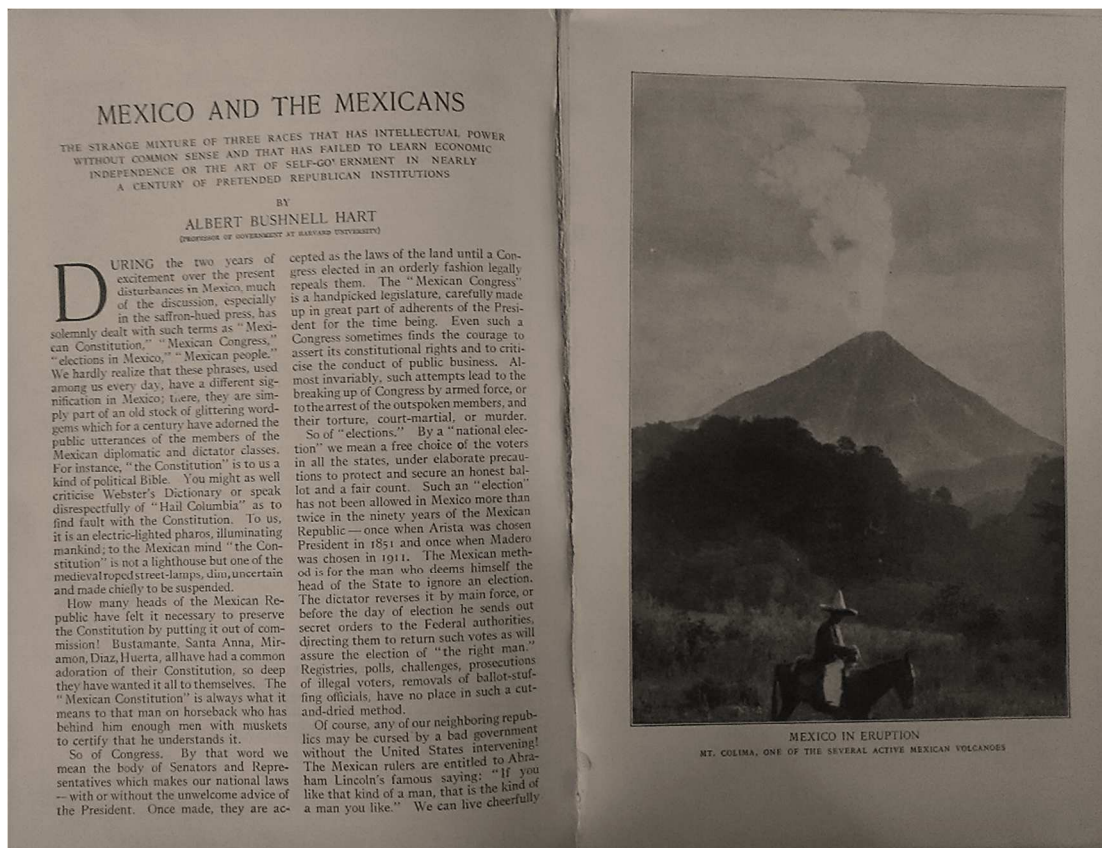
<sup>62</sup>“Carranza”. *The World's Work*. New York, N° 3, January, 1914, p. 267-8.

<sup>63</sup>Idem, p. 268.



Esses textos, que expressam a visão dos editores da revista estadunidense, guardam uma relação muito forte com o artigo do historiador Albert Bushnell Hart sobre o México e os Estados Unidos, o qual foi amplamente reproduzido por José Veríssimo. Em primeiro lugar, é preciso destacar que o texto de Hart trazia um número imenso de imagens, sendo que 25 fotografias ocupavam as 18 páginas totais do artigo. Além de imagens retratando importantes edifícios mexicanos – como a Catedral localizada no Zócalo da Cidade do México, a sede do Serviço Exterior e o Castillo de Chapultepec –, também foram apresentadas ao leitor muitas outras fotografias que enfocavam os enormes interesses estrangeiros presentes no México e a situação do país em revolução. A primeira delas, ocupando completamente a segunda página do artigo, retratava um vulcão do estado de Colima e associava a foto à situação política do país, através da legenda “México em erupção”. Outras imagens retratavam a “agricultura primitiva no México”, o que contrastava com as fotos de modernas refinarias e estradas de ferro, uma das principais “evidências dos enormes interesses estrangeiros” no país, alcunha conferida a uma das fotos publicadas no artigo (imagens 2 a 5).<sup>64</sup>

## Imagem 2



<sup>64</sup>HART, Albert Bushnell. "Mexico and the Mexicans". *The World's Work*. New York, N° 3, January, 1914, p. 272-89.

## Imagem 3

MEXICO AND THE MEXICANS

281

other — their Spanish law, civil and criminal, their principle of centralized government, and their political impatience and intolerance which leads to dictatorship. Here, if anywhere, is the real Mexican people, in the mass of this population of the mixed race and the more enlightened Indians.

In reality the political people of Mexico are the whites, who, though only a tenth to a twentieth of the whole, own most of the property, furnish

most of the business and professional men, and take to themselves most of the significant offices. These people, commonly called Gachupinos or spur-bearers, are practically all of Spanish blood; few white families go



THE FINEST OFFICE BUILDING IN MEXICO  
THE BUILDING OF THE MUTUAL LIFE INSURANCE  
COMPANY OF NEW YORK

back to other European or American stocks. Through the history of the Republic they have occupied most of the bishops' chairs and the judges' benches and the commanding generals' tents and the presidents' mansions. They have been the ambassadors and the travelers in other lands, who make such an impression of Spanish-American dignity and intelligence. They have drafted the constitutions, filled congresses, and plotted intrigues and revolutions.

Upon them, as leaders and as spokesmen for the inarticulate low classes, is the responsibility for the fearfully bad government of Mexico.

Another class of white people has a



EVIDENCES OF LARGE FOREIGN INTERESTS  
CHARACTERISTIC GROUPING OF STREET SIGNS OF MEXICAN, ENGLISH, AND AMERICAN CONCERNS IN ONE OF THE PRINCIPAL BUSINESS STREETS OF THE CITY OF MEXICO

## Imagem 4

MEXICO AND THE MEXICANS

277



PRIMITIVE AGRICULTURE IN MEXICO  
THE STRUGGLE OF THE PEONS TO RECOVER AND MAINTAIN THEIR RIGHT TO SMALL HOLDINGS OF LAND IS AT THE ROOT OF MOST OF THE MEXICAN REVOLUTIONS

of the Aztecs whom the Spaniards crushed and then undertook to Christianize. Most observers, during the last four hundred years, have found them mild and peaceful. Bullock, in 1822, thought "they seemed

an innocent and harmless people; they have behaved themselves with great propriety; they are the most courteous, gentle, and unoffending creatures in existence." He liked "a procession consisting of several



MINES AND THE MILITARY  
A SMELTER AT SAN CARLOS, IN THE STATE OF TAMAULIPAS, AND FEDERAL SOLDIERS IN THE STREETS TO GUARD IT, A COMMON EPISODE IN THE HISTORY OF NATIVE AND FOREIGN EXPLOITATION OF THE MINES

## Imagem 5



Algumas das imagens reproduzidas no artigo de Hart buscavam mostrar a superioridade bélica dos revolucionários em relação aos soldados federais. Interessante notar que, nesse contexto, o termo em inglês usado para descrever os revolucionários mexicanos foi *revolutionists*, e não *revolutionaries*, por exemplo. O uso dessa palavra – não nos parece exagerado notar – favorecia o estabelecimento de uma relação indireta com o grupo dos constitucionalistas (*constitucionalists*), liderado justamente por aquele que tantos elogios recebeu por parte da publicação, D. Venustiano Carranza.

Sem dúvida, uma das “ações” operadas pelo discurso da revista estadunidense foi apresentar o constitucionalismo como o único grupo legítimo no seio do movimento revolucionário mexicano. Nesse sentido, pode-se observar a importância do traquejo político de Carranza, ao conceder entrevistas, posar para fotos e articular um discurso capaz de convencer os estadunidenses de sua capacidade de liderança em meio ao fragmentado movimento revolucionário em seu país. Assim, é possível perceber como, nesse momento, o autoproclamado *primer jefe* já colocava em marcha uma estratégia de projeção internacional do constitucionalismo, fator que se tornou decisivo para a ascensão política desse grupo, conforme

abordaremos mais à frente. Por ora, o mais importante é destacar a perspectiva estadunidense que serviu de base para a análise de José Veríssimo sobre o México.

Nas páginas da revista *The World's Work*, a legitimação política de Carranza foi construída, primeiramente, por sua identificação racial aos colonizadores espanhóis e, além disso, por sua vinculação com a educação formal, caracterização que afastava completamente sua imagem da luta camponesa, então em plena ascensão no movimento revolucionário mexicano. Apesar disso, o discurso da revista não deixou de atribuir ao chefe constitucionalista a mesma “mentalidade do México” e ressaltar sua “discrepância” em relação à mentalidade estadunidense e europeia. Dessa forma, pode-se concluir que nem mesmo a pretendida “superioridade” racial e intelectual de Carranza o livrava de uma “mentalidade inferior”, sendo, portanto, insuficiente para garantir que ele estabelecesse um governo respeitável em seu país.

A consequência lógica de toda essa argumentação seria a ideia de que a única solução para o México estaria na tutela moral de uma nação de “mentalidade superior”, que ajudasse “altruisticamente” o país a sair do estado lastimável em que se encontrava. Esse foi justamente o quadro traçado no artigo do historiador Albert Bushnell Hart, tão elogiado e citado por José Veríssimo. Em seu texto, o estadunidense apresentou uma visão absolutamente desoladora do México – não apenas do período revolucionário, mas de toda a sua trajetória após a independência política – a partir de comparações superficiais e simplistas entre aquele país e o seu próprio.

Segundo Hart, citado por Veríssimo, havia “um século” que expressões como “Constituição mexicana”, “Congresso mexicano”, “eleições no México” e “povo mexicano” não passavam de “luzidos palavrões” que “enfeita[va]m a loquela [*sic*] dos diplomatas e ditadores mexicanos”. E tudo isso se passava de maneira inversa ao que ocorria nos Estados Unidos, onde, corroborava Veríssimo, “para os compatriotas do Sr. Hart a Constituição é uma espécie de Bíblia política” e, mais do que isso, “um farol de luz elétrica iluminando a humanidade”.<sup>65</sup>

Ao citar e endossar tal passagem, Veríssimo fazia eco à difundida perspectiva do “excepcionalismo americano”, sustentada pelo próprio Hart em seu artigo, bem como no conjunto da edição de *The World's Work* dedicada ao México no início de 1914.<sup>66</sup> Nesse

---

<sup>65</sup>VERÍSSIMO, José. “Miremo-nos no México”, *O Imparcial*, 01/02/1914, p. 2.

<sup>66</sup>Para se ter uma ideia da perspectiva historiográfica assumida por Hart, vale citar seu prefácio ao décimo volume da compilação dos textos de Theodore Roosevelt, levada a cabo pela *Roosevelt Memorial Association*, fundada em 1919, após sua morte. Nesse texto, editado em 1924 e intitulado “Roosevelt as a pionner”, Hart se deteve a delinear uma imagem de Roosevelt como “grande homem”, um herói nacional que teria prestado inúmeros serviços à nação, estando entre os mais significativos o seu empenho na promoção da “conquista da *wilderness*”, entendida como um processo de “estabelecimento de fundações seguras para a grande República Federal.” Embora nesse período o paradigma “progressista” já estivesse consolidado na historiografia estadunidense, como mostra Gerson Moura em seu estudo sobre o tema, a perspectiva assumida por Hart – ao vincular a expansão para o oeste a um personagem específico, um Roosevelt “pioneiro” e “herói nacional” –, encontrava-se muito mais próxima da concepção “romântica”, que foi predominante no mundo anglo-saxão durante o século XIX, mas que “teve longa vigência nos



momento, portanto, o intelectual brasileiro adotava, em relação aos Estados Unidos, uma perspectiva muito distinta daquela assumida em sua obra *A educação nacional*, de 1890, na qual dedicou um amplo parágrafo para descrever os “vícios” históricos daquela nação, entre os quais listou a justificação e a exaltação da escravidão “de Bíblia na mão”, e inclusive a “corrupção política” que, naquele contexto, tanto causavam “repugna” em seu “senso moral.”<sup>67</sup> Mas, em 1914, em seus comentários sobre a situação do México revolucionário, que envolvia de forma latente a delicada questão da relação com os Estados Unidos, não encontramos sequer uma sombra de sua posição crítica em relação à potência continental. Ao contrário, Veríssimo não apenas reproduz a idealizada visão da excepcionalidade estadunidense, como também a perspectiva eminentemente racial através da qual boa parte dos estadunidenses enxergavam o México, e por extensão a América Latina.

No âmbito da interpretação dos acontecimentos revolucionários no México descrita por Hart e citada por Veríssimo, o grande fator evocado para explicar a deplorável situação do país em revolução foi precisamente o caráter do “povo mexicano”. Na visão do estadunidense, reproduzida pelo brasileiro, os mexicanos não passavam de “um grupo de seres humanos cuja maioria fica[va] tão alheia à vida pública e à atividade nacional como se habitasse a lua”. Embora a causa imediata dessa situação tenha sido apontada como a falta da “educação popular [...] que deixa[va] iletrado cinco sextos da população”, aos olhos do estudioso norte-americano, como já seria de suspeitar, o problema do México tinha relação direta com a “espécie de gente” que o habitava, sendo o país composto em sua maioria por indígenas e mestiços.<sup>68</sup>

Ao desenvolver seus argumentos com base no caráter racial da população mexicana, o historiador estadunidense chegou a propor a estatística – que foi reproduzida por Veríssimo – de que “talvez [apenas] a vigésima parte [dos mexicanos] se[ria] pura de mistura com o índio”, embora cerca de “um quinto chama[ss]e a si mesmo de espanhol [branco]”. Ainda segundo essa análise, os brancos mexicanos eram os “politicamente dominantes” e, portanto, “cab[ia]-lhes a responsabilidade do péssimo governo do México”. Por outro lado, teriam sido “os homens de negócio estrangeiros” – “americanos, espanhóis, ingleses, franceses, alemães”, ou seja, também brancos – aqueles “que fizeram o progresso material do México”.<sup>69</sup>

Toda essa análise racial da situação mexicana desembocava na seguinte questão, formulada pelo estudioso estadunidense e citada por Veríssimo: “é um problema saber até que

---

Estados Unidos.” Cf. MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 15; HART, Albert Bushnell. Roosevelt as a pionner. Prefácio a *The Works of Theodore Roosevelt. Memorial Edition*. Volume X. Nova York, Charles Scribner's Sons, 1924, p. XXIX.

<sup>67</sup>VERÍSSIMO, José. *A educação nacional* [1890]. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks/ PUC Minas, 2013, p. 172.

<sup>68</sup>VERÍSSIMO, José. “Miremo-nos no México”, *O Imparcial*, 01/02/1914, p. 2.

<sup>69</sup>Idem.

ponto *poderão* os mexicanos governar-se. Cada esforço que há cerca de cem anos fizeram pelo governo de si mesmos (*self government*) foi contrariado, ou pelo ditador do momento, ou por alguém que ambicionava ser o déspota seguinte.”<sup>70</sup> Ao referendar tal ponto de vista, Veríssimo se distanciava claramente da perspectiva inicial que assumira, inclinada a atribuir causas sociais à Revolução do México. O intelectual brasileiro passava, então, a alinhar-se a (ou pelo menos basear-se em) uma explicação eminentemente racial a respeito dos problemas mexicanos e do movimento revolucionário que se desenvolvia no país.

Além disso – seria impossível deixar de notar –, a argumentação de Hart sobre a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de autogoverno por parte dos mexicanos não deixava de estar comprometida com a posição intervencionista de seu país no México.<sup>71</sup> Sua análise sobre o país revolucionário era propagada exatamente em um momento de graves desentendimentos diplomáticos entre a Casa Branca e o governo reacionário do ditador mexicano Victoriano Huerta, que havia orquestrado o assassinato do presidente Madero. Enquanto Washington pressionava pela renúncia do “usurpador” mexicano, as facções revolucionárias dentro do México repudiavam a intervenção estadunidense nos assuntos internos do país. Dentro dos próprios Estados Unidos, o mesmo Turner que havia exposto a miséria que assolava os camponeses mexicanos durante o porfiriato passava, então, a denunciar os intentos “imperialistas” sobre o México por parte de seu país, onde, em sua visão, predominavam as articulações entre a política externa e os interesses econômicos dos “piratas de Wall street”.<sup>72</sup>

Enquanto Turner militava, a partir de sua tribuna no *Appeal to Reason*, para que a opinião pública estadunidense se posicionasse contra a intervenção estadunidense nos assuntos internos mexicanos, por sua parte o discurso oficial estadunidense buscava dotar a mesma de ares moralistas empunhando, como de costume, a retórica da abnegada missão da “América” no combate às tiranias. Nesse contexto, a referida edição de *The World's Work* em seu conjunto, e de forma ainda mais incisiva o artigo de Hart sobre o “caráter dos mexicanos” – e as virtudes

---

<sup>70</sup>Idem. Os itálicos foram empregados por José Veríssimo.

<sup>71</sup>A respeito desse tema, vale destacar que Hart foi um defensor da Doutrina Monroe e do corolário rooseveltiano à mesma. São exemplares nesse sentido suas ideias, expostas em 1915 nas páginas da tradicional *The North American Review*, em um artigo intitulado “Devemos defender a Doutrina de Monroe?”. A essa pergunta, levantada não mais que de forma retórica, o historiador estadunidense respondeu enfaticamente que a referida doutrina era “fortemente necessária”, devido ao fato de existirem no continente vários países, como o México, por exemplo, que “ainda se encontravam em estado de imperfeita civilização” e que “fornec[iam] exemplos dos sérios impedimentos existentes para a paz na América”. O foco de Hart no referido artigo era defender uma expressão mais bélica para a Doutrina Monroe, o que, em sua concepção, deveria incluir “a ampliação das forças militar e naval” e a “centralização dos Departamentos de Guerra e Marinha” dos Estados Unidos em face da ameaça de constantes “revoluções” em países do continente. Segundo o historiador estadunidense, essa nova postura equivalia a “enfrentar o mundo como ele é, e não mais viver na ilusão de que estamos protegidos simplesmente pelo escrito da Doutrina Monroe. Cf. HART, Albert Bushnell. Shall We Defend the Monroe Doctrine? *The North American Review*, vol. 202, nº 720, Nov. 1915, p. 683; 692. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25108646>> (acesso em 10/01/2014).

<sup>72</sup>TURNER, John Kenneth. US Navy Aids Wall Street Pirates. *Appeal to Reason*, 08/11/1913, p. 2. Traduzido ao espanhol e reproduzido em MEYER, Eugenia. *Op. cit.*, p. 230-40.

dos Estados Unidos, por contraste – podem ser lidos como uma a resposta a tal conjuntura, obviamente propiciando argumentos para a posição intervencionista.

Quanto à apropriação do artigo realizada por Veríssimo, é de se destacar, primeiramente, a explícita intenção de utilizar as reflexões do estadunidense sobre o México como arsenal para sua crítica à política brasileira. Nesse sentido, certamente os argumentos raciais e a perspectiva enaltecida dos Estados Unidos tendiam a ficar em segundo plano. Mesmo assim, não podemos deixar de apontar que o uso de tal argumentação pelo intelectual brasileiro foi fruto de uma escolha e que essa opção não aparece como um caso isolado diante do tom bem mais conservador assumido por ele frente aos rumos tomados pela Revolução no México, inclusive no que dizia respeito à intervenção estadunidense. É significativo notar, nesse sentido, a mudança de perspectiva de Veríssimo inclusive no que dizia respeito ao reconhecimento de uma autoridade discursiva a respeito do México. Se, num primeiro momento, o brasileiro evocou a leitura crítica de Turner enquanto “uma autoridade em questões mexicanas, por ter estudado o país de primeira mão”, pouco tempo depois podemos vê-lo legitimar o discurso de Albert Hart como um “historiador [que], além de uma boa *História dos Estados Unidos* e vários estudos e monografia dessa história, tem dirigido importantes publicações históricas.”<sup>73</sup>

De uma maneira geral, as intervenções públicas de José Veríssimo sobre a Revolução Mexicana demonstram que ele identificou o Brasil a uma América “latina” cujos traços principais eram precisamente aqueles que tanto afligiam o México: desigualdade social e autoritarismo político. Destacou, nesse sentido, que a situação mexicana era “um espetáculo exemplar” para o continente, pois mostrava que somente a efetivação de uma reforma social – o que considerava urgente para todos os países latino-americanos – poderia garantir, a longo prazo, a estabilidade e o desenvolvimento desses países e evitar, assim, o caos revolucionário. Ao considerar a situação do México, inicialmente inspirado pelas análises de Turner, Veríssimo chegou a defender a reforma agrária. Mas o que podemos depreender da leitura do conjunto de seus artigos sobre o México é que o único caminho identificado por ele como legítimo para a transformação social seria a ação de um poder político central, democraticamente eleito. Por mais que veiculasse uma crítica contundente às elites, em momento algum Veríssimo chegou a considerar que as classes populares por si próprias poderiam conquistar as reformas sociais.

Tal posição foi claramente manifestada pelo intelectual brasileiro quando da ascensão dos exércitos populares na Revolução Mexicana. Nesse contexto, Veríssimo considerou que o caos político havia se instalado no México e que o país se transformara “numa espécie de fazenda

---

<sup>73</sup>VERÍSSIMO, José. “O caso do México” e “Miremo-nos no México”, *O Imparcial*, 13/09/1913 e 01/02/1914, p. 2.

disputada por vários bandoleiros”.<sup>74</sup> Entre esses, a ênfase foi colocada na figura do líder popular nortista: “[Pancho] Villa é, no rigor da palavra, um bandido, que ainda há pouco capitaneava uma quadrilha de salteadores.”<sup>75</sup> Em meio a tal conjuntura e na iminência de o país revolucionário vir a ser controlado por aqueles que considerava como “bandidos”, chegou a defender a intervenção dos Estados Unidos no conflito mexicano. E não apenas defendeu a intervenção no México como acrescentou: “confesso que, na qualidade de cidadão de uma república latino-americana, não deixaria de estimar que os nossos sempre possíveis tiranos se receassem ao menos de uma intervenção do *big stick*.”<sup>76</sup>

Essa polêmica afirmação de Veríssimo foi desferida em meio a um intenso debate sobre as relações continentais e particularmente sobre a política estadunidense para o continente. Esse era um tema candente nos debates intelectuais brasileiros no período e foi fortemente intensificado pelos desdobramentos internacionais do conflito mexicano, como veremos a seguir.

#### **1.4. O México e a questão continental: da imprensa à academia**

O ano de 1913 representou um marco importante no âmbito das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, quando, após a morte do Barão do Rio Branco, no ano anterior, o Ministério das Relações Exteriores passou a ser ocupado por Lauro Müller, um defensor de uma “amizade sem reservas” com a potência continental.<sup>77</sup> A posição oficial da diplomacia brasileira gerou intensos debates entre a intelectualidade, sendo considerada por muitos como perigosa em face da agressiva política externa dos Estados Unidos no continente.<sup>78</sup> O debate desencadeado no âmbito nacional foi fortemente impactado pela posição intervencionista assumida pelos Estados Unidos em relação ao México revolucionário e aprofundou-se quando da participação do Brasil (junto com Argentina e Chile) no bloco diplomático que propôs uma mediação ao conflito entre os países do norte. As páginas dos grandes diários e particularmente os artigos dedicados ao tema da Revolução no México tornaram-se um espaço importante também para esse debate.

No caso de OESP, tanto os editores quanto os colaboradores eram bastante críticos em relação à política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Assumiam a defesa da posição clássica do liberalismo econômico quanto à livre concorrência de capitais e não

---

<sup>74</sup>VERÍSSIMO, José. “O Sr. Woodrow Wilson e o México ou os inconvenientes da virtude”, *O Imparcial*, 25/04/1914, p. 2.

<sup>75</sup>Idem, “Miremo-nos no México”, 01/02/1914.

<sup>76</sup>Idem, “O monroísmo wilsoniano e a América Latina”, 06/06/1914, p. 2.

<sup>77</sup>BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 367.

<sup>78</sup>Entre os intelectuais brasileiros havia tanto admiradores dos Estados Unidos – entre os quais se destacavam Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha – quanto os que consideravam a potência continental como um perigo imperialista. José Veríssimo e Oliveira Lima são exemplos desta posição. Uma análise a respeito desse debate pode ser encontrada em BAGGIO, *A outra América. Op. cit.*



escondiam a preferência pelas relações com o Velho Mundo. Assim, a partir de finais de 1913, quando tornou-se iminente a intervenção dos Estados Unidos no México revolucionário, após o ultimato desferido pela Casa Branca ao ditador mexicano Huerta, o jornal paulista passou a veicular duras críticas à política estadunidense no continente, encarada como um desdobramento da Doutrina Monroe e uma grande ameaça para os demais países americanos.

Ao abordar o conflito diplomático entre Estados Unidos e México, escrevendo para OESP no início de 1914, Oliveira Lima insinuou que o discurso moral do presidente Wilson contra o “usurpador” mexicano pretendia de fato encobrir motivações imperialistas. Destacou que o não reconhecimento de Huerta pela Casa Branca não se pautava por questões de legitimidade política, como afirmava o governo estadunidense, afinal, não tinham os Estados Unidos mantido muito boas relações com a ditadura porfirista? Para o intelectual brasileiro, a pressão político-diplomática estadunidense sobre o México era, na realidade, motivada pelos interesses econômicos que a potência continental possuía no país revolucionário. Nesse sentido, argumentou que as “lições de moral do presidente Wilson” eram tão perigosas quanto a posição explicitamente agressiva do *big stick*, pois a atitude dos Estados Unidos para com o México não deixava dúvidas sobre suas intenções expansionistas no continente.<sup>79</sup>

Ao tratar dos conflitos entre o México revolucionário e os Estados Unidos, Oliveira Lima preocupou-se em refletir de forma mais ampla sobre os motivos da postura intervencionista estadunidense no continente. Sua conclusão foi a de que o intervencionismo da potência continental derivava do “*temperament* prático dos americanos”, fator que os levava a “intervir em terras que consideram abençoadas por Deus e bagunçadas pelos povos que as habitam”.<sup>80</sup> Também José Veríssimo encontrou a explicação para o “imperialismo *yankee*” no “temperamento prático” dos estadunidenses, fator que atribuiu explicitamente à sua identificação à “estirpe germânica”.<sup>81</sup> Tanto Veríssimo quanto Oliveira Lima interpretaram a situação continental a partir da percepção de que uma suposta diferença identitária entre “latinos” e “anglo-saxões” seria a base explicativa para uma oposição essencial entre os Estados Unidos e a América de origem latina. Essa interpretação culturalista do fenômeno imperialista era compartilhada por boa parte da intelectualidade continental no período e, como mostrou Oscar Terán, tornou-se a base do “primeiro anti-imperialismo latino-americano”.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup>OLIVEIRA LIMA, “Novos desenvolvimentos da doutrina de Monroe”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 02/01/1914.

<sup>80</sup>Idem.

<sup>81</sup>VERÍSSIMO, José. “Estados Unidos e México: um grande atentado internacional”, *O Imparcial*, 06/11/1913, p. 2.

<sup>82</sup>TERÁN, Oscar. “El primer antiimperialismo latinoamericano”, *Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, ano IV, n. 12, jul-oct, 1981, p. 3-10.

Uma perspectiva bastante distinta a respeito das relações continentais era sustentada pelos editores da *Gazeta de Notícias*. Os produtores do jornal carioca apoiavam o pan-americanismo, afirmando confiar na “palavra de fé de união política do excelso da Norte-América”, mas não deixavam de considerar que a hegemonia da potência continental poderia acabar se tornando perigosa para os outros países americanos. Assim, como solução ao dilema, defendiam que a aproximação dos países que consideravam como “potências do sul” – Brasil e Argentina – seria uma forma de contrabalançar a hegemonia estadunidense. Na opinião dos editores da *Gazeta de Notícias*, os dois países da América do Sul possuíam uma “missão civilizadora” que já se havia manifestado historicamente, por ocasião da Guerra do Paraguai. Segundo essa concepção, as participações brasileira e argentina naquele conflito continuavam sendo um modelo de atuação internacional que deveria ser seguido pelas “potências sul-americanas”.<sup>83</sup>

O que transparece nessa concepção é a ideia de uma “hierarquia natural”, que colocaria Brasil e Argentina num patamar de superioridade – juntamente com a potência continental – em relação ao restante do continente. No contexto dos conflitos entre os Estados Unidos e o México revolucionário, o jornal carioca apresentou a questão em termos de uma oposição entre o “fogosíssimo patriotismo mexicano” e “o patriotismo racional [dos Estados Unidos] da América no norte”. Nessa perspectiva, os “erros” do México decorriam do temperamento passional de seus caudilhos, o que justificaria a intervenção de uma nação “racional”, capaz de resolver a situação interna do país vizinho. A atuação do ABC no conflito foi enquadrada nesse esquema e exaltada nas páginas da *Gazeta* como “uma grande vitória americana – a da razão pela atitude moral do continente contra os ímpetus patrióticos”. Dessa forma, na leitura da situação continental veiculada pelo diário carioca, as “potências do sul”, movidas pelos mesmos atributos “morais” e “racionais” dos Estados Unidos, colaboravam com a “potência do norte” na tarefa de civilização do continente.<sup>84</sup>

Como se pode observar, o jornal carioca apresentou uma posição bastante conservadora e autoritária em relação ao México, representativa de uma parcela das elites brasileiras do período. A partir dessa perspectiva, a mediação do ABC foi elogiada não tanto pela atuação propriamente no conflito continental, mas sobretudo porque foi tomada como uma estratégia de reconhecimento internacional do Brasil perante o mundo considerado “civilizado”. Na versão ufanista dos editores do diário *Minas Gerais*, por exemplo, a aceitação da mediação pelos

---

<sup>83</sup>*Gazeta de Notícias*, “Brasil-Argentina, a obra da aproximação” (editorial) 03/07/1912.

<sup>84</sup>Idem, “Estados Unidos-México” (editorial), 28/04/1914.

Estados Unidos teria feito do ABC uma “entente que deslocou o eixo diplomático, não só da América, mas de todo o mundo.”<sup>85</sup>

Mas a mediação do ABC foi um grande foco de polêmicas entre os intelectuais brasileiros. Ao lado de versões idílicas, como as citadas anteriormente, também encontramos interpretações profundamente críticas à atuação diplomática brasileira. Mais uma vez, Oliveira Lima e José Veríssimo deram a tônica dos debates na imprensa.

Oliveira Lima, escrevendo de Paris para o jornal paulista, usou da ironia para questionar a participação do Brasil na mediação do conflito entre os países do norte. Afirmou o seguinte:

Na simpatia que provoca o impulso sempre generoso de manter a paz entre criaturas humanas, chega-se a esquecer que falece a um país num estado de desordem que requer um estado de sítio de seis meses, bastante autoridade moral para tentar serenar conflitos políticos e guerras civis no estrangeiro, por mais altruísta que apareça sua ação. E a verificar-se o “controle” em que falam os Estados Unidos para a eleição presidencial que se deveria seguir à abdicação de Huerta, também será lícito perguntar quando por sua vez terá o México qualidade para fiscalizar as nossas pseudo-eleições?<sup>86</sup>

Novamente Oliveira Lima utilizava os comentários sobre o México para desferir suas críticas à política brasileira. Nesse caso, em meio a comentários elogiosos presentes na imprensa sobre a pretensa “civilização” do Brasil representada por sua participação na mediação do ABC, sua intervenção fazia vir à tona não apenas o caráter questionável da política eleitoral brasileira, como também a situação de “desordem” em que o país se encontrava, particularmente na região nordeste, envolta em conflitos rurais.

Por sua vez, José Veríssimo apontou a incapacidade das elites governantes brasileiras, e latino-americanas em geral, como o cerne dos problemas continentais. Apesar de considerar a atitude dos Estados Unidos em relação ao México como “um grande atentado internacional” e afirmar que “foram manifestadamente os seus interesses econômicos e financeiros, importantíssimos no México, que os levaram a ali intervir”, tratou de refletir sobre as possíveis razões que tornavam possível tal atitude por parte da potência continental. Concluiu que a pretensão estadunidense de “superintendência da América” resultava da própria atitude das elites governantes dos países do continente, às quais acusou de uma “admissão tácita ou formal da doutrina de Monroe” e de serem as responsáveis pela “desgraçada situação da ordem moral e política da maioria dessas nações.”<sup>87</sup> Em sua perspectiva, a própria mediação dos países sul-americanos no conflito entre os países do norte era um exemplo da posição que criticava.

---

<sup>85</sup> *Minas Gerais*, “O México e os Estados Unidos” (editorial), 28/05/1914.

<sup>86</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. “A trapalhada mexicana”, OESP, *Coisas Estrangeiras*, 09/07/1914, p. 5.

<sup>87</sup> VERÍSSIMO, José. “Estados Unidos e México: um grande atentado internacional”, *O Imparcial*, 06/11/1913, p. 2.

O fato essencial, na interpretação de Veríssimo, era que “o ABC punha-se ao lado dos Estados Unidos para regular a vida interna do México.” Tendo em vista a instabilidade política mexicana e a posição internacional alcançada pelos Estados Unidos, argumentou que, no âmbito das negociações em torno do conflito, certamente o país revolucionário teria “menos unidade e firmeza nos seus propósitos, e menos autoridade nas suas razões”. Portanto, concluiu:

A mediação ou fracassará completamente, o que é mais provável, ou se decidirá pelos Estados Unidos. Dêem a cor que quiserem a essa [mediação]: em suma ela redundará no reconhecimento pelos três principais países da América Latina da competência de os Estados Unidos intervirem nos negócios internos das desgovernadas nações do continente. É legítima essa competência e será salutar essa intervenção? *That is the question [sic]*.<sup>88</sup>

A crítica de Veríssimo voltava-se contra as elites latino-americanas, desviando-se da tendência mais comum de concentrar o cerne do problema no “perigo imperialista”. A propósito desse tema, o brasileiro também criticou duramente uma posição – ou pelo menos um discurso – que se firmava entre parte das elites intelectuais latino-americanas em face do “perigo yankee”: o ideal de união latino-americana baseado numa suposta identidade cultural comum entre os países “latinos” da América. Como bom conhecedor da literatura latino-americana, o brasileiro partiu de seu próprio *métier* da crítica literária para desenvolver uma ampla e incisiva argumentação contrária ao discurso latino-americanista, principalmente no que se referia a seus desdobramentos políticos. O mais interessante de suas análises, para o tema que nos ocupa, é a sua percepção de que, a esse discurso identitário, “fornec[ia]-lhe agora mais um argumento a presente atitude dos Estados Unidos contra o México”,<sup>89</sup> ou seja, de que a intervenção dos Estados Unidos no país revolucionário convertia-se em um fator de intensificação de todo um processo, que já estava em marcha, de formulação de uma identidade cultural defensiva, anti-norte-americana, dentro do continente.

Essa temática foi mais explicitamente tratada por Veríssimo em um artigo publicado em *O Imparcial*, em maio de 1914, intitulado “Um estado da alma argentina”. À primeira vista, o texto dizia respeito à literatura argentina, mais especificamente à obra *El solar de la raza*, então recentemente publicada por Manuel Gálvez. No entanto, desde o início de sua explanação, Veríssimo enfatizou que o elogio da latinidade proposto pelo argentino fazia parte de um amplo “movimento das ideias de nossos vizinhos”, fruto de importantes “estudos históricos e sociológicos” desenvolvidos por toda uma gama de hispano-americanos, entre os quais citou Francisco García Calderón, Rufino Blanco Fombona, José Ingenieros e Manuel Ugarte, entre

---

<sup>88</sup>Idem, “O monroísmo wilsoniano e a América Latina”, 06/06/1914, p. 2.

<sup>89</sup>Idem, “Um estado da alma argentina”, 16/05/1914, p. 2.

outros. O brasileiro se ressentiu de não haver nada parecido no Brasil, em comparação com a qualidade desses estudos, que constituíam uma “obra séria, meditada, produto de fortes estudos originais e de uma alta cultura, geralmente feita nos melhores centros europeus”, os quais eram englobados sob a “definição imprecisa” de modernismo, entendido enquanto “uma dupla reviviscência de idealismo e do nacionalismo, concomitantemente”.<sup>90</sup>

Mas, na mesma medida em que reconheceu a importância desses estudos, Veríssimo também criticou o substrato – “subconsciente” foi a expressão utilizada – dessas interpretações e alertou para o fato de que essas ideias, a princípio relativas ao universo cultural, também “pod[ia]m influir na política”. Em sua concepção, todo esse movimento de ideias externava um “estado interessantíssimo da alma hispano-americana”, marcado por um conjunto de “idealismo, nacionalismo, emulação dos Estados Unidos [e] reação hispanófila”, derivado do ferido “orgulho espanhol desses povos” diante da “intuição de que [...] a poderosíssima nação do Norte, por sua mesma desmedida grandeza e poderio é, para as demais nações do continente, uma perene ameaça”. Assim, no intuito de contrapor o perigo estadunidense, esses países “de curto passado e escassas tradições” recorriam à “ilusão do sentimento latino” para se “contrapor à grandeza norte-americana” e “exagera[va]m-se as próprias faculdades”, presumindo-se “herdeiros forçados da obsoleta grandeza espanhola”.

Da perspectiva de Veríssimo, esse era precisamente “o rasgo que defin[ia] a mentalidade latina comparada com a anglo-saxônica”, posto que “os americanos do norte s[eriam] grandes por si mesmos”, pois “desdenha[va]m recorrer ao passado para aumento do [seu] próprio patrimônio e valimento.” Quanto a “nós, latino-americanos”, sentenciava, “não nos podemos enganar da nossa própria presunção patriótica” e “cremos ingenuamente aumentar-lha recorrendo aos fastos dos nossos antepassados ibéricos.” Essa estratégia, em sua visão, só conseguia “provar a nossa imbecilidade” e era “um péssimo expediente”, um “estímulo artificial, que só pode[ria] obrar em algum espírito mais ou menos místico, [...] propenso às sentimentalidades”, como identificava ser o caso do escritor argentino Manuel Gálvez.<sup>91</sup>

Veríssimo contrariava, assim, as mais idealistas visões de que um suposto passado “latino” fornecia os vínculos de união da grande maioria das repúblicas do continente e as predestinaria a um lugar de oposição frente ao colosso do norte por causa de sua distinta origem cultural. O brasileiro criticou sutilmente o “entusiasmo” latinista que sustentava semelhante argumentação como uma espécie de doença. Destacou que o “entusiasmo já e[ra] em si um estado anormal”, atribuindo assim, indiretamente, a uma moléstia ou “estado da alma” o que identificou como um tipo de revanchismo hispanista frente à ascensão norte-americana, que

---

<sup>90</sup>Ibidem.

<sup>91</sup>Ibidem.

considerava inquestionável.<sup>92</sup> Mas o foco de sua argumentação anti-latino-americanista era predominantemente a política.

Em um artigo publicado após a intervenção dos Estados Unidos no México, Veríssimo relacionou claramente o fervor latino-americanista no continente à atitude da potência continental para com o México revolucionário. Citou *La Revista de América* como uma publicação que “brilhantemente representa[va] a inteligência e a cultura latino-americana” na Europa, mas criticou seu editorial de ataque ao presidente Wilson, intitulado “La guerra inicua”, e sua posição sobre o efeito da ação estadunidense que, segundo a publicação, tratava-se de um “humilhante imperialismo” que “provoca[va] em todas as repúblicas do Novo Mundo o mais indignado protesto.” Contra tal posição hispano-americana, o intelectual brasileiro desferiu uma cáustica e incisiva crítica, nos seguintes termos:

Parece-me lícito duvidar da unanimidade ou pelo menos da força dessa reprovação [à atitude dos Estados Unidos]. Nada mais comum do que atribuímos a outrem os nossos próprios sentimentos. [...] Os escritores hispano-americanos de educação e vida europeia podem enganar-se emprestando aos seus povos as suas próprias paixões anti-norte-americanas, e certamente enganam-se quando lhes atribuem manifestações que supõem coletividades mais conscientes do que são as latino-americanas. Salvo se num caso particular como este, houvermos de aceitar como seus legítimos representantes alguns jornalistas e escritores. No Brasil creio não enganar-me, não temos por via de regra nem a “ilusão americana”, no sentido do opúsculo de Eduardo Prado, nem no mais compreensivo de pan-americanismo integral. [...] Em todo caso, a nossa situação de América é, digamos assim, uma situação à parte. Nem estamos, como o México sob o ‘grande patriota’ Porfirio Díaz debaixo da influência dos Estados Unidos, nem comungamos no ibero-americanismo preconizado pelos intelectuais hispano-americanos.<sup>93</sup>

Ao lançar por terra o esmerado edifício culturalista da identidade latino-americana, o que Veríssimo pretendia era afastar a possibilidade de que a posição anti-norte-americana servisse para ofuscar a má conduta das elites governantes do continente. O brasileiro não deixou de explicitar claramente esse objetivo, ao afirmar, em um artigo posterior, que a única possibilidade de defesa para a América Latina frente ao “monroísmo wilsoniano” estaria no “abandono completo do regime de desordem e ilegalidade em que a têm conservado, menos os seus povos civicamente incapazes, que os seus governantes, em [sua] maioria indignos”.<sup>94</sup>

Em certa medida, a posição assumida pelo educador e crítico literário brasileiro frente ao discurso identitário latino-americanista pode ser relacionada ao “realismo” característico de suas reflexões políticas sobre o Brasil e a América Latina, em geral, conforme explicitado por João

---

<sup>92</sup>Ibidem.

<sup>93</sup>VERÍSSIMO, José. “O monroísmo wilsoniano e a América Latina”, *O Imparcial*, 06/06/1914, p. 2.

<sup>94</sup>Ibidem.

Alexandre Barbosa, analista de sua obra.<sup>95</sup> Mas outros elementos decorrentes de sua argumentação são tão ou mais relevantes e reveladores do que o realismo dessas análises. O primeiro deles é o fato de Veríssimo explicitamente conferir ao Brasil “uma situação à parte” dentro do continente, a qual afastava nosso país da reivindicação de uma identificação ibero-americana, tal como proposta pelos hispano-americanos. Sobre esse tema, aliás, salta aos olhos o fato de que em sua crítica político-literária do movimento latino-americanista, apesar de citar elogiosamente Ugarte e Ingenieros, por exemplo, Veríssimo preferiu se deter, aprofundar e amplificar como representativo desse amplo e multifacetado movimento de ideias uma faceta bem mais conservadora, representada pelo livro do argentino Manuel Gálvez.

Uma tal exposição do ideário latino-americanista que envolvia os hispano-americanos, somada às críticas que desferiu ao mesmo, faziam com que, no conjunto da argumentação de José Veríssimo, o latino-americanismo e a solidariedade continental fossem desqualificadas como alternativas identitárias para o Brasil. O peso de tal interpretação no cenário intelectual brasileiro não deve ser desprezado, tendo em vista que Veríssimo era um dos poucos críticos literários do país que se dedicava sistematicamente à produção cultural hispano-americana. E há ainda outro traço deixado sutilmente, e talvez mesmo inconscientemente, por sua leitura da situação continental: enquanto o latino-americanismo era ofuscado, deixando de funcionar como um referencial para o Brasil, eram os Estados Unidos que se erigiam como parâmetro.

Muito embora Veríssimo afirmasse não padecer da “ilusão americana”, não encontramos em suas reflexões sobre os Estados Unidos o mesmo “realismo” com o qual observava e julgava o restante da América. Suas análises sobre o continente acabaram esbarrando na idealização do colosso do norte sempre que esse era confrontado com as realidades latino-americanas, entre elas a faceta popular da Revolução Mexicana, frente a qual o intelectual brasileiro não apenas aceitou como defendeu o *big stick* estadunidense. Exatamente na sequência da defesa da intervenção estadunidense no México revolucionário, Veríssimo concluiu, sem deixar espaço para dúvidas, sua posição das “intervenções civilizatórias” no continente:

Quem sabe nisso [nas intervenções] não estaria a solução do problema da ordem política das repúblicas sul-americanas? Aliás, o que estão fazendo os Estados Unidos com o México, com bem pouca diferença já fez o Brasil, sob a monarquia, com as Repúblicas do Prata, e não é esse um dos nossos feitos que menos nos honram. Foi a nossa ação, acabando ali à viva força, com decidida intervenção na sua política interna, que preparou o estado de ordem e progresso de que gozam a Argentina, o

---

<sup>95</sup>BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974; e *A vertente latino-americana. Apresentação de VERÍSSIMO, José. Cultura, literatura e política, op. cit., p. 7-14.*

Uruguai e mesmo o Paraguai, depois que exterminamos os Rosas, os Aguirres e os López e destruimos os odiosos regimes que representavam.<sup>96</sup>

Ora, o teor desse discurso é muito semelhante à visão conservadora e ufana que, como mostramos anteriormente, foi sustentada por órgãos como o *Minas Gerais* e a *Gazeta de Notícias* no contexto da mediação do ABC. Apesar de expressar uma maior sofisticação teórica, decorrente do uso do discurso acadêmico como fonte, as análises de Veríssimo sobre o continente em pouco se diferem das interpretações mais rasteiras sobre a “missão civilizadora” dos Estados Unidos na América e da percepção de que o Brasil ocuparia um *status* diferenciado no continente, superior ao dos países hispânicos, o que também o colocaria na posição de um “agente civilizador”. Tudo isso pode ser lido nas intervenções públicas de Veríssimo, a despeito das fortíssimas críticas que ele desferia às elites nacionais.

É interessante comparar tal perspectiva com a posição assumida por Oliveira Lima na mesma conjuntura. A considerar sua visão sobre a evolução histórica do continente, que colocava a “América inglesa” numa condição social, cultural e racial de superioridade em relação à “latina”, era de se supor que semelhante compreensão do continente conduzisse à justificação de uma posição intervencionista por parte dos Estados Unidos. Mas, ao contrário disso, e em coerência com o conjunto de sua obra, Oliveira Lima considerou que, em hipótese alguma, a superioridade estadunidense poderia lhe conceder o direito de intervir em outros países, ação para a qual não se poderia atribuir outro nome a não ser “imperialismo”.<sup>97</sup> Assim, quando o presidente Wilson desferiu seu ultimado ao ditador mexicano, Huerta, o intelectual brasileiro expressou a seguinte leitura da situação: “a América Latina desconfia das lições de moral do presidente Wilson não menos do que das arremetidas sociológicas do presidente Roosevelt. O México está tomando aspecto de vítima e Huerta – quem diria? – de cordeiro perseguido pelo lobo *yankee*.”<sup>98</sup>

Veríssimo, por sua parte, após a invasão de Vera Cruz, considerou que o reconhecimento de Huerta pelos Estados Unidos poderia ter evitado o conflito. Novamente sua posição se baseava em análises estadunidenses, nesse caso de um editorial de *The North American Review*, que trazia um “apelo” ao presidente Wilson pelo reconhecimento do “governo de fato” de Huerta. Nesse texto os revolucionários foram descritos como “hordas de bandidos opositores”, enquanto o

---

<sup>96</sup>VERÍSSIMO, José. “O sr. Woodrow Wilson e o México, ou os inconvenientes da virtude”, *O Imparcial*, 25/04/1914, p. 2.

<sup>97</sup>Teresa Malatian destaca o seguinte sobre a perspectiva de Oliveira Lima em relação ao continente americano no conjunto de sua obra: “Diferentes estágios de evolução, como propunha o darwinismo social, foram por ele reconhecidos na constatação de diferentes estágios de progresso material e cultural, que concediam à América Anglo-saxônica preponderância, porém não o direito de intervenção. Nem mesmo sua crítica ao caudilhismo o fazia aceitar os avanços imperialistas [estadunidenses]”. Cf. MALATIAN, Teresa. *Op. cit.*, p. 191.

<sup>98</sup>OLIVEIRA LIMA, Manoel de. “Novos desenvolvimentos da doutrina Monroe”, *Coisas Estrangeiras*, OESP, 10/11/1913, p. 3.



ditador mexicano, recorrentemente referido como “the old Indian”, foi identificado como “correta ou incorretamente, a única esperança para o México”, “a única força capaz de manter a ordem” no país.<sup>99</sup>

Tomando tal perspectiva como base, Veríssimo se manifestou sobre o assunto afirmando que, se os Estados Unidos tivessem reconhecido Huerta, “embora assassino”, o que – ressaltou com seu realismo característico – “não er[a] nenhuma exceção nas Repúblicas ibero-americanas”, poderiam ter usado os “recursos de sua diplomacia” para “tirar dele algo de bom para o seu país.”<sup>100</sup> Dessa forma, o intelectual brasileiro acabava por reconhecer que um governo ditatorial, devidamente pressionado pela diplomacia estadunidense, poderia gerar “algo de bom” para o México.

Essa posição não soa estranha quando consideramos que o brasileiro a assumiu tomando como referência uma visão anti-revolucionária de corte neoporfirista, que era sustentada por uma parcela da opinião pública estadunidense a respeito da situação do México. O mesmo editorial citado por Veríssimo “apelava” ao presidente Wilson não apenas para que reconhecesse o ditador mexicano, mas também para que proibisse a venda de armas aos “rebeldes” daquele país, ação que, segundo tal perspectiva, seria uma “resposta às demandas de humanidade e civilização.”<sup>101</sup>

Dessa forma, como procuramos mostrar, diferentes e divergentes interpretações foram elaboradas por parte dos intelectuais brasileiros sobre a situação continental, o que configurou um amplo debate público, através dos jornais, no qual a Revolução Mexicana ocupou um lugar central. Mas já por volta de meados de 1914 o tema do México perdeu espaço nos grandes jornais brasileiros. Não há dúvida de que a eclosão da Guerra europeia, que rapidamente se tornou o principal assunto internacional discutido nas páginas dos jornais, foi um fator de significativa importância para que os olhares brasileiros se desviassem da situação do México.

Entretanto, não podemos deixar de notar que o afastamento da questão mexicana coincidiu com o momento de auge dos exércitos camponeses no México. Essa nova conjuntura da Revolução Mexicana, se encarada a partir da lógica do “espelho” que vinha sendo empregada nas análises sobre o país revolucionário, transformava os acontecimentos mexicanos num tema um tanto quanto espinhoso em meio aos conflitos rurais que se desenrolavam no cenário brasileiro. Afinal de contas, olhar o Brasil através do “espelho mexicano” tornava-se uma atitude

---

<sup>99</sup>“We appeal to the president” (editorial). *The North American Review*, vol. 199, nº 701, abril de 1914, p. 498-500. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/NorthAmericanRev-1914apr-00481?View=PDF>> (acesso em 12/12/2013).

<sup>100</sup>VERÍSSIMO, José. “O sr. Woodrow Wilson e o México, ou os inconvenientes da virtude”, *O Imparcial*, 25/04/1914, p. 2.

<sup>101</sup>“We appeal to the president” (editorial). *The North American Review*, vol. 199, nº 701, abril de 1914, p. 499-500. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/NorthAmericanRev-1914apr-00481?View=PDF>> (acesso em 10/12/2013).

bastante arriscada num contexto de franca ascensão dos movimentos populares dentro do processo revolucionário mexicano.

Mas a participação tangencial do Brasil no conflito mexicano, através da mediação diplomática, fez com que a questão mexicana extrapolasse a discussão nos jornais e chegasse também ao âmbito acadêmico. Em abril de 1914, no contexto da mediação do ABC, o catedrático de Direito Internacional Público da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, professor Sá Viana, tomou o tema como assunto para sua aula inaugural, que foi publicada na íntegra pela revista da Faculdade. O título da cátedra sugeria que se tratava especificamente da questão diplomática, entretanto, não foi o que aconteceu.

O professor dedicou grande parte da aula à reflexão sobre a situação interna do México, principalmente acerca dos motivos que levaram o país à Revolução e que o mantinham em armas. Em suas argumentações acadêmicas, foi mais taxativo do que qualquer artigo jornalístico ao definir o problema mexicano como uma questão racial. Em sua perspectiva, a instabilidade política se devia ao caráter da população mexicana, formada por “milhões de índios puros, [...] massa humana dificilmente adaptável à mais rudimentar civilização [e que] não pode por si mesma compreender e muito menos praticar os princípios democráticos”. Como seria de deduzir, o catedrático elogiou Porfirio Díaz, que teria sabido “conter as impetuosidades” desse povo e implementar “melhoramentos materiais” no país.<sup>102</sup>

Essa leitura da situação mexicana apresenta os traços básicos da visão mais geral difundida pela imprensa internacional, não por acaso o professor cita o *Daily-Telegraph* como fonte de informações. Mas o que de fato chama a atenção em sua leitura a respeito da situação mexicana é que esse “México bárbaro” rapidamente desaparece e o país revolucionário ganha um tratamento completamente diferente quando o assunto passa a ser a política internacional. Então o México surge como “República irmã” e “povo de nossa raça”, país que vive em “sobressalto constante” por causa de seu “vizinho poderoso e audaz.”

O tema da mediação é discutido a partir de uma posição assumida como um “nós”, latino-americanos, que inclui as “potências sul-americanas” e também o México, e que se contrapõe aos Estados Unidos. O princípio intervencionista estadunidense é fortemente condenado em nome da “soberania das nações”, independentemente de suas condições ou capacidades, como “ponto fundamental do nosso Direito Público.” O professor defende a mediação do ABC pelo fato de nenhum dos três países terem interesses econômicos no México e recorda que o caso do país revolucionário não é um fato isolado, tendo em vista a posição intervencionista dos Estados Unidos na América Central. Finalmente, manifesta “a repulsa dos princípios chamados de

---

<sup>102</sup>“Lição Inaugural do curso de Direito Internacional Público, pelo Professor Sá Viana”. *A Época*: Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Ano X, abril de 1914, p. 7-26.

Monroe” e advoga por “uma política pan-americana inteiramente nova, sob outros moldes bem diferentes dessa que lançou a desconfiança e que há de causar o afastamento e o ódio entre latinos e anglo-saxões.”<sup>103</sup>

O mais interessante de toda essa argumentação é que ela apresenta, de forma bastante evidente, as contradições e incongruências com as quais se deparou o professor brasileiro de Direito Internacional ao tentar analisar a questão mexicana pela ótica racial. Inicialmente, estando muito marcado por uma matriz de interpretação social alicerçada em critérios racialistas, tendeu a aplicar um diagnóstico racial aos problemas daquele país, visto como um “outro”. Mas a situação do México também o levou a refletir sobre a questão continental e, nessa direção, tendeu a inserir o Brasil na identidade latino-americana, nos termos culturalistas então em voga, como uma identificação defensiva em relação à potência continental e sua agressiva política externa.

Quando tomamos a aula inaugural do catedrático de Direito em conjunto com os artigos publicados em jornais de grande circulação, que analisamos anteriormente, percebemos que entre a identificação inicial do México à barbárie e ao caos da guerra civil até a noção de que o país se constituía numa vítima do imperialismo estadunidense, diversas e ambíguas imagens do México foram refletidas pelas lentes dos brasileiros durante os primeiros anos da Revolução Mexicana. Muito mais do que a situação do país revolucionário, o que elas nos revelam são os próprios dilemas sociais e políticos brasileiros, entre eles as ambiguidades envolvidas ao se pensar o lugar do Brasil republicano no continente.

Para compreender a situação descrita acima, consideramos extremamente pertinente a perspectiva esboçada por Ricardo Melgar Bao a respeito da “tradutibilidade histórica de um acontecimento revolucionário externo e afim” em um determinado contexto nacional. Segundo Melgar, essa “tradução” se desenvolve como um processo “ativo e criador”, no sentido de que opera um papel catalizador, ao contribuir para visibilizar as “contradições fundamentais d[est]a sociedade” e também as diferentes “tendências e formas de solução das mesmas”, a partir de distintas perspectivas político-ideológicas.<sup>104</sup> Essa é precisamente a situação observada no caso dos debates brasileiros sobre a Revolução Mexicana em seus primeiros anos.

Mas enquanto na primeira metade da década de 10 as projeções que o México e sua revolução ganharam no Brasil estiveram muito vinculadas às informações que circulavam pela imprensa internacional, após esse período os próprios mexicanos passaram a exercer um protagonismo decisivo em relação à imagem externa do país e de seu processo revolucionário. É o que veremos no capítulo seguinte.

---

<sup>103</sup>Idem.

<sup>104</sup>MELGAR BAO, Ricardo. La Revolución Mexicana en el movimiento, *op. cit.*, p. 87-8.

## Capítulo 2

### **Do México “bárbaro” ao México “redimido”: a propaganda mexicana no Brasil, da contraofensiva constitucionalista à “reconstrução moral” do governo Obregón**

Quizá la defensa intachable de nuestros derechos de soberanía estatal haya sido la mejor herencia que nos dejara don Venustiano Carranza. [...]. [Él] lo trató [...] con la hombría adecuada que le hiciera ver al poderoso gobierno norteamericano que la Revolución mexicana había operado un cambio radical en la psicología del pueblo mexicano y las de sus dirigentes.

(Isidro Fabela, *La victoria de Carranza*, década de 1910)

#### **2.1. A contraofensiva constitucionalista sob a égide da Doutrina Carranza**

Por volta de meados da década de 1910, a imprensa internacional deixou de ser a fonte quase exclusiva das informações sobre o México que circulavam no Brasil. A partir desse período, uma “propaganda revolucionária” astuta e amplamente desenvolvida pelos constitucionalistas conseguiu penetrar em alguns importantes espaços de articulação e difusão do debate de ideias no Brasil. Para se compreender o sentido que a propaganda mexicana ganhou no cenário brasileiro, é necessário localizá-la dentro da estratégia internacional mais ampla articulada pelos constitucionalistas.

Em relação ao tema que nos ocupa, há pelo menos duas dimensões de suma importância a se destacar dentro da política internacional elaborada por Carranza e seus aliados. Primeiramente, a forte conexão entre a projeção externa alcançada por essa vertente e sua ascensão dentro do movimento revolucionário mexicano. Em segundo lugar, o fato de a estratégia de projeção internacional do México revolucionário, articulada pelos constitucionalistas, ter se mantido como a base da política internacional mexicana nas décadas seguintes. Essas duas dimensões são apontadas por Pablo Yankelevich com base em um amplo e pormenorizado trabalho de reconstituição da estratégia propagandística desenvolvida pelo *primer jefe* e seus aliados.

De acordo com o historiador, “o triunfo do poder constitucionalista e o reconhecimento de sua autoridade são entendidos quando se leva em conta que aquele núcleo [revolucionário] concebeu o México e concebeu a si próprio como parte de um projeto de alcance nacional.” Esse “ponto de vista nacional”, “construído a partir de uma racionalidade que não se esqueceu de que

as fronteiras da luta eram também as do México”, foi justamente o “elemento distintivo” dos constitucionalistas em relação aos outros grupos revolucionários. E a percepção da amplitude nacional, interna, do processo revolucionário incidiu diretamente na consciência de sua dimensão externa, pois “esses revolucionários descobriram que a guerra deveria ser ganha nos campos de batalha, mas os triunfos, para o serem de fato, necessitavam do reconhecimento do mundo dos negócios e da política internacional.”<sup>1</sup>

É notória a semelhança desse argumento com a interpretação de Arnaldo Córdova de que o fator ideológico, ou seja, a batalha no plano das ideias, muito mais que no militar, foi o elemento decisivo para o triunfo político de uma determinada facção (precisamente a constitucionalista) dentro do amplo e fragmentado movimento revolucionário mexicano.<sup>2</sup> Nesse sentido, a interpretação de Córdova, que em nossa concepção continua sendo uma das mais lúcidas visões de conjunto a respeito da Revolução Mexicana,<sup>3</sup> não apenas ganha uma aplicação no plano da política externa como serve de subsídio para se dimensionar a relevância da formulação da estratégia propagandista por parte de Carranza e seus apoiadores ideológicos.

A respeito da atenção dispensada pelos historiadores ao tema da propaganda articulada pela facção constitucionalista, Yankelevich chama a atenção para a “ausência de trabalhos voltados ao estudo desse fenômeno” e destaca que a maior parte dos estudos existentes sobre a propaganda internacional mexicana se dedicam a analisar as estratégias desenvolvidas pelos governos de Obregón e Calles, principalmente nos Estados Unidos. Entretanto, ressalta que essa “ausência” é algo que chama muito a atenção, já que “boa parte da estratégia e dos mecanismos” usados pelos governos mexicanos nos anos 20 “revelam uma surpreendente continuidade com aqueles que foram levados a cabo pela facção carranzista em plena guerra civil.”<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>YANKELEVICH, Pablo. En la retaguardia de la Revolución Mexicana: Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina, 1914-1920. *Boletín Americanista*, Univerddade de Barcelona, nº 49, 1999, p. 266. Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipoDeBusqueda=ANUALIDAD&revistaDeBusqueda=5730&claveDeBusqueda=1999>> (acesso em 05/06/2014).

<sup>2</sup>CÓRDOVA, Arnaldo. La lucha ideológica en la Revolución Mexicana. In: *La revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989, p. 54-74 e *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011.

<sup>3</sup>Em suas aproximações à historiografia da Revolução Mexicana, o historiador Álvaro Matute destaca o lugar ocupado pela interpretação de Arnaldo Córdova dentro da amplíssima historiografia sobre a Revolução. De acordo com Matute, Córdova foi o primeiro mexicano a realizar “uma contribuição de primeiro nível” sobre o tema, que até então “parecia [...] requerer o patrocínio externo”, visto que só era abordado seriamente em trabalhos acadêmicos realizados por estrangeiros. Para se ter uma ideia do que isso significa, basta lembrar que uma historiografia da Revolução Mexicana começou a ser produzida praticamente junto com o processo revolucionário – com as primeiras versões mais acadêmicas, os chamados “estudos clássicos”, iniciados nos anos 20 – e que Córdova publicou suas principais obras sobre o tema – particularmente *La ideología de la Revolución Mexicana*, à qual Matute se refere – apenas nos anos 70. Cf. MATUTE, Álvaro. *Aproximaciones a la historiografía de la Revolución Mexicana*. México: UNAM, 2005, p. 59. Um panorama da historiografia da Revolução ao longo do século XX pode ser encontrado em BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. *História*. São Paulo: UNESP, vol. 20, 2001, p. 163-198.

<sup>4</sup>YANKELEVICH, *En la retaguardia*, op. cit., p. 266.

Desde o surgimento do constitucionalismo, logo após o assassinato do presidente Madero, em fevereiro de 1913, essa facção revolucionária – articulada em torno de Carranza, então governador do estado de Coahuila, contra o ditador Victoriano Huerta – começou a divulgar sua existência e seus objetivos políticos no cenário estadunidense, por meio de agentes confidenciais enviados a Washington e Nova York.<sup>5</sup> O grande marco na articulação de uma estratégia de propaganda em nível internacional foi a criação de uma Secretaria de Relações Exteriores, em dezembro de 1913, sob a liderança de Isidro Fabela, que foi nomeado como “oficial maior” dessa secretaria.<sup>6</sup>

Notemos que, justamente a essa altura, a questão internacional passava a ocupar um espaço determinante para os rumos da Revolução no México, tendo em vista a pressão estadunidense pela renúncia de Huerta. Nesse contexto, a designação por Carranza de um de seus homens de confiança como encarregado de cuidar tanto da imagem internacional quanto das possíveis alianças externas do constitucionalismo – que ainda estava longe de ser a facção revolucionária hegemônica – foi realmente um ato político de consequências decisivas. A partir de então, um dos grupos em disputa dentro do México passava a encarar a necessidade de defender a Revolução no plano externo e o fazia utilizando a mesma linguagem empregada pela poderosa e ameaçadora nação vizinha para questionar a legitimidade do movimento revolucionário mexicano: a imagem pública construída em torno dos acontecimentos.

Assim, já em janeiro de 1914, encontramos a respeitável imagem que Carranza procurou passar, através de uma entrevista concedida a um jornalista inglês, repercutida amplamente, inclusive por meio fotográfico, em uma importante revista estadunidense, *The World's Work*, conforme abordamos no capítulo anterior. É possível que esse tenha sido um dos primeiros frutos políticos decorrentes da criação de um órgão responsável pelas relações externas do constitucionalismo. Mas é muito importante ter em vista que o fato de estabelecer uma secretaria especificamente voltada à política internacional não significava uma compreensão de que as políticas externa e interna eram dimensões desvinculadas. Ao contrário, tanto os textos quanto as ações dos constitucionalistas revelam uma percepção compartilhada da existência de fortes conexões entre esses dois âmbitos.

Essa percepção fica evidente em alguns importantes discursos proferidos por Carranza em diferentes regiões do México entre fins de 1915 e inícios de 1916. Nesses discursos, que a princípio se destinavam a expor aos próprios mexicanos o sentido do movimento revolucionário (obviamente da perspectiva do constitucionalismo), o *primer jefe* destacou reiteradamente a

---

<sup>5</sup>YANKELEVICH, *Miradas australes, op. cit.*, p. 83-84.

<sup>6</sup>FALCÓN, Romana. Estudio preliminar à obra: FABELA, Isidro, *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica* (vol. III). Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. XV.

dimensão da política externa e particularmente o lugar ao qual pretendia alçar o México revolucionário no continente. Segundo o líder constitucionalista, falando aos habitantes da cidade de Matamoros, no estado de Tamaulipas, em novembro de 1915:

As reformas anunciadas, e que já estão sendo colocadas em prática, realizarão uma mudança em tudo e abrirão uma nova era para a República [mexicana]. Mas nossa obra de salvação da Nação tem uma importância maior ainda: a de que o México seja a alma das demais nações que padecem dos mesmos males que nós. [...] Já é tempo que a América Latina saiba que nós ganhamos, com a luta interna, o restabelecimento da justiça e do direito, e que esta luta servirá de exemplo para que todos os povos formem suas soberanias [...]. Nossa luta será o começo de uma luta Universal que dê lugar a uma era de justiça, em que se estabeleça o princípio do respeito que os povos grandes devem ter pelos povos débeis. [...] Esta é a Revolução, senhores; isto é o que regerá a humanidade mais tarde como um princípio de justiça.<sup>7</sup>

Cerca de um mês depois, em um pronunciamento feito em San Luis Potosí, o *primer jefe* reiterou a proposta de projeção internacional que formulava para o México. Dessa vez, vinculou a proeminência internacional decorrente da Revolução a uma espécie de “missão histórica” do país, que remontava à Conquista espanhola e fazia do México, desde então, um modelo para os países hispânicos da América:

Temos o dever de dar à República [mexicana] as reformas indispensáveis para o melhoramento da sociedade; mas temos um dever ainda maior; o que a história, desde o descobrimento da América, nos dedicou, posto que o México tem ocupado um grande lugar na história dos povos civilizados. [...] A Nação que deve ser modelo para a América Espanhola já começa a obra de reconstrução. [...] Devemos sustentar o lugar que temos ocupado na história. Nossos grandes episódios são conhecidos, desde a época da conquista, por todos os homens dos países civilizados; e desde então, século após século, o México nunca pôde passar despercebido para a América. Temos o dever de tornar conhecido em cada cidade o fundamental desta *verdadeira Revolução*. [...] Estamos vendo agora como se despedaçam as nações europeias para decidir sua sorte em uma guerra, [...] essa contenda, que não é de *defesa nacional*, mas uma guerra de interesses. [...] Nossa luta tem sido de um caráter distinto daquela [...].<sup>8</sup>

Com essas palavras, Carranza recorria à história como argumento legitimador do pretendido “modelo” que o México teria o “dever” (verbo usado exaustivamente em sua fala) de representar para o continente. Além disso, procurava diferenciar a luta armada mexicana, a “verdadeira Revolução”, da guerra europeia, identificando a primeira à ideia de uma guerra justa, que se travava para defender a autonomia da nação. Dessa forma, deixava claro que, na visão dos constitucionalistas, a Revolução Mexicana significava, antes e acima de tudo, a defesa da soberania nacional.

---

<sup>7</sup>CARRANZA, Venustiano. Discurso pronunciado em Matamoros em 29/11/1915. Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología*, op. cit., p. 495-498.

<sup>8</sup>Idem. Discurso pronunciado em San Luis Potosí em 26/11/1915. Apêndice de CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología*, op. cit., p. 498-500. Grifos nossos.

A concepção expressa nesses discursos de 1915 já apontava para os principais pilares assumidos pela política internacional e a propaganda revolucionária articulada pela facção constitucionalista: a defesa da soberania nacional frente ao intervencionismo estadunidense e a ideia de que a luta mexicana deveria servir de exemplo para o restante do continente. Nos anos seguintes, essa lógica foi sistematicamente articulada e chegou a ser oficialmente apresentada pelo *primer jefe*, em 1919, nos termos de uma “doutrina” para as relações internacionais, batizada de Doutrina Carranza. Embora, como apontamos, a posição anti-intervencionista mexicana já estivesse sendo delineada desde a ascensão do constitucionalismo, sua manifestação pública no cenário externo sob a lógica de uma nova “doutrina” guarda relação direta com a forma como foi concebida a reordenação da política internacional no primeiro pós-guerra, culminando na formação da Sociedade das Nações, em 1919.

As Conferências de Paz, realizadas em Paris ao final da Primeira Guerra, deram origem à Sociedade das Nações, através da assinatura de um “pacto”, que significou um comprometimento público das nações signatárias em “respeitar escrupulosamente” o Direito Internacional e “todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas”, como forma de assegurar a paz mundial. Com esse objetivo, o Pacto da Sociedade das Nações reconhecia, em seu artigo 21, a doutrina Monroe como parte dos “acordos regionais que assegura[va]m a manutenção da paz.”<sup>9</sup> Do ponto de vista constitucionalista, a criação do novo organismo internacional nesses termos encerrava dois grandes problemas. O primeiro deles dizia respeito ao fato de o México não ter sido convidado para fazer parte da Sociedade das Nações devido ao movimento revolucionário em curso no país, particularmente porque sua faceta anti-imperialista, ratificada na Constituição de 1917, colocava o México revolucionário em conflito latente com os interesses das companhias petroleiras britânicas e estadunidenses.<sup>10</sup> Em segundo lugar, a anuência internacional da Doutrina Monroe era inaceitável para a posição anti-intervencionista assumida pelo México revolucionário.

---

<sup>9</sup>Pacto da Sociedade das Nações, 1919. Texto completo em português disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>> (acesso em 15/11/2014).

<sup>10</sup>Em um estudo sobre a participação do México na Sociedade das Nações, o historiador Fabián Herrera afirma o seguinte sobre a exclusão do país da lista de Estados convidados a fazer parte da organização internacional, em 1919: “a exclusão do México não podia ser explicada pelo simples fato de que o governo de Carranza não contava com o reconhecimento internacional das potências protagonistas das Conferências de Paz [...]. O ‘problema mexicano’ [...] esteve constituído, principalmente, por aqueles aspectos que deterioraram consideravelmente as relações do México com as potências anglo-saxônicas, sobretudo com a delicada situação de seus investimentos no país, afetados durante a convulsão interna e ameaçados pela Constituição de 1917. [...] Uma vez levantada pela Constituição de 1917, a questão do petróleo se traduziu em uma rápida deterioração das relações do México com seus mais fortes adversários nesse campo: Estados Unidos e Grã-Bretanha. Cf. HERRERA LEÓN, Fabián. *La política mexicana en la Sociedad de Naciones ante la Guerra del Chaco y el conflicto de Letícia, 1932-1935*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2009, p. 27-30.



Assim, em 1919, o *primer jefe* apresentou publicamente seu repúdio à aceitação formal da doutrina estadunidense pelos países fundadores da Sociedade das Nações. Falando ao Congresso mexicano, explicou nos seguintes termos a posição assumida oficialmente pelo governo mexicano: “como na Conferência de Paz de Paris tratou-se sobre a aceitação da Doutrina Monroe, o governo do México se viu na ocasião de declarar publicamente e notificar oficialmente os governos amigos que o México não havia reconhecido e nem reconheceria essa doutrina”.<sup>11</sup> A posição mexicana foi divulgada em uma declaração à imprensa estadunidense, por meio da qual Carranza foi suficientemente enfático ao afirmar que não reconhecia a Doutrina Monroe porque esta “se constitu[ía] em um protetorado arbitrário, imposto sobre povos que não o solicitaram e nem o necessitam.” A lógica que esgrimiu para questionar sua legitimidade foi clara e certa: “A Doutrina de Monroe não é recíproca e, por consequência, não é justa.”<sup>12</sup>

Não satisfeito em desconhecer oficialmente a doutrina estadunidense, o presidente mexicano ofereceu, ele próprio, um novo conjunto de parâmetros diplomáticos que ficaram conhecidos como “Doutrina Carranza”, apontando claramente para seu intento de contrapor a pretensão hegemônica dos Estados Unidos no continente, ao propor uma nova “doutrina” em substituição à estadunidense. As diretrizes internacionais traçadas por Carranza, bem como a posição que pretendia que o México ocupasse no cenário externo, foram resumidas da seguinte maneira, em uma mensagem ao Congresso Nacional mexicano:

As ideias diretrizes de nossa política internacional são poucas, claras e simples. Reduzem-se a proclamar que todos os países são iguais; devem respeitar mútua e escrupulosamente suas instituições, suas leis e sua soberania; que nenhum país deve intervir de nenhuma forma e por nenhum motivo nos assuntos internos de outro. [...] [E que] nacionais e estrangeiros devem ser [considerados] iguais diante da soberania do país em que se encontrem. [...] Desse conjunto de princípios resulta profundamente modificado o conceito atual de diplomacia. Esta não deve servir [...] para exercer pressão sobre os governos de países débeis. [...] As ideias diretrizes da política atual, em matéria internacional, estão a ponto de ser modificadas, pois foram incompetentes para prevenir as guerras internacionais e dar um fim rápido à conflagração mundial[;] O México tratou de contribuir para a reforma dos velhos princípios [...]. Hoje abriga a esperança de que a conclusão da guerra será o princípio de uma nova era para a humanidade [...].<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup>CARRANZA, Venustiano. Mensagem ao Congresso Nacional Mexicano e Declaração telegráfica ao World de Nova York, via Associated Press, 1919, citado por Isidro Fabela em *La política interior y exterior de Carranza*. In: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela, op. cit.*, p. 661.

<sup>12</sup>CARRANZA, Venustiano. Declaraciones del presidente Carranza al World de Nueva York (cable de la *Prensa Asociada*), maio de 1919. Citado por Fabela em “*La política interior y exterior de Carranza*”. In: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela, op. cit.*, p. 660.

<sup>13</sup>CARRANZA, Venustiano. Informe rendido al H[onorable] Congreso de la Unión por el presidente constitucional de la República C. [sic] Venustiano Carranza, al renovarse el periodo ordinario de sesiones el 1<sup>er</sup> de septiembre de 1918 y respuesta del C. [sic] presidente de la Cámara de Diputados. México: Imprenta de la Secretaría de Gobernación, 1918, p. 32

Especificamente a respeito das relações com a América Latina, a mensagem presidencial destacava o seguinte:

O desejo de que as mesmas práticas adotadas pelo México sejam seguidas por todos os países e legislações, mas em particular pela América Latina, cujos fenômenos específicos são os mesmos que os nossos, dão a tais princípios um caráter doutrinário muito significativo, especialmente quando se considera que foram formulados [...] em plena luta revolucionária e que tinham o objetivo de mostrar ao mundo inteiro os propósitos dessa luta e os anseios de paz universal e de confraternidade latino-americana.<sup>14</sup>

Nesse discurso encontramos delineados os principais pontos da posição assumida pelo México revolucionário no continente: primeiramente, uma explícita recusa do princípio intervencionista, o que colocava a posição mexicana em confronto direto com a perspectiva estadunidense sobre o continente; somada a isso, a noção de confraternidade latino-americana, que rivalizava com a proposta pan-americanista empunhada pelos Estados Unidos como molde para as relações continentais.<sup>15</sup> Finalmente, a capacidade de conceber o México no mesmo nível das “grandes nações” e de tomar precisamente a Revolução Mexicana como lastro político para o protagonismo internacional mexicano e suas propostas de transformação das relações entre os países do continente americano.

Podemos perceber na posição oficial mexicana uma grande afinidade com as ideias de identidade latino-americana e valorização cultural do continente que se fortaleceram no período entre guerras em resposta ao abalo do paradigma civilizatório europeu decorrente da Grande Guerra. Essas ideias culminaram num forte posicionamento anti-imperialista e na defesa da capacidade de desenvolvimento autônomo dos países do continente, que foram empunhados por boa parte da intelectualidade continental nos anos 20 e 30.<sup>16</sup>

A atuação internacional do México revolucionário estabeleceu uma conexão direta com esse panorama político-cultural ao tomar oficialmente, como parâmetro de sua política externa, a noção da existência de um vínculo identitário de natureza histórico-cultural entre os países latinos da região, o qual deveria embasar o estreitamento de suas relações, principalmente em

---

<sup>14</sup>Idem, p. 31.

<sup>15</sup>Sobre as disputas entre as perspectivas identitárias pan e latino-americana para o continente, consultar o trabalho de ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71; a respeito de como essas disputas se expressaram durante os eventos oficiais das Conferências Pan-Americanas, o trabalho de Tereza Maria Spyer Dulci, *As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013, principalmente o cap. 2. Sobre a origem do termo “América Latina” em suas relações com o desenvolvimento da noção de “latinidad”, ver também ARDAO, Arturo. *América Latina y la latinidad*. México: UNAM, 1993.

<sup>16</sup>Sobre a centralidade que a identidade latino-americana e a posição anti-imperialista assumiram no discurso intelectual latino-americano do período, consultar os seguintes trabalhos: ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1993, vol. 3, p. 635-66; FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

termos culturais. A partir dessa perspectiva, a propaganda mexicana assumiu o sentido de fomentar a identidade cultural latino-americana e apontar, direta ou indiretamente, a Revolução Mexicana como modelo para o continente. Esses postulados não apenas guiaram a política externa do governo Carranza como formaram a base da diplomacia levada a cabo por décadas pelo “Estado revolucionário”. Conforme enfatizou Guillermo Palacios em seu estudo sobre as relações diplomáticas entre México e Brasil, até os anos 30 a atitude predominante da política externa mexicana no continente esteve “centrada na noção de que a Revolução Mexicana constituía o *único* modelo de desenvolvimento autóctone para o restante dos países da América Latina.”<sup>17</sup>

Durante o governo de Carranza, o principal nome por trás da articulação de uma estratégia de projeção internacional do México revolucionário e do constitucionalismo foi, sem dúvida, o oficial maior da Secretaria de Relações Exteriores, Isidro Fabela. Antigo ateneísta,<sup>18</sup> Fabela havia aderido ao maderismo e, logo após o assassinato de Madero, passou a apoiar a luta de Carranza contra “a usurpação” huertista.<sup>19</sup> Em estudo sobre a atuação política e a obra de Fabela, a historiadora Romana Falcón assinala que, apesar da tendência de ter seu papel limitado pela forte liderança exercida por Carranza, o oficial maior das relações exteriores pôde exercer plenamente sua função precisamente “porque suas perspectivas do que deveria ser a Revolução mexicana, e o lugar do México frente ao exterior eram muito semelhantes” às do próprio *primer jefe*. Para ambos, o sentido do movimento revolucionário passava por uma “defesa inteligente e obcecada em favor da soberania [nacional] do México.”<sup>20</sup>

Com essa perspectiva, em 1914, quando os Estados Unidos e os países do bloco ABC convocaram as conferências de mediação diplomática após a invasão estadunidense do porto mexicano de Vera Cruz, o constitucionalismo questionou veementemente (através de várias notas de protesto) essas negociações e desconheceu de forma absoluta o direito desses países de

---

<sup>17</sup>PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 191. Grifo no original.

<sup>18</sup>Pertencente ao Ateneu da Juventude, associação criada em 1909 como um espaço de sociabilidade intelectual que possibilitou discussões e debates de temas filosóficos em uma condição de independência em relação ao regime porfirista. O Ateneu destacou-se como celeiro de uma poderosa crítica filosófica aos pressupostos positivistas que conformavam a legitimação ideológica da ditadura. A respeito do Ateneu e sua importância na história intelectual mexicana e latino-americana, consultar MATUTE, Álvaro. *El Ateneo de México*. México: FCE, 1999; MYERS, Jorge. Gênese "ateneísta" da história cultural latino-americana. (Tradução de Paulo Neves). *Tempo Social*, vol.17, n.1, 2005, p. 23-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a01.pdf>> (acesso em: 25/04/2012).

<sup>19</sup>Em seu estudo bio-bibliográfico sobre Fabela, Romana Falcón destaca que ele era oriundo de uma família de boa situação econômica e que iniciou sua vida profissional, como advogado, em um dos mais importantes escritórios jurídicos do país, responsável por negócios tão lucrativos como os da empresa nacional de ferrovias e do grande investidor inglês em petróleo, Weetman Pearson. Segundo a autora, “Fabela bem poderia ter permanecido em uma cômoda posição a serviço das grandes empresas de advogados e empresas estrangeiras. [...] No entanto, não demorou em dar seu apoio a Francisco I. Madero. Como estudante de jurisprudência na Cidade do México, já no ocaso do porfiriato, e sendo amigo de Alfonso Cravioto, José Vasconcelos, Antonio Caso, Alfonso Reyes, [...] foi adquirindo uma consciência política com claras tendências oposicionistas.” Cf. FALCÓN, Romana. *Op. cit.*, p. XIII.

<sup>20</sup>FALCÓN, Romana. *Op. cit.*, p. XV-XVI.

tocarem em qualquer ponto relativo à situação interna do México. Pouco depois, a facção liderada por Carranza alcançou duas grandes vitórias diplomáticas: em fins de 1914, as tropas estadunidenses desocuparam o porto de Vera Cruz sem obter qualquer contrapartida dos mexicanos;<sup>21</sup> e, no ano seguinte, Carranza foi oficialmente reconhecido como o presidente do México pelos Estados Unidos e pelos países do ABC. Essa nova conjuntura, marcada por uma aproximação diplomática, ainda que tênue e conjuntural, entre países sul-americanos e o México, serviu como plataforma para o desencadeamento de um amplo projeto de propaganda por parte dos constitucionalistas na América do Sul.

## **2.2. A atuação diplomática dos constitucionalistas na América do Sul e os primeiros caminhos tomados pela propaganda revolucionária mexicana no Brasil**

Em 1916, após uma breve passagem pela Europa como enviado extraordinário do governo Carranza, o próprio Isidro Fabela foi enviado ao sul do continente como representante diplomático do México nos países do ABC e Uruguai. Desde então, diversas ações estratégicas começaram a ser empreendidas pelo mexicano com o intuito de projetar o México e sua revolução na América do Sul. A projeção pensada para o país era a de se impor internacionalmente como o grande articulador da solidariedade latino-americana para, a partir dela, alcançar “uma transformação completa” das relações continentais, conforme afirmou Fabela.<sup>22</sup>

Entretanto, em meados da década de 10, dar início a esse ambicioso projeto continental dependia, fundamentalmente, da capacidade de afastar as imagens de violência e barbárie que pairavam sobre o México revolucionário, em decorrência das notícias que circulavam internacionalmente sobre a guerra civil. Por isso, o primeiro ato da propaganda oficial mexicana foi exatamente uma “contraofensiva” destinada a combater a visão negativa do país e de sua revolução. Para esse fim, Carranza “apostou homens e dinheiro”<sup>23</sup> em campanhas de propaganda do constitucionalismo, realizadas inicialmente nos Estados Unidos e, em seguida, no restante do continente.

No caso do Brasil, um dos primeiros esforços da propaganda constitucionalista pode ser identificado, em meados de 1917, com a presença de um dos maiores apologistas do governo Carranza, Antonio Manero, no Rio de Janeiro.<sup>24</sup> O mexicano foi enviado à capital brasileira

---

<sup>21</sup>Idem, p. XIX.

<sup>22</sup>FABELA, documento diplomático, 1918, citado por YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes, op. cit.*, p. 87.

<sup>23</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes, op. cit.*, p. 83.

<sup>24</sup>Segundo Pablo Yankelevich, Antonio Manero havia se oposto à revolução maderista – contra a qual publicou, em 1911, *El Antiguo Régimen y la Revolución* – e defendido uma correção dentro da própria ordem porfirista. Mas a partir de 1915 começou a se aproximar do constitucionalismo, inicialmente através da figura de Luis Cabrera, então

encarregado de proferir uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o fim de esclarecer à intelectualidade brasileira qual era o sentido da Revolução Mexicana e a situação em que se encontrava o “México novo”. Antes mesmo da chegada do palestrante ao Rio, sua presença foi divulgada na imprensa carioca, inclusive por meio de fotografia.

Enquanto diários mais tradicionais, como o *Jornal do Commercio*, apenas noticiaram a presença do mexicano no Rio, com destaque à conferência proferida na sede do IHGB, um jornal de tendências menos elitistas, chamado *A Rua*,<sup>25</sup> abordou reiteradamente o tema da visita de Manero à capital brasileira, procurando não apenas enfatizar seu objetivo, como conferir importância à iniciativa mexicana para a América do Sul. Cerca de um mês antes do desembarque do mexicano em terras brasileiras, *A Rua* já destacava em sua primeira página, sob o título “México manda à América do Sul um agente confidencial”, que “o fino diplomata e festejado homem de letras, D. Antonio Manero”, que então se encontrava em Montevideú, “dever[ia] chegar ao Rio dentro de poucos dias” (imagem 6)<sup>26</sup>

Voltando ao tema reiteradamente nos dias seguintes, o jornal se empenhou em enfatizar a autoridade do visitante para abordar os temas mexicanos, destacando que ele já tinha publicado obras históricas, com destaque para *A Revolução Mexicana*, que haviam sido traduzidas para o inglês e o francês. Nas palavras do diário carioca, Antonio Manero vinha à América do Sul naquela ocasião como um “agente diplomático especial de propaganda do México.”<sup>27</sup> Essa afirmação revela a consciência dos editores de *A Rua* quanto à função propagandística da viagem de Manero ao Brasil. Quanto à presença sistemática do assunto nas páginas do jornal, é bastante plausível pensar que tenha se tratado de uma estratégia de divulgação financiada pelo próprio governo Carranza.

---

secretário da Fazenda, a quem teria fornecido importantes informações sobre a situação bancária mexicana. A partir de então tornou-se um dos principais apologistas do constitucionalismo dentro e fora do México. Cf. YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 108.

<sup>25</sup>*A Rua* surgiu em 1910 e procurou se firmar como um jornal politicamente independente, financiado pelos anúncios comerciais, que ocupavam suas primeiras páginas. Para se ter uma ideia do seu perfil editorial assumido pelo periódico, citamos o artigo de apresentação que aparece em seu primeiro número: “*A Rua*... é livre e de todos. Não tem preferências, nem predileções, como não tem programa nem política... É independente, sincera e alegre, desta alegria irreverente e inofensiva das expansões [*sic*] populares. [...] Tudo quanto ocorrer na Rua da Cidade, terá aqui seu registro sério ou garoto, conforme exigir a ocorrência, e todas as suas narrações e todos os seus assuntos refletirão o modo de sentir e de pensar da Rua. [...] *A Rua* está, portanto, aberta ao trânsito público. Cf. *A Rua*, 21/04/1910, 1ª pág.

<sup>26</sup>*A Rua*, 11/07/1917, 1ª pág. Todas as imagens referentes a jornais e revistas brasileiros foram reproduzidas do acervo digital da Biblioteca Nacional, disponível em <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>.

<sup>27</sup>*A Rua*, 09/07/1917, p. 3; 05/08/1917, p. 2; 16/08/1917, p. 2; 24/08/1917, 1ª pág.

## Imagem 6



Quando o tão esperado visitante mexicano chegou ao Rio de Janeiro, ainda antes de proferir sua conferência oficial, *A Rua* publicou uma entrevista realizada com Manero e, dias depois, um artigo por ele assinado, traduzido para o português, concedendo, assim, um importante espaço de divulgação para a perspectiva oficial dos constitucionalistas a respeito da situação do México. A referida entrevista foi publicada em destaque, juntamente com a reprodução da mesma fotografia de Manero que o jornal já havia publicado quando ainda procurava deixar seus leitores na expectativa da chegada do “ilustre” mexicano. O título dado ao texto foi “O México e a América do Sul: uma breve palestra com o Sr. Antonio Manero” e nele as respostas do mexicano às perguntas dos editores do jornal brasileiro encontravam-se em espanhol. O enviado do governo Carranza ressaltou a importância da imprensa, enquanto veículo informativo, para o estreitamento de laços entre os países do continente que, destacou, deveriam “solidarizar-se não só ideal, mas industrial e economicamente.”<sup>28</sup>

Mas o assunto principal abordado pelo mexicano nesse primeiro texto dirigido ao periódico carioca foi a situação interna do seu país, sobre a qual afirmou que “o triunfo das ideias progressistas e a paz [já] esta[vam] assegurados no México” através da nova Constituição. Frente a uma visão tão serena das condições políticas do país revolucionário, os editores brasileiros

<sup>28</sup>Idem, “O México e a América do Sul: uma breve palestra com o Sr. Antonio Manero”, 05/08/1917, p. 2.

questionaram o entrevistado a respeito da posição de Pancho Villa naquele momento. A resposta de Manero foi direta e taxativa:

Villa não é uma ameaça para o Governo [de Carranza], nem para ninguém. Encontra-se refugiado no norte [do México], [...] e só vive da pilhagem, de vez em quando ameaça povoados vizinhos. No México já tem tão pouca importância este homem, que posso dizer com toda propriedade que o único país onde não se tem preocupação com Villa é o México.<sup>29</sup>

A necessidade de afirmar e reiterar tão fortemente que o líder popular nortista não era mais uma força política em disputa trazia implícita a realidade de que o villismo precisava ser batido (nesse caso retoricamente) exatamente porque não podia ser ignorado, constituindo-se num desafio para a ainda frágil supremacia constitucionalista. Apesar de Manero ter insistido no argumento de que a nova Constituição representaria o fim das disputas internas mexicanas, é perceptível em sua leitura da situação a compreensão de que, muito mais do que as leis em si, as transformações políticas e sociais da nova etapa “progressista” do México eram obra de homens de “convicção e caráter”, sendo o principal deles, obviamente, o líder Carranza.

O enviado especial do governo constitucionalista chegou a afirmar que a nova Carta Constitucional do país era “coisa secundária”, já que homens com essas virtudes foram os que “criaram e sustentaram o ‘México novo’”. Como uma espécie de exemplificação inquestionável de tal situação, Manero citou o exemplo de Álvaro Obregón, “comandante em chefe das forças legais” nos importantíssimos confrontos conhecidos como Batalha de Celaya, em que havia batido as forças villistas, representantes da “deslealdade e da intriga”, na perspectiva do entrevistado. Segundo Manero, na ocasião dos referidos confrontos, o general Obregón “caiu mortalmente ferido por uma granada que lhe arrancou por completo o braço direito”; mas mesmo nessas condições, teria proferido um “comentário forte e leal” a um de seus soldados: “diga ao nosso *primer jefe* que caí cumprindo meu dever e morro bendizendo a Revolução.”<sup>30</sup>

Como se sabe, Obregón não morreu na ocasião em que perdeu o braço. Ele já era e continuou sendo um dos principais líderes revolucionários, vindo a tornar-se presidente poucos anos depois, em 1920. Mas no momento em que Manero concedia a entrevista ao jornal brasileiro, Carranza era o principal líder da facção constitucionalista, *el primer jefe*, como era chamado. Assim, o foco do relato de Manero não estava colocado em destacar a importância política de Obregón, mas basicamente em demonstrar com seu exemplo como eram “virtuosos” os homens que haviam feito a Revolução sob a liderança de Carranza. Como se depreende do

---

<sup>29</sup>Ibidem.

<sup>30</sup>Ibidem.

relato, pela versão oficial constitucionalista, o próprio Obregón reconhecia a liderança absoluta do *primer jefe*.

O enviado especial mexicano finalizou sua fala ao jornal brasileiro abordando um dos temas preferidos dos constitucionalistas: a política externa continental e o “vivo desejo” de Carranza de “manifestar sua confraternidade a todos os países sul-americanos.” Como exemplos dessa iniciativa, Manero ressaltou que o presidente mexicano “deu às principais avenidas d[a] [Cidade do] México os nomes de todas as repúblicas centro e sul-americanas, declarando [também] dia de festa nacional os das independências dessas Repúblicas.”<sup>31</sup> Dias depois, o jornal carioca voltou a publicar um texto de Manero, dessa vez um artigo assinado por ele e traduzido para o português. O título não poderia ser mais sugestivo: “O México e o general Carranza: da Revolução à Constituição.”

O referido artigo apresentou de forma mais enxuta a mesma interpretação dos acontecimentos mexicanos que o autor proferiu de forma mais longa e sistemática em sua conferência no IHGB, conforme analisamos na sequência. Antes porém, devemos destacar a importância estratégica conferida à grande imprensa pelo enviado de Carranza. Ao ganhar as páginas de um jornal sintomaticamente denominado *A Rua*, a interpretação dos constitucionalistas sobre o processo revolucionário mexicano potencialmente teria condições de atingir um público mais amplo do que o possivelmente seletivo e restrito que prestigiou, poucos dias depois, o enviado especial mexicano na sede do IHGB.

As conferências realizadas por Manero em países da América do Sul foram posteriormente reunidas em forma de um livro, intitulado *México e a solidariedade americana: a Doutrina Carranza*, publicado em 1919 em Madri. Dentro dessa obra, o primeiro capítulo é constituído exatamente pela conferência de Manero no IHGB, intitulada “Carranza e o México Novo”, a qual apresenta, desde o primeiro momento, o enfoque retificador das informações então correntes sobre a situação mexicana. Nas palavras de Manero, “os acontecimentos desenvolvidos no México [...] tinham sido adulterados a tal ponto” que davam a entender que o país era “uma Nação presa a todas as paixões e caída no abismo da anarquia”. Entretanto, o objetivo de sua fala era precisamente mostrar que não havia nada “mais distante da verdade do que isto.” O conferencista procuraria demonstrar a seu auditório que “as convulsões sofridas” pela “Nação Mexicana” eram aquelas que “naturalmente tiveram e têm todos os povos em seu caminho de ascensão a melhores organizações sociais, governos mais justos e firmes e mais altos princípios de organização e Direito.”<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup>Ibidem.

<sup>32</sup>MANERO, Antonio. Carranza y el México Nuevo. In: *México y la solidaridad americana: La Doctrina Carranza*. Madri: Editorial-América, 1919, p. 3-4.



O outro grande objetivo de suas conferências, segundo o enviado especial de Carranza à América do Sul, era atuar no sentido de “criar a solidariedade dos povos americanos”, o que, em suas próprias palavras, tinha como “caminho mais prático” “o conhecimento mútuo”, a partir do estabelecimento de “vínculos estritos entre seus expoentes mais altos”, principalmente entre a intelectualidade.<sup>33</sup> Com essa percepção, o México dava início a tal tarefa enviando a Brasil, Peru, Chile, Argentina e Venezuela um representante encarregado de fornecer informações adequadas sobre o país hispânico da América do Norte e o processo revolucionário que ali se desenvolvia.

A conferência realizada por Antonio Manero no IHGB girou em torno da figura do *primer jefe* constitucionalista. Manero traçou uma interpretação da história mexicana desde a colonização espanhola como uma história de luta ascendente contra as injustiças sociais e pela autonomia nacional, frente ao perigo expansionista estadunidense. Nesse esquema, Carranza surgia como um “herói providencial”, condutor da luta revolucionária contra a mentira da ditadura porfirista, na qual “14 milhões de seres [humanos] pediam justiça”, esquecidos pelos “2 milhões” de “donos da fortuna”, os quais “ensurdeciam o mundo com sua indiscutível grandeza”, encarnada em “bancos, ferrovias, palácios, monumentos”, cuja fama havia espalhado “por toda a superfície da terra os ecos do festim porfiriano.” Mas... “um homem apareceu, então, com grande relevo na história mexicana: Carranza, que encheu numerosas páginas dela com resplendores de honra e glória.”<sup>34</sup>

No discurso de Manero, a figura do *primer jefe* emerge de forma providencial imediatamente após o dramático quadro traçado do porfiriato. Carranza aparece como o “herói” salvador e condutor da nação mexicana, indivíduo destacado, grande apoiador da revolução maderista e figura que, após a morte de Madero, havia se transformado no “caudilho da legalidade”, verdadeiro construtor do “México novo” que emergia da Revolução.<sup>35</sup> A apologia a Carranza é tão excessiva que beira ao ridículo quando, por exemplo, o conferencista mexicano afirma que a presença do *primer jefe* “impõe respeito aos nacionais e estrangeiros; onde quer que ele se encontre, ele é o Chefe”, seja nas “discussões dos insolentes caudilhos; entre os homens de maior poder intelectual de seu partido ou entre os representantes de nações estrangeiras” ou mesmo “entre um exército de quatro milhões de homens”.<sup>36</sup>

Por fim, a pessoa de Carranza e sua ação na história mexicana aparecem ainda comparadas nada menos do que com a importância das figuras de Cristo na história do mundo e de Bolívar na do continente americano; enquanto aquele teria sido a figura providencial da “liberdade espiritual do homem” e este da “liberdade dos povos da América”, Carranza seria o

---

<sup>33</sup>Idem, p. 4-5.

<sup>34</sup>Idem, p. 11-12.

<sup>35</sup>Idem, p. 31.

<sup>36</sup>Idem, p. 5; 13.

grande libertador da nação mexicana, tanto na condução do processo interno da Revolução, quanto na garantia da autonomia nacional contra a intervenção estadunidense.<sup>37</sup>

Este último foi um ponto decisivo na narrativa oficial do constitucionalismo que foi apresentada ao público brasileiro através da conferência de Manero: a legitimação do governo de Carranza se processaria a partir da noção de que a vertente constitucionalista teria sido a única que não aceitou a intervenção estadunidense, respaldada pela mediação do ABC, enquanto todas as outras, ao não se oporem enfaticamente a tal proposta, converteram-se em traidoras, não apenas de sua causa, “mas de sua Pátria.”<sup>38</sup> Ainda de acordo com o apologista do constitucionalismo, Villa havia se convertido em instrumento da “reação”, sendo manipulado pelos Estado Unidos, enquanto “os generais mais probos e cultos” encontravam-se sob as ordens de Carranza, “que representava e encarnava em sua pessoa a Legalidade Constitucional” e já alcançara “triunfos definitivos”, controlando “nove décimos do território [mexicano]”, quando operou-se a intervenção estadunidense.<sup>39</sup>

A defesa da soberania nacional como bandeira prioritária do constitucionalismo cumpria um papel tão essencial para a legitimação do poder dessa facção revolucionária que, mesmo falando ao público brasileiro, o enviado especial de Carranza não mediu palavras para condenar a atuação e justificar a expulsão do representante diplomático do Brasil no México no momento da complexa situação que se estabeleceu no país em decorrência da intervenção estadunidense, em 1914. Naquela ocasião, o ministro plenipotenciário brasileiro, Cardoso de Oliveira, passou a ser também o encarregado de negócios dos Estados Unidos em território mexicano, quando os países vizinhos romperam relações diplomáticas. Na perspectiva do constitucionalismo, o brasileiro tinha assumido uma posição de ingerência nos assuntos internos mexicanos, atuando como agente da intervenção, algo absolutamente intolerável por parte do *primer jefe* e seus apoiadores.<sup>40</sup>

Mas, na perspectiva apresentada pelo representante do constitucionalismo à América do Sul, apesar da ingerência estadunidense, que teria “aumentado” as dificuldades de pacificação interna, “Don Venustiano Carranza terminou sua obra militar e legislativa, dando ao mesmo tempo um grande impulso às indústrias nacionais e abrindo o espírito do México a uma política exterior americanista, fundamentada sobre os mais altos ideais de confraternidade e justiça.”<sup>41</sup> Por fim, a longa conferência de Manero passou a apontar as realizações materiais do governo de Carranza. Sua descrição do “México novo” indicava que grandes realizações materiais e culturais

---

<sup>37</sup>Idem, p. 40-41.

<sup>38</sup>Idem, p. 42.

<sup>39</sup>Idem, p. 31; 41-43.

<sup>40</sup>Idem, p. 29-31.

<sup>41</sup>Idem, p. 43.

começavam a se desenvolver, como expressões do movimento revolucionário. Entre as principais, mencionou o desenvolvimento das fábricas e a constituição de “colônias de operários” nas quais “milhares de trabalhadores encontra[va]m [...] estímulo, atendendo a suas necessidades por sistemas cooperativos apoiados pelo Governo”; o desenvolvimento da Universidade Nacional e de “numerosas escolas normais, profissionais, primárias e de artes e ofícios, já inauguradas”. Destacou, ainda, que “a maior parte dessas instituições [havam] nasc[ido] em plena luta [armada]” e que, sobretudo a partir da nova legislação nacional, instituída pela Constituição, promulgada naquele mesmo ano, 1917, “o México havia entra[do] definitivamente, pelo arco triunfal da Revolução, no caminho da paz, do progresso e da liberdade.”<sup>42</sup>

Em suas últimas palavras, o discurso de Antonio Manero confirmava a visão progressista da história mexicana apresentada ao longo de toda a sua conferência, dentro da qual Carranza e a própria Revolução ganhavam um lugar no cume de um longo e ascendente processo: “Hidalgo é para o México o caudilho da liberdade nacional; Juárez o conquistador da soberania do Estado; Carranza o reivindicador da justiça do povo. Hidalgo é o símbolo do Direito pátrio; Juárez é o símbolo do Direito do Estado; Carranza é o símbolo do Direito cidadão.”<sup>43</sup> Nesse relato triunfalista, de contornos que beiram a hagiografia, a imagem do *primer jefe* era assimilada às principais figuras históricas presentes no imaginário nacional mexicano. Sua base era a afirmação de um papel heróico e providencialista desempenhado por Carranza no seio de uma narrativa que já se mostrava bastante preocupada em lançar as bases de uma interpretação oficial para a Revolução.

Os temas das conferências proferidas por Antonio Manero nos países sul-americanos permitem inferir elementos importantes sobre a estratégia mexicana. Enquanto no Chile e no Peru os assuntos tratados foram as organizações bancárias e a legislação mexicanas, em discursos realizados respectivamente na Biblioteca Nacional do Chile e no Colégio de Advogados de Lima, no caso da Argentina, a conferência do enviado oficial mexicano assumiu um perfil mais cultural, voltado primordialmente ao tema da “solidariedade americana”. No caso da Argentina, a conferência de Manero foi realizada na Universidade de Buenos Aires, ao que tudo indica, por intermédio de Manuel Ugarte, que era um dos principais interlocutores da propaganda mexicana no sul do continente. Também, em grande medida, devido a Ugarte, o tema americanista já encontrava uma boa acolhida no meio universitário argentino e os constitucionalistas puderam se valer dessa situação.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup>Idem, p. 43-47.

<sup>43</sup>Idem, p. 46-47.

<sup>44</sup>Sobre a importância da interlocução de Manuel Ugarte para a inserção da propaganda constitucionalista nos meios intelectuais argentinos, consultar YANKELEVICH, Pablo. Una mirada argentina a la Revolución Mexicana.

A Venezuela constituiu um caso específico. Também ali o discurso de Manero versou sobre união continental, mas isso ocorreu na forma de um ato público de homenagem a Bolívar, por ocasião de seu aniversário de morte. Diante do túmulo do líder independentista sul-americano, o enviado especial mexicano proferiu um discurso de tom americanista e depositou “uma coroa de ferro, ornada com as cores da Venezuela e do México”, além de uma placa gravada em bronze, com a seguinte inscrição: “Venustiano Carranza a Bolívar, o maior dos Libertadores de Povos.”<sup>45</sup> É óbvia a tentativa de vincular a figura de Carranza à histórica luta pela união continental, transformando as bandeiras constitucionalistas de soberania nacional e união latino-americana numa continuação do projeto americanista de Bolívar.

No caso brasileiro, que aqui nos interessa mais diretamente, há um aspecto que chama muito a atenção, pois contrasta com o tom geral das conferências realizadas nos outros países. No caso do discurso proferido no IHGB, Manero tomou como ponto de partida uma apresentação da história mexicana e continental, desde a chegada de Colombo à América, passando pela colonização espanhola e o século XIX, de forma um tanto quanto explicativa. Esse aspecto manifesta uma compreensão, mais ou menos consciente por parte dos mexicanos, de que, ao contrário dos outros países hispânicos do continente, o Brasil não partilhava – e portanto não conhecia suficientemente – a trajetória histórica mexicana, a qual precisava ser explicada com certo nível de detalhe para que os interlocutores compreendessem melhor a argumentação do conferencista. Não por acaso, quando da compilação de todas as conferências em uma única obra, o discurso realizado no Rio foi colocado como o primeiro capítulo do livro, uma espécie de abertura e introdução geral ao assunto tratado.

Sobre o acesso dos constitucionalistas ao IHGB, onde foi realizada a conferência de Manero, possivelmente foi conseguido pela via diplomática, hipótese que é reforçada pelo fato de que, poucos meses depois da conferência de Manero, justamente uma publicação ligada ao Itamaraty, a *Revista Americana*,<sup>46</sup> foi o espaço encontrado pelos mexicanos para seguirem com sua propaganda revolucionária no Brasil.

A *Revista Americana* era uma das raras publicações brasileiras voltadas para o estreitamento de laços entre os países do continente. Nesse sentido, chama muito a atenção o

---

*Estudios*, revista del Centro de Estudios avanzados, nº 3, 1994, p. 31-51. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/400/380>> (acesso em 02/06/2014).

<sup>45</sup>MANERO, Antonio. Discurso pronunciado ante la tumba de Bolívar. Apêndice de *México y la solidaridad americana*, op. cit., p. 225.

<sup>46</sup>A *Revista Americana* circulou entre 1909 e 1919, com períodos de interrupção, e tinha estreitos vínculos com o Itamaraty, apesar de não ser um órgão oficial do Ministério das Relações Exteriores. Sobre a trajetória da revista, seu perfil editorial e projeto diplomático, consultar CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012; BAGGIO, Kátia Gerab. *A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 447-463.

fato de que uma revista com tal objetivo, que circulou durante a década de 1910, não tivesse feito menção ao movimento revolucionário mexicano até 1918, quando os constitucionalistas conseguiram publicar um artigo sobre Carranza. Em seu estudo sobre a trajetória da revista, Fernando Vale Castro considera que se tratou de uma “deliberada ausência”, que se explica pelo perfil editorial da publicação, cuja preocupação primordial era “promover a aproximação entre as nações” do continente, com base na premissa de que “a América era um continente de paz”. Nesse sentido, “não haveria espaço” em semelhante publicação “para relatar tensões sociais e crises políticas do continente.”<sup>47</sup>

Mas, em inícios de 1918, aparecia na *Revista Americana* um artigo intitulado “D. Venustiano Carranza”, assinado por Félix Palavicini, antigo Secretário de Instrução Pública mexicano (entre 1915 e 1916) e um dos principais nomes do constitucionalismo naquele momento.<sup>48</sup> Assim como a conferência de Manero, o artigo de Palavicini apresentava o tom apologético que marcou os primeiros intentos da propaganda revolucionária mexicana no continente,<sup>49</sup> ao destacar de forma absolutamente elogiosa as diversas facetas do *primer jefe* – “o político”, “o governante”, “o diplomata” – e atribuir à “sua intuição maravilhosa” a resolução dos principais problemas do país, como a criação de uma legislação social e a preocupação pela educação, além da vitória sobre as “forças reacionárias” e sobre “a tirania de Villa”.<sup>50</sup>

É interessante observar como o autor relaciona política, governo e diplomacia, sinalizando a perspectiva compartilhada por Carranza e boa parte de seus principais aliados de que a política externa era uma das facetas mais importantes da “arte de governar”.<sup>51</sup> Outro elemento importante no artigo é a maneira como o autor procura deslegitimar as demandas populares dentro do movimento revolucionário mexicano e desqualificar a figura do líder popular do norte, Francisco Villa. Em contraposição à “tirania villista”, a figura de Carranza aparece no artigo como um governante capaz, progressista e, sobretudo, “realista”, ou seja, afastado de posições mais extremas. Como Palavicini fez questão de frisar, Carranza “nunca ofereceu o programa socialista, não prometeu a repartição generalizada da terra, não assegurou o domínio absoluto dos sindicatos, [...] se manteve no terreno da realidade.”<sup>52</sup>

---

<sup>47</sup>CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente*, op. cit., p. 160-61.

<sup>48</sup>Em suas memórias, Palavicini discorreu amplamente sobre sua trajetória dentro do constitucionalismo, incluindo sua atuação na Secretaria de Instrução Pública. Cf. PALAVICINI, Félix. *Mi vida revolucionaria*. México: Ediciones Botas, 1937.

<sup>49</sup>YANKELEVICH, *Miradas australes*, op. cit., p. 103.

<sup>50</sup>PALAVICINI, Félix. D. Venustiano Carranza. *Revista Americana*, vol. XIX, nº 4, janeiro de 1918, p. 19-28

<sup>51</sup>Essa mesma perspectiva aparece, por exemplo, em textos de Isidro Fabela sobre a atuação constitucionalista. Tanto *La victoria de Carranza* quanto *La política interior y exterior de Carranza* revelam a íntima conexão entre esses dois âmbitos na prática política dessa vertente revolucionária. Os dois textos de Fabela foram reunidos em *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*, vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 3-15; 659-695.

<sup>52</sup>PALAVICINI, Félix. D. Venustiano Carranza. *Revista Americana*, vol. XIX, nº 4, janeiro de 1918, p. 19-28.

Seguramente essa descrição tão “realista” do *primer jefe* tinha o intuito de apaziguar os ânimos daqueles que temiam a radicalidade das propostas populares da Revolução Mexicana, lógica bastante condizente com o espaço em que foi publicado o referido artigo, uma revista ligada ao mundo da oficialidade diplomática brasileira. Mas não podemos nos esquecer do fato de que, apesar do reconhecimento internacional como presidente mexicano, internamente Carranza não era reconhecido pelo conjunto da população. Nesse momento, em inícios de 1918, mesmo após a promulgação da nova Carta Constitucional, a legitimidade do governo constitucionalista era questionada no mínimo pelas duas grandes vertentes camponesas do movimento revolucionário, já que Zapata seguia em armas na região de Morelos e Villa, que havia rompido com Carranza, também seguia militarmente atuante no norte do país.

Assim, para além da lógica externa de combater as imagens negativas da Revolução, que haviam corrido o mundo através da imprensa internacional, e substituí-la por uma imagem positiva e estável do México, a contraofensiva constitucionalista envolveu também uma dimensão relacionada à política interna. Por meio da propaganda internacional, os constitucionalistas buscaram projetar e consolidar externamente uma determinada interpretação da Revolução Mexicana, conveniente aos seus interesses no âmbito interno das disputas no movimento revolucionário. Tratou-se de divulgar e fazer crer que havia uma vitória completa da facção constitucionalista, que o período bélico do processo revolucionário já havia passado e que as demandas sociais da população mexicana eram atendidas pelo governo Carranza de uma forma “realista”, que não deixava espaço para “excessos” como “programa socialista”, “repartição generalizada da terra” e “domínio absoluto dos sindicatos”.

Ora, se observarmos bem, todos e cada um desses “excessos” podiam ser identificados nas propostas de um outro movimento revolucionário que despontava naquele contexto, o dos *soviets* russos. Esse é outro aspecto externo da propaganda constitucionalista que não se pode perder de vista. Nesse momento, inícios de 1918, afastar a imagem de Carranza – e, por consequência, da Revolução Mexicana – da noção de mudanças sociais extremas equivalia a distanciar a imagem da Revolução do México daquela que começava a ser realizada na Rússia. Dessa forma, em seu conjunto, o artigo “D. Venustiano Carranza”, assinado por Félix Palavicini e publicado na *Revista Americana* em 1918, executava uma série de “atos discursivos”, dirigidos, simultaneamente, a difundir uma imagem respeitável do México e de sua revolução; identificá-la aos constitucionalistas e negar a permanência da insurgência camponesa no país; e marcar as diferenças entre o movimento revolucionário mexicano e a Revolução Russa.

Dessa forma, tanto por meio de órgãos de imprensa de circulação massiva quanto de publicações e conferências voltadas às elites culturais, começava a ser projetada no cenário brasileiro uma nova imagem do México revolucionário, atrelada às noções de estabilidade

política e reconstrução material, ambas identificadas à ascensão dos constitucionalistas ao poder. Outra estratégia utilizada pelo governo mexicano para a difusão dessa imagem positiva do “México novo”, que surgia da Revolução, foi garantir a entrada de informações oficiais sobre seu país no Brasil, pela via diplomática.

A partir de 1918 é possível rastrear uma série de livros e livretos oficiais, publicados no México e enviados ao Brasil, contendo informações sobre diversos aspectos políticos, econômicos e culturais do país. Várias dessas publicações fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e os registros de entrada mostram que a maioria foi disponibilizada à biblioteca logo após a publicação, o que aponta para um empenho no sentido da difusão dessas informações.<sup>53</sup> O conjunto dessas publicações perpassa todo o período aqui abordado, de maneira que também faremos referência a essas publicações oficiais nos capítulos seguintes. Um aspecto importante a ser ressaltado é que os títulos presentes no acervo da Biblioteca Nacional dão a ideia de que o envio de publicações oficiais mexicanas ao Brasil conheceu uma trajetória ascendente entre as décadas de 1910 e 1930: quatro títulos publicados em 1918; outros oito títulos ao longo dos anos 20; e mais onze durante a década de 30. Apesar de os volumes publicados nos anos 10, todos datados de 1918, serem quantitativamente poucos, seus temas são bastante representativos da estratégia de projeção internacional levada a cabo pelos constitucionalistas.

Uma dessas primeiras publicações oficiais que foram enviadas ao Brasil é um livro datado de 1918, escrito pelo então secretário de governo de Carranza, Manuel Aguirre Berlanga, intitulado *Génesis legal de la revolución constitucionalista*. A obra foi originalmente dedicada à Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística por ocasião do quinto aniversário do Plano de Guadalupe, documento fundador do constitucionalismo, divulgado por Carranza em 1913, após o assassinato do presidente Madero. Como o próprio nome indica, a obra pretendia defender a legalidade da revolução constitucionalista, que é apresentada como uma “necessária forma de luta armada” para defender o país contra a “usurpação” de Huerta. O livro possuía uma explícita pretensão historiográfica, tendo sido dedicado a uma instituição científica com o objetivo de subsidiar trabalhos posteriores que visassem “estabelecer, com a documentação completa, a relação do movimento legalista que política e socialmente acaba de ter por teatro a República Mexicana.” Esse objetivo é reforçado pelo amplíssimo apêndice adicionado pelo autor ao seu próprio texto. Enquanto o relato em si abarca cerca de cem páginas, o apêndice contém em torno de duzentas, nas quais constam uma série de documentos históricos do movimento revolucionário, composta basicamente por discursos, decretos e acordos firmados por Carranza.

---

<sup>53</sup>A lista completa das publicações oficiais mexicanas que localizamos no acervo da Biblioteca Nacional encontra-se na pág. 289 deste trabalho.

Segundo o autor, sua intenção era corrigir um velho “vício” mexicano de “forjar” a “História Pátria”, “por descuido ou por interesse de partido, sem contar com o indispensável levantamento de dados para estabelecer premissas bem averiguadas.” Em sua concepção, esse “defeito” seria ainda mais grave “se afetasse os anos recentes”, pois neles o México teria vivido “o período de transformação mais grave e transcendente” de sua história. Assim, a função da obra era resumida em: “corrigir aquele vício e eliminar das páginas da História os fins preconcebidos e o tom declamatório, para subsidiar os estudos sólidos [...] com dados indubitáveis”. Esses dados, por sua vez, eram o “testemunho próprio” do autor e demais informações por ele levantadas e consideradas como “dados autênticos”.<sup>54</sup>

Como se pode observar, na perspectiva do secretário de governo de Carranza, a pretensão de se fazer uma história verídica, “científica”, pautada em fontes confiáveis, equivalia a reunir documentos do constitucionalismo e somente a partir deles elaborar um relato histórico objetivo. A importância atribuída a essa história, não se ocultou, era “ciment[ar] a nacionalidade” e a “civilização da República.”<sup>55</sup> O que a leitura desse relato histórico nos mostra é que, apesar de ter sido estruturado em uma linguagem mais objetiva, pretensamente “científica”, sua interpretação encontra-se bastante próxima daquela que foi apresentada ao público brasileiro por Antonio Manero, apologista do *primer jefe*. Essa situação indica a existência um relato oficial sobre o movimento revolucionário compartilhado pelos constitucionalistas e por eles difundido, inclusive internacionalmente. Uma narrativa em que Carranza e seus partidários são apresentados como personagens principais, como os grandes agentes da transformação nacional, e na qual a Revolução é legitimada como uma necessidade histórica.

Para o tema que nos ocupa neste trabalho, o mais importante a destacar dessa ação dos constitucionalistas, voltada para a elaboração de uma história nacional oficial que assimilasse a Revolução como o cume do progresso do país, é a sua intenção de fazer com que essa história ultrapassasse as fronteiras nacionais do México. O envio da publicação oficial ao Brasil, mais precisamente à Biblioteca Nacional, potencialmente fazia chegar ao público intelectualizado da capital brasileira uma visão de conjunto, sistematizada em uma linguagem que se pretendia imparcial e científica, sobre a importância histórica do processo revolucionário experimentado pelo México.

A obra se inicia com uma eloquente refutação da lógica evolucionista que predominava nas interpretações sociais de cunho positivista, seguida de uma defesa não menos incisiva dos métodos revolucionários como instrumentos legítimos para se alcançar o progresso social,

---

<sup>54</sup> AGUIRRE BERLANGA, Manuel. *Génesis legal de la revolución constitucionalista*. México: Imprensa Nacional, 1918, p. XXVII-XXVIII; p. 5.

<sup>55</sup> Idem, p. XXVIII.



especialmente em sociedades caracterizadas pela ausência de mecanismos legais para tal melhoria. Mais do que isso, o autor advoga a “fatalidade” das revoluções em contextos onde predominam desigualdades e injustiças. Em suas palavras:

Tem sido frequente, especialmente em alguns dos pensadores positivistas, que se amparam na Ditadura, condenar as revoluções como fenômenos artificiais que, suplantando as leis da marcha social, introduzem nesta obstáculos antinaturais. Afortunadamente, esse critério extremista foi corrigido pelo esclarecimento de uma melhor compreensão do sistema evolutivo e da natureza humana [...]. As revoluções, na síntese da especulação contemporânea mais recente, são as únicas vias, que ninguém pode obstruir, por onde a vida de qualquer nação corre em direção ao futuro quando encontram-se fechados, com obstáculos ilegítimos, todos os escapes da atividade popular. Portanto, um movimento revolucionário espontâneo, longe de falsear a lei evolutiva, a consolida e amplifica. E ninguém poderá negar a fatalidade das revoluções quando encontram-se ausentes a equidade, a justiça, a moral e o respeito às leis. Não satisfeitas estas necessidades, jamais pode haver ordem estabelecida nem sociedade tranquila.<sup>56</sup>

Os fatores sociais – que encontram-se subentendidos em tal defesa dos “movimentos revolucionários espontâneos” como “escapes da atividade popular”, direcionada à conquista de “necessidades não satisfeitas” – aparecem explicitados logo em seguida, quando o secretário de Carranza enumera as situações específicas que teriam levado o seu país à revolução:

No [caso do] México há que destacar ainda outras origens [para a revolução]: a econômica, principalmente. O peão e o latifundiário [*hacendado*], pela extrema inferioridade do primeiro e pela medieval [*sic*] supremacia do segundo, representam os termos de um contraste insustentável na distribuição da riqueza; e na cidade, da mesma forma que no campo, a plutocracia e a miséria se desafiam uma à outra. O ainda não resolvido problema indígena, como aspectos muito particulares no México, é também um fator de desequilíbrio social que tarda em ser resolvido.<sup>57</sup>

A sequência do argumento procura justificar o surgimento do “movimento constitucionalista, na necessária forma de luta armada” enquanto instrumento de “reparação” a “tamanhas injúrias” históricas, às quais se havia somado a morte do presidente Madero. Dessa forma, o relato não apenas constrói uma narrativa de legitimação do constitucionalismo, como pressupõe que o leitor irá identificar sua chegada ao poder com a solução dos históricos problemas sociais mexicanos. A credibilidade dessa interpretação é favorecida pela leitura de uma outra publicação oficial mexicana, que foi enviada ao Brasil no mesmo período, e que permite vislumbrar medidas práticas, de cunho técnico e científico, voltadas à solução do “problema indígena”. Trata-se do *Programa da Diretoria de Estudos Arqueológicos e*

---

<sup>56</sup>Idem, p. 1-2.

<sup>57</sup>Ididem.

*Etnográficos*, produzido e assinado de próprio punho por seu diretor, o reconhecido antropólogo Manuel Gamio.<sup>58</sup>

O Programa, também datado de 1918, explicita as funções da referida Diretoria, criada no ano anterior e vinculada à Secretaria de Indústria e Fomento. A criação dessas novas instituições aparece no documento como obra do “*Primer Jefe* do Exército Constitucionalista, encarregado do poder Executivo da União”, ratificada pelo Congresso Nacional mexicano. A Diretoria dirigida por Gamio procurava se legitimar a partir do papel que deveria cumprir com base na vinculação direta entre o passado arqueológico; o presente, identificado à Revolução; e um futuro vislumbrado como solução do problema agrário. Nesse documento, a preocupação pela questão da terra é apresentada como decorrência do movimento revolucionário e o estabelecimento de uma “futura legislação agrária” como uma política que pressupunha um trabalho científico adequado ao conhecimento efetivo da situação do país. Assim explicava o diretor:

De acordo com as conclusões modernas mais aceitas e, sobretudo, segundo a experiência de vários séculos que o México oferece e que a Revolução [...] tornou tangível, o conhecimento da terra, sua posse equitativa e proporcional [...] constituem as bases fundamentais sobre as que deve sustentar-se o bem-estar da população. [...] A futura legislação agrária, que trará consigo a divisão equitativa e proporcional da terra, tem que ser feita fundada em dados integrais [...]: antecedentes histórico-legais da propriedade territorial; [...] estado atual da referida propriedade no que diz respeito às condições social e étnicas [...], etc.<sup>59</sup>

Além dessa perspectiva nacional, a política oficial arqueológica e etnográfica mexicana também possuía uma manifesta pretensão continental, uma “proposição pan-americana”, conforme designado no documento fundador da Diretoria. Ali Gamio reproduziu um discurso que havia realizado como presidente da delegação mexicana enviada ao II Congresso Científico Pan-americano, realizado entre 1915 e 1916 nos Estados Unidos. Nessa fala, o antropólogo mexicano ressaltou “a importância capital da antropologia nos países latino-americanos”, onde, “infelizmente, em quase todos [...] se desconhec[ia], oficial e particularmente, a natureza e necessidades das respectivas populações”. Afirmou que os “estudos com critério antropológico” eram “a única maneira” adequada ao conhecimento das populações indígenas desses países, e destacou o projeto mexicano de criação de uma Diretoria de Antropologia como uma ação que

---

<sup>58</sup>Manuel Gamio, cuja formação se relaciona à Antropologia culturalista de Franz Boas, ocupou postos importantes nas instâncias político-culturais do México revolucionário, relacionadas particularmente ao tema do indigenismo. Sobre a trajetória intelectual e a atuação oficial de Gamio, consultar: KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*, op. cit., p. 419-32.

<sup>59</sup>GAMIO, Manuel. *Programa de la Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*. México: Secretaría de Agricultura y Fomento, Oficina Impresora de la Secretaria de Hacienda, 1918, p. 5-6.

deveria ser seguida em todo o continente. Chegou a recomendar expressamente ao Congresso Científico que indicasse a criação de instrumentos similares ao mexicano aos demais países.<sup>60</sup>

A Direção de Antropologia liderada por Gamio foi criada no México como parte do projeto constitucionalista, que, como já observamos, não concebia rígidas fronteiras entre política interna e externa e abrigava a pretensão de servir de modelo para o restante do continente. A difusão do programa de criação desse órgão em outros países do continente cumpria a inequívoca função de propagar o lugar vanguardista ocupado pelo México revolucionário na resolução das questões agrária e indígena, que também eram problemáticas latentes em outros países do continente. Mas algo que chama bastante a atenção no discurso do antropólogo mexicano, reproduzido no documento oficial enviado ao Brasil, é o fato de que, mesmo falando ao público de todo o continente na ocasião de um congresso pan-americano, ele, em geral, dirige seu discurso aos “países latino-americanos”, apartando implicitamente os Estados Unidos como um interlocutor de suas propostas. Ao fazê-lo, Gamio deixa transparecer a ideia de que a história dos povos nativos da região mais ao norte do continente não seria foco dos estudos científicos, antropológicos, do projeto que vislumbrava para o continente, revelando, talvez inconscientemente, a percepção de que as histórias indígenas que deveriam/mereciam ser objeto de conhecimento científico, antropológico, eram sobretudo as relativas às antigas grandes civilizações, com destaque para as mesoamericanas e andinas.<sup>61</sup>

Além disso, a postura de Gamio dentro do Congresso Pan-Americano deixava patente uma visão dual do continente, concebido como histórica e culturalmente dividido entre uma parte latina e outra anglo-saxônica, sendo apenas a primeira objeto da política externa de solidariedade continental esboçada pelo constitucionalismo. Essa percepção também transparece de maneira inequívoca na terceira publicação oficial mexicana, datada de 1918, que localizamos no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Trata-se de um livreto que contém a reprodução de um discurso proferido pelo *primer jefe* ao Congresso Nacional do México no qual apresentou

---

<sup>60</sup>Idem, p. 12-15. O discurso de Gamio no II Congresso Científico Pan-americano, que aparece na publicação oficial mexicana de 1918 com o subtítulo de “Una proposición panamericana”, havia sido incluído em seu *Forjando patria*, de 1916, no qual consta como capítulo III, intitulado “La Dirección de Antropología”. Cf. GAMIO, Manuel. *Forjando patria*, 3ª edição. México: Porrúa, 1960.

<sup>61</sup>Nesse momento Gamio apenas sugeria ao Congresso Pan-americano que pressionasse os países latino-americanos para que criassem órgãos similares aos mexicanos, voltados ao estudo das populações indígenas; mas, sobretudo a partir dos anos 30, o México realizou esforços oficiais no sentido de “exportar” sua plataforma indigenista especialmente para a região andina. Emblemática dessa postura oficial mexicana foi a atuação de Moisés Sáenz nos Andes durante a década de 30. O mexicano, que havia sido aluno de John Dewey em Columbia, desenvolveu trabalhos antropológicos sobre os indígenas peruanos e equatorianos sob a perspectiva mexicana de sua “incorporação nacional”. Posteriormente, como representante diplomático do México no Peru, manteve proximidade com militantes apristas e outros setores de tendências indigenistas no país andino. Sobre a presença de Sáenz nos Andes, consultar MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Buenos Aires: Libros en red, 2003 [edição eletrônica], p. 77-8.

sua Doutrina Carranza, além de abordar outros temas relacionados à política que levaria a cabo no continente.

Nesse importante discurso, o líder constitucionalista destacou as “especiais atenções” dadas por seu governo ao serviço exterior e ressaltou que a maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, tinha aceitado firmar com o governo mexicano convênios relativos ao intercâmbio acadêmico e de publicações oficiais. A respeito desse tema, destacou precisamente o caso brasileiro, afirmando que “o Governo do Brasil, por intermédio de sua Legação nesta [Cidade do México], comunicou que [...] resolveu aceitar [...] a matrícula de alunos e estudantes das Repúblicas do Continente Americano nas Academias e nas Escolas Militar e Naval do Brasil.”<sup>62</sup>

O intercâmbio acadêmico foi, de fato, uma das estratégias utilizadas pelo governo mexicano para marcar a presença do país na América do Sul, especialmente nos meios universitários. O Brasil – assim como a Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia – recebeu estudantes mexicanos, que vieram na condição de agregados das representações diplomáticas do México nesses países.<sup>63</sup> Em maio de 1919, a comitiva de universitários mexicanos desembarcou no Rio de Janeiro para, a partir dali, serem direcionados, cada um, ao respectivo país para onde tinha sido enviado. Nessa ocasião, tendo-se a presença dos universitários mexicanos como representação da iniciativa de seu país em prol da aproximação continental, o México foi alvo de homenagens por parte dos estudantes da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.<sup>64</sup>

Como veremos ao fim deste capítulo, a manifestação de apoio dos jovens universitários brasileiros ao México e sua revolução representou uma das primeiras recepções positivas à propaganda mexicana realizada entre os meios culturais brasileiros. Essa propaganda se intensificou na década seguinte sob a forma de missões culturais enviadas pelo governo mexicano, como abordamos a seguir.

---

<sup>62</sup>Informe rendido al H[onorable] Congreso de la Unión por el presidente constitucional de la República C. [sic] Venustiano Carranza, al renovarse el periodo ordinario de sesiones el 1<sup>er</sup> de septiembre de 1918 y respuesta del C. [sic] Presidente de la Cámara de diputados. México, DF: Imprenta de la Secretaría de Gobernación, 1918, p. 40.

<sup>63</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 117.

<sup>64</sup>Os discursos de homenagem dos estudantes brasileiros ao México foram publicados na revista da Faculdade: *A Época*: Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 84 e 85, maio e junho de 1919.

### **2.3. O governo Obregón e suas missões culturais no Brasil: a visita de Antonio Caso em 1921 e a marcante presença mexicana nas comemorações do centenário da Independência brasileira em 1922**

O início da década de 20 marcou a chegada de Álvaro Obregón à presidência do México, o que representou uma sutil mudança de perspectiva no âmbito da propaganda revolucionária no continente. Embora tenha sido mantida a lógica geral traçada no governo do *primer jefe* constitucionalista, ou seja, a “solidariedade latino-americana” com base nos vínculos histórico-culturais dessas nações, a forma como se levou a cabo essa ação durante o governo Obregón apresentou traços muito particulares em comparação com o período anterior.

Como foi possível observar no caso brasileiro, que analisamos no item anterior, durante a presidência de Carranza a propaganda mexicana no continente girou em torno de sua própria figura, tendo sido expressa basicamente por meio de textos e personagens apologistas do governo do *primer jefe* e de suas supostas realizações, que foram propagandeadas a partir de um viés quase que absolutamente personalista. A grande marca da projeção internacional do México articulada pelos constitucionalistas foi, de fato, uma “propaganda apologética de fortes contornos autocelebratórios.”<sup>65</sup>

Em contraste com essa perspectiva, durante o governo Obregón a propaganda revolucionária mexicana foi alçada a um espaço mais institucionalizado. Embora não deixasse de orbitar em torno de personagens específicos, como foi inegavelmente o caso de José Vasconcelos, a projeção internacional do México e da Revolução tendeu a se manifestar como expressão das instituições culturais criadas ou firmemente impulsionadas pelo governo. Lembremos que Vasconcelos veio ao Brasil encabeçando uma missão cultural a partir de seu cargo à frente da recém criada Secretaria de Educação Pública (SEP).<sup>66</sup> Ainda antes dessa, que fora destinada à comemoração do centenário da Independência brasileira, em 1922, no ano anterior uma outra missão cultural já havia sido enviada pelo governo Obregón, através da figura do então reitor da Universidade Nacional do México, o filósofo Antonio Caso.

Inversamente do governo de Carranza, que havia alcançado o reconhecimento internacional num momento em que ainda imperava a fragmentação interna das diversas facções revolucionárias, Obregón chegou ao poder num momento em que a luta interna no México encontrava-se menos intensa; no entanto, a primeira grande batalha política que seu governo precisou vencer foi exatamente a conquista do reconhecimento internacional, particularmente por parte dos Estados Unidos. No início dos anos 20 predominava uma forte tensão entre os

---

<sup>65</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 103.

<sup>66</sup>Essa instituição mexicana equivale ao Ministério de Educação e Cultura no Brasil, sendo o cargo de Secretário equivalente ao de Ministro.

governos mexicano e estadunidense que girava em torno principalmente da questão do petróleo. Como a nova Constituição mexicana garantia como propriedade nacional todos os recursos do subsolo do país, o governo de Washington pressionava por garantias em relação às propriedades mineiras e petrolíferas dos cidadãos estadunidenses no país vizinho. Os desentendimentos entre os dois governos permaneceram até 1923. Somente em setembro desse ano, já quase no fim de seu mandato, o governo Obregón alcançou o reconhecimento da Casa Branca e as relações diplomáticas entre os dois países, rompidas em 1920, foram reatadas.<sup>67</sup>

É importante ter em vista essa dimensão internacional para se compreender, por um lado, o enorme sentido propagandístico envolvido nas missões culturais mexicanas enviadas ao Brasil no período e, por outro, o fato de que um dos primeiros atos da propaganda oficial do governo Obregón no Brasil tenha sido o envio de uma publicação contendo uma entrevista concedida pelo presidente mexicano ao jornal estadunidense *The New York World*, em 1921. A entrevista foi editada na forma de um livreto, que chegou ao Brasil após ter sido impresso em Buenos Aires. É plausível pensar que a impressão portenha possa ter sido feita sob a iniciativa da representação diplomática mexicana na Argentina para, a partir dali, ser distribuída a países da região de forma mais rápida e possivelmente mais barata do que uma publicação enviada do México. No caso brasileiro, foi possível observar que o livreto deu entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro no mesmo ano em que foi publicado em Buenos Aires.

O texto introdutório da publicação informa que se tratava da versão telegráfica da referida entrevista, em que “as interessantes declarações” do presidente mexicano “mostra[va]m, com clareza meridiana, qual e[ra] a verdadeira situação da República do México e d[avam] uma ideia perfeita dos problemas que esta dev[ia] resolver para consolidar sua soberania.” A respeito do sentido de se publicar e difundir tais ideias em outros países, o editor do livreto, que não é identificado na impressão, afirmou seguinte: “a ignorância que, geralmente, existe no exterior acerca dos problemas colocados na república setentrional latina torna importante a publicação.”<sup>68</sup>

Se observarmos bem, as duas dimensões destacadas pelo editor do livreto com a entrevista de Obregón são muito similares à lógica da propaganda carranzista: a soberania nacional funcionando como eixo fundamental da política oficial mexicana e o desconhecimento externo da situação do país revolucionário como o sentido básico da necessidade de sua projeção internacional. A grande diferença, no entanto, reside no fato de que, no início dos anos 20, essa lógica não desembocava mais numa apologia do presidente mexicano e a propaganda oficial não

---

<sup>67</sup>Uma explicação pormenorizada das tensões com o governo estadunidense durante a presidência de Obregón pode ser encontrada em MEYER, Lorenzo; AGUILAR CAMÍN, Héctor. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 108-112.

<sup>68</sup>*La situación de México: declaraciones del presidente de la República Mexicana, general Álvaro Obregón, al representante del diario norteamericano The New York World*. Buenos Aires: Imprenta A. Molinari, 1921, p. 6.

ganhava contornos personalistas. Ao contrário, o sentido da propaganda internacional do governo obregonista encontrou-se no destaque da força das instituições mexicanas, a começar pelas próprias eleições presidenciais, passando pela Carta Constitucional e culminando nas instituições culturais e educacionais, tais como a Universidade e a Secretaria de Educação. E, enquanto no governo Carranza procurou-se consolidar a ideia de que, apesar da inegável destruição da guerra civil, a Revolução (representada pelo constitucionalismo) conseguira empreender uma significativa reconstrução material, durante o governo Obregón a ênfase da propaganda mexicana recaiu no que poderíamos chamar de uma “reconstrução moral”, encarnada primordialmente nas instituições educativas.

Na entrevista de Obregón ao jornal estadunidense, em 1921, quando o grande objetivo internacional era alcançar o reconhecimento de sua presidência, o aspecto cultural/educativo já aparecia de forma incisiva. A primeira pergunta que o presidente mexicano respondeu dizia respeito à “situação das eleições”, ao que respondeu com a afirmação de que aquelas que o levaram à presidência haviam se constituído em “modelo de eleições tranquilas”, nas quais “não intervieram de forma alguma a força militar, nem houve qualquer tipo de desordem”, o que lhe permitia ter “a honra de [s]e apresentar perante o mundo como o [presidente] escolhido pela vontade de um povo livre.” Ainda na versão obregonista, no México daquele momento já “não exist[ia] [...] sequer um grupo rebelde nos campos”, sendo que seu governo representaria “uma coalizão de partidos desejosos de cimentar o México sobre bases sólidas”, com um “desejo unânime de reconstrução”.<sup>69</sup>

Obviamente, tratava-se de uma visão pacificadora da situação do país, uma versão própria de um poder em busca de legitimação. Entretanto, o mais importante a destacar dessa entrevista é a maneira como nela aparecem explicitamente vinculados os temas da reconstrução e da educação. Ao falar ao jornalista estadunidense sobre a “questão social”, entendida como a grande causa do movimento revolucionário no México, o presidente Obregón afirmou o seguinte: “tudo o que desejamos é apresentar oportunidades para acabar com os privilégios, restaurar direitos iguais para todos”. Para isso, continuou, “necessitamos de um grande sistema educativo: escolas primárias livres, escolas superiores e universidades, porque nos parece que a educação é a base da resolução de nosso problema [social].”<sup>70</sup>

A pressuposição básica apresentada pelo presidente mexicano, em 1921, era a de que a solução dos problemas sociais do país passava fundamentalmente pela educação. É bastante conhecida a importância que tal perspectiva ganhou durante o governo Obregón, sendo a atuação de José Vasconcelos à frente da Secretaria de Educação Pública o principal exemplo da política

---

<sup>69</sup>Idem, p. 8-9.

<sup>70</sup>Idem, p. 24.

educativa oficial do período.<sup>71</sup> Para o objetivo do presente trabalho, no entanto, interessa destacar que essa política educativa, e cultural de forma mais ampla, cuja importância interna é indubitável, também comportou um sentido externo, ao ser projetada internacionalmente como uma das mais significativas expressões da apregoada “redenção moral” efetivada pela Revolução. Tal visão encontra-se perfeitamente articulada no material oficial trazido ao Brasil pela missão mexicana enviada para as festividades de comemoração da Independência brasileira, ao qual faremos referência em seguida. Antes, porém, convém abordar a primeira missão cultural do governo Obregón enviada ao Brasil, em 1921, sob a direção de Antonio Caso, então reitor da Universidade Nacional. Nessa missão já é possível identificar tanto a centralidade adquirida pela cultura no âmbito da projeção internacional do México quanto a tentativa de efetivar tal projeção pelas vias institucionais.

Caso veio ao Brasil em outubro de 1921 em missão universitária, enquanto representante oficial da Universidade Nacional. Desde sua chegada, foi recebido no Rio de Janeiro também por parte de representantes oficiais, entre os quais destacam-se o chefe da legação mexicana no Brasil, Álvaro Torre Díaz; o universitário mexicano Pablo Campos Ortiz, que havia sido enviado ainda no governo Carranza através do convênio de intercâmbio universitário, e que na ocasião representava “os acadêmicos da Faculdade de Direito”; o secretário da Universidade do Rio de Janeiro, Paranaguá Moniz, como representante da Reitoria; e pelo professor Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional. Entre as atividades realizadas pelo representante da Universidade do México, estiveram a participação em uma sessão da Academia Brasileira de Letras; uma visita ao IHGB; a realização de uma conferência a convite da Universidade do Rio de Janeiro; uma visita oficial ao Museu Nacional, além da participação em homenagens que lhe foram feitas pela Embaixada mexicana, pelos corpos docente e discente da universidade brasileira e, inclusive, uma recepção oferecida ao representante mexicano pelo jurista e diplomata brasileiro, Rodrigo Otávio, em sua própria residência.<sup>72</sup>

Um interessante apontamento realizado pela imprensa sobre a visita oficial de Antonio Caso diz respeito à receptividade encontrada pelo filósofo mexicano entre os universitários brasileiros, o que foi descrito como “manifestações merecidas da mais alta significação de apreço

---

<sup>71</sup>Há importantes trabalhos historiográficos a respeito desse assunto. Citamos como representativos o minucioso estudo das políticas educativa e cultural mexicanas sob a égide vasconcelina realizado por Claude Fell em seu *José Vasconcelos: los años del águila (1920-1925)*, publicado em 1989; e o trabalho de Regina Crespo sobre o projeto político-educativo de Vasconcelos, a partir de uma perspectiva comparativa com a atuação de Monteiro Lobato no Brasil, *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1997 (Tese de Doutorado). Este trabalho foi publicado no México sob o título de *Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: UNAM, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2005.

<sup>72</sup>*Jornal do Commercio*, “Registro”, 20/10/1921, p. 7. Estas e outras informações pormenorizadas sobre a missão de Antonio Caso no Brasil foram publicadas no referido jornal durante o mês de outubro.



em que é tida a sua personalidade no meio da nossa juventude universitária”. Pode-se tomar como parte dessas “manifestações de apreço” a participação dos estudantes na maioria das solenidades oficiais das quais Caso participou no Rio, conforme aparecem descritas no *Jornal do Commercio*.<sup>73</sup>

É importante ressaltar essa recepção positiva do representante do México por parte da juventude universitária do Rio de Janeiro tendo em vista o fato de que, poucos anos depois, uma parte desses jovens estudantes esteve envolvida em uma publicação de caráter latino-americanista em que a Revolução Mexicana foi foco de várias considerações positivas, a *Folha Acadêmica*. Vale acrescentar, ainda, que não apenas os estudantes, mas inclusive alguns professores universitários estiveram à frente da publicação, como foi o caso de Bruno Lobo, professor da Faculdade de Medicina, que era o diretor do Museu Nacional na época da visita de Caso e participou da recepção oficial ao filósofo mexicano. Abordaremos esse tema em maior profundidade no capítulo seguinte. Para o momento, interessa-nos destacar as atividades realizadas por Antonio Caso em sua missão cultural no Rio.

Entre as várias solenidades das quais participou o representante oficial mexicano, há duas que chamam mais a atenção, além de sua passagem pelo Museu Nacional, sob a direção do professor Bruno Lobo, onde teria feito uma saudação de próprio punho no livro de visitas da instituição, como uma “casa de estudos” cujo objetivo era “instruir o povo nas coisas que mais o urge saber”. Antes da passagem pelo Museu, Caso já havia participado de uma sessão da Academia Brasileira de Letras e, no final de sua estadia no Rio, realizou uma conferência a convite da universidade brasileira.

Na ABL, o mexicano foi recebido oficialmente pelo presidente da instituição, Carlos Laert, com um discurso no qual se destacou que “a vinda do intelectual mexicano significa[va] mais alguma coisa que a visita de um homem de letras”. Em seu discurso, o presidente da ABL deixou explícito ao auditório que a missão oficial de Caso no Brasil se caracterizava como parte de um projeto oficial cujo objetivo era a “aproximação das diversas nações da raça latina de nosso continente.” Ao final de sua fala, não deixou de pontuar que “tais ideias não [eram], talvez, as de todos os membros da Academia”,<sup>74</sup> sinalizando claramente os limites encontrados pelo ideal de solidariedade continental entre a intelectualidade brasileira naquele momento, sobretudo no seio de uma instituição tradicional como a ABL.

Já em relação à conferência proferida pelo representante mexicano a convite da Universidade do Rio de Janeiro, realizou-se no auditório da Biblioteca Nacional com o título de

---

<sup>73</sup>Idem, 22 e 24/10/1921, p. 3 e 4.

<sup>74</sup>Idem, 24/10/1921, p. 4.

“O conceito da história universal”,<sup>75</sup> exatamente o tema de seu ensaio publicado em 1918.<sup>76</sup> O que mais chama a atenção em relação a essa conferência é o fato de Antonio Caso não ter tomado a história do México ou a própria Revolução como elemento central de sua fala, mas procurado realizar um discurso de caráter filosófico e, por isso mesmo, universalista. Essa opção diz muito a respeito da direção tomada pela propaganda mexicana no período obregonista, quando procurou-se projetar internacionalmente o México muito mais a partir do ponto de vista cultural, a partir da noção de que a Revolução também significava – além de reformas sociais e defesa da soberania nacional – a elevação intelectual do país por meio da “ação redentora” dos seus intelectuais.

É necessário frisar o significado dessa estratégia frente ao fato de que, ainda nesse momento, apesar de todo esforço propagandístico levado a cabo pelos constitucionalistas, a visão de um México envolto em violência seguia sendo reforçada pelas notícias da imprensa internacional. A notícia do assassinato do “famoso caudilho [...] comandante das forças revolucionárias do Sul”, como informou o *Jornal do Brasil*, sobre a morte de Zapata, por exemplo, foi um acontecimento de significativa repercussão que depunha contra a visão pacificadora do país que os constitucionalistas se esmeravam em difundir internacionalmente. Além de fatos de indiscutível violência, como o assassinato do líder revolucionário de Morelos, os jornais continuavam publicando notícias descontextualizadas e bastante questionáveis, como foi o caso de uma nota telegráfica, publicada pelo *Jornal do Brasil* poucos dias antes da chegada de Antonio Caso ao Rio, na qual se afirmava que um grupo de “indivíduos armados”, que obedeciam a um “chefe rebelde”, havia invadido um trem em Puebla, assaltado os passageiros e fugido com “considerável botim”, deixando “mortas três pessoas.”<sup>77</sup> Nesse momento, a agência estadunidense Associated Press já era, além de captadora, também a distribuidora das notícias da América do Norte para o Brasil.

A predominância de uma visão negativa do México revolucionário no Brasil não passou despercebida pelo novo representante diplomático daquele país, Aarón Sáenz, que chegou ao Rio em 1919. Na visão de Sáenz, ex-general revolucionário e grande entusiasta do movimento revolucionário mexicano, o Brasil enxergava o México simplesmente através das imagens projetadas pela imprensa estadunidense. Tendo em vista o fato de estar “cegamente ofuscado”

---

<sup>75</sup>*Jornal do Commercio*, “Registro”, 31/10/1921, p. 5.

<sup>76</sup>CASO, Antonio. El concepto de la historia universal. In: *Antonio Caso: breve antologia* (Prólogo y selección de Eduardo García Maynes). México: SEP, Biblioteca Enciclopédica Popular, 1945, p. 55-81.

<sup>77</sup>*Jornal do Brasil*, “Exterior”, 12/04/1919, p. 8; *Jornal do Commercio*, “Telegramas do Exterior”, 15/10/1921, p. 2.

por seu alinhamento político com os Estados Unidos, “somente percebia o horripilante, e inevitável, México *bronco*.”<sup>78</sup>

Certamente, em meio a tal visão predominante sobre o México, a presença da missão cultural encabeçada por um filósofo da estatura intelectual de Antonio Caso pode ser considerada como um bom começo para se tentar firmar a presença mexicana no Brasil a partir de uma perspectiva cultural que entendia – e buscava propagandear – a Revolução como um processo de “regeneração moral” do México. Mas, sem dúvida, o ápice dessa estratégia no período Obregón foi a marcante presença mexicana na comemoração oficial do centenário da Independência brasileira, em 1922, realizada sob a forma das tradicionais Exposições Universais.

Em seu trabalho sobre a participação do México nesses eventos, Mauricio Tenorio Trillo realiza uma análise pormenorizada da comitiva mexicana enviada à Exposição do Rio de Janeiro, particularmente da delegação cultural liderada por José Vasconcelos. Primeiramente, chama a atenção para a grande importância conferida pelo novo Estado mexicano à Exposição no Brasil, que foi a primeira em que esteve representado o “novo México” revolucionário. Tratava-se de um espaço fundamental para se mostrar o novo país, sobretudo porque as circunstâncias internas haviam impedido a participação mexicana no evento de 1915, realizado em São Francisco. Assim, para o governo Obregón, o evento no Brasil apresentava-se como a oportunidade ideal para “revitalizar a reputação internacional do México” e, assim, contribuir para a obtenção do reconhecimento oficial por parte dos Estados Unidos. Era preciso mostrar que se tratava de “uma nação econômica e politicamente estável e segura, mas, além disso, revolucionária e popular.”<sup>79</sup>

Essas duas facetas podem facilmente ser relacionadas às duas delegações que compuseram a participação mexicana no Rio: uma militar, que cumpria ordens diretas do presidente; a outra, uma delegação especial, de ordem cultural, dirigida por José Vasconcelos, ministro da recém criada Secretaria de Educação Pública (SEP). O envio da delegação militar já era um costume da participação mexicana nesses eventos, mas naquele momento, seu gasto oneroso contrastava com a difícil situação econômica do país. Por outro lado, era a primeira vez que a delegação do México se apresentava sob a forma de um único grupo. No caso da Exposição do Rio, a constituição de uma comitiva cultural e a nomeação de Vasconcelos para dirigi-la tiveram relação direta com seu prestígio junto às elites intelectuais do continente.<sup>80</sup>

Uma das estratégias usadas pelo governo mexicano para divulgar uma imagem estável do país durante o evento brasileiro foi a organização de publicações de caráter oficial, recheadas

---

<sup>78</sup>SÁENZ, Aarón. Documento diplomático datado de 27/10/1919. Citado por PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 193.

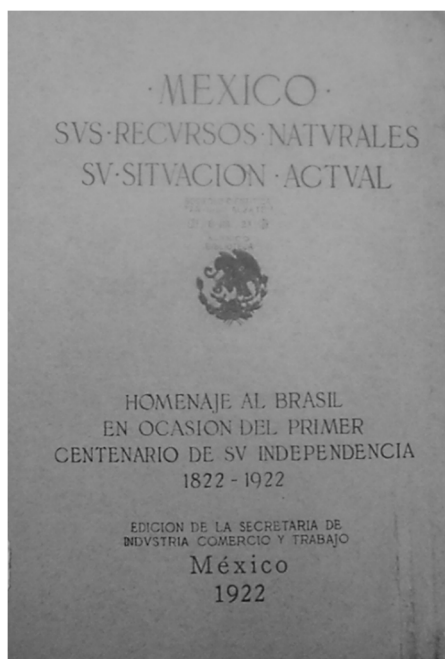
<sup>79</sup>TENORIO TRILLO, Mauricio. *Artilugio de la nación moderna: México en las exposiciones universales, 1880-1930*. México: FCE, 1998, p. 271.

<sup>80</sup>Idem, p. 273.

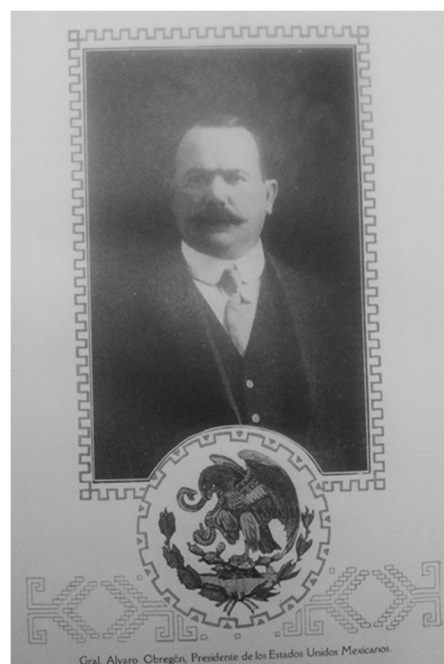
de imagens e números que buscavam mostrar um México não apenas estável, mas também promissor, tanto em termos de recursos naturais e infra-estrutura, quanto em relação à ação governamental no âmbito educativo. Essa positiva visão de conjunto sobre a situação do país aparece plasmada em um livro que o governo Obregón entregou ao brasileiro na forma de uma “homenagem ao Brasil na ocasião do primeiro centenário de sua independência”, intitulado *México: sus recursos naturales, su situación actual*, editado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Trabajo do México.<sup>81</sup>

A publicação oficial se inicia com uma fotografia do presidente Obregón, apresentada dentro de uma moldura estilizada e colocada precisamente sobre um dos mais importantes ícones mexicanos: a imagem de uma águia devorando uma serpente sobre um *nopal*, planta típica do México, símbolo originário de um códice asteca que demarcava o lugar de fundação da capital mexicana, Tenochtitlán, e que foi incorporado à bandeira nacional mexicana após a Independência. Essa apropriação oficial do signo fundacional mexicano induzia a identificar o governo obregonista como um novo começo, um momento de reconstrução nacional, uma espécie de refundação do México (imagens 7 e 8)<sup>82</sup>

**Imagem 7**



**Imagem 8**

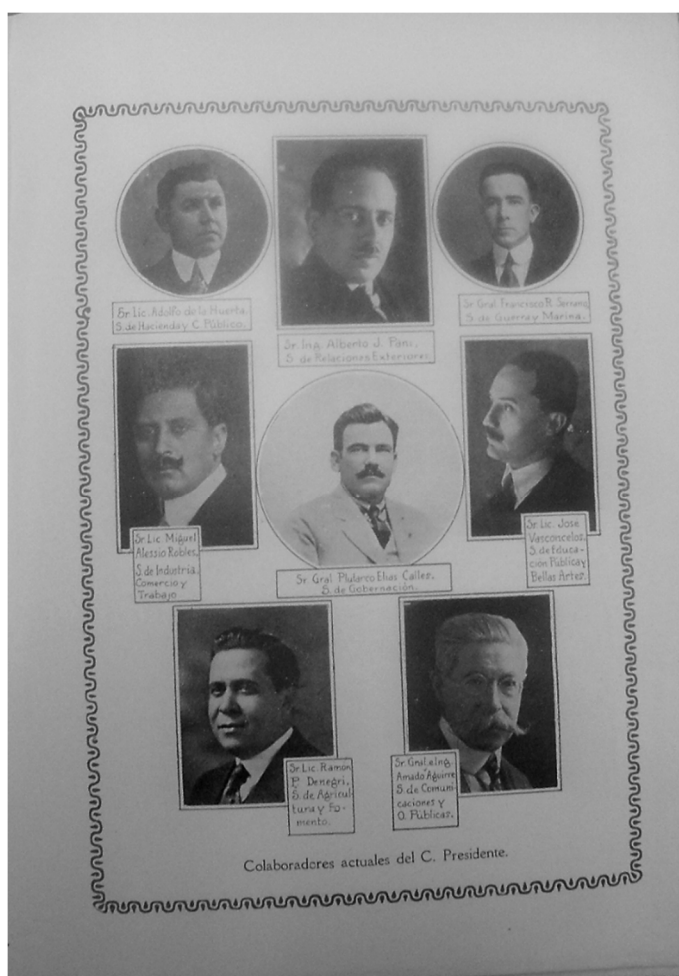


<sup>81</sup>*México, sus recursos naturales, su situación actual*: Homenaje al Brasil en ocasión del Primer Centenario de su Independencia, 1822-1922. México: Edición de la Secretaría de Industria, Comercio y Trabajo, 1922.

<sup>82</sup>Idem, s/p. Em virtude da política de limitação da reprodução gratuita do acervo seguida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, as reproduções fotográficas dessa obra foram feitas a partir do exemplar que consta no acervo da biblioteca do Instituto de Investigações Históricas da UNAM.

Na página seguinte, o leitor encontra ainda as fotos dos principais ministros do governo Obregón. Situado ao centro e em destaque, o então Secretario de Governo, Plutarco Elías Calles; a seu lado esquerdo, o ministro de Indústria, Comércio e Trabalho, Miguel Alessio Robles, responsável pela publicação do livro oficial; à sua direita o ministro de Educação Pública, José Vasconcelos; acima, ao centro, o ministro de Relações Exteriores, Alberto Pani. Aparecem ainda, completando o quadro dos “colaboradores” do presidente, as fotos dos ministros da Fazenda, da Guerra, da Agricultura e de Comunicações e Obras Públicas (imagem 9).<sup>83</sup>

**Imagem 9**



Após conhecer visualmente a equipe apoiadora da obra presidencial de Obregón, o leitor se depara com o seguinte “prólogo” à publicação:

Obra não de um pequeno folheto como o presente, mas de grossos e numerosos volumes, seria, sem dúvida, a que necessitaria para dar uma ideia completa de todos e cada um dos variadíssimos aspectos que oferece a República Mexicana. [...] Não obstante isso, procuraremos, dentro da circunscrição reduzidíssima deste curto número de páginas, dar toda a amplitude possível à descrição de alguns desses

<sup>83</sup>Idem.

variados e interessantes aspectos que apresenta esse rico e belo país, cuja configuração geográfica tem caprichosamente a forma de uma enorme e fabulosa cornucópia da ABUNDÂNCIA. Não pretendemos fixar neste livro um México imutável. País jovem, libérrimo, inquieto, nada é permanente nele, mas sim de uma maneira relativa: busca, constrói, modifica constantemente. Por isso – é preciso advertir –, estas páginas representam um instante da vida do México, distinto do ontem e do amanhã. A obra é difícil, mas nos esforçaremos para realizá-la para dar ao Brasil uma ideia, ainda que vaga, deste país privilegiado na terra e no espírito: a terra da fecundidade inesgotável e o espírito de melhoramento e aperfeiçoamento.<sup>84</sup>

Ao contrário do que afirmava a apresentação, a publicação oficial não era um “pequeno folheto”, mas um livro contendo mais de trezentas páginas e cerca de seiscentas fotografias, já que cada página continha ao menos duas imagens fotográficas. Também ao contrário do que o prólogo pretende indicar sobre a vertiginosa mutação mexicana, “as imagens usadas neste livro eram exatamente as mesmas usadas pela equipe porfirista de exposições em várias feiras universais (pinturas de [José María] Velasco, fotografias de estradas de ferro, etc.)”.<sup>85</sup> Mesmo porque, tanto a imagem de uma potencialidade natural do México que se pretendia difundir internacionalmente, quanto a linguagem priorizada para fazê-lo, continuavam, até certo ponto, impregnadas de signos porfiristas, cujas ênfases recaíam em elementos como: “o grandioso passado antigo do México, seu recente progresso material e sua beleza e riqueza natural, todo isso mediante estatísticas, pinturas e fotografias.”<sup>86</sup>

Mas esses evidentes aspectos de continuidade não podem ofuscar os também inegáveis elementos de novidade que passaram então a integrar a imagem progressista de um “México novo”, revolucionário, inclusivo, popular e, precisamente por esses aspectos, muito distante do que havia sido a imagem do progresso porfirista. Essa nova imagem, esmeradamente construída no período Obregón, foi, sem dúvida alguma, a de um “México redimido” pela obra educativa da Revolução. Essa representação também aparece no livro presenteado ao Brasil em 1922, situada em suas últimas páginas, como uma espécie de coroamento político, moral e, porque não, espiritual (no sentido platônico usado por Vasconcelos) da obra revolucionária. A construção discursiva da publicação oficial mexicana aponta para esse sentido, ao situar o capítulo “Educação Pública” na sequência de uma série de temas naturais e materiais, como “Notas geográficas”; “Comércio”; “Agricultura”; “Flora e fauna”; “Petróleo” e “Mineração”; além de “Resumo histórico”, entre outros. Nessa narrativa, é justamente a “Educação Pública” que cumpre um lugar de separação entre esses aspectos e outros mais claramente culturais, como “Museus”; “México monumental e artístico” e “Ruínas”.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup>Proemio. In: *México: sus recursos naturales*, op. cit., p. 13-14. Grifo no original.

<sup>85</sup>TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 287.

<sup>86</sup>Ibidem.

<sup>87</sup>*México: sus recursos naturales*, op. cit.

As palavras usadas na publicação oficial para divulgar a educação pública mexicana, decorrente do movimento revolucionário, não deixam a menor dúvida sobre seu caráter essencialmente nacionalista e democratizante:

A educação popular no México gravitou durante muito tempo ao redor de uns poucos ensinamentos defeituosos, cujo eixo central era um dogmatismo opressor, direcionado a perpetuar a tirania do Governo e do capital. O povo recebia escassamente a aridez de uma ciência abstrata e padecia da falta de um ideal para alentar na sua vida; as tendências cívicas das massas e a infatigável classe média foram asfixiadas na politicagem dos mais audazes. [...] A corrupção dessa velha escola começou a ser combatida com toda energia e com todo êxito: foi proclamado que a escola deve ser *uma* em [toda a] República e que seus ideais bem definidos estarão ao alcance de todos: foi criada, por iniciativa do Lic[enciado] José Vasconcelos, uma Secretaria de Educação Pública Federal que envie sua vitalidade até os lugares mais apartados [...]; a Secretaria de Educação Pública fundou 308 bibliotecas populares para o aperfeiçoamento da cultura adquirida na escola primária, para a especialização das indústrias e artes e para a vulgarização das ciências modernas.

Sem dúvida, por este caminho chegar-se-á a formar cidadãos que, com plena consciência de seus deveres e direitos, sejam modelos de civismo [e] que saibam cumprir com aqueles e impor estes quando a justiça o exigir.

Para o coroamento desta obra gigantesca, a Secretaria de Educação Pública estabeleceu uma Direção de Cultura Estética, que fomenta a arte em todas as formas: organiza concertos para os cultivadores da música e do canto; cria grupos de canto populares, integrados por operários, estudantes e alunos das escolas primárias, os quais realizam festivais ao ar livre, aos quais assistem milhares de espectadores. Além disso, a referida Secretaria propôs colocar em prática o cultivo das manifestações genuínas da raça, na música e nas artes do desenho.<sup>88</sup>

O importantíssimo lugar conferido ao tema educativo na imagem pública do México revolucionário, que se buscou propagar internacionalmente, pode ser dimensionado ao se levar em conta que, dentro do amplo leque de temas abordados no livro oficial presenteado ao Brasil em 1922, apenas a educação pública mereceu uma publicação específica, também entregue de forma oficial ao governo brasileiro na ocasião: *La educación pública en México. Informe General de la Secretaría de Educación Pública, Exposición Internacional del Brasil, Septiembre de 1922. Propósitos y tendencias de la SEP*<sup>89</sup>. Trata-se de mais uma das publicações oficiais mexicanas que podem ser encontradas no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio.

O livreto apresenta a reprodução do projeto de criação da SEP, juntamente com o discurso proferido por José Vasconcelos, na época reitor da Universidade Nacional. Nesse discurso, cujo tom encontra-se muito próximo ao de um manifesto, são apresentados os objetivos da criação da

---

<sup>88</sup>Idem, p. 237-38. Grifo no original.

<sup>89</sup>*La educación pública en México: Informe General de la Secretaría de Educación Pública, Exposición Internacional del Brasil, Septiembre de 1922. Propósitos y tendencias de la SEP. Talleres Gráficos de la Nación Dependientes de la Secretaría de Educación Pública. México, 1922.*

nova secretaria, dentro dos quais fica explícita a concepção redentora da cultura – e, por consequência, de seus agentes – que permeou todo o projeto vasconcelista:

A Secretaria de Educação Pública, mais cuidadosa da cultura popular que dos altos estudos, preconiza [...] que o caminho da verdadeira civilização só pode ser encontrado transformando desde a raiz os critérios que até hoje têm servido para organizar povos; arrancando das consciências o pensamento de que é legítimo construir luxo e refinamento sobre a miséria das multidões. [...] Desejamos, antes que propagar a alta cultura, fazer chegar a todas as mentes os dados mais elementares da civilização. [...] Educar a massa dos habitantes é muito mais importante que produzir gênios [...]. Salvar as crianças, educar os jovens, redimir os índios, ilustrar a todos e difundir uma cultura generosa e enaltecida já não de uma casta, mas de todos os homens, tal é o propósito fundamental da presente lei.<sup>90</sup>

Dentro desse projeto de “salvação popular”, a educação técnica e as escolas primárias ganharam destaque, sendo a primeira considerada como essencial para “o engrandecimento nacional”, ao “melhorar as condições econômicas”, e as segundas “fundamentais para a cultura geral de um país.”<sup>91</sup> Quanto ao papel atribuído à SEP, consistia em “fazer chegar os dados do saber a todos os que queiram instruir-se.”<sup>92</sup> Logo após o texto, são apresentados inúmeros dados estatísticos e fotografias com a evidente intenção de demonstrar a efetividade prática dos ideais manifestados no projeto de criação da SEP. Os números procuram mostrar os avanços em termos de quantidade de escolas, alunos e professores em todos os estados mexicanos entre 1920 e 1921.

Já no caso das fotos, há duas intenções claras: primeiramente, mostrar que as crianças mexicanas frequentavam a escola pública e ali recebiam a merenda escolar. O livreto apresenta fotos de crianças de várias escolas do Distrito Federal recebendo seu “desayuno escolar” e, logo abaixo das imagens, as legendas indicam a quantidade de crianças, por escola, que recebiam a refeição. Quanto à segunda intenção perceptível nas fotografias que integram a publicação oficial mexicana, o foco é confirmar a efetividade do amplo caráter artístico do projeto governamental de educação pública. As fotos versam sobre temas como um “festival de música ao ar livre em Chapultepec”; uma “Academia de pintura ao ar livre em Coyoacán” e os “pequenos pintores da Academia” (imagens 10 a 13).<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup>Idem, p. 3; 11.

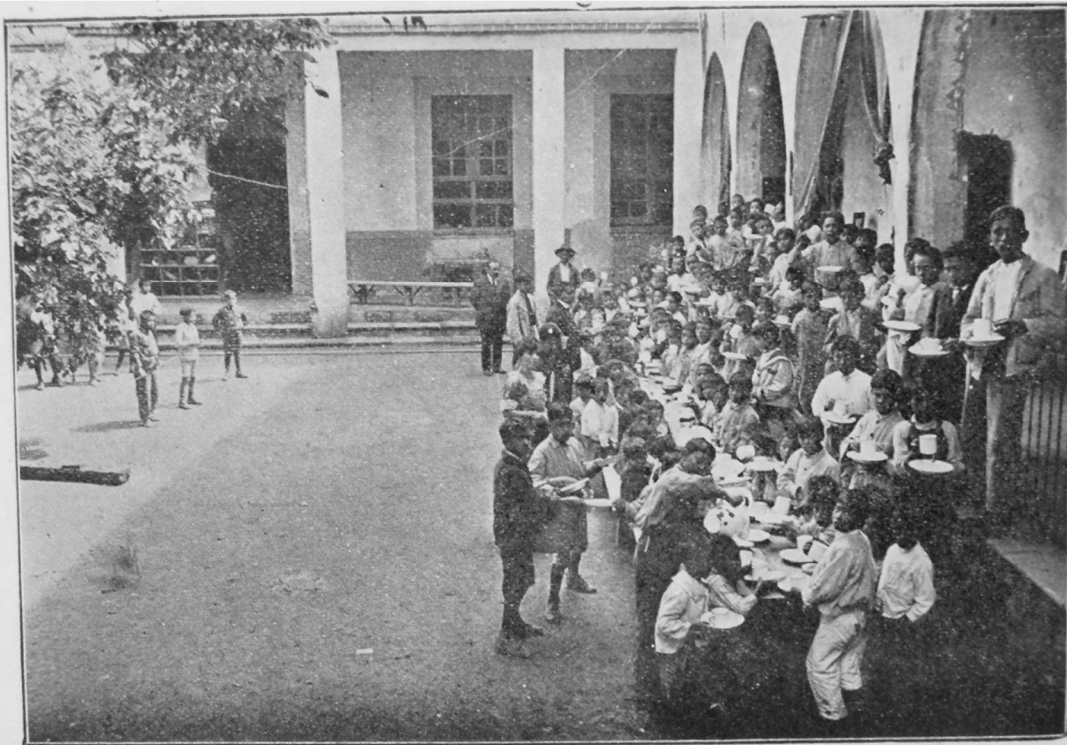
<sup>91</sup>A respeito do lugar atribuído pelo projeto de Vasconcelos às escolas primárias e técnicas, vale a pena recordar a perspicaz observação de Regina Crespo a respeito do caráter hierárquico que envolvia a relação entre “os missionários da civilização urbana” e aqueles que seriam por eles educados. Como destaca a autora, essa situação fica evidente na “política geral da SEP de valorizar o trabalho manual, não só no campo como nas cidades, onde se investiu principalmente na criação de escolas industriais.” Dessa forma, “a redenção pelo trabalho e a regeneração pela educação visavam oferecer à população melhores condições de vida. Mas, inevitavelmente o faziam com o preenchimento de funções subalternas para as quais era necessário um aprendizado específico que, na realidade, não agregava mudanças substantivas ao seu ocupante, em termos de estratificação social.” Cf. CRESPO, *Messianismos culturais*, op. cit., p. 92.

<sup>92</sup>*La educación pública en México*, op. cit., p. 4.

<sup>93</sup>Idem, s/p.

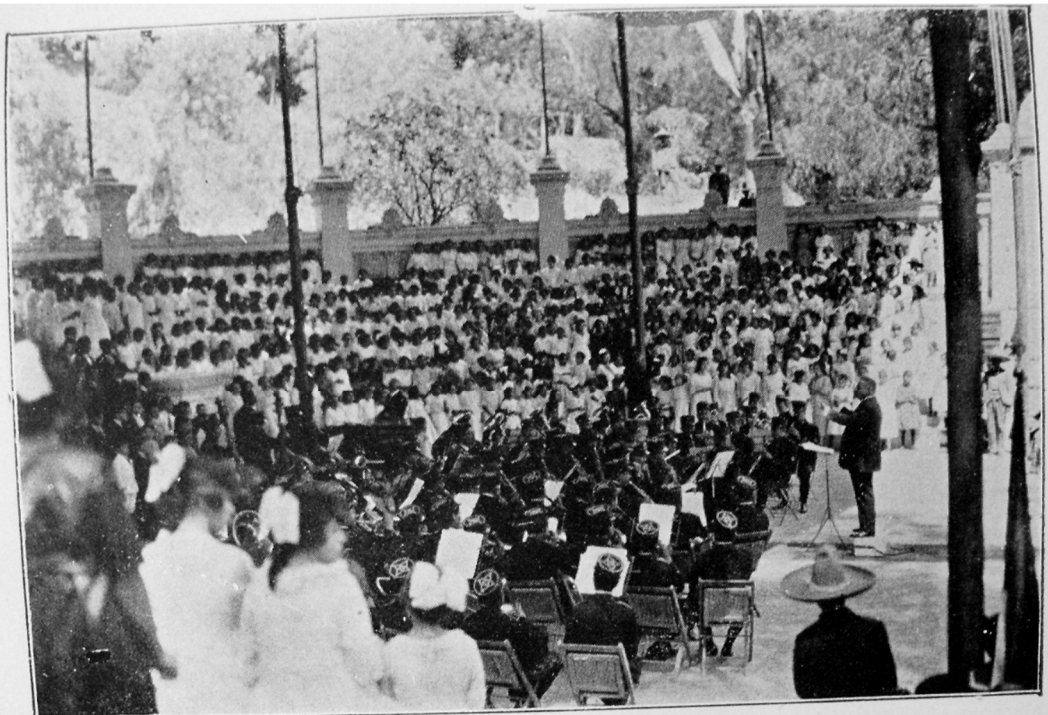


**Imagem 10**



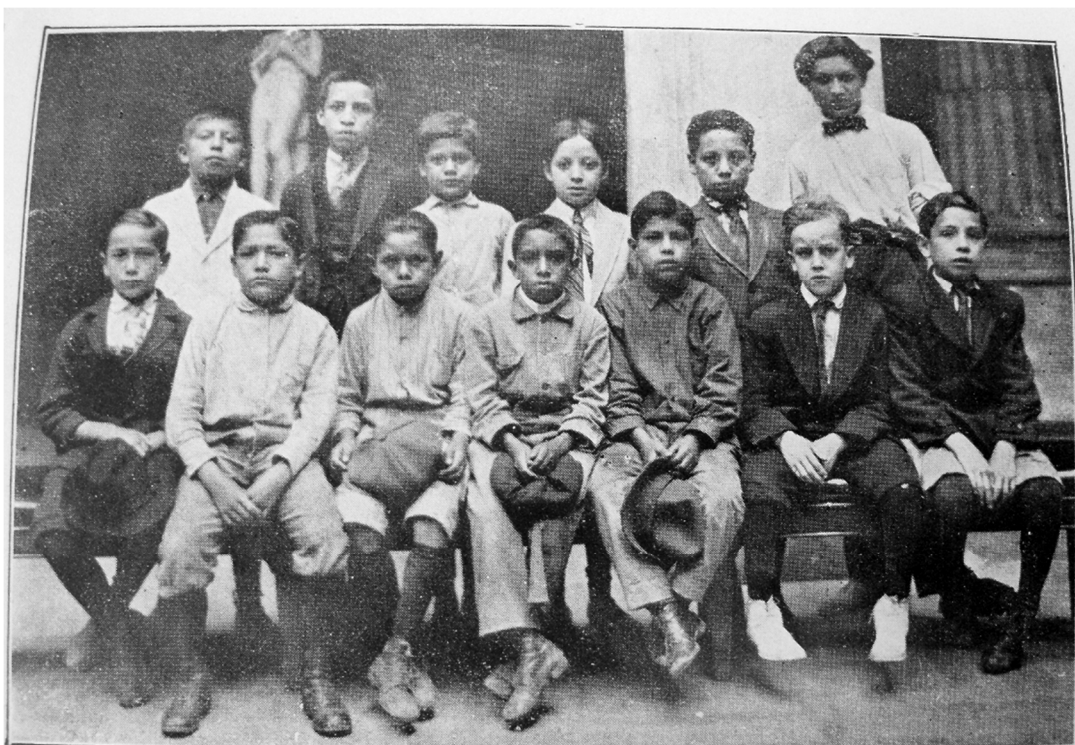
Escuela "Juan de Dios Peza."—Guadalupe Hidalgo, D. F.—Número de alumnos que reciben desayuno escolar: 108.

**Imagem 11**



Festival al aire libre en Chapultepec.

**Imagem 12**



Los pintores niños de la Academia.

**Imagem 13**



La Academia de Pintura al Aire Libre en Coyoacán.

Essa versão oficial de um “México regenerado pela cultura” foi construída com base em elementos de uma inegável potencialidade enquanto “efeitos de verdade”: estatísticas e fotografias. No que se refere a estas últimas, todas retratam escolas, espaços e eventos culturais apenas na Cidade do México, o que aponta para uma concentração de pessoal e recursos na capital federal, que se tornava, assim, uma espécie de “cartão postal” do tão alardeado “projeto redentor” vasconcelista. Outro aspecto importante levantado pelas fotografias da publicação oficial mexicana é a aparente contradição existente entre o texto do projeto de criação da SEP, que destaca a centralidade da educação técnica, e as imagens que retratam as realizações artísticas fomentadas pela secretaria.

Tanto a educação técnica quanto a artística foram, de fato, atendidas pela gestão de Vasconcelos à frente da SEP.<sup>94</sup> Mas foi principalmente esta última que se associou à construção do imaginário de um “México artístico”, que teve enorme efeito propagandístico. Como mostra o estudo de Alicia Azuela sobre o amplo processo de “anexação da arte pelo poder” no México revolucionário, foi precisamente nos anos 20, durante o governo Obregón e com Vasconcelos à frente da SEP, que se iniciou a “invenção do imaginário nacionalista revolucionário”. Essa construção imaginária e discursiva baseou-se na “hipótese” de que a arte seria uma “qualidade racial distintiva do ‘mexicano’”, o que se relacionava a seu “passado glorioso” e afiançava, portanto, suas “‘potencialidades’ para construir uma grande nação.” O mais significativo dessa “hipótese” de uma artisticidade nata do mexicano, como salienta Azuela, foi seu uso propagandístico: “difundida sobretudo ao exterior, pretendeu cumprir uma função reivindicatória direcionada a combater a imagem do México ‘bárbaro’ com a qual frequentemente se identificou tanto o país em geral como o Estado nacional que nascia da luta armada.”<sup>95</sup>

Esse sentido certamente foi o primordialmente atribuído não apenas às imagens da publicação oficial sobre a SEP, mas a vários outros elementos de ordem cultural que foram tão marcantes na presença mexicana na Exposição do Rio em 1922. Aliás, o próprio formato da Exposição ampliava as possibilidades da exibição mexicana em termos culturais. Para além das exposições propriamente ditas, o evento brasileiro envolveu, por exemplo, a realização de congressos científicos, ganhando destaque o XX Congresso de História da América, que contou com uma sessão de “História das Explorações Arqueológicas e Etnológicas”, na qual foram apresentados trabalhos de Manuel Gamio.<sup>96</sup> Nessa época, o estudo de Gamio sobre o sítio arqueológico da cidade de Teotihuacán era a grande referência da obra indigenista da Revolução Mexicana e, para fins de sua propaganda de caráter cultural, a comitiva mexicana incluiu entre

---

<sup>94</sup>FELL, Claude. *Op. cit.*, capítulos II e III.

<sup>95</sup>AZUELA, Alicia. *Arte y poder*, *op. cit.*, p. 90-92.

<sup>96</sup>TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 286.

suas inúmeras obras de exibição uma maquete que reproduzia em dimensões proporcionais a antiga cidade mesoamericana.<sup>97</sup>

Como já foi mencionado, a delegação cultural da comitiva mexicana na Exposição do Rio foi liderada pelo próprio secretário de Educação Pública do país, o que demonstra a importância conferida pelo governo mexicano à presença cultural do país no evento. Com Vasconcelos na liderança, a equipe foi composta por outros importantes nomes do cenário cultural mexicano, todos indicados pelo próprio secretário. Entre os integrantes da delegação cultural mexicana, encontravam-se escritores como Carlos Pellicer e Julio Torri; pintores, como Roberto Montenegro e Gabriel Fernández Ledesma; além do reverenciado crítico literário dominicano, Pedro Henríquez Ureña, que há muito se radicara no México e integrava ativamente o mundo intelectual do país.<sup>98</sup>

Como parte oficial da participação cultural mexicana no evento brasileiro, Vasconcelos proferiu uma conferência na Academia Brasileira de Letras, intitulada “O problema do México”. O discurso do mexicano ganhou ampla repercussão no *Jornal do Commercio*, que apresentou o orador como “um dos mais robustos talentos de sociólogo e pensador da moderna geração hispano-americana.” Segundo o jornal brasileiro, o distinto conferencista falou longamente, “historiando numa síntese poderosa de acuidade e espírito crítico, toda a vida de sua nação, desde a Independência”, porém na forma de um “trabalho menos propriamente de narrativa histórica, do que de crítica social e política.” Mas o principal elemento elogiado pelo comentarista do jornal foi a eloquência do secretário mexicano, a quem descreveu como “um notável orador, fascinante e persuasivo”, dotado de “palavra clara, frase simples, mas redonda, equilibrada e harmoniosa”; de uma “oração incisiva e calma, lógica e impressionante”. Toda essa virtude retórica teria conseguido envolver e conquistar o auditório, de forma “que os aplausos surgiram naturalmente” ao longo das duas horas durante as quais discursou o eminente mexicano. Ainda segundo o jornal brasileiro, Vasconcelos “falou para um auditório seletivo”, que continha “os elementos de maior destaque de nosso mundo oficial”, incluindo membros do corpo diplomático e distintos intelectuais. Para se ter uma ideia do caráter absolutamente oficial do evento, basta mencionar que a mesa na qual discursou o secretário mexicano estava composta também pelos ministros brasileiros da Justiça e das Relações Exteriores; pelo embaixador mexicano no Brasil e pelo presidente da ABL, local onde foi realizado o evento.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup>Ibidem.

<sup>98</sup>Idem, p. 275.

<sup>99</sup>*Jornal do Commercio*, “José Vasconcelos: a conferência de ontem sobre ‘o problema do México’”, 29/08/1922, p. 3.

O *Jornal do Commercio* publicou, ainda, o sumário da conferência de Vasconcelos, o que nos permite ter uma boa noção do discurso que proferiu na ocasião. Sua fala sobre “o problema do México” apresentou o seguinte direcionamento:

1. A situação do México à raiz da Independência.
2. O triunfo da Independência.
3. A opressão e a anarquia chegaram a ser tão excessivas que em 1847 perdemos a metade de nosso território.
4. A Ditadura de Sant’Ana e a Revolução de 57.
5. À morte de Juárez se levanta Porfirio Díaz que constitui um novo despotismo.
6. As doutrinas positivistas de Comte e sua influência na corrupção dos chamados “científicos”.
7. O gênio de Madero – A revolução – Derrota do profirismo e, em seguida, derrota de Madero pelos reacionários e ex-porfiristas.
8. A traição de Huerta.
9. O governo atual trata de colocar em prática a democracia e procura garantir os direitos dos débeis, negando seu apoio aos patrões quando pretendem usar a força pública em benefício próprio. – Necessidade de romper o regime feudal de posse da terra, devolvendo aos índios o que lhes foi usurpado e procurando o fracionamento do latifúndio.
10. Renascimento da alma nacional – Tendência nacionalista em todas as ordens: na legislação, arte e costumes.
11. O nacionalismo no México se funda em sua tradição espanhola, que fez do México o primeiro país da América no século XVIII e que cremos que pode ressurgir sem copiar, mas desenvolvendo os elementos contidos em nossa própria idiosincrasia.
12. O nacionalismo mexicano e a expressão do sentimento ibero-americano – A política de esquecimento da América Latina, observada por Porfirio Díaz, se inverte desde a administração de Madero, e depois Carranza e atualmente Obregón tratam de estreitar os laços ibero-americanos.
13. Nosso conceito de latino-americano e necessidade de que se faça autóctone, deixando de copiar servilmente os fortes, como temos feito até agora. – A raça como fator de unidade superior ao nacionalismo político.<sup>100</sup>

Como se pode detectar, o sumário propiciado por Vasconcelos ao jornal brasileiro, e ali publicado em espanhol, fornecia uma visão bastante ampla de sua conferência, que ganhava, a partir da publicação, uma incidência bem maior que a alcançada pelo discurso realizado a um “auditório seletivo” na sede da ABL. A intenção de fazer chegar suas considerações sobre a história e a situação do México naquele momento a uma audiência mais ampla é, portanto, notória. Mas adentremos a essas considerações.

Primeiramente, como não poderia deixar de ser, as palavras da conferência tendiam a deixar plasmadas na consciência dos ouvintes e/ou leitores a versão vasconceliana das identidades mexicana e latino-americana, cujas bases principais eram respectivamente a Espanha e a herança latina. Mas o que mais importa notar aqui é a maneira como essas identificações são

---

<sup>100</sup>VASCONCELOS, José. El problema de México (sumário da conferência) reproduzido em espanhol pelo *Jornal do Commercio*, na seção “Registro”, 28/08/1922, p. 2.

apresentadas pelo conferencista como um desenvolvimento praticamente natural da Revolução Mexicana, que teria propiciado o “renascimento da alma nacional”, expresso numa “tendência nacionalista” que se estendia por “todas as ordens” da vida do país, abarcando “legislação, arte e costumes”.

O surgimento do movimento revolucionário, por sua vez, aparece como obra quase que única e exclusiva do “gênio de Madero”. Após a vitória sobre a reação huertista, chega-se imediatamente ao “governo atual”, ou seja, o de Obregón. Na narrativa de Vasconcelos – que não apoiou o governo de Carranza por considerá-lo um exemplo a mais da belicosidade “bárbara” da guerra revolucionária –, o governo do *primer jefe* não encontrava espaço adequado dentro de uma lógica que identificava a Revolução a um processo evolutivo, que encontrava seu auge no período obregonista.

Mas mesmo uma visão tão anti-carranzista da Revolução não pôde excluir Carranza e seus colaboradores da obra de construção do “sentimento ibero-americano”, como uma “expressão do nacionalismo mexicano” que surgia do processo revolucionário. Embora, até certo ponto, a narrativa vasconceliana contrariasse o relato oficial constitucionalista articulado na década anterior – que tinha Carranza como incontestável personagem central –, é possível encontrar pontos de contato entre as duas versões da Revolução e seu lugar na história do México. Em ambas, Benito Juárez aparece como a grande figura moral do século XIX e o movimento revolucionário como uma regeneração da história mexicana, desvirtuada pela ditadura porfirista. Além disso, a versão vasconceliana, ao reconhecer a obra carranzista no âmbito da identidade nacional e continental mexicana, acabava por retomar o relato constitucionalista e ampliá-lo, conferindo-lhe um sentido de continuidade evolutiva, coroada pelo “renascimento nacional” de índole cultural do período obregonista. Dessa forma, uma visão de conjunto, coerente e sistematizada, era difundida entre os meios intelectuais brasileiros durante o evento oficial do centenário da Independência em 1922.

Mas a comitiva mexicana na Exposição brasileira também procurou marcar publicamente sua presença no Rio de forma a extrapolar os âmbitos mais oficiais – político, científico e mesmo intelectual –, nos quais o foco foi atestar da maneira mais objetiva possível as boas condições materiais do México e o esforço governamental para o desenvolvimento social e cultural da população mexicana. No caso da presença pública do México no evento brasileiro, tiveram destaque imagens carregadas de cores e sons, combinadas em elementos suntuosos como a construção de um pavilhão representativo do país, projetado especialmente para a ocasião; exposições de artesanatos mexicanos; apresentações de danças típicas e de orquestras mariachis,

entre outras demonstrações que conformavam, indubitavelmente, uma visão de grandeza cultural mexicana.<sup>101</sup>

O pavilhão acabou se transformando num dos principais ícones do país. Além da exposição de artesanatos, o edifício mexicano exibiu algumas pinturas murais, muitas das quais realizadas *in locu* por renomados artistas que integravam a comitiva mexicana, como foi o caso de Roberto Montenegro, um dos mais importantes pintores mexicanos ligados ao projeto vasconcelista.<sup>102</sup> O dedo do secretário de Educação Pública esteve desde o início presente em toda a concepção do projeto arquitetônico do pavilhão mexicano. Exatamente por sua orientação, o pavilhão não foi construído na forma de uma edificação asteca, mas sim de um edifício colonial ao estilo do barroco mexicano, com paredes cujos adornos “tratava[m] de cenas de coloniais, murais do México setecentista”.<sup>103</sup>

Tenorio Trillo observa que as características desse complexo arquitetônico “não eram casuais”, mas tratavam-se de “um exercício alegórico consciente” que procurava demarcar dentro do debate político-cultural mexicano – e, podemos acrescentar, também impor internacionalmente –, uma visão específica do futuro do país. O pavilhão mexicano, idealizado por Vasconcelos, representava sua “síntese ótima da essência do México – a herança espiritual espanhola – e a expressão particular que lhe dava a influência indígena, como havia ficado claramente plasmado no barroco mexicano.” Ainda segundo o historiador, na exibição mexicana no Rio em 1922, “os aspectos industriais e turísticos tiveram menos importância que a expressão de ideias e símbolos, baseada principalmente no pensamento de Vasconcelos.” Como secretário de Educação Pública, ele estava “mais perto do que nunca [...] do controle dos símbolos nacionais” e “o México do Rio foi filho dos labirintos do [seu] pensamento”.<sup>104</sup>

A marcante presença pública da comitiva mexicana foi amplamente fotografada e elogiada pela imprensa brasileira, o que propiciou a divulgação de uma imagem extremamente positiva do México. A respeito do pavilhão, o *Jornal do Brasil* publicou uma extensa reportagem, contando com várias fotos, na qual o repórter brasileiro se mostrou absolutamente encantado com tudo o que viu da arte mexicana; de tão encantado, afirmou em tom elogioso: “a Missão

---

<sup>101</sup>Enumerações completas das exposições mexicanas no evento oficial de comemoração do centenário da Independência brasileira podem ser encontradas tanto no livro já citado de Mauricio Tenorio Trillo, especificamente no capítulo “A Exposição Universal do Rio de Janeiro 1922”, quanto no artigo de Regina Crespo sobre a presença de Vasconcelos no Brasil na ocasião: CRESPO, Regina. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 187-208.

<sup>102</sup>Sobre a relação de Montenegro com o projeto vasconcelista, Tenorio Trillo comenta que, embora este pintor fosse apenas um dos vários que naquele momento recebiam apoio da cruzada cultural do secretário de Educação Pública – como também eram os casos de Diego Rivera e José Clemente Orozco, por exemplo –, “Vasconcelos apreciava especialmente as pinturas de Montenegro por serem pós-acadêmicas e modernas, porém moderadas esteticamente e politicamente.” Cf. TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 276.

<sup>103</sup>TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 276.

<sup>104</sup>Idem, p. 277; 285; 289.



Mexicana [...], verdade seja dita, tem chamado sobre si e sobre tudo o que lhe respeita uma evidência bem lisonjeira.” O texto do jornal brasileiro terminava convidando os leitores para que fossem ver “as maravilhas que o[s] esperam” ali, destacando ser “franqueado ao público” o pavilhão mexicano.<sup>105</sup> A entrada franca à exposição mexicana aponta claramente para a pretensão de se divulgar uma imagem positiva do México para públicos muito mais amplos do que os delimitados pela comemoração oficial, chegando-se potencialmente a todos que pudessem e estivessem dispostos a visitar o pavilhão mexicano.

Além do pavilhão, outros elementos da comitiva mexicana também foram alvos de fotografias e notícias em órgãos de grande circulação brasileiros. A *Revista da Semana*, por exemplo, deu amplo destaque para a delegação militar mexicana e o monumento de Cuauhtémoc (imagens 14 e 15).<sup>106</sup> Além de todo o esforço oficial mexicano para marcar de maneira notória sua presença no Rio em 1922, a coincidência de a Independência mexicana ser comemorada também em setembro contribuiu para chamar ainda mais a atenção para o “país amigo”, como o denominou a aludida *Revista*, durante as comemorações brasileiras.

**Imagem 14**



**Imagem 15**



<sup>105</sup> *Jornal do Brasil*, “Cantares e arte mexicana”, 10/09/1922, p. 7.

<sup>106</sup> *Revista da Semana*, “O dia do México” e “O monumento de Cuauhtémoc”, 23/09/1922, p. 27 e 20.



Por sua parte, o *Jornal do Brasil* chegou a dedicar ao México sua primeira página do dia 16 de setembro, data do início da Guerra de Independência mexicana (imagem 16).<sup>107</sup> A homenagem do jornal brasileiro “à Gloriosa Nação irmã e amiga” foi realizada na forma de uma imagem que ocupa praticamente toda a primeira página do jornal. Nela está representada uma mulher usando um típico *sombrero* mexicano, possivelmente aludindo à nação mexicana; à sua frente, abaixo de seu rosto e mais ao centro, aparecem fotografias indicadas com os respectivos nomes do presidente Álvaro Obregón, do secretário José Vasconcelos, e do representante diplomático mexicano no Brasil, Álvaro Torre Díaz. Do lado direito da imagem da mulher, e acima das que aludiam ao poder político mexicano naquele momento, aparecem ainda uma imagem de Benito Juárez situada acima do símbolo de origem asteca da águia devorando a serpente sobre um *nopal*; abaixo desta imagem e terminando de compor o quadro, aparece ilustrada a estátua de Cuauhtémoc, monumento que o México presenteou ao Brasil durante as comemorações oficiais do centenário de nossa Independência.<sup>108</sup>

Imagem 16



<sup>107</sup>*Jornal do Brasil*, “Independência do México”, 16/09/1922, 1ª pág.

<sup>108</sup>*Ibidem*.

A ilustração de homenagem ao México realizada pelo *Jornal do Brasil* permite captar alguns indicativos a respeito da forma como a versão de uma história mexicana coroada pela Revolução – amplamente propagandeada desde os constitucionalistas – vinha sendo assimilada por parte das elites culturais brasileiras. O primeiro elemento que chama a atenção no quadro pictórico – e por que não mental – que aparece na página do jornal brasileiro é o fato da imagem de Juárez, e não propriamente a dos líderes independentistas mexicanos, aparecer vinculada ao tema da Independência. Acreditamos que essa leitura da história mexicana realizada pelos editores do jornal brasileiro pode ter relação com a “história oficial” que começou a ser contada – sistematizada e difundida, inclusive internacionalmente – pelos constitucionalistas.

No relato constitucionalista, a figura de Juárez, de fato, ocupou um lugar central, chegando, em grande medida, a ofuscar a dos líderes da Independência. Sem dúvida, essa versão da história mexicana tinha relação com o fato de que a imagem de um presidente da República reformista, como tinha sido Benito Juárez, fornecia pontos de contato mais evidentes com um poder político institucional que se pretendia e começava a estar de fato encarnado em um aparato estatal. Como vimos no item anterior deste capítulo, dentro do “relato oficial” constitucionalista, que chegou ao Brasil – entre outras vias, pela oratória do apologista oficial do governo Carranza, o conferencista Antonio Manero, que esteve no Rio em 1917 –, Hidalgo era mencionado como “caudilho da liberdade nacional”, enquanto Juárez era apresentado como “o conquistador da soberania do Estado”. Nesse relato, aliás, não poderia caber ao líder independentista o papel histórico de liderança política vinculada ao atendimento de demandas populares, pois esse lugar estava reservado ao *primer jefe* constitucionalista. Este último surgia, então, como “o reivindicador da justiça do povo”, atuação que dava continuidade precisamente à obra política de Juárez.<sup>109</sup>

Partindo dessa versão, não parece estranho que a leitura brasileira da história mexicana, que transparece no *Jornal do Brasil*, na página de homenagem ao México, vincule Juárez (e não Hidalgo ou Morelos) aos principais ícones políticos acessíveis ao olhar brasileiro naquele momento: o presidente Obregón, que não possuía uma presença física no Brasil, mas cuja fama de “reconstrutor moral” do país ecoava por toda a exposição mexicana, além de Vasconcelos, que então personificava oficialmente o “México redimido” em terras brasileiras, e do representante oficial do país, na figura, também presente no Rio, do ministro plenipotenciário mexicano, Álvaro Torre Díaz.

Há ainda um outro elemento interessante presente na representação pictórica brasileira da história mexicana que nos reporta a elementos menos institucionais, mas também muito

---

<sup>109</sup>MANERO, Antonio. Carranza y el México Nuevo. In: *México y la solidaridad americana, op. cit.*, p. 46-7.

reveladores da maneira como começava a se cristalizar entre os brasileiros a imagem de um “México novo”. Nesse caso, trata-se da alusão à estátua de Cuauhtémoc. Na imagem do monumento, reproduzida no *Jornal do Brasil*, o líder da resistência indígena durante a conquista do México no século XVI aparece representado como um guerreiro que porta uma lança e encontra-se de pé, numa postura intrépida e elegante, vestido em trajes nativos. Essa representação em nada se assemelha à afirmação categórica de José Vasconcelos em seu discurso de entrega oficial da estátua asteca ao Brasil, quando asseverou que “com Cuauhtémoc desapareceu, para sempre, o poderio da raça indígena.”<sup>110</sup>

O secretário mexicano de Educação Pública, que não concordara com o oferecimento de um presente tão alusivo ao México indígena,<sup>111</sup> foi o incumbido de fazer o discurso oficial de entrega do monumento. Nessa ocasião, usou de toda sua habilidade retórica para basicamente desindianizar a figura do último imperador asteca e transformá-lo em um símbolo profético do futuro grandioso que ele próprio, Vasconcelos, vislumbrava para o continente:

[Cuauhtémoc é] o herói para quem vos pedimos a hospitalidade desta praia [do Flamengo]. [...] E agora Cuauhtémoc renasce porque chegou para nossos povos a hora da segunda independência, a independência da civilização, a emancipação do espírito [...].

O primeiro século de nossa independência nacional foi um século de vassalagem espiritual, de cópia que se ufana de ser exata; e esta é a hora, não de regressão, mas sim de originalidade [...].

E esta originalidade que toda civilização verdadeira traz consigo nós não alcançamos em um século porque nos faltou a valentia de Cuauhtémoc, sua fé em uma concepção própria do mundo [...].<sup>112</sup>

Essas palavras ajudam a entender a relação que foi estabelecida entre Cuauhtémoc e a Independência mexicana na homenagem realizada pelo jornal brasileiro. Mas o mais importante a demarcar, no que diz respeito a uma imagem do México que tendia a se cristalizar no cenário brasileiro, é a contraposição entre o caráter efêmero das palavras proferidas por Vasconcelos na inauguração da estátua, frente à permanência do monumento imediatamente alusivo ao passado asteca do país e que representava precisamente um herói que resistira até à morte à conquista espanhola. Tratava-se de uma lembrança de marcante presença visual – para dizer o mínimo de uma estátua em bronze de quatro metros de altura – e enorme capacidade de perpetuação.

---

<sup>110</sup>VASCONCELOS, José. En el ofrecimiento que México hace a Brasil de una estatua de Cuauhtémoc [Rio de Janeiro, 1922]. In: *Discursos, 1920-1950*. México: Ediciones Botas, 1950, p. 95.

<sup>111</sup>O próprio Vasconcelos afirmou que não foi consultado quanto ao tema do presente oficial mexicano e que, quando recebeu a informação (por parte do ministro de Relações Exteriores, Alberto Pani) de que a estátua já havia sido encomendada, preferiu não apresentar formalmente sua objeção, mesmo porque considerava que seria inútil. Cf. Vasconcelos, *El desastre*, citado por TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 275.

<sup>112</sup>VASCONCELOS, José. En el ofrecimiento, *op. cit.*, p. 95.

Podemos entender a estátua de Cuauhtémoc como o outro lado da moeda em relação ao pavilhão mexicano, que materializava arquitetonicamente “a influente maneira pró-hispânica de entender o México”,<sup>113</sup> de entendê-lo à maneira de Vasconcelos, tal como apareceu sistematizado poucos anos depois, e explicitamente influenciado por sua experiência sul-americana em seu ensaio *La Raza Cósmica*.<sup>114</sup> Se a exibição mexicana no Rio, em 1922, expressou, em grande medida, o México de Vasconcelos, a presença marcante do monumento asteca, erigido a contragosto do secretário de educação, não deixava de sinalizar os limites de sua influência sobre a definição da identidade nacional mexicana mesmo no auge de seu poder político. O que a estátua de Cuauhtémoc revelava era a presença incontestada da matriz indigenista na redefinição identitária do México revolucionário. Uma matriz que encontraria seu ápice nas políticas oficiais mexicanas nos anos 30, mas que já representava uma força política e cultural de envergadura, mesmo num contexto em que aparentemente a matriz hispanista (ainda que tornada “autóctone” pela retórica hispano-americanista de Vasconcelos) parecia dominante.<sup>115</sup>

Anos depois, quando do conflito religioso no México, em meados da década de 20, alguns órgãos de imprensa brasileiros, ao saírem em defesa do governo mexicano, o fizeram justamente a partir da recordação de sua marcante participação no Brasil em 1922, uma lembrança que seguia materializada na estátua de Cuauhtémoc. A revista *Brasil Contemporâneo*, por exemplo, ao abordar o tema, se referiu ao México como “país dos astecas” e publicou fotos do monumento indígena mexicano,<sup>116</sup> que acabou eternizado em terras brasileiras como um importante ícone não apenas do México, mas também de sua revolução, conforme veremos no capítulo seguinte.

Cabe, agora, realizar uma reflexão um pouco mais detida a respeito da recepção brasileira em relação à propaganda mexicana.

#### **2.4. Alguns apontamentos sobre a recepção brasileira da propaganda revolucionária mexicana: o México na perspectiva dos jovens universitários e na obra *Toda a América* de Ronald de Carvalho**

Como mostramos ao longo deste capítulo, a projeção continental do México revolucionário, desde o governo de Carranza, esteve bastante atrelada aos ideais de identidade latino-americana e solidariedade continental. E estes, como sabemos, não eram exatamente os

---

<sup>113</sup>TENORIO TRILLO, Mauricio. *Op. cit.*, p. 277.

<sup>114</sup>VASCONCELOS, José. *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana* [1925]. México: Espasa-Calpe, 1977.

<sup>115</sup>Sobre os encontros e desencontros que as diferentes matrizes culturais encontraram no debate político do México revolucionário, consultar BLANCARTE, Roberto. *Cultura e identidad nacional*. México: FCE, 1994. Mais especificamente sobre os embates entre hispanismo e indigenismo no período, o artigo de Ricardo Pérez Montfort na mesma obra, intitulado “Indigenismo, hispanismo y panamericanismo en la cultura popular mexicana de 1920 a 1940”, p. 343-883.

<sup>116</sup>*Brasil Contemporâneo*, “O país dos aztecas”, nº 118, 30/09/1926, p. 7.

temas prediletos da agenda oficial ou da intelectualidade brasileira no período. Disso resultou que, pelo menos até o início dos anos 20, o México e sua revolução não tenham ganhado uma atenção muito detida por parte de nossos intelectuais. De forma sintética, poderíamos afirmar que muito mais o México buscou se projetar do que foi buscado como uma referência por parte dos brasileiros.

Mas mesmo nesse período de, digamos, menor impacto da experiência revolucionária mexicana no Brasil, podemos encontrar algumas positivas respostas brasileiras à propaganda mexicana; uma recepção bastante significativa, na medida em que também aponta para a importância que o tema assumiu nos anos seguintes.

A primeira resposta positiva de brasileiros à propaganda revolucionária mexicana que conseguimos identificar ocorreu em 1919 e surgiu da parte dos universitários da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, por ocasião da presença, na capital brasileira, dos estudantes mexicanos que vieram cursar parte de seus estudos em universidades da América do Sul, como agregados das representações diplomáticas mexicanas nesses países, durante o governo de Carranza. Antes de partirem para os outros países, os universitários mexicanos passaram alguns dias no Rio de Janeiro, onde representaram o México em uma homenagem ao país realizada por parte dos universitários brasileiros. O estudante mexicano Pablo Campos Ortiz, que ficou no Brasil e estudou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, foi tomado na ocasião da homenagem como “representante dos estudantes mexicanos, que ora se acham nesta capital.”<sup>117</sup> A revista da referida Faculdade, *A Época*, veiculou os textos dos discursos que os universitários brasileiros proferiram na ocasião da homenagem ao México e, por meio de sua leitura, é possível identificar uma nova visão que começava a se formar entre a juventude brasileira a respeito do país hispânico da América do Norte, e mais amplamente, da América Latina.

O diretor da revista, naquele momento, era Carlos Sussekind de Mendonça, que cursava então o último ano de Direito e já era uma figura de destaque na imprensa carioca. Durante sua gestão, procurou direcionar *A Época* a uma posição mais crítica e aberta a novas ideias, tarefa que acabou bastante limitada devido à forte presença dos antigos catedráticos no seio da instituição. Estes, pelos estatutos da revista, conservavam uma posição de predomínio, apesar de a direção encontrar-se formalmente nas mãos dos estudantes.<sup>118</sup>

Na ocasião da publicação da homenagem ao México, Sussekind de Mendonça fez uma apresentação direcionada a afirmar as semelhanças históricas entre os países latino-americanos,

---

<sup>117</sup>*A Época*: Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Ano XIV, nº 84 e 85, maio e junho de 1919, s/p.

<sup>118</sup>A revista se tornou uma publicação efetivamente dos alunos somente a partir da fusão das antigas Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade Livre de Direito, em 1921.

incluindo o Brasil, e destacou que o México era, “mais do que qualquer outro país americano”, o que mais “se assemelha[va] a nossa terra e a nossa gente”. Embora essas palavras possam ser lidas como uma simples formalidade, envolvida em um discurso que se dirigia exatamente a um representante mexicano, acreditamos que essa afirmação deve ser lida em conjunto com um outro discurso, proferido na mesma ocasião e também publicado na referida edição da revista, no qual essas similitudes foram mais claramente apontadas. Nesse texto, lido por um outro estudante universitário, podemos ler o seguinte:

Herdeiro do passado de glórias dessa raça [asteca], o mexicano de hoje reflete todos os inexauríveis tesouros morais de seus maiores. Uma teoria que pretende distribuir as raças humanas entre superiores e inferiores [...] uma teoria repudiada pela ciência moderna [...] arrola todos os povos mestiços na pecha de inferiores, ingovernáveis, incapazes. Povos inferiores, [...] somos todos nós, senhores, de um extremo a outro da América latina, pois que somos mestiços. No entanto, [o que essa teoria afirma] [...] não é o que a realidade presente demonstra. Se há na América povos que não progridem [...] há que buscar em causas outras, de ordem social e política a explicação desse fato. Sendo, dentre todos os povos da América, um daqueles em que mais se acentua a proporção de mestiços, é o México um desmentido vivo, uma negação presente a essa celebrada afirmação.<sup>119</sup>

Nesse trecho fica claro que a principal característica atribuída à América Latina pelos jovens universitários brasileiros foi o caráter mestiço de sua população, algo que identificaram como marcante “de um extremo a outro” da região. Entretanto, não deixaram de ressaltar o lugar especial ocupado pelo México nesse panorama, ao considerar que o país era “dentre todos os povos da América, um daqueles em que mais se acentua a proporção de mestiços.” Estaria nesse aspecto a grande semelhança entre México e Brasil vislumbrada pelo diretor da publicação acadêmica brasileira? O fato é que, em finais da década de 1910, os universitários brasileiros interpretaram a Revolução Mexicana como um processo positivo e utilizaram o exemplo do país revolucionário para rebater as velhas teorias racialistas. Esse discurso foi dirigido a estudantes e professores, entre os quais possivelmente encontrava-se o catedrático de Direito Público, prof. Sá Viana, que havia poucos anos publicara, na mesma revista, sua interpretação racialista sobre a Revolução do México; seus artigos ainda abundavam na publicação nesse momento.

Tendo em vista a composição do público, é possível que o tom mais brando e quase vago do texto de Sussekind de Mendonça, ao qual fizemos referência anteriormente, tivesse relação com sua complexa posição de diretor de uma publicação encabeçada por estudantes munidos de novas ideias, mas dominada de fato pelos antigos professores. No ano seguinte, na ocasião da formatura, esse mesmo personagem pronunciou um polêmico discurso intitulado “O que se ensina e o que se aprende nas escolas de Direito do Brasil”, criticando a perspectiva conversadora

---

<sup>119</sup>A *Época*, *op. cit.*, s/p.

e “bacharelista” então predominante nos meios acadêmicos brasileiros.<sup>120</sup> Seu discurso logo foi publicado e ganhou novas edições nos anos seguintes,<sup>121</sup> tornando-se um texto importante na conjuntura de uma crescente mobilização estudantil pela renovação dos métodos e temas das disciplinas, com vistas a um conhecimento mais efetivo do país, ao estudo e solução de seus problemas.<sup>122</sup> A mobilização universitária culminaria no alinhamento esquerdista de vários estudantes e jovens intelectuais – como o próprio Sussekind de Mendonça, que tornou-se um importante intelectual socialista – e no florescimento de publicações acadêmicas independentes, em fins dos anos 20 e inícios dos 30. Nesse novo contexto, como veremos nos capítulos seguintes, o México revolucionário ganhou uma nova acolhida.

O importante a frisar nesse momento é a relevância da iniciativa oficial mexicana, desenvolvida já em fins da década de 10, de fomentar a presença de universitários do país nas academias sul-americanas. Essa estratégia, sem dúvida, contribuiu para que o México e sua revolução ganhassem espaço nos meios universitários sob uma nova ótica, a de uma juventude crítica aos antigos modelos e ansiosa por novos caminhos, mesmo no caso do Brasil, onde a estrutura universitária, ainda em vias de organização, não favorecia o desenvolvimento de um fenômeno reformista tão expressivo como o que ocorria naquele momento em outros países do continente.

Entre a intelectualidade brasileira, um dos primeiros frutos da iniciativa mexicana de fomento à aproximação cultural entre os países latino-americanos pode ser encontrado na inclinação americanista que começou a transparecer na obra do poeta Ronald de Carvalho, em meados dos anos 20. O brasileiro integrou a comitiva oficial brasileira enviada ao México em 1923, como resposta à proposta de intercâmbio intelectual e acadêmico iniciada por aquele país. Na época, Carvalho já trabalhava no Itamaraty, ocupando o cargo de auxiliar de gabinete do jurista Rodrigo Otávio, a quem acompanhou na referida viagem ao país do norte. O jurista brasileiro foi recebido, na Universidade Nacional do México, pelo próprio reitor Antonio Caso, que havia estado no Brasil em missão cultural há apenas dois anos. Antes de deixar o México, Rodrigo Otávio recebeu da Universidade mexicana o título de doutor *honoris causa*. Ronald de Carvalho, por sua vez, foi recebido pelo secretário José Vasconcelos e em sua companhia viajou

---

<sup>120</sup>SUSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos. *O que se ensina e o que se aprende nas escolas de Direito do Brasil*: discurso pronunciado na cerimônia de Colação de Grau dos bacharéis da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1920. 3ª ed. Rio de Janeiro: s/e, 1924.

<sup>121</sup>A obra *Afirmacões acatólicas sobre vários temas*, publicada em 1929 pela Tipografia Benedicto de Souza, apresenta outras edições do autor e informa que o livro de 1920 teve a edição esgotada e outras duas foram realizadas em 1923 e 1924.

<sup>122</sup>Essas críticas começam a aparecer na própria revista *A Época* a partir de meados da década de 20.

por várias partes do país. Antes de retornar ao Brasil, participou de um jantar particular de despedida, que contou com a presença do próprio presidente Obregón.<sup>123</sup>

Essa descrição, tomada da obra de Guillermo Palacios sobre as relações diplomáticas entre México e Brasil, permite constatar o altíssimo nível da recepção oficial que os intelectuais brasileiros receberam em solo mexicano. Permite, também, observar algumas diferenças sutis em relação à presença dos dois brasileiros no México. Enquanto a de Rodrigo Otávio ganhou um perfil muito mais institucional, tendo sido oficialmente direcionada à Universidade, a de Ronald de Carvalho assumiu contornos menos acadêmicos e, ao que tudo indica, esteve bastante vinculada à figura de José Vasconcelos. O secretário de Educação Pública acompanhou pessoalmente o brasileiro em suas viagens pelo país e possivelmente foi quem intermediou o contato do poeta brasileiro com o presidente mexicano. Mas o principal aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção em relação à passagem do poeta brasileiro pelo México é o efeito que esta tão bem ciceroneada visita deixou em sua obra.

Conforme destacou Kátia Gerab Baggio, o México foi “o país que mais inspirou Ronald em seus poemas, epigramas e impressões sobre as Américas” e tornou-se, inclusive, tema de uma obra do autor, *Imagens do México* (que será analisada no capítulo seguinte). Em 1926, pouco tempo depois de conhecer o México pelas mãos de Vasconcelos, o brasileiro publicou uma obra poética intitulada *Toda a América*. Mesmo nesta ode ao continente – abarcado nos versos do poeta, das Antilhas a Nova York, dos Andes à Argentina –, é possível observar, “um predomínio dos poemas dedicados ao México”.<sup>124</sup>

O tema geral da obra é a questão da identidade cultural, o que é ser americano e também suas variações regionais: brasileiro, andino, mexicano, etc. Nesse sentido, apesar de se tratar de um tipo tão específico de discurso – poemas –, que envolve a irredutibilidade estética da expressão poética, essa dimensão não é a priorizada em nossa análise da referida obra, mas sim a relação que se pode verificar entre essa expressão literária e um questionamento intelectual por parte do poeta: suas reflexões sobre o tema da identidade cultural do continente.

Parece-nos pertinente, nesse caso, trabalhar com a noção de “função ancilar” da poesia, com base nas considerações teóricas desenvolvidas por Alfonso Reyes. O poeta mexicano parte

---

<sup>123</sup>Para mais informações sobre a comitiva brasileira enviada ao México em 1923 e a participação de Rodrigo Otávio e Ronald de Carvalho na mesma, consultar respectivamente PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 213; CRESPO, Regina. O México de Rodrigo Otávio e de Cyro dos Anjos: entre as atribuições do funcionário e o olhar do escritor. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 54, set-dez, 2014, p. p.679-704; BAGGIO, Kátia Gerab. Ronald de Carvalho e *Toda a América*: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: LEHA, USP, 2010, p. 143-90, edição eletrônica.

<sup>124</sup>BAGGIO, Kátia Gerab. Ronald de Carvalho e *Toda a América*, *op. cit.*, p. 165-6.



de uma definição ampla da literatura, que abarca tanto a “literatura em pureza”<sup>125</sup> – aquela em que “a expressão esgota em si mesma o objeto”: poesia, romance, drama –, quanto o que denomina de “literatura como serviço ou ancilar”, para ser referir aos casos em que “a expressão literária serve de veículo a um conteúdo e fins não literários”. Essa diferenciação, proposta por Reyes, tem menos o objetivo de explicar os usos político-ideológicos da literatura e muito mais o de destacar sua relação com outras “disciplinas do espírito”. O escritor mexicano chama a atenção para a necessidade de se levar em conta os “elementos ancilares que a literatura em pureza pode trazer consigo” e propõe, para isso, a noção de “função ancilar”, que remete aos “empréstimos” – sejam “temáticos ou reflexivos”, “poéticos [no sentido de estilo] ou semânticos” – que a “literatura em pureza” realiza com outros ramos do saber. A função ancilar, nessa perspectiva, ocorre toda vez que esse a “literatura [em pureza] confront[a] o dado [...] com certa intenção de saber crítico.”<sup>126</sup>

Dessa forma, entendemos que *Toda a América* comporta uma “função ancilar”, na medida em que, nessa obra, a expressão poética se relaciona intimamente a uma reflexão intelectual, portanto crítica, que é a busca por identificar/definir a originalidade cultural do continente. É a partir dessa perspectiva que analisamos os poemas que compõem a ode ao continente realizada por Ronald de Carvalho.

*Toda a América* se inicia com uma “advertência” ao europeu: “tu não sabes o que é ser Americano!”. Enquanto aquele é descrito como “filho da obediência, da economia e do bom senso”, este seria caracterizado pela:

Alegria de inventar, de descobrir, de correr!  
Alegria de criar o caminho com a planta do pé.  
[...]  
Nessa maré de massas informes, onde as raças e as línguas  
se dissolvem,  
o nosso espírito áspero e ingênuo flutua sobre as coisas,  
sobre todas as coisas divinamente rudes, onde bóia a luz selvagem  
do dia americano!<sup>127</sup>

Após situar o americano em contraposição ao europeu, a epopeia continental de Ronald de Carvalho começa – não resulta estranho observar – pelo próprio Brasil. Nosso país, majestosamente inserido na completude americana, é assim evocado nos versos do poeta:

Eu ouço o canto enorme do Brasil!

---

<sup>125</sup>É importante ressaltar que a noção de literatura *em pureza* de Reyes se distancia da ideia de “poesia pura”, que é criticada por ele. Em sua perspectiva, a literatura – de forma geral, incluindo a poesia – “mesmo quando é fantástica [ou seja, aparentemente afastada de toda realidade objetiva], alude necessariamente a realidades, as quais combina à sua maneira”. REYES, Alfonso. *El deslinde*: prolegómenos a la teoría literaria. In: *Obras completas*, XV. México: FCE, 1997, 2ª reimp, p. 47.

<sup>126</sup>REYES, Alfonso. *El deslinde*, *op. cit.*, p. 40-2; 46-7.

<sup>127</sup>CARVALHO, Ronald de. *Toda a América*. São Paulo: s/ed. 3ª ed., 1935, p. 10-11. Essa edição encontra-se disponível no site da Brasiliana digital: <<http://www.brasiliana.usp.br/>> (acesso em 22/03/2013).

[...]  
 Nesta hora de sol puro eu ouço o Brasil.  
 Todas as tuas conversas, pátria morena, correm pelo ar...  
 [...]  
 Mas o que eu ouço, antes de tudo, nesta hora de sol puro  
 [...]  
 É o canto dos teus berços, Brasil, de todos esses teus berços,  
 Onde dorme, com a boca escorrendo leite, moreno, confiante,  
 O homem de amanhã!<sup>128</sup>

Interessante notar, já no início da obra, a ideia de uma América, e dentro dela um Brasil, que são alegres, inventivos e confiantes num futuro grandioso. Esse futuro, por sua vez, seria construído pelo “homem de amanhã”; um homem “moreno”, fruto de uma terra “onde as raças e as línguas se dissolvem”.

Dessa visão ampla de uma América mestiça, que parte do Brasil como exemplo específico, o leitor é levado diretamente a uma seção de poemas curtos, denominados de “cartas”. Espécies de cartões postais – muitos dos quais identificados como tendo sido escritos a bordo de navios, em viagens do autor pelas Antilhas e pela América do Norte; depois pela América do Sul, pelos Andes e a Argentina –, os poemas dessa parte da obra são dedicados a colegas escritores. Felipe D’Oliveira e Ribeiro Couto estão entre os homenageados e o conjunto da seção “cartas” é dedicado ao poeta Guilherme de Almeida. A Mário de Andrade é dedicado o único poema da obra relacionado diretamente aos Estados Unidos, “Broadway”. Nesse poema, cujo local de escrita Ronald remete a Nova York, são perceptíveis o ar cosmopolita e o sentido de movimento, os quais aparecem relacionados metaforicamente à imagem da Broadway, em sua dupla acepção: como espaço físico, o “chão”, da avenida nova-iorquina e também em alusão às representações teatrais que ali se encenam:

Aquele chão carrega todas as imaginações do mundo!  
 Aquele chão carrega  
 isbas da Ucrânia,  
 vinhas de Bordeus,  
 [...]  
 luzes do trópico, luzes do pólo,  
 desertos, civilizações...  
 Aquele chão é paisagem em marcha.  
 Chão que mistura as poeiras do Universo e onde se confundem todos os ritmos do passo humano!  
 Chão épico, chão lírico, chão idealista,  
 chão indiferente de Broadway,  
 largo, chato, prático e simples como este roof liso, suspenso no ar,  
 este roof, onde um saxofone derrama um morno torpor de senzala debaixo do sol.<sup>129</sup>

<sup>128</sup>Idem, p. 12; 14-15.

<sup>129</sup>Idem, p. 22-24.

Essa descrição nos faz antever uma América impessoal, um “chão indiferente de Broadway”, “prático e simples”; um chão frio, poderíamos sintetizar, mas que por fim se vê fertilizado pelo “saxofone”, que “derrama um morno torpor de senzala debaixo do sol.” É evidente aqui a alusão ao *jazz*, grande expressão de música negra, popular e tipicamente estadunidense na época. Na expressão da voz poética, o torpor morno do saxofone dos jazzistas aparece nos últimos versos atuando como uma espécie de recurso humanizador da frieza da Broadway imensa, “onde se con-fundem todos os ritmos do passo humano”. Ali esses ritmos se “con-fundem”, não se fundem, não se misturam, não se tornam “morenos”, como no Brasil, parte de uma América “onde as raças e as línguas se dissolvem.”

Embora seja parte de “toda a América”, a Broadway – representante dos Estados Unidos no poema – aparece, assim, quase completamente (exceto pelo jazz negro) desidentificada da América louvada pelo poeta. Tanto é assim que, depois de deixar a Broadway, seus versos chegam aos Andes e então a voz poética exclama:

Aqui nestes grandes silêncios  
das cordilheiras é que eu te sinto, América!  
Aqui está a tua virgindade cheia de promessas excitantes.  
[...]  
Aqui há a infinita melancolia de uma aurora que vai  
romper,  
[...]  
O teu dia será como um grito que ainda boca nem uma  
gritou,  
[...]  
Que cidade imensa nascerá de todos esses milhões de  
mãos que se agitam em ti?  
Aqui nestas solidões brutas é que eu te sinto, América!  
[...]  
Ah! como será bela a dança do homem livre, que ainda  
esperas,  
a dança do homem livre sobre o teu ventre violado...<sup>130</sup>

Há vários fios que unem essa descrição dos Andes à imagem inicial do Brasil e da América. O continente imaginado como prenhe de um futuro majestoso e de “homens do amanhã” passa a ser representado, então, em sua expressão andina de “promessas excitantes”, de “uma autora que vai romper”; da novidade de “um grito que ainda boca nem uma gritou”, de uma “bela dança do homem livre”. No futuro, esse homem, ainda esperado, dançará sobre o “ventre violado” da América. Esta América, sim, é idêntica ao Brasil, como sinaliza outro poema

---

<sup>130</sup>Idem, p. 27-29.

dedicado à parte andina do continente e que começa com o seguinte verso: “Naquela noite de Los Andes eu amei como nunca o Brasil”. Neste poema, a identificação Andes–Brasil é estabelecida a partir de uma relação sensível que conecta “o murmúrio de um córrego tranquilo, escorregando como lagarto pela terra molhada” a “um cheiro de varanda carioca”.<sup>131</sup>

Por último, como a mais ampla expressão da América no conjunto da obra, contando com nove poemas: o México. Os títulos dos poemas dedicados ao país começam por “Fronteira do Rio Grande” e perpassam diferentes localidades mexicanas, como “Xochimilco”, “Cholula”, “Puebla”, “Querétaro”, “Guadalajara” e “México DF”, entre outras. A seção mexicana da obra é intitulada “Jornal dos Planaltos” e oferecida ao poeta mexicano Carlos Pellicer. Todos os poemas dedicados ao México são datados pelo poeta brasileiro entre os meses de julho e agosto de 1923, período em que esteve no país pela missão oficial brasileira de intercâmbio cultural com o México. Os nomes dos escritores e artistas aos quais dedica esses poemas evocam claramente o círculo intelectual reunido em torno de Vasconcelos no período: o pintor Diego Rivera, quem possivelmente Ronald de Carvalho conheceu no México, além de algumas das mais reconhecidas personalidades que haviam participado da comitiva mexicana enviada ao Brasil em 1922, como o próprio Pellicer e o pintor Roberto Montenegro.

Os poemas mexicanos de Ronald de Carvalho são curtos, trazem expressões sucintas e precisas de visões e sentimentos evocados por cada uma das localidades que visitou no México. Na fronteira do Rio Grande: “fervura de areias”, “homens por trás de todos os silêncios”; “fogo de sarapes, México!”. Em Cholula: “altura que ufana o céu”, o “riso” da “índia mexicana” com “sabor das ervas livres do planalto”. Sobre Puebla: “teu perfil primitivo é um pássaro que vai voar!”; “a noite é um azulejo de Puebla.” A cidade de Guadalajara “é toda uma dança” e “meus pensamentos dançam em ti”. Em Querétaro: “Igrejas, capelas, átrios partidos, catedrais”; “em todas as janelas ‘Viva Cristo Rey!’”. E na capital mexicana:

A índia que passa todas as manhãs, sob minha janela,  
a índia da Avenida Juárez,  
como é feliz!  
[...]  
Índia da avenida Juárez, toda florida de ritmos,  
tu és o México, ou Deus não existe!<sup>132</sup>

As imagens evocadas pelas descrições do México são alegres e exuberantes. Mas o que mais chama a atenção nesses versos mexicanos é o fato de que os tempos verbais usados para descrever as localidades do país se diferenciam bastante daqueles usados para tratar do Brasil e

---

<sup>131</sup>Idem, p. 30.

<sup>132</sup>Idem, p. 36-43.

dos Andes. Os verbos que designam as paisagens humanas e naturais mexicanas estão quase sempre no presente: o México é, sua identidade é designada no presente, ao contrário dos casos brasileiro e andino em que, como vimos, o verbo “ser” aparece predominantemente no futuro. A noção subentendida nesse olhar dialoga com a questão da identidade que perpassa a obra em seu conjunto. Nessa busca pela definição de uma identidade cultural traçada pela voz poética em *Toda a América*, o México parece já ter se encontrado. Para o México são possíveis definições exatas e precisas, enquanto o restante da América ainda espera para o futuro a realização do sentido do seu ser, um ser que a voz poética vislumbra como “moreno”, ou seja, mestiço; um ser que já parece despontar, mas que ainda “dorme”.

Essa percepção da identidade do México como algo definido no presente – e não simplesmente a promessa de um futuro promissor, como no poema que aborda o Brasil – certamente se relacionava ao processo de reconfiguração da identidade nacional mexicana que se desenvolvia no bojo das transformações decorrentes da Revolução. Exatamente quando o poeta brasileiro visitou o México, em inícios dos anos 20, o país vivenciava a ascensão de uma nova identificação nacional de contornos populares e atrelada ao ideal de mestiçagem, que passava a ser oficialmente assumida como a identidade/originalidade mexicana.

E é justamente essa visão presente e exata do México que leva ao fechamento da obra. O livro se encerra com o poema que lhe dá título, “Toda a América”, e que é dedicado a Renato Almeida. Como que numa visão panorâmica lançada desde as alturas, a voz poética assim se volta para o continente:

Do alto dos Andes, América,  
do alto das sierras mexicanas,  
[...]  
eu te vejo deitada e intacta,  
[...]  
Em ti está a multiplicidade criadora do milagre,  
[...]  
América livre do terror!  
América voltada para o futuro como um botão que espera  
a flor e o fruto,  
[...]  
América violenta do cavalo selvagem do caudilho, do punhal  
dos generais, da fogueira, dos linchamentos, dos im-  
peradores banidos, dos Presidentes degolados,  
[...]  
Eu vivo todas as tuas indisciplinas, a tua cultura e a tua  
barbárie, as tuas pirâmides e os teus arranha-céus, as  
tuas pedras de sacrifício e os teus calendários, os teus  
pronunciamentos e a tua boa fé puritana,

[...].<sup>133</sup>

Nesses versos, a América, em sua plenitude, volta a definir-se em contraposição à Europa, é a “América livre do terror”, numa alusão indireta à Grande Guerra europeia. É uma América inteira, “toda a América”, que inclui sua parte “puritana”. Mas é, também, fundamentalmente uma América indígena e mestiça, pois é contemplada e poeticamente louvada a partir daquilo que se identifica como o mais alto, mais elevado, não simplesmente no sentido geográfico: os Andes e as serras mexicanas; a Laguna del Inca e as regiões mesoamericanas de Orizaba e Xochimilco. É, ainda, o lugar de esperança no que virá (uma nova civilização?); uma “América voltada para o futuro”, que já contém seus elementos, mas que ainda está por realizá-lo, à maneira de “um botão que espera a flor e o fruto”.

Essa mesma metáfora do botão pode ser usada para caracterizar o lugar ocupado por *Toda América* em relação ao desenvolvimento de uma sensibilidade americanista no seio da intelectualidade brasileira. A ode americanista de Ronald de Carvalho aponta para uma série de elementos – valorização da cultura autóctone a partir de um elogio da mestiçagem, identificação do americano ao pacifismo, vislumbre da América como civilização futura – que, cerca de uma década depois, já sistematizados, encontrariam expressão na ideia do “homem cordial”, proposta por Ribeiro Couto precisamente em uma carta ao então embaixador do México no Brasil, Alfonso Reyes. Esse assunto será abordado mais à frente, e veremos como a consolidação dessa sensibilidade americanista no Brasil nos anos 30 esteve relacionada à atuação de Reyes como representante diplomático mexicano.

Em meados da década de 20, quando foi publicada *Toda América* de Ronald de Carvalho, convém observar que os elementos americanistas por ele vislumbrados ainda estavam em germinação no Brasil, mas já se encontravam fortemente amalgamados em outras partes do continente e sustentavam uma forte identificação latino-americanista. Dentro dessa identidade continental, o “México mestiço” e sua revolução ocupavam lugar privilegiado, ao evocarem a capacidade criativa – “original”, “autóctone”, “indo-americana” – do continente.<sup>134</sup>

Nessa época, enquanto a maior parte das elites culturais brasileiras permanecia bastante distanciada desse ideal americanista, Ronald de Carvalho viajou ao México e o conheceu pelas mãos de Vasconcelos. Conheceu, no mesmo período, boa parte do continente americano, mas o lugar do México em sua obra aponta para o impacto que este país exerceu em seu autodescobrimento como americano. *Toda a América* é escrita como uma espécie de visão extasiada resultante de uma tomada de consciência identitária. A obra é publicada pouco tempo

---

<sup>133</sup>Idem, p. 45-47.

<sup>134</sup>A respeito desse tema, consultar o item “Definiciones sobre la revolución”, na Segunda Parte de FUNES, Patricia. *Salvar la nación, op. cit.*, p. 369-79.

depois de sua passagem pelo México e, certamente, sob a influência do processo ali observado de constituição de uma identidade nacional/continental na esteira das transformações políticas, sociais e mentais impostas pela Revolução.

A identificação cultural de parte da intelectualidade brasileira ao continente, o que se anunciava em Ronald de Carvalho, já era uma conquista significativa para a estratégia de projeção continental do México, pois essa se baseava, como mostramos anteriormente, na liderança mexicana sobre o fomento da solidariedade latino-americana. O desenvolvimento de uma autoconsciência dos brasileiros como americanos, que já é possível entrever em *Toda a América*, foi aprofundado ao longo dos anos 20 e, de fato, o México revolucionário cumpriu um papel nesse processo. É o que veremos no capítulo seguinte.

## Capítulo 3

### **Leituras e apropriações da Revolução Mexicana no Brasil dos anos 20: a presença diplomática do México e as discussões sobre o seu processo revolucionário em meio aos debates brasileiros sobre revolução, “questão religiosa”, latino-americanismo e anti-imperialismo**

O proletariado mexicano oferece, na América, um exemplo que nos demais países deveria servir de ensinamento. [...] Mirem-se nesse espelho os trabalhadores do Brasil.

(*Vanguarda*, 1926)

Teremos a reprodução dos acontecimentos do México onde a Igreja não estiver poderosamente mantida por uma organização social completa, segura e eficiente.

(*A Ordem*, 1926)

#### **3.1. O Brasil dentro da proposta mexicana de solidariedade continental**

Em diversos momentos nos capítulos anteriores tornou-se patente a questão da ambígua relação identitária do Brasil no continente americano. Como tem sido mostrado pela historiografia brasileira que se dedica ao tema, as relações de nosso país com a América Hispânica historicamente foram (em grande medida, ainda são) marcadas por um distanciamento, que remonta ao clima de desconfiança mútua existente durante o século XIX entre o Brasil monárquico e seus vizinhos republicanos. As difíceis relações diplomáticas naquele contexto se refletiram fortemente no âmbito político-cultural, marcando de uma maneira decisiva a produção intelectual brasileira a respeito da “outra América”.<sup>1</sup>

Mas o ponto crucial da questão encontra-se no fato de que a visão de um Brasil distinto cultural, histórica e politicamente de seus vizinhos hispano-americanos, construída durante o Império, não foi substancialmente alterada após a instauração do regime republicano. Maria Ligia Prado expressa muito bem essa situação ao afirmar que diversos autores brasileiros, durante o século XIX, “elaboraram um discurso original – recheado de ideias, imagens e símbolos – que fundou uma interpretação brasileira sobre o mundo hispano-americano” e que “a

---

<sup>1</sup>Entre os trabalhos historiográficos brasileiros que abordam o tema das relações entre o Brasil e a Hispano-América, destacam-se: BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América. Op. cit.*; PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*. São Paulo – Departamento de História – FFLCH – USP: Humanitas, 2001, n° 145, p. 128-149; CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC. 2000, p. 287-316.



repetição continuada dos mesmos argumentos contribuiu para a constituição de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América, dissociando-a, separando-a do Brasil”. O advento da República, no entanto, “não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica, pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas.”<sup>2</sup>

Obviamente, a consideração dessa posição identitária do Brasil no continente como algo *sui generis* só faz sentido em contraste com o histórico de propostas, projetos e movimentos de integração continental que foram articulados pelos hispano-americanos desde Bolívar e os movimentos de Independência. Mas justamente por ser incontestável a desconexão de nosso país em relação aos projetos integracionistas latino-americanos, pensar esse assunto a partir da “situação brasileira” guarda alguns riscos. O primeiro deles é o de exageramos o sentido de identidade comum entre os próprios hispano-americanos como algo fixo e perene através da história. Outro risco que corremos é o de nos esquecermos de que, em geral, tampouco nossos vizinhos de continente pleitearam a inclusão do Brasil na identidade latino-americana.<sup>3</sup>

O tema da integração intelectual latino-americana entre fins do século XIX e inícios do XX também tem merecido a atenção de hispano-americanos, particularmente da área dos estudos literários, inclusive no que diz respeito à relação com o Brasil. Partindo de uma perspectiva que privilegia os “fenômenos de religação”,<sup>4</sup> a ensaísta e crítica literária argentina Susana Zanetti identificou no Modernismo hispano-americano – enquanto movimento literário inserido no contexto da modernização socioeconômica – um importante instrumento de aproximação continental. Por um lado, o movimento contou com o protagonismo de certas figuras (como Rubén Darío e José Martí) que viveram fora de seus países de origem e, a partir de centros como Paris e Nova York, estabeleceram contatos com outros escritores latino-americanos e

---

<sup>2</sup>Idem, p. 128-49.

<sup>3</sup>A história do latino-americanismo é bastante ilustrativa a esse respeito. Uma identidade latino-americana começou a ser articulada por intelectuais hispano-americanos em meados do século XIX, em contraposição ao perigo expansionista decorrente do “destino manifesto” estadunidense, e foi reforçada em fins daquele século em resposta à proposta pan-americanista. Durante esse período, o Brasil monárquico (que ainda o era quando da convocação estadunidense para a Conferência Internacional Americana em 1889) não foi incluído na identidade latino-americana, a qual, na realidade, equivalia basicamente a uma identificação hispano-americana. Mesmo depois da entrada do Brasil no rol das nações republicanas do continente, o latino-americanismo – esgrimido contra o pan-americanismo e expresso de maneira mais latente nas Conferências Pan-Americanas –, em geral, não incluiu o Brasil. Sobre o desenvolvimento histórico do latino-americanismo em contraposição ao pan-americanismo, consultar ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo, *op. cit.* Sobre o desenvolvimento da identidade latino-americana durante as Conferências Pan-Americanas, consultar DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928). Identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>4</sup>Como descreve Zanetti, a análise das experiências literárias e culturais a partir dos fenômenos de religação tem como base a identificação de “laços efetivos condensados de modos muito diversos ao longo da história, para além das fronteiras nacionais”, privilegiando o estudo de lugares, textos e figuras do mundo literário/intelectual em sua atuação como “agentes de integração.” Cf. ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1994, v. 3, p. 489.

fomentaram “o espírito de confraria que caracteriza o movimento”. Por outro lado, o próprio caráter internacional do Modernismo fez com que “os letrados encarassem sua experiência singular e nacional [...] a partir de uma dimensão mais ampla [...] que começa[va] a reconhecer modelos próprios”, ao se configurar como um “movimento generalizado e hegemônico em toda a Hispano-América e com importante incidência na Espanha”. Como destaca a autora, “as ideias de unidade” geradas nesse contexto se fortaleceram frente à ameaça estadunidense, particularmente a partir da Guerra de 1898,<sup>5</sup> o que explica que tenham se expressado a partir de uma “perspectiva hispano-americana” – em grande medida inclusiva em relação à Espanha – muito mais do que latino-americana: nesse momento, “os vínculos com o Brasil ainda [eram] escassos e não se vislumbra[va] um pertencimento comum em relação ao Caribe não hispanófono.”<sup>6</sup>

Sem dúvida, a “particular aptidão religadora dos modernistas”, como denominou Zanetti, conseguiu estimular o conhecimento mútuo e a identificação cultural continental por meio de diversos elementos, como a troca de correspondências e obras, a publicação de revistas e a convivência intelectual em meios como as próprias redações dos periódicos e os cafés, entre outros.<sup>7</sup> Mas essa aproximação, fruto de ações individuais de personalidades do mundo literário, não se traduziu em mecanismos de integração mais duráveis e acabou não sendo capaz de vencer a predominante “fragmentação continental”. Nesse sentido, chama a atenção que justamente uma iniciativa brasileira, a já citada *Revista Americana* (1909-1919), tenha sido identificada pelo pesquisador argentino Álvaro Fernández Bravo como a criadora de “um espaço editorial inédito até o momento”, através do qual se procurou combater a desintegração continental por meio de “um discurso de unidade”.<sup>8</sup>

Evidentemente a *Revista Americana* não foi a primeira publicação a propor o estreitamento de laços intelectuais no continente. Como já apontamos, com base nas considerações de Susana Zanetti, as revistas modernistas cumpriram um importante papel nesse

---

<sup>5</sup>Trata-se da guerra iniciada, em 1895, como movimento de independência de Cuba contra a colonização espanhola e que contou com a participação dos Estados Unidos, a partir de 1898, contra a metrópole europeia. O saldo da guerra foi o estabelecimento de protetorados estadunidenses em Porto Rico, nas Filipinas e na ilha de Guam, seguido da implantação de uma emenda à Constituição de Cuba (a Emenda Platt, de 1901), que garantia a ingerência estadunidense no país após sua independência em relação à Espanha. Por tudo isso, a guerra é considerada como um momento chave na história do expansionismo norte-americano, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento de uma identificação hispano-americana, já não em contraposição à Europa, como havia sido no período das Independências, mas favorável a uma aproximação com a própria Espanha. A respeito da importância histórica da Guerra de 1898 para os debates em torno da identidade hispano-americana nos dois lados do Atlântico, consultar CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América. *História*, UNESP, vol. 22, nº 2, 2003, p. 35-58.

<sup>6</sup>ZANETTI, Susana. *Op. cit.*, p. 490.

<sup>7</sup>Idem, p. 489-90.

<sup>8</sup>FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Utopías americanas: la posición de la *Revista Americana*. In: ALONSO, Paula (coord.). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina (1820-1920)*, p. 322.

sentido. O ineditismo destacado por Fernández Bravo se relaciona com o fato de a publicação brasileira ter sido idealizada no âmbito diplomático e mantida como um empreendimento intimamente ligado ao Itamaraty, o que permite identificar tal proposta de integração intelectual como uma política oficial. O autor chega a enfatizar a seguinte contradição, ao refletir sobre o papel representado pelo periódico brasileiro para a aproximação intelectual continental: se a publicação da revista no Brasil permitiu “uma melhor circulação e conhecimento das grandes ideias geradas na Hispano-América dentro do mundo brasileiro”, “não há rastros de um processo inverso como consequência da publicação da *Revista Americana* na Hispano-América”.<sup>9</sup>

A análise de Fernández Bravo nos coloca diante de uma questão importante a ser levada em conta no estudo dos projetos de aproximação cultural latino-americanos, que é a sua relação com as políticas externas oficiais desses países.<sup>10</sup> Embora as propostas de integração do continente já possuíssem um histórico considerável, no início do século XX não se podia observar um comprometimento estatal, traduzido em ações oficiais de política externa, com o objetivo de fomentar a integração latino-americana.<sup>11</sup> É justamente nesse panorama que se destaca a atuação continental exercida pelo México a partir da Revolução, a qual conseguiu exceder, em muito, a simples retórica de união continental.

Como já abordamos no capítulo anterior, uma política oficial de aproximação cultural com o restante da América Latina foi delineada pela vertente constitucionalista desde a sua ascensão dentro do movimento revolucionário mexicano. Essa posição continental, conforme observou Pablo Yankelevich, “aparece como resultado de um ato defensivo frente a uma política estadunidense que questionou a legitimidade do processo revolucionário”. Foi “em oposição às pretensões e pressões estadunidenses [que] o México se projetou em direção à América Latina.”<sup>12</sup> Dessa forma, na esteira da Revolução, a política externa mexicana no continente passou a se orientar por “propostas de corte ‘indo-americano’ [no sentido de valorização de uma identidade considerada autóctone, não necessariamente indígena], levantadas em aberto desafio

---

<sup>9</sup>Idem, p. 337.

<sup>10</sup>No caso do Brasil, como bem sabemos, a proposta de aproximação continental representada pela *Revista Americana* não se traduziu numa política mais sistemática ou duradoura. Mesmo esse projeto editorial viu-se duramente impactado pela morte do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores sob cuja influência a revista começou a ser editada. A publicação chegou a ser interrompida por cerca de dois anos, entre 1913 e 1915. Cf. CASTRO, Fernando Vale. *Op. cit.*, p. 50; BAGGIO, Kátia Gerab. *A Revista Americana, op. cit.*

<sup>11</sup>Vale mencionar, por exemplo, a posição da Argentina, que atuava como articuladora de uma identidade latino-americana em espaços oficiais, como as Conferências Pan-Americanas. Entretanto, essa atuação pontual, destinada a combater as pretensões estadunidenses no seio das Conferências, não se traduzia em políticas mais sistemáticas fora desses esparsos eventos diplomáticos. Sobre as especificidades da atuação da Argentina em prol da identidade latino-americana nas Conferências, consultar DULCI, Tereza Maria Spyer. *Op.cit.*, especialmente o subcapítulo “A identidade latino-americana.”

<sup>12</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes, op. cit.*, p. 373.

ao pan-americanismo reinante”.<sup>13</sup> Como mostramos no capítulo anterior, essa posição ganhou um explícito caráter oficial, em fins dos anos 10, com a Doutrina Carranza.

O principal aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção sobre a política de aproximação continental empunhada pelo México revolucionário, é que esta, desde o início, incluiu o Brasil. Desde 1916, quando a presença de Isidro Fabela iniciou as articulações diplomáticas dos constitucionalistas na América do Sul, nosso país foi concebido como um dos alvos das iniciativas mexicanas de aproximação cultural, como nos casos já abordados do envio de estudantes mexicanos por meio de intercâmbios acadêmicos e de intelectuais mexicanos em missões culturais oficiais. A inclusão efetiva do Brasil nas políticas oficiais mexicanas em prol da aproximação continental expressa uma percepção identitária mais ampla que a histórica identidade hispano-americana, que, aliás, viu-se bastante fortalecida nos anos 20 pelo movimento de Reforma Universitária.<sup>14</sup>

Tendo se iniciado na Argentina, em 1918, já com uma perspectiva “americanista”, o movimento ganhou uma ampla expressão nos países hispano-americanos, numa época em que o apelo “indo-americano” encontrava uma boa acolhida, pois o vislumbre pela cultura ocidental – esmaecido em decorrência da Grande Guerra – cedia espaço para a busca de expressões culturais e sociais próprias do continente. Dentro desse quadro, a política oficial mexicana encontrou um terreno fértil para projetar a Revolução como parâmetro de desenvolvimento autóctone e exemplo de luta anti-imperialista, transformando o México em um eixo fundamental na articulação de projetos de solidariedade continental.<sup>15</sup>

O novo ímpeto integrador, decorrente do reformismo universitário, foi estimulado e habilmente utilizado pelo México para consolidar sua presença no continente. Mas essa “hora americana” era, em princípio, apenas mais um exemplo das anteriores propostas de integração: basicamente hispano-americana, com pouca ressonância sobre o Brasil. No entanto, é possível identificar uma ação mexicana com vistas a ampliar o espectro da identificação cultural

---

<sup>13</sup>Idem, 86.

<sup>14</sup>Para uma análise do movimento de Reforma Universitária, seu caráter continental e suas variadas expressões nacionais, consultar o trabalho de Juan Carlos Portantiero, *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo XXI, 1978. A respeito do movimento na Argentina, consultar também BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros? La Reforma Universitaria de 1918*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

<sup>15</sup>Um dos exemplos mais ilustrativos do lugar ocupado pelo México revolucionário na articulação da solidariedade continental, a partir do movimento reformista, pode ser observado na estreita relação estabelecida com a APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana), fundada na Cidade do México, em 1924 – no espaço nada casual do Anfiteatro Simón Bolívar da Escola Nacional Preparatória –, durante o exílio de seu fundador, Victor Raúl Haya de la Torre. A acolhida dispensada ao líder peruano (que chegou a trabalhar como secretário particular de Vasconcelos) não foi um caso isolado, visto que nos anos 30 o México continuou sendo um destino fundamental para o exílio aprista, tendo funcionado como um eixo a partir do qual o movimento pode ser organizado e mantido após a perseguição perpetrada contra suas lideranças. A respeito desse tema, consultar MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio, op. cit.*

continental – favorecida pelo reformismo universitário – para além do sentido estritamente hispano-americano. É o que se verifica explicitamente em um histórico discurso proferido por José Vasconcelos no epicentro do movimento reformista, a Universidade de Córdoba, quando de sua passagem pela América do Sul, em finais de 1922.

“Orientações do pensamento no México” foi o título dado por Vasconcelos ao discurso e o “lugar de fala” por ele assumido na ocasião é facilmente identificável ao papel de “Maestro da América” que lhe era conferido pela juventude reformista hispano-americana. O mexicano falou ao público, formado principalmente por essa juventude, sob a forma de um conselho, uma advertência ou “recomendação” (palavra usada por ele), a respeito do caminho que o movimento reformista deveria trilhar. Tratava-se, inegavelmente, de um “lugar de fala” que pressupunha uma trajetória admirada, uma experiência reconhecida como inspiradora e digna de ser conhecida e seguida pelos demais. Muito além de uma personalidade individual, o “maestro Vasconcelos” era o Secretário de Educação do México e precisamente sua obra educativa de caráter oficial (e a propaganda dessa obra no continente) era o elemento que conferia legitimidade à sua fala. Ao discursar, portanto, como secretário mexicano, Vasconcelos direcionou sua fala em dois sentidos principais e inter-relacionados: firmar o lugar do México revolucionário – particularmente sua obra educativa/cultural, identificada com um amplo processo de renovação mental – como o grande modelo de transformação para o continente; e impulsionar a solidariedade ibero-americana como elemento indispensável para que uma verdadeira mudança social se consolidasse em dimensões continentais.

A palavra chave do discurso de Vasconcelos na ocasião foi “nacionalismo” e seu foco o de defender a identificação cultural ibero-americana como um tipo específico de nacionalismo, como a tradução histórica e continental do sentido positivo do conceito: a defesa do nacional em relação às imposições externas. Um nacionalismo anti-imperialista, portanto, mas cujo raio de ação não se limitava à ingerência externa econômica ou política, mas correspondia primeiramente à valorização da cultura nacional frente às imposições mentais vindas de fora. Na visão exposta pelo mexicano, esse nacionalismo menos particularista (que ele opôs ao que criticou como “nacionalismo exagerado” e “patriotismo mórbido”) seria a melhor expressão político-cultural da realidade continental, visto que, em sua concepção, histórica e culturalmente havia menos diferenças que semelhanças entre as nações ibero-americanas e, fundamentalmente, porque o elemento “externo” em face do qual essas nações deviam se impor era o mesmo: a cultura Ocidental encarnada no modelo civilizacional europeu. Mas, como ele próprio observou: “ao dizer Europa incluo os Estados Unidos, falo de tudo o que não é a raça ibero-americana.”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>VASCONCELOS, José. *Orientaciones del pensamiento en México*: conferencia dada en el salón de actos de la Universidad. Córdoba: Ed. gráf. A. Biffignandi, 1922, p. 28-9.

Como bem sabemos, todas essas ideias foram mais sistematicamente expressas por Vasconcelos poucos anos depois em sua obra *Raça Cósmica*. Mas antes mesmo da publicação do livro – cuja edição original data de 1925 –, o discurso que proferiu oralmente na Universidade de Córdoba, em 1922, já foi capaz de operar alguns atos discursivos importantes: firmar a ideia de ibero-americanismo (em sobreposição à identidade hispano-americana) como base para a formação de uma “comunidade imaginária” continental, que passava a incluir deliberadamente o Brasil; e estabelecer a Revolução Mexicana como evento fundador de um amplo processo de renovação que possibilitaria a transformação mental do continente e consolidaria esse novo “nacionalismo”. A retórica empregada no discurso estabelece uma hierarquia entre presente e futuro, através da qual o México revolucionário aparece como o único agente capaz de “indicar o caminho” porque, por meio da Revolução, já teria conseguido alcançar tal ideal nacionalista:

Nós [mexicanos] fomos saindo da [...] vassalagem europeia em que têm vivido estes povos [latino-americanos] durante cem anos e temos criado todas as nossas organizações, escolas e manifestações do pensamento com uma independência bastante marcada das direções que antes nos impunham o estrangeiro. [...] Isso não quer dizer que eu acredite que nós já tenhamos elementos [suficientes] para desenvolver uma civilização própria. [...] O que eu defendo é que já é necessário que, em matéria de pensamento, aprendamos a pensar sem levar em conta a opinião estrangeira e o livro que acaba de chegar das prensas da Europa; e no México, pelo menos, isso já se tem verificado de uma maneira completa.<sup>17</sup>

Na sequência de sua fala, Vasconcelos opera a articulação das duas ideias que apontamos como essenciais do discurso, ao abordar explicitamente a inclusão do Brasil como parte essencial do processo continental de “emancipação espiritual”:

Devo destacar que no Brasil me deparei com uma tendência idêntica [...]; e tenho entendido que na Argentina já se define uma forte corrente nesse sentido, do desejo de sacudir o jugo literário e o jugo filosófico dos países mais avançados e de começar, diremos, uma vida que, ainda que mais modesta, seja própria e nacional, mas não nacional exclusiva da Argentina ou do México, e sim no sentido mais amplo, nacional hispano-americana ou ibero-americana, para deixar compreendidos nessa tendência os brasileiros que forçosamente têm que trabalhar conosco neste movimento e que, por sorte, estão muito desejosos de fazê-lo.<sup>18</sup>

Quando proferiu esse discurso, o ministro Vasconcelos acabava de voltar do Brasil, onde havia participado das comemorações oficiais do centenário da Independência brasileira. Mais do que um simples instrumento retórico, o que expressou sobre a “tendência”, o “desejo” dos brasileiros de participarem da obra de “emancipação mental” continental pode ter sido fruto da relativa receptividade (existente, embora não predominante) entre os brasileiros de seu discurso

---

<sup>17</sup>Idem, p. 29-30.

<sup>18</sup>Idem, p. 30.

integrador. Mas, é preciso não perder de vista que, muito mais que expressar uma realidade já existente, suas palavras tinham a clara intenção de iniciar um projeto de união continental no qual se pretendia incluir efetivamente o Brasil. Em relação a essa proposta, há que se destacar dois fatos importantes que se seguiram ao pronunciamento oral do discurso.

Um deles é que as palavras de Vasconcelos ganharam rapidamente uma versão impressa, editada pela Universidade de Córdoba no mesmo ano de 1922, o que aponta para a intenção de difusão imediata do mesmo para um público mais amplo do que aquele que pôde ouvi-lo pessoalmente. Essa versão impressa foi enviada para o Brasil, mais especificamente para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o que certamente favorecia a divulgação da proposta de integração continental exposta por Vasconcelos entre a intelectualidade brasileira.<sup>19</sup> Outro ponto importante é que as palavras proferidas pelo mexicano – que favoreciam a assimilação do Brasil nos projetos integracionistas –, ao serem dirigidas a um público identificado com o movimento reformista e seu caráter continental, puderam ultrapassar o simples discurso e encontrar uma expressão histórica concreta.

Houve, de fato, a integração brasileira numa rede intelectual tecida em torno da Unión Latino Americana, que se consolidou como um dos mais representativos projetos de cunho latino-americanista surgidos na esteira do movimento reformista na Argentina, e que guarda uma intrínseca conexão com a presença de Vasconcelos em 1922. A associação argentina surgiu a partir da formação de um grupo intelectual em torno da publicação do boletim *Renovación*, cuja “origem simbólica” remonta ao discurso de José Ingenieros intitulado “Pela União Latino Americana”,<sup>20</sup> proferido em evidente resposta às palavras pronunciadas por Vasconcelos na Universidade de Córdoba.<sup>21</sup> Menos de uma semana depois do discurso do mexicano, Ingenieros realizou o seu próprio, que se iniciava e terminava com referências ao México revolucionário.

A primeira parte do discurso do argentino é intitulada “A renovação mexicana”, na qual Ingenieros se refere à “grande renovação política, ideológica e social” iniciada no México como um amplo processo histórico que ainda se encontrava em desenvolvimento, mas já havia transformado o país em um “vasto laboratório social” que produzia “ensinamentos” para o “desenvolvimento futuro” dos países latino-americanos. Do ponto de vista do argentino, um dos principais “ensinamentos” propiciados pela experiência mexicana era a luta contra o pan-

---

<sup>19</sup>Incluimos a edição desse discurso de Vasconcelos na lista de publicações oficiais mexicanas, localizadas no acervo da Biblioteca Nacional. Apesar de editado pela Universidade de Córdoba, consideramos que tanto o caráter oficial (enquanto um discurso proferido pelo secretário de Educação Pública do México) quanto a difusão imediata no Brasil nos permitem associá-lo à estratégia oficial mexicana no cenário brasileiro.

<sup>20</sup>Idem, p. 39.

<sup>21</sup>O discurso de Ingenieros, proferido como parte do “banquete dos escritores argentinos em homenagem a José Vasconcelos”, foi originalmente publicado, em 1922, por L. J. Rosso y Cia. Impresores de Buenos Aires. Essa edição foi disponibilizada pela Universidade de Toronto, através da Open Library: <<https://archive.org/stream/porlauninlatin00inge#page/n3/mode/2up>> (acesso em 13/10/2014).

americanismo, que era também o foco de sua própria perspectiva integracionista. Após criticar a proposta estadunidense e a subserviência dos governos latino-americanos em relação à mesma, Ingenieros propôs como única forma de vencer o jugo “imperialista” no continente uma “união latino americana”, forjada pelas “forças morais”, identificadas aos intelectuais e à juventude universitária.<sup>22</sup>

Nesse mesmo discurso, Ingenieros propôs a fundação de uma organização em prol da “propaganda dessas ideias” de integração continental com representação “em todos os países e cidades” latino-americanos. Afirmou “não ignorar” a dificuldade prática envolvida em tal proposta e, ao contrário de sugerir o protagonismo argentino frente à mesma, indicou que “a iniciativa deveria partir [...] dos países de maior influência americana”: “México, Cuba e América Central”. Apesar de mencionar a proeminência de países do que poderíamos chamar de uma zona caribenha – envolvendo Antilhas, América Central e o próprio México – como sendo a “mais interessada” na proposta de um latino-americanismo defensivo em relação ao pan-americanismo, é bastante evidente que Ingenieros direcionava principalmente ao México revolucionário a legitimidade desse protagonismo. Após iniciar o discurso abordando exatamente a experiência revolucionária mexicana e seus “ensinamentos”, o argentino encerrou suas palavras voltando-se para o “amigo Vasconcelos” com a seguinte afirmação (praticamente um convite): “se um pensamento de tal índole chegar a ser formulado no México, [...] encontrará eco em nosso país.”<sup>23</sup>

Esse panorama permite vislumbrar a importância da atuação de Vasconcelos na América do Sul, uma ação oficial, insistimos, desempenhada como secretário mexicano e absolutamente acorde com o projeto mais amplo da política externa de seu país para o continente naquele momento. O discurso proferido na Universidade de Córdoba em 1922, como parte das relações intelectuais tecidas pelo mexicano no sul do continente, aparece, assim, como um elemento importante para marcar a presença do México revolucionário enquanto articulador de uma solidariedade continental – que ganhava impulso com o projeto de união latino-americana encabeçado por Ingenieros – firmada sobre uma identificação ibero ou latino-americana, que passava a incluir o Brasil.

Prova disso foi a inclusão de brasileiros – como Rui Barbosa, Monteiro Lobato e o professor Bruno Lobo –, desde o início, como “referentes” ou “participantes indiretos” – por meio de citações, referências ou alusões – da “rede intelectual” de caráter latino-americano tecida

---

<sup>22</sup>INGENIEROS, José. Por la Unión Latino Americana. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia. Impresores, 1922, p. 3-6; 8.

<sup>23</sup>Idem, p. 13.



em torno do boletim *Renovación*.<sup>24</sup> Posteriormente, após o multifacetamento da Unión Latino Americana em novas organizações baseadas no projeto de aliança continental, o Brasil esteve diretamente representado pela figura de Oscar Tenório. Universitário e líder estudantil na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o brasileiro participou da criação da Alianza Continental, fundada em Buenos Aires em 1927, ligada ao grupo *Renovación* e, em 1928, tornou-se “representante” da publicação argentina no Brasil.<sup>25</sup>

No cenário brasileiro, Oscar Tenório manteve uma relação bastante próxima com o grupo intelectual – formado por professores e estudantes universitários – que se reuniu em torno de um projeto editorial de cunho latino-americanista e inspirado no movimento da Reforma Universitária, a revista *Folha Acadêmica*, que surgiu em meados da década de 20 e que será abordada mais à frente neste capítulo. No momento, queremos ressaltar que a simples existência de um projeto desse cunho já é um indicativo da receptividade encontrada pelo latino-americanismo de inspiração reformista entre parte dos jovens universitários e alguns de seus mestres brasileiros. Mas se é certo que a proposta de integração cultural continental chegou a ter inegável incidência no Brasil, não é menos verdade o fato de que permaneceu como uma perspectiva marginal dentro dos meios intelectuais nacionais.

Nesse panorama, a estratégia de consolidação da presença do México e de sua Revolução no continente – que, como vimos, se desenvolveu a partir da identificação latino-americanista – não pôde prescindir do espaço oficial da diplomacia como um meio decisivo para a conquista de um espaço efetivo no cenário brasileiro. A elevação da representação diplomática do México no Rio de Janeiro à categoria de Embaixada, no início de 1922, seguida da pressão oficial pela reciprocidade brasileira, expressa bem a percepção mexicana sobre a importância de assegurar que as relações com o Brasil alcançassem o mais alto nível da formalidade diplomática. A discussão que o tema ganhou no México revela, ainda, uma perspicaz visão da geopolítica continental, marcada pela clareza quanto à necessidade de conseguir transformar o Brasil em um aliado (ou pelo menos evitar que fosse um inimigo) da posição internacional mexicana.

A não retribuição imediata do Brasil ao gesto mexicano de elevação da sua representação diplomática no Rio à categoria de Embaixada gerou um intenso debate, que excedeu os círculos do governo mexicano e chegou à grande imprensa do país.<sup>26</sup> E podemos observar que uma

---

<sup>24</sup>Em seu estudo sobre a Unión Latino Americana, a historiadora Alexandra Pita González destaca a importância desses “referentes” latino-americanos, entre os quais se situam os brasileiros, para o estabelecimento de uma “genealogia intelectual” por parte do grupo reunido em torno do boletim *Renovación*. Nas menções feitas na publicação, esses intelectuais são “situados no lugar de autoridades” e “qualificados [...] como os ‘mestres’, dos quais a juventude tinha muito o que aprender.” Cf. PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *La Unión Latino Americana y el Boletín Renovación. Redes intelectuales y revistas culturales en la década de 1920*. México: COLMEX/Universidad de Colima, 2009, p. 100; 104.

<sup>25</sup>PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *Op. cit.*, p. 191; 245-6.

<sup>26</sup>CRESPO, Regina. *Miradas diplomáticas, op. cit.*, p. 144.

mesma visão estratégica da situação aparece tanto em documentos diplomáticos privados quanto em artigos tornados públicos pela imprensa mexicana. Da perspectiva oficial, sintetizada pelo primeiro embaixador mexicano no Brasil, Álvaro Torre Díaz – em correspondência ao seu ministro de Relações Exteriores quando da conquista oficial da reciprocidade diplomática brasileira – havia sido “um triunfo [...] para a política internacional do México” que o Brasil, “a maior potência sul-americana[,] [tivesse] estabelec[ido] uma embaixada sua em nossa República, em momentos em que [...] os governos de Estados Unidos e Inglaterra, tão amigos do Brasil e seus aliados [diplomáticos], pretendem manter-nos em entredito.”<sup>27</sup>

A difícil situação mexicana com os Estados Unidos e a Inglaterra à qual Torre Díaz se referia era a questão desencadeada em torno do petróleo após o estabelecimento da Constituição de 1917 com artigos que garantiam a posse nacional dos recursos do subsolo mexicano. Quanto à importância de conseguir uma boa relação diplomática com o Brasil, relacionada à “amizade” deste país com Estados Unidos e Inglaterra, indica menos uma improvável esperança de que a “potência sul-americana” intercedesse em favor do México junto a esses países e, muito mais, a noção de que uma proximidade diplomática com o Brasil poderia evitar que este fizesse coro às sanções inglesas e estadunidenses ao México. Quando a Embaixada brasileira na Cidade do México, criada oficialmente em março de 1922, recebeu, cerca de um ano mais tarde, o primeiro embaixador brasileiro, a ocasião suscitou a manifestação pública do antigo estrategista da política externa constitucionalista, Isidro Fabela, que alçou a voz para demarcar o significado do acontecimento.

A favorável resposta brasileira (embora demorada) à iniciativa oficial mexicana de elevação da representação diplomática foi qualificada por Fabela como um “ato transcendental, que mudaria a orientação da política internacional da América Latina.” Isso porque, antes do feito mexicano, “somente os Estados Unidos tinham criado embaixadas em países do continente [...], sobrepondo-se no fomento das relações continentais.”<sup>28</sup> Como observou Regina Crespo sobre a intervenção pública de Fabela nesse contexto, “seu justificado temor em relação ao imperialismo estadunidense o levava a defender a criação de uma diplomacia ibero-americana, na qual o intercâmbio de embaixadas entre México e Brasil representava a primeira conquista.” E, conforme concluiu a mesma autora, esse intercâmbio “inegavelmente [...] expandiu o espectro de relações” entre os dois países e foi “resultado de um longo e calculado trabalho político” por parte do governo mexicano.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup>TORRE DÍAZ, Álvaro. Documento diplomático datado de 01/04/1922. Citado por PALACIOS, Guillermo. *Op.cit.*, p. 202.

<sup>28</sup>FABELA, Isidro. Significación de la embajada brasileña. *El Universal*, 10/03/1923. Citado por CRESPO, Regina. *Miradas diplomáticas, op. cit.*, p. 145.

<sup>29</sup>Idem, p. 146.

A perspicácia mexicana em garantir sua presença oficial no Brasil mostrou-se, de fato, fundamental, principalmente quando a imagem externa do México viu-se novamente comprometida pela onda de violência que marcou o panorama interno do país durante a segunda metade da década de 20, com a chamada Guerra Cristera, travada entre o Estado e a Igreja, entre 1926 e 1929. Mas, mesmo antes desses episódios, o México revolucionário já vinha ocupando um espaço significativo em debates travados entre diferentes grupos de esquerda no Brasil após o advento da Revolução Russa. Também nesse contexto é possível observar que a atuação diplomática mexicana (ainda antes de se converter em uma Embaixada) cumpriu um papel importante para a consolidação de uma determinada visão da Revolução Mexicana entre os brasileiros.

### **3.2. A Revolução Mexicana na crítica dos socialistas brasileiros**

Durante o período da guerra civil, nos anos 10, a Revolução Mexicana teve intensa repercussão em publicações brasileiras ligadas ao movimento operário. Em trabalho sobre o tema, Fábio Silva Sousa mostrou que o processo revolucionário mexicano foi lido pelas lideranças operárias do Brasil basicamente pela ótica do magonismo e de seu periódico *Regeneración*, que chegou a circular no Brasil. Assim, a Revolução do México foi interpretada como um processo que caminhava rumo à constituição de uma sociedade anarquista e, sob essa leitura, viu-se inicialmente valorizada nas páginas dos jornais operários brasileiros. Entretanto, com a eclosão da Grande Guerra, o refluxo da mobilização anarquista no México e a vitória da Revolução Russa, a experiência mexicana foi progressivamente abandonada pelas publicações operárias brasileiras, cedendo espaço ao paradigma soviético. Como aponta o autor, a partir de então, o “silêncio” tornou-se predominante nessas publicações em relação ao tema do México.<sup>30</sup>

Essa mudança de perspectiva em relação à Revolução Mexicana, na realidade, traduz uma transformação mais ampla observada em boa parte da militância de esquerda no Brasil a partir da vitória da Revolução Bolchevique. Muitos dos antigos militantes anarquistas e socialistas passaram, então, a se alinhar ao paradigma comunista, encontrando na exitosa experiência soviética o melhor caminho a ser trilhado para a transformação da realidade brasileira. Nessa nova conjuntura, a organização partidária passou a ser entendida como um instrumento essencial para a organização da luta política e, assim, foi fundado, em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup>SOUSA, Fábio Silva. *Op. cit.*

<sup>31</sup>Para uma história da constituição das diversas perspectivas e partidos de esquerda no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, consultar FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

No início dos anos 20, o PC conseguiu reunir em torno de si boa parte da antiga militância de esquerda que apoiou o alinhado ao modelo russo da III Internacional. Porém, parte dessa militância, particularmente aquela identificada ao socialismo, não apoiou a aproximação ao modelo soviético, mas também optou pela organização partidária, acreditando na possibilidade de transformar a sociedade por vias democráticas e reformistas. Dessa perspectiva surgiu, em franca oposição ao PCB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em 1925.<sup>32</sup> Após a fundação do PSB, o enfrentamento entre as perspectivas socialista e comunista, cada uma encarnada em seu respectivo partido, passou a se expressar de forma candente por meio da imprensa. Um amplo debate político-ideológico se instaurou a partir de 1925 opondo, de um lado, os comunistas à frente de jornais como *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, e *Voz Cosmopolita*, encabeçado por Astrojildo Pereira; e, de outro, o periódico *Vanguarda*, que na época servia de porta-voz dos socialistas.<sup>33</sup>

Os debates travados a partir dessas publicações revelam que a experiência revolucionária do México foi uma referência importante para diferentes vertentes das esquerdas brasileiras nesse momento de definição ideológica. Ao analisá-los, percebemos que, em meados dos anos 20, foi principalmente a vertente socialista a que maior interesse manifestou pelo que se passava no México, sendo a experiência revolucionária daquele país extremamente valorizada por esse grupo. A apropriação que os socialistas brasileiros fizeram dos acontecimentos mexicanos se esclarece quando entendemos a posição assumida pelo PSB no cenário político nacional e, sobretudo, de como sua perspectiva se forjava a partir da crítica ao modelo russo seguido pelo PCB.

Ao contrário do que ocorre com a história do comunismo, a trajetória do socialismo no Brasil é relativamente pouco estudada. Se, como ressalta Benito Bisso Schmidt em um trabalho recente, para inícios do século XX o estudo do socialismo foi tradicionalmente ofuscado por uma “imagem do ‘verdadeiro’ militante” identificada ao anarquista, para os anos 20 – podemos acrescentar –, essa imagem passa a ser a do militante comunista, permanecendo os socialistas relegados ao segundo plano.<sup>34</sup> Dessa forma, optamos por não apenas descrever brevemente a

---

<sup>32</sup>Antes da formação do PSB nos anos 20, existiram diversas experiências partidárias socialistas, principalmente de caráter local, destacando-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Sobre a trajetória do socialismo brasileiro, consultar: MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1981; JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>33</sup>O jornal *Vanguarda* era parte da grande imprensa, estruturava-se como empresa, sendo financiado por anúncios comerciais, e era voltado principalmente à divulgação de notícias. Ao mesmo tempo, destacava-se pela participação – tanto entre o corpo editorial quanto entre seus colaboradores – de importantes figuras de alinhamento esquerdista, possuindo, inclusive, uma página específica dedicada a assuntos ligados aos interesses e demandas dos trabalhadores, intitulada “Pelo mundo proletário”.

<sup>34</sup>SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 133.

trajetória que deu origem ao PSB fundado em 1925, como também fazer referência a uma polêmica – instaurada em 1926 pela Comissão Executiva do PCB, através de Astrojildo Pereira, contra seu antigo companheiro de militância anarquista, Agripino Nazaré, que havia se tornado uma das principais figuras do PSB no período –, pelo fato de esta esclarecer alguns pontos importantes para a compreensão da específica apropriação da Revolução Mexicana realizada pelos socialistas brasileiros em meio aos embates com os comunistas.

O Partido Socialista Brasileiro, fundado no Rio em 1925, foi fruto da iniciativa de um grupo de intelectuais ligados ao projeto internacionalista do grupo *Clarté* e é possível observar importantes semelhanças entre esse projeto socialista brasileiro e o dos intelectuais franceses do período entre guerras. Segundo o historiador Christophe Prochasson, o surgimento do grupo *Clarté*, no contexto francês, refletiu uma “profunda mutação”, caracterizada pela “invasão dos valores políticos na ordem intelectual”. Mas, apesar desse novo modelo transformar a política, mais que a cultura, na base de legitimidade da atuação desses intelectuais, o “socialismo dos intelectuais” franceses se expressou muito mais como uma “ideia socialista”, cujo engajamento “não demandava a adesão orgânica a um partido”. Mesmo após a reorganização do Partido Socialista Francês, em inícios dos anos 20, e a vinculação de muitos intelectuais ao mesmo, estes continuaram “preserva[ndo] sua autonomia de ação e de pensamento com relação ao movimento socialista e [mesmo] ao partido.” Essa liberdade intelectual se verificou, inclusive, na publicação do Partido, a *Nouvelle Revue Socialiste*, que conservou “uma liberdade de tom inesperado” para uma “revista de partido”, uma publicação “que se dizia ‘livre de toda vinculação’”, apesar do “reconhecido controle do ‘Partido’”.<sup>35</sup>

Essa maior abertura ideológica e uma adesão partidária, digamos, menos disciplinada também podem ser observadas no caso dos socialistas brasileiros de meados dos anos 20. Para se ter uma ideia, o principal meio de expressão dos socialistas naquele momento, o periódico *Vanguarda*, não era um jornal oficial do PSB e nem mesmo um órgão formado unicamente por socialistas, mas reunia conhecidos militantes anarquistas, como Fábio Luz, e era dirigido por Ozeas Motta, que se identificava como liberal. A diversidade ideológica presente no periódico era defendida por seus produtores como prova de sua “tolerância”. Apresentavam *Vanguarda* como um “jornal que acolh[ia] os socialistas” e que era um órgão “sem dependências de ordem política ou financeira”.<sup>36</sup> Apesar da multiplicidade ideológica presente no periódico, é possível identificar como denominador comum entre seus produtores uma perspectiva reformista, o que no caso dos anarquistas e socialistas se traduzia no não alinhamento ao modelo russo e em um

---

<sup>35</sup>PROCHASSON, Christophe. *Les intellectuels, le socialismo et la guerre (1900-1938)*. Paris: Seuil, 1993, p. 193; 229-30; 257-9; 265.

<sup>36</sup>*Vanguarda*, 11/01/1926, p. 5.

explícito enfrentamento com o PCB. Podemos perceber também que havia a proeminência dos socialistas ligados ao PSB no jornal, especialmente na coluna “Pelo Mundo Proletário” – na qual foram publicadas a maioria dos artigos sobre o México –, possivelmente dirigida por Agripino Nazaré, editor do periódico e um dos principais líderes do partido na época, ao lado de Evaristo de Moraes.

Mas há um fator muito importante que difere o caso brasileiro do “socialismo dos intelectuais” franceses: a sua relação com o movimento operário. Enquanto na França, segundo Prochasson, durante as primeiras décadas do século XX os intelectuais socialistas “tiveram muito pouco contato com os operários” e mesmo “o socialismo organizado [em partido] não funcionou como um fator de interação social”,<sup>37</sup> no Brasil, pode-se perceber, desde o início, uma presença marcante dos intelectuais na mobilização e organização do movimento operário. Esse caráter de interação entre intelectuais e trabalhadores continuou sendo uma característica importante no caso brasileiro, mesmo em um movimento essencialmente intelectual, como o *Clarté*.

Foi a partir da organização desse grupo no Brasil que se vislumbrou, em 1921, uma Coligação Socialista que reunisse intelectuais e trabalhadores, já com a pretensão de formar um partido que conseguisse “ampliar o campo de batalha” para além da “luta sindical exclusiva”, que contemplava somente o “aspecto econômico do problema social”. O que se propunha, então, era a criação de um “Partido Socialista” para “nortear” a “grande massa proletária” de maneira que se buscasse “a solução prática de todos os problemas que se relacionam com a remodelação da sociedade contemporânea no ponto de vista econômico, moral, intelectual, jurídico e político”. As necessidades culturais ganhavam um espaço importante nesse projeto, que destacava a importância de se “fundar universidades populares, bibliotecas e centros de referência pública”.<sup>38</sup>

Desse modo, parece-nos que a influência mais marcante do “modelo” francês sobre esse socialismo eminentemente intelectual, que deu origem ao PS brasileiro de 1925, foi a ampliação da noção da luta social para uma “remodelação da sociedade” nos seus diferentes níveis. Nessa perspectiva socialista, o “campo de batalha” ia muito além do econômico, embora esse continuasse sendo primordial em se tratando de uma organização que visava os interesses dos trabalhadores. E o papel dos intelectuais ganhava o sentido de “nortear”, ou seja, organizar e direcionar o proletariado “nas suas reivindicações e na defesa de seus ideais.”<sup>39</sup> Aparentemente se tratava do mesmo papel de “guia” ou de “educador” que se autoatribuíram os intelectuais socialistas franceses. Entretanto, como já apontamos, a “tradição” socialista brasileira

---

<sup>37</sup>PROCHASSON, Christophe. *Op. cit.*, p. 263.

<sup>38</sup>Manifesto do grupo *Clarté*, citado por MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução à obra *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados; Ed. UNB, 1981, p. 27.

<sup>39</sup>Idem, *ibidem*.

comportava uma interação social bem mais profunda por parte dos intelectuais, como mostra o caso, bastante conhecido de Evaristo de Moraes.<sup>40</sup> Embora este seja uma figura emblemática, há um outro personagem de extrema importância na articulação do PSB nos anos 20 e cuja trajetória também evidencia muito bem a articulação entre a intelectualidade socialista brasileira e o movimento operário; trata-se de Agripino Nazaré, que foi um dos personagens centrais na mencionada polêmica com os comunistas em 1926.

Embora seja uma figura pouco lembrada pela historiografia, Agripino Nazaré foi uma das principais lideranças de esquerda do Brasil no início do século XX. Advogado de origem baiana, participou da mobilização anarquista no Rio de Janeiro nos anos 10, ao lado de Astrojildo Pereira e José Oiticica, e organizou o movimento em seu estado natal, onde liderou a primeira greve geral, em 1919, e fundou o Partido Socialista Baiano, em 1920, pelo qual concorreu, sem êxito, à Câmara dos Deputados. Em 1921, após ter sido preso e deportado do estado da Bahia, retornou ao Rio, onde participou da fundação do grupo *Clarté* no Brasil e, em seguida, atuou na formação do Partido Socialista Brasileiro.<sup>41</sup> Foi exatamente contra esse personagem que se voltou a Comissão Executiva do PCB, em uma carta aberta “Aos trabalhadores da Bahia”, reproduzida no jornal *Voz Cosmopolita* em janeiro de 1926, dando origem a uma longa polêmica que traduz bem o enfrentamento ideológico entre PCB e PSB naquela conjuntura.

A carta da Comissão do Partido Comunista do Brasil criticava a posição socialista de Agripino Nazaré e atacava duramente o PSB e o periódico *Vanguarda*, taxado pelos comunistas de “jornal-rabanete: vermelho no título, branco no texto.” A linguagem irônica, assim empregada, foi mantida durante a longa polêmica que se instaurou definitivamente com a resposta de Agripino Nazaré através de uma série de artigos intitulada “Bolchevistas de ópera cômica (Resposta ao Partido Comunista do Brasil).”<sup>42</sup> Desde seu primeiro artigo, o socialista esgrimiou o principal argumento que viria a reiterar ao longo da polêmica: a incapacidade do PCB em compreender a “realidade brasileira” e simplesmente tentar copiar o modelo soviético. Em sua visão, a Comissão Executiva do PCB “não pensa[va] como deveria pensar porque t[inha] os pés no Rio de Janeiro e a cabeça em Moscou”; dizia querer implantar no Brasil as “novas realidades” soviéticas porque era incapaz de perceber que “as ‘novas realidades da Rússia’

---

<sup>40</sup>Sobre a trajetória desse intelectual socialista em sua militância e relações com o movimento operário, consultar MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes – militância política na história da vida. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, op. cit.*, p. 199-222.

<sup>41</sup>A trajetória de Agripino Nazaré, bem como um resumo da polêmica travada entre o líder socialista e a Comissão Executiva do PCB em 1926, através dos jornais *Vanguarda* e *Voz Cosmopolita*, podem ser encontrados em CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazaré e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 32, nº 64, 2013, p. 77-99.

<sup>42</sup>Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, “Aos trabalhadores da Bahia”, *Voz Cosmopolita*, 01/01/1926, 1ª pág.; Agripino Nazaré, “Bolchevistas de ópera cômica (Resposta ao Partido Comunista do Brasil)”, *Vanguarda*, 11/01/1926, 1ª pág.

est[avam] para nós como a terra para a lua” e que, mesmo naquele país, “a revolução social” havia sido favorecida por “fatores resultantes do momento excepcional que vivia a Europa”, referindo-se à Grande Guerra.<sup>43</sup>

Na réplica do PCB, à frente da qual encontrava-se Astrojildo Pereira, a discussão ganhou contornos ainda mais pessoais. Agripino Nazaré foi acusado de “pequeno-burguês” e “individualista”, incapaz de compreender o comunismo “onde o indivíduo tem de subordinar-se ao partido.” O PSB foi acusado da “traição” da “colaboração de classes” e Agripino Nazaré, já identificado no jornal comunista como “imperador do PS”, ganhou a nova alcunha de “Kautsky indígena”.<sup>44</sup> No centro da polêmica, podemos observar a posição assumida pelo PCB de que apenas o comunismo seria a autêntica ideologia de transformação social, enquanto tanto o socialismo quanto o anarquismo seriam representantes da “pequena burguesia”. Nas páginas de *Voz Cosmopolita*, anarquistas e socialistas chegaram inclusive a ser acusados de “parceria” com os grandes cafeeiros, aos quais teriam se unido numa “frente única multicolor contra nós [os comunistas]”.<sup>45</sup> Apesar das acusações dos comunistas alcançarem diversas identificações ideológicas, o principal alvo da crítica do PCB pode ser identificado nos socialistas. Isso possivelmente tem relação com o fato de, ao contrário dos anarquistas, os socialistas estarem reunidos em uma organização partidária que, portanto, rivalizava diretamente com o PCB.

Na resposta do PSB, por sua vez, pode-se ler uma crítica mordaz ao “fanatismo” dos comunistas brasileiros, que foram acusados de converterem a ideologia (“filosofia”, em suas palavras) em “uma religião”: “o bolchevista brasileiro não examina: aceita, sem estudar. Não raciocina: crê cegamente. O comunismo é a salvação e Lênin o seu profeta.” Por fim, a crítica socialista desembocou no questionamento da capacidade do PCB – acusado de “se adorna[r] com o título de ‘primeiro e único partido do proletariado’ e alimenta[r] a pretensão de organizar a sociedade futura” – para transformar a realidade brasileira. Da perspectiva dos socialistas, o PCB seria incapaz para tal precisamente porque não se interessava por essa realidade e, dessa forma, “mostra[ava]-se incapaz de sugerir um método próprio de ação”.<sup>46</sup>

Para além da acusação de uma assimilação acrítica do comunismo por parte do PC brasileiro, podemos encontrar no discurso dos socialistas uma crítica contundente ao próprio comunismo soviético, o qual identificavam como “socialismo autoritário”. Os editores de *Vanguarda* chegaram inclusive a manifestar a esperança em um “recoo estratégico” da

---

<sup>43</sup>NAZARÉ, Agripino. “Bolchevistas de ópera cômica (Resposta ao Partido Comunista do Brasil), *Vanguarda*, 25/01/1926, p. 3.

<sup>44</sup>*Voz Cosmopolita*, 06/02/1926, p. 9-10 e 15/03/1926, p. 3.

<sup>45</sup>*Voz Cosmopolita*, 06/02/1926, p. 9-10.

<sup>46</sup>NAZARÉ, Agripino. “Bolchevistas de ópera cômica (Resposta ao Partido Comunista do Brasil), *Vanguarda*, 18/01/1926, p. 3 e 06/03/1926, 1ª pág.



Revolução Russa para um regime de “moderantismo [*sic*] social”. É precisamente a partir dessa perspectiva que o México emerge nas páginas de *Vanguarda* como “exemplo” ou “modelo”, palavras frequentemente usadas pelos socialistas para se referirem à experiência mexicana.<sup>47</sup>

O conjunto dos comentários feitos em *Vanguarda* revela que, para os socialistas brasileiros em meados dos anos 20, o México experimentava um processo que caminhava no sentido da construção de uma sociedade socialista, dentro do qual a mobilização dos trabalhadores havia originado um governo capaz de expressar demandas populares e efetivar reformas sociais de forma não autoritária. A partir dessa compreensão, as transformações desencadeadas no México a partir da Revolução foram percebidas como a experiência histórica que melhor traduzia os anseios social-reformistas. Até certo ponto é possível relacionar tal leitura da situação mexicana com a ascensão da Confederación Regional Obrera Mexicana (a CROM) durante o governo Calles, quando foi assinado o primeiro contrato coletivo de trabalho, em 1925, e o líder sindical Luis Morones assumiu o cargo de secretário de Indústria, Comércio e Trabalho, entre 1925 e 28.<sup>48</sup> Mas também é possível encontrar algumas pistas a respeito da importância da ação exercida pelos próprios mexicanos – nesse caso, o embaixador – para a consolidação do México como uma referência entre os grupos de esquerda no Brasil.

Uma das primeiras menções ao México encontradas no periódico porta-voz dos socialistas, em fins de 1925, é uma matéria intitulada “O México na vanguarda das reivindicações proletárias”. No texto, que ocupa quase uma página completa e aparece grafado em letras chamativas, o foco é a existência de governos socialistas no estado mexicano de Yucatán, com destaque para o fato de os candidatos do Partido Socialista local estarem sendo eleitos de forma democrática. Esse texto foi publicado por ocasião da eleição de Álvaro Torre Díaz, que deixava o posto de embaixador do México no Brasil para assumir o governo do referido estado mexicano. A matéria, que conta inclusive com uma foto do mexicano, se iniciava com a seguinte crítica: “um desconhecimento da mentalidade mexicana, aliado à propaganda que interessava a determinadas nações, concorreu para que se fizesse, mesmo no Brasil, um conceito errôneo e injusto dos homens e das coisas do grande país dos astecas.” Entretanto, um “novo e seguro juízo” sobre o México havia se formado entre os brasileiros por obra de seu embaixador, que lhes “revelou” o país, mostrando-o “principalmente no terreno das conquistas proletárias” (imagem 17).<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup>“O recuo estratégico” e “O exemplo do México”, *Vanguarda*, 04/01/1926, p. 5 e 09/08/1926, p. 5.

<sup>48</sup>AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 104-5; 159-60.

<sup>49</sup>“O México na vanguarda das reivindicações proletárias”, *Vanguarda*, 16/11/1925, p. 5.

## Imagem 17



Segundo os socialistas brasileiros, Torre Díaz havia participado de um Congresso de Mutualidade e Previdência Social, reunido no Rio na época da comemoração do centenário da Independência brasileira, e ali mostrado que “o proletariado mexicano estava colocado na vanguarda do proletariado da América e que a legislação trabalhista do povo irmão era um modelo do qual não poderiam desdenhar os obreiros europeus”. Como comprovação do que dizia, teria afirmado o então embaixador, bastava “apenas folhear a recente Constituição [mexicana].”<sup>50</sup> Essas palavras revelam, sem lugar a dúvidas, a importância da atuação do embaixador mexicano para a consolidação de uma imagem positiva do seu país entre os brasileiros ligados ao movimento operário, em 1922, durante as festividades do centenário. Nessa ocasião, se a marcante presença cultural mexicana alçada entre os círculos oficiais e parte da intelectualidade esteve incontestavelmente encabeçada por Vasconcelos, entre os grupos de esquerda parece não ter sido menos marcante a presença do México revolucionário em termos de “conquista proletária”. Nesse caso, a figura representativa foi a do embaixador Torre Díaz,

<sup>50</sup>Ibidem.

antigo secretário na gestão de Salvador Alvarado, fundador do Partido Socialista do Yucatán, futuro Partido Socialista do Sudeste, pelo qual foi eleito o primeiro governador socialista do estado, Felipe Carrillo Puerto, em 1921.<sup>51</sup>

Poucos anos depois, a continuidade dos governos socialistas no Yucatán servia aos militantes do PS brasileiro como demonstração de que as reformas sociais em direção ao socialismo deviam seguir o caminho da luta política democrática. Assim, argumentavam que a efetividade das demandas sociais no México teria se tornado possível “não apenas pela ação sindical, mas também pelo desenvolvimento de uma atividade política em que se conjugam trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais.”<sup>52</sup> Essa descrição sobre o México pode ser imediatamente relacionada ao próprio PS brasileiro, sendo os editores socialistas de *Vanguarda* exemplos de “trabalhadores intelectuais” que se haviam unido aos “trabalhadores manuais” para além dos sindicatos, visando atuar politicamente sob a forma de um partido. À luz da experiência mexicana, portanto, seria possível vislumbrar na atuação partidária dos socialistas brasileiros uma possível alternativa de sucesso em médio prazo. Assim, através de uma série de referências positivas e reiteradas à experiência mexicana, os socialistas construíram nas páginas de *Vanguarda* a narrativa de uma trajetória vitoriosa e ascendente das demandas populares no México, oferecendo aos seus leitores, em sucessivas edições, alguns exemplos concretos do que se passava dentro do México com vistas à solução dos principais problemas do país, muitos dos quais podiam ser observados também no Brasil.

Em fins de 1925, *Vanguarda* noticiou, por exemplo, que no México havia se reunido um congresso com “representantes dos cidadãos, governos estaduais e federal, câmaras de comércio e trabalho e diversos órgãos oficiais” para analisar a situação do alto custo de vida e propor soluções para “melhorar as condições da existência”. Enquanto as conclusões do congresso apontavam que “os pontos vitais da situação” estavam “inextricavelmente ligados aos problemas agrários gerais” e recomendavam a “estrita aplicação da lei constitucional” – com a “regulação das pequenas propriedades” e a “criação de comunidades mistas de patrões e empregados” –, o próprio governo mexicano se empenhava na solução mais imediata do problema, “tomando para si o abaixamento [*sic*] dos preços.”<sup>53</sup> Em outra descrição ainda mais explícita sobre a vitória das demandas populares no país revolucionário, *Vanguarda* publicou em destaque uma matéria intitulada “O exemplo do México”, na qual se argumentava que:

---

<sup>51</sup>O Partido Socialista do Yucatán, fundado em 1916 e transformado em Partido Socialista do Sudeste em 1921, é considerado como o de maior importância entre os partidos locais surgidos da Revolução antes da fundação do Partido Nacional Revolucionário por Calles, em 1929. Felipe Carrillo Puerto foi morto, em 1924, durante a rebelião liderada por Adolfo de la Huerta e apoiada por parte do Exército contra a eleição de Calles. Cf. AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*, op. cit., p. 111-13; 142-45.

<sup>52</sup>“O México na vanguarda das reivindicações proletárias”, *Vanguarda*, 16/11/1925, p. 5.

<sup>53</sup>“Para reduzir o custo da vida no México”, *Vanguarda*, 30/11/1925, p. 4.

Organizado sindical e politicamente [o proletariado mexicano], as suas conquistas não se limitam ao terra a terra [*sic*] das reivindicações peculiares às demais nações. Há no país dos astecas uma forte e profunda consciência proletária e social, mercê da qual os privilégios de casta [...] vão pouco a pouco se esboroando, para o advento de uma sociedade nova. [...] No México, os homens de Estado [...] são os homens do povo, são os trabalhadores, intelectuais ou não, que ocupam nas assembleias legislativas e sua administração os cargos dirigentes, aos quais só ascenderam depois da última revolução.<sup>54</sup>

Nessa passagem podemos identificar a percepção de que “o advento da sociedade nova” no México era um processo ainda em marcha, cujo início remontava à “revolução”, a partir da qual os “privilégios de casta” estavam sendo extinguidos, permitindo aos “homens do povo” ascenderem aos postos-chaves do poder político. Dentro dessa mesma noção da transformação social no México como um processo ainda em curso, a “questão religiosa” foi apontada pelos socialistas brasileiros como um dos principais “problemas que t[inham] que ser resolvidos para a completa transformação social que se opera[va] no México.”<sup>55</sup> Este último comentário aparecia nas páginas do jornal brasileiro num momento em que se tornavam crescentes as hostilidades entre a Igreja e o Estado no México, mas ainda antes que o conflito se transformasse em um enfrentamento militar. Desde então, a posição anticlerical do governo Calles recebeu forte apoio nas páginas de *Vanguardia*.

Em abril de 1926, por exemplo, o jornal publicou em destaque uma matéria intitulada “Palavras do presidente Calles à Convenção Geral dos Obreiros do México”. Segundo o periódico, nessa ocasião a luta contra a Igreja católica teria sido apresentada pelo governante mexicano como parte de uma luta histórica contra as forças reacionárias, frente às quais o Estado simplesmente exercia a legalidade constitucional que encarnava. A matéria, que também contava com uma foto de Calles, terminava com as seguintes palavras atribuídas ao mesmo a respeito do problema religioso no país: “como est[a] [a questão religiosa], vamos resolvendo todos os demais problemas em luta formidável contra os preconceitos do passado. [...] Enquanto eu for presidente da República [mexicana], a Constituição de 17 será cumprida” (imagem 18).<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup>“O exemplo do México”, *Vanguardia*, 09/08/1926, p. 5.

<sup>55</sup>“Palavras do presidente Calles à Convenção Geral dos Obreiros do México”, *Vanguardia*, 12/04/1926, p. 5.

<sup>56</sup>*Ibidem*.

Imagem 18



Cabe aqui refletirmos sobre as fontes de informação que os socialistas brasileiros possuíam sobre o México. Observemos que as matérias citadas apresentavam informações bastante específicas – como a trajetória do socialismo no Yucatán, a realização de um congresso para discutir a carestia da vida no país e um discurso realizado por Calles aos trabalhadores mexicanos – e, em alguns casos, contavam também como fotografias. Essas informações, bem como as fotos publicadas, certamente não provinham de agências internacionais de notícias – como, de fato, nenhuma agência é apontada pelo periódico como fonte dessas matérias. É possível que os editores de *Vanguarda* tenham tido acesso a esse tipo de informação – que enfocava temas ligados às classes trabalhadoras, mas que também guardava estreita relação com a política oficial, contando inclusive com fotografias das autoridades – através dos próprios mexicanos. Um elemento que fortalece essa hipótese é o fato de que, na época, o presidente Calles mostrava-se especialmente interessado em difundir internacionalmente uma imagem progressista de seu governo, vinculada ao atendimento de demandas trabalhistas. Os esforços oficiais mexicanos nesse sentido incluíram, no caso da Argentina, o envio de um representante

operário como agregado diplomático, o qual manteve-se particularmente próximo do PS argentino.<sup>57</sup> Em vista desse fato, é possível aventar a hipótese de que os socialistas brasileiros possam ter tido acesso às informações que publicaram sobre o México, no período, através do agregado diplomático em Buenos Aires, possivelmente por intermédio do PS. Por outro lado, também é possível supor que os socialistas brasileiros possam ter tido acesso a essas informações através da própria Embaixada do México no Brasil. Lembremos que os intelectuais socialistas ligados a *Vanguardia* haviam estabelecido uma boa relação com o embaixador Torre Díaz no início da década. É possível que o contato com a representação oficial do México no Brasil tenha sido mantido posteriormente, mesmo após a saída desse diplomata.

De qualquer forma, o principal elemento que queremos destacar em relação aos socialistas brasileiros, em meados dos anos 20, é a maneira como se apropriaram dos acontecimentos mexicanos de forma a transformá-los em argumentos para legitimar a posição assumida pelo PSB no cenário brasileiro. No caso da “questão religiosa” no México, como mencionamos, o tema apareceu na tribuna dos socialistas brasileiros como um conflito que opunha as forças reacionárias – identificadas ao passado e representadas pelos “fanáticos religiosos” – ao processo de implantação efetiva do Estado laico republicano, tal como previa a Constituição mexicana.<sup>58</sup> A alusão à questão religiosa sob esse prisma permitia associar o “exemplo do México”, como denominaram, à posição assumida pelos socialistas brasileiros no plano nacional: a compreensão da força da Igreja Católica como um dos principais empecilhos para a efetividade dos princípios republicanos no Brasil e uma dura crítica à “incapacidade” dos comunistas brasileiros para reconhecerem “a fatalidade dos fatos” e encararem a “questão religiosa” como uma das grandes realidades nacionais. Na concepção dos socialistas, os comunistas não possuíam uma perspectiva local, por isso não faziam uma leitura adequada da realidade nacional e nem aprendiam com o “exemplo do México”.<sup>59</sup>

A perspectiva socialista quanto ao “silêncio” dos comunistas em relação ao México revolucionário era, em grande medida, procedente. De fato, por volta de meados dos anos 20, não há praticamente menção à experiência mexicana no periódico oficial do PCB, *A Classe Operária*, e nem mesmo em *Voz Cosmopolita*, jornal a partir do qual foi travada a já aludida polêmica entre a Comissão Executiva do PCB e o socialista Agripino Nazaré. A falta de comentários, mesmo que críticos, por parte dos jornais comunistas em relação à Revolução Mexicana nesse momento dá o que pensar, principalmente quando se observa que essa ausência contrasta e muito com a verborragia que então caracterizava suas discussões com os socialistas.

---

<sup>57</sup>YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes*, op. cit., p. 321-39.

<sup>58</sup>“Palavras do presidente Calles à Convenção Geral dos Obreiros do México”, *Vanguardia*, 12/04/1926, p. 5.

<sup>59</sup>“Fatalidade dos fatos”, *Vanguardia*, 19/07/1926, p. 5.

Podemos levantar a hipótese de que, em meio ao debate com os socialistas, a Revolução do México tornava-se um tema incômodo para os comunistas, na medida em que dificilmente poderiam contestar as transformações sociais que estavam sendo realizadas no México de maneira absolutamente autônoma do paradigma soviético e que – como não deixavam de apontar os socialistas – faziam frente a problemas muito próximos da realidade brasileira.

Um texto que pode ser tomado como uma espécie de resposta comunista à crítica dos socialistas, sobre seu alheamento da “realidade nacional”, foi publicado, já em meados de 1927, num artigo de primeira página do jornal *A Nação*, propagandista da estratégia do Bloco Operário e Camponês (BOC). Esse texto, intitulado “Três países semelhantes”, pretendia mostrar aos leitores como eram relacionáveis as similitudes “geológicas, geográficas, econômicas, políticas, etnográficas, religiosas e psicológicas” dos “três gigantes”, “a Rússia czarista, a China e o Brasil atuais.” Dessa forma, afirmam:

A Rússia czarista era dominada pela propriedade feudal rural concentrada. [...] Na república chinesa a mesma situação. Na brasileira, a mesmíssima. [...] Na Rússia czarista a massa rural era a maioria. Como na China, como no Brasil. [...] Devido à sua concentração em algumas cidades, o proletariado industrial da Rússia constituía a verdadeira vanguarda revolucionária. Como na China, como no Brasil. Esse proletariado possuía um partido pequeno, mas aguerrido. Como na China, como no Brasil: o Partido Comunista.<sup>60</sup>

Do ponto de vista social, etnográfico e religioso, os comunistas à frente do jornal descreveram as três sociedades como “um caos”, denominação usada para se referir tanto ao atraso social – identificado ao predomínio de uma sociedade rural – quanto às suas diversidades étnica e religiosa. Esse “atraso” foi explicado psicologicamente como expressão do “tradicionalismo” da mentalidade do “mujiq” russo, cujos atributos principais, “resignação e paciência”, eram os mesmos que historicamente caracterizavam a figura “do agricultor”, “do trabalhador de enxada”, fosse russo, chinês ou brasileiro, pois todos eles “sofr[iam] em silêncio, sem protestar”. No entanto, na perspectiva dos comunistas, essa situação estava sendo mudada no Brasil por meio do BOC, ou seja, da aliança dos trabalhadores rurais com a “vanguarda operária”. Mas longe de representar uma especificidade brasileira, o que a descrição apresentada nas páginas do jornal pretendia mostrar era a existência de um processo histórico geral, que ocorria de forma idêntica em todos os países, independentemente de sua localização. Esse era o argumento que os comunistas buscavam demonstrar por meio da relação estabelecida entre as três realidades nacionais apresentadas, uma europeia, uma asiática e uma americana. Assim, argumentavam:

---

<sup>60</sup>“Três países semelhantes”, *A Nação*, 11/08/1927, 1ª pág.

Como consequência desse paralelo, que poderíamos levar muito mais longe, fica provado que, em linhas gerais, o Brasil nada tem de ‘especial’. Assim, podemos, cientificamente, prever que, em bloco, a evolução chinesa e a evolução brasileira acompanharão a evolução russa: 1º, a derrota do feudalismo [...] 2º, a vitória do proletariado, que completará a obra da revolução democrática burguesa e realizará sua própria transformação proletária em direção ao comunismo.<sup>61</sup>

Claro está que, mesmo atuando para a efetivação de uma articulação entre operários e camponeses, o protagonismo da transformação social era identificado pelos comunistas principalmente no primeiro grupo, a despeito de reconhecerem a incontestável “maioria” da “massa rural” brasileira nos anos 20. Além disso, pode-se perceber no referido artigo que o único horizonte revolucionário que conseguiam vislumbrar como possível era seguir os passos da Rússia, sociedade que aparecia em primeiro plano na comparação com as outras realidades nacionais, sendo colocada explicitamente como o único parâmetro histórico para pensar transformações sociais no Brasil, ou onde quer que fosse. Chega a ser desnecessário frisar que, dentro de uma visão da realidade histórica como essa, não poderia haver espaço para a experiência revolucionária mexicana.

Ao contrário do que ocorria entre os comunistas, para os socialistas brasileiros era o exemplo mexicano que ganhava centralidade. Mas isso ocorria a partir de uma leitura e uma apropriação bastante específicas, que foram realizadas com o claro objetivo de transformar o “exemplo do México” em parte do seu arsenal político contra o autoritarismo do modelo soviético encampado pelo PC brasileiro. Na visão dos socialistas brasileiros à frente de *Vanguarda*, as reformas operadas no México, nos anos 20, seriam o grande exemplo histórico da possibilidade de se conseguir uma transformação social dentro da lógica institucional, da disputa partidária, o que era a grande bandeira socialista naquele momento. Nessa interpretação, embora se remetesse as transformações mexicanas à “revolução”, a ênfase era colocada nas reformas realizadas nos anos 20, e não no fato de que essas somente tinham se tornado possíveis a partir de um caminho revolucionário, que havia implicado na destruição violenta da ordem estabelecida.

Obviamente, essa era uma interpretação da situação mexicana que convinha aos interesses político-ideológicos do PSB que, na época, sustentava um projeto reformista. A partir dessa leitura, as transformações sociais operadas no México, nos anos 20, passaram a fazer parte de uma estratégia discursiva empregada pelos socialistas brasileiros, através de *Vanguarda*, que consistia em apresentar, na mesma edição do jornal, a marcha ascendente das conquistas sociais mexicanas em contraste com “os encantos do paraíso bolchevista”, que evoluíam rapidamente

---

<sup>61</sup>Ibidem.



de “8.000 expulsões do Partido Comunista Russo” para a denúncia da existência de “campos de concentração” na “Rússia vermelha”.<sup>62</sup>

Outro elemento importante que explica a apropriação absolutamente positiva da experiência mexicana pelos socialistas brasileiros é o fato de que a posição fortemente anticlerical do governo Calles era um ponto de contato primordial com uma realidade brasileira que muito incomodava os socialistas. Além da histórica força do catolicismo no Brasil, a intensa mobilização da intelectualidade conservadora católica no período fazia da batalha anticlerical uma das principais frentes de luta dos socialistas brasileiros nos anos 20.

Quando da exacerbação do conflito religioso no México, também os católicos brasileiros tiveram a percepção de que a dimensão tomada pela “questão religiosa” naquele país, onde a tradição católica era tão presente quanto no Brasil, poderia transformá-lo num “exemplo” para a República brasileira. Frente a essa possibilidade, também se voltaram para o tema da Revolução Mexicana, mas, obviamente, com um sentido inverso ao dos socialistas.

### **3.3. Em torno ao conflito religioso no México: os ataques dos conservadores católicos brasileiros**

A aplicação dos artigos anticlericais da Constituição de 1917 no México, à luz do “jacobinismo nortista” encarnado nas figuras de Obregón e Calles, originou um intenso conflito entre o “Estado revolucionário” e a Igreja Católica. As divergências se arrastavam desde o período obregonista, mas se intensificaram durante o governo callista e acabaram explodindo, em meados de 1926, numa sangrenta guerra civil que opôs forças militares lideradas pelo Estado aos “cristeros”, que lutavam em nome de Cristo liderados pela alta hierarquia da Igreja. O conflito só chegou ao fim em meados de 1929, mas não sem antes implicar no assassinato de Obregón – presidente eleito para um segundo mandato não consecutivo – por um fanático católico.<sup>63</sup>

A Guerra Cristera, como ficou conhecido o conflito armado, tem sido interpretada pela recente historiografia mexicana como uma das mais explícitas expressões da contradição entre tradição e modernidade envolvida na consolidação da Revolução. Para o historiador Álvaro Matute, o movimento *cristero* representou “a persistência da tradição”, tendo oferecido, “pela primeira vez, uma resposta tradicional à modernidade revolucionária”; e foi “o único que implicou numa insurgência popular que ameaçou o novo regime de uma maneira muito mais

---

<sup>62</sup>“8.000 expulsões do Partido Comunista Russo”; “Os encantos do paraíso bolchevista”, *Vanguardia*, 30/11/1925, p. 5; 14/12/1925, p. 2.

<sup>63</sup>Para maiores detalhes das sucessivas demonstrações de hostilidade do Estado frente à Igreja Católica antes que culminassem na guerra civil, consultar AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 113-16.

eficaz do que qualquer outro movimento oposicionista surgido desde 1917”. Na mesma direção, Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer consideram que “a Guerra Cristera no México revolucionário expressou do modo mais violento a luta de uma liderança revolucionária criada na tradição liberal e nos costumes laicos do norte do México contra as velhas tradições das regiões católicas [...] do país.”<sup>64</sup>

Essa interpretação de um conflito entre a modernidade revolucionária e a tradição representada pelo catolicismo é bastante útil não apenas para a compreensão do processo interno mexicano, mas também para se entender a leitura do mesmo realizada pelos intelectuais conservadores católicos brasileiros reunidos em torno do Centro Dom Vital e de sua revista *A Ordem*, órgãos que conformaram o núcleo da mobilização da intelectualidade conservadora católica no Brasil nos anos 20 e 30.

Uma “reação católica” já havia sido delineada em uma carta pastoral de D. Leme, publicada em 1916, na qual denunciava o “estado de letargia” em que se encontrava o catolicismo brasileiro e apresentava “um apelo à sistematização das forças dispersas, sob o comando da hierarquia eclesiástica.”<sup>65</sup> A partir desse chamado foi sendo forjado um “catolicismo reavivado”,<sup>66</sup> que se consolidou na década seguinte como uma das principais vertentes da “corrente intelectual autoritária-nacionalista”, cuja configuração teve na fundação do Centro Dom Vital, em 1922, um dos acontecimentos mais significativos.<sup>67</sup> O Centro logo passou a editar, como órgão oficial, a revista *A Ordem*, que tornou-se o principal difusor de sua doutrina, cuja base era o pensamento reacionário europeu. Entre as principais referências teóricas mencionadas no discurso veiculado pela revista católica brasileira durante os anos 20, sobressaem os autores franceses. Entre esses, desatacam-se tanto ícones do pensamento antirrevolucionário do século XIX, principalmente Joseph de Maistre, quanto autores contemporâneos à revista, como Charles Maurras, principal ideólogo da organização de caráter fascista Ação Francesa. Com base nesses autores, os católicos reacionários brasileiros conformaram sua crítica à modernidade, entendida como fundamentalmente impregnada pelo “espírito revolucionário” que corria o mundo desde a Revolução Francesa e comprometia seriamente os “valores essenciais” da ordem política e social tradicional.

---

<sup>64</sup>MATUTE, Álvaro. El último caudillo y el proceso de institucionalización. In: GARCIADIEGO, Javier *et alli*. *Evolución del Estado mexicano: reestructuración, 1910-1940*. 6ª ed. México: El Caballito, 2005, p. 138-9; AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 117.

<sup>65</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, FGV, vol. 21, nº 3, jul-set, 1978, p. 121.

<sup>66</sup>PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*, *Revista de Sociologia da USP*, vol. 19, nº 1, junho, 2007, p. 39.

<sup>67</sup>BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 33-4.

O grande objetivo da empreitada reacionária católica era exatamente a restauração da “ordem perdida”. Da perspectiva conservadora, isso equivalia a “repor a diferença (e a desigualdade) natural entre os homens, o que redundava no esforço das ideias diretrizes de autoridade e hierarquia, evocação de uma nostalgia medievalista não explicitada”, como explica Fernando Antonio Pinheiro Filho.<sup>68</sup> Ao ser traduzida para a realidade brasileira, a leitura conservadora católica entendia que a “ordem natural” havia sido rompida no país com a queda da monarquia ou, mais exatamente, com o fim do sistema de padroado que unia a hierarquia política à religiosa. Desde então, e principalmente a partir da implantação da República, a ordem social encontrava-se ameaçada por um sistema político que não traduzia a “hierarquia natural”, mas, ao contrário, baseava-se em “princípios revolucionários”. Fundada a República, a sociedade brasileira passava a ser “governada” pelos “mesmos princípios diretores da sociedade nascida da Revolução Francesa”, os quais instauravam a “moderna democracia, filha legítima da Revolução.”<sup>69</sup>

Apesar dessa leitura da situação brasileira, a atuação política concreta vislumbrada pelos conservadores católicos não foi a de uma improvável reinstauração da monarquia, nem mesmo a constituição de um partido político para a tomada do poder. O projeto reacionário católico levado a cabo nos anos 20 e 30 no Brasil esteve direcionado a conquistar “a garantia de que a organização do Estado e da sociedade se de[sse] em obediência aos preceitos religiosos”. Para tanto, a principal estratégia empregada foi organizar uma “elite espiritual que deveria por direito (teo)lógico conduzir a vida nacional”, formando-se “a partir do culto da ordem” os “novos quadros capazes de intervir, em nome do catolicismo e em consonância estreita com as diretrizes da Igreja, em todas as dimensões da realidade brasileira.”<sup>70</sup> Não por acaso foram as elites intelectuais o principal alvo de arregimentação da empreitada católica, muito embora esta também visasse alcançar as massas populares.

Com base nesse ideal, a imprensa foi considerada como uma das mais importantes ferramentas de “luta” em meio a uma batalha ideológica concebida em termos de uma “guerra justa” em “defesa dos santos interesses”.<sup>71</sup> A revista *A Ordem*, encabeçada pelos principais ícones da intelectualidade católica brasileira no período – Jackson de Figueiredo nos anos 20 e Alceu Amoroso Lima nos anos 30 –, inseria-se nesse projeto como a principal plataforma de formação e divulgação ideológica cujo foco era a consolidação não apenas de uma doutrina, mas fundamentalmente de uma “cultura católica”. A publicação alcançou um espaço significativo no cenário dos intensos debates político-ideológicos que marcaram a década de 20 e o início dos

---

<sup>68</sup>PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>69</sup>NOGUEIRA, Hamilton. “A lição do México”, *A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 303; 308.

<sup>70</sup>PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *Op. cit.*, p. 38-9.

<sup>71</sup>Editorial, *A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 281.

anos 30 no Brasil. Nesse contexto, como muito bem sinalizou Mônica Pimenta Velloso em um artigo pioneiro sobre a revista, o discurso de *A Ordem* deve ser lido como “um contra-ataque ideológico às investidas de outros grupos sociais ascendentes, portadores de uma nova ideologia.”<sup>72</sup> É em meio a essas disputas, portanto, que se deve compreender a reação da intelectualidade conservadora católica brasileira frente ao conflito religioso desencadeado no México.

Antes de chegar às páginas de *A Ordem*, a crítica dos católicos brasileiros à política anticlerical do governo Calles havia se iniciado, em meados de 1926, com a publicação de artigos assinados por Jackson de Figueiredo na grande imprensa. Havia, inclusive, gerado um mal-estar diplomático, devido à atitude do então embaixador mexicano, Pascual Ortiz Rubio, frente os ataques católicos. Guillermo Palacios resumiu da seguinte forma o “*affair*”:

O embaixador Ortiz Rubio, diante dos ataques ‘a meu general Calles e sua família’ [...], imediatamente, em uma atitude um tanto precipitada, ameaçou abandonar o país e levar consigo todo o pessoal da embaixada [...]. O Itamaraty esforçou-se por minimizar o incidente *in loco* e instruiu [Antonio] Feitosa [embaixador brasileiro no México] para que fizesse saber que a opinião de Figueiredo de nenhuma forma representava uma postura oficial. [...] Simultaneamente, a chancelaria mexicana instruiu Ortiz Rubio a baixar o tom de suas reclamações e, por último, a deixar morrer o assunto.<sup>73</sup>

A partir da polêmica estabelecida entre o embaixador mexicano e o líder católico, o tema do anticlericalismo mexicano emergiu na revista como um foco de “luta” para “os soldados do Centro D. Vital”. O “combate” ao anticlericalismo foi apresentado como parte da “guerra justa” que esses católicos acreditavam que tinham o dever de travar em “defesa dos santos interesses.” A importância conferida ao tema pelos editores de *A Ordem* é evidenciada ao enfocarem a questão religiosa no México na ocasião de uma edição comemorativa do quinto ano da publicação, que deveria ter sido dedicada a São Francisco de Assis. Em editorial afirmaram que, ao invés deste “prazer”, que precisaram adiar, “quis Deus que se substituíssem em nossa alma o orgulho e a cólera e todo o ardor, e toda a resolução de quem solta, conscientemente um grito de guerra!” Iniciavam, assim, com “o orgulho da fé” e com “o ardor de quem combate pela Justiça”, uma verdadeira guerra discursiva “contra a infâmia e os crimes dos tiranetes que, a esta hora, martirizam e vilipendiam a nação mexicana,” identificada como “grande povo católico.” Em sua “guerra santa”, o grupo chegou a mobilizar uma campanha nacional em favor dos *cristeros* mexicanos, por meio da qual foram conseguidas moções de apoio em todo o país.<sup>74</sup> Essas, além de enviadas ao México, foram também publicadas nas páginas da revista, o que nos permite

---

<sup>72</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. cit.*, p. 121.

<sup>73</sup>PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 231

<sup>74</sup>“Perseguição religiosa no México”; Editorial, *A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 282; ano 6, nº 53, jan-mar, 1927, p. 70-71.

constatar o vulto tomado pelo assunto e a centralidade que o mesmo adquiriu no âmbito da empreitada do catolicismo reacionário brasileiro.

A questão religiosa mexicana foi abordada na revista *A Ordem* em duas frentes. Uma mais “bélica”, representada por artigos inflamados, marcados por uma linguagem agressiva e que, em geral, resumiam ataques pessoais contra “o judeu Calles” e seu embaixador no Brasil, Ortiz Rubio, que os editores apontavam, desde sua polêmica com o líder Jackson de Figueiredo, como o “representante perfeito” de “um governo de violência e injúria”.<sup>75</sup> Em outra frente, menos inflamada, mas igualmente combativa, os conservadores católicos brasileiros tiraram da Guerra Cristera mexicana uma série de argumentos de cunho teórico-doutrinário, que se mostraram bastante úteis na guerra ideológica na qual se inseriam no cenário brasileiro. Inicialmente a estratégia usada pela publicação católica foi a abordagem mais passional, direta e virulenta contra o “laicismo” no México. Mas, após atacarem pessoalmente Calles e Ortiz Rubio, os editores da revista afirmaram ser necessário apresentar a seus leitores “um resumo” da questão mexicana, ou seja, da Revolução, princípio de todos os males, segundo o seu argumento:

Depois de deposto o ditador Porfirio Díaz, aquela República americana entrou em uma fase de contínuas perturbações internas, sucedendo-se os governos uns aos outros, todos nascendo da violência das lutas armadas. Afinal, em 1917, pode-se reunir uma assembleia à guisa de Constituinte, para votar a nova Carta política mexicana. Esta assembleia, como era de prever, não era constituída de juristas, de estadistas, de homens cultos [...]. Era, ao contrário, um ajuntamento de caudilhos que fizeram o nome e a fama a couce [*sic*] de armas e explosão de trabuco. Está claro que essa gente não podia deixar de ser inimiga da Igreja. [...] Decorridos, porém, sete anos, vai ter à presidência da República do México um judeu autêntico com a mentalidade filosofante de “primários” do laicismo e com o ódio secular de sua raça à Igreja de Cristo. Seu primeiro cuidado, como era de prever, foi executar a parte da Constituição que se referia à questão religiosa [...].<sup>76</sup>

A descrição acima apresenta uma série de elementos importantes para se entender a leitura da Revolução Mexicana feita pelos católicos reacionários brasileiros, mais especialmente quando se observa o adendo de que, na exposição veiculada pela revista, enquanto “o judeu Calles” realizava tudo isso no México, o embaixador Ortiz Rubio encontrava-se no Rio “esperando, com certeza, a hora da bolchevização do Brasil.”<sup>77</sup> Da perspectiva dos “soldados” do Centro Dom Vital, a Revolução do México não era mais que uma luta de caudilhos inescrupulosos, violentos e incultos movidos pela mentalidade laicista que havia se estabelecido no mundo moderno com a “sangrenta tragédia social” da Revolução Francesa. O fio condutor que ligava, portanto, toda e qualquer experiência revolucionária moderna era o laicismo, parte

---

<sup>75</sup>Editorial, *A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 282-3.

<sup>76</sup>Idem, p. 284-5.

<sup>77</sup>Idem, p. 285.

essencial dos “princípios de [17]89” e gerador do “espírito revolucionário” que se expressava tanto no “bolchevismo” quanto no México ou na França revolucionários.

Apesar dessa interpretação geral, que assimilava a experiência mexicana num encadeamento contínuo de processos revolucionários decorrentes da modernidade, também é possível identificar alguns traços específicos que, do ponto de vista dos católicos reacionários brasileiros, caracterizariam a Revolução Mexicana. O principal deles é uma explícita visão pejorativa em relação aos líderes mexicanos, apresentados como caudilhos incultos e incapazes, dos quais o “judeu autêntico” Calles seria bastante representativo, tendo em vista que seu laicismo não passava de uma “mentalidade filosofante de ‘primários’”. O anticlericalismo callista seria, portanto, não um produto da racionalidade característica do mundo moderno – condenada pela revista e atribuída ao caso francês, por exemplo –, mas muito mais uma expressão do “ódio secular de sua raça à Igreja de Cristo”. Mas, se em relação à figura de Calles salta aos olhos o antissemitismo – aliás, típico do pensamento reacionário francês inspirado em Maurras, que tanto agradava aos conservadores católicos brasileiros –, também em relação aos mexicanos em geral não deixa de ser marcante uma postura racista, embora velada. A imagem dos mexicanos apresentada por *A Ordem* foi a de um povo violento, inculto e, inclusive, pouco racional, sendo que até mesmo sua mentalidade laica se expressaria de forma “primária”. Apesar de os católicos reacionários brasileiros também criticarem outros movimentos revolucionários – particularmente o francês e o russo –, somente os mexicanos foram pejorativamente caracterizados enquanto povo, excedendo-se em muito uma identificação negativa de base ideológica. Não nos parece inadequado relacionar tal visão à identificação mais geral e imediata da Revolução Mexicana como um movimento formado principalmente pelas massas rurais indígenas.

Mas a crítica reacionária católica ao anticlericalismo mexicano não se esgotou nesse tipo de argumento, ganhou também um tratamento mais sóbrio e teórico. Podemos, inclusive, detectar um debate interno na revista em relação à abordagem mais adequada para tratar o assunto. Essa discussão se evidencia em um artigo intitulado “O laicismo e o México”, no qual o autor, ao inserir o caso do México no fenômeno mais geral do laicismo no mundo, criticou explicitamente a visão que citamos anteriormente, de que o laicismo daquele país expressaria a inferioridade dos mexicanos. Assim afirmou o articulista, Perillo Gomes:

Dir-se-á que isto [a perseguição religiosa] só acontece porque à frente dos negócios públicos do México encontram-se verdadeiras mentalidades de ‘primários’ excitados por um sucesso rápido e imerecido de suas ambições de mando e poderio. Diga-se o que se disser, com a certeza de que só uma coisa é nesta ordem de incontestável [*sic*], é que serão sempre estas as consequências do laicismo aplicado

sem concessões, sem transigências, integralmente, obstinadamente, no México como em qualquer parte.<sup>78</sup>

A argumentação geral sustentada no referido artigo, de conotação mais teórica, é a de que existia, desde a Revolução Francesa, um “franco antagonismo” entre o “Direito Moderno” e o “Direito Católico”, que resultava em “um conflito permanente”, embora geralmente “atenuado”, entre Estado e Igreja. Isso porque, desde a Declaração dos Direitos do Homem, as sociedades modernas se caracterizavam pela “mais rigorosa laicidade”, pelo “desconhecimento de Deus”, “a divinização do homem pela idolatria da sua razão”, sendo o próprio “Estado Moderno” um ente “livre-pensador e ateu”, “em essência acatólico, anticatólico.”<sup>79</sup> Nesse raciocínio, o conflito latente entre Estado e Igreja somente não era travado abertamente quando “mútuas transigências” davam origem a um “modus-vivendi”, embora se tratassem sempre de “acordos de natureza transitória”. Portanto, uma luta aberta entre ambos era algo que vinha sendo “protelado”, a partir de algumas virtudes específicas de “estadistas” e “homens da Igreja”: aos primeiros cabia a “prudência” e aos últimos a “paciência”. O ponto central a partir do qual se poderia/deveria aprender com “o caso do México” era que a prudência poderia se ausentar dos estadistas e, nesse caso, a perseguição religiosa se instalaria, devendo, portanto, a Igreja procurar manter-se sempre em estado de alerta.<sup>80</sup>

Nessa mesma direção, e relacionando explicitamente a situação mexicana à brasileira, outro artigo da mesma edição abordou o tema sob a alcunha do México como uma “lição” para o Brasil. Para o articulista e editor da revista, Hamilton Nogueira, “o inominável vandalismo” que ocorria no México – leia-se, as medidas anticlericais do governo Calles –, deveria “abala[r] um pouco as convicções otimistas e entusiastas da moderna democracia”, ao mostrar “o quanto valem as liberdades, democráticas ou não, quando não se fundamentam [...] na palavra de Jesus Cristo.”<sup>81</sup> Para o autor, “a lição do México” devia ser adequadamente aprendida pelos católicos brasileiros, tendo em vista que o Brasil experimentava “uma das fases mais delicadas de sua evolução histórica e política”, dentro de um contexto mundial de desafio para os princípios que garantiam a manutenção da ordem social. Aos olhos dos católicos reacionários brasileiros, o quadro que se vislumbrava era o seguinte:

Nós vivemos num tempo em que um ciclone de impiedade e da confusão parece varrer a superfície da terra, e a verdade, que se deve ter a coragem de dizer, é que a sociedade brasileira contemporânea reflete também essa tendência demolidora. É preciso não esquecer que é em nome dessa mesma liberdade que nos garante

---

<sup>78</sup>GOMES, Perillo. “O laicismo e o México”, *A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 318.

<sup>79</sup>Idem, p. 312.

<sup>80</sup>Idem, p. 319.

<sup>81</sup>NOGUEIRA, Hamilton. “A lição do México”, *A Ordem*, ano 5, nº 52, out-dez, 1926, p. 303; 305; 309.

constitucionalmente o direito de opinião e de liberdade de culto que o atual governo mexicano tiraniza estupidamente a consciência da grande maioria de seus súditos.<sup>82</sup>

Assim, frente ao “espírito revolucionário” que pairava sobre o Brasil, era necessário instruir os dirigentes políticos para que reagissem “eles mesmos contra certos princípios revolucionários em que se funda[va] o Estado Brasileiro”. Aqui se afirmava, uma vez mais, a estratégia reacionária católica de influenciar, moldar e mesmo produzir as elites governantes com base numa orientação cultural-doutrinária de inspiração católica. Uma estratégia que envolvia determinação e paciência, era, no entanto, entendida como a mais adequada e segura para evitar que o conflito sempre latente entre Estado republicano e Igreja explodisse numa luta aberta como ocorria no México.

O que podemos depreender da leitura reacionária católica da realidade brasileira, à luz da situação mexicana, é a percepção de que o fato de uma sociedade se identificar majoritariamente ao catolicismo não era garantia alguma aos princípios da “ordem” católica ou qualquer limite às tendências anticlericais, que consideravam inerentes ao Estado republicano laico. Nesse sentido, “a lição do México” serviu como argumento para reiterar a estratégia político-ideológica que já vinha sendo exercida pela intelectualidade católica à frente do Centro Dom Vital e sua publicação, cuja prioridade era garantir a adesão das elites, intelectuais e políticas, a um ideário político conservador, inspirado numa visão de mundo reacionária cuja base era a defesa da autoridade da hierarquia católica.

Um tema importante, que incidiu direta ou indiretamente na maneira como os brasileiros interpretaram os acontecimentos mexicanos nos anos 20, e que também deve ser considerado no discurso da revista católica, é a questão da identidade brasileira no continente. Também em relação a esse assunto é possível identificar um debate interno à publicação. Embora não envolva explicitamente o México, a discussão sobre a questão da identidade latino-americana, na revista, fornece importantes subsídios para a compreensão de sua abordagem ao tema da Revolução Mexicana, pensada dentro de um contexto em que a perspectiva de uma identidade continental latino-americana ganhava força, inclusive no Brasil.

Expressando claramente seu alinhamento à Ação Francesa e reafirmando sua adesão já “conhecida” às “ideias antidemocráticas e antirrevolucionárias”, em meados de 1926 os editores de *A Ordem* publicam um artigo de Charles Maurras, “o grande chefe da contrarrevolução”, em que se defendia “a união da raça latina”. A questão de fundo do artigo, expressa na frase que o iniciava, era: “Mas que Latinidade?” Na percepção do autor, a ideia de latinidade havia se instaurado a partir do pensamento e da ação de “delegados maçônicos do espírito

---

<sup>82</sup>Idem, p. 306-7.



revolucionário”, sendo, portanto, “uma latinidade contrária à ordem política e moral”, “uma latinidade anticatólica”, em suma.<sup>83</sup> Frente à emergência dessa noção de união latina, a proposta do líder católico francês, reproduzida na revista brasileira, se constituía em dotar tal projeto identitário de uma conotação reacionária, estabelecendo a “catolicidade”, fundamentada nos “altos princípios da ordem [e] da autoridade” como bases para a identificação latina. Mas, em concordância com o forte nacionalismo que caracterizava essa corrente conservadora, o “patriotismo” não seria “abdicado jamais”. Segundo Maurras, embora a “catolicidade” fundamentasse uma identificação cultural comum entre os diferentes povos latinos, cada um deles possuía também uma “tradição pessoal” que deveria ser preservada. Afinal, de acordo com o “chefe da contrarrevolução”, a ideia de “elaborar para o universo inteiro um modelo único de governo” era obra de “jacobinos”.<sup>84</sup>

Embora a monarquia fosse considerada como o regime político ideal nessa corrente de pensamento, o ideólogo francês advertia a necessidade de adequá-la com base nas “tradições pessoais” dos países. No caso da América Latina, por exemplo, a monarquia não seria uma opção aplicável, mas caberia a essas nações, como o melhor caminho político, a constituição de “pujantes e tranquilas repúblicas aristocráticas ou burguesas.” As reflexões de Maurras, reproduzidas em *A Ordem*, terminavam com o seguinte apelo a todo o mundo latino pela “salvação do mundo ocidental”:

A Democracia não vale mais que a Demagogia, e a história inteira mostra que ela confina com a anarquia. A causa latina é a causa da *archia*, a causa da ordem. Mais do que nunca os filhos da loba precisam se unir para defender a antiga herança. A barbárie encurralou a Latinidade europeia; ela ameaça também, ainda que por meios indiretos, a Latinidade sul-americana. Só uma ação acorde, uma união constante de todos os latinos nos pode salvar e salvar o mundo ocidental desse cataclismo latente! [...] O conceito da ordem e da autoridade, uma vez reconhecido e saudado por homens vindos do Rio e de Buenos Aires, de Bucarest e do Quebec; não faria isto com que nos sentíssemos melhor protegidos contra a invasão dos Bárbaros? Tais são nossos anelos.<sup>85</sup>

Esse chamado deve ser lido em um sentido reacionário, *stricto sensu*, como uma reação frente aos avanços transformadores, democratizantes e, portanto, “revolucionários”, sendo o processo de democratização social identificado à “barbárie”, mais especificamente como uma “invasão dos Bárbaros”. A conotação latinista dada a esse chamado não era um simples detalhe, mas sim a expressão do reconhecimento da força política que a noção de identidade latina possuía

---

<sup>83</sup>“A união da raça latina”, Editorial, *A Ordem*, ano 5, nº 51, jul-set, 1926, p. 207. Esse editorial reproduz o referido texto de Charles Maurras que, segundo os editores da publicação católica, havia sido publicado pelo jornal carioca ABC, que lhes havia cedido o direito de republicação.

<sup>84</sup>*Ibidem*.

<sup>85</sup>*Idem*, p. 210-11.

naquele momento, sendo, portanto, necessário rearticulá-la para que funcionasse em favor dos princípios conservadores. E a alusão direta ao caso da América Latina deixa transparecer, ainda, a percepção de que a questão da latinidade era um tema de fundamental importância política no continente.

Muito embora a proposta latinista de inspiração maurrasiana possa ser vista como uma resposta inteligente, evidentemente do ponto de vista reacionário, aos desafios daquele contexto, ela não deixava de ser arriscada no cenário americano. Afinal, o latino-americanismo que aqui se afirmava ancorava-se fundamentalmente numa posição anti-imperialista e ganhava, cada vez mais, as conotações da “barbárie” democratizante e revolucionária que tanto afligia os católicos reacionários. Exatamente essa leitura do cenário continental parece ter sido feita pelo líder católico brasileiro Jackson de Figueiredo. Algumas edições após a reprodução do texto de Maurras, o diretor do Centro Dom Vital e de sua revista publicou um artigo explicitamente programático sobre a posição do centro e de *A Ordem* em relação ao tema da identidade latina, como que em resposta ao chamado apresentado pelo ideólogo francês.

Em “O Brasil e o particularismo americano: nosso programa”, Figueiredo reconheceu a existência de uma identidade hispano-americana – hispano significando descendentes de toda a Península Ibérica – como “um fato” que, de “tão corrente em toda a extensão da histórica da América, quase se pode chamar de uma lei da sua consciência coletiva.” Em sua visão, seria uma questão de difícil resposta saber se os “desejos” ou “anseios” de união continental tinham ou não algum tipo de base “em realidades”; mas o indiscutível era que essa proposta de união continental possuía uma conotação ideológica, à qual o líder católico aludiu indiretamente como sendo o anti-imperialismo. Da sua perspectiva, o ponto fundamental envolvido na questão era a definição do “caso norte-americano em face às demais soberanias do continente”, em relação ao qual assumiu a explícita proposta de realizar uma “correção filosófica de uma concepção política de puro senso comum” que “nos separa da América do Norte.”<sup>86</sup> A “correção filosófica” operada pelo diretor da revista católica brasileira consistia basicamente em defender a aproximação do Brasil aos Estados Unidos e não sem o reconhecimento da ingerência estadunidense como garantia da ordem social no continente:

A autoridade que os Estados Unidos têm sabido usar em benefício de desmandados, pródigos e irrequietos, jamais poderá ser estimada por aqueles que, às vezes, sob a frágil e espantosa couraça de vaidades enormes, sentem sempre próximos de iguais fraquezas. Esta é a verdade pura e que, graças a Deus, só muito de leve pode atingir o Brasil, porque não creio que outro povo do Continente já tenha dado tantas provas, como nós, de confiança no irmão poderoso.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup>FIGUEIREDO, Jackson de. “O Brasil e o particularismo americano”, *A Ordem*, ano 6, nº 54, abr-jun, 1927, p. 87-8.

<sup>87</sup>Idem, p. 88.

O sentido de “correção” dado por Figueiredo à sua intervenção se esclarece quando se observa que o posicionamento que vinha sendo sustentado pela publicação católica era bastante crítico em relação à influência dos valores culturais estadunidenses sobre o Brasil, predominando uma imagem negativa dos Estados Unidos, relacionada principalmente à orientação protestante daquele país. Foi essa visão que o líder católico procurou “corrigir”, basicamente a partir do estabelecimento de nuances na imagem negativa sobre a potência continental, de forma que se pudesse admitir o valor político estratégico da aproximação com o “irmão poderoso”.. Assim, orientava seus leitores:

Se, do ponto de vista da influência sobre a nossa vida social, não podemos amar e animar a influência Norte-Americana, de acentuadas tendências individualistas e protestantes – do ponto de vista “político”, da política internacional, cremos firmemente que mais vale ao Brasil a amizade Norte-Americana que as simpatias, sempre suspeitosas, dos países de origem hispânica no Continente. [...] A política que mais serve ao Brasil dos nossos dias é a que tender para uma união mais firme de nossos interesses com os interesses dos Estado Unidos. Do ponto de vista cultural, nada necessitamos dos demais países latino-americanos.<sup>88</sup>

Ora, abrir uma perspectiva como essa passava necessariamente por uma releitura em relação à compreensão do catolicismo como eixo fundador da ordem política, algo que não deixou de ser considerado por Figueiredo. O líder da intelectualidade reacionária católica brasileira destacou, pragmaticamente, que “política é jogo de interesses” e encontrou no “espírito cristão”, um “espírito de todos os povos ocidentais”, a base para o “espírito americano”, que poderia, dessa forma, incluir estrategicamente os Estados Unidos.<sup>89</sup> A respeito dessa “virada católica” em relação aos Estados Unidos, o mais importante para os fins deste trabalho é ressaltar que se tratava expressamente de uma reação frente ao avanço continental de uma identificação latino-americanista de cunho progressista e forte conotação anti-imperialista. Foi o próprio líder católico quem afirmou ter proposto semelhante “correção filosófica” em relação aos Estados Unidos em face da existência de “uma grande corrente de nações americanas a impelir a ideia de uma política particular à América, com fórmulas e processo próprios, e diante da qual o Velho Mundo deve figurar [...] como mundo velho, deixado para trás”. “Mais ainda”, continua, “à mesmíssima corrente não repugnaria relegar à plutocracia Norte Americana para o meio daquelas tristes e incuráveis sociedades conquistadoras.”<sup>90</sup>

Os ecos da “hora americana” do movimento da Reforma Universitária são evidentes nessas palavras. A potencial relação entre esse discurso latino-americanista, um posicionamento

---

<sup>88</sup>Idem, p. 91.

<sup>89</sup>Idem, p. 89-90.

<sup>90</sup>Idem, p. 85.

anti-imperialista e um alinhamento à esquerda política foi o que não passou despercebido, e certamente temido, pelo líder reacionário católico brasileiro. Daí a sua defesa de uma aproximação, absolutamente pragmática, do Brasil com os Estados Unidos naquele momento. Essa leitura da situação se mostra bastante acertada quando observamos que, durante a segunda metade da década de 20, as principais expressões de solidariedade despertadas pela Revolução Mexicana entre a intelectualidade brasileira – algumas, inclusive, em evidente resposta aos ataques católicos – estiveram intimamente relacionadas a uma identificação latino-americanista e/ou a uma postura anti-imperialista em relação à atuação dos Estados Unidos no continente, tendo sido, muitas delas, articuladas a partir de concepções à esquerda.

#### **3.4. As solidariedades para com o México revolucionário e os debates sobre anti-imperialismo e latino-americanismo**

Ao observarmos as discussões em meio as quais o tema do México revolucionário apareceu no debate público brasileiro durante a segunda metade da década de 20, percebemos que, em geral, as referências à “questão religiosa” e, mais amplamente, à Revolução Mexicana se inseriram em um debate mais amplo a respeito de assuntos de caráter continental, como a questão da identidade latino-americana e a crítica anti-imperialista em relação à postura intervencionista estadunidense no continente. Os diversos atos, não apenas discursivos, de apoio ao México revolucionário, que podem ser identificados entre diferentes espectros político-ideológicos, permitem identificar o anti-imperialismo como uma posição assumida por parte significativa das elites culturais brasileiras, embora expresso de modos diferentes, a partir de distintas matrizes ideológicas. Permitem, também, perceber a existência de projetos latino-americanistas sustentados por grupos intelectuais de perfis ideológicos diferentes e observar que foi a partir das identificações a uma identidade latino-americana que a experiência revolucionária mexicana ganhou as mais significativas expressões de solidariedade.

Começamos abordando os casos em que as reflexões sobre o México foram realizadas por grupos que sustentavam posições anti-imperialistas, mas não manifestavam adesão a qualquer tipo de identidade latino-americana. Isso ocorreu através de órgãos de imprensa politicamente alinhados tanto à perspectiva liberal quanto às esquerdas, comunista e socialista.

Um anti-imperialismo de matriz liberal se manifestou em uma das primeiras e mais diretas respostas aos ataques católicos ao México revolucionário, veiculada, em meados de 1926, pela revista *Brasil Contemporâneo*, cujo subtítulo “Magazine” ou “Panfleto de atualidades” expressava muito bem o caráter da publicação. Nas páginas desse periódico quinzenal eram comentados os temas em foco no momento, principalmente de cunho cultural e político, tanto

do Brasil quanto do exterior. A revista havia surgido em 1919 como uma publicação bastante elitista, cujo objetivo explícito era “esclarecer e ajudar os bons políticos e estadistas”.<sup>91</sup> Em inícios da década de 20 já se percebe um perfil mais cultural, com ênfase para os temas literários, mantendo-se o perfil elitista, identificado ao público-alvo da revista. Essa dimensão pode ser apreendida quando se observa que entre os principais anúncios comerciais da revista encontravam-se as Indústrias Matarazzo, a Casa Colombo, requintada loja de vestuário, além de companhias importadoras. Em relação às colaborações de intelectuais, destacam-se, nessa época, as de Rocha Pombo e Francisco Galvão, entre outros.

Do ponto de vista político, há dois focos principais da atuação pública da revista que permitem identificar o “lugar” de onde provinha sua fala em favor do México revolucionário, em meados dos anos 20. Os editores de *Brasil Contemporâneo* apresentavam uma posição bastante crítica em relação aos conchavos oligárquicos que predominavam no cenário nacional, a “política dos caciques”, como denominavam; e possuíam, também, uma postura denunciante em relação à ameaça representada pelo imperialismo estadunidense no continente. No caso do Brasil, acreditavam que a ameaça imperialista mais imediata encontrava-se no plano econômico, através dos “monopólios odiosos”. Entretanto, consideravam que o intervencionismo norte-americano no Caribe – naquele momento, no Haiti e Santo Domingo, ainda antes do caso da Nicarágua – deveria alertar sobre a pretensão expansionista da “White House” sobre as “repúblicas [que consideravam] como amigas e, como tal, diretamente compreendidas na doutrina da ‘América para os americanos’, que da[va] lugar a tantas interpretações.”<sup>92</sup>

Sobre a posição do Brasil no continente, além da defesa da resistência ao imperialismo estadunidense, podemos encontrar em *Brasil Contemporâneo* um elogio, embora pontual, ao caminho de amizade para com os vizinhos, identificado na “obra de concórdia” iniciada pelo “espírito clarividente” do Barão do Rio Branco, que havia conseguido “fazer nascer na terra americana a confiança e o respeito [em relação] ao Brasil”.<sup>93</sup> Essa referência apareceu na revista precisamente ao se fazer menção sobre um possível estremecimento das relações diplomáticas entre México e Brasil, devido aos desentendimentos gerados com o embaixador mexicano pelos artigos Jackson de Figueiredo contra a política anticlerical do governo Calles, tema que, segundo a revista, teria chegado à Câmara dos Deputados e causado inquietação. Nessa ocasião, o editor da revista, Mário Cordeiro, publicou um artigo intitulado “Agressões de um fanático ao

---

<sup>91</sup>“Brasil Contemporâneo” (editorial), *Brasil Contemporâneo*, nº 1, dezembro de 1919.

<sup>92</sup>*Idem*, “A política dos caciques”, nº 131, 15/10/1927, p. 4; nº 110, 31/03/1926, p. 5 e “Haiti, S. Domingos e os Estados Unidos”, nº 131, 15/10/1927, p. 12.

<sup>93</sup>“Agressões de um fanático ao presidente do México”, *Brasil Contemporâneo*, nº 117, 31/08/1926, 1ª pág.

presidente do México”, em uma explícita e incisiva resposta aos ataques dos católicos brasileiros.<sup>94</sup>

O líder da intelectualidade conservadora católica brasileira foi apresentado nas páginas da revista *Brasil Contemporâneo* como um “fanático” defensor da religião católica, um “medíocre”, “discípulo obscuro da filosofia passadista de Farias Brito”; uma “voz inoportuna” e sem “nenhuma autoridade”, que “não representava absolutamente o reflexo da opinião nacional”. Ainda da perspectiva da revista, “se alguém quisesse interpretar séria, lealmente, a opinião pública [brasileira], teria que afirmar que vemos com simpatia a orientação do México, país nobre e altivo, que não se rendeu ao domínio absorvente do catolicismo.” Voltando-se mais diretamente para a questão interna do México, o diretor da publicação estabeleceu uma comparação daquele país com o Brasil, diante da qual afirmou que o México revolucionário era uma nação que “marcha[va] muitos quilômetros adiantada da nossa em liberdade e cultura”, “porque o Brasil e[ra], ainda, um país três vezes escravizado: Escravo do catolicismo! Escravo do governo! Escravo do capitalismo!”<sup>95</sup>

Ao contrário do que possa parecer, essas críticas ao governo e ao capitalismo não tinham qualquer relação com um projeto revolucionário e anticapitalista, mas partiam de uma perspectiva liberal-reformista, contrária à política oligárquica e ao imperialismo, identificado aos monopólios empresariais, entendidos como um abuso do capitalismo. Quanto à comparação estabelecida de tal maneira entre Brasil e México, permitia vislumbrar, mesmo que sutilmente, que as transformações daquele país poderiam ser um exemplo para o Brasil. Veremos um pouco à frente a particular leitura da Revolução Mexicana que foi realizada pelos editores da revista, a fim de lhes permitir usar o exemplo do México nos anos 20 como um argumento político importante frente ao perigo de uma “exaltação” revolucionária no Brasil naquele momento. Antes, gostaríamos de chamar a atenção para a “questão religiosa”, que foi o tema inicial a partir do qual o México revolucionário ganhou espaço na publicação.

Na comparação que os editores de *Brasil Contemporâneo* estabeleceram entre México e Brasil, chama a atenção o fato de o catolicismo ter sido apontado como o primeiro na lista dos elementos políticos e sociais da “escravização” brasileira. Embora seja evidente que isso se relacionava com o grande tema em discussão sobre o México no momento, a alusão ao catolicismo como o primeiro grande flagelo brasileiro não deixava de expressar um reconhecimento da questão religiosa como um dos maiores desafios também para o Brasil. Em um outro artigo, publicado na mesma edição da revista e sem assinatura, expressando, possivelmente, uma posição editorial, pode-se ler uma defesa entusiasta da ação do Estado

---

<sup>94</sup>Ibidem.

<sup>95</sup>Ibidem.

mexicano em prol da efetivação da laicidade republicana, reconhecida na Constituição de 1917. Segundo o referido texto, não havia no México, “propriamente, nenhuma questão religiosa”, o que havia era “um conflito entre a autoridade civil e os altos representantes do clero”, conflito histórico que “teve sua origem nos primeiros dias da independência mexicana”. No argumento manifestado no artigo, a situação no México era simplesmente a seguinte: “o que o presidente Calles deseja, e está realizando, é o afastamento do clero da gerência política do seu país.” Dessa forma, o artigo defendia que a ação do presidente mexicano era “merecedora de aplausos”, inclusive por parte dos “bons católicos, sensatos e justos.”<sup>96</sup>

A oposição latente entre “fanáticos religiosos” e “bons católicos” – republicanos e defensores do Estado laico – permite captar um pouco mais do lugar social ocupado pela revista. Falando certamente a uma maioria católica, procurava firmar entre seus leitores os valores republicanos de separação entre a adesão pessoal a uma fé religiosa e o universo político, dentro do qual a autoridade civil deveria se impor como poder laico, independente e soberano. O oposto seria sinônimo de obscurantismo, atraso e fanatismo, três alcunhas dirigidas pela publicação ao projeto reacionário católico encabeçado por Jackson de Figueiredo. Ao contrário do que se queria assumir, ao simplesmente taxar o líder católico de “obscuro” e “medíocre”, o que tamanha belicosidade contra esse personagem denotava era o enorme desafio representado pelo projeto que ele encarnava, o qual, de fato, encontrava-se em franca ascensão política no Brasil naquele momento.

Na edição seguinte de *Brasil Contemporâneo*, a situação do México tornou-se o tema central, aparecendo inclusive na capa da revista, que trazia uma homenagem ao presidente Calles e à política do México revolucionário (imagem 19). Ao lado de uma foto do presidente mexicano, aparecia o seguinte comentário editorial:

Agora que o México se amplia nos horizontes da política internacional, numa radiosa alvorada de reformas sociais, elevando-se entre as nações que se elevam impulsionadas pela Ideia Nova – empolgante fator da reconstrução do mundo – a figura sugestiva do presidente Plutarco Elias Calles aparece, focalizando aplausos e simpatias, na galeria dos gigantes da humanidade contemporânea.<sup>97</sup>

---

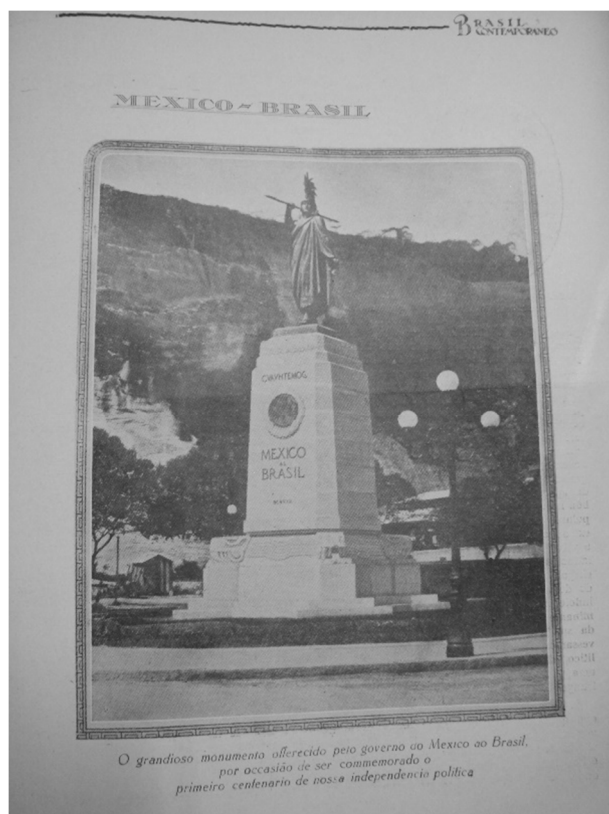
<sup>96</sup>“A questão religiosa no México”, *Brasil Contemporâneo*, nº 117, 31/08/1926, p. 3.

<sup>97</sup>Idem, nº 118, 30/09/1926.

Imagem 19



Imagem 20





Nessa leitura da situação, as reformas sociais realizadas no México faziam do país uma das mais progressivas nações, dando-lhe um lugar de destaque no cenário internacional. Mais ainda, o México revolucionário estaria “elevando-se” entre as próprias “nações que se elevam impulsionadas pela Ideia Nova”. Claro está que a “ideia nova” aqui aludida se relaciona com as reformas sociais; disso podemos concluir que possivelmente o que se encontrava subentendido nessa alusão era uma comparação indireta entre os casos do México e o da Rússia soviética, em benefício do primeiro. A perspectiva dos editores de *Brasil Contemporâneo* a esse respeito, apenas esboçada na capa da revista, se esclarece de forma definitiva em um artigo intitulado “Terra dos astecas”, publicado na mesma edição.

O referido artigo apareceu na revista antecedido por uma fotografia do “grandioso monumento” que havia sido oferecido como presente oficial do México ao Brasil em 1922, no Centenário da Independência, representando a figura de Cuauhtémoc (imagem 20). No texto, que apareceu sem assinatura, portanto como uma visão editorial, a atuação de Calles era defendida como uma continuação da Revolução, que teria acabado com “a situação política dominante” que “infelicitava” o México, a qual era apontada como “similar à que ainda atravess[ávamos]” no Brasil. Na perspectiva apresentada pela revista, isso significava: um país dominado “por um sindicato político, divorciado da nação e de mãos dadas com uma plutocracia, em que predomina[va] o elemento estrangeiro.” Ainda em comparação explícita com o caso brasileiro, o artigo afirmava que, no México, somente “quando em 1910 uma revolução derrubou a política sem ideais e sem princípios”, é que foi revelado “um dos grandes males nacionais, o analfabetismo, de que nós ainda não nos libertamos e que constitui, no Brasil, uma verdadeira desgraça de abomináveis consequências, tal e qual sucedia na nação irmã.”<sup>98</sup>

Muito embora o artigo não apresente termos como “exemplo” ou “modelo”, o México é exaltado em relação ao Brasil exatamente nesses termos. E o que se pode perceber é que, na leitura dos editores da revista brasileira, a Revolução Mexicana seria primordialmente um movimento anti-imperialista. Em relação a isso, vale destacar que o título do artigo, “A terra dos astecas”, juntamente com a reprodução da imagem monumental de um Cuauhtémoc erguido majestosamente, de lança em punho, são os outros elementos formadores de um discurso verbal e visual que permitia criar uma imagem mental da resistência do “país dos astecas” frente às agressões estrangeiras: conquista espanhola no século XVI, imperialismo *yankee* no XX.

Esse discurso sobre o México contribuía para legitimar a crítica anti-imperialista, manifestada do ponto de vista das elites, que era sustentada pela revista. Ao estabelecerem uma vinculação direta entre miséria política e social e imperialismo, identificando apenas neste

---

<sup>98</sup>Idem, “A terra dos astecas”, p. 7.

último, mas não no sistema capitalista em si, a causa das mazelas nacionais, os editores da publicação o transformavam no principal problema a ser combatido, tanto no México quanto no Brasil. Outro elemento que chama muito a atenção no mesmo artigo é a presença de toda uma argumentação direcionada a desmentir a visão de Calles como um “socialista exaltado”. Na perspectiva dos editores de *Brasil Contemporâneo*, a identificação do presidente mexicano e de sua política como socialista nada mais era do que uma “acusação”, decorrente de uma “intriga” política, já que o presidente mexicano tinha um “programa elevado e sincero, liberal e humanitário e que, ao invés de uma ameaça à ordem social, significa[va] a garantia do conagraçamento entre o capital e o trabalho, a prosperidade [...] de toda a coletividade social.”<sup>99</sup>

Ao destacar o caráter não comunista da Revolução do México, os editores da revista conseguiam afastar as reformas sociais mexicanas da noção de “exaltação”. E ao ressaltar que uma política reformista era levada a cabo no México pelo próprio Estado, conseguiam apontar para a possibilidade de conciliação entre capital e trabalho, desde que mantivessem invisibilizada a “exaltação” das massas populares como o grande catalizador e agente das transformações sociais naquele país. Assim apresentado, o “caso do México” podia ser usado como argumento para defender a ideia de que não era necessária uma revolução radical, nos moldes comunistas, para a solução dos problemas sociais brasileiros. Nessa interpretação, o único radicalismo destacado da experiência mexicana foi o anticlerical, tendo em vista não ser este um foco de discordância em relação à linha editorial da revista.

A partir de uma posição político-ideológica muito distinta, também os comunistas fizeram referências ao México revolucionário a partir da discussão em torno do anti-imperialismo. Tratou-se, também nesse caso, de uma interpretação que identificava a Revolução do México primordialmente como uma luta por soberania nacional, nos marcos da intensificação do tema do imperialismo no contexto aberto pela luta liderada por Sandino na Nicarágua. A citação a seguir resume o fundamental da abordagem dos comunistas ao México revolucionário nesse momento. Trata-se de um artigo veiculado pelo jornal *A Nação*,<sup>100</sup> órgão propagandista do Bloco Operário e Camponês, no início de 1927, intitulado “O México para as massas mexicanas”. A questão levantada no texto era a possibilidade de uma intervenção armada dos Estados Unidos no México, devido à aprovação de leis que atingiam os interesses econômicos estadunidenses no país vizinho:

Depois de uma luta heroica contra as tiranias nacionais, as massas oprimidas do México conseguiram impor ao governo do seu país certas medidas visando melhorar

---

<sup>99</sup>Idem, p. 8.

<sup>100</sup>Segundo Nelson Werneck Sodré, em sua *História da imprensa no Brasil*, o “jornal comunista” *A Nação* circulou de janeiro de 1926 a agosto de 1927, “orientando a campanha do Bloco Operário e Camponês”, sendo dirigido por Leônidas Rezende. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 369.

as suas nada invejáveis condições de vida. Vieram, assim, sob a pressão das camadas pobres, das populações daquele país, algumas leis de proteção no trabalho. As maiores fontes da riqueza mexicana estão, porém, nas mãos [dos] capitalistas norte-americanos e ingleses. [...] as leis ultimamente aprovadas pelo Congresso do México [...] vêm reduzir de algum modo os fantásticos lucros que nos últimos anos obtinham aquelas companhias [estrangeiras]. Não dispostos a isso, os “capitalistas” norte-americanos, confiantes na força do exército de sua terra, recusam-se terminantemente a submeter-se às leis do país que exploram, recorrendo ao auxílio do governo imperialista dos Estados Unidos. [...] Se essa guerra estalar, [...] a classe operária será a única sacrificada, ela que nada tem a lucrar com as aventuras imperialistas! Diante desta ameaça precisamos estar de pé! Precisamos opor-nos a todo transe a uma nova guerra imperialista [...]. Abaixo as guerras imperialistas! [...] O México para as massas mexicanas!<sup>101</sup>

Se, por um lado, essa interpretação atribui à luta das massas populares mexicanas as reformas sociais realizadas no México, por outro, as descreve como “certas medidas” de melhoria da vida ou “algumas leis de proteção no trabalho” e enfatiza o imperialismo das grandes companhias estrangeiras, principalmente estadunidenses, como a grande fonte dos problemas sociais mexicanos. Nem de longe percebe-se a noção de que a “luta heroica” das “massas oprimidas do México” tivesse operado uma transformação estrutural no país, ao ponto de poder-se atribuir um sentido revolucionário à sua ação.

Na interpretação mais geral veiculada pelo jornal comunista, a luta anti-imperialista mexicana – representada pelo desafio aos interesses econômicos estadunidenses no país, principalmente no caso do petróleo – era parte de uma luta maior no continente, expressa também no caso da Nicarágua. Como argumentaram em outro artigo, intitulado “Yankess... e Yankees”, ao mesmo tempo em que eram enviados navios “para *salvaguardar* os interesses yankees em Manágua”, os “patrioteiros grita[va]m pela imprensa amarela, a soldo dos capitalistas, que o petróleo norte-americano do México periga[va] – e logo assanha[va]m-se os banqueiros gulosos da Wall Street.” Na leitura dos comunistas brasileiros à frente de *A Nação*, as estratégias usadas em cada um desses casos faziam parte de um mesmo “plano burguês para uma nova guerra de conquista e nova investida contra o proletariado.”<sup>102</sup>

Do lado socialista também houve uma forte mobilização anti-imperialista em favor da Nicarágua e de seu “libertador”, como a figura de Sandino foi identificada pelos socialistas à frente do jornal *A Esquerda*.<sup>103</sup> Esse periódico era, então, a principal tribuna do socialismo que, nesse momento, encontrava-se bem menos combativo em relação ao PCB, apoiando, juntamente

---

<sup>101</sup>“O México para as massas mexicanas”, *A Nação*, 12/01/1927, p. 2

<sup>102</sup>Idem, “Yankess... e Yankees”, 11/01/1927, p. 2. Grifo no original.

<sup>103</sup>“Sandino, libertador da Nicarágua”, *A Esquerda*, 01/02/1928, p. 2.

com os comunistas, tanto a estratégia do BOC quanto a Coluna Prestes.<sup>104</sup> O próprio nome do jornal, *A Esquerda*, aponta claramente para uma perspectiva unificadora das forças de esquerda. Mas, no que diz respeito ao México revolucionário, a abordagem dos socialistas, também nesse momento, foi muito distinta da esboçada pelos comunistas.

A posição anti-imperialista manifestada no discurso de *A Esquerda* frente ao caso da Nicarágua não foi relacionada ao caso mexicano, cujo foco foi diretamente a questão religiosa. Embora o tema não tenha suscitado grande discussão no jornal – que nesse momento se ocupava muito mais das questões internas do Brasil, tais como o analfabetismo e as dívidas que deixavam o país “a mercê dos agiotas estrangeiros” –, é perceptível o apoio à ação anticlerical do governo Calles, através da publicação de informações, oriundas das agências de notícias, que destacavam principalmente as sucessivas vitórias das forças anticlericais frente aos “católicos rebeldes”, as quais conformaram a visão triunfalista de “uma vitória eficaz” do governo contra os mesmos.<sup>105</sup>

Mas algo que se assemelhou nos discursos dos comunistas e socialistas, à frente de *A Nação* e *A Esquerda*, respectivamente, foi o fato de que o posicionamento anti-imperialista em relação à ação dos Estados Unidos no continente em momento algum culminou em uma adesão a qualquer tipo de projeto de cunho latino-americanista. Isso pode ser relacionado ao internacionalismo característico dessas ideologias e também ser apontado como um indicativo dos limites encontrados no Brasil por tais projetos de integração continental. Entretanto, algumas das maiores manifestações de solidariedade ao México revolucionário nesse período atestam, por outro lado, uma receptividade do ideário latino-americanista entre parcela substantiva da intelectualidade brasileira nos anos 20. E essas manifestações também apontam para articulações estabelecidas entre grupos que assumiam o perfil latino-americanista como bandeira política e a Embaixada mexicana no Brasil.

Uma das mais ilustrativas demonstrações brasileiras de solidariedade para com a Revolução Mexicana – e também uma mostra de que a atuação dos próprios mexicanos (nesse caso o embaixador) sempre foi importante para esse fim – encontra-se na publicação, em 1928, do livro *México revolucionário. (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*, de Oscar Tenório. Este, um jovem intelectual, envolvido no movimento estudantil universitário, fazia parte da Alianza Continental, organização de caráter latino-americanista que era um desdobramento do grupo *Renovación* de Buenos Aires, como mencionamos no início deste capítulo. No âmbito nacional, o autor ligava-se ao grupo Renovação Universitária, formado por estudantes e professores identificados ao reformismo

---

<sup>104</sup>Entre os principais colaboradores de *A Esquerda* encontravam-se os socialistas Evaristo de Moraes Filho e Carlos Sussekind de Mendonça, que chegou a atuar como diretor do periódico. O jornal é descrito por Nelson Werneck Sodré, como um “órgão tenentista”. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 428.

<sup>105</sup>*A Esquerda*, 09/02/1928, p. 2; 07/02/1928, 1ª pág; 20/02/1928, p. 2; 22/02/1928, p. 6.

universitário continental, os quais mantinham uma publicação de cunho latino-americanista e alinhamento esquerdista, a *Folha Acadêmica* – cujo projeto editorial abordaremos mais à frente –, na qual Oscar Tenório figurava como um dos editores e pela qual foi editada sua obra sobre o México.

*México revolucionário* é uma obra extremamente rica em significados. Tratou-se da reunião de artigos dispersos, publicados originalmente na grande imprensa, nos quais o autor buscou combater a visão de destruição e violência que voltava a pairar sobre o México com os episódios da Guerra Cristera. Com vistas a esse fim, os textos que compõem o livro encerram todo um sentido de demonstração da obra transformadora e construtiva operada pela Revolução Mexicana. Isso se expressa no próprio eixo articulador da obra: a apresentação “[d]os problemas do México” – título do primeiro capítulo, após o “Prólogo” e as “Preliminares” – seguida da demonstração das transformações operadas pela Revolução, desenvolvidas nos capítulos seguintes. Ao serem reunidos em um único volume, esses artigos ganhavam um sentido de conjunto e conformavam uma interpretação mais geral e articulada sobre a Revolução Mexicana. Esse sentido foi sinalizado pelos editores de *Folha Acadêmica* e a obra de Oscar Tenório louvada nas páginas da revista como sendo “o primeiro esforço feito em língua portuguesa duma síntese da Revolução Mexicana.”<sup>106</sup>

O conflito com a Igreja, principal questão em foco nos anos 20, ocupa apenas três dos doze capítulos da obra de Oscar Tenório, que aborda, também, temas como “a educação”, “o índio”, “o petróleo”. Na visão do autor, todos esses problemas – “as questões do Estado laico, do ensino livre, do peão maltrapilho, do indígena, das liberdades públicas, etc.” – eram derivados “do problema agrário”, ou seja, “a espoliação de alguns latifundiários que erigiram um Estado dentro do próprio Estado”, fazendo valer à força suas próprias leis em suas imensas propriedades. Nessa perspectiva, apontava que “a nação mexicana possu[í]a todos os problemas sociais da América Latina”, embora “agravados pela sua posição [...] na vizinhança dos poderosos Estados Unidos”. Eis aqui mais um dos “problemas do México”, identificado pelo autor como um dos aspectos centrais da Revolução.<sup>107</sup>

Na visão de Oscar Tenório, a Revolução Mexicana se constituía num processo de libertação nacional, de caráter político, econômico, social e mental, dentro do qual destacou inúmeras transformações experimentadas pelo país revolucionário: “o analfabetismo diminui; os orçamentos da instrução pública são pesadíssimos e as escolas rurais se distribuem largamente pelos vilarejos mais distantes”. E mais ainda, destacava: “incentivam a cultura, realizando uma

---

<sup>106</sup>“México de ontem, México de hoje” (editorial), *Folha Acadêmica*, nº 14, 1928, p. 215.

<sup>107</sup>TENÓRIO, Oscar. *México revolucionário. (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*. Rio de Janeiro: Ed. da *Folha Acadêmica*, 1928, p. 37-8.

obra de renascimento indígena e de sensibilidade modernista, ao mesmo tempo. As artes são populares; saíram das mãos monopolizadoras duma minoria feliz para o gozo de todos os homens”. Já no plano externo, a Revolução do México se traduzia numa luta para “salvar a soberania nacional”, contra o expansionismo do “polvo áureo”, imagem mental dos Estados Unidos empregada por Oscar Tenório. Em sua perspectiva, exatamente esse caráter de resistência anti-imperialista fazia da Revolução Mexicana uma experiência histórica que deveria contar com o apoio de toda a América Latina, pois o perigo imperialista ameaçava todo o continente: “defender o México é defender [...] a nossa América! É preparar a legítima defesa das nações ameaçadas!” Quanto aos artífices dessa “legítima defesa”, as figuras centrais seriam os “intelectuais ligados à causa mexicana por anseios profundos de solidariedade continental”, categoria à qual implicitamente se vinculava.<sup>108</sup>

Como se pode notar por essa breve descrição, a argumentação de *México revolucionário* foi estruturada em torno de tópicos centrais do debate político-intelectual que marcava o cenário continental nos anos 20: revolução, nação, imperialismo. E foi realizada a partir de uma perspectiva que atribuía à intelectualidade o papel de uma espécie de vanguarda salvadora da nação e do continente, outro tópico importante do debate no período.<sup>109</sup> Essa visão guarda estreita relação com o movimento de Reforma Universitária e os projetos de união continental desenvolvidos à luz desse movimento, pelo qual a intelectualidade – os jovens universitários e seus mestres – procurava assumir o protagonismo das transformações sociais na América Latina. Oscar Tenório foi uma das figuras mais representativas do diálogo estabelecido entre jovens universitários brasileiros e os projetos latino-americanistas decorrentes do reformismo universitário continental e sua obra não deixou de comportar também vários sentidos pragmáticos nessa direção.

A empolgada descrição do México revolucionário feita pelo autor, sem dúvida, alçava a experiência daquele país ao lugar de modelo de transformações sociais a ser seguido pelo resto do continente, particularmente pelo Brasil. Além disso, *México revolucionário* também incluía uma espécie de convocação à juventude intelectual brasileira para que se unisse ao projeto de integração continental representado pela União Latino Americana e, mais diretamente, a um de seus principais desdobramentos, a Alianza Continental, à qual se vinculava o próprio Oscar Tenório. Esse caráter convocatório de cunho latino-americanista, dirigido aos jovens brasileiros, é o que se verifica nas “Palavras finais” do autor, um texto carregado da retórica salvacionista e juvenilista, típica do movimento reformista, que identificava antigo e passado à obscurantismo e corrupção, em oposição ao novo, e à juventude como elemento de regeneração social:

---

<sup>108</sup>Idem, p. 33; 37; 39-40.

<sup>109</sup>Consultar a respeito FUNES, Patricia. *Op. cit.*

As gerações latino-americanas, as novas gerações que não se iludiram com a prédica de Wilson, o professor de direito que bombardeou Vera Cruz [no México, em 1914], vivem alertas e parece que resistirão aos preconceitos, aos males, à corrupção dos tempos presentes [...]. No ocaso das liberdades nacionais, miseravelmente sufocadas pela grandeza, os jovens dos dias que correm soluçam sobre a tragédia das pátrias pequeninas, das Nicarágua espoliadas e violentadas pelos fuzileiros navais dos Estados Unidos. [...]

E na América do Sul? [...] Os Estados Unidos realizam a política doméstica do monroísmo, abarrotando de capitais nossas repúblicas, capitais cujos juros serão pagos pelo sangue dos patriotas. [...] [O] que devemos fazer, os nacionalistas, neste momento de perigo para a América Latina? [...] Fundemos associações atuantes nos sentimentos populares! Os princípios do nosso autêntico nacionalismo[,] que não está em contradição com os ideais mais largos de humanidade, já vivem agitando os meios universitários, graças à União Latino Americana e à Aliança Continental.<sup>110</sup>

A revista *Folha Acadêmica* representava um importante esforço realizados por brasileiros em prol do ideário latino-americanista empunhado por Oscar Tenório, conforme veremos em seguida. Antes, queremos destacar um outro sentido pragmático envolvido em *México revolucionário*, que é o espaço concedido à palavra oficial mexicana, por meio de seu embaixador no Brasil, em meio ao difícil contexto da Guerra Cristera. Ao final da obra, foi inserido como anexo um texto do embaixador Ortiz Rubio, com o evidente intuito de combater as críticas ao México veiculadas por parte da imprensa brasileira. Oscar Tenório apresentou o discurso do mexicano como um “estudo sereno”, que ainda não conseguira ser “refutado decentemente pelo jornalismo agressivo e parcial.”<sup>111</sup> Essas palavras contribuíam para afastar a figura do embaixador mexicano da imagem exaltada que tenderam a lhe atribuir por causa de sua reação diante dos ataques desferidos pelos conservadores católicos.

O texto de Ortiz Rubio, intitulado “O conflito entre o Estado e a Igreja no México”, apresentava – como não podia deixar de ser – um tom corretivo e reativo frente às inúmeras críticas que circulavam sobre o México. Refutava a ideia de que o país enfrentava um conflito religioso, afirmando que se tratava simplesmente da imposição constitucional da autoridade estatal, e denunciava, como fonte das versões distorcidas sobre a situação de seu país, “a propaganda clerical”, que atuava “adulterando fatos e forjando horripilantes lendas”, que se baseavam em apresentar “o conflito político-clerical do México como sendo uma cruel e selvagem perseguição religiosa.” O embaixador mexicano se esmerou em explicar cada artigo anticlerical contido na Constituição de 1917 como simples “disposições administrativas” que representavam uma resposta ao histórico poder político exercido pelo clero no México; medidas, portanto, “ditadas pelas dolorosas experiências políticas do passado.”<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup>TENÓRIO, Oscar. *Op. cit.*, p. 206.

<sup>111</sup>Idem, p. 213.

<sup>112</sup>ORTIZ RUBIO, Pascual. O conflito entre o Estado e a Igreja no México. Anexo de TENÓRIO, Oscar. *Op. cit.*, p. 215; 217.

É possível que esse texto de Ortiz Rubio tenha sido publicado anteriormente em jornais de grande circulação, como ocorreu com os próprios artigos de Oscar Tenório que integraram *México revolucionário*. De toda maneira, a inclusão da fala do embaixador mexicano em uma obra que pretendia fornecer uma visão de conjunto sobre a situação do país e à qual, como já citamos, era atribuída a importância de ser o “primeiro esforço feito em língua portuguesa numa síntese da Revolução Mexicana”,<sup>113</sup> sem dúvida contribuía para difundir-la para além de uma leitura mais efêmera da imprensa diária. O espaço de intervenção e canal de divulgação que a obra *México revolucionário* forneceu à fala oficial mexicana a respeito do conflito existente no país é um indicativo importante da atuação de Ortiz Rubio no sentido de articular solidariedades ao México revolucionário entre grupos intelectuais brasileiros identificados às ideias de união continental e identidade latino-americana. Podemos, de fato, identificar a proximidade do embaixador mexicano com dois grupos específicos, ligados às revistas *Folha Acadêmica* e *Columbia*, que sustentavam projetos editoriais de cunho latino-americanista, cada um comportando uma perspectiva política distinta a respeito dessa identidade continental.

*Folha Acadêmica*, como já apontamos, era uma publicação ligada ao projeto reformista universitário continental, produzida por estudantes e professores universitários alinhados à esquerda política. Conforme observa Regina Crespo em seu trabalho sobre a revista, esta foi produto de um “projeto político” dentro do qual “a inserção do Brasil no âmbito latino-americano era um tema fundamental”. A publicação apresentava “uma perspectiva humanista e socialista, com algumas simpatias comunistas e, no que se refere à política latino-americana, conservava certa inspiração aprista.” Com essa relativa abertura, cujos limites eram o pensamento de esquerda, a revista – que era dirigida pelo professor Bruno Lobo, da Faculdade de Medicina – contava com a colaboração de intelectuais de diversos matizes, desde socialistas, como Evaristo de Moraes, até marxistas, como Castro Rebello.<sup>114</sup>

Em relação ao México, a Revolução daquele país foi um dos temas de maior relevo na revista. Isso se explica pela própria linha editorial de *Folha Acadêmica*, sendo que “a solidariedade continental, apoiada por um latino-americanismo de defesa, cuja vanguarda e cujo baluarte eram simultaneamente representados pelo austero solo mexicano”, foi um fator decisivo para que a revista “privilegia[sse] entre seus temas a política e a cultura desse país.” Entretanto, a importância conferida ao México não se restringiu ao tema das relações internacionais. Na leitura veiculada pela revista, “o México não só se constituía como o mais forte bastião contra o imperialismo yankee”, mas também “havia conseguido realizar uma reforma agrária, consolidar

---

<sup>113</sup>“México de ontem, México de hoje” (editorial), *Folha Acadêmica*, nº 14, 1928, p. 215.

<sup>114</sup>CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*: esforços para a integração do Brasil na América Latina (1928-1931). In: CRESPO, Regina (coord). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 215; 215.



o movimento proletário, realizar uma verdadeira revolução educativa e consolidar-se realmente como Estado laico, pulverizando [...] o recalcitrante poder da igreja católica.”<sup>115</sup>

Embora essa possa ser apontada como a interpretação geral veiculada pela revista sobre o México revolucionário, é importante notar também que a relativa abertura que caracterizava o perfil editorial de *Folha Acadêmica* permitiu a expressão de diferentes matizes ideológicos, dentro da esquerda universitária que a produzia, na interpretação da Revolução Mexicana. Temos, de um lado, a leitura nacionalista e anti-imperialista de Oscar Tenório – autor do já comentado *México revolucionário* e um dos editores da revista –, cuja base eram os postulados da Reforma de Córdoba com toques de socialismo argentino, ou seja, os princípios da União Latino Americana, fundada por Ingenieros e, então, dirigida por Alfredo Palacios. Como aponta o próprio autor, seu “autêntico nacionalismo” tinha por base as orientações da associação latino-americanista para as políticas nos âmbitos nacionais: a “oposição a toda política financeira que comprometa a soberania nacional”; a “reafirmação dos postulados democráticos”; a “nacionalização das fontes de riqueza”; a “luta contra toda influência da Igreja na vida pública e educacional”; a “extensão da instrução gratuita, laica e obrigatória, e reforma universitária integral.”<sup>116</sup> A partir dessa leitura, a Revolução do México foi percebida como um processo cujo zênite já estaria sendo alcançado, através do projeto nacionalizador, antilatifundista e anti-imperialista.

No entanto, para outra parcela da esquerda, que também esteve representada em *Folha Acadêmica*, a Revolução Mexicana encontrava-se, nos anos 20, em um momento de definição em relação ao seu próprio caráter revolucionário. Essa foi a perspectiva esboçada em diversos artigos assinados por Adelmo de Mendonça, um pupilo do professor Bruno Lobo, que foi apresentado pela revista como “*leader* universitário” e que se autointitulou como “velho companheiro” de Oscar Tenório no prefácio que escreveu para o seu *México revolucionário*. No referido prefácio, assim como nos diversos artigos sobre o México que publicou em *Folha Acadêmica*, Adelmo de Mendonça apresentou uma visão menos entusiasta e mais cautelosa em relação à Revolução Mexicana, embora reconhecesse que por meio dela se havia realizado “uma obra admirável de conquista social e cultural”, e que seus “bons frutos” se relacionavam principalmente “à situação do indígena”. Considerava, no entanto, que o processo de transformação social levado a cabo no México possuía “vários defeitos”, sobre os quais não entrou em detalhes, mas que podemos vislumbrar pela lógica de sua argumentação.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup>Idem, p. 231.

<sup>116</sup>TENÓRIO, Oscar. *Op. cit.*, p. 207-8.

<sup>117</sup>MENDONÇA, Adelmo de. “Álvaro Obregón”; *Folha Acadêmica*, nº 14, 1928, p. 379 e “A contrarrevolução mexicana”, *Folha Acadêmica*, nº 14, 1929, p. 210.

Para Adelmo de Mendonça, a Revolução do México constituía-se, até aquele momento, meados de 1928, em uma “revolução agrária e pequeno burguesa” que encontrava-se em um momento de crucial definição, após a “decisiva vitória do governo” sobre “a contrarrevolução” liderada pelo clero. Esse momento de definição se resumia em: “ou une-se aos verdadeiros revolucionários e realiza o máximo, ou inevitavelmente aliar-se-á às forças da reação e com elas governará”.<sup>118</sup> Este diagnóstico da situação mexicana era realizado logo após o assassinato de Obregón e, como se pode depreender, a partir de uma posição que identificava a “verdadeira” revolução ao modelo comunista. Essa perspectiva foi apresentada pelo autor de forma mais explícita em seu prólogo – aliás, um tanto quanto crítico – à obra de Oscar Tenório. Nesse texto, Adelmo de Mendonça relacionou a perspectiva interpretativa do autor de *México revolucionário* à atuação dos “dois estadistas” mexicanos, Obregón e Calles; argumentou que, como eles faziam na prática política, também o brasileiro em sua obra “não chega[va] às últimas consequências dos verdadeiros movimentos revolucionários”:

A transformação econômica que se operou no México [...] foi parcial. Cumpre aos estadistas moços realizá-la integralmente[,] extinguindo a luta de classes, ou o México se cristalizará num regime pequeno burguês. A divisão de terras não basta. [...] Aliás[,] a geração atual surgiu num momento histórico. Pode-se afirmar que o século XIX terminou quando a revolução russa de 1917 determinou um ciclo novo nas instituições políticas. [...] No momento atual, tão nítido se nos depara o antagonismo de classes que só uma alternativa se impõe: revolucionários ou reacionários. A arguição de alguns de que na América não há nada a destruir, que aqui tudo é magnífica criação, é falsa.<sup>119</sup>

A conclusão a que chegou Adelmo de Mendonça aponta para uma percepção de que a realidade social e política tornava-se tão polarizada ao ponto de permitir somente escolhas mais “integrais”, através das quais se chegaria às “últimas consequências” das escolhas ideológicas, ou seja, a adesão ao comunismo ou ao fascismo. Essa era uma leitura que começava a ganhar terreno e que veio a se consolidar entre parte da intelectualidade brasileira – tanto de alinhamento político à esquerda quanto à direita – nos anos 30, como vemos no capítulo seguinte.

No que diz respeito à identidade latino-americana e ao significado continental da Revolução Mexicana, em meio ao cenário traçado pelo prologuista de *México revolucionário*, como se pode observar em suas próprias palavras, perde força a ideia de uma América “criativa”, com realidades e possibilidades próprias, dentro da qual se podia vislumbrar, inclusive, um modelo próprio de revolução. Apesar de Adelmo de Mendonça ter sido um dos autores que mais artigos publicou sobre a Revolução Mexicana em *Folha Acadêmica*, podemos notar um indício

---

<sup>118</sup>Idem, “A contrarrevolução mexicana”, p. 210.

<sup>119</sup>MENDONÇA, Adelmo de. Prólogo a TENÓRIO, Oscar. *Op. cit.*, p. XVI-XVII.

de que sua posição não fosse compartilhada pelo núcleo editorial da revista. Ao publicar seu texto “A contrarrevolução mexicana” – no qual apresentou o diagnóstico de que o processo revolucionário mexicano precisava tomar uma definição ideológica, unindo-se aos “verdadeiros revolucionários” (leia-se comunistas) ou fatalmente retrocederia –, os editores da publicação universitária inseriram, imediatamente abaixo do artigo, a seguinte nota, que não era comum na publicação: “A direção não assume a responsabilidade das opiniões contidas nos artigos de colaboração.”<sup>120</sup> Embora a revista manifestasse uma postura de abertura para diferentes posicionamentos de esquerda, a “vocação latino-americanista [era] a sua verdadeira marca de distinção”.<sup>121</sup> Dentro dessa vocação, a defesa de uma identidade e autenticidade latino-americana como base para a criação do “novo”, nos marcos do que postulava o reformismo universitário, se constituía no principal eixo do discurso da publicação e se traduzia na valorização dos processos históricos específicos do continente, entre os quais a Revolução Mexicana, que ocupava um lugar de destaque naquele momento.

No mesmo período em que *Folha Acadêmica* empunhava um latino-americanismo de orientação esquerdista e inspirado na Reforma Universitária, havia no cenário brasileiro um outro projeto editorial, também de cunho latino-americanista, mas que sustentava uma perspectiva político-ideológica distinta em relação à identidade continental. Tratava-se da revista *Columbia*, que circulou entre 1928 e 1929. Pouquíssimo conhecida atualmente, essa publicação merece uma apresentação mais pormenorizada.

Dirigida por Cristóvão de Camargo, poeta ligado à tradição simbolista e ao modernismo carioca, *Columbia* conferia bastante espaço   literatura, principalmente à poesia, inclusive para a literatura feminina. Nesse âmbito, a poetisa Henriqueta Lisboa foi uma figura de destaque na publicação, possuindo uma coluna fixa e assinada, intitulada “Almas femininas da América do Sul”, na qual apresentava e comentava a literatura produzida por mulheres sul-americanas. Mas a figura central da linha editorial assumida pela revista pode ser identificada na pessoa de seu editor, o escritor e historiador S lvio Julio de Albuquerque Lima, professor universitário e importante divulgador do pensamento hispano-americano no Brasil.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup>*Folha Acadêmica* (nota editorial), n  14, 1929, p. 210.

<sup>121</sup>CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*, *op. cit.*, p. 216.

<sup>122</sup>S lvio Julio é considerado um “precursor” dos estudos acadêmicos sobre América Hispânica no Brasil, tendo sido um dos primeiros catedráticos de História da América no nosso país. Para além do aspecto profissional, desenvolveu toda uma “militância passional” pela aproximação intelectual dos brasileiros com a Hispano-América. Cf. DORELLA, Priscila Ribeiro. Representações dissonantes de um acadêmico brasileiro sobre a América Latina. *Revista de História*, USP, n  161, 2  semestre de 2009, p. 198. Para uma análise da trajetória intelectual de S lvio Julio, consultar, da mesma autora, *S lvio Julio de Albuquerque Lima: um precursor dos estudos acadêmicos sobre a América Hispânica no Brasil*. Belo Horizonte, Departamento de História, FAFICH-UFMG, 2006 (Dissertação de Mestrado), 140 p.

*Columbia* começou a ser editada em julho de 1928 como um mensário e circulou, pelo menos, por cerca de um ano, compreendendo ao menos sete volumes, sendo que o último volume (de nº 7) que localizamos no acervo da Biblioteca Nacional data de maio de 1929. Iniciou-se com cerca de 40, 50 páginas e chegou, nos últimos volumes a que tivemos acesso, a mais de 100 páginas. O papel utilizado na publicação era de qualidade razoável e, por isso, os exemplares ainda encontram-se em bom estado de conservação. A diagramação e os elementos gráficos eram bem cuidados e as edições, em geral, continham várias imagens. Em relação ao público alvo da revista, os anúncios comerciais nos dão algumas pistas. *Columbia* anunciava principalmente medicamentos e farmácias, hotéis, restaurantes, livrarias. E, o que é bastante revelador, os anúncios não se restringiam à cidade do Rio de Janeiro, onde a revista era publicada, mas havia também anúncios de estabelecimentos de Buenos Aires e Montevideú. Esses indícios podem sugerir a circulação da revista em países hispano-americanos, ao menos nas capitais platinas. Outros indicativos são a colaboração de autores e o intercâmbio com publicações hispano-americanas.

A revista brasileira recebeu colaborações como as dos peruanos Luis Valcárcel e Alberto Guillén e do escritor e jornalista argentino Juan José de Soiza Reilly, entre outros. Uma série de publicações, incluindo livros e periódicos, foram listadas pelos editores como tendo sido enviadas a *Columbia* por parte dos respectivos autores. Entre esses, podemos citar a revista costariquenha *Repertorio Americano* e o jornal uruguaio *La Tribuna Popular*, além das obras *Universidad y democracia*, de Alfredo Palacios, e *El pueblo maravilloso*, do chileno Francisco Contreras, entre várias outras. A presença de diversas colaborações de hispano-americanos em *Columbia* e seu intercâmbio com outras publicações do continente apontam para uma possível presença da revista brasileira em outros espaços nacionais e também para um relativo sucesso quanto a seu objetivo de comunicação cultural entre brasileiros e hispano-americanos.

A proposta editorial da revista já se fazia conhecida em seu próprio título. A esse respeito, afirmava “a direção” da publicação em seu primeiro número: “*Columbia* – o seu nome vale por um programa [...]. Colombo é o nome tutelar dessa viagem, que vamos empreender.” O subtítulo da publicação era “revista latino-americana de cultura, política, letras, propaganda e expansão continentais”. A palavra “expansão”, no subtítulo, também funcionava como uma alusão à figura de Colombo, cuja imagem foi utilizada como ícone no logotipo da revista, juntamente com a de uma caravela, situados como dois pilares em torno do nome *Columbia* (imagem 21).<sup>123</sup> A ideia era que a revista cumprisse um papel semelhante ao do navegante genovês, ao desvendar um “novo mundo”, que os editores da revista consideravam ser, até então, desconhecido pelo público

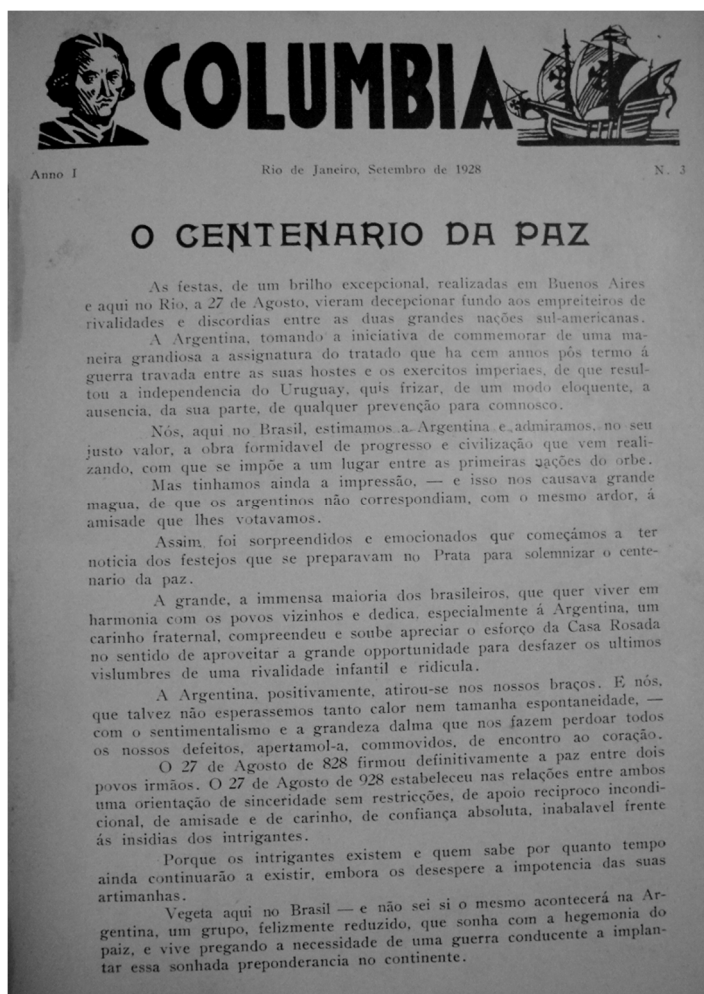
---

<sup>123</sup>“O porquê desta revista” (editorial de apresentação), *Columbia*, ano 1, nº 1, julho de 1928, s/p.

brasileiro. Mais especificamente sobre a linha editorial adotada, os editores explicavam o seguinte no texto de apresentação do periódico, intitulado “O porquê desta revista”:

COLUMBIA será uma visão panorâmica das ideias, emoções e realizações magníficas da América. [...] Revista essencialmente cultural, procurará nas suas páginas, estabelecer, entre todos os países irmãos do continente, o intercâmbio da inteligência [...]. Arte, literatura, turismo, assuntos de ordem científica, econômica e social, – tudo será objeto de sua atenção, porque a sua finalidade é revelar, sob todos os aspectos, a vida e o espírito da América.<sup>124</sup>

### Imagem 21



Dois aspectos chamam a atenção nessa proposta editorial: a ideia de que *Columbia* apresentaria uma “visão panorâmica” e a ausência da dimensão política numa lista daquilo que seria “objeto de atenção” da revista. Uma grande contradição parece se estabelecer quando observamos que o subtítulo da publicação conferia um lugar privilegiado para a política, já que *Columbia* se apresentava como “revista latino-americana de cultura, política, letras [...]”. Essa contradição aparente ganha maior dimensão quando verificamos na revista a presença de textos

<sup>124</sup>Idem.

relacionados com os grandes temas políticos continentais do período, tais como a reforma universitária, o indigenismo e a luta anti-imperialista liderada por Sandino na Nicarágua. Mas, podemos observar que, em todos esses casos, tratavam-se de artigos enviados de outros países para publicação e, na realidade, a presença desses “grandes temas” contrasta com o tratamento dispensado pelos editores da revista, pois não há qualquer contextualização ou sequer um comentário por parte da redação.

Esse tipo de abordagem parece se enquadrar na ideia de “visão panorâmica” e de uma revista “essencialmente cultural”. Mas uma análise mais detida revela que a política não foi uma dimensão secundária em *Columbia*. O tema da Revolução Mexicana, por exemplo, foi um dos que recebeu uma atenção mais direta por parte dos editores. Em termos gerais, a Revolução do México apareceu nas páginas de *Columbia* como um “movimento digno” de regeneração nacional, que havia derrubado um “regime aristocrático” e pelo qual uma elite abnegada teria tomado contato com “as massas rudes” e passado, então, a expressar seus interesses.<sup>125</sup> Essa interpretação bastante elitista e romantizada do processo mexicano casava bem com o tom culturalista e idealista empregado por *Columbia*. Mas cabe notar que, apesar de os editores da revista apresentarem uma visão positiva da política mexicana decorrente da Revolução – relacionando-a às noções de respeito à Constituição e atenção às demandas trabalhistas e todos esses avanços à ideia de democracia –, em momento algum o discurso de *Columbia* denota uma ideia de que o México poderia ser um exemplo a ser seguido pelos outros países do continente em termos de política interna.

Os produtores do periódico perceberam, e não deixaram de destacar, uma ameaça que pairava sobre a experiência democrática mexicana e que poderia comprometê-la: o autoritarismo. Esse perigo foi identificado na figura de Calles, quando este continuou sendo o grande articulador da política mexicana, mesmo depois de deixar a cadeira presidencial. O “chefe máximo da Revolução” foi apresentado na publicação brasileira como o “enérgico” ex-presidente que, após deixar oficialmente o poder, tornara-se “chefe” do partido (o PNR, fundado por ele em 1929) que, na prática, controlava a política mexicana. Aos olhos dos editores de *Columbia*, essa conjuntura não permitia que a democracia mexicana fosse exatamente um modelo para a América Latina.<sup>126</sup>

Mas, na perspectiva dos editores da revista brasileira, havia no continente um outro paradigma democrático que deveria servir de exemplo: a Argentina de Irigoyen. Em sua visão, tratava-se “[da] mais disciplinada democracia latina do Novo Mundo”. Essa afirmação sobre a Argentina apareceu no primeiro número da revista, num momento em que os editores

---

<sup>125</sup>*Columbia*, nº 6, janeiro de 1929, p. 20.

<sup>126</sup>“O general Plutarco Elías Calles e a política mexicana”, *Columbia*, nº6, janeiro de 1929, p. 24.

mencionavam o que consideravam ser a principal contribuição de cada país para o conjunto latino-americano. Nessa mesma ocasião, o que destacaram a respeito do México foi sua riqueza cultural (com ênfase para o passado asteca) e também o “seu patriotismo implacável”, fortemente empunhado contra o perigo imperialista estadunidense.<sup>127</sup>

Os produtores de *Columbia* possuíam uma leitura basicamente “arielista”<sup>128</sup> da situação continental e encampavam um latino-americanismo que encontrava sua razão de ser na defesa dos valores culturais ou “espirituais” identificados à cultura latina, em contraposição a um perigo imperialista que era encarado basicamente sob a ótica cultural. Por mais paradoxal que possa parecer, o grande sentido político envolvido em sua proposta de inserção do Brasil em uma identidade continental tinha a própria realidade nacional brasileira como foco: o latino-americanismo era empunhado por *Columbia* como arma ideológica de combate ao nacionalismo exacerbado que ganhava cada vez mais terreno no Brasil. Em finais dos anos 20, a grande preocupação dos editores da revista era a intensificação de ideias e movimentos de cunho nacionalista. Em diversos momentos, *Columbia* rebateu essas concepções e criticou toda e qualquer visão ufanista do Brasil como fruto do desconhecimento dos outros países com os quais, em sua perspectiva, o Brasil compartilhava uma identidade cultural de caráter supranacional. Para o grupo editor de *Columbia* a ideia de uma supremacia brasileira não passava de um traço antiquado e pré-moderno, tão perigoso quanto a busca exagerada pela modernidade. Todo o discurso da revista esteve perpassado pela concepção de que “ser moderno” equivalia à capacidade de conciliar a tradição, de origem cultural latina, à universalização decorrente da modernidade. Em termos de identidade nacional, a solução que projetaram para o Brasil foi sua inclusão num complexo cultural mais amplo, latino-americano, como possibilidade de evitar tanto o “localismo patrioteiro” quanto um cosmopolitismo exagerado.<sup>129</sup>

Nesse sentido, o latino-americanismo sustentado por *Columbia* diferenciava-se bastante daquele que era defendido pela *Folha Acadêmica*. Para entender essa diferença em termos de suas específicas expressões discursivas, é útil recorrer a uma classificação – bastante usual entre historiadores que se dedicam ao estudo das publicações periódicas – que diferencia “revistas culturais” de “literárias”. Podemos facilmente identificar *Folha Acadêmica* às chamadas “revistas culturais”, os típicos “instrumentos de guerrilha”<sup>130</sup> das vanguardas latino-americanas,

---

<sup>127</sup>“O porquê desta revista” (editorial), *Columbia*, nº 1, julho de 1928, s/p.

<sup>128</sup>A denominação “arielista” remete ao ensaio *Ariel*, publicado em 1900 pelo uruguaio José Enrique Rodó, no qual se apresenta a perspectiva de que existiria uma oposição cultural entre América Latina e Estados Unidos, sendo a primeira considerada como herdeira dos “valores espirituais” da cultura greco-romana e o segundo identificado como representante do materialismo, atribuído à estirpe anglo-saxônica.

<sup>129</sup>Silvio Julio, “História e localismo”, *Columbia*, nº 1, julho de 1928, s/p.

<sup>130</sup>SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 51.

na expressão de Jorge Schwartz, ou seja, publicações que atuavam efetivamente como “portavozes de grupos que defendiam determinada proposta política ou artística” e “serviram para difundir e ao mesmo tempo definir uma ação concreta de um grupo ou partido político”, como bem expressou também Alexandra Pita em seu estudo sobre o boletim *Renovación*, órgão da Unión Latino Americana.<sup>131</sup> No caso de *Folha Acadêmica*, podemos identificar esse “caráter militante” não apenas no que diz respeito a um alinhamento esquerdista, mas sobretudo ao seu projeto de consolidar, entre os meios acadêmicos, um latino-americanismo que significasse a atualização do Brasil em relação ao movimento reformista universitário continental.

Já no caso de *Columbia*, nos encontramos diante de um claro exemplo das chamadas “revistas literárias”, publicações não necessariamente vinculadas à literatura, mas que se destinavam à divulgação cultural em geral, sem se definirem por uma vinculação direta a determinado grupo ou proposta política. Essas revistas – como observa a historiadora argentina Paula Alonso, em estudo sobre o papel das publicações periódicas nas formações nacionais no continente – tiveram “seu esplendor” na América Latina nas primeiras décadas do século XX,<sup>132</sup> mas permaneceram como importantes espaços de intervenção intelectual nas décadas seguintes. É importante destacar que os próprios editores de *Columbia* manifestaram indiretamente uma opção tipológica para a publicação, bem como se alinharam a um tipo específico de latino-americanismo que não era o do reformismo universitário. Erigiram como modelo a revista costarriquenha *Repertorio Americano*, periódico que foi apresentado pelos editores brasileiros como sendo o “expoente de nossas ânsias” e o tipo de publicação que deveria permanecer como uma referência, “a guiar as gerações modernas do continente e a pregar a boa doutrina da unificação moral dos povos do continente”.<sup>133</sup>

*Repertorio Americano* – publicação que se tornaria um ícone continental de longevidade, tendo circulado por praticamente quatro décadas, entre 1919 e 1958 – contava com cerca de uma década de existência quando *Columbia* foi lançada; já era, portanto, um raro exemplo de perenidade de publicação no contexto continental. Havia sido criada pela iniciativa individual do escritor e jornalista costa-riquenho Joaquín García Monge e seu título, além de refletir a “vocação americanista” da revista, também remetia à sua inspiração no periódico homônimo, editado cerca de um século antes por Andrés Bello em Londres.<sup>134</sup> O perfil editorial da publicação dirigida por García Monge pode ser precisado através de suas próprias palavras,

---

<sup>131</sup>PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>132</sup>ALONSO, Paula. Introducción à obra ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 8.

<sup>133</sup>“Revistas e Jornais”, *Columbia*, nº 2, agosto de 1928, p. 17.

<sup>134</sup>OLIVA MEDINA, Mario. En torno a la historia de *Repertorio Americano* (1919-1958). In: CRESPO, Regina (coord.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 63.



quando afirma conceber as revistas como lugares de expressão da “geração pensante e ilustrada de um país ou continente”, espaços nos quais “deve[ria] haver liberdade e tolerância.” A associação entre publicação impressa e expressão “ilustrada”, assim como a noção de que um dos “papéis” da revista era “salvaguardar o idioma espanhol”,<sup>135</sup> apontam para uma visão um tanto quanto elitista a respeito dos periódicos dedicados aos temas culturais. No que diz respeito à questão da tolerância frente a distintos posicionamentos ideológicos, segundo o historiador costa-riquenho Mario Oliva Medina em trabalho sobre a revista, de fato “a noção de total liberdade de pensamento e de expressão [foi] praticada por seu editor” e *Repertorio Americano* não comportou “uma linha [única] em termos políticos, ideológicos, culturais ou sociais.”<sup>136</sup> Na expressão do escritor espanhol José Pijoán, em meados dos anos 30, a revista costa-riquenha apresentava-se como “um mosaico do pensamento da raça [hispânica].”<sup>137</sup>

Esse caráter de abertura e diversidade ideológica permite associar *Repertorio Americano* à tipologia das “revistas literárias”. Mas entender sua assimilação como modelo por parte da brasileira *Columbia* demanda, sobretudo, precisar o americanismo sustentado pela revista de García Monge. Também em relação a esse tema a publicação costa-riquenha “acolheu”, em concordância com sua proposta de expressar a diversidade de pensamento, “uma série de reflexões” sobre a questão das identidades culturais no continente, revelando “um saldo muito mais plural que homogêneo”, já que em suas páginas “sempre conviveram visões diversas” sobre o assunto. Entretanto, é possível identificar uma posição editorial, como a opção pelo termo “hispânico” expressando fundamentalmente a noção de integração entre as diferentes “Espanhas” e, portanto, uma perspectiva de aproximação entre América Latina e Espanha peninsular. A esse respeito, é preciso destacar a “histórica influência da cultura ibérica sobre García Monge”, quem, antes de editar *Repertorio*, já “tinha difundido”, em coleções populares, “os clássicos espanhóis, principalmente da geração de 98”. Nesse sentido, a publicação da revista ampliava “essa vocação [de difusão] e interesse pelos escritores espanhóis”.<sup>138</sup>

Como se pode perceber, a posição de *Repertorio* frente ao tema da identidade continental remete muito mais ao latino-americanismo do modernismo hispano-americano – em sua relação de união identitária com a Espanha, desencadeada no contexto da Guerra de 1898 – do que ao latino-americanismo de tom indo-americano, que se tornou hegemônico no período das vanguardas. Dessa forma, no contexto dos debates identitários que marcaram as décadas de 20 e

---

<sup>135</sup>GARCÍA MONGE, Joaquín. *Cartas selectas*. San José: Editorial Costa Rica, 1983, p. 58. Citado por OLIVA MEDINA, *Op. cit.*, p. 78-79.

<sup>136</sup>OLIVA MEDINA, *Op. cit.*, p. 79-80.

<sup>137</sup>PIJOÁN, José. “Pido la palabra”, *Repertorio Americano*, 02/05/1935, p. 135. Citado por OLIVA MEDINA, *Op. cit.*, p. 85.

<sup>138</sup>OLIVA MEDINA, *Op. cit.*, p. 78-9.

30 na América Latina, o americanismo de *Repertorio* – elogiado e alçado a modelo por *Columbia* – pressupunha uma posição bastante afastada da proposta de união continental decorrente do movimento reformista universitário, que era representada no cenário brasileiro por *Folha Acadêmica*.

Mas, apesar das marcantes diferenças entre os latino-americanismos de *Columbia* e *Folha Acadêmica*, nos dois casos a identificação continental e seu corolário anti-imperialismo – marcante em ambas – foram a base do apoio que essas revistas manifestaram em relação ao México revolucionário. Além disso, parece ter havido algum tipo de diálogo entre os dois grupos editoriais, já que ambos estiveram representados em um ato público de apoio ao México, realizado após o assassinato de Obregón, o que comentaremos em seguida. Antes, queremos destacar ainda a existência de um outro latino-americanismo, digamos mais lírico, representado pelo poeta Ronald de Carvalho. Também no caso deste é possível observar que houve uma articulação com representantes de outras vertentes latino-americanistas, especificamente no que diz respeito à solidariedade para com o México revolucionário.

Depois de seu *Toda a América* – que, como já comentamos, expressa um reconhecimento identitário americano no qual o México ocupa um lugar de destaque –, Ronald de Carvalho novamente voltou sua pena àquele país, dessa vez de forma mais direta, em *Imagens do México*, obra publicada em 1930. As ideias presentes no livro já vinham sendo difundidas pelo autor, por meio de conferências, antes mesmo de sua publicação, sendo que essa atuação do poeta brasileiro em seu conjunto – as conferências e a publicação da obra – pode ser considerada como uma intervenção significativa em favor do México. A importância dessa intervenção intelectual deve ser dimensionada levando-se em conta que, nessa mesma época, intensificava-se a associação da imagem do país à violência, devido ao fato de o assassinato de Obregón se seguir à Guerra Cristera. O ex-presidente – reeleito de forma não consecutiva e assassinado antes de reassumir a presidência – é um personagem central nesta obra de Ronald de Carvalho que, construída em tom memorialístico, remonta à viagem do poeta ao país anos antes, quando conheceu o México de Vasconcelos e Obregón.

A obra explicita impressionantemente a maneira como o discurso nacionalista oficial mexicano, plasmado nos anos 20, impregnou a imagem que o escritor brasileiro formou a respeito do México e da Revolução. *Imagens do México* reproduz, inclusive em sua construção discursiva, os elementos centrais do discurso oficial, ao apresentar a Revolução como uma obra de “redenção” – de cunho político e social, mas primordialmente moral –, seguida de uma ode à “artisticidade” mexicana.<sup>139</sup> Na narrativa, todas as virtudes revolucionárias aparecem encarnadas

---

<sup>139</sup>Como abordamos no capítulo anterior, com base no trabalho de Alicia Azuela, o “imaginário nacionalista revolucionário” – cuja “invenção” remonta ao governo Obregón e à atuação do secretário Vasconcelos nos anos 20

em Obregón, apresentado como um líder que “sentiu desde logo que a Revolução decorria da natureza das coisas, porquanto o país estava governado [anteriormente] por homens que procuravam contrariar a sua verdadeira realidade étnica e histórica.” Obregón teria compreendido “a necessidade de dar ao governo mexicano feição nacional”. Assim, ao chegar ao poder, “refletindo os anseios da maioria”, teria se dedicado a “abri[r] escolas”, “reparti[r] terras” e organiz[ar] os sindicatos operários e agrários”. Mas, além e acima de tudo isso, sob seu governo o México “reformou-se espiritualmente”: “a palavra das Universidades, das academias, das escolas secundárias e primárias veio ao encontro das multidões.”<sup>140</sup>

Na obra do poeta brasileiro, a Revolução Mexicana, enquanto redenção “espiritual”, equivalia a um processo histórico-transcendental de libertação da potencialidade criativa do mexicano, um ser essencialmente “estético” e “místico”. Em toda a história do México – mas, de forma muito específica, na Revolução – estariam refletidas as inquietudes da “alma mexicana”, caracterizada pelo “misticismo” e a “melancolia”:

Seu misticismo, como o dos velhos povos orientais, é solar. [...] Sua melancolia provém do irrefreável sentimento da liberdade que não pode atingir-se, daquele sentimento de liberdade a que o homem chega somente pelo mais alto misticismo estético ou religiosos, ou pela maior amplitude da ação. Eis porque o mexicano possui o instinto do guerreiro, do santo e do artista. É Cuauhtémoc, Inés de la Cruz ou Diego Rivera. Sua alma é a perene fuga para essa realidade transcendente, em que o seu ser se confunde com o Universo.<sup>141</sup>

Após descrever a Revolução como expressão histórica, redenção e revelação da mística e estética “alma mexicana”, a obra se encerra com uma descrição arrebatadora da grandiosidade artística mexicana, num capítulo intitulado “Talavera de Puebla”. O poeta, em tom memorial, assim expressa: “Vi todo o mistério da arte, em sua expressão mais simples e direta, numa fábrica de Talavera de Puebla.” Ali, ao observar o trabalho do artesão mexicano, o brasileiro teria encontrado na arte um sentido não apenas estético, mas também cósmico, transcendental. Percebera que, “encurvado sobre o torno primitivo, o ‘alfarero’ [oleiro] é um transfigurador.” E que, ao realizar sua arte, esse homem cantava “porque se unira à terra, e cantava [também] a terra porque voltava das mãos do seu criador para o milagre de um momento de perfeição.” Finalmente, a expressão de êxtase do poeta: “E tudo era alegria ao redor de mim, porque aquele homem era um deus.”<sup>142</sup> Com essas palavras encerra-se a obra.

---

– supunha uma artisticidade nata do mexicano e comportava não apenas um sentido de integração nacional, mas também o de combate à imagem negativa do país no exterior. Cf. AZUELA, Alicia. *Arte y poder*, op. cit., p. 91-2.

<sup>140</sup>CARVALHO, Ronald de. *Imagens do México* [1930]. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 81-3.

<sup>141</sup>Idem, p. 59-60.

<sup>142</sup>Idem, p. 109-11.

O tom místico com que Ronald de Carvalho apresentou sua imagem do México tem evidente relação com aquela visão que ele havia experimentado pessoalmente, mas também vislumbrado pelas lentes do então secretário Vasconcelos. Reafirmar essa imagem – um tanto quanto ofuscada em fins dos anos 20 pelos episódios de violência que ocorriam no México – significava reatualizar a mais positiva imagem da Revolução Mexicana que se havia conseguido difundir no exterior, identificada à redenção moral e expressa na cruzada alfabetizadora e no fomento artístico do período obregonista. Tudo isso equivalia a um ato discursivo nada desprezível de solidariedade para com o México revolucionário, num contexto em que predominavam as imagens de guerra, violência e decomposição social que se formavam em torno do conflito *cristero*.

Nesse sentido, acreditamos que *Imagens do México* – diferentemente do que ocorre em *Toda a América* – comporta propriamente o sentido de um “discurso panfletário”, conforme a definição de Marc Angenot, que tomamos como referência. Trata-se de um discurso que visa o “combate de ideias”, que supõe a existência de um outro, contrário, ao qual se remete – não necessariamente explicitamente – com base na “dupla estratégia” de demonstrar uma tese e, ao mesmo tempo, refutar/desqualificar a contrária. Como observa Angenot, o “discurso polêmico” é marcado por uma “ambiguidade essencial”, já que “é, ao mesmo tempo, uma busca da verdade, ou ao menos do opinável [...], mas também um ato [discursivo] que supõe uma presença forte e explícita do enunciador na enunciação.”<sup>143</sup> Embora normalmente associado à noção de “prosa de ideias”, trata-se de um tipo de discurso que pode se desenvolver sob a forma poética, como, em nossa concepção, ocorre em *Imagens do México*.

A dimensão combativa dessa obra é melhor compreendida quando tomamos sua publicação dentro da atuação mais ampla que foi empreendida por Ronald de Carvalho, desde fins dos anos 20, em favor da consolidação de uma imagem positiva do México no Brasil. O poeta, atuando juntamente com Renato Almeida na redação da revista *Movimento Brasileiro* – uma publicação ligada ao movimento modernista, voltada essencialmente à discussão de temas culturais –, deu destaque para a obra de Diego Rivera, cujas pinturas ganharam enormes elogios em um artigo assinado pelo escritor francês Paul Morand.<sup>144</sup> E, em um ato ainda mais revelador de sua solidariedade para com o México, Ronald proferiu conferências ao público universitário carioca, nas quais expôs as ideias que viriam a ser publicadas, pouco depois, em 1930, no formato de livro, justamente *Imagens do México*. Alguns detalhes dessas conferências são revelados pela difusão que foi dada às mesmas pela própria revista *Movimento Brasileiro*.

---

<sup>143</sup>ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire*, op. cit., p. 34-5.

<sup>144</sup>MORAND, Paul. “Diego Rivera”, *Movimento Brasileiro*, nº 8, agosto de 1929, p. 23.

Na repercussão dada a essas conferências pela revista, chama a atenção o lugar de fala a partir do qual o escritor brasileiro discursou sobre o país revolucionário: “Ronald de Carvalho fala do México não só com o conhecimento de quem visitou o país e pesquisou as fontes da sua cultura, mas com o entusiasmo ardente e um grande amor por todas as coisas mexicanas, cuja sensibilidade tanto o emociona.” Ainda segundo a publicação, as conferências teriam sido realizadas a convite de um órgão estudantil chamado precisamente Centro Universitário Cuauhtémoc.<sup>145</sup>

O nome dado ao centro pelos estudantes brasileiros, bem como o convite ao poeta para que falasse sobre o país, apontam para uma forte presença e interesse sobre o México entre os meios universitários em fins dos anos 20. A referência ao herói asteca, normalmente associado à ideia de resistência, possivelmente tinha relação com uma visão do México revolucionário como baluarte da luta anti-imperialista continental, a mesma que se verificava no discurso de *Folha Acadêmica*. É possível que os estudantes ligados ao Centro Universitário Cuauhtémoc tivessem relação com o projeto editorial desta revista latino-americanista, tendo em vista o espaço que era concedido em *Movimento Brasileiro* – através da coluna “Como pensam os estudantes brasileiros” – ao Grupo Renovação Universitária, ao qual se ligava *Folha Acadêmica*.<sup>146</sup> Possivelmente o convite para as conferências de Ronald surgiu desse diálogo.

Podemos perceber a existência de um diálogo também entre os grupos editores de *Folha Acadêmica* e *Columbia*, já que seus respectivos editores, os professores Bruno Lobo e Silvio Julio, organizaram juntos um ato público de solidariedade ao México, realizado após o assassinato de Obregón.<sup>147</sup> Além do diálogo entre os representantes de diferentes grupos latino-americanistas, a realização do ato público aponta também para a relação estabelecida entre esses grupos e o embaixador mexicano Ortiz Rubio, que foi um dos oradores na ocasião. No caso de *Folha Acadêmica*, essa proximidade foi notória. Conforme ressaltou Regina Crespo, “a aproximação entre Ortiz Rubio e a revista foi grande e denota a simpatia ideológica do grupo editor da revista pela linha política adotada pelo futuro presidente mexicano.”<sup>148</sup>

Também no caso de *Columbia* é possível perceber não apenas a simpatia, mas inclusive certa proximidade dos editores da revista em relação a Ortiz Rubio. Quando de seu retorno ao México, após ter deixado o posto de embaixador no Brasil para assumir o de ministro do Interior no seu país, a revista publicou uma ampla homenagem ao ex-embaixador, na qual se reafirmava

---

<sup>145</sup>“*Imagens do México*, de Ronald de Carvalho”, *Movimento Brasileiro*, nº 3, dezembro de 1929, p. 10.

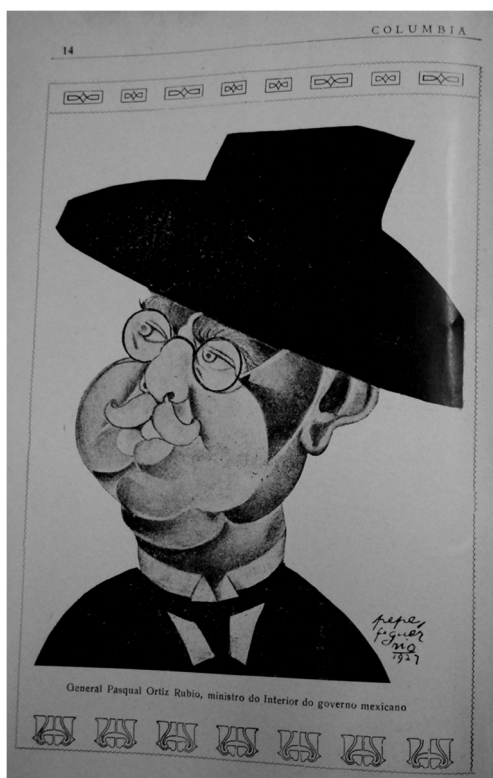
<sup>146</sup>A coluna iniciou-se na edição nº 4 de *Movimento Brasileiro*, datada de janeiro de 1929.

<sup>147</sup>Além dos dois citados, outros professores, como Castro Rebello, que se identificava como marxista, e Evaristo de Moraes, ligado ao PSB, e também o deputado pelo BOC, Lima Azevedo, estiveram na organização do evento. Cf. CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*, *op. cit.*, p. 232.

<sup>148</sup>CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*, *op. cit.*, p. 232.

a importância do trabalho de “divulgação e esclarecimento” que havia realizado “entre nós” dos assuntos mexicanos. A homenagem incluía, ainda, uma elogiosa caricatura do mexicano, datada de 1927 no Rio, e também uma fotografia da “Senhora Ortiz Rubio” (imagens 22 e 23).<sup>149</sup> É provável que a publicação da foto da esposa do ex-embaixador tenha relação com o possível público feminino da revista que, como apontamos, dedicava espaço significativo para a literatura produzida por mulheres. De qualquer forma, evidencia uma interação entre o mexicano e os editores da revista brasileira.

**Imagem 22**



**Imagem 23**



A relação estabelecida entre o embaixador Ortiz Rubio e os grupos brasileiros identificados ao ideário latino-americanista pode ser interpretada como uma estratégia bastante apropriada, tendo em vista ter sido essa a principal base das expressões de solidariedade para com o México revolucionário por parte da intelectualidade brasileira. Embora a atitude um tanto quanto intempestiva do então embaixador mexicano frente aos ataques católicos, no contexto da Guerra Cristera, tenha lhe rendido por parte da historiografia a imagem de “uma figura [...] extremamente irascível e dono de talentos diplomáticos muito limitados”,<sup>150</sup> há vários fatos que

<sup>149</sup>“General Pascual Ortiz Rubio. Sua ascensão ao posto de ministro do Interior do governo mexicano”, *Columbia*, nº 6, janeiro de 1929, p. 14-16.

<sup>150</sup>PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 228.

apontam para uma atuação extremamente significativa por parte de Ortiz Rubio para a promoção das relações mexicano-brasileiras.

Como já mencionamos, podemos perceber seu envolvimento com algumas das mais significativas demonstrações de solidariedade para com o México no difícil contexto de uma violenta guerra civil naquele país, o que mostra não ter sido exagerada a visão que expressou, anos depois, em seu livro de memórias, de que, em meio aos ataques dos reacionários católicos brasileiros, ele teria se empenhado e conseguido articular uma gama de “apoiadores” ao México e conquistar espaço para veicular uma visão positiva de seu país.<sup>151</sup> Outra ação importante para as relações mexicano-brasileiras foi realizada por Ortiz Rubio logo após deixar o cargo de embaixador no Brasil, quando, ao voltar ao seu país como ministro, se empenhou para a criação de uma cadeira de Língua Portuguesa na Universidade Nacional do México. Esse ato foi imensamente celebrado nas páginas de *Columbia*, que reproduziu inclusive os telegramas trocados entre Ortiz Rubio e o ministro brasileiro de Relações Exteriores, Otávio Mangabeira.<sup>152</sup>

Mas o que consideramos a ação diplomática mais significativa de Ortiz Rubio, no que diz respeito à consolidação de uma imagem positiva do México no Brasil, ocorreu no início de seu período como presidente, quando atribuiu ao escritor-diplomata Alfonso Reyes o cargo de embaixador mexicano no Brasil. Logo que ascendeu à presidência mexicana, em 1930, Ortiz Rubio indicou pessoalmente Alfonso Reyes para a Embaixada no Rio, algo que não era esperado por parte da Secretaria de Relações Exteriores mexicana nem pelo próprio Reyes.<sup>153</sup> Esse gesto revela uma excelente visão estratégica a respeito do panorama político-intelectual brasileiro, no qual uma identificação latino-americanista – na qual se baseava a política externa mexicana – encontrava-se em florescimento, principalmente nos meios universitários, mas continuava sendo marginal no espectro intelectual mais amplo e pouco espaço encontrava no seio de organizações de esquerda. Ao mesmo tempo, podia-se perceber uma rápida ascensão de forças reacionárias, especialmente dos conservadores católicos, em cujo discurso antirrevolucionário a Revolução Mexicana era execrada, especialmente por sua faceta anticlerical.

---

<sup>151</sup>ORTIZ RUBIO, Pascual. *Memorias (1895-1928)*. México: Academia Nacional de Historia y Geografía, 1963, p. 105.

<sup>152</sup>“Homenageadas, no México, nossa língua e nossa literatura”, *Columbia*, nº 6, janeiro de 1929, p. 35-6.

<sup>153</sup>A indicação de Alfonso Reyes como embaixador no Brasil foi uma “missão inesperada”, como bem qualificou o historiador Alberto Enríquez Perea em trabalho sobre o período brasileiro da carreira diplomática de Reyes. Este não recebeu bem a indicação para o posto no Rio e, em correspondência privada ao secretário mexicano de Relações Exteriores – que era então o seu grande amigo Genaro Estrada –, tentou que se alterasse a designação, o que não ocorreu precisamente porque se tratava de uma decisão do próprio presidente mexicano. Cf. ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores del Estado Nuevo brasileño (1930-1936)*. México: El Colegio Nacional, 2009, p. 6; REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada datada de 10/04/1930. In: ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza: correspondencia entre Alfonso Reyes y Genaro Estrada*. Tomo III (1930-1937). México: El Colegio Nacional, 1993, p. 32-35.

Dentro desse panorama, o presidente Ortiz Rubio parece ter escolhido a dedo a figura de Alfonso Reyes como uma representação ideal do México em solo brasileiro; um personagem que conseguiu dialogar produtivamente com intelectuais dos mais diferentes alinhamentos políticos e consolidar, como veremos no próximo capítulo, uma imagem extremamente positiva do México e da Revolução. Nesse sentido, parece-nos bastante acertada a afirmação feita pelos editores da revista *Folha Acadêmica* quando, por ocasião do retorno de Ortiz Rubio ao México, observaram que ele havia “lev[ado] do Brasil um justo conhecimento dos seus homens e de suas coisas.”<sup>154</sup> Em nossa concepção, a indicação de Alfonso Reyes para a embaixada no Rio de Janeiro confirma esse diagnóstico.

---

<sup>154</sup>“A candidatura de Ortiz Rubio à sucessão presidencial do México”, *Folha Acadêmica*, nº 5, 1929, p. 68.



## Capítulo 4

### O México de Alfonso Reyes e os debates brasileiros sobre política, educação e religião nos anos 30

La era de intercomunicación americana en que hoy vivimos fue abierta por las grandes embajadas espirituales que México envió hasta el Sur del Continente. [...] Toda la juventud americana contempla con interés y noble emulación los empeños de México en sus indagaciones y sondeos del alma americana [e] más de un nombre podríamos citar que ha recibido en México el bautismo continental que merecía.

(Alfonso Reyes, *Monterrey*, 1930)

#### 4.1. O intelectual-diplomata Alfonso Reyes como personificação de um “México culto”: estratégias da diplomacia mexicana na era Genaro Estrada na Secretaria de Relaciones Exteriores

A atuação do escritor-embaixador Alfonso Reyes no Brasil se insere no universo mais amplo de uma estratégia de projeção internacional do México, levada a cabo entre fins dos anos 20 e inícios dos 30, cuja base foi a associação da imagem do país à alta cultura. Como mostramos nos capítulos anteriores, o elemento cultural já vinha sendo o principal ingrediente da imagem do México revolucionário que se buscava difundir no exterior pelo menos desde o governo Obregón, do qual a “cruzada” alfabetizadora de Vasconcelos e o “imaginário nacionalista revolucionário” foram emblemáticos. Mas, ao contrário do que ocorreu no início dos anos 20 – quando o elemento cultural ressaltado equivalia principalmente à democratização do acesso à educação e construção de uma identidade nacional particular e específica, “mexicana”, com base na valorização do passado indígena do país –, entre fins dos anos 20 e início dos anos 30 a estratégia da Secretaria de Relaciones Exteriores para a projeção internacional do país priorizou a promoção da imagem de um México universalista, partícipe e herdeiro da cultura universal. Ao contrário do período anterior, quando a imagem do país podia ser sintetizada na noção de um “México artístico” – eminentemente popular, associada ao artesanato nacional e à suposta “artisticidade nata do mexicano”, como herdeiro do “glorioso passado” indígena<sup>1</sup> –, esse novo momento se traduzia na noção de um “México culto”, que se relacionava principalmente à “alta cultura” e muito especialmente à literatura, oficialmente bem representada nas Relaciones

---

<sup>1</sup>AZUELA, Alicia. *Arte y poder, op. cit.*, p. 90; 92.

Exteriores do país, desde a própria figura do secretário, o escritor Genaro Estrada, passando por muitos dos diplomatas mexicanos, como o próprio Alfonso Reyes.<sup>2</sup>

O que chamamos de “era Genaro Estrada” na Secretaria de Relaciones Exteriores teve seu ápice durante o governo do presidente Ortiz Rubio (1930-1932), quando o posto de secretário foi oficialmente (e finalmente) ocupado por Estrada, que já vinha sendo a principal figura da política externa mexicana pelo menos desde 1927, quando tornou-se o “encarregado do despacho” da Secretaria de Relaciones Exteriores. Antes desse período, Estrada já era um membro importante na Secretaria, tendo ocupado o cargo de Oficial Maior durante o governo Obregón (1921-24) e ascendido ao posto de Subsecretário, em 1924.<sup>3</sup> A ascensão de Estrada na Secretaria ocorreu durante o governo Calles e pode ser facilmente relacionada com a nova agenda internacional mexicana iniciada por este.

Apesar de concordarmos com Arnaldo Córdova quando afirma que, “depois de Carranza”, “muito pouco de verdadeiramente original foi acrescentado à doutrina internacional da Revolução”<sup>4</sup> – cuja base era uma defesa incisiva da soberania nacional mexicana, em explícito confronto com a posição intervencionista dos Estados Unidos no continente –, é importante não perder de vista alguns momentos de inflexão sutil, mas decisiva, da posição mexicana de confronto aberto com o vizinho do norte. Muito embora até o fim dos anos 30 não se possa perceber qualquer tipo de alinhamento por parte do México aos ditames pan-americanistas – aliás, muito ao contrário, a política externa do país foi, de fato, caracterizada pela busca primordial e constante de uma posição autônoma em relação à potência continental –, durante o período callista foi gestada uma nova estratégia de inserção internacional do México, caracterizada por uma posição menos combativa em relação dos Estados Unidos e pela tentativa de ampliar as relações mexicanas para além do espaço continental.

Como vimos anteriormente, desde o governo Carranza o fomento do “vínculo espiritual” com a América Latina era a base da projeção internacional do México revolucionário e funcionava como uma espécie de contrapeso às difíceis relações com os Estados Unidos e com outras potências econômicas – principalmente a Inglaterra –, abaladas pela ameaça aos interesses estrangeiros, especialmente os petrolíferos, no México revolucionário. Ao confrontar os

---

<sup>2</sup>Entre os escritores mexicanos que atuavam como diplomatas, na época, destacam-se Jaime Torres Bodet, Gilberto Owen e José Rubén Romero, entre vários outros. Sobre a imagem internacional do caráter “letrado” do Serviço Exterior mexicano no período, vale citar um comentário de Reyes a Estrada exatamente quando se dirigia de Buenos Aires ao Rio de Janeiro. Na ocasião teria viajado com o encarregado de negócios da Áustria na Argentina, que teria elogiado o corpo diplomático mexicano como “o mais ‘letrado’ do mundo”. Cf. REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 05/04/1930. Reproduzida em ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza*, op. cit., p. 27.

<sup>3</sup>ÁLVAREZ FUENTES, Jorge. Estudio Introductorio a ESTRADA, Genaro. *La diplomacia en acción* (Presentación de Alfonso de Rosenzweig-Díaz e Estudio introductorio de Jorge Álvarez Fuentes). México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1987, p. 14-5.

<sup>4</sup>CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*, op. cit., p. 381.

interesses econômicos das grandes potências, o México viu-se numa situação de relativo isolamento internacional, expressa tanto em sua não aceitação como membro da Sociedade das Nações, quando da criação da organização, em fins dos anos 10, quanto nas grandes dificuldades que encontrou para o reconhecimento internacional do governo Obregón. Durante os anos 20 essa situação se agravou, passando do relativo isolamento à possibilidade de uma intervenção estadunidense, quando foram formuladas as primeiras leis petrolíferas em consonância com a Constituição de 1917.<sup>5</sup>

Esse complicado cenário para as relações externas do México – ao qual se deve acrescentar os efeitos negativos da Guerra Cristera e o assassinato de Obregón – explica a posição mais conciliadora de Calles frente aos Estados Unidos, que foi, na realidade, apenas o primeiro passo na construção de uma estratégia de inserção internacional mais efetiva por parte do México, consolidada com a entrada do país na Sociedade das Nações, em 1931, durante o governo Ortiz Rubio e a gestão de Genaro Estrada na Secretaria de Relações Exteriores. Embora essa nova estratégia comportasse pontos de continuidade com a política seguida até então, cuja base era a Doutrina Carranza, ela também marcou uma mudança de fundamental importância, que foi a substituição da ideia de relações prioritárias com a América Latina pela noção de um México que deveria se aproximar de “todos os povos da terra”, como Calles expressou ao chegar ao poder.<sup>6</sup> Durante seu governo, sentou as bases de tal projeto, garantindo principalmente o apaziguamento imprescindível das relações com os Estados Unidos; ao deixar oficialmente o cargo de presidente (embora, como sabemos, não o comando político do país), declarou o seguinte sobre as relações do México com o mundo:

Ao concluir o período do meu governo, [...] deixo totalmente normalizada e sem nenhum problema que nesse momento possa causar ansiedade ou transtornos, a situação internacional do México. Talvez pela primeira vez em muitos anos, [...] nosso país se encontra em amistosas e normais relações exteriores, [...] e mantendo, simultaneamente, intactos o decoro e a dignidade da nação e firmes e seguros os princípios de reforma social que a Revolução mexicana iniciou e tem desenvolvido.<sup>7</sup>

Essas palavras são muito significativas, não só porque explicitam a importância conferida ao estabelecimento e manutenção de “amistosas” relações internacionais por parte do México, mas também porque reafirmam o princípio básico da diplomacia mexicana que vinha sendo empunhado firmemente desde a Doutrina Carranza: garantir de forma incondicional a soberania do país frente a todos e quaisquer poderes internacionais. Esse princípio não foi abandonado,

---

<sup>5</sup>AGUILAR CAMÍN; MEYER. *Op. cit.*, p. 121-2.

<sup>6</sup>CALLES, Plutarco Elías. Discurso pronunciado no Teatro Iris em 26/10/1923 e Último informe de governo. Citados por CORDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*, *op. cit.*, p. 381.

<sup>7</sup>CALLES, Plutarco Elías. Último informe de governo. Citado por CORDOVA, Arnaldo. *La ideología*, *op. cit.*, p. 400.

apesar da nova estratégia diplomática mais conciliatória; pelo contrário, viu-se inclusive fortalecido pela adoção da chamada Doutrina Estrada, como ficou conhecida a nova diretriz para a política exterior mexicana apresentada formalmente pelo secretário Genaro Estrada, em 1930. Esta “doutrina” nada mais era do que a aplicação do princípio de não-intervenção à questão específica do reconhecimento internacional dos governos, tema que havia sido até então um dos grandes focos dos problemas externos do México.

Com a Doutrina Estrada, o México questionava a vigência, embora de forma não oficializada, de uma “teoria” ou “doutrina” do “reconhecimento”, que deixava “ao arbítrio de governos estrangeiros o pronunciamento sobre a legitimidade ou ilegitimidade de outro regime”, de forma que “a capacidade legal ou ascensão nacional de governos ou autoridades parec[ia] ser definido pela opinião exterior”. Essa compreensão das relações internacionais foi apontada pelo secretário mexicano como sendo uma das grandes causas da condição de vulnerabilidade do país, posto que, como argumentou, “e[ra] um fato bem conhecido que o México v[inha] sofrendo como poucos países, há alguns anos, as consequências dessa Doutrina [do reconhecimento]”. Desta compreensão do problema surgia, então, a nova “doutrina” mexicana, pela qual “o México não [mais] se pronuncia[ria] no sentido de outorgar reconhecimentos [a governos de outros países]”, tendo em vista considerar essa prática como “aviltante”, já que “além de ferir as soberanias de outras nações”, também “as coloca[va] em situação de que seus assuntos interiores p[udessem] ser qualificados [...] por outros governos, que assum[i]m, na prática, uma atitude crítica ao decidir favorável ou desfavoravelmente sobre a capacidade legal de regimes estrangeiros.”<sup>8</sup>

Dessa forma, a nova “doutrina” mexicana reiterava o princípio de não-intervenção estabelecido como base das relações internacionais mexicanas desde a Doutrina Carranza, que também previa o não reconhecimento explícito da Doutrina Monroe. Esta voltava a ser uma questão polêmica em inícios dos anos 30, quando a nova estratégia de inserção internacional do México passou a incluir a entrada do país na Sociedade das Nações. Como já comentamos anteriormente, no segundo capítulo deste trabalho, precisamente a menção da doutrina estadunidense pelo Pacto firmado pelas nações que integravam a organização internacional havia sido, em fins dos anos 10, o desencadeador da formulação oficial da Doutrina Carranza. Durante o governo Calles, quando o secretário Estrada deu início às negociações visando a aceitação do país pela organização internacional sediada em Genebra, novamente tornou-se central a questão da posição oficial mexicana em relação à doutrina estadunidense.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup>ESTRADA, Genaro. Doctrina Estrada (anunciada em 27/09/1930). In: MÉXICO. *Memoria de la Secretaría de Relaciones Exteriores*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1931 (Tomo I), p.111-12.

<sup>9</sup>HERRERA LEÓN, Fabián. *La política mexicana en la Sociedad de Naciones ante la Guerra del Chaco y el conflicto de Leticia, 1923-1935*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2009, p. 46-8.

Após longas negociações, a entrada do México na Sociedade das Nações foi oficializada em 1931, durante o governo Ortiz Rubio. Mas isso somente ocorreu após a aceitação, por parte da organização internacional, da condição levantada como “indispensável” pelo México: “postular oficialmente o desconhecimento e a desaprovação mexicanos à doutrina Monroe.”<sup>10</sup> O significado da aceitação do México na Sociedade das Nações sob essas condições implicou em um momento decisivo dentro da estratégia mais ampla de promoção internacional do México e da Revolução. A importância desse acontecimento foi ressaltada nos seguintes termos pelo historiador Fabián Herrera León, ao fazer um balanço sobre a política internacional mexicana em inícios da década de 30:

Ao longo da terceira década do século XX, sobretudo durante o governo de Lázaro Cárdenas, a organização genebrina foi vista pelo México como um espaço particular para projetar as peculiaridades de sua diplomacia a cenários tão remotos para a diplomacia mexicana, como eram a África e a Ásia, longe dos Estados Unidos e sob uma atmosfera mais propícia do que aquela que se verificava no período dentro do sistema interamericano. Dessa forma, ao mesmo tempo que, com a entrada [na organização] em Genebra, o México pretendia criar um contrapeso para a poderosa influência regional dos Estados Unidos, [...] também é certo que [o país] estava interessado em utilizar aquela tribuna internacional para fazer propaganda de sua estabilidade política e de seu pujante desenvolvimento, a fim de melhorar sua posição internacional e modificar sua imagem de país problemático e anárquico.<sup>11</sup>

Garantir a soberania nacional, sobretudo frente aos Estados Unidos, e “fazer propaganda” do México revolucionário: eis os dois grandes focos da política externa mexicana desde a ascensão dos constitucionalistas, e que foram mantidos até o fim da década de 30. Mas a maneira de conceber essa “propaganda” ganhou contornos muito específicos durante a gestão de Genaro Estrada, período em que Alfonso Reyes assumiu a Embaixada mexicana no Rio de Janeiro. Nessa época, os mecanismos de diplomacia cultural, que vinham caracterizando a inserção externa do México desde a Revolução, ganharam um perfil mais profissionalizado. Embora mantivesse o perfil cultural, a “propaganda” mexicana já não se apresentava de forma ostensiva e apologista, como no período constitucionalista, nem privilegiava as chamativas, mas pontuais, missões culturais do governo Obregón. A principal estratégia tornou-se, então, a designação de literatos para as representações diplomáticas mexicanas, sendo as embaixadas sul-americanas de Alfonso Reyes um dos casos mais exemplares.

Tanto na Argentina (entre 1927 e 1930) quanto no Brasil (entre 1930 e 1936), Reyes levou a cabo uma atuação diplomática cujo foco era alcançar uma boa “representação social do México”, que funcionasse para além e independentemente dos imprevisíveis sucessos diplomáticos oficiais, conforme destacou em carta a Estrada, ao chegar ao Rio, após deixar a

---

<sup>10</sup>Idem, p. 52-3.

<sup>11</sup>Idem, p. 77-8.

Embaixada de Buenos Aires.<sup>12</sup> Com base nesse objetivo, Genaro Estrada e Alfonso Reyes – que eram amigos pessoais e cujas “educadas sensibilidades intelectuais e os perceptivos tatos políticos” andavam em sintonia – “tece[ra]m uma compacta rede de relações diplomáticas”, que se constituiu “a partir da secretaria, onde Estrada est[ava] atento aos passos de Reyes”, enquanto este, nas Embaixadas, “segu[ia] as instruções de Estrada.”<sup>13</sup> A lógica que sustentou a estratégia levada a cabo por ambos foi expressa com bastante clareza em *El servicio diplomático mexicano*, texto escrito por Reyes em 1933, quando ocupava o cargo de embaixador no Rio, atendendo a uma solicitação oficial da Secretaria mexicana de Relações Exteriores para que seus diplomatas fizessem sugestões para melhorar a representação externa do país.<sup>14</sup>

Algo que chama muito a atenção nesse texto de Reyes é o uso muito expressivo das palavras “representar”, “representante” e “representação”, em referência tanto à pessoa do embaixador quanto ao local da Embaixada e as ações que ali eram realizadas em nome do México. Na percepção do então embaixador mexicano no Brasil, todos esses elementos, em conjunto, deveriam produzir a melhor representação possível do país. Assim, o próprio lugar de funcionamento da Embaixada, a “Casa mexicana”, como Reyes gostava de chamar, foi apontado por ele como algo de suma importância, posto que “uma casa boa e decorosamente instalada põe imediatamente a missão [diplomática] em um alto nível, e permite ao representante atuar com certo aprumo”. Além do espaço físico em si, também deveria ser foco de atenção tudo aquilo que dizia respeito “à ‘representação’ da embaixada”, ou seja, a condição de realizar “atos sociais em obséquio a autoridades, corpo diplomático, altas personalidades culturais”, mantendo o representante diplomático “rodeado de constantes cortesias”.<sup>15</sup> Essa percepção, expressa por Reyes no texto aludido, ajuda a entender a enorme preocupação demonstrada por ele em relação à casa onde funcionava a Embaixada, quando de sua chegada ao Rio, em abril de 1930.

Em correspondência “muito confidencial” ao secretário Estrada, intitulada “Notas sobre a Casa do Rio”, descreveu com angústia – mas também com bom humor e certa dose de ironia – a situação em que encontrou a sede da Embaixada mexicana: uma casa “muito, muito velha”, sem iluminação adequada, com a “chancelaria incrustada dentro de amplos salões” e onde “os retratinhos [*sic*] de Presidentes e outros primores do tipo irrompiam pela ‘recepção’, dando à casa um ar de quartel ou escritório de Polícia.” Esse aspecto deplorável fazia com que a Casa mexicana pudesse ser identificada como “a Embaixada da Triste Figura” e tornava impossível o

---

<sup>12</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 10/04/1930. Reproduzida em ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 32.

<sup>13</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza. Prólogo à obra REYES, Alfonso. *Misión diplomática* (compilação e prólogo de Victor Díaz Arciniega). (Tomo I). México: FCE, 2001, p. 37-8.

<sup>14</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático mexicano* [1933]. In: *Misión diplomática, op. cit.*, p. 121.

<sup>15</sup>Idem, p. 158; 160.

que considerava ser sua “primeira obrigação: a vida social da Embaixada”.<sup>16</sup> Após enviar essa “triste” descrição, Reyes recebeu apoio financeiro da Secretaria de Relações Exteriores e em poucos meses conseguiu transformar a “Casa mexicana” em um lugar que lhe pareceu suficientemente aprazível para realizar uma grande celebração ao México na ocasião do aniversário de sua Independência.

O escritor-embaixador descreveu, da seguinte maneira, o evento em carta ao secretário Estrada: “minha recepção do 16 de setembro [de 1930], à qual seguramente estiveram presentes mais de quinhentas pessoas [...] foi a melhor que já dei em minha carreira”. Tratou-se de um evento de grandes proporções, no qual chegou a tocar a orquestra do Copacabana Palace e do qual Reyes confidenciou a Estrada ter saído “completamente arruinado” financeiramente, por ter sido necessário completar “a ajuda” que o secretário lhe havia enviado; mesmo assim, destacou, “não importa”, e explicou:

Para mim, era indispensável fazer algo assim, para tornar claro que somente na casa do México se juntam elementos da alta sociedade com valores artísticos e intelectuais que nunca vão a outras casas diplomáticas. [...] Esteja certo que estou trabalhando com afinco pelo crédito de meu país. Neste momento, acredito já ter dissipado as últimas nuvens do horizonte.<sup>17</sup>

Certamente as “nuvens” a que Reyes se referia diziam respeito a uma imagem negativa do México, associada à violência, fruto da Guerra Cristera e do assassinato de Obregón, eventos que permaneciam “no horizonte” quando o novo embaixador chegou ao Rio. Nesse contexto, a estratégia de realizar em grande estilo a primeira recepção oficial de sua embaixada, numa data que remetia a uma importante comemoração cívica mexicana, como era o aniversário da Independência, mostrou-se uma estratégia, de fato, exitosa, para colocar em destaque uma imagem positiva do país. Isso pode ser observado pela repercussão que o evento ganhou na imprensa da capital brasileira, da qual, não por acaso, Reyes enviou ao secretário Estrada alguns “recortes de jornais” que o “far[iam] ver como foi apreciada” a sua “recepção”.<sup>18</sup>

A comemoração mexicana foi amplamente difundida pela grande imprensa, tendo ganhado destaque em importantes órgãos, como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*.<sup>19</sup> Mas é no *Diário de Notícias* que podemos encontrar uma análise mais ampla e bastante articulada sobre o México, por ocasião da comemoração organizada por Reyes, o que nos permite perceber

---

<sup>16</sup>REYES, Alfonso. Muy reservado – Notas sobre la Casa de Río, abril de 1930. Reproduzido em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 29-30.

<sup>17</sup>REYES, Alfonso, Carta a Genaro Estrada, datada de 18/09/1930. Reproduzida em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 64-5.

<sup>18</sup>Idem.

<sup>19</sup>“Independência do México – A recepção na Embaixada”, *Jornal do Brasil*, 17/09/1930, p. 8 e “O México celebrou ontem a data de sua Independência”, *Correio da Manhã*, 17/09/1930, p. 2.

aspectos importantes da visão que alguns formadores de opinião, situados à frente de grandes jornais brasileiros, possuíam do México e de sua Revolução naquele momento.

No *Diário de Notícias* o evento da Embaixada mexicana ganhou espaço em uma matéria de primeira página, na qual apareciam as fotos do embaixador Alfonso Reyes e também do então presidente e ex-embaixador no Brasil, Ortiz Rubio. Este foi mencionado como alguém “que deixou entre nós as mais [...] sólidas amizades”, o que pode remeter à existência de possíveis contatos do mesmo, no período de sua embaixada no Rio, com os editores do jornal. Mas a “velha amizade do México pelo Brasil”, na perspectiva dos editores do *Diário de Notícias*, remontava à “honrosa embaixada do ilustre sr. José Vasconcelos”, sendo a designação de um “diplomata-ilustre” como Reyes considerada como mais uma das “provas de afeto” do México pelo Brasil. A ocasião foi aproveitada pelos editores do jornal para expressarem sua admiração pelo México revolucionário, sobre o qual teceram a seguinte análise:

O México, desde que venceu um período difícil da sua vida, que vai da queda de Porfirio Díaz à presidência de Obregón, conseguiu realizar uma trajetória de raro fulgor, em que o progresso material vai de passo com o desenvolvimento de suas forças espirituais, impondo o nome mexicano por toda parte, através do prestígio de espíritos de grande significação intelectual, entre os quais devemos citar, em primeiro plano, o embaixador Alfonso Reyes.

A própria questão religiosa, que trouxe momentos de inquietação, conseguiu ser resolvida num ambiente de tolerância que reconciliou a família mexicana. O crescimento do país, que desenvolve todas as suas energias de força e progresso, lhe tem criado uma situação de abundância, em período de tanta incerteza econômica. Por outro lado, é intenso o trabalho intelectual e artístico, quer para a reconstrução da grandeza passada, quer para as criações modernas [...]. A formidável tradição das civilizações pré-colombianas não tem sido um entrave, mas um estímulo à criação de uma obra nova e original, de que é alta expressão esse admirável Diego Rivera, um dos maiores pintores da atualidade.<sup>20</sup>

Essa descrição é repleta de elementos significativos que permitem identificar a consolidação de uma imagem do México revolucionário que remete, em grande medida, à própria ação oficial mexicana de projeção internacional do país, que vinha sendo levada a cabo havia mais de uma década. O primeiro elemento a ser destacado nessa visão do México é a centralidade assumida pela dimensão cultural, muito embora também sejam manifestadas as noções de “progresso material” e estabilidade política. A respeito desta última, chama a atenção a ideia de que a “questão religiosa” teria sido “resolvida num ambiente de tolerância” e, mais ainda, a ideia de que teria havido uma “reconciliação” da “família mexicana”. Essa percepção, e inclusive o vocabulário usado, remetem ao discurso oficial mexicano durante o callismo, o qual

---

<sup>20</sup>“O México e a comemoração de sua independência”, *Diário de Notícias*, 16/09/1930, 1ª pág.



era representado em terras brasileiras pelo embaixador Ortiz Rubio, com quem os editores do jornal parecem ter tido contato.<sup>21</sup>

Mas, na narrativa do *Diário de Notícias* sobre o México revolucionário em inícios dos anos 30, a dimensão política não aparece mais do que como uma espécie de pano de fundo, pois a grande obra mexicana posta em destaque pelo jornal foi “o desenvolvimento das “forças espirituais” do país. Para os editores do periódico brasileiro, o que verdadeiramente parecia admirável na experiência mexicana era a capacidade de fundir tradição e modernidade, ou seja, “a reconstrução da grandeza passada”, indígena, atuando como elemento inspirador das “criações modernas”; no México a “formidável tradição das civilizações pré-colombianas” não era “entrave”, mas “estímulo”, possibilidade de inovação, de “criação” de uma “obra nova e original”, obra da mais “alta expressão” artística, ao mesmo tempo tradicional e moderna, cuja imagem podia ser condensada em um nome/ícone: Diego Rivera. Os elementos dessa ampla e sistemática visão de um “México artístico” – no qual a arte funciona como expressão primeira da realidade social e “espiritual” da renovação trazida pela Revolução – remetem inequivocamente ao México de Vasconcelos, que havia sido propagandeado por sua missão de 1922, e que continuava a sê-lo através das “imagens” que eram “pintadas” pelos escritos de Ronald de Carvalho. Este, inclusive, como já destacamos, entre fins dos anos 20 e inícios dos 30, era um dos mais importantes colaboradores da revista *Movimento Brasileiro*, no qual a obra de Diego Rivera ganhou espaço e foi elogiada, como mencionamos no capítulo anterior ao comentarmos o contexto de publicação da obra *Imagens do México* pelo poeta brasileiro.

A análise realizada pelo jornal carioca nos permite observar como esse “México artístico” acabou servindo de ponte para a ideia de um “México culto” (notemos que, na narrativa do jornal, “intelectual e artístico” aparecem como dois elementos relacionados, mas diferenciados). Se Diego Rivera era, então, a principal referência artística mexicana, no plano “intelectual” a maior expressão do México passava a encarnar-se na figura de Alfonso Reyes. Conforme destacaram os editores do diário brasileiro, “além de ser o embaixador experimentado e zeloso”, Reyes era “o escritor significativo e vibrante, que não só se conta[va] como uma das maiores expressões literárias mexicanas, mas, por igual, como [um] dos maiores ensaístas e poetas de língua espanhola.” E, como também não deixaram de notar, nesse momento, início dos anos 30, o que vinha “impondo o nome mexicano por toda parte” (ou, potencialmente, tinha condições de fazê-

---

<sup>21</sup>O termo “família mexicana” era constantemente empregado por Calles, que pretendia, com a fundação do PNR, “reconciliar” e unificar as diferentes facções revolucionárias no partido oficial. Cf. CALLES, Plutarco Elías. *Pensamiento político y social. Antología (1913-1936)*. (Prólogo, selección y notas de Carlos Macías). México: FCE, 1988, p. 283-5.

lo) era principalmente “o prestígio de [seus] espíritos de grande significação intelectual”, artística e literária.<sup>22</sup>

A matéria do *Diário de Notícias* apresenta, ainda, uma boa descrição sobre a atuação do escritor-embaixador mexicano no cenário político e cultural brasileiro nos meses que se seguiram a sua chegada ao Rio:

Entre nós, ele não se circunscreveu ao meio diplomático, que se limita entre meia dúzia de fórmulas do cerimonial, [...] mas procurou conhecer e amar o Brasil nos seus espíritos mais representativos. Cercaram-no escritores e artistas brasileiros, em cujo convívio, o sr. Alfonso Reyes é o amigo dileto, o companheiro incomparável. E, assim, ele não é apenas o representante do seu país junto ao governo, mas é bem o enviado do espírito mexicano junto à intelectualidade brasileira.<sup>23</sup>

Essa mesma percepção de Reyes como uma personalidade que ia muito além de um diplomata formal, mas que representava propriamente “o espírito mexicano junto à intelectualidade brasileira”, bem como a referência ao embaixador mexicano como um “amigo”, são elementos recorrentes também em correspondências enviadas a Reyes por escritores e artistas brasileiros com os quais o intelectual-diplomata se relacionou durante sua embaixada no Rio. Parte dessa correspondência foi estudada pelo estadunidense Fred P. Ellison, que resgatou minuciosamente os contatos literários e as relações de sociabilidade empreendidos pelo escritor-embaixador mexicano no meio intelectual carioca, tendo como questão de fundo o possível impacto literário de Alfonso Reyes sobre os escritores brasileiros.<sup>24</sup> Embora Ellison, como a maioria dos estudiosos de Reyes, tenha se interessado basicamente pelo literato, seu trabalho nos fornece informações preciosas sobre a atuação do escritor-embaixador, especialmente no que diz respeito à intensa correspondência mantida por este com brasileiros, entre os quais destacam-se escritores, como Ronald de Carvalho, que já era um “amigo” do México, além de Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Ribeiro Couto; e artistas, como Di Cavalcanti e Cícero Dias, entre vários outros.

As correspondências trocadas entre Reyes e artistas e escritores brasileiros são fontes de central importância para compreendermos a atuação do escritor-embaixador no Brasil. Essas cartas, em sua maioria, podem ser identificadas como sendo de fato uma “correspondência intelectual” – no sentido empregado por Jorge Myers, precisamente em trabalho sobre o epistolário de Alfonso Reyes e Genaro Estrada –, por serem cartas não apenas trocadas entre

---

<sup>22</sup>“O México e a comemoração de sua independência”, *Diário de Notícias*, 16/09/1930, 1ª pág.

<sup>23</sup>*Ibidem*.

<sup>24</sup>ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil: Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

intelectuais, mas que também versavam sobre questões intelectuais.<sup>25</sup> Como veremos, as principais discussões intelectuais presentes nas cartas trocadas entre Reyes e os brasileiros giravam em torno da função social dos intelectuais e suas relações com a política. Em relação a essas cartas, nosso principal foco de análise é a correspondência passiva de Reyes, ou seja, as missivas enviadas a ele pelos brasileiros, nas quais buscamos identificar, em menções feitas ao México, quais eram as visões que escritores e artistas brasileiros possuíam do país e de sua Revolução. Mas um surpreendente hábito de Alfonso Reyes nos possibilita, em alguns casos, também utilizar como fonte parte de sua correspondência ativa, pois o mexicano costumava guardar cópias de algumas das cartas que ele próprio enviava.<sup>26</sup>

A análise das cartas enviadas por brasileiros a Reyes durante sua embaixada no Brasil revela que, entre esses interlocutores missivistas, a poeta Cecília Meireles e o pintor Di Cavalcanti foram os que mais explicitamente manifestaram suas visões e interesses pelo México e a Revolução. Abordaremos as cartas de cada um de forma específica mais à frente neste capítulo. Neste momento o que queremos destacar é que também foram esses dois intelectuais brasileiros os que, em cartas, demonstraram mais claramente ver em Reyes uma espécie de personificação do México, uma figura na qual se fundiam as funções de embaixador e de representante da cultura mexicana. Para Di Cavalcanti, Reyes era “embaixador de fato da intelectualidade de seu país”; por sua parte, Cecília Meireles afirmava ser praticamente impossível separar “Alfonso Reyes – o amigo [pessoal]” do “outro amigo que é Alfonso Reyes – o embaixador”.<sup>27</sup> A referência ao intelectual e embaixador Reyes como um “amigo” – que aparece tanto nas correspondências quanto na descrição mencionada do *Diário de Notícias* – nos remete à própria estratégia diplomática empreendida pelo escritor-embaixador mexicano, da qual ele próprio nos fornece uma ampla explicação em seu já mencionado *El servicio diplomático mexicano*.

Nesse texto, Reyes descreveu sua própria compreensão da atividade de embaixador, a mesma que serviu de base para a política externa mexicana na “era Estrada”, quando foi oficialmente fomentada uma compreensão da diplomacia que pressupunha que a grande contribuição que os escritores podiam dar à promoção da imagem externa do México passava por seu próprio *métier*, seu reconhecimento e sua atuação pessoal. Como bem observa Víctor Díaz Arciniega, “as convicções pessoais” de Reyes andaram em “concordância” com “as metas

---

<sup>25</sup>MYERS, Jorge. El epistolario como conversación humanista: la correspondencia intelectual entre Alfonso Reyes e Genaro Estrada (1916-1939). *Políticas de la memoria*. Anuario de investigación e información del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierda en la Argentina, nº 15, verano 2014-2015, p. 53.

<sup>26</sup>Todas as cartas consultadas para este trabalho fazem parte do acervo da Capilla Alfonsina, antiga casa de Alfonso Reyes na Cidade do México, que atualmente comporta a maior parte de seus arquivos pessoais.

<sup>27</sup>DI CAVALCANTI, Emiliano; MEIRELES, Cecília. Cartas a Alfonso Reyes, datadas respectivamente de 05/02/1931 e 01/07/1932.

da [Secretaria] de Relações Exteriores durante a administração de Genaro Estrada”, porque a própria Secretaria, nesse momento, apoiou sua convicção de que “as tarefas empreendidas e realizadas como diplomata [...] não difer[iam] das que leva[va] a cabo como homem de letras”, aceitando-se que “o embaixador [Reyes] e[ra] em primeiro lugar e acima de todas as coisas, escritor”.<sup>28</sup>

A fusão entre as figuras do escritor e do diplomata, expressa na vinculação entre atuação intelectual e política (como embaixador) era o pressuposto básico de Reyes sobre a função do escritor como representante internacional do país e foi a partir dessa posição que empreendeu sua carreira no serviço exterior mexicano. Em estudo sobre a relação entre essas distintas esferas na trajetória do “intelectual-diplomata” Alfonso Reyes, Jorge Myers afirma que “Reyes foi um fiel funcionário da diplomacia mexicana; mas esta, até certo ponto, também esteve a serviço de ambições literárias e culturais que excediam os marcos de sua profissão”, já que o mexicano fez “uma utilização explícita e deliberada dos recursos materiais e simbólicos que sua condição de embaixador punha a sua disposição para incrementar seu próprio prestígio como autor e como intelectual.”<sup>29</sup> Concordamos plenamente com a afirmação de Myers, mas pensamos também é possível pensar tal situação em sentido inverso, pois a utilização de “recursos simbólicos”, nesse caso, funcionou como uma via de mão dupla, já que o prestígio e o reconhecimento de Alfonso Reyes enquanto escritor – bem como o de outros importantes nomes literários que atuaram no serviço exterior mexicano, conforme mencionamos anteriormente – também foram estrategicamente utilizados pelo Estado mexicano, através de sua nomeação como embaixador, com a evidente intenção de favorecer a imagem internacional do país.

Sobre esse aspecto é preciso destacar que, apesar do status inegavelmente prestigioso que reveste a função de embaixador, representar internacionalmente o México em inícios dos anos 30 ainda implicava em esforçar-se para transformar a imagem corrente do país vinculada à instabilidade política e violência. O próprio Reyes nos fornece uma descrição muito ilustrativa dessa particularidade da representação diplomática mexicana quando, em uma carta datada de 1940, buscou apresentar ao peruano Luis Alberto Sánchez uma espécie de visão de bastidores de sua vida diplomática que, segundo considerou, na prática esteve longe do conforto e glamour que revestiam sua imagem exterior. Nas palavras de Reyes, “a vida do diplomata mexicano e[ra] uma vida de família pobre dentro do snobismo internacional”, diferenciando-se, inclusive, de outros casos latino-americanos, posto que os mexicanos precisavam “arrastar perante o mundo

---

<sup>28</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza, *op. cit.*, p. 90; 96.

<sup>29</sup>MYERS, Jorge. El intelectual-diplomático: Alfonso Reyes sustantivo. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales*, *op. cit.*, p. 90-91.

o dever de demonstrar que não [eram] canibais” e isso “em meio a sacrifícios constantes.”<sup>30</sup> Certamente os desafios aludidos por Reyes diziam respeito tanto à relativa escassez de recursos econômicos com que atuava a representação diplomática mexicana quanto aos inúmeros momentos de instabilidade experimentados pelo México revolucionário, que sucessivamente voltavam a comprometer a imagem externa do país. É nesse sentido que consideramos ser necessário colocar em destaque a opção estratégica do Estado mexicano de usar os “recursos simbólicos” vinculados à imagem pública de Alfonso Reyes, que já havia alcançado reconhecimento internacional como escritor antes mesmo de seu ingresso na vida diplomática, tendo sido, não por acaso, nomeado para tal.<sup>31</sup> O próprio Reyes era consciente dessa situação e, em muitos momentos, valeu-se de sua imagem pública e de seus contatos pessoais para favorecer a consolidação de uma visão positiva sobre o seu país no exterior. O caso brasileiro é exemplar dessa situação.

Um momento marcante em que a fusão das imagens de escritor e diplomata se evidenciaram durante a embaixada brasileira de Reyes ocorreu na ocasião em que o escritor-embaixador recebeu uma homenagem por parte da Academia Brasileira de Letras, em 1934. Na solenidade, Reyes e seu país foram homenageados através de um discurso proferido pelo jurista Rodrigo Otávio, membro fundador da Academia, que já havia visitado o México, nos anos 20.<sup>32</sup> As palavras do brasileiro, na ocasião, são muito ilustrativas da fusão entre as figuras do escritor e do embaixador, e particularmente da maneira como o reconhecimento intelectual de Reyes era estendido ao México, de forma a contribuir para a consolidação de uma imagem do país relacionada de maneira intrínseca ao elemento de exuberância cultural.

Em seu discurso na sede da ABL, Rodrigo Otávio se referiu a Alfonso Reyes como “nosso poeta amigo”, “o pontífice das letras em sua terra” e, além disso, “um guia”, “um chefe” e “mestre da nova geração dos poetas e escritores [...] de todos os países da América.” As qualidades de “poeta, a um tempo, clássico e revolucionário”, atribuídas a Reyes, serviam também para expressar a cultura de seu país, um México de “assinalada cultura e extraordinário sentimento artístico.” O jurista, que havia conhecido o México na mesma época em que Ronald

---

<sup>30</sup>REYES, Alfonso. Carta a Luis Albeto Sánchez, datada de 07/08/1940. Citada por DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza, *op. cit.*, p. 118-9.

<sup>31</sup>Sobre as relações entre as trajetórias intelectual e diplomática dos escritores que atuaram como diplomatas mexicanos, consultar a coletânea editada pela Secretaria mexicana de Relaciones Exteriores, intitulada *Escritores en la diplomacia mexicana*. Especificamente sobre o caso de Reyes, consultar o artigo de Javier Garciadiego no primeiro volume da obra, intitulado “Alfonso Reyes: cosmopolitismo diplomático e universalismo literario.”

<sup>32</sup>Rodrigo Otávio não apenas visitou o México, em mais de uma ocasião nos anos 20, como atuou como árbitro em organismos internacionais em questões de reclamações contra o México revolucionário, envolvendo Estados Unidos e países europeus. Mais de uma década depois, em 1940, o jurista brasileiro publicou uma obra sobre suas viagens ao México e também ao Peru, que foram realizadas nos anos 20. Cf. CRESPO, Regina. O México de Rodrigo Otávio e Cyro dos Anjos, *op. cit.* e OTÁVIO, Rodrigo. *México e Peru*. Edição ilustrada. Coleção viagens volume XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

de Carvalho – e na mesma circunstância de um convite oficial do governo Obregón, sob os auspícios de Vasconcelos –, descreveu o país através de imagens líricas e exóticas, muito semelhantes àquelas traçadas pelo poeta brasileiro: um México onde “o pitoresco das cenas em que a tradicional indumentária, conservada nas diversas regiões, dá à paisagem característica do *nopal* e do *maguey* uma nota singular e multicolor, [que] por toda parte nos envolve e nos encanta.” Ainda segundo o brasileiro, é nesse “maravilhoso cenário” que “a vida nacional se agita turbulenta, por vezes, mas progressiva sempre.”<sup>33</sup> Na sequência de sua fala, Rodrigo Otávio fez referência à uma visão do México associada à barbárie – que, em sua concepção, continuava sendo a mais presente na imprensa internacional – para contrastá-la com uma imagem do escritor Alfonso Reyes enquanto figura síntese dos admiráveis progressos culturais e intelectuais de um México nacionalista e cívico, criado pelo movimento revolucionário:

Dessa vida nacional mexicana, cá fora só se conhece a turbulência. De pouco mais que de revoluções se ocupa o noticiário internacional relativo ao México. [...] México não é somente revoluções e sangue, é também consciência nacional e sentimento artístico. De tudo cabia tratar aqui, por certo, porque, se Alfonso Reyes é um genuíno representante do sentimento artístico de sua gente, é também, como Embaixador, altíssimo porta-voz do sentimento político de seu país. [...] Diga-se apenas que, com exaltação e desassombro, [o] México possui a consciência de seu dever cívico, defende os interesses da nacionalidade e preserva todos os predicados de independência. No seu aspecto cultural e artístico é de surpreender o que se observa no México [...]. Seu Ministério de Educação é um modelo de organização e de eficiência. Daí irradia e se difunde pelo país inteiro a orientação educacional.<sup>34</sup>

Ao final, o discurso de Rodrigo Otávio nos propicia ainda um bom panorama sobre a atuação do escritor-embaixador mexicano nos círculos intelectuais cariocas, quando se dirige a Reyes com as seguintes palavras: “Entrastes em nossos meios literários e artísticos, viveis conosco; a mocidade estudiosa e ardente vos quer e admira. Vós soubestes vos fazer amado dos moços.”<sup>35</sup> A articulação de Reyes com os estudantes universitários foi, de fato, bastante intensa e será abordada em uma parte específica deste capítulo. O que queremos chamar a atenção neste momento é o fato de que a descrição da atuação de Reyes, realizada em sua homenagem na ABL, aponta para o sucesso de uma estratégia muito conscientemente delineada pelo mexicano, que procurou deliberadamente apresentar-se como uma síntese das figuras do intelectual e do diplomata e como a própria personificação de um México culto, imagem capaz de contra-atacar a velha visão do país associada à instabilidade política e à violência.

---

<sup>33</sup>OTÁVIO, Rodrigo. Homenagem ao sr. Alfonso Reyes. Discurso proferido em sessão pública realizada em 30/08/1934. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 160, vol. 47, ano 27, 1935, p. 470; 473; 477.

<sup>34</sup>Idem, p. 478.

<sup>35</sup>Idem, p. 479.

Esse sentido estratégico, fortemente político, que perpassou toda a atuação intelectual do escritor-embaixador mexicano no Brasil, só pode ser captado quando colocamos a devida ênfase na faceta política de Alfonso Reyes, que muitas vezes é deixada de lado e praticamente ofuscada pela imagem do erudito homem de letras. Como comenta o historiador Alberto Enríquez Perea – em um estudo que resgata a dimensão política da atuação do escritor-embaixador a partir da leitura de seus relatórios diplomáticos, precisamente durante o período no Brasil –, a antiga imagem de Reyes através da qual “a historiografia mexicana e estrangeira nos acostumou [a vê-lo]” – fundamentalmente como um “homem distante da política, fechado em sua concha de caracol, lendo e relendo seus clássicos espanhóis e greco-latinos” –, dificultou durante muito tempo percebê-lo não apenas como “um homem apaixonado pela política” mas, principalmente, como alguém “comprometido politicamente”.<sup>36</sup> Exatamente o compromisso político de Reyes com o Estado mexicano foi apontado por Javier Garciadiego como um dos fatores essenciais para seu “êxito” como diplomata. Reyes não apenas foi “ideologicamente afim a Calles, Obregón e demais líderes do grupo sonoreense”, além de um grande apoiador da política externa de Cárdenas, como manteve uma postura de “leal[dade] às autoridades e às instituições governamentais”, o que chegou a “lhe custar o distanciamento de Vasconcelos e numerosas recriminações por parte de outros intelectuais.”<sup>37</sup>

Esse comprometimento, devemos ressaltar, não significou a ausência de críticas por parte de Reyes aos direcionamentos oficiais, o que ocorreu especialmente no terreno cultural, como veremos mais à frente. Mas o essencial é ter em mente o comprometimento do escritor-embaixador com as políticas oficiais mexicanas e muito particularmente com a política externa de propaganda do México revolucionário, a qual ganhou contornos bastante sofisticados em sua própria atuação como embaixador. Se essa função, por si própria, já pressupunha a ideia mais geral de uma representação (diplomática), Reyes a preencheu com atributos bastante específicos e personalizados que evocam propriamente a noção do embaixador como uma “personificação” de seu país.

Nas palavras de Reyes, a função diplomática podia ser resumida na ideia de “ganhar amigos”, o “sábio conselho” dado, já no século XVII, pelo escritor novo-hispano Juan Ruíz de Alarcón. Isso significava ampliar “a captação de boas vontades” para com o país, algo que se podia conquistar, de forma bem mais efetiva, por meio de contatos pessoais e intelectuais, os quais ganhavam, assim, um sentido estratégico. Em sua percepção, uma diplomacia eficiente se produzia a partir de contatos personalizados. Tratava-se de “uma função que se funda[va] na personalidade individual, irredutível, intransmissível”. O diplomata, conforme entendia, era

---

<sup>36</sup>ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores del Estado Nuevo*, op. cit., p. 5; 520.

<sup>37</sup>GARCIADIEGO, Javier. *Alfonso Reyes: cosmopolitismo diplomático*, op. cit., p. 206; 210.

“uma pessoa, mais que uma atividade”; “um substantivo, mais que um verbo: um *ser*, mais que um *fazer*”. Isso porque, segundo considerava, a função diplomática devia ser “discreta”, era um trabalho “invisível”, “uma obra paciente, cotidiana, trabalho diminuto de formiga”. Esse trabalho apresentava-se basicamente como a construção de boas relações, de “amizade”, como costumava se referir aos contatos intelectuais que buscava consolidar. Partindo-se do princípio de que o diplomata era um mediador, “tradutor ou conciliador entre o seu próprio país e o outro”, no qual o representava, considerava que a própria pessoa do diplomata contava de maneira decisiva, já que, muitas vezes, “sua simples presença, seu trato [com os outros], suas relações pessoais [...] seriam determinantes.”<sup>38</sup>

Como se poderia esperar de uma visão tão pessoalizada da diplomacia, havia, na perspectiva de Reyes, um tipo específico de “personalidade individual” capaz de exercer tal função da maneira mais eficaz: os literatos. Estes eram os “técnicos da expressão” e, por isso mesmo, os “mais adequados para ‘expressar’ a vontade do país no exterior e os mais *armados* para explicar as coisas da pátria.” A metáfora bélica empregada por ele não era, de forma alguma, fortuita ou um simples jogo de palavras, mas expressava a visão absolutamente estratégica, no sentido político do termo, a partir da qual o escritor-embaixador pensava e exercia a diplomacia. Para se ter uma noção do significado combativo que procurava dar à função, ressaltamos sua significativa ação de incluir uma nota final, de caráter explicativo, na edição que preparou, em 1937, de seu texto *El servicio diplomático mexicano*, escrito em 1933. Nessa nota, Reyes explicitou de maneira incisiva que suas concepções sobre a diplomacia se inspiravam “no critério de que o corpo diplomático é uma ordem técnica” e que esta “tem em comum com o serviço militar o fato de ser um serviço de defesa”. Exatamente essa percepção fazia com que o escritor-embaixador visse a si próprio, e aos diplomatas mexicanos em geral, como pessoas que exerciam a função de um “soldado”, um “sentinela nacional destacado em terras distantes”. Deles dependia, em muitos sentidos, a proteção, “a estabilidade” da pátria em suas “necessidades da vida internacional”.<sup>39</sup>

Esse significativo texto, no qual Reyes apresentou todas essas reflexões teóricas sobre a diplomacia, comportava um sentido muito maior do que dar “sugestões” sobre a atividade diplomática. Tratava-se também de explicar, justificar e legitimar uma forma específica de fazer diplomacia, precisamente aquela que tinha sido fortemente impulsionada durante a “era Estrada”, mas que não era exatamente acorde com a nova política cultural “revolucionária” que se impunha então – em inícios dos anos 30 –, cujos tons pragmático e nacionalista atacavam diretamente a tradição cultural/literária cosmopolita à qual Reyes se ligava. Essa política cultural

---

<sup>38</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático*, op. cit., p. 152-3; 161. Grifos no original.

<sup>39</sup>Idem, p.132-3; 141; 152-3;165. Grifo nosso.



havia sido iniciada, oficialmente, em 1925, pelo então secretário de Educação Manuel Puig Cassauranc, que reorientou a direção da Secretaria de Educação Pública – órgão diretor não apenas da educação, mas do conjunto de políticas oficiais voltadas para o âmbito cultural – com vistas a substituir o antigo projeto humanista de Vasconcelos, de abertura à cultura universal e de ênfase na arte e na sensibilidade, por uma educação (e, de forma mais ampla, uma cultura) mais pragmática, cujo foco eram os “princípios revolucionários” baseados nas demandas sociais.<sup>40</sup>

Em 1933, Puig Cassauranc tornou-se secretário de Relações Exteriores, o que implicou na ascensão da mesma perspectiva que direcionava a política cultural “revolucionária” ao plano da política externa mexicana. Foi exatamente nesse contexto que Reyes teceu, em *El servicio diplomático mexicano*, uma defesa bastante articulada do modelo de diplomacia que vinha sendo empregado pelo México, argumentando que era o mais eficaz para “a propaganda cultural e espiritual” que se “exigia” da “representação” mexicana em outros países. Explicou que, se “era perceptível por parte do governo mexicano o desejo de aproveitar os escritores no serviço diplomático”, isso não acontecia simplesmente por “motivos de esnobismo” ou para dar uma boa ideia da cultura nacional”, mas porque um “secreto instinto” fazia perceber que aqueles “técnicos da expressão” eram os mais adequados para o trabalho, conforme sua própria descrição. Quanto à possibilidade de sucesso dessa estratégia, chamou a atenção para o fato de que “a Casa mexicana já começa[va] a ser em vários países um lugar dos intelectuais e um centro de simpatia das juventudes universitárias.”<sup>41</sup>

Toda essa argumentação, tão bem talhada pelo exímio “técnico da expressão” que era Reyes, procurava garantir o apoio oficial do novo secretário ao projeto diplomático que o escritor-embaixador defendia e encarnava, num momento em que sua própria embaixada no Brasil já havia sido posta em xeque. A situação de Reyes como embaixador passou por um momento de grave instabilidade em 1932, quando, em meio à crise que se instalou na Secretaria de Relações Exteriores após a renúncia do presidente Ortiz Rubio – que também implicou no fim da gestão de Genaro Estrada –, o escritor-diplomata recebeu a ordem de retornar ao México sob a alegação de que “razões de economia para o ano seguinte obriga[va]m a suprimir [a] chefia da missão [diplomática no Rio]”.<sup>42</sup> Segundo Reyes, essa decisão do governo mexicano somente não foi oficializada por intervenção da diplomacia brasileira, o que ele teria sabido algum tempo

---

<sup>40</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querrela por la cultura “revolucionaria” (1925)*. 2ª ed. México: FCE, 2010, p. 117-18.

<sup>41</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático*, op. cit., p. 142-3.

<sup>42</sup>Citado por Alfonso Reyes em carta a Genaro Estrada, datada de 19/11/1932. Reproduzida em ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza*, op. cit., p. 253.

depois diretamente da parte do ministro brasileiro de Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco.<sup>43</sup>

Em carta a Genaro Estrada, Reyes explica que, ao ser anunciada a supressão do cargo de embaixador do México no Brasil, “o embaixador [do Brasil no México, Abelardo] Roças ficou preocupado e comunicou a seu Governo [brasileiro]”. Este, por sua vez, “o fez dizer [oficialmente] no México que [o Brasil] não podia considerar esse ato como amigável; que esta Embaixada [mexicana no Rio] tinha ilustres antecedentes, como a estátua de Cuauhtémoc, etc.” Tudo isso teria sido dito pelo embaixador Roças em um jantar com Alberto Pani, que era então o ministro mexicano da Fazenda, mas já havia sido o de Relações Exteriores, durante o governo Obregón. Assim, afirma Reyes: “Pani fez com que reconsiderassem minha chamada [ao México]. Mello Franco me disse categoricamente que era o Sr. Téllez [o próprio ministro de Relações Exteriores] o empenhado em suprimir essa chefia [da Embaixada no Rio], e que foi o Sr. Pani quem o evitou.”<sup>44</sup>

Essa descrição apresentada por Reyes permite captar um pouco da atmosfera de instabilidade que se instalou na secretaria mexicana de Relações Exteriores, a partir de 1932, após a saída de Genaro Estrada. Para se ter uma ideia da crise que acometeu a secretaria nesse momento, basta mencionar que entre 1932 e 1935 o órgão contou com cinco direções distintas, somente se estabilizando com a nomeação de Eduardo Hay, já no governo Cárdenas.<sup>45</sup> A crise na secretaria mexicana culminou na intensificação de uma tensão latente, desde meados dos anos 20, entre a política cultural “revolucionária” e o estilo de atuação diplomática levado a cabo por Reyes. Mas a própria ausência de um direcionamento mais estável por parte da Secretaria acabou possibilitando que o escritor-embaixador contasse com uma autonomia considerável em sua atuação, o que permitiu que todo o período de sua embaixada brasileira se caracterizasse pela fusão entre diplomacia e letras.

Durante os anos 30, uma das principais estratégias intelectuais utilizadas por Reyes – que, como já vimos, são inseparáveis das diplomáticas – foi a publicação e difusão de um periódico de caráter cultural, ao qual deu o nome de *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes*. Esse periódico é uma fonte extremamente reveladora tanto da estratégia político-cultural

---

<sup>43</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 08/12/1932, p. 256. Os trabalhos históricos consultados sobre as relações diplomáticas entre México e Brasil não trazem maiores explicações sobre esse assunto. Em sua obra sobre a embaixada de Reyes no Rio, Alberto Enríquez Perea reproduz a explicação dada pelo próprio Alfonso Reyes. Cf. ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores del Estado Nuevo*, op. cit., p. 220-224.

<sup>44</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 08/12/1932, p. 256.

<sup>45</sup>Durante esse período foram secretários mexicanos de Relações Exteriores, além de Manuel C. Téllez, José Manuel Puig Cassauranc, durante o governo interino de Abelardo Rodríguez; e, durante o governo Cárdenas, Emilio Portes Gil e José Ángel Ceniceros, antes da nomeação de Eduardo Hay, em 1935.

empreendida pelo embaixador mexicano quanto das tensões existentes entre seu estilo diplomático e a direção tomada pelas políticas oficiais mexicanas nos anos 30.

#### **4.2. Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes: uma vitrine internacional do México revolucionário e suas convergências e dissonâncias em relação às diretrizes oficiais da Secretaria de Relações Exteriores**

As divergências entre a política cultural oficialmente empunhada pelo México e as concepções de Alfonso Reyes sobre as relações mais gerais entre cultura e política e, de forma específica, entre atuação intelectual e diplomática remontam a meados dos anos 20. Desde 1925 Reyes e o então secretário Genaro Estrada viram-se direta ou indiretamente envolvidos numa intensa polêmica em torno da “cultura revolucionária”, desencadeada pela implantação da nova política cultural – instaurada durante o callismo e mantida durante o governo Cárdenas – pela qual se procurou estabelecer a função social como a base da cultura (arte, literatura, etc.) que seria, a partir de então, entendida como “revolucionária” e, portanto, a única apoiada pelo “Estado revolucionário”.<sup>46</sup>

Essa nova orientação cultural culminou numa intensa polêmica, cujo aspecto mais evidente foi o literário, embora esse não fosse mais que a “parte visível do iceberg”, como bem expressou Víctor Díaz Arciniega, ao analisar a polêmica literária de 1925. O autor destaca que esse “acontecimento polêmico” representou muito mais que uma discussão literária pontual e pode ser tomado mesmo como o momento “fundador do projeto político cultural ‘revolucionário’ desejado para o México do século XX.”<sup>47</sup> É de suma importância recuperar essa “querela” de 1925 em torno da “cultura revolucionária” – e particularmente a relação de Alfonso Reyes com os grupos envolvidos na polêmica – para se compreender o aspecto dissonante que envolveu a atuação diplomática exercida por Reyes no Brasil nos anos 30 e, especialmente, a polêmica desencadeada em 1932 em torno de seu periódico *Monterrey*, editado a partir da Embaixada no Rio.

Como já mencionamos, a nova política cultural “revolucionária”, instituída em meados dos anos 20, atacava diretamente a tradição literária cosmopolita, que era defendida e exercida por Reyes e que, na época, começava a se consolidar entre jovens escritores (principalmente poetas) – como Carlos Pellicer, Jaimes Torres Bodet, Jorge Cuesta e Salvador Novo, entre outros – que vieram a agrupar-se, poucos anos depois, em torno da revista *Contemporáneos*, com os

---

<sup>46</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querella por la cultura*, op. cit., p. 117.

<sup>47</sup>Idem, p. 25; 29.

quais Estrada e Reyes mantiveram grande proximidade.<sup>48</sup> A polêmica se iniciou com a acusação feita pelos escritores “revolucionários” – encabeçados por Julio Jiménez Rueda – aos “jovens” escritores e à tradição literária cosmopolita, como sendo responsáveis pelo “afeminamento na literatura mexicana”. A noção de “afeminamento” expressava evidentemente uma alusão crítica e preconceituosa à condição homossexual de alguns desses escritores – como Salvador Novo e José Gorostiza –, mas ia muito além de uma “querela” pessoal, ao condensar os aspectos literários contra os quais se dirigiam os escritores “revolucionários”, acordes com a nova política oficial: a “carên[cia] de uma relação estreita com o povo e as classes trabalhadoras”, como explicitou Gutiérrez Cruz.<sup>49</sup>

Na realidade, as preocupações supostamente “literárias” dessa polêmica estavam muito mais “relacionadas com assuntos políticos do que com os realmente estéticos”. Como mostra Díaz Arciniega, era na dimensão política que o termo “viril” ganhava um sentido mais complexo, ao ser empregado – além do uso cotidiano mais comum – também “habitualmente na linguagem burocrática”, associado à noção de “revolucionário” e às devidas qualidades que deveriam acompanhar tal noção: “fortaleza, hombridade, retidão, decisão, compromisso, entrega”.<sup>50</sup> Não por acaso a resposta do poeta e homossexual José Gorostiza à acusação de “afeminamento” supostamente “literário” se deu nos seguintes termos – dos quais se pode deprender (também) uma sutil acepção política: “O afeminamento não coloca em xeque a hombridade”.<sup>51</sup>

O pano de fundo dessa polêmica era o debate político-cultural sobre a função social da arte, que marcou o período das vanguardas artísticas em diversos países latino-americanos.<sup>52</sup> No contexto mexicano, o que dotava tal debate de especificidade era exatamente a Revolução, que fazia com que a discussão girasse em torno de quais expressões culturais poderiam/deveriam ser ou não consideradas “revolucionárias”, no sentido de traduzir as transformações sociais – incluindo a identidade nacional – decorrentes do processo revolucionário iniciado em 1910. É novamente Díaz Arciniega quem nos dá, em poucas palavras, um balanço desse importante debate “fundador”:

As respostas oferecidas pelos polemistas [de 1925] mostram duas perspectivas principais. Uma é técnica e artística, cujo principal objetivo é a abolição de

---

<sup>48</sup>A respeito do grupo Contemporáneos, consultar o clássico trabalho de Guillermo Sheridan, *Los Contemporáneos ayer*. México: FCE, 1985.

<sup>49</sup>JIMENEZ RUEDA, Julio. “El afeminamento en la literatura mexicana”, *El Universal*, 21/12/1924 e GUTIÉRREZ CRUZ, Carlos. Citado por NOVO, Salvador. “Algunas verdades acerca de la literatura mexicana actual”, *El Universal Ilustrado*, 19/01/1925, reproduzidos por DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querella por la cultura*, op. cit., p. 77-8.

<sup>50</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querella por la cultura*, op. cit., p. 75.

<sup>51</sup>GOROSTIZA, José. “Juventud contra molinos de viento”, *La Antorcha*, 24/01/1925. Citado por DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querella por la cultura*, op. cit., p. 78.

<sup>52</sup>A respeito dos debates estético-ideológicos das vanguardas na América Latina, consultar a introdução de Jorge Schwartz à coletânea *Vanguardas latino-americanas*, op. cit., p. 29-71.

improvisações, superficialidades e atitudes acrílicas; nela se aspira, com um grau de universalidade, a obtenção de fins sociais e nacionais. A outra é prioritariamente política e acorde com as normas do governo; sua divisa é fazer algo pelo México, com propósitos acentuadamente “revolucionários”.<sup>53</sup>

Essas duas posições, expressas e confrontadas explicitamente na polêmica de 1925, coexistiram no âmbito das complexas relações estabelecidas entre o Estado e a cultura no México revolucionário e, em muitos momentos, voltaram a se chocar de maneira pública, como ocorreu na chamada “polêmica nacionalista” de 1932 – praticamente uma reedição da “querela” de 1925 –, que envolveu diretamente o escritor-embaixador Alfonso Reyes e o seu “correio literário”. Em meio ao “fervor nacionalista”, como denominou Reyes,<sup>54</sup> que rondava o México de inícios dos anos 30, o escritor-embaixador foi acusado de “alheamento” e “desvinculação” da cultura nacional, por dedicar espaço em seu *Monterrey* a estudos sobre Virgílio, Goethe e outros autores não mexicanos.<sup>55</sup>

Essas acusações eram parte de uma discussão mais ampla que opunha os intelectuais “cosmopolitas” – principalmente o grupo ligado à revista *Contemporáneos* e seus aliados Genaro Estrada e Alfonso Reyes, colaboradores assíduos da publicação, que havia deixado de circular em 1931 – aos chamados “nacionalistas”, entre os quais estava o jornalista Héctor Pérez Martínez, que fez as acusações diretas ao *Monterrey* de Reyes.<sup>56</sup> O periódico foi publicamente atacado – através da coluna “Escaparate”, publicada por Pérez Martínez no jornal mexicano *El Nacional* – como uma “gazeta inútil”, publicada por um escritor que “quer esquecer-nos [os mexicanos] de propósito” e que tinha esquecido, ele próprio, da “lição de civismo”. Segundo Pérez Martínez, “por seu distanciamento, Alfonso Reyes ha[via] se transformado em um enredador de rotas estranhas, que não acrescenta[va]m nem ao menos uma intenção guiadora do genuinamente mexicano.” O jornalista retomou, então, o elemento da virilidade – cerne não apenas literário da aludida polêmica fundadora de 1925 – para recriar a atuação literária aos moldes de Reyes, ao afirmar que “esta[va] faltando à literatura mexicana uma lição de virilidade no mais completo sentido humano”, ou seja, “o conhecimento e a assimilação do nosso grande espírito aborígene.”<sup>57</sup>

---

<sup>53</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querrela por la cultura*, op. cit., p. 141.

<sup>54</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático mexicano*, op. cit., p. 151.

<sup>55</sup>PÉREZ MARTÍNEZ, Héctor. I. *Monterrey*; II. Gimnasia y alejamiento. “Escaparate”, *El Nacional*, México, 07/04/1932, p. 3. Reproduzido em SHERIDAN, Guillermo. *México en 1932: la polémica nacionalista*. México: FCE, 1999, p. 213.

<sup>56</sup>Os textos esgrimidos durante a polêmica foram reunidos por Guillermo Sheridan, que também realizou um estudo introdutório da mesma em *México en 1932*, op. cit.

<sup>57</sup>PÉREZ MARTÍNEZ, Héctor. I. *Monterrey*; II. Gimnasia y alejamiento. “Escaparate”, *El Nacional*, México, 07/04/1932, p. 3. Reproduzido em SHERIDAN, Guillermo. *México en 1932*, op. cit., p. 213-4.

A resposta de Reyes a essas críticas foi difundida por meio do texto *A vuelta de correo*, que é o principal elemento que queremos destacar da polêmica. Nesse texto, o escritor-embaixador apresenta uma importante argumentação na qual explicita de uma maneira tão aberta quanto pouco usual – e, portanto, difícil de encontrarmos em outros textos – qual era o papel pretendido para seu controverso periódico dentro de sua atuação como representante do México no exterior. Assim afirmou Reyes:

Em *Monterrey* me impus a regra de estar sempre chamando a atenção sobre as publicações mexicanas, por mais obscuras que fossem. Já fiz uma boa centena de resenhas, sem que às vezes me atemorizasse a aridez do assunto, ante a complacência de cumprir o dever livremente escolhido. [...] Se alguma publicação busquei [fazer] a serviço das letras mexicanas, é esta. [...] E não me diga que falar de nossa América em geral, como muitas vezes o faço, não é também referir-se ao México, pois as coisas mexicanas – quando se tratam do espiritual – não são tão especificamente mexicanas que sejam alheias ao resto de nossas repúblicas, e sempre será lícito considerar o México como um caso agudo e expressivo da questão americana. [...] Em todo caso, [quanto ao fato de] que *Monterrey* não se consagre única e exclusivamente aos assuntos mexicanos [...], eu não vejo onde está minha falta. [...] Por ser mexicano tenho que desentender-me do restante? [...] Eu não faço menos pelo México em meu *Monterrey* do que ele [Pérez Martínez] faz em *El Nacional* [...], visando que a projeção [do país] vá mais longe e alcance certos centros de transcendental importância.<sup>58</sup>

Essa argumentação nos coloca diante de um papel fundamentalmente político pensado para *Monterrey*, para além de sua mais evidente função literária. O periódico começou a ser publicado por Reyes em 1930, logo que chegou ao Rio, e perpassou toda sua embaixada brasileira (1930-1936), deixando de ser editado apenas em 1937, quando o escritor mexicano já encontrava-se à frente da Embaixada de seu país na Argentina. Durante o período em que foi editado, esse “correio literário”, como Reyes o caracterizou, não teve uma periodicidade definida, tendo oscilando de cerca de dois meses a mais de um ano de distância entre cada uma de suas edições. Seu aspecto físico lembrava o de um tabloide, sendo menor do que o formato típico de um jornal diário, e cada edição possuía cerca de 8 páginas, em média. O escritor-embaixador mexicano era o diretor e editor do periódico, além de praticamente o único a publicar textos no mesmo, sendo que outras colaborações somente eram realizadas mediante seu convite. *Monterrey* era publicado sempre em espanhol (com exceção de uma colaboração de Ronald de Carvalho, publicada em português no nº 5, de julho de 1931),<sup>59</sup> embora 13 dos seus 14 números

---

<sup>58</sup>REYES, Alfonso. *A vuelta de correo* [1932]. In: *La experiencia literaria y otros ensayos*. (Selección y prólogo de Jordi García). Guadalajara-México: Fundación Banco Santander, 2009, p. 129-137.

<sup>59</sup>Tratou-se de uma reflexão do poeta brasileiro sobre as complexidades envolvidas nos processos de tradução – realizada a partir de sua própria tentativa de traduzir um poema de Amado Nervo – entre espanhol e português. Cf. CARVALHO, Ronald. “Cobardía” de Amado Nervo contra os tradutores brasileiros. *Monterrey*, nº 5, julho de 1931, 1ª pág.

tenham sido editados no Brasil. Suas edições não eram vendidas, mas distribuídas gratuitamente pelo próprio Alfonso Reyes a seus “amigos” intelectuais.

Por ter se constituído em um dos principais instrumentos da atuação intelectual empreendida por Reyes, *Monterrey* tem sido tema de vários trabalhos acadêmicos, tanto de historiadores quanto de estudiosos da literatura. Alguns dos principais exemplos são os trabalhos do historiador colombiano-mexicano, Aimer Granados, cujo foco é a importância central do correio literário de Reyes na articulação, em torno de sua figura, de uma “rede intelectual” de “caráter transnacional, americano e transatlântico *vis a vis* América-Europa”, formada por uma pequena “elite vinculada ao mundo das letras e da cultura”. Granados destaca que *Monterrey* foi “um momento ápice na comunicação desta rede” e, tomando a definição do periódico dada pelo próprio intelectual-diplomata, considera o correio literário como uma “carta circular aos amigos”, o que “permitiu a Reyes construir para si próprio um espaço que lhe possibilitou certo retiro parcial do mundo da diplomacia e da política.”<sup>60</sup> Nessa mesma direção, cujo enfoque é o caráter pessoal do empreendimento cultural de Alfonso Reyes, a crítica literária brasileira Livia Reis – atualmente uma das grandes estudiosas brasileiras de *Monterrey* no campo dos estudos literários – também coloca em destaque o caráter “personalíssimo” do correio literário do escritor mexicano, caracterizando-o como um periódico “em primeira pessoa”.<sup>61</sup>

Esse aspecto personalista é quase sempre enfatizado nos estudos sobre *Monterrey*, tendo em vista o fato de o escritor-embaixador ter sido o único editor e praticamente também o único autor do periódico, que só contou com colaborações solicitadas diretamente por Reyes – casos, por exemplo, de Pedro Henríquez-Ureña, Genaro Estrada e Ronald de Carvalho –. Além disso, o periódico era obsequiado por seu próprio idealizador e editor a seus “amigos”, como costumava se referir aos colegas com os quais mantinha contato intelectual. O próprio nome da publicação indicava que se tratava de uma produção cultural do escritor, já que o título *Monterrey* fazia referência à cidade natal do escritor-embaixador; o subtítulo se referia a um *correo literario* de *Alfonso Reyes*; e até mesmo o emblema do periódico, o *cerro* de Monterrey, desenhado de próprio punho por Reyes, fazia referência às montanhas da região onde ele havia nascido (imagens 24 e 25).<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup>GRANADOS, Aimer. *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes*. Campo literario y red intelectual en América Latina. In: GRANADOS, Aimer. (coord.). *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Cuajimalpa/ Juan Pablos Editor, 2012, p. 85-6; 98 e GRANADOS, Aimer. Alfonso Reyes en Sur América: diplomacia y campo intelectual en América Latina, 1927-1939. *Historia y Espacio*. Revista del Departamento de Historia de la Universidad del Valle, Cali, Colômbia, n° 38, 2012, p. 21-2.

<sup>61</sup>REIS, Livia. *Monterrey no Rio de Janeiro: Alfonso Reyes e o Brasil*. In: HELENA, Lúcia (org.). *Literatura, intelectuais e crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007, p. 121.

<sup>62</sup>REYES, Alfonso. “Propósito”, *Monterrey*, n° 1, junho de 1930. Todas as citações desse periódico se referem à seguinte edição fac-similar: *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes (1930-1937)*. Nuevo León-México: Fondo Editorial Nuevo León, 2008.

Imagem 24

# MONTERREY

**Correo Literario de Alfonso Reyes**

No. 1. — Rio de Janeiro, Junio de 1928

## PROPÓSITO

Boletín Gongorino

En el número de invierno de la revista *LEMA* (Buenos Aires, 1925), publiqué una revista bibliográfica gongoriana, *Góngora y después*, que quiero complementar aquí con las noticias siguientes:

1. — FRANCISCO IGLESAS, *Góngora y la nueva poesía*, La Habana, Editorial de la revista "1927", N.º 33 págs. — Mi omisión es tanto más lamentable cuanto que estableció esta conferencia como uno de los mejores intentos para poner en un instante al alcance del público la historia del "problema Góngora" y sus actuales proyecciones sobre el arte poético de nuestros días.

2. — A la lista de los gongoristas mexicanos hoy que añadir estos nombres: **FRAY MARCEL GONZALEZ DE AGUILAR**, lector de Sagrada Escritura en el Imperial Colegio de Santo Domingo de México hasta 1750, cuyo *Romance Eudocástico a San Juan Pedro* puede leerse en el periódico *Bandera de Protestas* (Guadalajara: México, n.º 1, mayo de 1929), y comienza así:

¿De qué sirve a la real ave de Jove que es el cuaderno azul su estudio fije,  
letra a letra indagando, en cifra de uno,  
altos arcanos que en el sol se escriben?

En el número 4 del mismo periódico (junio, 1929), Enrique Gómez Hirió, en su estudio sobre *Purcell y la literatura*, cita al P. Juan Casarero, S. J., profesor de la Academia Palafoxiana, cuyo poema sobre la *Pérfida de Jeneración* (compuesto en 1720 y citado por el P. Landívar, y no "2681ras" como, por error, dice el periódico) comienza con esta octava, marcada con el sello del gongorismo:

¿Ditas q' a Estorpe le debió algún día  
figura toque de su bella mano,  
lira que regulaba su armonía  
al compás de su suena soberana,  
de este, si no canora, cianca cano  
a quien la cencería de la edad que suma  
de cinco le dejó sólo la pluma...

Desde, como se ve, la influencia gongoriana se extiende hasta al abismo de una rápida simula italiana: "que a Estorpe", muy forzada a pensar del diámetro estrofélico con que se la quiere recitar, pero apenas forzada seguramente que las

del maestro cordaba cuando dice es el Polifemo:

Si al cielo-buzuzino al Orfeo celeste.

3. — ENRIQUE PRINSON, en su reciente libro sobre *La esencialidad americana* publicada en Monterrey, — que pido perdón por no haberlo leído antes — dice de haberlo leído en el desierto de mi viaje al Buenos Aires a Rio de Janeiro — dedica unas páginas honas de interés al gongorismo en América. El libro desapareció de entre las mías, pero me dejó en memoria esta nota suelta: "En la página 69, donde dice: "Salvador Reyes", debe decir: "Alfonso Reyes"; y donde dice: "Damaso Alfonso", debe decir: "Damaso Alonso".

4. — Aludido de las otras obras estas citadas en la revista que voy completando, **LEON ALBERTO SANCHEZ**, en el segundo tomo de su *Literatura Peruana: Diarios para una historia espiritual del Perú* (Lima: Ed. "La Opinión Nacional", 1928, 4.º, 244 págs.) consagra un capítulo — "Político y Barroquismo" — a la descripción de ese estado de ánimo que se produce en ciertos lugares de América, que no sólo se manifiesta en las letras, y que conviene llamar gongorino, — valiosa colaboración por cierto.

**DAMASO ALONSO** tiene para publicar un libro sobre la lengua poética de Góngora, por el cual obtuvo, en 1927, el Premio Nacional de Literatura, en Madrid, y del cual apareció un capítulo titulado: *Elidión y Elidión en la poesía de Góngora*, en la *Revista de Occidente* (Madrid, febrero de 1928).

También, entre varios estudios sueltos, tiene preparado uno sobre las variantes del *Polifemo* y las *Solitudes* en varios mas de la Nacional de Madrid, que acaso dé la primera versión de las *Solitudes*, anterior a las correcciones sugeridas por Pedro de Valencia y otros críticos.

Finalmente, trabaja sobre el tema de las influencias ovidianas en Góngora, tema tan descuidado hasta hoy, que no falta encontrar que hable de los "plagios" de Góngora a Carrillo, desde la verdad es que ambos imitan a Ovidio, así como a falta de crítica que congregar todo un volumen al estudio de Ovidio en España, sin citar una sola vez el nombre de Don Luis.



REGO MONTEIRO. *Tennis*  
(Exposición de Arte Francés Moderno, Palais Hotel, Rio de Janeiro, 19 a 25 de Mayo de 1929)

El Cerro cae en la página 8

Imagem 25

**ESTE "CORREO" CONTIENE 8 PÁGINAS**  
**Dirección: LIBRERÍA ESPAÑOLA — Rua 13 de Maio, 17**  
**Compuesto e impresso en la imprenta de "La Raza", rua do Senado, 8.**

Ao lermos o "correo literário de Alfonso Reyes" podemos perceber claramente que foi ele próprio o primeiro a tentar submeter *Monterrey* a toda uma aura de personalismo e erudição que, em grande medida, continua guiando os estudos a respeito do periódico. Já no primeiro número da publicação, no editorial de apresentação intitulado "Propósito", Reyes expressou a seus "amigos" leitores qual era intenção da nova publicação:



[Este será] um jornal literário *de um só autor*. [...] Modestamente disposto a ser um campo de pesquisas literárias [...]; [e] prestando-se ao *diálogo entre os amigos que queiram* [...] *trocar erudições* por este meio; sempre hospitaleiro, mas sempre casa privada e não edifício público, sempre *morada de uma só pessoa*. [...] [Será] um impresso de obséquio, uma carta impressa.<sup>63</sup>

Erudição e personalismo apresentavam-se, dessa maneira, plasmados já no editorial de fundação do “correio literário”. Sem dúvida, esses dois aspectos são de extrema relevância e fornecem como que os contornos principais do periódico. À primeira vista, *Monterrey* não parece ser mais do que um simples espaço de “troca de erudições”, exatamente um “correio literário” cujos principais temas literários eram os clássicos e iam desde a Antiguidade latina – com destaque para o poeta Virgílio – ao romantismo europeu – principalmente a obra de Goethe –, passando pelo melhor do “século de ouro” espanhol, incluindo grandes autores da Nova Espanha. Para se ter uma noção desse caráter erudito, basta mencionar a existência de uma seção fixa do periódico, intitulada “Boletín”, na qual Reyes publicava seus próprios estudos e também dava notícia de outros realizados, tanto por espanhóis quanto por latino-americanos, sobre o escritor novo-hispano Juan Ruiz de Alarcón e o espanhol Luis de Góngora, sendo que este último chegou a ganhar um espaço específico, através do “Boletín Gongorino”.

Dessa forma, ao se folhear os quatorze números do *correo literario de Alfonso Reyes* pode-se ficar com a impressão de que este servia unicamente como um canal de diálogo literário, uma publicação que era, de fato, editada, dirigida e distribuída gratuitamente por seu próprio idealizador a quem lhe aprazia. Mas *Monterrey* também pode nos revelar uma outra faceta, bem menos pessoal, dentro da qual a própria erudição ficava em segundo plano em face de uma ação mais pragmática, cujo foco era zelar pela imagem internacional do México. Não podemos perder de vista que o idealizador e produtor do periódico era, além de escritor, um representante oficial de seu país no exterior, papel que denota em si mesmo uma intensa relação entre o intelectual Alfonso Reyes e a política oficial mexicana.

Na realidade, o que uma leitura atenta de *Monterrey* nos revela é uma significativa interseção entre o projeto intelectual de Reyes e o grande objetivo da política externa mexicana no período, que era consolidar internacionalmente uma imagem positiva do México revolucionário. Esse sentido político, que pode ser sintetizado na noção de uma “defesa do México”, chegou a ser tocado pelo jornalista mexicano Marcos Daniel Aguilar, em um estudo sobre o periódico de Reyes que enfatiza a dimensão política que se pode vislumbrar “sutilmente”,

---

<sup>63</sup>Idem, p. 1. Grifos nossos.

“nas entrelinhas”, em temas como a defesa do país e de sua cultura, bem como da América e sua cultura.<sup>64</sup>

Mas queremos chamar a atenção para a existência de uma dimensão ainda mais pragmática, politicamente falando, no periódico; um espaço em que a própria temática cultural ficava em segundo plano em relação ao universo especificamente político. Esse é o caso da coluna “Noticia mexicana”, que foi publicada nos primeiros nove números de *Monterrey*, entre 1930 e 1932, e que diferia da maior parte do discurso do periódico por seu tom claramente propagandístico do México revolucionário, num sentido que ia muito além de seus aspectos culturais. Antes de abordarmos diretamente a referida coluna, queremos chamar a atenção para o fato de que sua publicação coincidiu parcialmente com a gestão de Genaro Estrada na Secretaria de Relaciones Exteriores e destacar que o período de maior vigor de *Monterrey* (quando o periódico teve uma periodicidade mais estável) ocorreu exatamente sob a égide de Estrada à frente do serviço exterior mexicano.

Inicialmente, o *correo literario* conseguiu manter uma periodicidade de poucos meses, alcançando nove números em apenas um ano, entre junho de 1930 e julho de 1932. Essa estabilidade inicial da publicação contrasta fortemente com o período posterior, quando foram editados seis números num período de cinco anos. Somente esses indícios permitiriam questionar, pelo menos em parte, a ideia de que o periódico de Reyes tenha sido tão personalíssimo. Outros indícios que sugerem um apoio oficial do secretário Genaro Estrada à iniciativa do escritor-embaixador encontram-se nas correspondências trocadas entre ambos, nas quais Estrada, além de incentivar a continuidade da publicação, colocou-se à disposição do embaixador para resolver inclusive problemas técnicos em prol da mesma, tais como a aquisição de tipos específicos para a edição em espanhol (a letra ñ e os sinais invertidos de interrogação e exclamação) que não existiam nas prensas brasileiras.<sup>65</sup> Em diversas cartas enviadas por Reyes a Estrada também é possível perceber o empenho do escritor-embaixador em apresentar justificativas sobre a periodicidade de *Monterrey*, reiterando seu total empenho em soltar o maior número possível de edições do periódico.<sup>66</sup> Não há a menor dúvida de que o correio literário de Reyes funcionou como um dos principais instrumentos de divulgação de uma imagem positiva – e até certo ponto oficial – do México revolucionário, o que fica evidente na coluna “Noticia Mexicana”.

---

<sup>64</sup>AGUILAR, Marcos Daniel. La estrategia alfonsina en Brasil. In: REIS, Livia (org.). *Uma suíte carioca*: Alfonso Reyes e o Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 122.

<sup>65</sup>ESTRADA, Genaro. Cartas a Alfonso Reyes, datada de 23/03/1931. Reproduzidas em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 130.

<sup>66</sup>REYES, Alfonso. Cartas a Genaro Estrada, datadas de 29/01; 13/02; 27/02; 13/03 e 29/06/1931. Reproduzidas em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 96; 107; 116; 123; 149.

Essa coluna ocupava cerca de 1/3 do espaço do periódico, que possuía uma média de 8 páginas. Ao longo do período em que foi publicada, “Noticia Mexicana” forneceu um rico panorama a respeito da situação do país, ao qual podemos atribuir um caráter propagandístico do novo México criado pela Revolução. Presente já no primeiro número de *Monterrey*, foi apresentada por Reyes como um espaço de “descrição bibliográfica” no qual o editor desenvolveria breves comentários sobre as publicações mexicanas, os quais afirmava “não se trata[rem] [...] de verdadeiras resenhas críticas, mas de simples menções destinadas a chamar a atenção do [leitor] aficionado pelas coisas mexicanas.”<sup>67</sup>

De fato, não se tratavam de resenhas propriamente ditas, mas todas as publicações que Reyes decidia divulgar na coluna contavam com breves, porém sistemáticos, comentários do escritor-embaixador, dotados sempre do tom elegante que caracterizava sua escrita. Nesse espaço, Reyes apresentava seus comentários não apenas a respeito de novidades culturais do país, mas igualmente sobre publicações oficiais e, por vezes, dava notícia de obras públicas realizadas pelo governo mexicano. Na primeira edição de “Notícia Mexicana” – primeira também de *Monterrey* –, salta aos olhos a intenção do escritor-embaixador de apresentar a ordem institucional mexicana como estável, democrática e legítima, o que se observa em seu comentário – localizado numa subseção de “Noticia Mexicana” intitulada “Historia política” – sobre a obra *La rebelión militar contra el gobierno legítimo del señor Presidente de la República, Lic. D. Emilio Portes Gil, descrita e comentada por un observador*. San Antonio, Texas, 1929. Segundo Reyes, “esse relato deve[ria] ser lido à luz da autorizada monografia de Alberto J. Pani, *El cambio de regímenes en México y las asonadas militares (síntesis histórica)*”, pois neste último livro era apresentada “a linha contínua de uma evolução democrática [mexicana], em meio aos obstáculos que têm sido criados pelas sublevações militares, todas fracassadas desde 1920, ano em que começa a reconstrução.” Ainda segundo o comentário de Reyes, as sublevações violentas pós 1920 não representavam mais que “a depuração ou purga palaciana de um regime político já definido.”<sup>68</sup>

Esse comentário, como é possível constatar, reproduzia o discurso oficial, que identificava no governo Obregón o início da reconstrução do país, entendida também como estabilização política do regime emanado da Revolução; nesse relato apaziguante e estabilizador, todo e qualquer levantamento armado pós 1920 é deslegitimado como uma luta contra um regime legítimo e democrático “já definido”. A importância política desse comentário, por parte de uma voz autorizada como a de Alfonso Reyes, não pode ser minimizada, principalmente num momento em que a instabilidade e a violência da Guerra Cristera ainda pairavam no ar. Outro

---

<sup>67</sup>“Noticia Mexicana”, *Monterrey*, nº 1, junho de 1930, p. 4.

<sup>68</sup>Idem, p. 5.

bom exemplo dos inúmeros comentários, presentes na coluna “Noticia Mexicana”, que contribuíam para a difusão de uma imagem estável e progressista do México, pode ser encontrado no quinto número de *Monterrey*, publicado em meados de 1931, por meio do qual os leitores eram informados de que o governo do México publicava um “*Guia explicativo das instituições a serviço dos habitantes do Distrito Federal*”, no qual dava-se informações sobre diversos órgãos disponíveis à população, como “postos de [...] segurança, asilos, [...] maternidades, [...] reformatórios, [...] consultórios e hospitais, [locais de] vacinação e justiça pública”, entre vários outros.<sup>69</sup>

Da perspectiva do escritor-embaixador, passada aos leitores de *Monterrey*, a publicação do referido Guia explicativo pelo governo mexicano era uma admirável iniciativa para a divulgação de “conselhos morais, regras de higiene e avisos prudentes”. Citemos ainda outro comentário da coluna que permitia vislumbrar a imagem de um Estado que, não apenas era socialmente progressista, mas também fortemente dedicado à consolidação da infraestrutura nacional. Nas palavras Reyes, “uma das maiores preocupações dos últimos governos mexicanos tem sido o fomento e desenvolvimento das estradas”; “no campo transtornado pela guerra, a estrada chega trazendo novo vigor, segurança e certa comodidade urbana, mesmo nas montanhas mais agrestes.”<sup>70</sup>

Como se pode observar pelas citações apresentadas, a leitura de “Notícia Mexicana” permitia ao leitor formar mentalmente uma imagem bastante articulada a respeito do México, descrito como um país progressista, com um Estado organizado e empenhado no atendimento das demandas populares; em suma, uma nação que caminhava no sentido de um amplo desenvolvimento social, que atendia simultaneamente aspectos econômicos e culturais. Estes últimos também foram largamente celebrados na “Noticia Mexicana” de *Monterrey*, na qual ganharam destaque os estudos arqueológicos e antropológicos sobre as populações indígenas mexicanas, além de diversos estudos sobre cultura popular. Entre outros destaques a respeito do tema, foram publicadas informações sobre edições em espanhol e também traduções de várias obras do antropólogo Manuel Gamio, figura central do indigenismo mexicano na época.<sup>71</sup>

Ainda no âmbito cultural, destacamos um outro comentário de Reyes, situado na coluna “Noticia Mexicana”, no qual se pode observar explicitamente o objetivo de difundir uma visão construtiva da Revolução Mexicana; trata-se de uma referência ao artigo de Vicente Lombardo Toledano, intitulado “El sentido humanista de la revolución mexicana”, publicado no número 5 de *Monterrey*, em julho de 1931. A leitura do artigo de Lombardo é “recomendada” por Reyes

---

<sup>69</sup>“Noticia Mexicana”, *Monterrey*, nº 5, junho de 1931, p. 6.

<sup>70</sup>Idem, p. 6 e 5.

<sup>71</sup>“Noticia Mexicana”, *Monterrey*, nº 3, outubro de 1930, p. 5 e nº 8, março de 1932, p. 5.

como um “antídoto a muitas declamações vazias” sobre a situação do México, sendo o texto elogiado como “duplamente expressivo, por seu valor intrínseco e por vir da pluma de um representante dos grupos mais avançados de nossa política.” Quanto ao “valor intrínseco” do texto, podemos identificá-lo no seguinte comentário do escritor-embaixador, referindo-se ao autor do artigo como alguém que teria sido capaz de perceber o sentido essencial do processo revolucionário:

O espetáculo cambiante da vida mexicana durante os últimos vinte anos, mesmo que muitos não consigam ainda percebê-lo claramente, aparecerá na história perpassado por um fio de continuidade cultural, firme e compacto. [...] A vida intelectual [mexicana] não foi interrompida em meio à guerra civil; ao contrário, prosperou visivelmente. E tem mais: os estímulos intelectuais pulsam nas origens de nossa última transformação política.<sup>72</sup>

É perceptível a intenção propagandística da coluna “Noticia Mexicana” como um todo, o que é reforçado pelo fato de que a função pragmática tendeu a ser priorizada nesse espaço, por vezes conscientemente às expensas da excelência cultural/literária, tão característica de Alfonso Reyes. Uma situação em que isso se evidencia ocorreu nos números 6 e 7 de *Monterrey* (datados de outubro e dezembro de 1931), nos quais Reyes noticiou elogiosamente a publicação, por parte da Secretaria de Educação Pública, de uma antologia do escritor modernista mexicano Manuel José Othon, organizada pelo poeta Salvador Novo; mas, em privado, numa carta ao secretário Genaro Estrada, apresentou uma duríssima crítica sobre a obra. Na visão de Reyes, tratava-se de “uma edição sem espírito crítico nem respeito pela bibliografia” de Othon; uma antologia que, em sua concepção, não havia sido cuidada mas “descuidada” por Novo e para a qual caberiam inúmeras críticas. Entretanto, afirmou explicitamente, na referida carta, ter se “calado” a respeito disso em *Monterrey*, ter “deixado no tinteiro” tudo de ruim que pensava da publicação para não passar uma má imagem do país. Em suas próprias palavras: “como meu fim é apresentar bem o nome do México em *Monterrey*, apesar de tudo eu me calei.”<sup>73</sup>

Os casos citados demonstram o uso estratégico, realizado por Reyes, de seu *Monterrey* como um órgão de propaganda do México. Tratava-se de uma maneira mais “sutil” de fazer propaganda do país, utilizando-se de um veículo de caráter essencialmente cultural. Não há dúvida quanto à legitimidade ainda maior que poderia ser conferida às “notícias mexicanas” veiculadas por *Monterrey*, tendo em vista o fato de aparecerem distanciadas dos estereótipos, muitas vezes grosseiros, das propagandas oficiais. Um elemento de central importância na imagem do México projetada através desse periódico foi a vinculação do país ao tema da

---

<sup>72</sup>Idem, nº 5, julho de 1931, p. 6.

<sup>73</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, 29/10/1931. Reproduzida em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 189.

solidariedade continental. Na realidade, o engajamento em torno do latino-americanismo foi o ideário de fundo do periódico de Reyes, mesmo porque era esse o elemento central que animava sua atuação intelectual.

Na visão de Reyes a grande missão dos intelectuais latino-americanos era “criar vasos comunicantes” entre os “homens de pensamento” do continente. A tarefa pode parecer difícil, principalmente se levamos em conta o quadro ainda atual de relativo desconhecimento e desinteresse cultural entre esses países. Mas a perspectiva de Reyes sustentava boa dose de otimismo. Em sua visão, o intercâmbio cultural latino-americano era tão urgente quanto possível, bastava um pouco de criatividade para se desenvolver canais de comunicação, muitos dos quais ele próprio empreendeu e entre os quais encontra-se a publicação de *Monterrey*. Em suas palavras a receita parecia simples:

Relacionem-se, pois, homens de pensamento uns com os outros. Sejam engenhosos e incansáveis; desenvolvam meios para criar os vasos comunicantes: trabalho de imprensa, correspondência, obrigação de trocar livros através de certos organismos adequados, exposições de arte, concertos, viagens de professores e de estudantes, congressos de escritores, sistemas paralelos de pesquisa, sei lá!<sup>74</sup>

A perspectiva de Reyes sobre a aproximação continental tinha uma conotação fundamentalmente cultural. Seu foco não era econômico ou político e nem se baseava em imperativos como o do progresso material, ao contrário, era vista como uma tarefa “do espírito”, obra dos intelectuais. Tal percepção se relacionava intimamente com a visão mais geral que perpassava o pensamento de Reyes, uma crença humanista de que os valores do “espírito”, como a estética e a sensibilidade, se imporiam sobre o materialismo e o cientificismo, dando origem a uma “modernidade regenerada”, que seria o grande e nobre futuro da América Latina. Conforme declarou em um de seus textos mais conhecidos, *Discurso por Virgilio*, datado de 1931: “O crisol da história prepara para a América uma herança incalculável. [...] O que há de sair não será oriental nem ocidental, mas algo ampla e totalmente humano”. Essa “utopia americanista” – compartilhada por outros grandes nomes da intelectualidade latino-americana cujas trajetórias intelectuais também remontam ao Ateneu da Juventude, como José Vasconcelos e Pedro Henríquez Ureña, por exemplo – era o que animava a atuação intelectual de Alfonso Reyes, conferindo um sentido mais amplo que articulava seus escritos e sua ação como escritor e embaixador, ambos sempre indissociáveis.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup>REYES, Alfonso. En el Día Americano [1932]. In: *Última Tule*. México: Imprenta Universitaria, 1942, p. 110.

<sup>75</sup>Essas reflexões sobre a centralidade da perspectiva americanista na atuação intelectual-diplomática de Alfonso Reyes, especialmente durante sua embaixada no Brasil, foram publicadas anteriormente no seguinte artigo: DIAS, Natally Vieira. Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a Embaixada mexicana no Brasil (1930-1936). *Temporalidades*. Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 5, nº 1, jan-abr, 2013, p. 97-110. Uma análise da atuação americanista de Reyes a partir dos anos 40 foi realizada por Liliana Weinberg a

Em seu prólogo aos escritos diplomáticos de Reyes, Víctor Díaz Arciniega aponta um elemento importante para o entendimento do engajamento americanista do escritor-embaixador nos anos 30, tema que é de fundamental importância para a compreensão de sua atuação no Brasil. O historiador mexicano destaca que o período das embaixadas sul-americanas de Reyes significou a consolidação de uma nova perspectiva do intelectual-diplomata em relação ao tema da integração continental, herdeira da tradição modernista. Diferentemente da concepção daquele movimento essencialmente literário – cujo foco identitário repousava na produção de uma literatura hispano-americana de caráter original –, Reyes passou a conceber a questão da identidade continental dentro de um novo “ciclo”, no qual o americanismo ganhava contornos políticos muito mais consistentes.<sup>76</sup> Já em 1914, Reyes argumentava que “os meios fáceis da cor local” simplesmente “não resolv[ia]m esse profundo tema da originalidade” e que “o americanismo, como caráter literário original, seria um dos tantos efeitos de uma causa mais ampla; que não é assunto de poesia nem de prosa, mas problema de política, de educação, de humanidade, de totalidade.”<sup>77</sup>

Díaz Arciniega argumenta que essa mudança na perspectiva americanista de Reyes era consequente com o sentido da política externa mexicana de fomentar o latino-americanismo como “medida defensiva” contra os interesses estadunidenses.<sup>78</sup> Muito embora esse sentido possa ser tomado como o mais geral da política exterior do México revolucionário, pelo menos no caso das relações com o Brasil é perceptível que entre a segunda metade da década de 20 e durante toda a de 30, houve um arrefecimento das ações oficiais mexicanas com vistas ao fomento da identidade continental. Um bom indicativo a respeito disso são as próprias publicações oficiais enviadas ao Brasil nesse período e que constam no acervo da Biblioteca Nacional, entre as quais o tema da identidade continental não contou com um espaço mais significativo, ao contrário do que ocorreu no período anterior.

Conforme já mencionamos, ao tratar das publicações oficiais enviadas ao Brasil nos anos 10, durante o governo de Carranza, a dimensão latino-americanista foi priorizada, mesmo porque, como mostramos, a concepção política que guiava o constitucionalismo não estabelecia uma nítida separação entre políticas interna e externa. Assim, por exemplo, duas das publicações datadas de 1918, que foram enviadas ao Brasil – um informe do presidente Carranza ao

---

partir da relação do escritor mexicano com a revista *Cuadernos Americanos*. Cf. WEINBERG, Liliana. El encuentro de un escritor y una revista: Alfonso Reyes y *Cuadernos Americanos*. In: CRESPO, Regina (coord.). *Revistas en América Latina*, op. cit., p. 293-317.

<sup>76</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza, op. cit., p. 31-2.

<sup>77</sup>REYES, Alfonso. Carta a Ventura García Calderón, datada de janeiro de 1914, em resposta a uma pesquisa para a *Revista de América*, editada em Paris. Citada por DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza, op. cit., p. 32.

<sup>78</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza, op. cit., p. 35.

Congresso Mexicano e o documento de criação da Diretoria de Estudos Arqueológicos e Etnográficos –, que aparentemente poderiam remeter simplesmente à situação interna do México, carregavam uma forte perspectiva latino-americanista, direcionada a fazer das transformações experimentadas pelo México revolucionário – particularmente a Doutrina Carranza e o indigenismo – um exemplo para outras nações do continente. Essa dimensão continuou sendo claramente sinalizada, em inícios dos anos 20, como mostra o discurso do ministro José Vasconcelos, *Orientaciones del pensamiento en México*, realizado na Argentina, em 1922 – cuja versão impressa foi enviada ao Brasil –, como também já destacamos.

Mas a perspectiva latino-americanista deixou de ser priorizada nas publicações oficiais enviadas ao Brasil entre meados dos anos 20 e inícios dos 30 – essa é a leitura que podemos fazer com base nas edições que constam atualmente no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro –.<sup>79</sup> Uma exceção importante, é o terceiro volume da obra *El gobierno de México ante los problemas sociales y económicos*, publicado em 1936, no qual foi abordado, junto com temas internos do México, a “doutrina internacional do ‘Bom Amigo’”. Esta foi criada em oposição à política estadunidense da Boa Vizinhaça, estabelecida, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, nos anos 30, para substituir a perspectiva mais agressiva e intervencionista que caracterizava a anterior política externa dos Estados Unidos para o continente. Por sua parte, em 1935, durante o governo Cárdenas, o secretário mexicano de Relações Exteriores, Eduardo Hay, propôs a ideia de que “a política internacional do México e[ra] a do ‘Bom Amigo’”, algo “melhor” que apenas um Bom Vizinho. A política mexicana foi explicitada por Hay em um discurso de recepção ao ministro panamenho de Relações Exteriores, no qual o secretário mexicano declarou que “o alto significado” da política internacional do México era “uma sincera amizade e, portanto, o profundo interesse mexicano de compartilhar espiritualmente com os países amigos seus triunfos e suas inquietações.” Hay frisou, ainda, que a política mexicana “significa[va] também e primordialmente o propósito claramente definido, por razão de ética internacional, de não intervir, nem direta nem indiretamente, nos problemas internos de outros países”.<sup>80</sup>

Na realidade, não havia nada de novo na declaração de que o México buscava um intercâmbio cultural com os países do continente, cuja base fosse uma intransigente defesa do princípio da não-intervenção. Mas essa reiteração comportava um óbvio sentido político em face da nova postura estadunidense, funcionando como uma espécie de recordação às demais nações latino-americanas de que o México era um país que, há muito, vinha zelando pela “solidariedade

---

<sup>79</sup>A lista completa das referidas publicações encontra-se à pág. 289 deste trabalho.

<sup>80</sup>HAY, Eduardo. La política internacional de México es la del “Buen Amigo”. In: *El gobierno de México ante los problemas sociales y económicos*. (vol. 3). México: Imprenta de la Secretaría de Relaciones Exteriores, 1936, p. 32.



espiritual” do continente e por relações baseadas no respeito mútuo à soberania de cada um. Mas o fato realmente importante em tudo isso é que, durante os anos 30, essa “boa amizade” mexicana não foi muito além da retórica oficial. Como mostra a historiadora Amelia Kiddle, em estudo sobre as relações do governo Cárdenas com a América Latina, muito “embora [o secretário] Hay frequentemente fizesse pronunciamentos a respeito da *Política do Bom Amigo* em cerimônias diplomáticas”, na prática não houve uma política sistemática nesse sentido. Ele mesmo “parece ter tido relativamente pouca influência e domínio sobre o próprio Ministério [de Relações Exteriores]”, que continuou marcado pela relativa falta de direção e autoridade que caracterizaram as curtas gestões anteriores. No caso das relações com a América Latina, Kiddle argumenta que, exatamente pelo fato de estas “não possuí[rem] a mesma prioridade diplomática que os Estados Unidos e a Europa [para o México naquele momento], essa falta de supervisão [por parte da Secretaria] deu aos diplomatas considerável flexibilidade em seus próprios esforços para o aprimoramento das relações do México com [os países da] região”.<sup>81</sup>

A embaixada brasileira de Alfonso Reyes exemplifica muito bem essa relativa autonomia por parte do escritor-embaixador mexicano, especialmente no que diz respeito à questão da solidariedade continental. Embora esse tema não fosse o prioritário na agenda oficial mexicana nos anos 30, a atuação pessoal de Reyes em favor da aproximação continental cumpriu um papel importante para a consolidação de uma sensibilidade americanista entre parte da intelectualidade brasileira no período.

A própria presença do intelectual-diplomata mexicano pode ser tomada como um importante elemento para a difusão do latino-americanismo entre os meios intelectuais brasileiros, se pensarmos que o intelectual Alfonso Reyes era, ele próprio, uma “figura representativa” desse ideário político-cultural. Tomamos aqui a perspectiva proposta por Edward W. Said, ao pensarmos a figura do intelectual, para além de seus textos, como “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem”, de atuar como “porta-voz ou símbolo de uma causa, movimento ou posição”.<sup>82</sup> Sem dúvida, Reyes representava tudo isso em relação à identidade latino-americana e, muito embora o escritor mexicano estivesse longe do lugar marginal (o protótipo do exílio) que Said utilizou para demarcar o espaço que o intelectual deveria ocupar na sociedade, o mesmo não se pode dizer, no contexto brasileiro, da causa que ele representava. Assim, para promover o ideal latino-americanista no Brasil, Reyes

---

<sup>81</sup>KIDDLE, Amelia. *La Política del Buen Amigo: Mexican-Latin American relations during the presidency of Lázaro Cárdenas, 1934-1940*. (Dissertation Submitted to the Department of History). University of Arizona, 2010, p. 41-2. Disponível em: <[http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/193655/1/azu\\_etd\\_11015\\_sip1\\_m.pdf](http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/193655/1/azu_etd_11015_sip1_m.pdf)> (Acesso em 20/08/2014).

<sup>82</sup>SAID, Edward W. Representações do intelectual. In: *Representações do intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25 e 27.

lançou mão, inclusive, de seu próprio prestígio como escritor consagrado, o que lhe permitiu “ganhar amigos” – fórmula utilizada por ele – para a grande causa que ele tão bem representava: o conhecimento mútuo e a aproximação cultural entre os intelectuais latino-americanos.

E não podemos deixar de ressaltar, novamente, a fusão entre os papéis de escritor e diplomata na figura de Reyes. Se o intelectual Alfonso Reyes era uma “figura representativa” da solidariedade continental, ele era, ao mesmo tempo, o embaixador mexicano no Brasil e sua atuação não deixava de comportar um sentido oficial, que evocava o protagonismo do México na promoção da integração latino-americana. Na realidade, o próprio Reyes endossou a visão de seu país como o grande articulador da solidariedade continental já no primeiro número de *Monterrey*, em uma polêmica voltada especificamente para a questão da identidade mexicana no continente.

Por ocasião da publicação de uma antologia da literatura hispano-americana em francês, pelo escritor franco-argentino Max Daireaux, sem a inclusão do México, Reyes lhe dirigiu uma carta aberta, de conteúdo extremamente crítico, a qual foi publicada em *Monterrey*. O escritor-embaixador mexicano questionou a justificativa dada por Daireaux para a exclusão de seu país da referida antologia. Segundo Daireaux, o próprio México – descrito como um país de paradoxos: “turbulento, inquieto e lírico, ao mesmo tempo positivista e visionário, realista e quimérico, elegíaco e cruel” – teria “se separado voluntariamente da família latino-americana”, já que possuía uma cultura muito particular, formada pelas “tradições astecas e as tradições espanholas.” A essas afirmações, Reyes respondeu de uma forma bastante incisiva:

Não meu amigo, isso não! Você se esquece que a era de intercomunicação americana em que hoje vivemos foi aberta pelas grandes embaixadas espirituais que o México enviou ao sul do continente. [...] O que procuramos fazer, que consigna tínhamos a não ser a de recordar a nossos irmãos do Continente a profunda solidariedade que nos une? Você se esquece que toda a juventude americana contempla com interesse e nobre admiração os empenhos do México em suas indagações e sondagens da alma americana. Podemos citar mais de um homem que recebeu no México o batismo continental que merecia, não porque lá tenhamos delegação especial nem prioridade, que não pretendemos, mas simplesmente porque a Ideia Americana se mostra lá em todo seu vigor. [...]

E agora já não vamos complicar ainda mais esse tradicional enigma do México! Já não sabemos onde colocá-lo! Onde está o México, meu amigo, se o mundo só chama de América do Norte aos Estados Unidos e, agora, você nos exclui do Orbe Hispano-Americano?<sup>83</sup>

Essa resposta de Reyes foi publicada em “Guardias de la Pluma”, seção de *Monterrey* que contou com uma “explicação” por parte do editor do periódico a seus “amigos” leitores quanto ao caráter essencialmente polêmico que pretendia empregar à palavra “guarda” e à

---

<sup>83</sup>REYES, Alfonso. “Guardias de la Pluma”. *Monterrey*, nº 1, junho de 1930, p. 3.

própria coluna. Ao serem (a coluna e seu título) erroneamente associados ao sentido de “guardião” – da cultura, da literatura, etc. –, Reyes explicou que queria lhes conferir um sentido bélico, sendo a “pluma” tomada como “espada”. Queria, por meio do emprego de um vocábulo que remetia à ideia de combate, dar à seção “uma intenção polêmica”. Mais do que uma discussão simplesmente cultural/literária, havia indubitavelmente um sentido político nesses debates/combates, como mostra a aludida resposta de Reyes a respeito da identidade latino-americana e o lugar do México no continente. Conforme citamos, o escritor-diplomata mexicano não poupou palavras para defender a atuação de seu próprio país como o centro articulador da aproximação continental e o papel essencial cumprido pela cultura nesse processo.

A argumentação de Reyes sobre a atuação mexicana na promoção de uma “profunda solidariedade” continental – as “grandes embaixadas espirituais” enviadas pelo país à América do Sul e o México como espaço de “batismo continental” de intelectuais latino-americanos (entre os quais, aliás, devemos ressaltar o caso de Ronald de Carvalho) – remete muito mais à estratégia diplomática que foi priorizada pelo país nos anos anteriores do que no período em que o escrito-embaixador mexicano publicava seu periódico. Aliás, é significativo notar que Reyes identificou o período em que escrevia, inícios dos anos 30, como um momento em que a “intercomunicação americana” já seria uma realidade e que esta era fruto, em grande medida, da ação diplomático-cultural realizada por seu próprio país. Evidentemente Reyes tinha clareza tanto da limitação que o argumento de que se vivia uma era de intercomunicação continental comportava em relação ao caso brasileiro quanto de que a posição internacional oficialmente priorizada pelo México naquele momento já não era propriamente a latino-americanista. Nosso argumento nesse sentido é o de que a publicação de *Monterrey* por Alfonso Reyes, nos anos 30, cumpriu um papel importante no sentido de dar continuidade ao antigo projeto latino-americanista que havia sido fomentado pelo México nos anos anteriores.

No caso do Brasil, um fato que ilustra muito bem o sucesso, ao menos relativo, da promoção do ideário latino-americanista de Reyes – e também o uso de seu *correo literario* como instrumento de difusão do mesmo – é a formulação do conceito de “homem cordial” pelo escritor Ribeiro Couto, precisamente em uma carta enviada a Alfonso Reyes, em 1931, que foi parcialmente reproduzida em *Monterrey*. As correspondências trocadas entre ambos indicam que essa amizade intelectual foi iniciada por intermédio do poeta Manuel Bandeira; este, sabendo da admiração que Ribeiro Couto nutria por Reyes, teria lhe dado o primeiro número do *correo literario*, o que o teria encorajado a escrever ao mexicano de Paris, onde atuava como representante diplomático brasileiro.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup>RIBEIRO COUTO. Carta a Alfonso Reyes, datada de 07/03/1931.

Em sua primeira carta a Reyes, datada de 1931, Ribeiro Couto comentou elogiosamente a argumentação do escritor-embaixador mexicano, publicada em seu periódico, sobre a exclusão do México da antologia literária publicada na França, à qual fizemos referência anteriormente. Em relação ao tema, o brasileiro argumentou: “não se pode compreender, como v[ocê] diz, que o México tenha sido excluído de um manual de literatura hispano-americana, principalmente quando a América do Norte é uma expressão de exclusivo sentido anglicano.” A essa consideração, Ribeiro Couto agregou a seguinte reflexão sobre a diversidade cultural que, em sua concepção, caracterizava o continente americano:

Não lhe parece que haverá sempre uma oposição fundamental entre os anglo-saxões da América [...] e os latinos dessa mesma América [...]? [...] Não sei... Uma coisa me ronca aqui dentro que nunca poderei amar os Estados Unidos da América do Norte. Será por causa de um pouco de sangue negro que tenho nas veias? Não sei, não sei, nem me importa. A realidade é que vejo o conflito preexistir, claro, insofismável, em nossas Américas. De resto, um povo que isolou no ódio e no desprezo 12 ou 13 milhões de negros não tem autoridade para pretender simpatizar com o resto da América... Pois, nesse resto da América, algumas nações, principalmente o Brasil, foram enriquecidas pelo sangue negro e índio, e outras, principalmente o Peru e o México, foram enriquecidas pelo sangue índio... Os Estados Unidos da América também tinham índios, mas os extinguiram a bala, e os mestiços que restam são tão desprezados, ou quase, como os negros.<sup>85</sup>

Dessas palavras podemos depreender que o principal traço característico da América Latina, na avaliação de Ribeiro Couto, seria a capacidade de assimilar positivamente a mestiçagem étnico-cultural, o que diferenciaria a “nossa América” da América “anglicana”, ou seja, anglo-saxônica. O brasileiro foi ainda mais longe em sua argumentação e chegou a defender a ideia de que essa América mestiça seria a fonte de uma nova forma de ser e sentir, à qual chegou a atribuir um sentido de uma nova “civilização”. O que mais chama a atenção, no entanto, é o fato de Ribeiro Couto atribuir a base de suas reflexões ao americanismo *de* Alfonso Reyes. Foi nos seguintes termos que o brasileiro expressou sua argumentação sobre o “homem cordial”:

O seu americanismo, Alfonso Reyes, é o mais inteligente que conheço. Repele a ideia de um indianismo, de um purismo étnico local, de um primitivismo, mas chama a contribuição das raças primitivas ao homem ibérico; de modo que o homem ibérico puro seria um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro [...]. É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o “sentimento americano” (latino), a raça nova[,] produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o Homem Cordial. Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial. [...] Esses [os Homens Cordiais] se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o Homem cordial. (Atitude oposta ao europeu: a suspicácia e o egoísmo do lar fechado a quem passa). (Como é bom, nos pueblos e aldeias [sic] da nossa América, no seu México como no meu Brasil, mandar entrar o caixeiro-viajante francês que vende peças de linho, ou o

---

<sup>85</sup>Ibidem.

engenheiro alemão que está estudando geologia local, e convidá-lo para almoçar! A gente grita logo lá para dentro: – Ô Fulana, manda matar uma galinha!) [...] O fato, porém, é que se não somos latinos, nós oriundos de aventura peninsular celtibérica em terras americanas [...], se não somos latinos, somos *qualquer coisa* de muito diferente pelo espírito e pelo senso da vida cotidiana. Somos povos que gostam de conversar, de fumar parados, de ouvir viola, de cantar modinhas, de amar com pudor, de convidar o estrangeiro a entrar para tomar café [...]. Essa *atitude de disponibilidade sentimental* é toda nossa, é ibero-americana. Observável nos nadas, nas pequeninas insignificâncias da vida de todos os dias, ela toma vulto aos olhos do crítico, pois são índices dessa Civilização Cordial que eu considero a contribuição da América Latina ao mundo.<sup>86</sup>

No fragmento da carta publicado em *Monterrey*, Reyes excluiu a vinculação que Ribeiro Couto estabeleceu entre o seu próprio americanismo e o do escritor-embaixador mexicano; nas páginas do periódico, “o seu americanismo”, ou seja, o de Reyes, foi mudado para “o verdadeiro americanismo”.<sup>87</sup> A apropriação mais conhecida da noção de “homem cordial” foi feita por Sérgio Buarque de Holanda, em um ensaio intitulado precisamente “O homem cordial”, publicado originalmente em *Raízes do Brasil*, de 1936. No texto, o historiador remete o leitor à “feliz expressão” de Ribeiro Couto e informa ter tomado conhecimento da mesma por meio de *Monterrey* – o que, aliás, aponta para a inserção intelectual do periódico de Reyes. Entretanto, no referido ensaio, cujo foco era o caráter nacional brasileiro, Sérgio Buarque identificou a “cordialidade” como “a contribuição brasileira para a civilização”,<sup>88</sup> afastando da noção o sentido latino-americano que foi dado originalmente por Ribeiro Couto, mantido e reiterado na citação de *Monterrey* por meio do título dado por Reyes ao fragmento da carta reproduzido em sua publicação: “O Homem Cordial, produto americano.”<sup>89</sup>

Na reflexão original de Ribeiro Couto, a busca de uma “autêntica” identidade cultural latino-americana emergia frente ao reconhecimento de uma diferença “insofismável” em relação às realidades europeia e estadunidense. Tratava-se de uma reflexão identitária que conseguia ultrapassar a busca pelas especificidades nacionais, tão comuns na época, para plasmar-se em

---

<sup>86</sup>Ibidem. Grifos nossos e parênteses no original.

<sup>87</sup>El Hombre Cordial, producto americano, “Epistolario”, *Monterrey*, nº 8, março de 1932, p. 3. Grifo nosso.

<sup>88</sup>Cabe aqui ressaltar a leitura realizada por Sérgio Buarque a respeito da noção de homem cordial de Ribeiro Couto. Como é sabido, para o historiador brasileiro a noção de cordialidade não se relaciona ao atributo positivo da bondade, nem necessariamente à ideia de concórdia, mas remete ao “sentido exato e estritamente etimológico” da palavra, relacionado àquilo que “nasce do coração”, ou seja, que provém da esfera do íntimo, do privado. O autor contrapõe “cordialidade” à “civildade”, naquilo que esta última possui de “coercitivo”, destacando que, diferentemente desta, a “forma ordinária de convívio social” no “homem cordial” expressa espontaneidade, portanto, o contrário da noção de “polidez”, que remete à lógica da formalidade, à convenção social. Na visão do historiador, a cordialidade característica do caráter brasileiro expressaria a permanência “ativa e fecunda” dos ancestrais “padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”, relacionados ao familiar e privado. Para Sérgio Buarque, essa noção estritamente etimológica da cordialidade “já esta[va] implícit[a] no texto” de Ribeiro Couto e mesmo assim acabou sendo erroneamente associada – por outros autores, entre os quais cita Cassiano Ricardo – à aludida noção de bondade. Por isso, o historiador brasileiro incluiu uma longa nota explicativa do termo em seu ensaio. Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *O homem cordial* [1936]. São Paulo Companhia das Letras, 2012, p. 52-3; 101-2.

<sup>89</sup>El Hombre Cordial, producto americano, “Epistolario”, *Monterrey*, nº 8, março de 1932, p. 3.

uma identificação de caráter latino-americano. E não pode passar despercebido o uso estratégico que Reyes empregou às reflexões latino-americanistas formuladas por brasileiros para a promoção do seu latino-americanismo através de *Monterrey*. Essa estratégia se torna evidente quando observamos que, na mesma página do periódico em que aparece o fragmento da carta de Ribeiro Couto, o escritor-embaixador também inseriu um trecho de uma outra carta, que havia recebido de Prudente de Moraes Neto, que também versava sobre o tema da identidade continental. Reyes submeteu ao título “Espaço e tempo na alma americana” as seguintes considerações do brasileiro sobre o que considerava ser “uma fusão entre os dois elementos que a todos nós, da América, mais ou menos nos disputam”:

Se o crítico e humanista não pode negar a procedência europeia, o poeta é atraído pelo espetáculo da terra e do meio-social [*sic*], a cujo serviço, aliás, sempre coloca a sua cultura. [...] As nossas ligações com a Europa se acentuam no plano temporal, enquanto que com a América elas [se] processam no espaço. História e geografia. Tradição e realidade. [...] E somos feitos de tal modo, que para muitos ainda hoje é [a] Europa a verdadeira realidade. [...] A maior parte dos que entre nós se dedicam a questões intelectuais ou artísticas comportam-se diante da América como simples viajantes. Daí a criação de uma arte e de uma literatura exóticas, embora nascidas aqui [...].<sup>90</sup>

Ao reproduzir em seu periódico dois grandes e densos fragmentos, assinados por importantes intelectuais brasileiros, o escritor-embaixador mexicano podia expressar, indiretamente, o sucesso de sua própria atuação americanista no Brasil. É, de fato, perceptível a “sombra” de Alfonso Reyes no americanismo esboçado por estes brasileiros. Em ambos se destaca como essencial a busca de uma identidade latino-americana específica, da particularidade cultural – e mesmo sociológica, no caso do “homem cordial” – que caracterizaria a região; mas essa busca não se traduziria em uma negação da cultural ocidental ou em qualquer tipo de proposta de caráter indo-americano que significasse renegar a “tradição” europeia. Tratava-se do mesmo americanismo explicitado por Reyes em seu *Discurso por Virgilio* – um dos escritos mais importantes para a compreensão da visão de Reyes sobre a identidade cultural continental –, escrito no Rio, em 1930, publicado no México no ano seguinte (originalmente na revista *Contemporáneos*) e distribuído por ele aos “amigos” cariocas.<sup>91</sup>

A leitura desse ensaio de Reyes permite perceber claramente o que Marc Angenot sugere com a noção de um “panfleto travestido de ensaio”. Como mostra este autor, o gênero ensaístico, no qual não se manifesta “a agressão polêmica direta”, muitas vezes pode comportar um

---

<sup>90</sup>MORAES NETO, Prudente de. Carta a Alfonso Reyes, datada de 28/04/1931. Fragmento reproduzido na seção “Epistolario” de *Monterrey*, nº 8, março de 1932, p. 3.

<sup>91</sup>REYES, Alfonso. *Diario* (1930-1936), vol. III (Edición, introducción, notas, apostillas bibliográficas, cronología e índice de Jorge Ruedas de la Serna). México: FCE, 2011, p. 36.

“panfleto não assumido”, “dissimulado” por trás de uma linguagem não combativa.<sup>92</sup> No caso do *Discurso por Virgílio* de Alfonso Reyes, podemos observar que foi visando combater – de forma mordaz, embora não virulenta – a identificação nacional particularista, baseada na “mexicanidade”, que o escritor-diplomata retomou a figura do poeta clássico, Virgílio, como o ponto de partida para a defesa de uma identidade latino-americana afastada de todo localismo e inclinada à intercomunicação universal. E as correspondências trocadas com Genaro Estrada no período evidenciam que Reyes tinha bastante clareza quanto ao potencial polêmico de seu texto.<sup>93</sup>

No referido ensaio, Reyes apresentou uma visão da América de colonização ibérica como parte da “civilização latina”, a qual deveria ser tomada como “um conceito largo e elástico” que excedesse o espaço europeu e o período histórico da Antiguidade e cujo cerne deveria ser colocado exatamente em seu caráter de abertura para a “intercomunicação” cultural. Nesse sentido, criticou uma certa perspectiva da “hora americana”, que preconizava a decadência europeia em contraste com a visão de uma América “florescente sob uma chuva de virtudes”, em suas irônicas palavras. Para o escritor-diplomata mexicano, a defesa da identidade latino-americana não podia equivaler a voltar as costas para a Europa e para as conquistas civilizacionais dela decorrentes. Ao contrário, entendia que a especificidade latino-americana encontrava-se não na defesa de particularidades autóctones, mas precisamente na capacidade de “acolher todas as conquistas [humanas], procurando com todas elas uma elaboração sintética.” Tal virtude, afirmava o mexicano, derivava exatamente da “alma latina” que animava a cultura do continente americano.<sup>94</sup>

Esse latino-americanismo de Alfonso Reyes caminhava na contramão da proposta oficial mexicana – cuja ênfase era cada vez mais colocada no particularismo nacional e regional, a partir de uma conotação marcadamente nacionalista e indigenista – e foi difundido de maneira bastante autônoma, apesar de seu papel como representante oficial do Estado mexicano no Brasil. A significativa presença de Reyes e toda sua atuação intelectual no cenário cultural carioca permitiram que a sua própria perspectiva sobre a identidade continental fosse difundida entre a intelectualidade brasileira de uma forma bastante efetiva, e gerasse frutos tão significativos quanto a emergência de uma sensibilidade intelectual mais inclinada à identificação do Brasil a

---

<sup>92</sup>ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire, op. cit.*, p. 56.

<sup>93</sup>Reyes enviou seu *Discurso por Virgílio* a Estrada, em outubro de 1930, para que este o avaliasse e julgasse se deveria ser ou não publicado no México naquele momento. A publicação se efetivou originalmente no nº 3 da revista *Contemporáneos*, em fevereiro de 1931, segundo cartas de Alfonso Reyes a Genaro Estrada e deste último ao primeiro, datadas respectivamente de outubro de 1930 (sem menção do dia) e 10/02/1931, ambas reproduzidas em ZAÍTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 93 e 102.

<sup>94</sup>REYES, Alfonso. *Discurso por Virgílio* [1930]. In: *La experiencia literaria, op. cit.*, p. 111; 122; 124-5.

uma identidade latino-americana, como mostram as citadas reflexões latino-americanistas realizadas por brasileiros.

Contudo, queremos chamar atenção para o fato de que as percepções sobre semelhanças históricas, culturais e sociais entre o Brasil e os outros países latino-americanos nem sempre se expressaram em termos de uma defesa explícita, articulada ou mesmo lírica (como a de Ribeiro Couto) da identidade continental. Durante os anos 30, foi também uma percepção desse tipo que, explícita ou implicitamente, levou outros intelectuais brasileiros a se interessarem em conhecer melhor a experiência revolucionária mexicana para, à sua luz, pensar elementos para a transformação do Brasil, precisamente porque alguns dos históricos problemas sociais enfrentados por aquele país expressavam elementos em comum com a realidade brasileira. Um caso exemplar dessa situação ocorreu nos debates em torno da questão educacional brasileira em inícios dos anos 30 e, também em relação a esse tema, a atuação intelectual de Reyes cumpriu um papel fundamental.

#### **4.3. O escritor-embaixador mexicano Alfonso Reyes e o movimento por reformas educacionais no Brasil: um *maestro* para a nova geração**

A nova conjuntura política aberta em 1930 no Brasil teve um efeito catalizador sobre uma série de discussões políticas e sociais que ganhavam a cena nacional desde os anos 20. Um dos principais temas que permeou os debates públicos durante o governo provisório de Getúlio Vargas foi a questão educacional, que chegou a ser reconhecida oficialmente como uma das prioridades do país, tendo sido criado um ministério que se ocupou do assunto imediatamente após a vitória de outubro de 1930. Inicialmente, o presidente Vargas e o ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, manifestaram uma posição de abertura a propostas para a nova política educacional que pretendiam desenvolver em âmbito nacional. Essa postura foi explicitada por ambos em seus discursos durante a IV Conferência Nacional de Educação, realizada em 1931, promovida pela Associação Brasileira de Educação, órgão da sociedade civil que, desde os anos 20, reunia educadores, jornalistas e intelectuais em torno do problema educacional.<sup>95</sup>

A perspectiva aberta pelo próprio governo, de que os educadores formulassem sugestões para um projeto de educação nacional, desencadeou uma intensa disputa entre duas grandes perspectivas educacionais, representadas na oposição que se estabeleceu a partir de então entre

---

<sup>95</sup>CUNHA, Marcos Vinicius. O “Manifesto dos Pioneiros” de 1932 e a cultura universitária brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, nº 17, maio-agosto, 2008, p. 126-7. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/99/108>> (acesso em 15/11/2014).



educadores católicos e os chamados “pioneiros” da nova educação. Enquanto os primeiros passaram a se articular em torno da Federação Católica Brasileira de Educação, os “pioneiros”, partidários de uma educação laica que caminhasse afinada com o desenvolvimento dos novos métodos pedagógicos, sintetizaram suas propostas em um manifesto, datado de 1932, endereçado “ao povo e ao governo” e intitulado “A reconstrução educacional no Brasil”. O “Manifesto dos pioneiros”, como ficou conhecido, foi redigido pelo educador e então Diretor de Instrução Pública de São Paulo, Fernando de Azevedo, e assinado por vários educadores, jornalistas e intelectuais em geral, com destaque para as figuras de Anísio Teixeira, que era então Diretor de Instrução Pública do Rio, e da poeta e educadora Cecília Meireles, que naquele momento exercia importante militância em torno da questão educacional.<sup>96</sup>

Como aponta a historiadora da educação Diana Gonçalves Vidal, o Manifesto apresentava muito mais do que uma proposta pedagógica e representou, propriamente, um “ato inaugural” no âmbito “concreto das lutas sociais”. Estabelecendo-se enquanto projeto “sob o signo do novo”, o documento “capitaliz[ou] o anseio de rompimento com as práticas sociais, políticas e educacionais instaladas até então na República, ancorando-se em um desejo disseminado de mudança.” Do ponto de vista pedagógico, a chamada Escola Nova, no caso brasileiro, caracterizou-se por uma “permeabilidade”, que “acolhia propostas pedagógicas diversas” e permitia que, “sob sua cobertura”, estivessem representados “diferentes métodos”. Tratou-se, na realidade, de um amplo movimento social, que “aglutinou não apenas uma bandeira educacional, mas um investimento político: a renovação do sistema público”, o que “estabeleceu as fronteiras de uma batalha, opondo pioneiros a católicos.”<sup>97</sup>

Em meio aos debates e disputas em torno de uma renovação educacional no Brasil, em inícios dos anos 30, a poeta e professora Cecília Meireles foi uma das figuras de maior engajamento em defesa do projeto da Escola Nova. Sua militância excedeu em muito o âmbito pedagógico ou o debate intelectual propriamente dito, ao buscar também atingir as classes médias letradas por meio de uma “Página de Educação”, mantida por cerca de três anos, entre 1930 e 1933, no recém criado *Diário de Notícias*, órgão que havia surgido em 1930 com uma posição de simpatia pela Aliança Liberal. Em trabalho que resgata a dimensão política da atuação da poeta nesse período, Valéria Lamego destaca que esse “jornalismo de estreia” de Cecília Meireles foi “o mais político de toda sua atuação na imprensa” e que, muito embora o tema educacional fosse “vital para a página que editava”, “a educação muitas vezes funcionou como

---

<sup>96</sup>VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 39, n.º. 3, Julho-Setembro, 2013, p. 583. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-7022013000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022013000300002&lng=en&nrm=iso)> (acesso em 15/11/2014).

<sup>97</sup>Idem, p. 582-3.

uma estratégia para levar a poetisa à crítica social e política”, em meios à qual soube “defender posições coerentes” com sua defesa das liberdades individuais e da democracia e contrárias ao nacionalismo característico da época.<sup>98</sup>

À frente de sua Página, Cecília Meireles buscou estabelecer conexões com o movimento universitário, dedicando espaço significativo às demandas e mobilização estudantis. Na Página de Educação foi mantida uma coluna intitulada “Movimento Universitário”, dirigida por Carlos Lacerda, então um estudante de Direito engajado no movimento estudantil que atuava como apoiador da poeta em sua Página. A aproximação de Cecília Meireles com os universitários ainda é uma faceta pouco explorada de sua militância educacional através da imprensa. No entanto, esse aspecto é de extrema relevância para compreendermos a relação intelectual e a atuação conjunta estabelecida entre ela e o escritor-embaixador mexicano com vistas à orientação da juventude universitária.

A relação intelectual entre Cecília Meireles e Alfonso Reyes, expressa numa intensa correspondência, estabeleceu-se logo que este chegou ao Rio. Desde sua primeira carta ao escritor-embaixador mexicano, datada de março de 1931, a poeta manifestou seu interesse em conhecer melhor a política educacional do México, país ao qual se referiu como “terra admirável que é, para mim, um exemplo e uma inspiração, nesta hora de transformação da humanidade. De desejos de transformação, pelo menos...”. As cartas seguintes indicam que Reyes fez chegar às mãos da escritora brasileira uma série de publicações oficiais mexicanas, como as revistas publicadas pela SEP *El maestro rural* e *El libro y el pueblo*; o periódico *El Pulgarcito*, voltado para a educação infantil e publicado pelo Departamento de Bibliotecas do México; e também um discurso do então secretário de Educação Pública, Narciso Bassols.<sup>99</sup>

Além de buscar informações sobre as reformas educacionais mexicanas, Cecília Meireles começou a dividir com Reyes, desde a sua segunda carta, uma certa inquietação e mesmo uma angústia em relação a dois grandes temas: o perigo de que as reformas educacionais, que ela própria defendia, acabassem se orientando no sentido de um pragmatismo inspirado no modelo estadunidense da Escola Ativa (filosofia pedagógica da qual não compartilhava, mas que se mostrava muito influente entre vários dos educadores reformistas brasileiros, como era o caso do próprio Diretor de Instrução do Rio, Anísio Teixeira);<sup>100</sup> os rumos tomados pelas

---

<sup>98</sup>LAMEGO, Valéria. *Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 18; 23. A respeito da atuação de Cecília Meireles no âmbito político-educacional, ver também SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, especialmente o capítulo 3.

<sup>99</sup>MEIRELES, Cecília. Cartas a Alfonso Reyes, datadas de 16/03 e 05/05/1931; 08/12/1932; 13/01 e 01/04/1933.

<sup>100</sup>Essa corrente pedagógica, inspirada na filosofia pragmatista estadunidense – com destaque para a obra e atuação educativa do filósofo e pedagogo John Dewey –, concebia a educação como um processo funcional. Sua proposta básica era “aproximar a escola da vida”, fornecendo uma educação voltada para as necessidades sociais, visando a construção de uma sociedade democrática. Para vários educadores latino-americanos cujo pensamento e atuação

mobilizações universitárias no Brasil que, cada vez mais marcadas pela polarização político-ideológica do período, geravam intensas disputas entre estudantes vinculados à Associação Universitária Católica e aqueles identificados à esquerda, sendo que ambos, em sua concepção, tendiam a privilegiar os embates políticos em detrimento da formação intelectual propriamente dita. Em relação ao primeiro tema, Cecília Meireles confidenciou a Alfonso Reyes sua convicção de que “o problema do Brasil e[ra] um problema de educação”, porém fazia-se necessária uma definição do que se entendia pela própria palavra “educação”. Seu próprio conceito era o de que nesta palavra se incluíssem “todas as nossas necessidades de cultura”, de modo a evitar que as demandas por reformas educacionais acabassem gerando “uma formação popular em que se insinuassem os preconceitos novos – tão perigosos como os velhos – que atentam contra a elevação humana, e negam os direitos inalienáveis do espírito.”<sup>101</sup>

Essas palavras da poeta e educadora brasileira são praticamente um espelho das ideias do próprio Reyes em relação à educação. Também o mexicano apresentava-se profundamente crítico ao modelo pragmatista, que no México estava sendo elevado ao lugar de plataforma da política educacional nacional nos anos 30. Como detecta a historiadora estadunidense Mary Kay Vaughan em seu estudo sobre a política educacional mexicana, naquela década foi consolidada a expansão da atuação nacional da Secretaria de Educação Pública – que desde os anos 20 expandia sua jurisdição da capital aos estados, absorvendo antigas escolas locais, onde havia, e criando novas sob controle da instituição federal – e também levada à prática a “radicalização” dos postulados ideológicos da educação pública mexicana. Desde a implementação da nova política cultural “revolucionária”, em meados dos anos 20, a pedagogia da Escola Ativa foi tomada como a base da política pedagógica da Secretaria, para a qual foi fundamental a contribuição de Moisés Sáenz, ex-discípulo de John Dewey na Universidade de Columbia e subsecretário de Educação Pública do México, entre 1926 e 1928. Essa nova orientação político-pedagógica “serviu como [um] projeto integrador e produtivista”, que inspirou uma política educacional centrada na expansão do ensino primário, por meio do estabelecimento de escolas rurais, com base em uma concepção pragmática, que visava principalmente “o aumento da capacidade produtiva” do campo.<sup>102</sup>

---

estiveram inspirados nessa corrente – como foram os casos do brasileiro Anísio Teixeira e do mexicano Moisés Sáenz –, a relação entre educação e democracia foi pensada em termos da escola como instrumento para diminuição das desigualdades sociais, tendendo-se a atribuir à educação uma função utilitária, voltada para o desenvolvimento técnico e tecnológico, visando as necessidades práticas, econômicas e produtivas. Sobre o pensamento educacional de Anísio Teixeira e suas propostas em torno de políticas públicas voltadas para a educação, consultar PAGNI, Pedro Angelo. *Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático – a atualidade de uma filosofia da educação*. Petrópolis: Vozes, 2011. Sobre a política educacional levada a cabo no México, nos anos 30, e suas relações com a Escola Ativa, consultar VAUGHAN, Mary Kay. *La política cultural en la Revolución: Maestros, campesinos y escuelas en México, 1930-1940*. México: FCE, 2001.

<sup>101</sup>Idem, 05/05/1931.

<sup>102</sup>VAUGHAN, Mary Kay. *La política cultural en la Revolución... op. cit.*, p. 49; 53-5.

A chamada “educação socialista”, implementada durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), teve como base essas mesmas concepções. Conforme afirma o educador mexicano Gilberto Guevara Niebla em prólogo a uma antologia sobre essa política educacional, desde 1930, durante a Assembleia Nacional de Educadores, começou a se fortalecer uma posição de “crítica aberta à tradição vasconcelista”, pela qual se concebia que “toda obra de ilustração perdia sentido e eficácia se não se encontrasse associada à transformação da ordem econômica e política.” A partir dessa perspectiva, se colocava a seguinte questão: “Que importância pode ter a cultura [...] para um camponês que não tem pão em sua casa?” E a resposta à mesma passava pela articulação da escola com a problemática da mudança social. Como argumenta o autor, “as experiências [da educação] socialista, que se iniciaram em 1934, se inscrevem nessa lógica.”<sup>103</sup>

Alfonso Reyes era terminantemente contrário a essa perspectiva, que embasava a política educacional mexicana desde meados dos anos 20 e via-se intensificada em inícios dos anos 30. Nesse momento, expressou sistematicamente suas críticas à mesma em seu *Discurso por Virgilio* que, como já mencionamos, foi escrito logo que chegou ao Brasil, em 1930. Após publicá-lo no México, no ano seguinte, Reyes distribuiu seu ensaio aos “amigos” brasileiros, entre quais estava Cecília Meireles, que chegou a publicar uma resenha entusiasta do texto em seu “Comentário”, seção editorial da Página de Educação.<sup>104</sup> No polêmico *Discurso*, que tinha como foco criticar o “nacionalismo revolucionário” em voga no México no período, Reyes jogou com as noções de “próprio”, “autóctone” e “mexicano” – tão caras à perspectiva de defesa da cultura e da identidade nacional – para contrapô-las ao externo ou “exótico”, numa dura crítica à adoção dos métodos pedagógicos inspirados no pragmatismo estadunidense. Sua estratégia de desqualificação dessa opção político-pedagógica foi apresentar o outro lado da moeda das vantagens que se esperava obter de uma educação que relegava as humanidades ao segundo plano e priorizava os aspectos “pragmáticos”, com vistas ao desenvolvimento material das populações camponesas, visão que era hegemônica naquele momento entre as elites dirigentes da política nacional mexicana. Acompanhemos sua argumentação:

Grande tarefa para o educador de amanhã que, abandonando resolutamente influências exóticas e que nunca se aclimataram bem no México; deixando de escutar toda essa pedagogia barata, [...] resgate também os esquecidos tesouros de uma tradição [...]. Voltar ao próprio [...]. Transformar em nosso e derramar a todos esse segredo das humanidades que há tempos vêm se refugiando entre as classes derrotadas da política! [...] Que médico [mexicano] – salvo por vontade pessoal de autodidata – conhece [...] os segredos da farmacopeia indígena [...]? [...] Somente os maníacos de erudição conhecem os capítulos d[os] estudiosos do século XVI, Joaquín García] Icazbalceta sobre as origens de nossas ciências e indústrias [nativas]. Já andamos bem, em princípio ao menos, de escolas rurais, rudimentares, populares e

---

<sup>103</sup>GUEVARA NIEBLA, Gilberto. Prólogo a *La educación socialista en México (1934-1945)*. (Antología preparada por Gilberto Guevara Niebla). México: SEP; El Caballito, 1985, p. 14-5.

<sup>104</sup>MEIRELES, Cecília. Discurso por Virgilio, “Página de Educação”, *Diário de Notícias*, 18/08/1931, p. 5.

de primeiros ofícios; mas falta fortalecer o núcleo, o coração mesmo do ensino [as humanidades], que é o que há de lançar seu sangue aos extremos do corpo. E dizer que tudo isso não importa ao povo é tão superficial como querer novamente que a ciência seja privilégio de uma casta [...]. Quero o latim para as esquerdas, porque não vejo vantagem de deixar cair conquistas já alcançadas. E quero as humanidades como o veículo natural para todo o autóctone. [...] E sobre o que alguns dizem, que o ensino do latim faria declinar os jovens do campo – que agora só precisam de arado, alfabeto e sabão –, [isso] seria uma torpe caricatura [...]. Tal atitude conduziria, em suma, a decretar a abolição total do saber humano por uma má compreensão a respeito da piedade para com os analfabetos [...]. Tudo isso não passa de uma descabida confusão e um simplismo ridículo. Nosso ideal político consiste em igualar por cima, não por baixo.<sup>105</sup>

Essas palavras sintetizam plenamente a concepção de Reyes a respeito da centralidade das ideias, do conhecimento em geral, não apenas como elemento imprescindível para o desenvolvimento humano, mas também como arma de importância irredutível para o combate político. O “latim para as esquerdas” aparecia no texto como uma metáfora que condensava bem esse último aspecto, de cunho político-ideológico; mas a proposta também comportava um sentido literal, em defesa do ensino dessa língua, bem como das humanidades, em nível de excelência, nos cursos universitários e nas escolas mexicanas. Por isso, em carta ao então secretário Genaro Estrada, Reyes celebrou “com emoção” a “profunda consciência de visões” entre a sua própria perspectiva e a do filósofo Vicente Lombardo Toledano, uma das principais lideranças intelectuais da esquerda mexicana, que ocupava, naquele momento, o cargo de diretor da Escola Nacional Preparatória. Lombardo havia comentado com Reyes, antes que este publicasse seu *Discurso por Virgilio*, sobre “a importância do ensino de latim nas Escolas Secundárias da Universidade” e o empenho que pretendia exercer para que isso se concretizasse.<sup>106</sup>

Alfonso Reyes admirava em Lombardo a capacidade de ser, ao mesmo tempo, um grande líder político e uma referência intelectual. E foi justamente a ausência, na perspectiva de Reyes, de um líder de esquerda desse tipo no cenário brasileiro o que chamou sua atenção quando chegou ao Brasil, praticamente junto com a Revolução de 30. Em seus relatórios diplomáticos dos primeiros anos à frente da Embaixada no Rio, o mexicano manifestou intensa preocupação sobre a situação de polarização política no Brasil, principalmente tendo em vista que, em sua visão, o “bando” das direitas brasileiras encontrava-se muito mais “armado” para a luta político-ideológica que as esquerdas. Em 1933, Reyes chegou a sintetizar essa percepção da seguinte

---

<sup>105</sup>REYES, Alfonso. *Discurso por Virgilio*. In: *La experiencia literaria*., op. cit., p. 111-13.

<sup>106</sup>É provável que a conversa entre Reyes e Lombardo tenha ocorrido durante a breve passagem deste pelo Rio, na ocasião de sua vinda à América do Sul para participar, como convidado, do Congresso Internacional de Universitários no Uruguai, em janeiro de 1931. Uma breve referência a essa viagem pode ser encontrada em KRAUZE, Enrique. *Caudillos culturales de la Revolución mexicana*. México: Siglo XXI, 2008, p. 312. A referida carta de Reyes a Estrada é datada de 13/01/1931 e está reproduzida em ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza*, op. cit., p. 93.

forma: enquanto as esquerdas formavam um “viveiro de franco-atiradores”, as direitas já começavam a “se aperfeiçoar no sentido de um exército”.<sup>107</sup>

Em suas análises sobre a situação brasileira, presentes nos relatórios diplomáticos enviados ao México em inícios dos anos 30, Reyes demonstrou uma imensa preocupação em relação às “juventudes”, expressão sob a qual reunia “a classe universitária, os artistas e jovens escritores”, conforme identifica Alberto Enríquez Perea ao analisar esses documentos.<sup>108</sup> Aos olhos de Reyes, a situação desse grupo no Brasil era a seguinte: os jovens alinhados à direita tinham suas “doutrinas, organizações e capitães”, ou seja, possuíam ideias, ideólogos e condutores, entre os quais destacou a figura de Alceu Amoroso Lima. O líder católico brasileiro cumpria um papel importante ao atuar como um “*maestro* definidor” para essa juventude, reunindo as habilidades de intelectual de “sólida cultura” e possuidor de “um dom de expressão clara e metódica”. Mas, na percepção do mexicano, faltava à juventude de esquerda uma liderança desse porte, que reunisse, numa mesma figura, excelência intelectual e capacidade mobilizadora. Assim, as ideias progressistas chegavam aos jovens pelos livros estrangeiros; muitos inclinavam-se a um “autoctonismo”, assim como ocorria no México, e alguns “paqueravam” o comunismo. Entretanto, a juventude brasileira inclinada às ideias de esquerda via-se “praticamente sem chefe, sem organizador e sem inspirador nacional”, limitada “a uma pequena liderança entre literatos.”<sup>109</sup>

A percepção de Reyes sobre a atuação de Amoroso Lima entre os jovens estudantes tinha bastante fundamento. De fato, o principal líder intelectual da direita católica brasileira investia pesadamente no doutrinamento dos jovens estudantes, voltando-se não apenas aos universitários como também aos que cursavam colégios e escolas técnicas, como mostram os inúmeros discursos que realizou em diversas instituições educativas e que foram reunidos, em 1935, na obra *Da tribuna e da imprensa*.<sup>110</sup> Com base na leitura que realizou da situação brasileira e em contraposição à atuação da direita católica nos meios estudantis, Alfonso Reyes procurou exercer, ele próprio, o papel de um *maestro* para a juventude brasileira, aproximando-se especialmente dos meios universitários de esquerda.

Como mostra o estudo realizado por Fred P. Ellison, Reyes manteve contato estreito com o Club da Reforma, organização que reunia figuras da militância universitária ligada ao movimento reformista continental, como eram os casos do professor Bruno Lobo, de seu pupilo

---

<sup>107</sup>REYES, Alfonso. Informe diplomático de junho de 1933, citado por ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores*, op. cit., p. 258; 241.

<sup>108</sup>ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores*, op. cit., p. 241.

<sup>109</sup>REYES, Alfonso. Informe diplomático de junho de 1933, citado por ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores*, op. cit., p. 241-2.

<sup>110</sup>AMOROSO LIMA, Alceu (Tristão de Ataíde). *Da tribuna e da imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1935.

Adelmo de Mendonça – ambos vinculados ao projeto editorial da *Folha Acadêmica* – e de Carlos Lacerda, entre outras figuras dos meios universitários que, nos anos anteriores, também haviam se aproximado do embaixador Ortiz Rubio.<sup>111</sup> Sobre a relação de Reyes com os jovens universitários militantes de esquerda nos anos 30, o estudioso estadunidense destaca a figura da escritora Rachel de Queiroz, que, ainda muito jovem naquela época, já era conhecida por seu romance *O Quinze* e havia se filiado ao Partido Comunista. Décadas depois, falando em entrevista a Ellison, a escritora brasileira afirmou que “Dom Alfonso”, como era chamado pelos jovens brasileiros, “era apreciado mais por sua simpatia e personificação do México que por sua obra literária” e que o escritor-embaixador “parecia realmente gostar dos jovens e deixou-se tratar por eles como celebridade”.<sup>112</sup> Ellison chama a atenção para o fato de que “os estudantes universitários ocupavam um lugar importante na estima e nos planos do embaixador” tendo em vista constituírem, no contexto brasileiro, um dos grupos “que mais apoiavam o México e sua revolução.”<sup>113</sup>

Sobre a relação estabelecida entre Reyes e a juventude universitária brasileira é importante destacar, ainda, a articulação operada entre o mexicano e a poeta e educadora Cecília Meireles com vistas a erigir a figura do escritor-embaixador mexicano ao lugar de um “guia” para a juventude brasileira. Em relação a esse aspecto, as perspectivas afins que ambos possuíam em relação ao tema educacional explicam, em grande medida, a maneira como a poeta e educadora brasileira procurou deliberadamente sugerir a Reyes que exercesse esse papel em relação à “mocidade”. Já em sua segunda carta ao mexicano, datada de maio de 1931, a escritora brasileira expressou de forma bastante clara sua expectativa em relação ao assunto:

Não basta [...] que a mocidade se incline para o caminho que a atrai: é necessário haver alguém que, facilitando-lhe sempre a sabedoria da sua liberdade, tenha, no entanto, a virtude especial de dizer certas coisas indispensáveis, ordenadas pela experiência e pelo desinteresse. Alfonso Reyes tem essa virtude. [...] [O]s moços brasileiros que nesse momento procuram o convívio das suas ideias, procuram-no levados pela própria sede de encontrarem uma resposta às suas íntimas perguntas. E, sem o saber, estão sentindo, nas suas generalizações, um rumo que lhes mostra perspectivas claras, oportunas e certas. Não conheço maneira mais invejável de fazer obra de educação. Alfonso Reyes bem sabe como este momento do mundo é um momento especial para a América. Principalmente para a sua juventude. Não lhe negará, portanto, a sua colaboração, cuja eficiência é indiscutível.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup>ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil*, op. cit., p. 57-8.

<sup>112</sup>QUEIROZ, Rachel. Entrevista concedida a Fred P. Ellison, datada de 21/07/1983. Citada por ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil*, op. cit., p. 58-9.

<sup>113</sup>ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil*, op. cit., p. 57.

<sup>114</sup>MEIRELES, Cecília. Carta a Alfonso Reyes, datada de 01/07/1932.

Há vários elementos significativos a sinalizar nesse trecho. Primeiramente, o fato de a referência a Alfonso Reyes ser feita em terceira pessoa (forma que se diferencia do tratamento direto que era geralmente usado por Cecília Meireles em suas cartas a Reyes), expressando uma alusão ao papel que era sugerido a ele cumprir: o *maestro* da nova geração. Outro elemento importante, embora apareça apenas subentendido, é que esse papel sugerido a Reyes pela poeta tinha relação com o fato de o escritor-embaixador ser respeitado e ter suas opiniões valorizadas pelos estudantes, não apenas por ser um escritor renomado, mas principalmente por ser visto como um representante do México (visão que é confirmada pelas recordações de Rachel de Queiroz, conforme citamos).

Quando Cecília Meireles se refere ao fato de os “moços brasileiros” estarem buscando “o convívio das ideias” de Reyes, está remetendo ao trecho anterior de sua mesma carta, no qual afirmou acreditar que “o México pode[ria] ser um foco de projeção de muitas ansiedades modernas sobre a América Latina: e com um prestígio que a Europa e os Estados Unidos talvez não consigam ter, neste momento”, e que “os moços de minha terra o est[av]am sentindo.”<sup>115</sup> Portanto, era exatamente a partir desse lugar de reconhecimento de Reyes enquanto representante do México que a poeta esperava que o mexicano pudesse atuar como um orientador da juventude brasileira, que se mostrava uma verdadeira entusiasta das transformações sociais mexicanas. Outro elemento importante a mencionar é a percepção da brasileira sobre o “prestígio” do México – enquanto país latino-americano e em detrimento dos modelos europeu ou estadunidense – entre a juventude universitária brasileira dos anos 30, pois essa encontrava-se bastante influenciada pela “hora americana” do reformismo universitário continental.

Esse panorama é suficiente para compreendermos a habilidade que foi demonstrada tanto por Cecília Meireles quanto por Alfonso Reyes ao se utilizarem do prestígio que envolvia a figura do escritor-embaixador do México para tentar convertê-lo em uma espécie de guia intelectual e moral – propriamente a figura do *maestro* – para a juventude universitária brasileira. Mas um ponto essencial a ser destacado em relação a esse tema é que, antes mesmo da poeta brasileira se voltar ao embaixador mexicano para sugeri-lo tal atuação, ele próprio já vinha se aproximando estrategicamente do movimento universitário, praticamente desde de a sua chegada ao Brasil, aproveitando-se do prestígio que não apenas o México revolucionário, mas a própria figura de embaixador do país, haviam alcançado entre os meios universitários cariocas durante a embaixada de Ortiz Rubio.

Desde sua chegada ao Brasil, Reyes foi recebido pela juventude universitária de braços abertos. Em setembro de 1930, por exemplo, ele registrou em seu diário que tinha recebido

---

<sup>115</sup>Ibidem.



“ovações e homenagens” por parte dos mesmos e, cerca de um ano depois, em carta ao secretário (e amigo) Genaro Estrada, solicitou um “obséquio” por parte do México para a Casa do Estudante do Brasil, centro estudantil recém-fundado sob os auspícios da poeta Ana Amélia Carneiro de Mendonça, com quem havia feito amizade. Na referida carta, o embaixador destacou a boa estima encontrada por ele entre os estudantes, os mesmos que haviam “apoia[do] o Sr. Ortiz Rubio” e que agora “[o] ovaciona[vam] cada vez que pass[ava] entre eles.” Reyes, então, sugeriu que o México tivesse a “INICIATIVA” (assim mesmo, em maiúsculas) de um singelo presente para o centro estudantil: “uma pequena fonte colonial, [em] estilo mexicano, [com] azulejos, etc.”, que “seria colocada em um canto do pátio [de entrada da Casa do Estudante], como obséquio do México e como envio especial do Sr. Presidente Ortiz Rubio aos universitários que tanto o estimam.”<sup>116</sup> Pouco tempo depois, em seu texto público *A vuelta de correo*, ao qual já fizemos menção, Reyes apontou como uma de suas principais ações em favor do México a aproximação com os estudantes brasileiros, destacando já estar acertado que ministraria um “curso de extensão universitária” a respeito de seu país na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.<sup>117</sup>

Uma parte significativa da atuação do escritor-embaixador mexicano entre os universitários brasileiros ocorreu por meio da realização de discursos, que foram proferidos a convite de organizações estudantis. O contexto que envolveu a realização desses discursos e as próprias palavras pronunciadas por Reyes – publicadas por ele posteriormente – são bastante reveladores tanto da maneira como ele procurou se apresentar perante a juventude universitária (precisamente como um *maestro*) quanto da conexão que se estabeleceu entre o mexicano e a Página de Educação, dirigida por Cecília Meireles, o que permitiu que sua presença entre os estudantes ganhasse uma difusão maior do que a do público que assistia pessoalmente a seus discursos.

Ao lermos a Página da poeta no *Diário de Notícias*, podemos observar claramente uma estratégia para chamar a atenção da “mocidade” para comparecer aos discursos de Reyes. Antes da realização dos discursos, Cecília Meireles escrevia elogiosamente sobre “o ilustre embaixador do México”, em sua seção editorial “Comentário”, e Carlos Lacerda, na seção “Movimento Universitário”, dava os detalhes de onde e quando Reyes falaria aos estudantes, além de apresentar outros tantos elogios ao mexicano. Uma das situações mais ilustrativas dessa estratégia pode ser encontrada na Página de Educação de 4 de maio de 1932 (imagem 26),<sup>118</sup> dia

---

<sup>116</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 29/10/1931. Reproduzida em ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza, op. cit.*, p. 189.

<sup>117</sup>REYES, Alfonso. *A vuelta de correo*. In: *La experiencia literaria, op. cit.*, p. 134.

<sup>118</sup>Página de Educação. *Diário de Notícias*, 04/05/1932, p. 6.

em que Reyes realizou um de seus principais discursos aos estudantes brasileiros, intitulado *Atenea política*.

### Imagem 26



Nessa edição da Página de Educação, que era publicada pela manhã no *Diário de Notícias*, os leitores foram chamados a comparecer, no fim da tarde, ao salão de conferências do Itamaraty, onde o “embaixador do México, Alfonso Reyes”, realizaria um discurso. O convite vinha acompanhado de um retrato de Reyes, identificado como um “Desenho d[o pintor] Foujita”, juntamente com um relato assinado por “L.”, certamente de Lacerda, no qual se lia que “Alfonso Reyes não [inha] pelos estudantes esse desprezo dos homens superiores” e que falaria aos estudantes a convite do “Club da Reforma”, órgão estudantil vinculado ao reformismo universitário continental. A essas palavras somavam-se as de Cecília Meireles em um “Comentário” muito significativo, que remetia à Página do dia anterior, em que ela já havia feito propaganda do discurso de Reyes e na qual havia cometido o equívoco de apresentar o México como parte da América do Sul.

Nesse “Comentário”, intitulado de “Atenea política”, o mesmo título do discurso que Reyes proferiria, a poeta e editora da Página havia não apenas tecido elogios a Reyes – como figura que reunia “a expressão preciosa da palavra do poeta” ao “brilho do pensamento de um diplomata que tem feito de sua atividade um constante motivo de interesse e simpatia pelo seu país” – como se alongado em louvores à educação mexicana, afirmando que “o México, pela obra educacional em que se tem definido, marca um destino singular na América.” No mesmo texto, afirmava que “na América do Sul, o México t[inha], efetivamente, uma fisionomia própria” e que Reyes possuía “as necessárias virtudes”, para “diante de intelectuais e estudantes”, falar “como sul-americano e como mexicano.”<sup>119</sup>

No “Comentário” do dia seguinte, intitulado “Para Alfonso Reyes”, a poeta se voltou a ele e aos demais leitores da Página para refletir sobre a sua “arbitrariedade” geográfica, ao situar o México na América do Sul. Afirmou ter escrito “aquelas rápidas linhas de entusiasmo num momento muito especial”, quando se encontrava “entre universitários que calorosamente conversavam sobre a conferência” que Reyes daria “e sonhavam, em voz alta, possibilidades futuras de intercâmbio, a começar pela América latina.” Mesmo assim, destacou que “a [sua] distração não veio daí”, que tratava-se de algo “mais profund[o]” e que “nem e[ra] mesmo uma distração”, mas “quase uma convicção” que “a certeza do mapa não abala[va]”. Para Cecília Meireles, o fato de ter colocado o México na América do Sul revelava “uma luta do espírito com a localização física d[o] país”, a qual explicou da seguinte maneira:

É que, quando se pensa no México, ele não nos aparece no lugar do globo onde está. As terras podem ser que estejam em lugares fixos; mas os povos estão onde os coloca o interesse de quem os contempla: estão mais longe ou mais perto, na relatividade do pensamento e do coração. Pelo México sei que muita gente estaria disposta a, voluntariamente, escrever como escrevi [colocando-o como país sul-americano]. Eu, que o fiz involuntariamente, dei uma prova mais espontânea dessa verdade vivida, e que foi para mim mesma, a alegria de uma revelação. Queria que Alfonso Reyes participasse dessa alegria. [...] Queria que compreendesse – e compreenderá – que o México tem – para os brasileiros por que[m] eu seja capaz de falar – as mais curtas distâncias terrestres; onde as fronteiras já não podem mais caber. Aboliram-nas admirando-o, compreendendo-o. Vencendo com a força do espírito os espaços da terra e as convenções dos homens. Por isso é que me custa corrigir coisa que, afinal, não está errada.<sup>120</sup>

A “arbitrariedade”, inicialmente “involuntária”, que a poeta transformou em “convicção”, na realidade nos coloca diante de uma questão extremamente importante a respeito do lugar ocupado pelo país hispano-americano da América do Norte no nosso continente. Essa questão, aliás, já havia sido tocada pelo próprio Reyes, no primeiro número de seu *Monterrey*, no qual

---

<sup>119</sup>MEIRELES, Cecília. “Comentário”, Página de Educação, *Diário de Notícias*, 03/05/1932, p. 6.

<sup>120</sup>Idem.

reivindicou a identidade latino-americana de um México unido culturalmente à América do Sul. Não há a menor dúvida de que a “convicção” manifestada pela poeta brasileira – de um México tão próximo culturalmente do Brasil, e da América do Sul em geral – era, em grande medida, fruto do amplo engajamento internacional do México em torno da identidade latino-americana. Esse foi, como temos destacado, um dos desdobramentos mais significativos da Revolução, no que se refere à política externa, e, nos anos 30, mantinha-se como um dos elementos centrais da diplomacia mexicana no Brasil, tendo em vista o papel ativo cumprido por Alfonso Reyes nessa direção.

A ampla reflexão de Cecília Meireles sobre a localização cultural do México no continente antecedia o discurso que seria proferido por Reyes e, certamente, preparava “os espíritos” para as palavras do mexicano, que continham entre seus pontos principais a defesa da aproximação entre a intelectualidade do continente. *Atenea política* constitui, juntamente com *En el día americano* – proferido em abril de 1932, no Teatro João Caetano, em uma sessão da Associação Brasileira de Educação –, um dos principais discursos realizados por Reyes à juventude brasileira nos anos 30, tendo sido, ambos, publicados por ele posteriormente.<sup>121</sup> Esses discursos possuem uma unidade de sentido, cujos traços principais são: o empenho pela aproximação intelectual do continente; a defesa da inteligência, do conhecimento, como arma de combate das mais significativas para a luta político-ideológica; a constituição do México revolucionário como exemplo de transformações sociais para o continente; e a construção de sua própria figura, enquanto representante do país, como uma autoridade intelectual e moral capaz de indicar o caminho para as novas gerações. Embora esses temas fossem as linhas gerais dos dois discursos, o tom de *Atenea política* é mais incisivo e apresenta de forma mais explícita uma interpretação da Revolução Mexicana, que é de grande relevância para nosso estudo.

Nesse discurso, Reyes apresentou-se claramente como um guia moral da juventude, papel evocado por ele na abertura e no fechamento de sua fala. Logo no início do texto, o escritor-embaixador referiu-se à diferença de idade que o separava do público, formado principalmente por estudantes, em relação ao qual afirmou ser um “mensageiro de outra idade”, um “quarentão” que representava a própria maturidade, a “hora da reflexão”, mas que se propunha a conversar com o “coro” dos “florescentes vinte anos” falando “como de igual para igual e por cima do barulho das ruas”. Estas últimas palavras são extremamente significativas para a compreensão do sentido desse discurso, realizado como uma espécie de chamado à juventude para a quietude

---

<sup>121</sup>Esses dois discursos foram editados por Reyes, sob a forma de livretos, em 1932, pouco depois de proferi-los, e distribuídos, como ele costumava fazer, a seus “amigos” brasileiros. Cerca de uma década mais tarde, ambos foram incluídos em importantes coletâneas, que vieram a formar parte de suas obras completas. *En el día americano* aparece em *Última Tule*, livro publicado originalmente em 1942, e *Atenea política* em *Tentativas y orientaciones*, publicado em 1944.

da reflexão intelectual, contra as mobilizações políticas que beiravam (ou até chegavam) às vias de fato. Para se ter uma ideia da situação em que se encontravam as disputas político-ideológicas entre a juventude universitária brasileira, podemos citar um artigo assinado por um importante intelectual socialista do período, Carlos Sussekind de Mendonça, publicado no periódico *A Esquerda*, em 1929, no qual acusou diretamente Alceu Amoroso Lima de “arregimentar a mocidade” em um sentido “desleal”, quando “aconselha[va] os cordeiros do seu aprisco universitário a darem, mais do que entusiasmo, ‘o próprio sangue’ na luta contra os comunistas!”.<sup>122</sup> O “aprisco universitário” ao qual se referia Sussekind de Mendonça era a Associação Universitária Católica, que era então criada sob a tutela do líder intelectual da direita católica brasileira. O mais significativo do artigo do socialista, no que se refere às desavenças ideológicas entre os grupos universitários naquele momento, é que, apesar de criticar a atitude do líder católico, o seu próprio texto se encerrava com um chamado aos estudantes, identificados à esquerda, para que reagissem à investida conservadora e a “repel[issem] com todo o entusiasmo e, se preciso fo[sse], também com o próprio sangue.”<sup>123</sup>

Era em meio a esse exaltado panorama que Reyes dirigia suas palavras à juventude universitária brasileira. A metáfora que usou em seu discurso *Atenea política* foi a situação de um barco agitado no oceano, que causava náuseas aos tripulantes quando estes fixavam os olhos no próprio barco. A partir da imagem mental que evocava o turbilhão das disputas ideológicas em que os estudantes brasileiros se encontravam, Reyes propôs: “o melhor remédio contra essa atração do torvelinho é levantar sempre os olhos e buscar a linha do horizonte.” O orador referiu-se às suas próprias palavras como um empenho para “livrar” os estudantes da “tontura” da agitação do barco, uma tentativa de “curá-los um pouco” dessas inquietações. Não por acaso o discurso se fechava com palavras aquietadoras, e mesmo paternais, com o orador realizando uma “prece” pela proteção dos jovens à “divindade” grega “Atenea Polías ou Política”, que explicou ser a “campeã das armas, deusa guerreira [...], de natureza bélica”; chamada também de “Kurótrofos, cuidadora dos jovens”. Como “protetora dos jovens”, suplicava que ela “os defend[esse], os ampar[asse]” e “os gui[asse]”.<sup>124</sup>

Fica evidente nessas palavras a tentativa, por parte de Reyes, de transpor o combate político para o plano das ideias. A proposta central do discurso era estabelecer a noção de que o *front* mais importante da luta política era a batalha ideológica que se realizava por meio do pensamento, do conhecimento, da cultura. A lição que o *maestro* Reyes procurava ensinar à

---

<sup>122</sup>MENDONÇA, Carlos Sussekind de. A A.U.C. [*A Esquerda*, 1929]. In: *Afirmaciones acatólicas sobre vários temas (2º volume da série contra a Ação Católica no Brasil)*. Rio de Janeiro: Tip[ografia]. Benedito de Souza, 1929, p. 62.

<sup>123</sup>Idem, p. 63.

<sup>124</sup>REYES, Alfonso. *Atenea política* [1932]. In: *Universidad, política y pueblo*. México: UNAM, 1967, p. 70-1; 98.

juventude era a de que, para se alcançar uma verdadeira transformação social, não bastava empunhar bandeiras ideológicas simplesmente por meio de palavras de ordem como “mudança”, “transformação” e “ruptura” sem haver uma profunda reflexão do sentido dessas propostas. O mexicano apresentou sua perspectiva aos jovens universitários a partir de um lugar de fala que pode ser identificado como o do “verdadeiro” mestre, voltando mordazmente sua crítica àqueles condutores da juventude – os “falsos” mestres – que a levavam a desprestigiar o saber e o estudo como aspectos de pouca relevância em face do momento crítico da luta social. Assim afirmou:

Hoje se repete muito que o passado está falido, que toda a humanidade antes de nós estava equivocada. [...] As novas gerações são educadas ao grito: –Nada tenho em comum com a história! [...] Se o passado não ensina nada, fechemos os livros! Assim se distrai a juventude do exercício do estudo, que há de ser toda a sua defesa para o amanhã, com a consoladora perspectiva do fim do mundo, típico consolo de covardes. Assim se dispara a cada cinco minutos a sirene dos incêndios, o que faz [a juventude] abandonar as salas de aula e sair às ruas. [...] E – um traço característico – são os mais eruditos, os mais culturizados [*sic*], os que se propõem a caudilhos nesta nova campanha da ignorância. Após terem-se nutrido com o acervo da história, vêm capitanear uma campanha anti-histórica.<sup>125</sup>

É bastante explícita, nesse trecho, a crítica de Reyes à postura de certos intelectuais (os “falsos” mestres) que, em vez de orientarem a juventude universitária no sentido do conhecimento, do estudo, a desvirtuavam para um combate físico. Mas, o mais importante dessas palavras para nossa reflexão é que elas permitem captar o contexto argumentativo em que Reyes introduz um elemento central de seu discurso: a noção de “continuidade”. É importante seguirmos o argumento através de suas próprias palavras:

Todos deveríamos estar convencidos de que a maneira de assegurar o presente é assimilar o passado. [...] Assimilar o passado não é ser conservador nem retrógrado [...]. Vos fala um cidadão de uma república que não pestanejou em colocar-se a si própria em julgamento para se esclarecer a seus próprios olhos, para dar-se a conhecer. A transformação mexicana, ao ser dissipada a fumaça dos combates, descobre frente a si o espetáculo do ser mexicano, da tradição nacional [...]. O que decorreu disso – a grande preocupação pela educação do povo e o desenvolvimento incalculável das artes plásticas e da arqueologia – são movimentos de perfeita relação histórica [...], se fiam no passado [...], se inspiram nele, o aproveitam como base do presente e, sobre esta base, saltam com robusta confiança sobre o mar instável do futuro. [...] A ideia de continuidade [...] nada tem em comum com o que as pessoas chamam de passadismo, direitismo, reação ou outras noções desse tipo. [...] O aproveitamento de uma tradição não significa um passo atrás, mas um passo adiante, com a condição de que seja um passo orientado por uma linha mestra e não ao azar.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup>Idem, p. 91; 93.

<sup>126</sup>Idem, p. 87-89.

A primeira coisa que chama a atenção nesse trecho é a ausência da palavra “revolução” para designar o processo social ocorrido no México. Reyes, que normalmente se referia ao mesmo como “revolução”, nesse discurso preferiu falar em “transformação mexicana”, o que nos impõe a necessidade de entender os motivos e as consequências dessa opção.

Sobre os motivos, o próprio texto – lido no contexto de sua elaboração, conforme descrevemos – nos fornece pistas importantes, ao tornar explícita a intenção do *maestro* Reyes de falar à juventude à distância da conjuntura “revolucionária”, no sentido de uma intensa mobilização, que a envolvia. Recordemos que o Brasil experimentava os desencadeamentos do movimento de 30, que se autodenominava como “revolucionário”, e, em maio de 1932, quando Reyes discursava aos universitários, já se via às vésperas de outro movimento autoidentificado como “revolucionário”, o levante paulista. Além dessa conjuntura nacional específica – somada à perspectiva de confronto que permeava os diferentes espectros políticos, como mostramos –, tratava-se de um momento em que a palavra “revolução” e seus derivados encontravam-se na ordem do dia, igualmente disseminados entre uma esquerda que ansiava pela revolução comunista a uma direita reacionária orientada à contrarrevolução. Um motivo que nos parece forte para explicar o uso da expressão “transformação mexicana” – e que remete também às suas consequências – é a possibilidade de evocar uma noção de especificidade por parte da experiência mexicana. Essa opção só faz sentido se a compreendermos como uma comparação subentendida com outra experiência histórica. Naquele contexto, certamente, o sentido comparativo se estabelecia em função da Revolução Russa.

A “transformação mexicana” foi descrita por Reyes como uma mudança social substantiva – portanto, revolucionária – cujo elemento distintivo era a capacidade de “aproveitamento da tradição”, por isso a noção de continuidade. A grande virtude da “transformação mexicana” e sua especificidade estariam no fato de ser, ao mesmo tempo, mudança dirigida ao futuro e “inspirada” no passado, na “tradição nacional”. A partir dessa perspectiva, Reyes propunha que, na experiência mexicana, o elemento direcionador da transformação social não seria uma utopia futura e vazia de consistência histórica (por ter como fim uma realidade ainda não experimentada, como no caso do comunismo), mas, ao contrário, um processo que permitiria “assimilar o passado” atualizando-o na modernidade, por isso a ideia de “continuidade”, não como estagnação ou simples volta à tradição, mas como uma mudança que não partia do zero, não desprezava a tradição, mas se desenvolvia com base na própria identidade, no próprio “ser mexicano”.

Essa descrição da Revolução Mexicana pode ser facilmente associada à noção de autoctonismo – de valorização da própria identidade, nacional e continental, como base para as transformações políticas, sociais e culturais na América Latina –, ideia que era extremamente

cara naquele período a uma parte substantiva da intelectualidade latino-americana, especialmente aquela identificada à defesa da solidariedade continental, na qual Reyes se incluía. Outro elemento chave de sua interpretação encontra-se na ideia de que no México se operava uma mudança social integral, não simplesmente material, econômica, mas substantivamente cultural: “a grande preocupação pela educação do povo e o desenvolvimento incalculável das artes plásticas e da arqueologia” como decorrências da “transformação mexicana”.

A grande relevância dessa interpretação para o tema abordado neste trabalho é que ela excede em muito a visão pessoal do próprio Reyes. O substrato interpretativo de suas reflexões sobre a Revolução Mexicana (basicamente a ideia de uma revolução autóctone) perpassou – ainda que conduzindo a conclusões distintas – tanto o discurso oficial mexicano (do qual Reyes não era um simples reprodutor) quanto algumas das principais interpretações formuladas por intelectuais brasileiros que, nos anos 30, em busca de propostas para a transformação da realidade brasileira, tomaram a experiência mexicana como objeto de reflexão. É o que abordaremos a seguir.

#### **4.4. “Ou Roma ou Moscou”? O México como um caminho possível**

Nos anos 30, a presença das publicações oficiais mexicanas, distribuídas ao Brasil pela Secretaria de Relações Exteriores, voltou a ser bastante significativa, após um período de forte queda, durante a segunda metade da década de 20, possivelmente em função de o conflito interno, a Guerra Cristera, ter se tornado o grande foco das atenções governamentais naqueles anos. Entre as publicações oficiais mexicanas do período, presentes no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, é possível notar uma unidade de sentido entre as obras de toda a década, apesar da significativa mudança política experimentada no México nesse período.

No início dos anos 30, o callismo representava o poder de fato do país e sua derrocada só foi consolidada em 1936, quando Cárdenas, presidente desde 1934, conseguiu assumir a hegemonia política dentro do Partido Nacional Revolucionário e Calles foi forçado ao exílio.<sup>127</sup> Apesar dessa importante mudança política interna, o eixo condutor do discurso público difundido internacionalmente pelos governos mexicanos do período foi o mesmo: a explicação do sentido da Revolução Mexicana; a defesa de que se tratava de um processo ainda em marcha e que caminhava no sentido socialista; a demonstração das atitudes práticas dos governos mexicanos para a efetivação dos ideais revolucionários. Isso aparece em dois livretos datados de 1933, assinados pelo então secretário de Relações Exteriores, José Manuel Puig Cassauranc, intitulados *La aspiración suprema de la Revolución Mexicana* e *Una política social económica de*

---

<sup>127</sup>AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*, op. cit., p. 173-4.



*preparación socialista*; e, posteriormente, através da difusão do plano de governo de Cárdenas, o *Plan Sexenal*, de 1934; e do *Plan de Acción de la Escuela Primaria Socialista*, datado de 1935.

As publicações de 1933 podem ser lidas como um único discurso, formado pelos dois textos (do mesmo autor), que possuíam um sentido complementar entre si e exerciam, em conjunto, um importante ato discursivo direcionado a dois grandes focos: explicitar a existência de uma “ideologia” que fundamentava as transformações sociais mexicanas, ligando as políticas socioeconômicas dos anos 30 ao movimento revolucionário iniciado em 1910; diferenciar a Revolução Mexicana do processo experimentado pela Rússia, apontando “os métodos mexicanos” como os únicos apropriados para a solução dos problemas do próprio país. Vejamos a maneira como essas ideias foram articuladas por Puig Cassauranc, uma das principais figuras políticas do México no período, quem ocupava o comando das Relações Exteriores em 1933, após já ter conduzido a Secretaria de Educação Pública nos anos 20, sendo que precisamente durante sua gestão havia sido introduzida a nova política cultural “revolucionária”, que buscava estabelecer uma função social mais pragmática para a educação e a cultura.

Em 1933, o então secretário de Relações Exteriores explicava o sentido ideológico da Revolução Mexicana, na obra voltada para a difusão internacional, nos seguintes termos:

Pelo talento dos grandes diretores do nosso movimento social: Carranza, Obregón, Calles [...], os direcionamentos gerais da Revolução social do México já são conquistas aceitas hoje no mundo todo: nacionalização dos recursos mal aproveitados, controle direto ou indireto das fontes de riquezas nacionais para poder fixar a economia do país; ajuste severo das relações entre exploradores e explorados, para maior justiça social e até para a tranquilidade orgânica do México; reconhecimento da evidente justiça social que se agita e clama no fundo dos movimentos proletários; organização das massas e aceitação da existência de forças direcionadoras do movimento sindical; [...] resolução inteligente e justa do problema agrário [...]. Nesses pontos e no cultivo da elevação das faculdades espirituais do povo (educação, cultura, desenvolvimento da vida de relação [social], etc); [...] pode talvez condensar-se o que chamamos *Ideologia da Revolução*; essa ideologia que os inimigos negam que exista, essa ideologia que tantos revolucionários desconhecem ou esquecem e que, precisamente porque a desconhecem ou esquecem, voltam seus olhos ao fascismo ou ao bolchevismo, que não são mais que métodos políticos que, em última instância, não interessam quando o que se busca e se procura é um resultado de ordem social para o México e que só métodos mexicanos podem conseguir.<sup>128</sup>

Podemos captar nessas palavras a defesa da existência de uma “ideologia” e de “métodos” próprios no processo revolucionário mexicano. Este é descrito como uma ampla transformação social, que pretendia ir muito além de uma mudança política ou mesmo econômica, mas possuía como uma das prioridades a “elevação” cultural e o desenvolvimento geral das relações humanas/sociais. Nessa perspectiva, a Revolução do México representaria uma opção melhor e

---

<sup>128</sup>PUIG CASSAURNC, José Manuel. *La aspiración suprema de la Revolución Mexicana*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1933, p. 16-7. Grifo no original.

mais adequada para a realidade do país do que a polarização direita/esquerda, expressa no par de opostos fascismo/comunismo. Tendo em vista o indubitável caráter propagandístico desse tipo de publicação, que visava a distribuição internacional, não podemos deixar de ler tal interpretação do processo revolucionário do México como uma defesa dos “métodos” mexicanos, não apenas como os melhores para o próprio país, mas também como um modelo que poderia ser seguido por outras nações, especialmente aquelas nas quais tal literatura era distribuída através das Embaixadas.

Mas, ao estabelecer que a Revolução do México se vinculava ao campo “socialista”, a grande questão desse discurso oficial passava a ser diferenciar essencialmente a experiência revolucionária mexicana da soviética. Na interpretação esboçada na publicação mexicana, a Revolução Russa, desde o início, possuía um “fim concretíssimo”, que era “transform[ar] o país de um regime agrícola feudal [...] em um país iminentemente industrial.” E essa havia sido a única “obra dos últimos anos” na Rússia, embora aparecesse “adornada, disfarçada, envolvida na túnica cor de rosa do comunismo e da igualdade absoluta teórica humana.” Ainda de acordo com a argumentação presente na publicação oficial mexicana, era para a execução dessa obra que na Rússia “se necessitava de uma ditadura férrea”, algo que não acontecia no caso do México, país que precisava e buscava “algo diferente”:

O México precisa [...] de uma coexistência favorável em todos os domínios da vida que tragam uma possibilidade de melhoramento de nossa população e uma situação geral de *relativa* satisfação de viver [...]. Este *grau médio* de vida realmente humana; essa situação de *mediano contentamento geral* para que as unidades sociais sejam cooperação e não rebeldia ou dissolução [...]. Para isso é necessário afirmar nossa Revolução e não considerá-la liquidada ou completa antes que tenha cumprido [...] o que originalmente quis conseguir: o melhoramento das grandes coletividades [...] do México.<sup>129</sup>

Por meio dessas palavras, presentes em uma publicação voltada para a distribuição internacional, se difundia uma significativa interpretação de conjunto do processo revolucionário mexicano. Primeiramente, o vinculava a uma ideia de revolução que significava uma mudança “em todos os domínios da vida”, sem que houvesse a priorização absoluta de um único aspecto da vida social; atribuía a essa ideia de revolução a noção de “melhoramento”, o que implicava em uma solução “relativa”, “mediana” das questões sociais, dentro da qual a ideia de revolução como solução absoluta das desigualdades aparecia indiretamente criticada (através do modelo russo de “igualdade absoluta teórica humana”) como irrealizável.

O outro livreto datado de 1933, também assinado pelo secretário Puig Cassauranc, complementava essa proposição ao explicitar que o processo revolucionário mexicano se

---

<sup>129</sup>Idem, p. 18. Grifos nossos.

direcionava no sentido de “estabelecer uma política social de preparação socialista”, de forma a “canalizar por novas vias econômicas o pensamento original da Revolução Social Mexicana”. Isso equivalia a estabelecer o “controle do Estado” como “necessário para regular a vida econômica”, ampliando seu raio de ação com vistas a “emancipar as forças sociais das formas orgânicas do capitalismo”, não num sentido abarcador da totalidade das forças econômicas ou produtivas, mas como uma “conquista *pelo Estado e para a tendência socializadora* dos elementos estritamente técnicos e administrativos.”<sup>130</sup> Essa explicação era articulada sob a perspectiva de que a Revolução Mexicana ainda não estava “liquidada ou completa”, mas permanecia em processo e seguia em direção ao cumprimento das propostas que a haviam originado.

Essa interpretação da situação do México nos anos 30 ganhava uma espécie de confirmação prática por meio das publicações oficiais que se seguiram às de 1933, voltadas para a demonstração da aplicação desses postulados durante o governo Cárdenas. Podemos notar mesmo um interesse de que o *Plan Sexenal* do novo governo mexicano ganhasse repercussão internacional imediata. É o que podemos depreender de uma edição brasileira desse documento, mas em espanhol, datada de 1934,<sup>131</sup> que consta no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. É possível que essa edição tenha sido produzida por meio da Embaixada mexicana no Rio, o que certamente faria com que o documento fosse disponibilizado mais cedo ao público brasileiro, do que se fosse editado no México e, depois, enviado ao Brasil. Se essas obras chegaram, de fato, ao conhecimento de intelectuais brasileiros é uma questão difícil de responder. Sobre o que não há dúvida é quanto a importância dada pelo governo mexicano à divulgação de suas publicações oficiais, fato que é destacado pelo próprio Alfonso Reyes em seu texto *El servicio diplomático mexicano*, datado de 1933, no qual menciona que “a Secretaria [de Relações Exteriores] se preocupa[va]” com que as Embaixadas distribuíssem as “publicações mexicanas” a “bibliotecas, universidades, academias, institutos, periódicos e pessoas eminentes do país” onde se localizavam.<sup>132</sup>

Queremos chamar a atenção para a existência de similitudes entre o núcleo interpretativo do discurso oficial sobre o processo revolucionário mexicano nos anos 30 e as leituras da Revolução que foram feitas por intelectuais brasileiros nessa mesma época, quando o “exemplo” mexicano ganhou apropriações distintas no seio dos debates nacionais brasileiros, de acordo com os posicionamentos ideológicos assumidos pelos intelectuais em questão. Como mostramos a seguir, todas essas interpretações apresentam, explícita ou implicitamente, os mesmos substratos

---

<sup>130</sup>PUIG CASSAURANC, José Manuel. *Una política social económica de preparación socialista*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1933, p. 16-7. Grifo no original.

<sup>131</sup>MÉXICO. *El Plan Sexenal de México*. Rio de Janeiro, 1934, s/ed.

<sup>132</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático mexicano*, op. cit., p. 160.

interpretativos do discurso oficial mexicano, o qual também encontrava-se presente na interpretação do próprio Alfonso Reyes, embora essa não apontasse na direção socialista atribuída à Revolução pelas publicações oficiais mexicanas.

Dois dos principais temas que concentraram os debates brasileiros sobre a Revolução do México nos anos 30 foram as questões religiosa e educacional, que apareceram muitas vezes articuladas entre si, revelando de maneira inequívoca a conjuntura nacional à luz da qual se realizava a leitura da situação mexicana. Um importante debate no qual o México ocupou lugar central foi estabelecido entre a perspectiva socialista, republicana e laica, representada por Carlos Sussekind de Mendonça, e a conservadora e católica, liderada por Alceu Amoroso Lima no início dos anos 30.

Lembremos que Sussekind de Mendonça, quando ainda era estudante universitário no final da década de 10, havia se empolgado com o movimento revolucionário mexicano, ao entender que a revolução daquele país dava uma resposta histórica, concreta e positiva, contra os antigos preconceitos raciais por meio dos quais se negava aos países “mestiços” – como México e Brasil – a capacidade de desenvolvimento. Essas considerações foram feitas, como abordamos no segundo capítulo deste trabalho, quando o então estudante universitário atuava como diretor da revista universitária *A Época*, na qual foi publicada a homenagem dos estudantes da Faculdade de Direito à iniciativa do governo mexicano de iniciar um intercâmbio acadêmico com a América do Sul. Durante os anos 20, já egresso da faculdade, Sussekind de Mendonça assumiu uma atuação intelectual ligada ao socialismo, vinculando-se ao jornal *A Esquerda*, no qual publicou sobre a questão clerical no México. Na passagem da década de 20 para a de 30, o socialista se lançou em uma empreitada contra o avanço do reacionarismo católico, principalmente entre os jovens universitários, utilizando como instrumento de intervenção a publicação de uma obra que reunia uma série de artigos que havia publicado, nos anos anteriores, em periódicos. No segundo volume dessa obra, uma “série contra a Ação Católica no Brasil”, intitulada *Afirmaciones acatólicas sobre vários temas*, o primeiro capítulo é dedicado à questão clerical no México. Intitulado “Calles e a consciência jurídica brasileira”, tratava-se de um artigo que havia sido publicado originalmente em *A Esquerda*, em 1926, no auge da Guerra Cristera.<sup>133</sup>

O que nos chama a atenção é o fato de o intelectual socialista voltar a publicar esse artigo, aparentemente já fora de contexto, em 1929. Mas a leitura desse texto nos revela suas possibilidades enquanto arsenal político-ideológico para o debate/combate que seu autor manteve com os reacionários católicos em inícios dos anos 30. O texto de Sussekind de Mendonça se inicia com uma menção ao momento vivido pelo México – nos anos 20 – como

---

<sup>133</sup>MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *Afirmaciones acatólicas sobre vários temas* (2º volume da série contra a Ação Católica no Brasil). Rio de Janeiro: Tip[ografia] Benedito de Souza, 1929.

uma “hora [...] cheia de beleza”, quando a autoridade do Estado laico republicano se impunha efetivamente, sob a liderança de Calles, que representava, para o autor, “o heroísmo atávico dos mexicanos”. Em sua explicação sobre a luta religiosa no México, o intelectual socialista levantava o principal argumento que dava sentido à sua intervenção política (tanto nos anos 20 quanto nos 30): a Guerra Cristera representava a “teimosia” dos clérigos, agarrados a uma “utopia do poder espiritual, que não se justifica[va] mais em nossos dias”. No debate que marcou o Brasil no início dos anos 30 – no qual esteve presente seu livro publicado em 1929 –, o fundamental de sua perspectiva, esboçada a partir da análise do caso mexicano, era que o “Estado republicano”, “Estado leigo” era “o único Estado possível de subsistir” na atualidade. E, na esteira desse argumento, o autor apontava para a possibilidade desse tipo de Estado, leigo e republicano, vir a constituir-se em socialista, como, em sua concepção, ocorria no México: “uma república que caminha a passos largos para o socialismo.” O fato de o artigo ter sido republicado sem alterações indica que, para o autor, seu sentido continuava atual naquele momento, virada dos anos 20 para os 30, quando mantinha-se a visão de um México em direção ao socialismo. Ao fim do texto, Sussekind de Mendonça esboçou, ainda, a esperança de que “o que se passa hoje no México, passar-se-á [...] amanhã no Brasil.”<sup>134</sup>

O autor não chegou a se deter na proposição de uma estratégia para efetuar a mudança que ansiava para o Brasil, embora apontasse a experiência mexicana como uma referência para esse “socialismo”, que aparecia em seu texto completamente desvinculado do exemplo russo e cujo foco era o anticlericalismo. O simples fato de reivindicar uma transformação social “socialista”, mas que não se expressasse nos termos comunistas, já transformava o texto de Sussekind de Mendonça em um argumento contrário ao esgrimido pelo líder intelectual católico, de que a polarização política no mundo e no Brasil chegara a tal patamar que exigia soluções extremas: ou fascismo ou comunismo, “ou Roma ou Moscou”.<sup>135</sup>

Chama a atenção o fato de que, ao mesmo tempo em que fazia uma afirmação desse tipo, o líder católico publicava um capítulo destinado a criticar a Revolução Mexicana em sua obra *Contra-revolução espiritual*, de 1932. No texto, intitulado “México invisível”, o autor se propôs a revelar a “verdade” sobre o México, para combater a perspectiva de intelectuais “primários”, que queriam “mexicanizar” o Brasil, segundo defendiam em “jornais, nas cátedras, nos cafés ou nos comícios”. Buscavam, segundo Amoroso Lima, a instalação da mesma “ideologia” – que propunha uma “moral”, uma “escola”, uma “política” e uma “economia” “leigas” – que era “posta em execução no México” sob o patrocínio dos “‘intelectuais’ do México moderno”. Ao

---

<sup>134</sup>MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Calles e a consciência jurídica brasileira. In: *Afirmacões acatólicas.*, op. cit., p. 13; 16; 19.

<sup>135</sup>LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Ataíde). *Tentativa de itinerário*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929.

propor negativamente a noção de “intelectuais” vinculados a um projeto “moderno” – identificados como “primários” –, o autor introduzia, indiretamente e por oposição, a ideia de que haveria um outro tipo de intelectual, ao qual se poderia associar uma acepção positiva do termo. Além de podermos entender que ele próprio, o líder mor da intelectualidade reacionária brasileira se incluiria nessa acepção, a principal figura que emergia de seu “México invisível” para ocupar esse lugar era nada mais nada menos que a de José Vasconcelos, descrito como “um mestre” que, após “a experiência de trinta anos do mais integral laicismo”, “v[inha] nos confessar a falência deste e a necessidade imprescindível de uma [...] organização social subordinada à ‘moral cristã’!”<sup>136</sup>

A base para a crítica ao México revolucionário por parte do líder católico brasileiro foi um artigo publicado na Argentina por um Vasconcelos já bastante conservador e, sobretudo, ressentido, após a derrota nas eleições presidenciais mexicanas, de 1929. Nesse momento, já extremamente crítico aos rumos da Revolução, o mexicano fornecia argumentos valiosíssimos para a perspectiva do conservador católico brasileiro, que se referia a Vasconcelos como alguém que “viveu de perto os vinte anos de sangue e de desordem, de perseguição religiosa e de militarismo”, no que se resumia, para Amoroso Lima, a Revolução Mexicana. Mas, em face desse quadro social de horrores, havia uma solução, e era o próprio Vasconcelos, “o grande reorganizador da instrução pública mexicana”, quem a indicava: a volta à “moral cristã”; a orientação dos “métodos sociais” e dos “regimes” políticos “de acordo com os valores da moral, da beleza, da revelação religiosa”. Assim, concluía o brasileiro: “eis o que José Vasconcelos vê como solução, não apenas para o seu México devastado [...], mas ainda para toda a civilização moderna.”<sup>137</sup>

É inegável a perspicácia do intelectual conservador católico brasileiro em utilizar-se da figura de Vasconcelos – remetendo ao prestígio internacional que este possuía ligado ao tema da educação – como elemento legitimador de seu próprio discurso. Mas o recurso a uma “fala” mexicana sobre a Revolução também implicava em uma limitação – da qual possivelmente o brasileiro não tinha se dado conta – ao argumento de que aquela época só comportava uma escolha entre dois polos opostos, o fascista ou o comunista. Isso porque nem mesmo o reacionário e rancoroso Vasconcelos era capaz de definir a Revolução Mexicana como comunista. Na realidade, o que a importância conferida por Alceu Amoroso Lima à desqualificação nominal e específica da situação do México permitia vislumbrar (a contragosto do próprio autor) era precisamente que essa não era uma simples cópia ou apêndice da

---

<sup>136</sup>LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Ataíde). *Contra-revolução espiritual*. Cataguazes: Spinola & Fusco, 1933, p. 105; 110.

<sup>137</sup>Idem, p. 101-104.

experiência soviética. Sem pretendê-lo, e certamente sem percebê-lo, a abordagem sobre o México realizada por Amoroso Lima apontava para a limitação de seu próprio argumento sobre uma extrema polarização político-ideológica, que era um fator essencial para justificar a opção política encampada pelos reacionários católicos brasileiros no período: “colaborar com aqueles movimentos políticos mais identificados com o ideal católico”, especialmente o Integralismo que, dentro dessa perspectiva, “irmanava-se ao fascismo italiano” ao atuar “como parte de uma reação política de caráter global contra o comunismo”.<sup>138</sup>

O limite da perspectiva de polarização levantada por Alceu Amoroso Lima foi apontado pelo próprio Sussekind de Mendonça, em uma polêmica pública com a Associação Universitária Católica, intelectualmente dominada pelo pensamento reacionário. O socialista criticou a ideia do líder católico, repassada à juventude universitária, de que aquele tempo “não comporta[va] as meias atitudes” e “menos ainda a indiferença”. Argumentou que esse tipo de “*mot d’ordre*” era repetido pelos conservadores católicos no Brasil havia décadas, como mostrava o manifesto do Partido Católico Brasileiro de 1877, no contexto da questão religiosa de fins do Império. Para o intelectual socialista, o líder da intelectualidade católica dos anos 30 “apenas diz[ia] as coisas com maior encanto”.<sup>139</sup>

O socialista, como se vê, subdimensionou a questão da polarização política naquele momento. Parecia não se dar conta da tendência extremista de sua época precisamente por que ele próprio não estava envolvido naquela visão – ao mesmo tempo integral e dicotômica da sociedade – que alicerçava a “fúria unificante” geradora dos extremismos político-ideológicos do período. Como mostrou Eliana Dutra, ao analisar os imaginários presentes nos discursos políticos dos anos 30 no Brasil, a visão de um “mundo unificado e homogêneo” envolvia tanto a direita reacionária quanto a esquerda comunista, fazendo com que ambos os grupos encarassem a “luta política” enquanto “um combate que imobiliza[va] seus antagonistas maniqueisticamente em dois campos rígidos”, “o do bem absoluto e o do mal absoluto”. Essa percepção do mundo social, que “exigi[a] a eliminação ou a exclusão do ‘outro’”,<sup>140</sup> era a que dava o tom (sombrio) dos embates ideológicos da época.

Mas, como sempre ocorre, essa tendência geral não esgotou o espectro dos posicionamentos político-ideológicos, nem mesmo numa época tão inquestionavelmente polarizada como os anos 30. Justamente a capacidade de situar-se na contramão dessa tendência e de posicionar-se contrariamente a ela é o denominador comum que podemos encontrar entre as principais figuras intelectuais brasileiras que mais valorizaram – por diferentes motivos e de

---

<sup>138</sup>BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*, op. cit., p. 135.

<sup>139</sup>MENDONÇA, Carlos Sussekind de. A A.U.C. In: *Afirmacões acatólicas*, op. cit., p. 57-8.

<sup>140</sup>DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 128-9.

distintas formas – a experiência revolucionária do México. Entre essas figuras, como já enfocamos, ganham destaque os socialistas-democráticos que viram na experiência mexicana um processo de construção de uma sociedade socialista a partir de um paradigma reformista, que possibilitava conjugar reformas sociais e garantia às liberdades individuais.

Além dos socialistas, há outras figuras sobre quem há uma certa dificuldade para encaixá-las em “gavetas ideológicas” mais rígidas, com as quais muitas vezes lidamos. Uma delas é a própria Cecília Meireles. Normalmente apontada como liberal, no período em questão a poeta e educadora defendia uma forte atuação estatal no sentido da realização de reformas educacionais. Além disso, considerava as reformas mexicanas como exemplares. Para ela, a Revolução Mexicana havia proporcionado a realização de algo que ela ansiava e pelo que “combatia” no contexto brasileiro: a ampliação da ação do Estado em prol da escolarização da população sob os moldes republicanos e laicos. Outro personagem extremamente interessante, para ilustrar a valorização da experiência mexicana por figuras intelectuais que situavam-se na contramão da polarização político-ideológica de sua época, é o pintor Emiliano Di Cavalcanti.

O artista brasileiro foi um dos principais interlocutores epistolares de Alfonso Reyes durante o período em que este esteve no Brasil. Suas cartas ao mexicano revelam um verdadeiro entusiasmo – e mesmo certa idealização – em relação ao México revolucionário. Para Di, esse México representava, fundamentalmente, uma transformação política e social que havia permitido que a arte e os artistas cumprissem, de fato, um papel social. Nisso se resumia a visão que o pintor brasileiro sintetizou na expressão “México moderno”, muito presente em suas cartas a Reyes. Nessas correspondências podemos perceber que o brasileiro se relacionou com o mexicano de uma forma específica, que mesclava uma relação fortemente pessoal – sendo que o “grande amigo” mexicano, com quem mantinha “carinhosas conversas”,<sup>141</sup> tornou-se propriamente seu confidente – a uma relação intelectual, na qual prevalecia a percepção do escritor-embaixador como personificação desse “México moderno”. Foi com esse México, admirado por ele e personificado em Reyes, que o artista brasileiro estabeleceu seus diálogos intelectuais.<sup>142</sup>

A temática constante nesses diálogos foi a angústia persistente em relação ao alinhamento ideológico, que o dilacerava na época. Di identificava-se à esquerda política, chegando a filiar-se ao Partido Comunista, porém não conseguia se enquadrar na disciplina partidária e nem mesmo acreditar que esta realmente era necessária para a transformação que ansiava. Em suas cartas a Reyes, o pintor brasileiro descreveu essa angustiada situação como geradora de enormes crises de consciência, com as quais convivia. Muitas de suas cartas se configuraram como

---

<sup>141</sup>DI CAVALCANTI, Emiliano. Carta a Alfonso Reyes, datada de 12/07/1931.

<sup>142</sup>Idem, 01/10/1930; 05/02, 19/05, 28/08, 14/10 e 22/12/1931.



escritos de desabafo, aos quais ele mesmo dava o sentido de uma “necessidade”, pois escrever, segundo afirmava, não era algo simples ou prazeroso para ele naquele momento: “desejaria lhe escrever muito [...]. [Mas] é impossível. Eu não sei escrever, falta-me a serenidade. Só se deve escrever quando possuímos sutileza. Eu hoje só sei combater.”<sup>143</sup> Algo que nos impressiona bastante a respeito dessas reflexões do artista brasileiro é a semelhança entre a visão que ele possuía da situação nos anos 30, expressa em suas cartas a Reyes, e a memória que, décadas depois, conservou daquela época, como aparece em sua autobiografia, *Reminiscências líricas de um perfeito carioca*, publicada nos anos 60. Nesse texto, Di explica que, “no meio de toda [a] confusão carioca” de fins dos anos 20, “havia procurado um caminho que integra[sse] o homem e o artista dentro de uma conduta estável na desordem que [o] cercava.” Foi assim que vinculou-se a uma célula do PC, na qual ele era “o artista, o intelectual da [nova] célula” que se formava. A filiação desencadeou, logo em seguida, o processo de angústia e crise de consciência: “Deus do céu, ser um militante comunista é uma prebenda terrível! [...] A rotina da militância foi-me absorvendo. Vieram as tarefas inexpressivas e pouco a pouco verificava que não poderia ser um ‘bravo comunista’”. Di concluiu essa parte de suas memórias com uma constatação, aparentemente mais serena, mas que nos anos 30 era o eixo de sua crise, ao querer conciliar a opção política à esquerda com a liberdade pessoal, entendida na época pelo Partido como algo “burguês”: “não me acorrentava a disciplina de um partido [...]. Sou um péssimo comunista de partido[,] mas jamais serei um intelectual conformista.”<sup>144</sup>

Era na busca de tal equilíbrio que se debatia o artista brasileiro no início dos anos 30, quando se correspondia com Reyes. Di entendia sua situação como insustentável, pois, conforme confidenciou a Alfonso Reyes em carta, o Partido o acusava de ter “uma linha confucionista” e a polícia o “perseguia” justamente por “ser comunista”. À crise ideológica se somava uma outra, pessoal e profissional: “minha mulher acha que vivo com amantes”, mas “não tenho amantes para poder fazer arte”. No entanto, “minha vida cotidiana[,] o ganha pão[,] impede-me de fazer arte”. E assim completava seu quadro desolador: “estou isolado em São Paulo sem nenhum amigo para trocar ideias”; “cansado de ver filmes americanos imbecis”. Em meio à situação de crise persistente, desabafava com o embaixador mexicano: “não é possível continuar um homem como eu aqui no Brasil. É um horror. Tenho a certeza [de] que sou compreendido só pelos homens como o senhor.” E acrescentava: “é necessário, é urgente, é imprescindível que [o senhor] me arranje uma viagem ao México.”<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup>Idem, 22/12/1931.

<sup>144</sup>DI CAVALCANTI, Emiliano. *Reminiscências líricas de um perfeito carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 37; 39;41.

<sup>145</sup>DI CAVALCANTI, Emiliano. Carta a Alfonso Reyes, datada de 14/10/1931.

Podemos perceber que, em meio às inquietudes que o envolviam, o pintor brasileiro demonstrou uma percepção de que “somente” uma pessoa como o embaixador (personificação) do México seria alguém capaz de entender sua situação. Essa visão fez com que projetasse que estar no México seria uma possível solução para a situação de deslocamento e descompasso que experimentava em seu próprio país. Uma outra carta, do mesmo período, nos revela de forma ainda mais clara toda a idealização de Di Cavalcanti em torno do México naquela época. Nessa missiva, o brasileiro comentou com Alfonso Reyes um sonho que havia tido, no qual se via entrando na Embaixada do México, que era, na realidade, uma casa mexicana, “com pátio, fontes e janelas abertas”, onde era recebido por Reyes, que lhe convidava para pintar e ele o fazia livremente em uma tela que não tinha cavalete, mas flutuava no ar.<sup>146</sup> O próprio Alfonso Reyes – em uma das tantas cartas que escreveu a seus interlocutores epistolares e guardou, ele próprio, uma cópia – respondeu ao pintor brasileiro com uma “interpretação freudiana” de seu sonho, argumentando que expressaria o seu subconsciente a respeito do México.<sup>147</sup> Certamente esse imaginário de um México aberto e receptivo, onde se podia pintar com liberdade, pode ser atribuído a uma visão idealizada que, como artista, o brasileiro podia possuir, inspirada na “arte revolucionária” dos muralistas mexicanos.

Nos anos 30, a arte muralista mexicana era uma das principais referências internacionais do México revolucionário e a presença no Brasil – apesar de muito rápida e em uma situação bastante particular – de um de seus principais expoentes, David Alfaro Siqueiros, certamente foi um marco importante. Como aponta Carlos Alberto Sampaio Barbosa, “talvez uma das marcas mais indelévels da passagem de Siqueiros em terras brasileiras tenha sido deixada em Oswald de Andrade”, particularmente “em seu romance experimental *Marco zero*”. A produção desta “obra de caráter monumental realizada na forma de colagem ou de montagem cubofuturista” – que permaneceu inconclusa – teve início exatamente no ano da passagem de Siqueiros no Brasil, em 1933, e perdurou até 1945. Nessa “experiência” artística denominada “romance mural”, pode-se “vislumbrar as influências de Siqueiros e dos muralistas mexicanos”.<sup>148</sup>

Em relação ao tema da projeção internacional do México revolucionário, que aqui nos ocupa, é necessário frisar algumas especificidades da passagem de Siqueiros pelo Brasil nos anos 30. A presença de Siqueiros na América do Sul, nesse período, não se deu nos marcos da “conveniente” ferramenta do Estado mexicano de “promoção governamental da arte e dos artistas nacionais no exterior”, como forma de “prestigiarem o país em nível internacional”. Ao

---

<sup>146</sup>Idem, 12/07/1931.

<sup>147</sup>REYES, Alfonso. Carta a Emiliano Di Cavalcanti, datada de 28/08/1931.

<sup>148</sup>BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A experiência brasileira e sul-americana de David Alfaro Siqueiros. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho. (orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: UNESP Publicações/Leha-FFLCH-USP, 2011. p. 277-8.

contrário disso, como bem observa Alicia Azuela em estudo sobre a militância artístico-política de Siqueiros, ele “foi um dos poucos pintores revolucionários forçados a deixar o México por indisposições com a Justiça por causa da virulência de seu ativismo nas filas do Partido Comunista [Mexicano]”. Tendo que sair do México, em 1932 – num momento em que também já tinha sido (em 1930) expulso do PC mexicano por questões ideológicas e disciplinares – Siqueiros se dirigiu à Califórnia e, em seguida, para a América do Sul, onde viveu por cerca de um ano entre o Uruguai e a Argentina. Sua atuação na clandestinidade política da região lhe custou a expulsão também do território argentino, em dezembro de 1933.<sup>149</sup>

Siqueiros visitou o Brasil nesse contexto, portanto, completamente desvinculado de qualquer iniciativa oficial e justamente no período (o dos exílios, primeiro da Cidade do México à de Taxco, em 1932, onde travou contato com vários artistas estrangeiros, como o cineasta russo Sergei Eisenstein; depois em outros países, entre 1932 e 1934) de consolidação de sua posição estético-política: a compreensão da atividade artística como uma forma de intervenção que reúne, nesse único instrumento, tanto o trabalho político quanto o estético. Nessa perspectiva, a arte era concebida como uma “ferramenta dialético-subversiva” na luta pelo “triunfo do proletariado” e seu caráter revolucionário se traduzia, inclusive, na “necessidade de experimentação artística”, relacionada à associação com as novas propostas artísticas, plásticas e técnicas.<sup>150</sup>

Com a intenção de divulgar esse tipo de proposta estético-política, Siqueiros veio ao Brasil por iniciativa própria, em consonância com o projeto de intervenção que formulara para seu exílio sul-americano: “proferir conferências e publicar textos destinados a captar os intelectuais para a ideologia do partido [comunista]” e contribuir para “a criação de novos veículos da produção plástica revolucionária monumental e para a formação de frentes de pintores, com a ativa participação de militantes do partido”.<sup>151</sup> Foi propriamente essa “substância social” – como denominou Di Cavalcanti – a faceta do muralismo mexicano (levada aos limites político e estético por Siqueiros) que mais impactou o pintor brasileiro. Décadas depois, em sua autobiografia, Di confirmou a importância da “arte revolucionária” mexicana para sua definição política enquanto pintor nos anos 30:

Os mexicanos Diego Rivera, Orozco e Siqueiros começavam a influenciar na minha pintura não propriamente no lado técnico mas na substância social. O México criava com seus novos mestres uma teoria de participação do artista na vida política do povo. – As conquistas revolucionárias através das lutas sangrentas [izeram] da nação de Juárez um símbolo na América Latina. Pertenci a um grupo de intelectuais

---

<sup>149</sup>AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. Militancia política y labor artística de Siqueiros. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*. Nº 35, ene/jun, 2008, p. 110-11.

<sup>150</sup>Idem, p. 119-20.

<sup>151</sup>SIQUEIROS, David Alfaro. “Los vehículos de la pintura dialéctico-subversiva” [1932]. In: *Palabras de Siqueiros* (Recopilación y prólogo de Raquel Tibol). México: FCE, 1996. Citado por AZUELA, Alicia. *Militancia política*, op. cit., p. 134.

aqui do Rio que procurava pressuroso na Embaixada Mexicana ensinamentos. Lá encontrávamos [...] a figura extraordinária de humanista de Don Alfonso Reyes. Essa influência da pintura mexicana chegou no momento justo[,] arrancando-me definitivamente de um estetismo [*sic*] inócuo que ainda ponderava na minha personalidade de artista.<sup>152</sup>

É bastante significativo que a principal “influência” do muralismo mexicano reconhecida pelo pintor brasileiro sobre sua obra tenha sido muito mais a “social” do que a “técnica” (que aqui corresponde à estética), embora seja notável esse tipo de semelhança entre, por exemplo, os murais que o brasileiro pintou no Teatro João Caetano, no Rio, em 1931, e a obra de Diego Rivera. O próprio Reyes, na época, apontou tal similitude e, em carta a Genaro Estrada, descreveu Di Cavalcanti como um “bom pintor” e comentou sua “decoração” das paredes do teatro como “muros à la Diego [Rivera], adaptados ao caramelo do Brasil”.<sup>153</sup>

Além de Di Cavalcanti, Alfonso Reyes manteve contato com vários outros pintores brasileiros, destacando-se entre eles Fougjita, Cícero Dias e Portinari.<sup>154</sup> Este último, como sabemos, produziu, já nos anos 30, obras que podem ser esteticamente associadas às dos muralistas mexicanos. A respeito das “influências” mexicanas sobre a obra de Portinari, Mario Pedrosa contrapôs, no início dos anos 40, a ideia de que a obra monumental do brasileiro havia surgido por inspiração dos mexicanos. Para Pedrosa, não teria sido o “formidável movimento mexicano” que teria despertado a proposta muralista em Portinari: “não foi o conhecimento dos murais de Rivera ou de seus êmulos do México que provocou” em Portinari “a ideia ou a vontade de fazer também pintura mural”; ele teria “cheg[ado] diante do problema do mural” de forma “orgânica”, “pela própria evolução interior de sua arte” e “à medida que os problemas de técnica e de estética iam amadurecendo nele”. Pedrosa argumenta que, quando Portinari pintou seus primeiros murais, em meados dos anos 30, ele “ainda não tinha um conhecimento maior, real, do que se havia feito ou se estava fazendo no México.”<sup>155</sup>

A perspectiva de Pedrosa parece ser confirmada pelo fato de que, apesar de Portinari ter mantido certa proximidade com Alfonso Reyes no período de sua embaixada brasileira – tendo produzido algumas telas para o mexicano e também uma ilustração para o periódico *Monterrey* –,<sup>156</sup> não há indícios (em cartas, por exemplo) de que o artista tenha buscado, através de Reyes,

---

<sup>152</sup>DI CAVALCANTI, Emiliano. *Reminiscências líricas*, op. cit., p. 33.

<sup>153</sup>REYES, Alfonso. Carta a Genaro Estrada, datada de 01/12/1931. Reproduzida em ZAITZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza*, op. cit., p. 199.

<sup>154</sup>ELLISON, Fred. P. *Alfonso Reyes e o Brasil*, op. cit., p. 63-79.

<sup>155</sup>PEDROSA, Mario. Portinari – De Brodowsky aos murais de Washington. In: *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília* (Organização de Aracy Amaral). São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 12.

<sup>156</sup>Sobre as telas, Fred P. Ellison destaca que Reyes adquiriu várias obras de Portinari, com destaque para dois retratos a óleo das respectivas esposas, do pintor e do escritor. Cf. ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil*, op. cit., p. 77. Sobre a mencionada ilustração de Portinari, trata-se do desenho de um beija-flor e encontra-se no número 13 de *Monterrey*, datado de junho de 1936, edição de despedida de Reyes do Brasil.

aproximar-se do México e de sua “arte revolucionária”, ao contrário do que ocorreu com Di Cavalcanti. Apesar disso, parece-nos impossível desconsiderar que o muralismo mexicano, naquela época, tenha atuado – mesmo que indiretamente – como uma referência para artistas em geral que, como Portinari e Di Cavalcanti, pretendiam dotar sua arte de um sentido social associado à esquerda política. Dessa forma, consideramos que a rápida e tão particular passagem pelo Brasil de Siqueiros, um dos ícones da “arte revolucionária” mexicana, mesmo configurando-se como uma visita nada oficial, não deixava de ser uma forma de propagandear as transformações artísticas – culturais, de um modo geral – do México revolucionário.

Nos anos 30, para artistas como Di Cavalcanti, como mostramos, a Revolução Mexicana representava fundamentalmente a possibilidade de uma nova – que Di entendia como “moderna” – articulação entre a arte, o artista e a sociedade, no sentido de dotar de densidade político-social a atuação dos pintores, processo que encontrava no muralismo – enquanto arte pública – a mais plena expressão. É possível que, como Di Cavalcanti, outros artistas tenham idealizado a visão de um México aberto às artes e no qual era possível conciliar expressão artística e engajamento político com liberdade. Mas, idealizações à parte, não podemos nos esquecer das relações “fluidas e abertas” – como qualifica Javier Garciadiego – que se estabeleceram entre os intelectuais (pintores, literatos, etc.) e o Estado mexicano a partir da Revolução.

Conforme observa Garciadiego, a Revolução Mexicana implicou em uma relação muito específica entre os intelectuais mexicanos e o Estado pós-revolucionário, em comparação, por exemplo, com o outro grande paradigma revolucionário da América Latina, que foi a Revolução Cubana, na segunda metade do século XX. O historiador mexicano aponta o fato de o Estado mexicano pós-revolucionário não ter assumido uma postura dogmática como um dos principais fatores que “facilitou o estabelecimento de relações fluidas e abertas com os intelectuais”, que se tornaram “ideólogos, funcionários e representantes diplomáticos, ou simplesmente beneficiários dos inúmeros projetos educativos e culturais estatais”.<sup>157</sup> Nessa mesma direção, o estudo da historiadora francesa Anick Lempérière, sobre as relações entre intelectuais e Estado no México no século XX, mostra que essas características peculiares moldaram a própria definição da categoria de intelectual no país e fizeram com que, durante grande parte daquele século, uma das principais características da política mexicana fosse justamente “a indefectível fidelidade dos intelectuais para com o regime político”.<sup>158</sup>

---

<sup>157</sup>GARCIADIEGO, Javier. Los intelectuales y la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales, op. cit.*, p. 36-7.

<sup>158</sup>LEMPÉRIÈRE, Anick. *Intellectuels, Etat et Société au Mexique. Les clercs de la nation (1910-1968)*. Paris: L’Harmattan, 1992, p. 21-22.

Evidentemente essa “fidelidade” não foi algo absoluto e sem fissuras, conforme evidenciamos através da própria relação que Alfonso Reyes manteve – mesmo atuando como embaixador – com o novo Estado mexicano em suas primeiras décadas. Mas, independentemente das relações mais gerais ou conjunturais que os intelectuais mexicanos possam ter mantido com o “Estado revolucionário”, algo que marcou as décadas nas quais concentramos nosso estudo foi a íntima relação que estabeleceram com a própria experiência revolucionária mexicana, independentemente de suas relações com o Estado em si. Nessa época, os intelectuais que apoiaram a Revolução perceberam a si próprios – e foram vistos pelos demais – como agentes do amplo processo de transformações sociais pelo qual passava o México e que era concebido enquanto uma revolução. Uma vontade de “fazer algo pelo México” – conforme identificou Víctor Díaz Arciniega como sendo o “propósito final” que unia as duas alas opostas na polêmica de 1925 –<sup>159</sup> foi algo perpassou tanto aqueles que seguiam incondicionalmente os ditames oficiais, quanto aqueles que, sem romper com a oficialidade, direcionavam a ela suas críticas muitas vezes fortemente combativas. Podemos perceber essa vontade de “fazer algo pelo México”, em nome da Revolução, até mesmo em certas posturas dissidentes, como a do próprio Vasconcelos em fins dos anos 20.<sup>160</sup>

Chamamos a atenção para esse aspecto por considerarmos que se trata de algo de grande importância para a compreensão de um dos mais significativos discursos intelectuais brasileiros sobre a Revolução Mexicana nos anos 30, no qual podemos observar de forma mais sistemática uma alusão à experiência mexicana como um caminho para a transformação da realidade brasileira. Trata-se da interpretação formulada por Manoel Bomfim em sua obra *O Brasil Nação (realidade da soberania brasileira)*, publicada originalmente em 1931, embora datada de 1928.

A publicação de *O Brasil Nação*, em 1931, se inseria no contexto de uma ampla discussão intelectual sobre os caminhos que poderiam ser trilhados para as transformações políticas e sociais brasileiras, a partir da perspectiva aberta pela Revolução de 30. Nesse momento, o autor, que há décadas vinha refletindo e produzindo sobre os problemas brasileiros, expressou a percepção de que o país vivia um momento de definição, não sendo mais possível “divisar os destinos desta pátria nos planos da normalidade”.<sup>161</sup> Bomfim chegava, assim, à defesa de uma solução revolucionária para o Brasil, após romper com sua ideia original de que a educação da

---

<sup>159</sup>DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querrela por la cultura... Op. cit.*, p. 136.

<sup>160</sup>Outro personagem interessante para se pensar as relações entre os intelectuais e o Estado mexicano, a partir da Revolução, é a figura do escritor Mariano Azuela, autor de *Los de abajo*, obra considerada como fundadora do gênero “romance da Revolução Mexicana”. Para uma análise da obra de Azuela e de suas relações com o tema da Revolução e com o Estado pós-revolucionário, consultar GOMES, Warley Alves. *Mariano Azuela e a Revolução Mexicana: narrativas entre o desencanto e a esperança*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013 (Dissertação de Mestrado), 196 p.

<sup>161</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação (Realidade da soberania brasileira)* [1931]. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 35.

população – que somente poderia ser levada a cabo a partir das elites – poderia culminar num processo mais amplo, embora demorado, de transformação social.<sup>162</sup> Conforme observou Ronaldo Conde Aguiar em sua “biografia sociológica” de Manoel Bomfim, *O Brasil Nação* apresenta-se como uma “obra de maturidade”. Nela, o autor chega a “substituir o vezo ‘ilustrado’ dos seus primeiros textos sociológicos por uma visão mais concreta e objetiva da realidade”, procurando, ao mesmo tempo, “explicar e propor soluções para os graves e históricos dilemas político-sociais do Brasil”, mantendo-se igualmente distante de “otimismo fúteis ou derrotismos paralisantes”.<sup>163</sup>

Como o próprio Bomfim afirmou no posfácio à obra, datado de 1931 – que teria sido escrito quando os originais já encontravam-se em processo de edição – o fato de *O Brasil Nação* apontar para a necessidade de uma solução revolucionária para os problemas nacionais exigia que o autor se posicionasse frente ao movimento autodenominado de “revolucionário”, que chegou ao poder em outubro de 1930. Incluiu, então, mais de uma dezena de páginas na obra, com o objetivo de explicar porque a Revolução de 30 não poderia ser considerada uma “legítima revolução” e, portanto, encontrava-se distante do processo que ele havia sinalizado como necessário ao Brasil.

A argumentação do autor parte do estabelecimento de uma diferenciação entre “revolução” e “agitação”. Por mais “vasta e profunda” que fosse esta última – como considerava que havia sido o movimento de 1930 no Brasil –, para que significasse uma verdadeira revolução era necessário que operasse a “substituição” de “gentes, programas e processos”. Esses fatores, em sua perspectiva, não se encontravam presentes no movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, o qual Bomfim identificou simplesmente como uma “politicagem rebelada”, que não ultrapassava o “mundo político dos governantes tradicionais”. Além de não identificar em tal movimento uma renovação de “gentes”, tampouco encontrava a necessária “substituição ou renovação de programa”. Ao contrário, faltava justamente uma definição de propostas, o que tornava “tudo muito vazio e confuso” e abria espaço para as “tentações” de se ver na figura de um ditador e de uma organização de inspiração fascista a solução para os problemas nacionais. Em termos de “processo”, da maneira como o movimento tinha sido levado a cabo, havia, do ponto de vista de Bomfim, um “defeito de origem”, que era o protagonismo dos militares. Esse

---

<sup>162</sup>Sobre a trajetória e o pensamento de Manoel Bomfim, através do conjunto de suas obras – entre as quais se destacam, além do livro mencionado, de 1931, *América Latina: males de origem*, publicada em 1905; *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, em 1929; e *O Brasil na História: deturpação as tradições, degradação da política*, em 1930 – consultar: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 e VENTURA, Roberto; SUSSEKIND, Flora. *Uma teoria biológica da mais-valia? Análise da obra de Manoel Bomfim. Introdução à obra História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. Para uma análise da visão de Bomfim a respeito da América Hispânica e do lugar do Brasil no continente, cf. BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra América”*, *op.cit.*

<sup>163</sup>AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido, op. cit.*, p. 495.

era “um aspecto novo” e bastante preocupante, como o era, também, em sua perspectiva, a lógica da “excelência da técnica”, da necessidade de “técnicos” para produzirem e reformarem as leis, o que conduzia “a resultados tão grotescos quanto monstruosos”, como era a “apavorante expansão do jurismo”. Em suma, concluía que de uma “agitação preparada no comum da politiquice tradicional, e assim tangida, não há que esperar nenhuma renovação revolucionária.”<sup>164</sup>

Seguindo-se os três pontos elencados por Bomfim para caracterizar uma “revolução legítima” – renovação de “gentes, programas e processos” –, podemos perceber que sua proposta revolucionária para a transformação da realidade brasileira trazia como primeiro elemento a noção de que esse deveria ser um processo popular, protagonizado pelas classes trabalhadoras. Em sua visão, era “o próprio povo que, pelo seu pé, t[inha] de sair” da situação de opressão social na qual se encontrava: “o que o trabalhador pede, reclama ou exige, é a organização mesma de suas condições de trabalho. E é a ele, só a ele, que cabe formular as mesmas condições.”

O essencial da concepção revolucionária de Bomfim era que as demandas sociais só seriam efetivamente alcançadas por meio da luta da própria população. Embora conferisse o protagonismo dessa ação às classes populares, o autor também conferiu um papel essencial aos intelectuais, grupo que deveria atuar na condução desse processo, feito por e para a maioria da população, mas “inspirado e derramado nos ânimos [da maioria] por uma minoria ativa, intelectual, esclarecida, absolutamente desinteressada, sinceramente exaltada, cordialmente revoltada contra a injustiça.” Bomfim podia ter perdido sua “ilusão ilustrada” na educação como solução por si só, mas não havia perdido a esperança no papel que poderia ser cumprido por uma intelectualidade “sincera”, “desinteressada” e “revoltada contra a injustiça” em um processo amplo e “integral” de transformação social. Inclusive, certos elementos que o intelectual brasileiro incluiu em sua proposta revolucionária deveriam ser, fundamentalmente, obra de intelectuais: “afirmação de ânimo nacional com emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; reparo inteligente desta mesma população.”<sup>165</sup>

Bomfim vinculava, assim, a ideia de revolução à de formação da nacionalidade. Embora a discussão sobre a nação fosse algo bastante comum no período, o notável é a maneira como ele vincula, de forma indissolúvel, consolidação da nacionalidade e incorporação das classes populares na cidadania. Tratava-se de um “nacionalismo radical”, como muito bem aponta Conde Aguiar. Embora Bomfim reconhecesse no nacionalismo a dimensão de um “sentimento” necessário à coesão social, sua principal preocupação foi realizar “uma análise abrangente do

---

<sup>164</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p. 581-3.

<sup>165</sup>Idem, p. 569; 572.



desenvolvimento desigual da formação brasileira”, com vistas a “diagnosticar e apontar as formas de superação dos ‘males de origem’, com vistas ao progresso da nação.”<sup>166</sup>

Em *O Brasil nação*, essa superação é relacionada explicitamente a um processo de “revolução legítima” – conforme considerava, protagonizada pelas classes populares –, uma revolução “necessária e inevitável”. Bomfim não negou o aspecto de violência que poderia envolver um processo desse tipo, mas, ao contrário do militarismo, que tanto repudiava, viu na ação popular, ainda que violenta, algo “salutar”, sendo que embasaria “a indispensável renovação revolucionária”. Era desse “caos santo” que, em sua perspectiva, emergiriam os “germes das novas formas” de organização social. Seria esse o processo que “definir[ia] explicitamente a alma brasileira”, e dele, “à medida que a organização se desenvolve[sse], emergir[ia] a trama social própria” de uma nação que “por sua conta, delinear[ia] o destino que lhe cab[ia]”. O produto dessa “revolução necessária e esperada” seria “afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população [...]; terra para os que desejam trabalhá-la”. Tratar-se-ia de um processo “definitiv[o] e integral” que consolidaria essas transformações “inadiáveis”.<sup>167</sup>

Como se pode perceber, na lista de “reparações justíssimas” elencadas por Bomfim, a consolidação da nacionalidade foi colocada em primeiro plano, enquanto a “terra para os que desejam trabalhá-la” aparece em último lugar. Como ele próprio definiu, todas deviam ser imediatas, mas não nos aparece um simples detalhe o lugar que o intelectual brasileiro conferiu a cada uma das “reparações”, invertendo ostensivamente o paradigma da prioridade das necessidades materiais, concretas e pragmáticas. Embora estivesse cada vez mais influenciado pelas ideias socialistas,<sup>168</sup> Bomfim preferiu “desprezar” a ideia de uma revolução inspirada em “expressões” como “bolchevique, soviète” e defender uma que se embasasse em uma “fecunda disposição de solidariedade”, mas que fosse, ao mesmo tempo, “criadora de liberdades essenciais”.<sup>169</sup> Sua proposta revolucionária acabava sendo, como destacou Conde Aguiar, “uma revolução nacionalista e popular, nos moldes mexicanos”.<sup>170</sup>

Na própria obra *O Brasil nação*, antes mesmo que o autor vinculasse abertamente seu ideal de revolução ao exemplo do México, as descrições que fez sobre o que esperava que fosse conquistado por uma “revolução brasileira” já eram capazes de remeter à experiência mexicana. Para o autor, uma revolução só seria possível no caso do Brasil se levasse devidamente em conta a “situação” do país, composto por uma maioria camponesa e possuidor de não mais que precária

---

<sup>166</sup>AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*, op. cit., p. 504.

<sup>167</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p. 589; 572.

<sup>168</sup>BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra América”*, op. cit., p. 122.

<sup>169</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p. 570.

<sup>170</sup>AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*, op. cit., p. 499.

organização industrial nos “raros” grandes centros urbanos nacionais. Mesmo assim, apesar desse despreparo aparente do país para uma revolução, ela tinha que ser “de pronto”, imediata, mesmo sabendo que traria como “significação primeira” o “mergulho no caos”. Seria propriamente uma “dissolução em convulsão salvadora” e somente depois apresentaria a “diferenciação – de agentes, propósitos e programas”; “ao emergir, será a própria realidade da nação a manifestar-se”.<sup>171</sup> Assim, como já desatacamos, revolução e consolidação da nacionalidade aparecem fortemente articuladas na proposta de transformação social esboçada por Bomfim.

Conforme observa Kátia Gerab Baggio, é bastante “curioso” que Bomfim, que tanto se esforçou para diferenciar o Brasil da América Hispânica, “com o claro objetivo de reafirmar a nacionalidade brasileira”, tenha ido “buscar na experiência mexicana respostas para suas inquietações.” Como mostrou a historiadora, Bomfim questionava o uso da expressão “latino-americanos” porque pressupunha uma “unidade” que ele considerava “irreal” e porque, segundo pensava, funcionava como uma designação externa, formulada por europeus, que pressupunha inferioridade e cumpria, assim, fins de subjugação. Por outro lado, o intelectual brasileiro “não levou em consideração as construções ‘latino-americanas’ da expressão e [simplesmente] recusou o seu uso.” Mesmo na obra *O Brasil Nação*, em que aproximou as “condições históricas” de Brasil e México, o autor “realçou, de todas as maneiras, as diferenças entre o Brasil e os neo-castelhanos”, com o claro objetivo de reafirmar a nacionalidade brasileira.”<sup>172</sup>

Acreditamos que, precisamente na questão da nacionalidade, encontra-se a base de uma explicação possível para a vinculação específica estabelecida por Bomfim entre Brasil e México, mas não uma identificação de conjunto entre os países latino-americanos. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a questão de fundo para esse intelectual era a da nacionalidade – era ela, inclusive, que direcionava sua ideia de revolução, conforme mostramos. Mesmo quando pensou “o Brasil na América”, título de sua obra anterior a *O Brasil Nação*, seu “objetivo fundamental” foi “comprovar que o Brasil tinha sido o primeiro país do continente americano a ‘afirmar-se como nacionalidade’”.<sup>173</sup> Ora, não era exatamente o aspecto da afirmação nacional o grande elemento de sua admiração pela Revolução Mexicana? Não seria esse elemento o que fazia com que houvesse uma “correspondência” entre Brasil e México e, portanto, uma diferenciação em relação ao restante da América Latina (que Bomfim, aliás, nem considerava que existisse enquanto conjunto)?

---

<sup>171</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p. 570.

<sup>172</sup>BAGGIO, Katia Gerab. A “outra” América, op. cit., p. 109; 112; 123.

<sup>173</sup>Idem, p. 112.

A ideia de “*correspondência*” – palavra que é grafada pelo autor em destaque no texto – é extremamente importante para a compreensão da apropriação que Bomfim realizou do processo revolucionário mexicano. Para esse intelectual, era sobretudo necessário haver uma “*correspondência*” histórica entre um projeto revolucionário no qual o Brasil poderia se inspirar e a própria “*situação*” e “*necessidades*” brasileiras. Em sua concepção, essa correspondência não existia para com a experiência russa, ao contrário do que acontecia com o caso do México: “as condições históricas aproximam-nos tanto...”<sup>174</sup> Era pelas semelhanças históricas do Brasil com o México – não exatamente com a América Latina – que a revolução daquele país poderia ser “o próprio caminho para o Brasil”. Mas que revolução era essa, na visão de Bomfim? Era política – o “afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores” – e sociocultural de forma indissolúvel, pois realizava “reparações que, sendo parte da justiça reclamada, [eram], ao mesmo tempo estímulo, soerguimento de ânimo nacional.”<sup>175</sup>

Podemos entender que a valorização da Revolução Mexicana por Manoel Bomfim passava fundamentalmente pela questão da nacionalidade; o principal fator que ele admirava no México revolucionário era a consolidação da identidade nacional. Tal processo, em sua concepção, também já era, ao menos em parte, uma realidade no Brasil. Entretanto, o que a Revolução havia fornecido ao México – e o que pretendia que o Brasil também conquistasse pela via revolucionária – era a possibilidade de uma afirmação nacional efetivamente (não apenas cultural, mas também socialmente) inclusiva: democrática e popular. Revolução social e afirmação nacional eram, assim, equivalentes para Bomfim. A revolução deveria ser um processo autóctone, que emergisse da própria realidade da sociedade onde se realizava. A “*revolução brasileira*” poderia, portanto, se inspirar em outro processo revolucionário que “*correspondesse*” à nossa realidade nacional, mas não poderia ser uma simples cópia deste. A expressão que o autor utilizou foi a da Revolução Mexicana como um “*caminho*” para o Brasil; podemos associar o “*caminho*” à noção de direção, mas não de um modelo fechado. Mais do que uma fórmula a reproduzir, a Revolução do México deveria funcionar como um processo inspirador para aqueles intelectuais brasileiros que sonhavam, pensavam e lutavam por uma efetiva transformação social do país. O “*caminho*” dessa “*revolução brasileira*” deveria emergir de nossa própria realidade nacional, afastado dos dois grandes polos ideológicos do período: “*nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimana diretamente da situação histórica e geográfica*” brasileira – que, para Bomfim, “*correspondia*”, em muitos aspectos, à mexicana.

A interpretação de Bomfim guarda semelhança com aquela que foi esboçada por Alfonso Reyes em seu discurso *Atenea política*, no qual usou a noção de “*continuidade*” para expressar

---

<sup>174</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação, op. cit.*, p. 569-572.

<sup>175</sup>Idem, p. 570; 572.

a relação que entendia haver entre a Revolução Mexicana e a consolidação da nacionalidade, entendida como processo de assimilação da tradição e encontro do próprio ser. O intelectual brasileiro publicou *O Brasil nação* antes de Reyes proferir o discurso (não podendo, portanto, estar influenciado pelas ideias do mexicano) e, além disso, remeteu a finalização da escrita da obra a 1928, um momento anterior à própria chegada de Reyes no Rio, quando as ideias do escritor-embaixador sobre a Revolução começaram a ser apresentadas em seu periódico *Monterrey*. Não há indícios – de cartas, por exemplo – de que Bomfim tenha mantido uma relação mais próxima com Reyes, o que pode ser explicado pelo próprio debilitamento de saúde que o brasileiro experimentava na época, tendo vindo a falecer em 1932, vitimado por um câncer. Mas bastante plausível pensar que o intelectual brasileiro, como tantos outros que se interessaram pela experiência revolucionária mexicana, possa ter tido contato com o *correo literario de Alfonso Reyes*. É significativo notar, nesse sentido, que *O Brasil Nação* apareceu no número 7 de *Monterrey*, de dezembro de 1931, como tendo sido uma publicação enviada a Reyes pelo próprio autor.<sup>176</sup>

Um último ponto que queremos destacar da análise de Manoel Bomfim sobre o México revolucionário – e que já nos conduz à última parte deste trabalho – é a noção da existência de uma continuidade entre as transformações sociais do México nos anos 30 e o início do movimento revolucionário em 1910. Quando escreveu a respeito, na virada dos anos 20 para os 30, Bomfim entendeu que a Revolução Mexicana encontrava-se, ainda, em processo; era, para ele, “a revolução” que “o México *vem fazendo* nos últimos doze ou quinze anos”; e tratava-se de um processo único, que remontava ao “modesto zapatismo” dos anos 10.<sup>177</sup>

Como mostramos anteriormente, nos anos 30 essa mesma noção de uma “continuidade revolucionária” foi um elemento central do discurso oficial mexicano, difundido internacionalmente por meio da Secretaria de Relações Exteriores. Sem dúvida, tal visão viu-se bastante favorecida, em fins daquela década, pela medida levada a cabo pelo governo Cárdenas, ao nacionalizar o petróleo nacional, expropriando as companhias petrolíferas estrangeiras que atuavam no país, batendo de frente com seus interesses milionários. Veremos a seguir como essa medida e o posterior redirecionamento da política externa mexicana, realizado no imediato pós-cardenismo, impactaram as interpretações sobre a Revolução Mexicana.

---

<sup>176</sup>“Publicaciones Recibidas”, *Monterrey*, nº 7, dezembro de 1931, p. 8.

<sup>177</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit., p. 572. Grifo nosso.

## Epílogo

### Do “primeiro presidente realmente independente” à Revolução como “herança”: do cardenismo à nova política continental mexicana

Sólo quisieras recordar, recostado en tu recámara, lo que va a suceder: no quieres prever lo que ya sucedió. [...] Tú vivirás setenta y un años sin darte cuenta [...].

(*La muerte de Artemio Cruz*, Carlos Fuentes)

Em 1938, quando ocorreu a nacionalização petrolífera no México, o contexto brasileiro era muito distinto dos anos anteriores, quando a Revolução Mexicana ganhou espaço significativo nos debates públicos, tendo sido lida, pensada e discutida à luz da realidade brasileira e apropriada de diferentes formas em meio às disputas político-ideológicas que caracterizavam o cenário nacional. Para fins dos anos 30, ao contrário, com a liberdade de expressão já bastante cerceada pelo regime ditatorial imposto em 1937, uma das principais repercussões da medida nacionalizadora mexicana possíveis de se recuperar, para o caso brasileiro, é a da grande imprensa, além, é claro da própria atuação oficial, diplomática, realizada pelo México.

Há alguns trabalhos que resgatam a repercussão da nacionalização do petróleo mexicano em países sul-americanos e levantam pontos que são importantes para nosso estudo. Em uma análise sobre os casos do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Chile) e dos Andes (Bolívia e Peru), a historiadora mexicana María Cecilia Zuleta observou que, apesar de a propaganda oficial mexicana, levada a cabo pelos meios diplomáticos, em geral ter tido pouco efeito, houve manifestações de apoio à atitude do presidente Cárdenas por parte de diferentes grupos sociais nesses países, o que incluiu homenagens ao México e atos públicos realizados por intelectuais, principalmente no caso do Chile.<sup>1</sup> Na Bolívia, o próprio governo de German Busch manifestou oficialmente seu apoio ao governo mexicano e afirmou encontrar na “Revolução Mexicana [um]

---

<sup>1</sup>A autora destaca que, houve intensas manifestações de apoio à medida anti-imperialista do México, expressas em atos públicos, realizados entre 1938 e 1939, destacando-se a adesão por escrito, enviada ao presidente Cárdenas, por parte do Comité de Apristas Peruanos em Santiago, bem como uma manifestação encabeçada por importantes intelectuais do país, inclusive Pablo Neruda, na ocasião do aniversário da Independência mexicana, em setembro de 1939. Cf. ZULETA, María Cecilia. Oleadas impetuosas y arenas movedizas: diplomacia y lecturas sudamericanas de la expropiación petrolera mexicana, circa 1938. *Apuntes*, Revista de Ciencias Sociales, Lima, Peru, nº 68, 1<sup>er</sup> semestre 2011, p. 187-8.. Disponível em: <[http://www.up.edu.pe/revista\\_apuntes/sitepages/ver\\_articulos\\_web.aspx?idsec=397&idnum=68](http://www.up.edu.pe/revista_apuntes/sitepages/ver_articulos_web.aspx?idsec=397&idnum=68)> (acesso em 10/02/2015).

modelo para [uma revolução] Boliviana”.<sup>2</sup> De acordo com Zuleta, a análise a partir dos órgãos de imprensa de todos esses países revela “a importância relativa” que o tema da expropriação petrolífera mexicana assumiu em todos eles e que essa repercussão foi, até certo ponto, similar. De maneira geral, os jornais mais tradicionais e conservadores tenderam a expressar “uma avaliação negativa [...], destacando-a como um exemplo do que os [seus próprios] governos não deveriam fazer ou como uma demonstração dos equívocos históricos cometidos pelos governos reformistas na América Latina”. Por outro lado, os órgãos de posicionamento mais progressista tenderam a “interpretar a nacionalização cardenista como um *rompimiento* na história de subordinação colonial latino-americana [e] como um momento de transcendência continental.”<sup>3</sup>

Queremos chamar a atenção para esse último aspecto, que deu o tom da repercussão do “nacionalismo petrolífero mexicano”<sup>4</sup> nos países hispano-americanos, e que diferiu bastante do caso brasileiro. Nos países sul-americanos analisados pela historiadora mexicana, independentemente da posição favorável ou contrária à medida adotada pelo governo Cárdenas, o ponto de vista a partir do qual as análises foram realizadas se situava em uma identificação de tipo latino-americanista. O que ocorria no México era, assim, um exemplo, a ser seguido ou criticado, mas de toda forma um tema “transcendental” do ponto de vista de uma identidade continental que demonstravam compartilhar. A análise do caso brasileiro revela algo muito distinto.

Quando da nacionalização do petróleo no México, as relações diplomáticas entre aquele país e o Brasil passavam por um período de grandes tensões, decorrentes das diferentes inclinações político-ideológicas entre os governos de ambos. Uma situação que ilustra bem essa tensão foi a reação esboçada por parte da intelectualidade mexicana em relação ao governo varguista por causa da dura repressão imposta aos comunistas – após a chamada Intentona de 1935 – e, especialmente, em relação à prisão de Luiz Carlos Prestes. Esta última intensificou “a níveis sem precedentes a onda de indignação e protestos de parte da esquerda mexicana” e transformou a situação em “uma sombra que escureceu o céu dos contatos diplomáticos entre o México e o Brasil até bem avançados os anos 40.”<sup>5</sup> Essa situação fazia com que se tornasse um desafio ainda maior para o governo mexicano conseguir que o Brasil não seguisse a onda de retaliações internacionais à nacionalização e aceitasse comprar o petróleo do país. Assim, Cárdenas optou por enviar pessoalmente Alfonso Reyes – que havia deixado o posto de

---

<sup>2</sup>Documento diplomático boliviano enviado através de sua chancelaria no México, datado de julho de 1938. Citado por ZULETA, María Cecilia. *Oleadas impetuosas*, *op. cit.*, p. 193.

<sup>3</sup>ZULETA, María Cecilia. *Oleadas impetuosas*, *op. cit.*, p. 175. Grifo no original.

<sup>4</sup>Idem, p. 177.

<sup>5</sup>PALACIOS, Guillermo. *Op. cit.*, p. 282.

embaixador no Rio em 1936 – em uma missão especial para, simultaneamente, tentar melhorar as relações diplomáticas e negociar a compra do petróleo mexicano pelo Brasil.

Nessa ocasião, esperava-se que Reyes pusesse em prática suas próprias crenças sobre a importância das qualidades individuais de um diplomata, cuja “simples presença”, capacidade de “trato” e “relações pessoais” poderiam ser “determinantes” em certas situações.<sup>6</sup> Este, por sua vez, sabendo que “o tratamento comercial do assunto [petrolífero] supunha [...] um prévio tratamento diplomático”, iniciou seu contato com o ministro brasileiro de Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, com toda uma introdução sobre “o caráter eminentemente cordial de [sua] missão, que aspirava precisamente apagar quaisquer desentendimentos ocasionados pela distância”. A “distância” aqui funcionava como um eufemismo para as diferenças existentes entre os dois governos, cuja base eram seus distintos e inconciliáveis posicionamentos ideológicos. Mas, apesar dessas diferenças, Reyes – representando o governo mexicano – soube explorar os pontos de coincidência entre as posturas nacionalistas de ambos os governos. Em um memorando “Confidencial para o senhor presidente[,] general *don* Lázaro Cárdenas”, o representante diplomático mexicano descreveu que, na conversa com o ministro brasileiro, frisou a coincidência de “visões” de seus países quanto à questão da “independência econômica, em relação à qual México e Brasil “est[avam] acordes” e que, por isso mesmo, suas “políticas” “deve[ria]m ser coincidentes”. Segundo Reyes, o ministro Aranha tinha sido receptivo a essas palavras e, após ouvi-las, “proferiu frases de profunda admiração para com o senhor presidente Cárdenas, elogiando-o como homem e como estadista.” Ainda de acordo com o mexicano, a resposta positiva do ministro brasileiro indicava que, a essa altura, “a conversa” – que possivelmente se iniciara de forma tensa – “já havia mudado de tom”.<sup>7</sup> Poucos dias depois, Reyes encontrou-se diretamente com Getúlio Vargas e este lhe “confirmou a aceitação geral” do petróleo mexicano.<sup>8</sup>

Fora do âmbito oficial da diplomacia, o tema da nacionalização do petróleo mexicano também foi abordado através da grande imprensa brasileira. Para compreender essas abordagens é preciso ter em mente, além da própria realidade brasileira, o contexto continental da política estadunidense da Boa Vizinhança e a posição dos grandes jornais brasileiros em relação a esta. Em um trabalho de mestrado ainda em andamento, Willian dos Santos Martins analisa o tema a partir da perspectiva de *O Estado de São Paulo*, diário que, até o decreto cardenista de 18 de

---

<sup>6</sup>REYES, Alfonso. *El servicio diplomático*, op. cit., p. 152-3; 161. Grifos no original.

<sup>7</sup>REYES, Alfonso. [Memorando] Confidencial para el señor presidente general don Lázaro Cárdenas, 16/06/1938. Reproduzido como apêndice em REYES, Alfonso. *Diario* (1936-1939), vol. IV. (Edición crítica, introducción, notas, cronología, apéndices y ficha bibliográfica de Alberto Enríquez Perea). México: FCE, 2012, p. 442-444.

<sup>8</sup>REYES, Alfonso. Anotação datada de 23/06/1938. *Diario, 1937-1939* (Edición crítica, introducción, notas, cronología, apéndices y ficha bibliográfica de Alberto Enríquez Perea). México: FCE, 2012, p. 234.

março de 1938, apoiava firmemente a política externa mais amena dos Estados Unidos para o continente. Mas, segundo o autor, “esta posição se alterou radicalmente depois de expedido o decreto de expropriação das companhias petrolíferas, ratificado por Lázaro Cárdenas”; o diário paulista considerou que a atitude mexicana era “uma decorrência da fraqueza diplomática de Washington” e, a partir de então, “em face de uma suposta cavalgada nazifascista sobre o continente”, passou a defender “uma postura mais aguerrida” por parte de Washington, “justificando [inclusive] a submissão de seus vizinhos.”<sup>9</sup>

Ao analisarmos os grandes jornais cariocas, podemos perceber uma estratégia discursiva distinta da assumida por OESP, que optou por uma discussão intensa do assunto. Na maioria dos jornais da capital federal, esse não foi um assunto que merecesse grandes discussões, frente às chamadas bombásticas sobre a situação europeia, principalmente sobre a guerra civil na Espanha e os avanços militares de Hitler. Em vários jornais o tema mexicano foi abordado principalmente através da reprodução de notícias das agências internacionais; mesmo assim, é perceptível o uso de distintas estratégias de intervenção por parte de cada diário.

O período em que foi realizada a nacionalização do petróleo mexicano coincidiu com um importante discurso do Secretário de Estado estadunidense Cordell Hull sobre as relações internacionais, no qual frisou que os Estados Unidos eram, “por instinto e tradição”, um país “pacífico” que, ao longo de sua história, vinha sendo “sinceramente dedicado à causa da paz” e, precisamente naquele momento, empenhava-se pela “manutenção” da mesma. Ainda segundo o secretário estadunidense, “desde o fim da grande guerra” os Estados Unidos haviam assumido, “em comum com todas as outras nações”, “a obrigação solene de não apelar para a força como um instrumento de política internacional” e era essa posição o que lhe conferia “o direito moral” de preocupar-se pela “crescente reversão ao emprego da força” nas relações internacionais naquele momento.<sup>10</sup> Esse discurso foi transmitido pelas agências internacionais de notícias (a partir da estadunidense *United Press*) e foi reproduzido com destaque nos principais diários cariocas, ganhando inicialmente mais repercussão do que o tema do petróleo mexicano. Este, por sua vez, ganhou espaço em alguns dos principais diários da capital brasileira apenas cerca de dois ou mais dias após a oficialização do decreto por Cárdenas.

As reproduções das notícias pelos jornais mostram que, em geral, o tema foi abordado a partir da perspectiva dos interesses estrangeiros no México, o que se pode perceber em títulos como “A crise mexicana do petróleo – O governo dos Estados Unidos espera encontrar uma

---

<sup>9</sup>MARTINS, Willian dos Santos. O cardenismo e a Política de Boa Vizinhança em *O Estado de S. Paulo* (1938-1940). Anais Eletrônicos do XI Encontro da ANPHLAC, Niterói, 2014, p. 6-7. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Willian%20dos%20Santos%20Martins.pdf>> (acesso em 15/02/2015).

<sup>10</sup>*Correio da Manhã*, 18/03/1938, 1ª pág.



solução” e “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México – soma a ser paga às dezessete empresas britânicas e norte-americanas excede a oito milhões de contos de réis!”, empregados por *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, respectivamente.<sup>11</sup> Embora essa tendência geral expressasse, em grande medida, a procedência estadunidense da maioria das notícias publicadas pelos jornais, devemos ressaltar que os títulos apontados foram dados pelos próprios editores brasileiros, revelando, portanto, uma posição acorde com a abordagem das notas reproduzidas.

Uma mostra de como era possível realizar outra apropriação desse mesmo tipo de notícias, recebidas das mesmas fontes, encontra-se na intervenção um tanto quanto dissonante – se comparada com a de outros grandes jornais – realizada pelo *Diário de Notícias*. Esse jornal, apesar de apontar como fonte para o assunto as notas da *United Press*, noticiou a nacionalização do petróleo mexicano, em primeira página, da seguinte maneira: “Foi nacionalizada toda a indústria petrolífera do México. A medida tomada pelo governo afeta capitais estrangeiros no valor de quase dez milhões de contos de réis – O general Cárdenas, o primeiro presidente realmente independente”.<sup>12</sup> Em primeiro lugar, salta aos olhos que, apesar de a questão da indenização das empresas estrangeiras ser um ponto de destaque, na chamada deste jornal o principal sujeito da notícia foi o governo mexicano e mais exatamente o presidente Cárdenas. Este foi apresentado de forma elogiosa, conforme se observa no próprio texto publicado pelo diário:

Até agora a pressão diplomática havia sido o fator determinante de conflitos semelhantes. O reconhecimento pelos Estados Unidos do governo Obregón foi feito depois dos “acordos de Bucareli”, pelos quais o México praticamente se obrigava a sustar a distribuição de terras pertencentes a súditos americanos. Quando foi feita uma tentativa, sob o governo Calles, para fazer vigorar o artigo 27º da Constituição, que determina a nacionalização do subsolo, a pressão diplomática do embaixador Morrow fez que [...] as companhias tive[ssem] confirmação de suas concessões [...]. O sr. Cárdenas, que frequentemente é chamado de primeiro presidente realmente independente, ordenou a nacionalização de terras em La Laguna, Yucatán e a expropriação da estrada de ferro nacional de Tijuana e, agora, da indústria petrolífera.<sup>13</sup>

Nessa notícia, a expropriação petrolífera foi apresentada dentro de um contexto mais amplo sobre a questão do petróleo no México, destacando que sua nacionalização era algo previsto na própria Constituição do país, mas que havia sido protelada em virtude de pressões estadunidenses. Além disso, a expropriação petrolífera foi destacada em conjunto com outras medidas nacionalizadoras realizadas por um “presidente realmente independente”. A visão

---

<sup>11</sup>*Jornal do Brasil*, 22/03/1938, p. 8; *Correio da Manhã*, 23/03/1938, 1ª pág.

<sup>12</sup>*Diário de Notícias*, 20/03/1938, 1ª pág.

<sup>13</sup>*Ibidem*.

positiva de Cárdenas e suas medidas é expressa, ainda, por uma charge, que acompanha a notícia e representa o “Presidente Cárdenas” de pé, em posição ativa, com o dedo indicador apontado à frente, como alguém que dá uma ordem (imagens 27 e 28).<sup>14</sup>

Lembremos que, desde o início dos anos 30, quando foi fundado, o *Diário de Notícias* vinha expressando uma visão favorável a respeito do México revolucionário, identificando como progressistas as transformações realizadas no país. No contexto da nacionalização do petróleo, o aspecto priorizado pelo jornal foi a independência do México em relação às pressões estadunidenses, o que – tendo em vista a posição anterior do jornal e a própria abordagem dada ao tema – pode ser lido como mais uma mostra do caráter progressista do México surgido da Revolução. Além disso, ao elencar a forma como os governos mexicanos anteriores haviam lidado com a difícil questão do petróleo – tendo, cada um à sua maneira, cedido frente às pressões estadunidenses – a atitude de Cárdenas aparecia como o ápice da independência mexicana frente aos interesses dos Estados Unidos. Ainda outro elemento ajudava a compor a imagem de um México ativo e ativo em sua política externa, expressa pelo referido jornal. Na mesma página da notícia sobre o petróleo, o *Diário de Notícias* publicou em destaque, como a principal chamada de sua primeira página, uma outra nota sobre a “enérgica” condenação pelo governo mexicano, por meio da Liga das Nações, “contra a anexação da Áustria ao Reich”.

Imagem 27



Imagem 28



<sup>14</sup>Ibidem.

A vinculação estabelecida pelo *Diário de Notícias* entre a atitude do governo Cárdenas na questão petrolífera e o tema da independência do México frente aos Estados Unidos é de grande relevância para nossa análise. Como mostramos ao longo deste trabalho, desde a ascensão dos constitucionalistas, em meados da década de 1910, uma postura de soberania e independência foi sistematicamente buscada pelo México, por vezes em explícito confronto com as determinações de Washington. A Doutrina Carranza, que embasou esse posicionamento internacional por parte do México, foi um dos elementos ideológicos centrais da Revolução Mexicana, tendo estabelecido a base da soberania nacional do país. Como mostrou Arnaldo Córdova, os constitucionalistas “tiveram o inegável mérito de se oporem, inclusive com a força, às repetidas pretensões do governo estadunidense de submeter o México incondicionalmente a seus ditames” e “puseram nas mãos dos governos revolucionários um estupendo instrumento político e jurídico para a defesa da soberania do Estado mexicano”, pelo qual “o Estado surgido da Revolução esteve em condições de submeter à sua jurisdição e domínio os capitalistas estrangeiros”. É claro que “nada disso aconteceu de forma imediata, mas o caminho ficou aberto.”<sup>15</sup> Não seria exagerado afirmar que a nacionalização petrolífera realizada pelo governo Cárdenas levou a Doutrina Carranza às últimas consequências.

A importância dessa doutrina como base para a política externa do México revolucionário é inquestionável. E queremos chamar a atenção, ainda, para o elemento latino-americanista – não enfatizado por Córdova – como parte essencial dessa proposta. Desde a proposição original de Carranza, a referida doutrina trazia como pressuposto a ideia de que a adoção de uma postura autônoma e até mesmo combativa por parte do México em relação aos Estados Unidos deveria ser subsidiada por uma política continental de cunho latino-americanista. Conforme procuramos mostrar ao longo deste trabalho, essa concepção continuou permeando a política externa mexicana nas décadas seguintes. Mas, com o fim do governo Cárdenas, a política continental mexicana ganhou uma direção radicalmente diferente daquela que havia sido seguida pelos governos que se autodenominavam “revolucionários”. Não por acaso, a nova política continental mexicana, instituída em 1941, foi implantada por um governo que decretou o fim da Revolução.

No acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, há duas publicações oficiais mexicanas, datadas de 1941, que expressam de forma extremamente clara e objetiva a concepção do Estado mexicano pós-cardenista sobre a Revolução e o lugar que o novo México, não mais revolucionário, deveria ocupar no continente. Uma dessas publicações, intitulada *Un continente, un hombre, un pueblo*, à primeira vista não é mais do que uma tradicional apresentação do novo presidente, Manuel Ávila Camacho. Mas queremos chamar a atenção, inicialmente, para o

---

<sup>15</sup>CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología, op. cit.*, p. 258.

vínculo que o próprio título desta publicação estabelecia entre o novo presidente mexicano e o continente, o que apontava para a importância central dada à questão continental pelo novo governo. O tema ganhou um tratamento mais específico em uma outra publicação oficial, publicada no mesmo ano, 1941, intitulada precisamente *La Doctrina Continental en el Senado de México*, também difundida internacionalmente.

Os conteúdos dessas duas publicações podem ser lidos como complementares, sendo que a primeira aborda a nova concepção do Estado mexicano para sua política interna, enquanto a segunda explicita como essa nova política impactava as relações mexicanas com o entorno continental; ambas foram publicadas imediatamente após a posse do novo presidente. A primeira, uma publicação oficial da Câmara dos Deputados, se inicia com uma epígrafe que transcreve parte de um discurso do presidente Ávila Camacho, no qual se realizava uma interpretação da Revolução em relação ao momento em que falava, 1941. Na passagem citada, o novo chefe do Executivo mexicano se referia a seu governo como aquele que “toma[va] a herança da Revolução, com suas conquistas, com seus alcances benéficos para a maioria do povo”, mas também com seus “erros [e] tropeços”, os quais deveriam ser “redimidos”. A ideia de que a Revolução já havia chegado ao fim é reforçada pelo prólogo da publicação, assinado pelo “presidente da Comissão de Controle Político da Câmara dos deputados”. Nesse texto, afirma-se que “a Revolução”, enquanto “conjunto harmônico e de profundas raízes populares”, havia sido uma “experiência de trinta longos anos em que a nação mexicana lutou estoicamente por sua elevação integral”, mas esse processo tinha não só um começo como um fim já cumpridos, “desde de Francisco I. Madero até Lázaro Cárdenas”. Ávila Camacho, por sua vez, aparecia nessa narrativa como “um dos mais altos valores humanos produzidos pela Revolução”, mas seu governo não mais como parte ativa desta.<sup>16</sup>

Essa publicação oficial mostra que, já no imediato pós-cardenismo, em 1941, se operou uma construção ideológica importantíssima para a consolidação de uma nova concepção política por parte do Estado mexicano, que teve impactos profundos e duradouros, não apenas no âmbito interno, mas também na postura internacional mexicana. Essa construção se baseou numa articulação específica entre as noções de “herança” e “erros” da Revolução. Pela interpretação oficial formulada naquele momento, o novo governo não era revolucionário, mas herdeiro da Revolução Mexicana; esta continuava a ser a fonte de legitimidade do poder político no México, mas por “herança”. E era a condição de “herdeiro” da Revolução que conferia ao novo governo o direito de “redimir” os erros desta. Uma concepção tal era capaz de abrir espaço para inúmeras manobras políticas, já que a adoção de medidas acordes ou não com as perspectivas

---

<sup>16</sup>MÉXICO. *Un continente, un hombre, un pueblo*. Cámara de Diputados al H[onorable] Congreso de la Unión. México: s/ed., 1941.

revolucionárias poderiam ser justificadas, de acordo com os interesses políticos em jogo, pela lógica da “herança” ou pela da “redenção” dos “erros” da Revolução. Essas manobras não tardaram em se efetivar.

Já em 1941, imediatamente após sua ascensão ao poder, o governo Ávila Camacho operou uma mudança radical na política continental mexicana. Conforme destacado pela própria publicação oficial da Secretaria de Relações Exteriores, que fez a difusão internacional dessa nova política, o novo governo mexicano considerava necessário explicar “o estado atual das relações do México com os Estados Unidos da América do Norte e com os demais países do continente”, por se tratar de uma “questão de interesse nacional e internacional.” O que se informava aos outros países do continente era a nova e “transcendental” política externa anunciada pelo secretário Ezequiel Padilla em março de 1941, pela qual se “fixou a doutrina pan-americana do México.” Esse anúncio vinha acompanhado, na publicação, por uma citação de um discurso proferido pelo presidente Ávila Camacho, sendo possivelmente seu primeiro discurso como presidente, pois aparece datado de 01/12/1940, data de sua posse. Nessa ocasião, o novo presidente mexicano afirmava ser “uma imensa fortuna a união das Américas” e defendia a seguinte “doutrina continental”: “nada nos divide nessa nossa América” frente ao “elevado sentimento de tornar perdurável uma vida continental de amizade e respeito mútuo.”<sup>17</sup>

Apesar de parecer contraditório um discurso que se refere, ao mesmo tempo, às “Américas” como espaços distintos e a “essa nossa América” como um único conjunto, não há contradição alguma nessas palavras, mas simplesmente a clara intenção de amalgamar “as Américas” de distintas identidades culturais (latina e saxônica) em uma única identidade geopolítica (pan-americana), para que fosse possível harmonizar as relações internacionais na região. Por essa nova proposta (ou melhor, nova política), a própria alcunha “nossa América” – famosa, desde José Martí,<sup>18</sup> por evocar um sentido de resistência e soberania da América Latina em face de ameaças imperialistas, notadamente estadunidenses – ganhava um novo sentido de identificação e colaboração com a política pan-americanista, pela qual “nada nos divide”. Tal sentido ganhava uma explicitação ainda mais evidente na publicação oficial mexicana, pois esta reproduzia, em um capítulo intitulado “México en el sentimiento continental”, um discurso pronunciado pelo “senhor Maury Maverick, prefeito da cidade de San Antonio, Texas”, na Câmara dos deputados do México, elogiando a nova posição internacional do país hispânico da

---

<sup>17</sup>MÉXICO. *La Doctrina Continental en el Senado de México*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1941.

<sup>18</sup>José Martí, poeta cubano e um dos principais líderes da Independência do país, em fins do século XIX, utilizou a designação “Nossa América” para se referir à América Latina exatamente no contexto do expansionismo estadunidense, alertando sobre a necessidade de defesa das soberanias nacionais no continente. No caso específico de Cuba, temia que o país conquistasse sua independência da Espanha, mas acabasse submetido ao poderio dos Estados Unidos. Cf. MARTÍ, José. *Nossa América*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

América do Norte. Em um discurso que, segundo a publicação oficial teria sido realizado sob “aplausos” dos deputados mexicanos, o estadunidense teria proferido, em espanhol, as seguintes palavras:

Houve tempos em que se duvidou de nossas relações internacionais [entre Estados Unidos e México]; mas agora nossa amizade está firmemente cimentada e não existe entre nós nenhuma suspeita. Não, absolutamente nenhuma! (Aplausos) Mas já chegou a hora de atuar. Podemos falar de amizade e aproximação eternamente; mas, nesse momento, não é isso apenas o necessário; devemos efetuar uma verdadeira cooperação; não simplesmente falar de cooperação, mas que esta seja efetiva nas ordens econômica, social e política. [...] Jamais construiremos fortalezas uns contra os outros; o Rio Grande será conhecido como o Rio da Paz. (Aplausos) [...] Jamais entraremos em guerra uns contra os outros [...], nos defenderemos mutuamente. [...] Haverá igualdade entre todas as nações – nenhuma será dominante – todos seremos iguais. (Aplausos) [...] Viva minha pátria [Estados Unidos]! Viva o México! Vivam todas as gentes do Norte, do Centro e Sul da América! Viva a liberdade e viva a Independência! (Aplausos).<sup>19</sup>

Lembremos que essas palavras foram reproduzidas numa publicação oficial da Secretaria de Relações Exteriores do México para tornar pública a nova posição assumida pelo país no continente. Era, portanto, a ideia de uma “amizade” sincera e “cimentada” pela paz e o respeito mútuo entre o México e os Estados Unidos (e os demais países americanos) que passava a reger as relações continentais mexicanas a partir de 1941. As impressionantes palavras do texano em discurso na Câmara mexicana, sob “aplausos” dos presentes, davam o novo tom da relação que se tornaria prioritária para o México a partir de então. O mais significativo em tudo isso não é simplesmente o giro de 180° que se operava em termos da política externa mexicana no continente, mas sobretudo o fato de que este se realizava sob o manto sagrado da “herança” da Revolução, mobilizado, talvez pela primeira vez, como um estratagema para a legitimação de políticas antirrevolucionárias. Como sabemos, esse era apenas o início de um longo processo.

Quando, em uma narrativa ficcional quase profética de Carlos Fuentes, publicada em 1962, o personagem Artemio Cruz – uma representação da própria Revolução de 1910 – relembra, ao mesmo tempo que via o futuro, e sabia, como que por uma revelação, que a sua (da Revolução) semi-existência vegetativa perduraria por setenta e um anos, a profecia pareceu cumprir-se com a saída do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do poder, em 2000, após exatos setenta e um anos, desde a fundação do PNR por Calles em 1929. Mas olhando da perspectiva atual, de inícios do século XXI, percebemos que a história de Artemio Cruz pode encerrar ainda uma outra profecia. A reflexão do personagem se passava exatamente em 1941 – como mostramos, a data emblemática da adoção oficial do pan-americanismo pelo México –. Se

---

<sup>19</sup>MAVERICK, Maury. Discurso na Câmara dos Deputados do México em 1941. Reproduzido em MÉXICO. *La Doctrina Continental en el Senado de México*, op. cit., p. 127-8.

contássemos hipoteticamente a funesta sobrevivência de setenta e um anos de *don* Artemio a partir daquele momento, chegaríamos precisamente a 2012, ano do retorno do PRI ao poder. É o que nos vem à mente quando observamos o malabarismo político operado pelo priismo atual para colocar sob a pena de Lázaro Cárdenas a recente privatização do petróleo, eufemisticamente denominada de “reforma energética”. Segundo o presidente Enrique Peña Nieto, em discurso oficial proferido à nação, a referida reforma “retoma palavra por palavra o texto do artigo 27 constitucional do presidente Cárdenas.”<sup>20</sup> Um questionamento muito simples que poderia ser levantado em face dessa afirmação é que, se a “reforma” retoma o referido texto constitucional na íntegra, por que se trata de uma reforma? Se a nacionalização do petróleo nos anos 30 representou o zênite do princípio da soberania nacional mexicana, estabelecido como um dos principais fundamentos ideológicos da Revolução, a “reforma” atual consolida o processo de destruição desses fundamentos – ou daquilo que havia sobrado após a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte pelo México, em janeiro de 1994 –. Ao evocar o cardenismo, a “reforma” atual mostra que a “herança” da Revolução continua sendo usada como estratégia política pelo priismo atual.

A questão do petróleo mexicano ilustra bem, tanto nos anos 30 quanto atualmente, a intrínseca relação existente entre as políticas interna e externa, algo que foi astutamente observado, pensado e explicitado pelos constitucionalistas em meados da década de 1910. Disso decorreu a instauração de uma proposta ousada e doutrinária – com a clara intenção de servir de modelo para outros países, especialmente os latino-americanos – em favor da soberania nacional e da autonomia da política externa mexicana. Atualmente, boa parte da literatura especializada sobre as relações internacionais mexicanas toma como referência o ano de 1945 – com a nova configuração do pós-Guerra e início da Guerra Fria, contexto em que o vizinho do norte emergiu como potência mundial – para explicar a situação de “estreiteza do horizonte internacional do México” a partir de então. O argumento principal é o de que uma “política exterior discreta e muito defensiva” teria se imposto em virtude do poderio estadunidense e, “em termos gerais, a partir de 1945, tudo o que não fosse Estados Unidos perdeu importância para o México”, incluindo a América Latina, com a qual o país manteve relações de caráter mais “simbólico” que “substantivo”.<sup>21</sup>

Essa corrente interpretativa remonta à obra clássica de Mario Ojeda, *Alcances y límites de la política exterior de México*, publicada nos anos 70, na qual o autor identificou uma relação

---

<sup>20</sup>PEÑA NIETO, Enrique. Discurso oficial sobre a Reforma Energética, televisionado pelo canal mexicano Cadena 3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aVTqZXHnkVA>> (acesso em 02/12/2014).

<sup>21</sup>MEYER, Lorenzo. México y la soberanía relativa. El vaivén de los alcances y los límites. In: VEGA CÁNOVAS, Gustavo (coord.). *Alcances y límites de la política exterior de México ante el nuevo escenario internacional. Ensayos en honor de Mario Ojeda*. México: COLMEX, 2009, p. 71.

intrínseca entre a posição geográfica do país – como vizinho da grande potência mundial do século XX – e suas relações internacionais. Para Ojeda, “em poucos países como no México pode-se ver tão claramente o fenômeno de que a situação geográfica tenha operado uma condicionante da política exterior e uma limitação à soberania”. Em sua concepção, “a consequência mais importante imposta ao México pela vizinhança geográfica com os Estados Unidos” seria “uma limitação de sua liberdade de ação política” em função do “valor estratégico [ligado ao sistema de segurança] que seu território tem para o governo de Washington.” Ao ressaltar essa limitação da política externa mexicana, o autor propõe uma explicação bastante convincente para desvendar a “aparente contradição” que a mesma comporta com a postura “dissidente” do México em relação aos ditames estadunidenses em casos tão emblemáticos como a relação com Cuba após a Revolução de 1959.<sup>22</sup>

Exatamente pela importância estratégica envolvida na relação entre México e Estados Unidos, teria predominado “uma espécie de reconhecimento tácito”, de um “entendimento” entre ambos os países nos seguintes termos: a grande potência “reconhece e aceita a necessidade do México de dissentir da política norte-americana em tudo aquilo que seja fundamental para o México, ainda que para os Estados Unidos seja importante, mas não fundamental.” No sentido inverso, “o México outorga sua cooperação em tudo aquilo que sendo fundamental ou importante para os Estados Unidos, não o é para o [próprio] país.” Isso explicaria, por exemplo, porque o México pode manter relações com Cuba, mas não com a China durante a Guerra Fria, na medida em que, no caso do país caribenho, essas “eram obviamente de fundamental importância para o México, em virtude da defesa do princípio de não intervenção e para a manutenção do consenso e da estabilidade internos”.<sup>23</sup> Do ponto de vista estadunidense, a disposição em “tolerar” uma “política dissidente” por parte do México foi assumida sempre que tal política tenha ajudado a “fomentar a estabilidade interna do país” e, por consequência, da região, partindo-se da compreensão de que “a estabilidade política da América Latina, mas principalmente a do México, devido à vizinhança direta, mantinha-se ligada ao sistema de segurança dos Estados Unidos, pelo menos na mente dos estrategistas do Pentágono.”<sup>24</sup>

Como se pode depreender de tal perspectiva, a explicação para a posição dissidente do México em relação a certas determinações da política estadunidense para a América Latina,

---

<sup>22</sup>OJEDA GÓMEZ, Mario. *Alcances y límites de la política exterior de México*. México: COLMEX, 1976, p. 93.

<sup>23</sup>Nessa mesma direção, em trabalho recente, Guadalupe González destaca, sobre a relação do México com a Revolução Cubana, que se tratou de uma “extremada defesa jurídica (não política) do princípio de não intervenção”, que foi exercida ao mesmo tempo em que se levava a cabo uma “forte cooperação informal com os Estados Unidos na estratégia anti-comunista.” Cf. GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Guadalupe. México en América Latina: entre el norte y el sur o el difícil juego del equilibrista. In: LAGOS, Ricardo (comp.). América Latina: ¿integración o fragmentación? Buenos Aires: Edhasa, 2008, p. 127.

<sup>24</sup>Idem, p. 95.



durante a Guerra Fria, não se encontraria em qualquer tipo de identificação latino-americanista, como comumente se supõe. Essa mesma visão aparece também em trabalhos recentes que versam especificamente sobre as relações do México com o entorno latino-americano a partir de 1945.<sup>25</sup>

Segundo Guadalupe González, uma das autoras que mais tem se dedicado ao tema, “a América Latina tem sido uma obsessão recorrente e uma constante no imaginário discursivo da diplomacia e da identidade nacional mexicana.” Se, por um lado, “os Estados Unidos tem sido o *factotum* e o centro de gravidade da política externa do México”, por outro, a América Latina ocuparia o lugar de “centro simbólico, onde as aspirações mexicanas de independência, diversificação e prestígio internacional encontram seu lugar natural de projeção.” A principal questão que a autora levanta é que, após a “época de ouro da diplomacia cultural do México na região” – precisamente a época abarcada em nosso estudo – passou a existir uma “brecha entre o peso simbólico e real da América Latina na política externa mexicana”. Assim, apesar de existir um “mito amplamente difundido” tanto pelo discurso oficial quanto por seus opositores, de que durante a Guerra Fria e particularmente nos anos 70 e 80 “a política externa do México tinha uma forte inclinação latino-americanista e anti-estadunidense e que o país contava com uma clara vocação de liderança continental”, na realidade, esse discurso “contrasta com o alcance real das ações realizadas na região e dos recursos investidos [pelo México] para fomentá-las.” Ainda segundo a autora, a relação entre o país hispânico da América do Norte e seus vizinhos latino-americanos foi caracterizada, desde 1945, pela “atenção variável, inconstante e seletiva do México para a América Latina, pelo que não é possível falar em políticas gerais [deste país] para a região em seu conjunto”. A importância dada pelo México aos países latino-americanos “quase sempre esteve motivada por situações de crise nos países da região com certo impacto, real ou simbólico, na vida política ou econômica [mexicana].” Em síntese, “as relações com os países da América Latina ocuparam um lugar secundário na escala de prioridades da política externa”

---

<sup>25</sup>Veja-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Guadalupe. México en América Latina...., México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, nº 132, noviembre de 2005. Disponível em: <<http://mexicoyel mundo.cide.edu/2010/dtrabajo/mexicoanteamericalatina.pdf>> (acesso em 08/01/2015); RAMOS CARDOSO, Alejandro. México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. *Revista Mexicana de Política Exterior*, nº 97, 2013, p. 133-65; SCHIAVON, Jorge A. La relación especial México-Estados Unidos: cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fría. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, nº 137, noviembre de 2006 Disponível em: <<http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>> (acesso em 08/01/2015); ARGÜELLES ARREDONDO, Carlos Gabriel. La política exterior de México hacia América Latina en el período 2006-2012. Anais VII Congreso del IRI / Congreso del COFEI / II Congreso de la FLAEI. Universidad Nacional de La Plata, 2014. Disponível em <<http://www.congresos.unlp.edu.ar/index.php/CRRII/CRRIVII/paper/viewFile/1731/523>> (acesso em 01/02/2015).

e “os Estados Unidos foram o ponto de referência básico na política exterior do México para a América Latina”.<sup>26</sup>

Obviamente, esses autores não desconsideram os momentos de “ativismo latino-americanista” por parte do país hispânico da América do Norte. Aliás, no caso de Mario Ojeda, chama a atenção o fato de seu mencionado trabalho ter sido publicado em meados dos anos 70, precisamente num período em que política externa mexicana ganhava uma tendência de maior diversificação, o que incluiu, no caso das relações com a América Latina, desde de iniciativas de integração econômica – como foi o caso da criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975, – até o estreitamento de relações políticas com governos progressistas, como o de Salvador Allende no Chile. Como destaca Guadalupe González, essa posição assumida pelo México no início dos anos 70 tinha relação com a crise de legitimidade enfrentada pelo regime priista no pós-68, o que levou o governo Echeverría (1970-76) a assumir uma política externa mais ativa e inclinada ao não-alinhamento, que era uma bandeira dos grupos que exigiam maior abertura do sistema político. Nos anos seguintes o auge petrolífero forneceu uma base econômica que “fortaleceu temporalmente a capacidade de negociação do país”, que priorizou a ampliação de sua influência na área centro-americana e caribenha e também “intensificou a tradição de asilo diplomático” frente às ditaduras sul-americanas.<sup>27</sup>

Entretanto, em que pese esse panorama de uma atuação indubitavelmente mais ativa por parte do México nas relações latino-americanas, em comparação com as décadas anteriores, chama a atenção o fato de que, nos anos 70, a atuação mexicana no continente não se configurou a partir de uma política oficial mais sólida, que fosse capaz de alçar as relações com a América Latina a um lugar central de sua política externa, não tendo se estruturado propriamente como uma política de Estado que perpassasse distintos governos, como havia ocorrido nos anos 20 e 30, “época de ouro da diplomacia cultural do México na região”. Durante os anos 70 e inícios dos 80, ao contrário, apesar de ter envolvido todo um discurso latino-americanista, a atuação mexicana no continente esteve condicionada às agendas específicas de cada governo, sendo empreendida a partir de distintas perspectivas e estratégias. Por isso os autores que analisam as relações continentais do país nesse período tendem a destacar a existência de uma “brecha” entre “o peso simbólico e o real da América Latina na política externa do México”.<sup>28</sup> De uma forma geral, os autores sustentam que os Estados Unidos mantiveram-se como a prioridade das relações exteriores do México, como ocorria desde 1945, data que remete à consolidação do poder econômico e geopolítico estadunidense em escala mundial, sendo esse fato, muitas vezes,

---

<sup>26</sup>GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Guadalupe. México en América Latina, *op. cit.*, p. 116-19 e México ante América Latina, *op. cit.*, p. 3-5.

<sup>27</sup>Idem, México en América Latina, *op. cit.*, p. 128-31.

<sup>28</sup>Idem, p. 117.

tomado pela literatura pertinente como um “óbvio” limitador da atuação externa do México, tendo em vista sua particular posição geográfica.<sup>29</sup>

Mas queremos chamar a atenção para o fato de que as publicações oficiais mexicanas que analisamos, datadas de 1941, indicam que a adoção oficial do pan-americanismo por parte do México ocorreu antes mesmo do novo contexto mundial do pós-Guerra. Nesse momento, o que se verificou de fato foi uma nova opção política, contrária àquela que se havia imposto, desde a década de 1910, sobre firmes bases ideológicas que permitiram, inclusive, desafiar certas limitações concretas. Afinal, não podemos negligenciar o fato de que a Doutrina Carranza foi empunhada no difícil contexto de uma guerra civil, quando a economia mexicana encontrava-se arruinada, e que a ousada medida de nacionalização do petróleo pelo governo Cárdenas, apesar de astutamente realizada num período em que a “boa vizinhança” era oficialmente defendida pelos Estados Unidos, não podia contar com uma garantia absoluta de que não seria respondida militarmente. Em 1941, a mudança tão expressiva da política externa mexicana foi desenvolvida sob um argumento de tipo ideológico, subentendido na noção de que a Revolução havia terminado e que era preciso “redimir” os seus erros. Tendo em vista a rapidez com que o novo direcionamento da política exterior foi oficializado – quase que imediatamente após a posse do novo presidente que sucedia Lázaro Cárdenas –, é possível concluir que a política externa levada a cabo até então foi considerada como um desses “erros.”

O grande ato da política externa do México revolucionário – que os “herdeiros” da Revolução identificaram como “erro” e se apressaram em corrigir – pode ser assim sintetizado: durante mais de duas décadas o México foi capaz de desafiar as limitações geográfico-econômicas de ser vizinho de uma grande potência; olhou para a América Latina, identificou-se como latino-americano e procurou fazer realizável esse ideal de solidariedade continental. Este, sim, parece-nos ser um dos maiores legados (embora atualmente bastante esquecido) da Revolução Mexicana.

---

<sup>29</sup>A suposta obviedade da limitação da autonomia das relações externas do México em função de sua posição geográfica foi recentemente relacionada por Lorenzo Meyer à “tragédia persistente” da “democracia autoritária” mexicana, em uma obra publicada após o retorno do PRI ao governo federal em 2012. Para esse autor, “a influência dos Estados Unidos” foi “a grande constante e limitante da relação do México com o seu entorno”, sendo que “o regime priista partiu da aceitação do óbvio: que os Estados Unidos, por sua condição de potência hegemônica, anulavam as possibilidades de um espaço internacional no qual o México pudesse atuar com independência.” Meyer não deixa de ressaltar a vinculação complexa dessa situação com a política interna do país, já que “a base da política externa mexicana, centrada nos princípios de não intervenção e autodeterminação” guardava uma importância estratégica para o “nacionalismo autoritário”, funcionando como um “instrumento fundamental da classe política para não ver diminuídos seus espaços internos de manobra pela pressão norte-americana.” Assim, na mesma linha da já abordada argumentação de Mario Ojeda, Meyer observa que em casos como o do golpe na Guatemala nos anos 50, da relação com Cuba a partir dos anos 60, com o Chile de Allende nos 70 ou com a América Central dos anos 80, “o México atuou menos de acordo com o significado intrínseco dos processos nesses países e muito mais em função da reação de Washington”, com vistas a preservar sua “soberania relativa”. Cf. MEYER, Lorenzo. *Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México*. México: Debate, 2013, p. 60; 62.

Gostaríamos que este trabalho, que aqui se encerra, ao recuperar parte do caminho tomado pela política externa do México revolucionário, especialmente em sua faceta latino-americanista, pudesse servir como um ato de “escavação” nas areias do tempo que ajudasse a “desenterrar” um “tesouro” – no sentido em que se refere Quentin Skinner àqueles discursos (tomados em acepção ampla, incluindo ações concretas) que são trazidos à tona pelo trabalho historiográfico e que parecem não possuir um sentido explicativo imediato para com o presente. Como ensina o historiador, é justamente na sua “estranheza” para com o que se verifica na atualidade que esses discursos guardam seu “poder”, pois eles permitem “enriquecer nossos argumentos políticos de aqui e agora” ao nos fazerem “refletir sobre possibilidades alternativas.”<sup>30</sup> Isso contribui para alargar os horizontes e evitar que uma determinada configuração histórica seja percebida e aceita como a única possível.

---

<sup>30</sup>SKINNER, Quentin. Interpretación y comprensión de los actos de habla. In: *Lenguaje, política e historia*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 2002, p. 220.

## Fontes e Referências Bibliográficas

### Fontes

#### *Periódicos*

*A Época: revista literária e científica da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro* (1914-1919)

*A Esquerda* (1928-1931)

*A Nação* (1927)

*A Ordem: órgão do Centro Dom Vital* (1921-1936)

*A Rua* (1917)

*Brasil Contemporâneo* (1926-1927)

*Columbia: revista latino-americana de cultura, política, letras, propaganda e expansão continentais* (1928-1929)

*Correio da Manhã* (1930; 1938)

*Diário de Notícias* (1930-1932; 1938)

*Diário de Notícias* - Coluna “Página da Educação”, assinada por Cecília Meireles (1930-1932)

*Folha Acadêmica* (1928-1931)

*Gazeta de Notícias* (1910-1914)

*Jornal do Brasil* (1921-1922; 1930; 1938)

*Jornal do Commercio* (1921-1922)

*Minas Gerais* (1910-1914)

*Monterrey. Correo literario de Alfonso Reyes*. Edição fac-similar. Monterrey: Fondo Editorial Nuevo León, 2008 (1930-1936)

*Movimento Brasileiro* (1928-1930)

*Revista Americana* (1910-1919)

*Revista da Semana* (1922)

*The North American Review*, vol. 202, nº 720, nov. 1915. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25108646>> (acesso em 10/01/2014).

*The North American Review*, vol. 199, nº 701, abr. 1914. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/NorthAmericanRev-1914apr-00481?View=PDF>> (acesso em 12/12/2013).

*The World's Work*, nº 3, jan. 1914.

*Vanguarda* (1925-1926)

*O Estado de São Paulo* (1910-1914)

*O Imparcial* (1913-1914)

*Voz Cosmopolita* (1926)

## *Livros*

AMOROSO LIMA, Alceu (Tristão de Ataíde). *Da tribuna e da imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1935.

\_\_\_\_\_. *Contra-revolução espiritual*. Cataguazes: Spinola & Fusco, 1933.

\_\_\_\_\_. *Tentativa de itinerário*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1929.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *O homem cordial* [1936]. São Paulo Companhia das Letras, 2012.

CARVALHO, Ronald de. *Toda a América*. São Paulo: s/ed. 3ª ed., 1935. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>> (acesso em 22/03/2013).

\_\_\_\_\_. *Imagens do México* [1930]. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

ESTRADA, Genaro. Doctrina Estrada (anunciada em 27/09/1930). In: MÉXICO. *Memoria de la Secretaría de Relaciones Exteriores*. Tomo I. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1931, p.111-12.

FABELA, Isidro. *La victoria de Carranza*. In: *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. *La política interior y exterior de Carranza*. In: *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 659-95.

INGENIEROS, José. *Por la Unión Latino Americana*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia. Impresores, 1922. Disponível em: <<https://archive.org/stream/porlaunionlatin00inge#page/n3/mode/2up>> (acesso em 13/10/2014).

MANERO, Antonio. *México y la solidaridad americana: La Doctrina Carranza*. Madri: Editorial-América, 1919.

ORTIZ RUBIO, Pascual. *Memorias (1895-1928)*. México: Academia Nacional de Historia y Geografía, 1963.

PALAVICINI, Félix. *Mi vida revolucionaria*. México: Ediciones Botas, 1937.

REYES, Alfonso. *Diario, 1930-1936* (Edição, introdução e notas de Jorge Ruedas de la Serna). México: FCE; CONACULTA; UANL, 2011.

\_\_\_\_\_. *Diario, 1937-1939*. (Edición crítica, introducción, notas, cronología, apéndices y ficha bibliográfica de Alberto Enríquez Perea). México: FCE, CONACULTA; UANL, 2012.

\_\_\_\_\_. *Experiencia literaria y otros ensayos* (seleção e prólogo de Jordi Garcia). Madri: Fundación Banco Santander, 2009.

\_\_\_\_\_. *Universidad, política y pueblo* (nota preliminar, seleção e notas de José Emilio Pacheco). México: UNAM, 1967.

\_\_\_\_\_. *Última Tule*. México: Imprenta Universitaria, 1942.

SUSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos. *Afirmações acatólicas sobre vários temas*. Tipografia Benedicto de Souza, 1929.

\_\_\_\_\_. *O que se ensina e o que se aprende nas escolas de direito do Brasil. Discurso pronunciado na cerimônia de Colação de Grau dos bacharéis da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1920*. [1922] Rio de Janeiro: s/e, 1924.

TENÓRIO, Oscar. *México revolucionário. (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*. Rio de Janeiro: Ed. da *Folha Acadêmica*, 1928.

TURNER, John Kenneth. Periodismo beligerante: textos de John Kenneth Turner [sobre a Revolução Mexicana, publicados em periódicos estadunidenses e mexicanos entre 1910 e 1921. Seleção de Eugenia Meyer; tradução de Luisa Elena Ruiz Pulido e Daniel Charles Thomas]. In: MEYER, Eugenia. *John Kenneth Turner: periodista de México*. México: Era: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2005, p. 109-506.

VASCONCELOS, José. En el ofrecimiento que México hace a Brasil de una estatua de Cuauhtémoc [Rio de Janeiro, 1922]. In: *Discursos, 1920-1950*. México: Ediciones Botas, 1950, p. 95.

VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. (Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa). São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZAÏTZEFF, Serge I. (compilación y notas). *Con leal franqueza: correspondencia entre Alfonso Reyes y Genaro Estrada*. 3 Tomos. México: El Colegio Nacional, 1993.

***Publicações mexicanas de cunho oficial presentes no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, datadas de 1918 a 1941***

Informe rendido al H. [sic] Congreso de la Unión por el presidente constitucional de la República C. [sic] Venustiano Carranza, al renovarse el periodo ordinario de sesiones el 1<sup>er</sup> de septiembre de 1918 y respuesta del C. [sic] presidente de la Cámara de Diputados. México: Imprenta de la Secretaria de Gobernación, 1918.

GAMIO, Manuel. *Programa de la Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*. México: Secretaria de Agricultura y Fomento, Oficina Impresora de la Secretaría de Hacienda, 1918.

*Congreso nacional de comerciantes, México, 1917*. Acuerdos de la Secretaría de Industria, Comercio y Trabajo, relativos a los “votos” formulados por el primer congreso nacional de comerciantes. México: Imprenta de la Secretaría de Hacienda, 1918.

AGUIRRE BERLANGA, Manuel. *Génesis legal de la revolución constitucionalista*. México: Imprenta Nacional, 1918.

*La situación de México*. Declaraciones del presidente de la República Mexicana, general Álvaro Obregón, al representante del diario norteamericano *The New York Times*. Buenos Aires: Imprenta A. Molinari, 1921.

Programa oficial de las fiestas del centenario de la consumación de la independencia do México: La Holvetia, 1921.

*México, sus recursos naturales, su situación actual.* Homenaje al Brasil en ocasión del primer centenario de su independencia, 1822-1922. México: Edición de la Secretaría de industria, comercio y trabajo, 1922.

*La educación pública en México.* Informe General de la Secretaría de Educación Pública, Exposición Internacional del Brasil, Septiembre de 1922. Propósitos y tendencias de la SEP. México: Secretaría de Educación Pública, 1922.

Vasconcelos, José. *Orientaciones del pensamiento en Méjico*, conferencia dada en el salón de actos de la Universidad. Córdoba: Ed. A. Biffignandi, 1922.

IGUÍNIZ, Juan B. *Bibliografía de novelistas mexicanos.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1926.

*Memoria de los trabajos realizados por el Departamento de salubridad realizados por el Departamento de salubridad pública, 1925-1928.* México: Departamento de Salubridad Pública, 1928.

*La migración y protección de mexicanos en el extranjero.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1928.

RAMOS, Roberto. *Bibliografía de la revolución mexicana.* México: Imprenta de la Secretaría de Relaciones Exteriores, 1931.

PUIG CASAURANC, José Manuel. *La aspiración suprema de la Revolución Mexicana.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1933.

\_\_\_\_\_. *Una política social-económica de "preparación socialista".* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1933.

*El general Calles señalando rumbos: conversaciones con el señor diputado don Ezequiel Padilla.* México: Secretaría de relaciones exteriores, 1933.

*El Plan Sexenal de México.* Rio de Janeiro: s/ed., 1934.

*Plan de Acción de la Escuela Primaria Socialista.* México: Secretaría de Educación Pública, 1935.

*Presidente Emilio Portes Gil. La lucha entre el poder civil y el clero; estudio histórico y jurídico.* México, 1934.

*Lázaro cárdenas, presidente de la República Mexicana.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1935.

*El gobierno de México ante los problemas sociales y económicos.* México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1936, 3 tomos.

*Cámara dos diputados al H. [sic] Congreso de la Unión. XXXVIII Legislatura. Un continente, un pueblo, un hombre.* México, DF, 1941.

*La Doctrina Continental en el Senado de México.* México: Departamento de Información para el Extranjero, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1941.

### ***Epistolário***

Carta de Alfonso Reyes a Emiliano Di Cavalcanti, datada de 28/08/1931.

Cartas de Cecília Meireles a Alfonso Reyes (1931 -1933)

Cartas de Emiliano Di Cavalcanti a Alfonso Reyes (1930-1931)



Carta de Prudente de Moraes Neto a Alfonso Reyes, datada de 28/04/1931.

Cartas de Ribeiro Couto a Alfonso Reyes (1931)

### **Vídeo**

PEÑA NIETO, Enrique. Discurso oficial sobre a Reforma Energética, televisionado pelo canal mexicano Cadena 3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aVTqZXHnkvA>> (acesso em 02/12/2014).

### **Referências Bibliográficas**

ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1993, vol. 3, p. 635-66.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

AGUILAR, Marcos Daniel. La estrategia alfonsina en Brasil. In: REIS, Livia (org.). *Uma suíte carioca: Alfonso Reyes e o Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 115-27.

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: EDUSP, 2000.

ALONSO, Paula. Introducción. In: ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. *Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

\_\_\_\_\_. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

ÁLVAREZ FUENTES, Jorge. Estudio Introductorio. In: ESTRADA, Genaro. *La diplomacia en acción* (Presentación de Alfonso de Rosenzweig-Díaz e Estudio introductorio de Jorge Álvarez Fuentes). México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1987, p. 11-29.

ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes*. Paris: Payot, 1982.

ARDAO, Arturo. ARDAO, Arturo. *América Latina y la latinidad*. México: UNAM, 1993.

\_\_\_\_\_. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71.

ARGÜELLES ARREDONDO, Carlos Gabriel. La política exterior de México hacia América Latina en el período 2006-2012. Anais VII Congreso del IRI/ Congreso del COFEI/ II Congreso de la FLAEI. Universidad Nacional de La Plata, 2014. Disponível em <<http://www.congresos.unlp.edu.ar/index.php/CRRII/CRRIVII/paper/viewFile/1731/523>> (acesso em 01/02/2015)

AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada mirada: transculturalidad e imaginarios del México revolucionario (1910-1945)*. México: COLMEX; UNAM, 2009.

\_\_\_\_\_. Introducción: Transculturalidad e imaginarios en el México revolucionario. In: AZUELA, Alicia; PALACIOS, Guillermo (coords.). *La mirada mirada: transculturalidad e imaginarios del México revolucionario (1910-1945)*. México: COLMEX; UNAM, 2009, p. 9-32.

AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. *Arte y poder*. México: FCE; El Colegio de Michoacán, 2003; AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. Vanguardismo pictórico y vanguardia política en la construcción de Estado nacional revolucionario mexicano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 469-89.

\_\_\_\_\_. Militancia política y labor artística de Siqueiros. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*. Nº 35, ene/jun, 2008, p. 109-44.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, (Tese de Doutorado), 224 p.

\_\_\_\_\_. *A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 447-463.

\_\_\_\_\_. Ronald de Carvalho e *Toda a América*: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: LEHA, USP, 2010, [edição eletrônica], p. 143-90.

BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A experiência brasileira e sul-americana de David Alfaro Siqueiros. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. (Org.). *Intercâmbios Políticos e Mediações Culturais nas Américas*. Assis: UNESP Publicações/Leha-FFLCH-USP, 2011. p. 273-86.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. *História*. São Paulo: UNESP, vol. 20, 2001, p. 163-198.

BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_. A vertente latino-americana. Apresentação de VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. (Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa). São Paulo: Brasiliense, 1986.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidade nacional*. México: FCE, 1994.

BRADING, David. *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985.

BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros? La Reforma Universitaria de 1918*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CALLES, Plutarco Elías. *Pensamiento político y social: Antología (1913-1936)*. (Prólogo, selección y notas de Carlos Macías). México: FCE, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América. *História*, UNESP, vol. 22, nº 2, 2003, p. 35-58.

\_\_\_\_\_. O “gigante brasileiro” na América Latina. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC. 2000, p. 287-316.

\_\_\_\_\_. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 139-150.

\_\_\_\_\_. Imprensa, uma mercadoria política. In: *História & Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, vol. 4 (jan/jun), 1991, p. 131-139.

CASO, Antonio. El concepto de la historia universal. In: *Antonio Caso: breve antologia* (Prólogo y selección de Eduardo García Maynes). México: SEP, Biblioteca Enciclopédica Popular, 1945, p. 55-81.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazaré e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 32, nº 64, 2013, p. 77-99.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.

- CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 26ª reimp. México: Era, 2011.
- \_\_\_\_\_. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989.
- COSTA, Adriane Vidal. José Veríssimo: o sujeito e o espaço na construção da nação brasileira. *Revista literária Paralelo 20*, Belo Horizonte, v. 2, 2004, p. 35-46.
- CRESPO, Regina. CRESPO, Regina. *Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: UNAM, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2005.
- \_\_\_\_\_. Miradas diplomáticas: México en la correspondencia del Palacio Itamaraty (1919-1930). *Secuncia*. México, Instituto Mora, nº 86, mayo-agosto, 2013.
- \_\_\_\_\_. A revista *Folha Acadêmica*: esforços para a integração do Brasil na América Latina (1928-1931). In: CRESPO, Regina (coord). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 215-238.
- \_\_\_\_\_. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 187-208.
- \_\_\_\_\_. O México de Rodrigo Otávio e de Cyro dos Anjos: entre as atribuições do funcionário e o olhar do escritor. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 54, set-dez, 2014, p. p.679-704;
- CUNHA, Marcos Vinicius. O “Manifesto dos Pioneiros” de 1932 e a cultura universitária brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, nº 17, maio-agosto, 2008, p. 126-7. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/99/108>> (acesso em 15/11/2014).
- DIAS, Natally Vieira. *O México como “lição”: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)*. Belo Horizonte: Departamento de História, PPGH/FAFICH/UFMG, 2009 (Dissertação de Mestrado), 175 p.
- \_\_\_\_\_. Diplomacia e atuação intelectual: Alfonso Reyes e a Embaixada mexicana no Brasil (1930-1936). *Temporalidades*. Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 5, nº 1, jan-abr, 2013, p. 97-110.
- DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. *Querrela por la cultura “revolucionaria” (1925)*. 2ª ed. México: FCE, 2010.
- \_\_\_\_\_. DÍAZ ARCINIEGA, Víctor. El organizador de la esperanza. Prólogo à obra REYES, Alfonso. *Misión diplomática* (compilação e prólogo de Victor Díaz Arciniega). Tomo I. México: FCE, 2001, p. 9-99.
- DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: PUV, 2003.

DORELLA, Priscila Ribeiro. *Silvio Julio de Albuquerque Lima: um precursor dos estudos acadêmicos sobre a América Hispânica no Brasil*. Belo Horizonte, Departamento de História, FAFICH-UFMG, 2006 (Dissertação de Mestrado), 140 p.

\_\_\_\_\_. Representações dissonantes de um acadêmico brasileiro sobre a América Latina. *Revista de História*, USP, nº 161, 2º semestre de 2009, p. 191-211.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): Identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ELLISON, Fred P. *Alfonso Reyes e o Brasil: Um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

ENRÍQUEZ PEREA, Alberto. *Alfonso Reyes en los albores del Estado Nuevo brasileño (1930-1936)*. México: El Colegio Nacional, 2009.

FALCÓN, Romana. Estudio preliminar à obra: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. Vol. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994.

FELL, Claude. *José Vasconcelos: los años del águila (1920-1925)*. 1ª reimp. México: UNAM, 2009.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Utopías americanas: la posición de la *Revista Americana*. In: ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.

FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GAMIO, Manuel. *Forjando pátria* [1916]. 3ª ed. México: Porrúa, 1960.

GARCIADIEGO, Javier. Alfonso Reyes: cosmopolitismo diplomático e universalismo literario. In: *Escritores en la diplomacia mexicana*. Vol. 1. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1998, p. 191-222.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: El Caballito, 1972.

GOMES, Warley Alves. *Mariano Azuela e a Revolução Mexicana: narrativas entre o desencanto e a esperança*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013 (Dissertação de Mestrado), 196 p.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Guadalupe. México en América Latina: entre el norte y el sur o el difícil juego del equilibrista. In: LAGOS, Ricardo (comp.). América Latina: ¿integración o fragmentación? Buenos Aires: Edhasa, 2008, p. 115-44.

\_\_\_\_\_. México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, n° 132, noviembre de 2005. Disponible em: <<http://mexicoyelmundo.cide.edu/2010/dtrabajo/mexicoanteamericalatina.pdf>> (acceso em 08/01/2015)

GRANADOS, Aimer. *Monterrey. Correo Literario de Alfonso Reyes*. Campo literario y red intelectual en América Latina. In: GRANADOS, Aimer. (coord.). *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Cuajimalpa/ Juan Pablos Editor, 2012, p. 85-100.

\_\_\_\_\_. Alfonso Reyes en Sur América: diplomacia y campo intelectual en América Latina, 1927-1939. *Historia y Espacio*. Revista del Departamento de Historia de la Universidad del Valle, Cali, Colômbia, n° 38, 2012, p. 6-22.

GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. 2 tomos. México: FCE, 2003.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 122-60.

HERRERA LEÓN, Fabián. *La política mexicana en la Sociedad de Naciones ante la Guerra del Chaco y el conflicto de Letícia, 1932-1935*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2009.

JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo: Alameda, 2012.

KATZ, Friedrich. (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX* (2 vols). México: Era, 1990.

KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. 2 vols. México: Era, 1991.

KIDDLE, Amelia. *La Política del Buen Amigo: Mexican-Latin American relations during the presidency of Lázaro Cárdenas, 1934-1940*. (Dissertation Submitted to the Department of History). University of Arizona, 2010. Disponible em: <[http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/193655/1/azu\\_etd\\_11015\\_sip1\\_m.pdf](http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/193655/1/azu_etd_11015_sip1_m.pdf)> (acceso em 20/08/2014).

KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana: del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México: FCE, 2010.

KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio y el indigenismo de la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 419-32.

KRAUZE, Enrique. *Caudillos culturales de la Revolución mexicana*. México: Siglo XXI, 2008.

LAMEGO, Valéria. *Cecília Meireles na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LEMPÉRIÈRE, Anick. *Intellectuels, Etat et Société au Mexique: Les clercs de la nation (1910-1968)*. Paris: L’Harmattan, 1992.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

MATUTE, Álvaro. *Aproximaciones a la historiografía de la Revolución Mexicana*. México: UNAM, 2005.

\_\_\_\_\_. El último caudillo y el proceso de institucionalización. In: GARCIADIEGO, Javier *et alli*. *Evolución del Estado mexicano: reestructuración, 1910-1940*. 6ª ed. México: El Caballito, 2005, p. 109-50.

MARINO, Daniela. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política en México, 1870-1919. In: *Historia Mexicana*, v. XLVIII, n. 2, 1998, p. 209-76. Disponível em <[http://historiamexicana.mx/pdf/131art\\_13\\_1872\\_16020.pdf](http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_1872_16020.pdf)> (acesso em 20/12/2009)

MARTÍ, José. *Nossa América*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Willian dos Santos. O cardenismo e a Política de Boa Vizinhança em *O Estado de S. Paulo* (1938-1940). Anais Eletrônicos do XI Encontro da ANPHLAC, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Willian%20dos%20Santos%20Martins.pdf>> (acesso em 15/02/2015).

MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginário del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Buenos Aires: Libros en red, 2003 [edição eletrônica], p. 77-8.

\_\_\_\_\_. Práticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. *Regiones, suplemento de antropología*. Publicação eletrônica independente do Colectivo Antropólogos en Fuga y Compañía, Cuernavaca/Morelos. Ano 7, nº 43, outubro-dezembro de 2010, p. 5. Disponível em <<http://www.suplementoregiones.com/pdf/Regiones43.pdf>>. (Acesso em 10/12/2012)

\_\_\_\_\_. La Revolución Mexicana en el movimiento popular-nacional de la región andina. *Boletín de Antropología Americana*. México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Nº 6, dezembro, 1982, p. 87.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes – militância política na história da vida. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 199-222.

MEYER, Eugenia. El encuentro, los encuentros. Introdução a *John Kenneth Turner*: periodista de México. México: Era; Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2005, p. 9-104.

MEYER, Lorenzo. *Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México*. México: Debate, 2013.

\_\_\_\_\_. México y la soberanía relativa. El vaivén de los alcances y los límites. In: VEGA CÁNOVAS, Gustavo (corr.). *Alcances y límites de la política exterior de México ante el nuevo escenario internacional. Ensayos en honor de Mario Ojeda*. México: COLMEX, 2009, p. 69-96.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 39-92.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1981.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29-35.

MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: EDUSP, 1995.4

MYERS, Jorge. El epistolario como conversación humanista: la correspondencia intelectual entre Alfonso Reyes e Genaro Estrada (1916-1939). *Políticas de la memoria*. Anuario de investigación e información del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierda en la Argentina, nº 15, verano 2014-2015, p. 53-70.

\_\_\_\_\_. El intelectual-diplomático: Alfonso Reyes sustantivo. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 82-97.

\_\_\_\_\_. Gênese "ateneísta" da história cultural latino-americana. (Tradução de Paulo Neves). *Tempo Social*, vol.17, n.1, 2005, p. 23-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a01.pdf>> (acesso em: 25/04/2012).

OCTAVIO, Rodrigo. *México e Peru*. Edição ilustrada. Coleção viagens volume XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

OJEDA GÓMEZ, Mario. *Alcances y límites de la política exterior de México*. México: COLMEX, 1976.



OLIVA MEDINA, Mario. En torno a la historia de *Repertorio Americano* (1919-1958). In: CRESPO, Regina (coord.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 63-88.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações. México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: EDUSP 2008.

PEDROSA, Mario. Portinari – De Brodowsky aos murais de Washington. In: *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. (Organização de Aracy Amaral). São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 7-25.

PÉREZ MONTFORT, Ricardo. Indigenismo, hispanismo y panamericanismo en la cultura popular mexicana de 1920 a 1940. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidad nacional*. México: FCE, 1994, p. 343-883.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, vol. 19, nº 1, junho, 2007, p. 33-49.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *La Unión Latino Americana y el Boletín Renovación. Redes intelectuales y revistas culturales en la década de 1920*. México: COLMEX/Universidad de Colima, 2009.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina. El proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo XXI, 1978.

PRADO, Maria Ligia. O Brasil e a distante América do Sul. In: *Revista de História*. São Paulo – Departamento de História – FFLCH – USP: Humanitas, 2001, nº 145, p. 128-149.

PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

PROCHASSON, Christophe. *Les intellectuels, le socialismo et la guerre (1900-1938)*. Paris: Seuil, 1993.

RAMA, Carlos M. La Revolución Mexicana en el Uruguay. *Historia Mexicana*, México, COLMEX, vol. VII, nº 2, 1957, p. 162. Disponível em <[http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18\\_1/apache\\_media/VTE31MLB6GCY88XBL\\_LYN1NNIH1HHNP.pdf](http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/VTE31MLB6GCY88XBL_LYN1NNIH1HHNP.pdf)>. (Acesso em 10/01/2012).

RAMOS CARDOSO, Alejandro. México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. *Revista Mexicana de Política Exterior*, nº 97, 2013, p. 133-65.

REIS, Livia. *Monterrey no Rio de Janeiro: Alfonso Reyes e o Brasil*. In: HELENA, Lúcia (org.). *Literatura, intelectuais e crise da cultura*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.

REYES, Alfonso. *El deslinde: prolegómenos a la teoría literaria*. In: *Obras completas*, XV. 2ª reimp. México: FCE, 1997, p. 15-422.

REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 55-72.

RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política exterior brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHIAVON, Jorge A. La relación especial México-Estados Unidos: cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fría. *Documentos de Trabajo del Centro de Investigación y Docencias Económicas*, nº 137, noviembre de 2006 Disponível em: <<http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>> (acesso em 08/01/2015)

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-84.

SHERIDAN, Guillermo. *México en 1932: la polémica nacionalista*. México: FCE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Los Contemporáneos ayer*. México: FCE, 1985.

SIQUEIROS, David Alfaro. *Palabras de Siqueiros*. (Recopilación y prólogo de Raquel Tibol). México: FCE, 1996.

SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e historia*. Buenos Aires: Quilmes, 2002.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Fábio Silva. *Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 162-226.

TENORIO TRILLO, Mauricio. *Artifugio de la nación moderna: México en las exposiciones universales, 1880-1930*. México: FCE, 1998.

TERÁN, Oscar. “El primer antiimperialismo latinoamericano”, *Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, ano IV, n. 12, jul-oct, 1981, p. 3-10.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VASCONCELOS, José. *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana* [1925]. México: Espasa-Calpe, 1977.

VAUGHAN, Mary Kay. *La política cultural en la Revolución. Maestros, campesinos y escuelas en México, 1930-1940*. México: FCE, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, FGV, vol. 21, nº 3, jul-set, 1978, p. 117-159.

VENTURA, Roberto Ventura; SUSSEKIND, Flora. Uma teoria biológica da mais-valia? Análise da obra de Manoel Bomfim. In: *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984, p. 9-59.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional* [1890]. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks/PUC Minas, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 39, nº. 3, Julho-Setembro, 2013, p. 583. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-7022013000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022013000300002&lng=en&nrm=iso)> (acesso em 15/11/2014)

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

WEINBERG, Liliana. El encuentro de un escritor y una revista: Alfonso Reyes y *Cuadernos Americanos*. In: CRESPO, Regina (coord). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 293-318.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando la historia más allá de la nación: la historiografía de América Latina y la perspectiva transnacional. *Aletheia*, revista de la maestría en Historia y Memoria de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, Argentina, vol. 3, nº 6, julho de 2013, p. 13. Disponível em <<http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-6/pdfs/Weinstein-ok.pdf>>. (Acesso em 25/01/2015).

YANKELEVICH, Pablo. *La revolución mexicana en América Latina. Intereses políticos e itinerarios intelectuales*. México: Instituto Mora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

\_\_\_\_\_. En la retaguardia de la Revolución Mexicana: Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina, 1914-1920. *Boletín Americanista*, Univerddade de Barcelona, nº 49, 1999, p. 266. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipoDeBusqueda=ANUALIDAD&revistaDeBusqueda=5730&claveDeBusqueda=1999>> (acesso em 05/06/2014).

\_\_\_\_\_. Una mirada argentina a la Revolución Mexicana. *Estudios*, revista del Centro de Estudios avanzados, n° 3, 1994, p. 31-51. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/400/380>> (acesso em 02/06/2014).

ZANETTI, Susana. Modernidad y religión: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palabra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1994, v. 3, p. 489.

ZULETA, María Cecilia. Oleadas impetuosas y arenas movedizas: diplomacia y lecturas sudamericanas de la expropiación petrolera mexicana, circa 1938. *Apuntes*, Revista de Ciencias Sociales, Lima, Peru, n° 68, 1<sup>er</sup> semestre 2011, p. 167-209. Disponível em: <[http://www.up.edu.pe/revista\\_apuntes/sitepages/ver\\_articulos\\_web.aspx?idsec=397&idnum=68](http://www.up.edu.pe/revista_apuntes/sitepages/ver_articulos_web.aspx?idsec=397&idnum=68)> (acesso em 10/02/2015).